

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Patricia Sposito Mechi

Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e
práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha
(1972-1974).

DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

São Paulo

2012

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Patricia Sposito Mechi

Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974).

DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em História Social sob a orientação do Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Vieira.

São Paulo
2012

Banca Examinadora

*Aos meus amores, Arthur e Gilson,
Aos meus pais e irmãos,
Aos Camponeses do Araguaia.*

Agradecimentos

Muitas pessoas contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho. Agradecer a todas seria impossível, mas algumas foram fundamentais é a elas que dirijo estes agradecimentos em nome de todos os outros.

Ao Arthur, meu filhinho, que ao longo dos anos do doutorado aprendeu a fazer muitas coisas sozinho e tratava como sagrados os momentos em que eu me isolava do mundo no meu escritório. A ele, que suportou algumas ausências da mãe com tranquilidade e leveza, meus primeiros e maiores agradecimentos, pela paciência, apoio, carinho e amor com que enfrentou comigo esta e outras empreitadas.

Aos alunos do curso de História da Universidade Federal do Tocantins, os responsáveis por chamar minha atenção para o tema, em especial aos meus aos orientandos: Ileana Gomes de Moraes, Aline Kelly, Albano Amorim, Willian Marinho, Felipe Cavalcante, José Gonçalo e Reinaldo Mendes Júnior entre outros, alguns dos quais me acompanharam na primeira viagem a São Domingos do Araguaia; ao Leandro Rodrigues Rocha, o meu eterno “picareta”, que viabilizou a entrevista com José Genuíno Neto, realizada em Palmas.

À Capes e ao CNPq, pelas bolsas concedidas. À Universidade Federal do Tocantins, particularmente aos colegas do curso de História do campus de Porto Nacional, pela liberação para a realização da pesquisa. À minha amiga Rita Guimarães, com quem pude compartilhar os dilemas da pesquisa e com quem pude travar muitas conversas que enriqueceram este trabalho.

Aos meus amigos Lílian Grisólio Mendes, Débora Goulart, Clécio Mendes, Wanderson Melo e Michel Justamand, sempre presentes desde a graduação, mesmo com os milhares de quilômetros que hoje nos separam. Pudemos cultivar uma amizade que já passou de década de meia sem perder o entusiasmo dos primeiros anos da graduação.

Aos meus novos amigos do Programa de Pós-Graduação em História Social da PUC-SP: Nilo Dias de Oliveira, Edson Barboza, Danielle Franco da Rocha, Francisco Pinheiro, Fernando Santos, Jussaramar da Silva, Rodrigo

Chagas e Paloma Oliveira. A discussão em sala de aula e as conversas informais no Paraty enriqueceram muito este trabalho.

Aos meus pais Danilo e Rosa e meus irmãos Débora, Denis, Dani e Dario, cada um à sua maneira, tornaram mais prazerosa a minha estadia em São Paulo durante o curso de doutorado. Em especial à minha mãe que abriu sua casa e me auxiliou em tudo o que pôde.

Existem professores que são marcantes na trajetória acadêmica e profissional de seus alunos, e eles nem sabem o quanto. Tive o privilégio de ser aluna do Prof.^o Antônio Rago Filho, e da Prof.^a Maria Auxiliadora Guzzo, dos quais guardo as melhores lembranças e a certeza de que eles são responsáveis pelo melhor de mim como professora e pesquisadora. Nesta tese, espero fazer jus ao que eles me proporcionaram.

Poderia ter citado a Prof.^a Vera Lúcia Vieira entre os professores impactantes, mas minha orientadora merece um agradecimento especial. Me acompanhando desde a graduação, me ensinou muito do que sei como professora. É nela que me inspiro quando preparo minhas aulas, quando reflito sobre qual é a função social da educação. Como orientadora do mestrado e agora do doutorado, sempre incentivou em seus orientandos a autonomia. A ela, uma orientadora sempre presente e preocupada, meu muito obrigado.

Aos professores que estiveram presentes durante a qualificação: Prof. Dr Wanderson Fábio de Mello e Prof. Dr. Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira agradeço as inúmeras sugestões que enriqueceram sobremaneira este trabalho.

Por fim, agradeço ao Gilson, grata surpresa que tive ao chegar em São Paulo no princípio do curso de doutorado. Foi ele quem, no início, me proporcionou os melhores momentos longe da tese. Depois, foi ele quem me auxiliou no dia a dia para que eu pudesse finalizá-la com tranquilidade e me acompanhou na minha última viagem a São Domingos do Araguaia, onde me auxiliou com as entrevistas e com as fotos. A ele agradeço o amor, o companheirismo, o apoio e por tornar mais bela a minha vida.

Resumo

A Guerrilha do Araguaia ocorreu entre 1972 e 1974, na região sul dos estados do Pará e do Maranhão, além do norte do estado de Goiás (atual Tocantins). Envolveu cerca de 70 militantes do Partido Comunista do Brasil, partido que a organizou, e algumas dezenas de moradores que se incorporaram ao movimento. Ambos os grupos foram reprimidos pelas Forças Armadas, que prendeu, torturou e assassinou guerrilheiros e camponeses.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as trajetórias, representações e práticas dos grupos sociais que protagonizaram este evento: camponeses, militantes do PC do B e os militares. A intenção foi a de compreender o caminho que cada grupo trilhou para chegar ao Araguaia e na região, quais eram os objetivos que tinham a intenção de cumprir e as práticas que adotaram para atingi-los.

A investigação teve como fontes os depoimentos dos camponeses da região, a documentação produzida pelo Partido Comunista do Brasil sobre a guerrilha, além de registros militares sobre as operações, sejam os registros oficiais ou relatos e livros produzidos por alguns dos oficiais do Exército envolvidos na repressão.

Palavras-chaves: guerrilha do Araguaia, camponeses, esquerda, repressão.

Abstract

The guerrilla occurred between 1972 and 1974 in the southern states of Para and Maranhão, and the northern state of Goiás (now Tocantins). It involved about 70 activists of the Communist Party of Brazil, which organized it, and some residents who have joined the movement. Both groups were repressed by the military, who acted in the region arresting, torturing and murdering peasants and guerrillas.

This research aims to study the representations and practices of social groups who staged this event: peasants, militants PC do B and the military. The intention was to understand the way that each group walked to get to the Araguaia and the region, which were the goals that were intended to fulfill and the practices adopted to achieve them.

The research has as sources the testimonies of the peasants of the region, the documentation produced by the Communist Party of Brazil on guerrilla warfare, and military records on transactions, are official records and reports and books written by some of the army officers involved in the repression.

Keywords: Araguaia guerrilla, peasants, left, repression.

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1: O Camponês do Araguaia: uma história de resistência ao latifúndio	31
1.1– Os relatos sobre a guerrilha do Araguaia e as estratégias de luta camponesa.....	31
1.2 - Caminhos para o Araguaia: ocupação do território e rotas dos camponeses.....	44
1.2.1 - A rota do Centro-Oeste	47
1.2.2 - A rota do Nordeste	58
1.2.3 - Araguaia: um encontro de rotas.....	65
1.3 - A chegada dos camponeses ao Araguaia a partir da segunda metade do século XX	69
1.4- Os conflitos pela terra no Brasil contemporâneo: Porecatu, Trombas e Formoso, as Ligas Camponesas e o Araguaia.....	76
1.4.1 - A Guerra de Porecatu: a resistência camponesa no norte do Paraná	77
1.4.2 – A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas	81
1.4.3 – As Ligas Camponesas.....	86
Capítulo 2: Camponeses do Araguaia: entre a experiência da guerrilha e as lutas pela posse da terra	89
2.1 – Terror de Estado contra a sociabilidade camponesa na guerrilha do Araguaia.....	93
2.1.1 – Os camponeses revelam a ausência do estado nos anos 60	93
2.1.2 – Os camponeses revelam a truculência do estado nos anos 70	99
2.1.3 – A destruição dos meios de subsistência e a repressão ao camponês	102
2.1.4 – Brutalização do camponês: o trabalho sujo e os guias.....	110
2.1.5 – Camponeses do Araguaia: entre a inocência e a subversão	118
2.1.6 – Um agente do terror de estado no Araguaia: Sebastião de Moura Rodrigues, o “Major Curió”	120
2.2 – Ecos da guerrilha: lutas camponesas na região do Araguaia.....	124
2.2.1– A Segunda Guerrilha do Araguaia ou a “Guerra dos Perdidos”	124

2.2.2 – As mulheres vão à luta: as quebradeiras de coco.....	127
--	-----

Capítulo 3 – O Partido Comunista do Brasil – a Guerra Popular Prolongada..... 134

3.1 – O PC do B entre 1962 e 1964 - partido da classe operária?	136
3.1.1. A cisão dos comunistas.....	137
3.1.2 A avaliação do PC do B sobre o rompimento e sobre os objetivos do V Congresso	144
3.1.3 – A consolidação das divergências no V Congresso do PCB	147
3. 2 – O “Partido da Revolução” e o “Partido das Reformas”	149
3.3 – Luta armada contra João Goulart e contra a ditadura civil-militar	154
3. 4 – As formas de luta para superação do atraso: lutas populares pela democracia, resistência ao governo e luta armada	157
3. 5 – A avaliação do Partido Comunista do Brasil sobre a ditadura civil-militar e o caminho para a revolução	163
3.6 – O PC do B e as experiências comunistas internacionais	173
3.6.1 – O PC do B e a revolução num só país: a crítica à revolução Cubana	173
3.6.2 – As relações com URSS e com a China Comunista.....	182
3.7 – Do campo às cidades: Guerra Popular: Caminho para a Luta Armada no Brasil	187

Capítulo 4 – O PC do B e a luta armada no campo: A Guerrilha do Araguaia..... 193

4. 1. Os militantes do PC do B no Araguaia	196
4.1.1. Osvaldão, o primeiro militante no Araguaia.....	197
4.1.2. A rota para o Araguaia e a adaptação inicial dos militantes	200
4.1.3 - O treinamento militar na selva e a montagem da logística da guerrilha	206
4.2 O início da guerrilha: a estruturação das Forças Guerrilheiras do Araguaia e as primeiras avaliações do movimento	209
4.2.1 - O trabalho de massas: dos camponeses servindo a guerrilha à guerrilha servindo aos camponeses.....	214
4.2.2 – As dificuldades nos acampamentos: questões de abastecimento, saúde e segurança.....	223
4.3 – O fim da guerrilha e a avaliação do PC do B sobre a luta no Araguaia	230
4.3.1 – A avaliação de Ângelo Arroyo	233
4.3.2 – A avaliação de Pedro Pomar.....	238

4.3.3 – O PC do B e a violência revolucionária	241
Capítulo 5 – O Caminho das Forças Armadas para o Araguaia.....	246
5.1 – Uma república de golpes: a dominação autocrático-burguesa no Brasil	249
5.1.1 – 1964: o golpe na ascensão popular e a instituição da dominação autocrático-burguesa bonapartista.....	256
5.1.2 – O evolver da ditadura: aspectos do binômio “Segurança e Desenvolvimento”	259
5.1.3 – A questão do campo na ditadura.....	269
5.2 – Desenvolvimento e Segurança: a Escola Superior de Guerra propõe a guerra para manter a paz.....	278
5.3 – Representações ideológicas sobre os trabalhadores: o “povo” no pensamento conservador.....	287
Capítulo 6 – Os militares no Araguaia: extermínio da guerrilha e barbárie contra os camponeses	295
6.1 – As primeiras operações do Exército na região	297
6.2 – A descoberta da guerrilha do Araguaia	302
6.2.1 – Recuos e avanços das forças repressivas nas primeiras operações	305
6.2 – A descoberta da “grande Área do Marighella”	307
6.3 – A reclassificação da guerrilha segundo os militares e o potencial subversivo da região e seus habitantes	314
6.4 – Os conflitos entre as tropas regulares e os agentes de informações	320
6.5 – A linha-dura no comando da repressão à guerrilha.....	322
6.5.1 – A “trégua” das Forças Armadas e a atividade de informação.....	324
6.5.2 – A terceira campanha militar e o ataque aos camponeses.....	326
6.5.3 – O extermínio dos guerrilheiros	331
Considerações Finais	338
Lista de Siglas	345
Fontes	348
1 – Fontes militares e da Secretaria de Segurança Pública do Pará	348

1A - Livros de memórias de militares	348
1 B – Depoimento à Comissão de Anistia	348
1 C – Secretaria de Segurança Pública do Pará	348
1 D – Forças Armadas	348
2 – Fontes do Partido Comunista do Brasil	350
2 A – Fontes apreendidas pelo Exército	351
2 B – Documentos do PC do B.....	353
2 C – Entrevistas concedidas à autora.....	353
3 – Depoimentos de Camponeses	353
3 A– Depoimentos ao Ministério Público Federal.....	353
3 B – Depoimentos à autora e aos pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins.....	353
Bibliografia.....	356
Anexos	377
Anexo I – Guerrilheiros mortos e desaparecidos (nomes oficiais e codinomes)	369
Anexo II – Comunicado nº 01 da Guerrilha	381
Anexo III – Manifesto contra o INCRA	383
Anexo IV – Comunicado nº 02 das Forças Guerrilheiras do Araguaia	385
Anexo V – Mapas Militares.....	386
Anexo VI – Operação Sucuri.....	397
Anexo VII – Bônus da guerrilha do Araguaia.....	401

Introdução

Esta investigação tem como objeto de estudo as representações e práticas dos grupos sociais que protagonizaram a guerrilha do Araguaia: camponeses, militantes do PC do B e os militares que a reprimiram. Buscou-se compreender quais as motivações, objetivos, desejos e necessidades que os fez percorrer os caminhos que levou esses segmentos sociais ao Araguaia e, lá estando, quais eram as intenções e as práticas que de fato tiveram.

Este objeto de estudo começou a ser delineado alguns anos atrás, quando iniciei minhas atividades como professora do curso de História na Universidade Federal do Tocantins e pude conhecer uma realidade social bastante diversa dos centros urbanos, onde havia passado a maior parte da minha vida e onde havia desenvolvido minha trajetória acadêmica.

Ao iniciar as atividades docentes no campus de Porto Nacional, os alunos logo souberam do meu interesse nos estudos sobre a ditadura civil-militar brasileira. Passaram então a procurar-me para discutir temas ligados ao período e orientar seus estudos e suas pesquisas.

Dentre as questões da ditadura que mais despertava interesse estava a guerrilha do Araguaia. Os alunos perguntavam-me sobre detalhes que não constavam da historiografia sobre o tema, falavam de episódios que eu desconhecia, pediam material de estudos, orientação para pesquisa e instavam um maior tratamento da temática.

Atendendo a esta demanda, fui me aprofundando nos estudos sobre a guerrilha e pude perceber que havia uma importante lacuna na historiografia que discute as esquerdas armadas durante a ditadura, pois os estudos sobre o Araguaia eram escassos e, em geral, baseados na versão divulgada pelo Partido Comunista do Brasil, que a concebeu e organizou.

As primeiras reflexões que fiz baseavam-se no material produzido por essa agremiação política que possuía, à época, maior volume de material para pesquisa. Entretanto, muitos alunos traziam informações interessantes sobre as vivências dos camponeses do Araguaia, que não estavam registradas em lugar nenhum. Demonstravam intimidade com os as histórias dos militantes do PC do B que protagonizaram a guerrilha, falavam sobre o relacionamento da

população do Araguaia com os militantes e sobre a repressão que os camponeses sofreram pelas Forças Armadas.

Muitos deles ouviam essas histórias de parentes próximos, que migraram dos municípios do Araguaia para a capital do Tocantins, Palmas, e para as cidades do entorno, como Porto Nacional, onde funciona um dos cursos de graduação em História da UFT. Os alunos relatavam que ouviam dos mais velhos que um dos militantes mais conhecidos da guerrilha, “Osvaldão”, tinha o corpo fechado e como “Dina”, outra militante importante nas lembranças dos mais velhos, era valente, enfrentava as tropas, e até “virava bicho” na floresta.

A maioria dos estudantes que demonstrava interesse pela temática conhecia alguém que tivera algum contato com os guerrilheiros ou com o exército. A curiosidade dos alunos despertava também meu interesse e propus um projeto de pesquisa na universidade, que envolveu graduandos e deu origem a alguns trabalhos de conclusão de curso e de iniciação científica.

A pesquisa discutia inicialmente as visões de militares e militantes sobre a guerrilha do Araguaia mas em pouco tempo incorporei as visões dos moradores, quando tive acesso à entrevistas e tive a oportunidade de me deslocar para o Araguaia com uma equipe de estudantes.

A investigação mostrou um universo riquíssimo de estudos para a compreensão do Brasil em diversos de seus aspectos: a natureza da ditadura civil-militar, a questão camponesa, o problema fundiário, as lutas, resistências, inconsistências e atuação da esquerda brasileira, a oposição à ditadura civil-militar, a questão da violência contra o trabalhador, sua permanência e recorrência na história do Brasil (em particular ao trabalhador contra rural), a questão da segurança nacional e do desenvolvimento entre os militares, as visões apresentadas por eles dos problemas do Brasil e as soluções que propunham, em suma, revelava-se uma pluralidade de temas que poderiam ser enriquecidos com os estudos sobre a guerrilha do Araguaia.

A experiência de pesquisa era um desafio pessoal e profissional: tratava-se de conhecer o Brasil a partir de outro ângulo, não mais o dos grandes centros urbanos, onde me graduei e onde vivi a maior parte da vida, mas sim a partir do olhar de um lugar em que os aspectos rurais ainda tem extrema

importância, em que os dilemas e desafios do cotidiano apresentam outras dimensões.

Este trabalho me fez refletir sobre a centralidade das experiências urbanas nos estudos produzidos nas universidades do eixo São Paulo - Rio de Janeiro e sobre a carência de pesquisas sobre o interior do país. Nos levantamentos bibliográficos que realizei, questões como a atuação de partidos de esquerda nos anos 60 e 70 do século XX no Brasil, possuía um volume grande de publicações que se concentravam nos grandes centros, contrastando com a escassa bibliografia sobre outras regiões do país.

Esta dificuldade me fazia refletir sobre o quanto a história do Brasil ainda é desconhecida, e que alguns eventos que se desenrolavam nas áreas rurais são obscurecidos ou pouco problematizados pela historiografia, o que me motivou ainda mais a encarar o desafio de estudar a guerrilha do Araguaia.

Em 2008, pude ir à campo pela primeira vez, acompanhada de meus alunos. Fomos para as cidades de São Geraldo do Araguaia e Marabá, no Pará e Xambioá, no Tocantins. A viagem permitiu observar e refletir sobre as dificuldades enfrentadas por aquela população ao longo de décadas, inclusive nos anos em que decorreu a guerrilha do Araguaia.

O estranhamento do nosso grupo com os hábitos e o cotidiano da região foi muito grande. Um episódio um tanto pitoresco, o ilustra. Em São Geraldo do Araguaia, no estado do Pará, após um longo dia de trabalho, nos dirigimos aos alojamentos dos camponeses, onde também iríamos pernoitar. Éramos três pesquisadoras no alojamento, as únicas que levaram colchonetes. Todas as demais mulheres, as camponesas, estavam munidas de suas redes, e nos explicaram que era a melhor forma de se proteger dos insetos rasteiros.

Ainda em São Geraldo, ao conversar com moradores do município, soubemos do alto índice de mortes no campo, na circulação livre de pistoleiros pela cidade e num cotidiano marcado por violências. Ouvimos relatos de pessoas que presenciaram as camionetes que transportaram corpos dos camponeses mortos no massacre de Eldorado dos Carajás, e histórias das violências nos garimpos da região, principalmente o de Serra Pelada.

Por São Domingos do Araguaia e nas cidades próximas é comum ver crianças pilotando motos e ninguém usa capacete, a exceção dos pistoleiros, que com ele escondem o rosto. O único trecho asfaltado da cidade é a BR-153,

a Belém Brasília, que corta seu centro. As demais ruas são de terras, nem todas as casas tem saneamento básico ou energia elétrica.

Esta realidade demonstrava, por um lado, o nosso desconhecimento do interior do Brasil, pouco trabalhado pela academia, mas evidenciava também a perversidade das classes dominantes que por décadas mantém longe dos moradores da região os direitos sociais, o acesso à saúde, a educação, a moradia digna, ao saneamento básico, à justiça, aos direitos trabalhistas. Tem-se a impressão de um recuo ao século XIX quando se toma contato com a realidade do lugar.

Durante nossa estadia pudemos entrevistar algumas dezenas de camponeses. Entretanto, não eram todos que permitiam a gravação: afirmavam que ainda são vigiados e que o “Curió” ainda mantinha gente nas redondezas para controlá-los.

Poder ter contato com a realidade do lugar e travar longas conversas com os camponeses permitiu redimensionar o problema de pesquisa. Foi se delineando a necessidade de conhecer mais à fundo aquela população, seus hábitos, seus sonhos, suas dificuldades e discutir as vivências que estes tiveram na guerrilha do Araguaia como mais um elemento nas trajetórias de vida dessas pessoas.

Utilizamos o termo “camponês” para se referir a esta população porque julgamos que ele dá conta da multiplicidade de atividades que estes desenvolvem. Na maioria são posseiros, mas além das atividades na lavoura, se dedicam à extração da castanha, ao comércio, ao transporte de cargas, ao garimpo, ao trabalho por temporada nas fazendas ou atuam em obras de infraestrutura. A maioria dos entrevistados já exerceu mais de uma destas atividades ao longo da vida.

O termo também é utilizado algumas vezes por eles próprios, assim como o termo “lavrador”. Ao optar por utilizar a terminologia que eles mesmos utilizam em sua auto-referenciação, não se atribui nenhuma conotação sociológica além da diversidade de atividades laborais que exercem¹.

¹ Uma definição para o termo campesinato semelhante a que empregamos foi apresentada por Fernandes, Medeiros & Paulilo, este seria constituído por “poliprodutores, integrados ao jogo das forças sociais do mundo contemporâneo” FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & PAULILO, Maria Ignez (orgs). *Lutas Camponesas Contemporâneas*:

A aproximação com as questões camponesas resultou em alguns trabalhos de graduandos que abordavam a guerrilha sob esse viés. Voltavam-se para o estudo dos impactos que a guerrilha havia provocado nas trajetórias de vida da população da região e procuravam demonstrar o peso que ela ainda tem no presente.

Outros alunos fizeram estudos sobre o itinerário do PC do B à guerrilha do Araguaia, enfatizando as inflexões que dos comunistas no Brasil a respeito da questão agrária desde os anos 40. Havia também pesquisas que discutiam a guerrilha a partir da atuação militar, quando a documentação guardada pelo general Antônio Bandeira veio à público, além de análises do que a imprensa veiculou a respeito da guerrilha.

Foi no bojo da pesquisa coletiva que surgiu a ideia desta tese. Nela, a intenção inicial foi a de discutir as representações ideológicas dos três segmentos sociais envolvidos na guerrilha do Araguaia: militantes, militares e camponeses, mas as fontes de que dispúnhamos tornou possível ir além, discutindo também as práticas e os caminhos que os levou ao Araguaia.

Para apresentar os resultados da pesquisa estruturou-se a tese em seis capítulos. Os dois primeiros sobre os camponeses, o 3º e 4º sobre o Partido Comunista do Brasil e os dois últimos sobre os militares. Para cada segmento social há um capítulo que discute a trajetória até o Araguaia e outro que se centra na experiência do grupo durante a guerrilha.

No primeiro capítulo, discutimos quem é o camponês do Araguaia. Ao ouvir os depoimentos, ficava evidente que estes narravam os impactos que a guerrilha trouxe às suas vidas e à região, mas extrapolavam esses aspectos. Falavam também sobre outras lutas sociais, posteriores à guerrilha, das quais foram protagonistas e através delas explicitavam a permanência da grilagem, da truculência dos latifundiários, as dificuldades contemporâneas de sobrevivência e a ausência do Estado na região.

Falar da guerrilha servia a eles como estratégia para divulgar as dificuldades que enfrentam hoje. Foi a guerrilha que deu visibilidade a este grupo que, de outra maneira, permaneceria no esquecimento, como acontece

condições, dilemas e conquistas – o campensinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo, Editora da Unesp, 2009, p. 9.

com diversos camponeses espalhados pelo Brasil. Eles souberam, em suas narrativas, demonstrar como foram impactados pela presença dos militantes do PC do B, como foram reprimidos pelas Forças Armadas e como tiveram inúmeras perdas materiais pela atuação destas na região.

As histórias dos camponeses, quase todas, começavam quando chegaram ao Araguaia. Era difícil que se referissem a períodos anteriores. Já tinham um discurso estruturado, repetido inúmeras vezes, que se centrava na vivência da guerrilha. Entretanto, davam indícios que a procura pela região do Araguaia se devia às condições de expulsão em seus locais de origem. Buscavam ter a posse definitiva da terra, queriam libertar-se da exploração de sua força de trabalho por fazendeiros de outras regiões e fugir das condições de miséria a que estavam submetidos.

Havia, nos anos 60 e 70, uma ideia – também compartilhada pelos camponeses – de que a região do Araguaia, assim como outras regiões da Amazônia, eram espaços vazios, desabitados. A maioria dos entrevistados não era natural da região, mas vinham de estados de outras regiões dos estados de Goiás, do Pará e Maranhão, além de estados do nordeste, como o Piauí e o Ceará.

Muitos contavam que antes de chegar ao Araguaia já tinham estado em outras regiões rurais do interior do Brasil e que se dirigiam ao Araguaia por que lá as terras eram melhores e não tinham dono. Foram estes depoimentos que nos levou a reconstituir os caminhos que levaram os camponeses ao Araguaia, tema do primeiro capítulo.

Para isto, estudamos alguns aspectos da história agrária brasileira, particularmente do Goiás, e de alguns estados do nordeste. Queríamos compreender o que havia levado o camponês a se dirigir à região do Araguaia. A pesquisa revelou que a forma excludente como se desenvolveu a propriedade rural nessas regiões ensejou, por um lado, uma grande mobilidade do camponês, e, por outro, o desenvolvimento de lutas pela posse da terra, ou pela modificação das relações de trabalho no campo, com a sindicalização do trabalhador rural, com a mudança na estrutura do pagamento do foro e no fim do “cambão”, por exemplo, que eram algumas das demandas das Ligas Camponesas do nordeste.

Ao estudar a história agrária, ficava evidente que a mobilidade era uma característica importante do campesinato brasileiro. Procuramos compreender suas origens e o peso que teve na constituição do camponês, inscritos na maneira como produziam, na provisoreidade de suas habitações e na rusticidade de seus hábitos.

Foram identificados dois “grandes caminhos” para o Araguaia que chamamos de “rotas”; uma delas a “rota do Centro-Oeste”, composta principalmente pelo campesinato do estado de Goiás que ao longo de muitas décadas, foi se dirigindo à região norte do país. Outro caminho, a “rota do nordeste”, foi composta por camponeses de diversos estados dessa região, que, da mesma forma, por décadas foram interiorizando-se, rumo à Amazônia.

O Araguaia era a “porta de entrada” da região Amazônica. O destino de muitos era seguir mais à frente, indo buscar trabalho nas atividades extrativas da borracha, da castanha, no garimpo e buscando a posse da terra. Alguns permaneceram no Araguaia, outros seguiram em frente, outros voltaram. Esta região era um importante entroncamento do caminho dos camponeses, onde as rotas se encontravam.

Ao lado das condições de expulsão, estavam as lutas do campesinato brasileiro. Uma história relativamente desconhecida, mas que demonstrava que tentaram resistir ao avanço do latifúndio, algumas vezes de armas na mão. Entre essas lutas, apresentamos alguns aspectos de três delas: a luta dos camponeses de Porecatu, no Paraná, a dos camponeses goianos em Trombas e Formoso e as lutas das Ligas Camponesas nordestinas.

Um outro objetivo nos moveu na escolha desses três movimentos. Neles, o PCB teve uma participação importante e serviu para que este partido refletisse sobre a “questão agrária” brasileira. Adentrar um pouco nessa história servia para pensar como os comunistas viam o camponês e como participavam dessas lutas.

No segundo capítulo, discutimos a vivência dos camponeses durante a guerrilha do Araguaia. Em suas falas, os camponeses relevam as relações amistosas que tinham com os militantes, que realizavam diversos serviços sociais na área, tais como atendimento à saúde, através da realização de partos, tratamento dentário, orientação e medicação nos casos de doenças como a leishmaniose e a malária que eram endêmicas na região, além de

alfabetizarem crianças e intervir em alguns casos de truculência dos latifundiários, policiais e autoridades locais contra os camponeses.

Ao narrar as relações travadas com os militantes, os camponeses revelavam os aspectos em que o Estado não atuava na região. Evidenciando os tratamentos médicos, os serviços educacionais e a intervenção contra os poderosos, os camponeses demonstravam a ausência de políticas públicas para o atendimento básico de suas demandas. Nestas falas, compreende-se o abandono da região ao atendimento dos direitos sociais.

Estas relações com os militantes foi interpretada pelo PC do B como apoio à causa guerrilheira. A pesquisa revelou que o apoio, de fato, existiu, mas não no grau que pensava o partido. Aspectos que eram próprios da sociabilidade camponesa, tais como o apoio aos viajantes através do pouso e da alimentação, eram vistos pelo partido como apoio ao projeto revolucionário, quando na verdade se constituíam em práticas próprias da sociabilidade daquela comunidade.

A partir da chegada dos militares, o cotidiano da população mudou. Suas falas revelam as formas a repressão se abateu sobre eles e demonstram que o Estado, para eles, atuava exclusivamente na repressão e não no atendimento às suas demandas. A partir desses relatos, foi possível evidenciar as práticas ilegais do Estado contra a população da região.

Os camponeses foram presos, expulsos de suas posses, perderam seus meios de subsistência e foram intimidados de diversas maneiras desde a chegada das Forças Armadas para reprimir a guerrilha do Araguaia. Entretanto, na última fase de repressão à guerrilha, a tortura, a prisão e o ataque aos seus meios de vida se tornaram sistemáticos.

Ao mesmo tempo em que os camponeses perdiam terras, os latifundiários avançavam. Há relatos de que as posses que possuíam nos anos setenta, são hoje parte de grandes fazendas. As denúncias das atividades ilegais das Forças Armadas e do privilegiamento dos grandes proprietários rurais servem de base para que estes camponeses expliquem a permanência das condições de exclusão a que estão submetidos na região e as lutas das quais foram protagonistas.

O “terror” continuou na região mesmo após o término da guerrilha. Militares permaneceram na área e a figura mais representativa desta

permanência entre os camponeses é o “Major Curió”, para eles, o responsável pelas brutalidades cometidas durante a fase final da repressão à guerrilha do Araguaia. Revelam que se sentiam vigiados, e eram impedidos de contar o que sabiam. Mencionam alguns assassinatos de pessoas que falaram sobre a guerrilha do Araguaia nos anos 80 e 90.

Através dos relatos foi possível perceber as estreitas relações entre a vivência desses camponeses e a luta pela terra no sul do Pará. As condições que os primeiros sindicatos rurais da região combatiam nos anos 80 eram aquelas criadas na década anterior e os camponeses falam em “segunda guerrilha do Araguaia”, quando fazem referência, por exemplo, à “guerra dos Perdidos”, um enfrentamento de posseiros contra os latifundiários e o INCRA nos anos oitenta.

Outra luta que é decorrência das condições de exclusão criadas à época da guerrilha, são as lutas das “quebradeiras de coco”. Muitas mulheres, que tiveram seus maridos tornados inválidos ou mortos pela repressão, passaram a se dedicar ao extrativismo do coco de babaçu, abundante na região. Esta já era uma atividade econômica complementar desenvolvida exclusivamente por mulheres e que passou a ser a atividade principal de muitas delas, cujas famílias tiveram os meios de subsistência destruídos pelo Exército. Estas mulheres empreendem, ainda hoje, uma grande luta contra a propriedade privada da terra na região.

Para discutir os temas dos dois primeiros capítulos, as fontes foram os depoimentos dos camponeses concedidos durante o trabalho de campo que realizamos na região, utilizamos entrevistas contidas em outras obras² e os depoimentos que concederam ao Ministério Público Federal, além de reportagens na imprensa. Já para os estudos agrários, destacam-se obras como as de Antônio Teixeira Neto³ e Barsanufu Gomide Borges⁴, geógrafos que estudaram o desenvolvimento agrário nas regiões Goiás-Tocantins, Caio Prado Júnior, em seu estudo sempre inspirador sobre a história econômica

² São as obras que tratam especificamente da guerrilha do Araguaia, apresentadas mais à frente nesta Introdução.

³ TEIXEIRA NETO, Antônio. “Goiás-Tocantins: questões agrárias”. S/d, s/l. Observatório Geográfico de Goiás. Disponível em https://portais.ufg.br/uploads/215/original_NETO_Teixeira_Antônio_goiás_tocantins.pdf, acessado em 19 de abril de 2012, p. 2.

⁴ BORGES, Barsanufu Gomide. “A Expansão da fronteira agrícola em Goiás”. *História Revista* vol. 1, nº2, Goiânia, jul/dez 1996.

brasileira⁵, Antônio Cândido, cuja obra sobre o caipira paulista ofereceu muitos elementos para refletir sobre a questão do campesinato brasileiro⁶, os estudos de Violeta Refkalefsky Loureiro, que faz importantes discussões sobre a questão fundiária e a violência na Amazônia⁷, além dos estudos já clássicos de Octavio Ianni⁸ e Ariovaldo Umbelino de Oliveira⁹, dentre outros autores.

As obras que tratam especificamente da guerrilha do Araguaia foram utilizadas no decorrer de todo o trabalho. São elas o livro do historiador Romualdo Pessoa Campos Filho *A Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*¹⁰, a tese de doutorado de Gilvane Filipe *A Guerrilha do Araguaia (Brasil, 1966 – 1975)*¹¹ e a dissertação de mestrado de Durbens Martins do Nascimento, *Guerrilha do Araguaia: Paulistas e militares na Amazônia*¹². Também foram utilizadas obras jornalísticas como *Guerra de Guerrilhas no Brasil - a saga do Araguaia*, de autoria do jornalista Fernando Portela¹³ e o livro de Taís de Moraes e Eumano Silva: *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*¹⁴.

No terceiro capítulo, buscou-se entender a trajetória dos militantes do PC do B para o Araguaia. Para isso, recuamos ao período anterior à cisão no

⁵ PRADO JUNIOR, Caio, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1990.

⁶ CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*, São Paulo, Duas Cidades, 1970.

⁷ LOUREIRO, Violeta & GUIMARÃES, Ed Carlos. "Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia". *Revista de Direito*, Fundação Getúlio Vargas, vol. 3, nº 1, pp. 221 – 246, jan/jul, 2007. Disponível em:

http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/reflexoes_sobre_a_pistolagem_e%20a_violencia_na_amazonia.pdf, acessado em 10 de setembro de 2011 e LOUREIRO, Violeta Refkalefsky & OINTO, Jax Nildo Aragão. "A questão fundiária na Amazônia". São Paulo, *Estudos Avançados*, vol.19, nº54, 2005.

⁸ IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979; idem, *A luta pela terra; história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979.

⁹ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Integrar para (não) entregar — políticas públicas e Amazônia*. São Paulo, Papyrus, 1991. Idem *A geografia das lutas no campo*. São Paulo, Contexto, 2002; idem "A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflito e reforma agrária". *Revista Estudos Avançados*. vol.15, nº43, São Paulo, Set. a Dez. 2001.

¹⁰ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *A Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia, Editora da UFG, 1997.

¹¹ FELIPE, Gilvane. *A Guerrilha do Araguaia (Brasil, 1966 – 1975)*. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), Institute des Hautes Études de L'Amérique Latine, 1993.

¹² NASCIMENTO, Durbens Martins. *Guerrilha do Araguaia: Paulistas e militares na Amazônia*. (Dissertação de Mestrado). Belém, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Célia Nunes Coelho, 2000.

¹³ O livro recebeu sete edições entre 1979 e 1986 e foi reeditado em 2002. Cf. PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo, Terceiro Nome, 2002.

¹⁴ MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

PCB, que daria origem ao PC do B em 1962 e procuramos percorrer as principais polêmicas que envolviam estes grupos no interior do *Partidão*, e que ensejariam a impossibilidade de que os comunistas permanecessem unidos numa mesma agremiação política.

Abordamos o embate entre o PC do B e o PCB, quando o primeiro tentava se consolidar como o “verdadeiro” partido da revolução e construía a sua identidade partidária contrapondo-se ao PCB, identificado por eles como o “Partido das Reformas”.

Durante o governo de João Goulart foi que estas críticas ao PCB se consolidaram no interior do PC do B. O apoio que o partido de Prestes oferecia a este governo era motivo de inúmeras críticas e avaliava-se negativamente o governo de Jango, contra o qual já propunham a luta armada.

O PC do B, segundo Jacob Gorender, teria sido o único partido a avaliar corretamente a iminência do golpe¹⁵. A análise da documentação nos leva a concordar com o autor e procuramos explicitar como o agrupamento político modificou o seu discurso sobre o governo de João Goulart após o golpe e como avaliava a ditadura civil-militar.

As análises que o partido fazia tinham a intenção de buscar formas para, através de uma revolução, modificar o país. A luta armada sempre esteve nos planos do PC do B, vista como o principal caminho para atingir este objetivo. Entretanto, a forma rural que esta assumiria, só seria definida após o golpe.

Desde a época da cisão, algumas influências pairam entrem os comunistas brasileiros. São elas a influência soviética, chinesa e cubana. Procuramos discutir como o PC do B dialoga com elas, e como influenciaram nas visões do partido sobre temas como a forma de luta contra o capitalismo, o domínio de setores latifundiários e da burguesia ligada ao imperialismo na sociedade brasileira, além de refletir e como pesaram no combate à ditadura civil-militar. Dentre os temas, analisamos mais detidamente a questão da guerrilha rural e a opção pelo maoísmo, importantes para o desenvolvimento da guerrilha do Araguaia.

No capítulo quatro abordamos a ida dos militantes para o Araguaia, o desenvolvimento da guerrilha e o seu extermínio, e as avaliações posteriores

¹⁵ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987.

da agremiação política. Discutimos como os primeiros militantes se instalaram na região, as dificuldades de adaptação ao meio, os relacionamentos iniciais com os camponeses e a estruturação da guerrilha.

Apresentamos como foi feita a escolha dos militantes para se dirigir ao Araguaia e o caminho que percorriam para chegar até lá. Discutimos as atividades de adaptação à vida na zona rural e os treinamentos guerrilheiros, feitos sob sigilo, na selva.

Identificamos como os militantes se relacionavam com os camponeses e as avaliações que faziam desta relação, na maioria das vezes positivas. Os laços iam se estreitando e estes procuravam realizar um trabalho de politização, que chamavam de “trabalho de massas”. Procuramos refletir como este trabalho de politização do trabalhador rural se desenvolvia e como estes camponeses souberam utilizar a força da guerrilha como braço armado nas suas lutas.

Após alguns anos na área, os guerrilheiros foram descobertos pela Forças Armadas, que não tiveram sucesso nos primeiros ataques. Isto criou a percepção, entre os militantes, de que eram imbatíveis, portadores de uma superioridade moral que se refletiria nas ações de combate.

Do primeiro ataque à guerrilha, em 12 de abril de 1972 ao episódio do “Chafurdo do Natal”, em 25 de dezembro de 1973, a principal fonte de pesquisa foi o “Diário de Maurício Grabois”, que só foi divulgado em 2011. O comandante da guerrilha produziu um extenso relato, contando o seu dia a dia.

Após o ataque das Forças Armadas, alguns pontos de apoio da guerrilha ficaram inutilizados e algumas bases não puderam mais ser visitadas. Os guerrilheiros permaneceram na maior parte do tempo em acampamentos provisórios na selva.

Discutimos as dificuldades de sobrevivência na mata, como as de abastecimento e de atendimento médico. Os relatos de enfermidades são constantes nos longos períodos em que os guerrilheiros ficaram internados na selva.

A medida em que transcorriam o ataque das Forças Armadas em 1972, os guerrilheiros intensificavam suas atividades. Comunicaram a existência da guerrilha, convocaram a população a se integrar a ela, realizavam visitas e

discussões políticas junto aos camponeses, além de empreenderem ações contra grileiros e as forças policiais locais.

Nesses ataques, os guerrilheiros sofreram poucas baixas e mantiveram os destacamentos e grupos organizados. As Forças Armadas se retiraram da área, e os guerrilheiros avaliavam que novas ofensivas militares viriam, mas a selva lhes daria a cobertura necessária, pois acreditavam que tinham escolhido corretamente o lugar para desencadear a guerra popular prolongada de libertação do povo brasileiro; além disso julgavam que a guerrilha era “imbatível”, pela justeza dos ideais que defendia.

Após alguns meses, as Forças Armadas retornaram. A tática havia mudado, e os militares pretendiam caçar e assassinar os guerrilheiros. Vinham descaracterizados e com o apoio de alguns moradores locais que sabiam se guiar pela selva, os mateiros. A partir de então, vários guerrilheiros foram assassinados em combate, outros após estarem presos e sob custódia do Estado. Os relatos de Maurício Grabois em seu diário encerram-se no natal de 1973, mesmo dia de seu assassinato, quando ele registrava que pretendia deixar a área. A partir daí, os poucos guerrilheiros que sobraram vagavam pela selva, com os agentes da repressão em seu encalço. A guerrilha deixara de existir.

Um dos guerrilheiros que conseguiu escapar da área, Ângelo Arroyo, também produziu um importante relato da guerrilha, fonte de pesquisa sobre ela. Seu relato demonstra que ele não tinha a dimensão do que ocorreu nas últimas operações no Araguaia. Acreditava que a guerrilha sofrera baixas, mas poderia ser reorganizada.

Ao retornar à cidade de São Paulo, estabeleceu contato com o partido e pode apresentar sua avaliação da guerrilha. Instalou-se uma disputa no Comitê Central entre a sua versão e a de Pedro Pomar, que apontava para a derrota da guerrilha e julgava que a experiência deveria ser encerrada. Esta discussão é abordada ao final do capítulo.

O debate teve um fim trágico. Em 1976, quando reuniam-se no bairro paulistano da Lapa, Arroyo e Pomar foram assassinados junto com outros militantes, pelo grupo do delegado Sergio Paranhos Fleury. A partir de então prevaleceu a versão de Ângelo Arroyo sobre a vitória da guerrilha, apesar do abandono da experiência pelo partido.

Para discutir o caminho do PC do B para o Araguaia e a experiência da guerrilha, utilizamos como fonte de pesquisa diversos documentos partidários, como resoluções de congresso, estudos da realidade brasileira, estudos sobre a conjuntura internacional, além do material que teorizava sobre a revolução brasileira e as estratégias de luta do partido. Também pudemos entrevista José Genoíno Neto, “Geraldo” e Michéas Gomes de Almeida, “Zezinho do Araguaia”. Estes documentos estão contidos em publicações do próprio partido¹⁶ e no periódico A Classe Operária, recentemente digitalizado e disponível para consulta na internet¹⁷.

Há uma grande bibliografia que trata das esquerdas brasileiras, com ênfase no PCB mas, sobre o PC do B, são poucos estudos. Dentre os principais obras de caráter mais geral, destacamos as obras de Jacob Gorender¹⁸, Marcelo Ridenti¹⁹ e Daniel Aarão Reis Filho²⁰.

Combate nas Trevas de Jacob Gorender é uma das obras que procura realizar um amplo balanço da atuação da esquerda no período. O autor, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR à época buscou reconstituir a trajetória da esquerda desde o período anterior ao golpe de 64. Sobre a Guerrilha do Araguaia Gorender acentua o caráter “foquista castro-guevarista”²¹, em contraposição à ideia de “guerra popular prolongada”, segundo a qual o PC do B definia sua ação.

Este também é o viés que se encontra na análise de Marcelo Ridenti sobre a guerrilha do Araguaia. Em *O Fantasma da Revolução Brasileira* o autor não se restringiu ao debate partidário das esquerdas, discutindo as perspectivas da esquerda em outros campos: no cenário artístico, entre os intelectuais, os trabalhadores, as mulheres. O texto dá voz a atores pouco mencionados nos estudos da historiografia tradicional sobre o tema. Da mesma

¹⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000.

¹⁷ Disponível em: http://grabois.org.br/portal/cdm/revistas.capa.php?id_sessao=51, acessado em 20 de dezembro de 2011.

¹⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática, 1990.

¹⁹ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Editora da UNESP, 1993.

²⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

²¹ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas, op. cit.*

forma que Gorender, em função da natureza de ambas as obras, a Guerrilha do Araguaia é tratada de forma genérica.

Semelhante às abordagens anteriores, o historiador Daniel Aarão Reis Filho, militante da *Dissidência da Guanabara* nos anos setenta, em *A Revolução Faltou ao Encontro: os comunistas no Brasil*, apresenta um amplo painel das esquerdas no país durante a ditadura militar e aborda sucintamente a guerrilha do Araguaia.

Esses três estudos, já clássicos, possibilitaram a verticalização na análise de organizações e agrupamentos de esquerda nas pesquisas recentes, além de abrir um campo de estudos que vai além das organizações de esquerda. Em *História do Marxismo no Brasil*²², organizado por Ridenti e Reis Filho, aprofundam-se análises de organizações como a Política Operária - Polop, a Ação Popular - AP, a atuação dos trotskistas e mesmo partidos que não optaram pela luta armada, caso do Partido Socialista Brasileiro - PSB. Já em *As Esquerdas no Brasil*²³, além do debate sobre a luta armada, os partidos e as organizações clandestinas, surgem abordagens que procuram discutir trajetórias, memórias e biografias de militantes, discussões de gênero, movimentos feministas e o movimento negro, entre outros.

Além desses estudos, as pesquisas de Jean Rodrigues Sales sobre o PC do B²⁴ foram importantes para aprofundar na compreensão deste partido. Da mesma forma, foram importantes a dissertação de mestrado de Valter Pomar²⁵ e a livro de Wladimir Pomar sobre o “partido e a guerrilha”²⁶.

No capítulo cinco, abordamos o caminho dos militares para o Araguaia. para isso, discutimos a natureza do golpe civil-militar de 1964, identificando a natureza autocrática da burguesia brasileira, que se objetivou pela via colonial.

²² RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Volume V São Paulo, editora da Unicamp, 2002.

²³ FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

²⁴ SALES, Jean Rodrigues. “O Partido Comunista do Brasil nos anos 60: estruturação orgânica e atuação política”, in: *Tempo de Ditadura*. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, Cadernos Ael, vol. 8, nº 14/15, p. 13-47., SALES, J. R. “O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, nº 35, Editora da UFPR, 2001.

²⁵ POMAR, Valter. *Comunistas do Brasil: Interpretações sobre a cisão de 1962*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, FFCLH/USP, São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Osvaldo Coggiola, 2000.

²⁶ POMAR, W. *Araguaia: O partido e a guerrilha*. São Paulo, Brasil Debates, 1980.

Apresentamos o movimento civil-militar de 1964 como um golpe contra a democracia e contra as reformas demandadas pela sociedade brasileira durante o governo de João Goulart. Discutimos o caráter bonapartista da ditadura civil-militar e apresentamos as principais características do evoluir da ditadura, em seus aspectos de segurança e desenvolvimento, ou seja, discutimos como se erigiram, paralelamente, a estrutura econômica e repressiva do bonapartismo.

Abordamos como se colocava a questão do campo na ditadura, particularmente na região do Araguaia. Identificamos alguns dos projetos da ditadura para a região, procurando evidenciar a função que cumpriam no projeto de desenvolvimento empreendido pelos militares. Do mesmo modo, discutimos como a área era vista como estrategicamente importante para os militares e como pretendiam integrá-la ao restante do país.

Pra aprofundar a compreensão da ideologia que embasava a ação desses militares, buscamos refletir sobre alguns conceitos da Doutrina de Segurança Nacional, na forma como foram desenvolvidos pela Escola Superior de Guerra. Esta discussão serviu de subsídio para pensar como se colocava o binômio segurança e desenvolvimento para os militares. Procuramos compreender como os militares viam o mundo, dividido em dois campos bipolares – comunismo e capitalismo – e como justificavam a presença do Brasil no campo capitalista.

Tratamos da reformulação do conceito de guerra a partir da visão bipolar do mundo pelos militares e como esta nova perspectiva conceitual permitia-lhes apreender qualquer cidadão como potencialmente subversivo e qualquer manifestação de oposição como um elemento da “guerra revolucionária” comunista.

Ao tratar do “povo”, além do potencial subversivo que carregava, procuramos identificar alguns traços do pensamento conservador na constituição deste conceito. As justificativas para o domínio das “elites” residiam, segundo o pensamento da ESG, nas características intrínsecas da população, que seria incapaz de conduzir o próprio destino.

Por fim, no capítulo seis, discutimos a presença dos militares no Araguaia e a repressão aos camponeses e à guerrilha. Na análise, procuramos

demonstrar como os conceitos desenvolvidos pela ESG ganhavam forma nas ações na região.

Os camponeses foram vistos como ingênuos e instrumentalizáveis pelo comunismo. Suas demandas e suas lutas pela posse da terra foram criminalizadas e serviriam de base para que construísse a visão do potencial subversivo da população da região. Ela também passaria a ser considerada composta por “inimigos internos” porque, na visão dos militares, a miserabilidade em que se encontrava era revolucionária.

Para os militares, a região era favorável à doutrinação comunista e ao desenvolvimento de uma guerrilha rural. Julgaram que haviam encontrado a forma mais desenvolvida da “guerra revolucionária comunista”, com a presença da guerrilha rural e de camponeses que poderiam se integrar a ela.

Entre os militares, não houve unanimidade na questão do combate à subversão na região. Instalou-se um conflito entre as tropas regulares e os agentes da Comunidade de Informações. Entre eles travou-se uma disputa que foi vencida pelos últimos, adeptos dos mecanismos da *guerra suja* para destruir o comunismo.

Demonstramos como os camponeses foram reprimidos de diversas formas e como se utilizou a prisão, a tortura e os “desaparecimentos” indiscriminadamente, tanto contra camponeses quanto contra guerrilheiros. Apresentamos algumas mortes em combate e outras de prisioneiros sob custódia do Estado, relatadas, inclusive, por militares, que não se intimidam em divulgá-las atualmente pois se sentem resguardados pela Lei da Anistia.

As fontes militares que utilizamos são diversas. Das primeiras operações militares, dispomos de relatórios e informes que foram guardados pelo general Antônio Bandeira. Já sobre as últimas operações, quando se instalou a guerra suja, os materiais são mais escassos. Para reconstituir estes episódios contamos com livros publicados por militares que estiveram presentes no Araguaia, entrevistas que concederam à imprensa e o depoimento do coronel José Vargas Jimenez à Comissão de Anistia, em 2009.

Em relação a bibliografia, as reflexões de José Chasin foram importantes para compreender a objetivação do capitalismo no Brasil, assim como a natureza autocrática da burguesia brasileira, para a qual também foi importante

recorrer a Florestan Fernandes. Já sobre o golpe e sua natureza bonapartista, utilizamos obras de Antônio Rago Filho e Caio Navarro de Toledo.

Para compreender tanto a participação do empresariado, a obra de Dreifuss continua atual. Já a estrutura repressiva conta com novos estudos, tais como os de Carlos Fico, e antigos, mas inspiradores, como o de Maria Helena Moreira Alves, entre outros.

Certamente outros estudos virão, e o que se apresenta neste trabalho será ampliado. Contudo, a ausência de estudos anteriores a este obrigaram a autora a percorrer um caminho de imensas lacunas, que procurou preencher. Muitas ficaram, diversas questões foram suscitadas e outras tantas não de aparecer. Durante a pesquisa, um renovado e crescente interesse pelo tema foi aparecendo em alguns setores da sociedade, ampliando o escopo desta pesquisa, que busca dar repostas a algumas das questões que a guerrilha do Araguaia suscita.

Brasil. Como viviam? Como se relacionavam entre si e com os outros? Muitas questões se referiam à pergunta central.

Buscamos neste capítulo apresentar e compreender este camponês em seus múltiplos aspectos. Como ele teve seu modo de vida alterado pelo advento de uma ditadura autocrático-burguesa no país? Quais eram os impactos herdados de épocas anteriores na sua constituição social? O problema que foi se desenhando ao tratar desse personagem foi a necessidade de entendê-lo em toda a sua complexidade, no interior de uma totalidade concreta, repleta de contradições e com diversos níveis de mediações. Ao abordá-lo, adentramos num universo pouco explorado que são os impactos da ditadura civil-militar no mundo rural.

As referências à guerrilha do Araguaia na historiografia centram-se na análise dos guerrilheiros e dos militares, e são pouco esclarecedoras ao tratar da população que se encontrava na região. A ênfase da bibliografia sobre o tema privilegia as ações dos militantes e militares e as representações da população só aparece subsumida a um desses segmentos.

As referências sobre os camponeses produzidas pelo PC do B ou pelos militares iluminam muito mais estes segmentos do que o próprio camponês; não se trata, evidentemente, de um conteúdo desprezível, mas ele deve ser olhado à luz das ideologias que moviam estes grupos.

Ouvir os camponeses e recuperar sua experiência nos anos 60 e 70 não é algo simples. Durante muitos anos eles se calaram, com medo das represálias do exército. Muitos ainda se calam, porque não suportam lembrar as sevícias sofridas; outros tantos, de idade mais avançada, são incapazes de falar sobre o passado, porque lhes faltam lucidez ou fôlego e cansam-se com facilidade, quando são solicitados a dar seus depoimentos.

Atualmente, diante da possibilidade de serem reconhecidos como anistiados políticos pelo Estado, se dispuseram a contar os danos materiais que tiveram, a denunciar as torturas que sofreram e a informar sobre os desaparecimentos que ocorreram durante a repressão à guerrilha.

Os primeiros a ouvir os camponeses foram os advogados interessados em ajudá-los na questão da titulação das terras, e depois, os jornalistas²⁸. Um dos advogados empenhados no litígio das terras foi Paulo Fonteles. Ex-militante da Ação Popular, depois integrante do PC do B, Fonteles se tornou advogado dos posseiros do sul do Pará em 1978, foi eleito deputado constituinte em 1986 e assassinado em 1987²⁹ quando eram votados os dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária.

Atuante entre os posseiros do sul do Pará nos anos 80, Fonteles ficou conhecido nacionalmente pelas denúncias das ações dos latifundiários. Alinhou-se à proposta progressista de reforma agrária na Constituinte, se transformando em inimigo da União Democrática Ruralista (UDR), organização que congregava os latifundiários brasileiros, liderados por Ronaldo Caiado. No contexto do acirramento das lutas sociais no campo, a UDR propunha abertamente a militarização dos fazendeiros e o ataque armado aos movimentos camponeses³⁰.

Durante sua atuação na defesa judicial dos posseiros, Fonteles reuniu informações sobre a guerrilha e por isso foi apontado pelo PC do B como um redescobridor do movimento. Em que pese o interesse do PC do B em elevar a figura de seu militante assassinado, foi a condição de advogado dos posseiros e sua atuação no sindicato rural de Conceição do Araguaia que lhe permitiu o acesso às primeiras informações junto aos camponeses.

²⁸ O jornalista Fernando Portela, por exemplo, publicou no *Jornal da Tarde* a primeira reportagem a respeito da guerrilha, depois transformadas em livro. Cf. PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo, Terceiro Nome, 2002.

²⁹ James Vita Lopes foi o único processado e condenado no caso do assassinato de Paulo Fonteles. Dono de uma empresa de segurança que prestava serviços aos fazendeiros, Vita Lopes condenado por ter organizado o assassinato do advogado. Os mandantes, cuja suspeita recaí sobre latifundiários da região, nunca foram investigados. *Diário do Pará*, 14 de agosto de 1987 e 15 de maio de 1993.

³⁰ De acordo com Dutra, “Sob o signo da violência, expande-se, a partir do estado de Goiás, a UDR (...) que adquire *status* de entidade dos latifundiários. O serviço de Imprensa dessa entidade chega a publicar em nível nacional, duas consultas feitas a dois renomados juristas, professores Dr. Orlando Gomes e Dr. Silvio Rodrigues, sobre a legalidade dessas *medidas de segurança extremas* adotadas pelos fazendeiros. Em ambos os pareceres, eles foram afirmativos: *a lei autoriza os fazendeiros à resistência à mão-armada*. Ou seja, eles têm o direito de organizar preventivamente sua defesa armada com o concurso de homens residentes na fazenda ou especialmente engajados para tal”. Cf.: DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. *As Ocupações de Terra e a Produção do Direito*. Três Lagoas (Mato Grosso do Sul), 2001. s/ed. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/daterra.html> . acessado em 01 de julho de 2012.

Na ocasião, Paulo Fonteles atendeu a um pedido da Comissão Pastoral da Terra para defender os posseiros. Na mesma época, engajou-se no sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia e disputou a entidade contra a chapa apoiada por Jarbas Passarinho e pelo Major Curió. O município englobava as atuais cidades de Rio Maria, Redenção e Xinguara. Para se compreender o nível de tensão no sul do Pará em 1980 (ano das eleições do sindicato) basta dizer que outros membros da chapa também foram assassinados.³¹

No mesmo ano, Fonteles coordenou a entrevista de Pedro do Jipe – um camponês obrigado a trabalhar como mateiro do exército no período da guerrilha – assassinado dez dias depois. Dizem os moradores da região, que sua morte foi encomendada pelo Major Curió³². Pedro do Jipe, um dos primeiros camponeses a se referir à guerrilha do Araguaia, denunciou a violência do Estado contra a população e foi vítima da represália das forças repressivas que ainda permaneceram na região.

Desde a atuação de Fonteles ficou evidente o imbricamento entre a guerrilha e a luta pela posse da terra. Os posseiros defendidos por ele davam as primeiras informações sobre o conflito, e relatavam como foram afetados. Isso em meio aos enfrentamentos contra o latifúndio, no final da década de 70 e inícios da década de 80 do século XX.

Não há arbitrariedade ou construção da memória que não tenha como base a realidade concreta nos depoimentos dos camponeses. A seleção de alguns fatos – a ênfase nos aspectos em torno da destruição dos meios de subsistência, a violência física e a restrição ao direito de ir e vir – ganharam relevância contemporânea nas entrevistas feitas pelos estudiosos. Estas tinham como objetivo criar as condições legais para a reparação das perdas materiais e dar aos camponeses o estatuto de anistiados políticos, não é de estranhar, portanto, que a tônica dos depoimentos esteja naqueles aspectos.

³¹ Entre os mortos estão: Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo”, candidato à presidência do sindicato, João Canuto de Oliveira, Belchior e Expedito Ribeiro de Souza, todos assassinados pelo latifúndio. Disponível em: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2011/06/11-de-junho-vigesimo-quarto-aniversario.html> acessado em 15 de maio de 2012.

³² PORTAL VERMELHO. “Paulo Fonteles, guerrilha do Araguaia, o mateiro de 1980” Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=179072&id_secao=1 , acessado em 20 de junho de 2012.

Os camponeses também foram ouvidos por pesquisadores que tinham interesse em compreender os impactos da guerrilha sobre a população e cujo objetivo era reconstituir o movimento por diferentes aspectos. Era o início de um longo trabalho de levantamento de fontes que resultariam em trabalhos historiográficos, ainda insipientes, mas que abriu um campo de pesquisa aos estudiosos ³³.

Tanto os jornalistas quanto os estudiosos que ouviram os camponeses estavam motivados por duas questões: a primeira era evidenciar a responsabilidade do Estado brasileiro em relação às torturas e desaparecimento de camponeses, visando pleitear indenização e reparação. A segunda era demonstrar que houvera boas relações e apoio da população à proposta revolucionária do PC do B ³⁴.

Os estudos e reportagens produzidos tinham como viés uma posição crítica em relação à lei da Anistia, ou seja, salientaram a relevância dos aspectos da tortura e violência das ações militares sobre os camponeses para destacar os limites da anistia brasileira, já que a tortura é um crime imprescritível e de lesa-humanidade.

A pesquisa nos revelou que a extensão dos impactos da ditadura sobre a população não pode ser captada a partir apenas da experiência da guerrilha. Ela é, sem dúvida, o centro da nossa análise, mas extrapolá-la traz à reflexão elementos importantes para pensar a ditadura no campo.

O camponês do Araguaia que aparentemente fala pouco de si e muito da guerrilha, estrutura sua narrativa para que o ouvinte entenda de que maneira ele foi afetado e quais foram os impactos da guerrilha sobre ele. As narrativas começam, na maioria das vezes, fazendo referências ao tempo que estão no Araguaia.

³³ Romualdo Pessoa Campos Filho foi pioneiro nos estudos acadêmicos sobre a guerrilha do Araguaia. O resultado da pesquisa de sua dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFG foi publicada no livro: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia, Editora da UFG, 1997; posteriormente, dois outros trabalhos surgiram, a dissertação de mestrado de NASCIMENTO, Durbens Martins. *Guerrilha do Araguaia: Paulistas e militares na Amazônia*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, 169 p., 2000 e a tese de doutorado de FELIPE, Gilvane. *A Guerrilha do Araguaia (Brasil, 1966 – 1975)*. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), Institute des Hautes Études de L'Amérique Latine, 1993.

³⁴ Diversos camponeses entrevistados se filiaram ao PC do B a partir dos anos 80. Da mesma forma, a Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, entidade criada para lutar pela anistia política destes junto à Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, tem sua diretoria composta majoritariamente por membros desse partido.

Quando a guerrilha foi deflagrada, os mais antigos estavam na região há apenas vinte anos e toda a experiência de vida dessas pessoas, anteriores à sua migração para a região e as razões que os levaram a fixar-se ali são pouco mencionadas por eles. É como se as vidas desses camponeses começassem quando chegaram à região. E é compreensível que as narrativas se centrem na guerrilha já que ela é o motivo das entrevistas. Foi o envolvimento com este episódio que deu visibilidade a este segmento social e que possibilitou a divulgação dos problemas contemporâneos vividos por eles.

Falar sobre as violências que sofreram também passou a ser um elemento de segurança pois, na medida em que são conhecidos nacionalmente, estão resguardados da *violência clandestina*, promovida pelo Estado e pelo latifundiários. Esta é uma estratégia que merece atenção e pode ser identificada em outras lutas sociais contemporâneas. Citamos dois exemplos: a estratégia dos posseiros vinculados aos sindicatos rurais nos anos 80 no sul do Pará, próximos social e politicamente dos camponeses do Araguaia e o segundo, uma organização de maior visibilidade internacional, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México. Ambos são representativos de outras formas de enfrentamento contra os latifundiários, contra as políticas de exclusão que afetam o morador do campo e contra as forças repressivas do Estado³⁵.

Diferentes das lutas contemporâneas, nos anos sessenta e setenta do século XX, a estratégia de sobrevivência dos opositores aos regimes ditatoriais latino-americanos, era essencialmente a da clandestinidade. Se tomarmos o aparato repressivo desenvolvido durante as ditaduras em países como o Brasil o Chile e a Argentina, veremos que se tratava de esquemas altamente sofisticados, com diversas ramificações e conexões nacionais e internacionais. Por outro lado, o Estado enfrentava seus opositores pela repressão física, exterminando organizações e impedindo a amplificação das lutas sociais, para isto utilizando-se das estruturas jurídico-políticas com vistas a legitimar dispositivos de segurança nacional.

³⁵ MENDES, Clécio Ferreira. *“Pra soletrar a liberdade”: as propostas educacionais do movimento zapatista no México e dos sem-terra no Brasil na década de 90.* (Dissertação de Mestrado) São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Vieira, 2006.

À oposição restava se organizar em pequenos núcleos, diversos deles armados, travando uma luta clandestina, marcada pelos “desaparecimentos” de militantes. Nos anos oitenta e noventa, com o fim das ditaduras, grandes manifestações de cunho popular voltaram à cena e puderam apresentar publicamente suas reivindicações.

A estratégia da ação e da vida clandestina possivelmente era a única alternativa de sobrevivência vislumbrada pelas organizações no período bonapartista³⁶. Depois de criminalizada a demanda de trabalhadores urbanos e rurais pelas ditaduras cuja ação era respaldada por um aparato repressivo legal, com ramificações ilegais e clandestinas, restava aos opositores o silêncio ou a ação clandestina de enfrentamento.

O cenário mudou com o fim das ditaduras. As lutas sociais de regiões afastadas passou a contar com a visibilidade e a publicização de suas demandas e das ameaças sofridas, veiculadas de diversas formas, mas ainda adotadas como estratégia de sobrevivência, o que denota, inclusive, os limites dos “términos das ditaduras”.

Tal estratégia já vinha sendo utilizada nos anos oitenta quando o isolamento, a falta de infraestrutura e a baixa densidade demográfica de algumas áreas tornava difícil aos movimentos sociais sobreviver, se não fosse pela máxima visibilidade. Vejamos um exemplo desta estratégia, num episódio conhecido nacionalmente: os posseiros marcados para morrer em Rio Maria, no Pará.

Ao final da ditadura civil-militar a certeza da impunidade era tanta na região sul do Pará que no município de Rio Maria circulou uma lista com 14 nomes de pessoas marcadas para morrer. Neste caso, a publicidade feita pelos fazendeiros respaldava-se no poder que tinham adquirido com as políticas governamentais de fortalecimento do latifúndio na região promovida a partir dos anos setenta, com a atuação de órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (GETAT)³⁷.

³⁶ A discussão sobre a natureza bonapartista da ditadura civil-militar implantada no Brasil a partir de 1964 é feita no capítulo cinco desta tese.

³⁷ O Getat foi criado pela presidência da República através do Decreto-Lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980, ficando subordinado à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, com a finalidade de “coordenar, promover e executar as medidas necessárias à

Como resposta às ameaças sofridas, os posseiros responderam não como esperavam os latifundiários, com a desmobilização do movimento. Ao contrário, ele passou a ser publicizado nacional e internacionalmente. A pressão foi tanta no caso de Rio Maria, que os posseiros chegaram a conseguir espaço no maior jornal televisivo da época: o *Jornal Nacional*, da *TV Globo*. Esta visibilidade passou a ser motivo de queixa dos fazendeiros:

Quando matavam um por cento deles, que tinha um povo por trás, aí soltavam imagens: “o fazendeiro matou”. Agora quantos fazendeiros, que foi morto aqui, quantos empresários foi morto aqui, quantos policiais foram mortos aqui e não saiu no *Jornal Nacional*?³⁸

Era a oportunidade do fazendeiro esclarecer: quantos? E de acrescentar: em que condições? Não se tem notícia de que circulou alguma lista com cabeças de fazendeiros a prêmio, como aconteceu com os envolvidos na luta dos posseiros de Rio Maria, com valores como 30 mil cruzados novos³⁹, se fossem padres, ou 50 mil, valor atribuído às cabeças dos presidentes dos sindicatos rurais.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria divulgou nacional e internacionalmente a lista de pessoas marcadas para morrer e conseguiu organizar no dia 13 de março de 1991, o “Dia Contra a Violência e a Impunidade”. Contando com um razoável aparato midiático, além da presença de personalidades nacionais como atores globais, políticos conhecidos, sindicalistas e religiosos, o ato amplificava a resistência dos posseiros, chamando a atenção da sociedade para o problema da terra no sul do Pará, denunciando a violência contra o trabalhador rural e indicando quem eram os mandantes dos crimes. Ao se colocarem numa dimensão nacional, o movimento angariou diversos apoios e possibilitou o surgimento de vínculos entre as organizações rurais antes isoladas.

regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão”. Disponível em: <http://www6.senado.govol.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=212865>, acessado em 21 de abril de 2012.

³⁸ GALLO, Emílio. *Esse homem vai morrer – um faroeste caboclo* [documentário], Brasil, 2011, 75 min.

³⁹ O Cruzado Novo surgiu em 16 de janeiro de 1989 a 15 de março de 1990, quando foi substituído pelo Cruzeiro, vigente de 19 de março de 1990 à 31 de julho de 1993. Informação disponível em: <http://www.bc.govol.br/?CEDMOEBR>, acessado em 10 de julho de 2012.

A experiência de 1991 foi retomada em 2011, quando foi lançado o documentário “Esse homem vai morrer”, que narra os episódios descritos acima e vincula os assassinatos de uma década atrás, à nova lista de pessoas marcadas para morrer. A lista mais recente que circulou no município de Rondon do Pará tem nove pessoas marcadas para morrer, das quais quatro já foram assassinadas ⁴⁰.

No final do século XX a situação se alterou com a mudança da conjuntura política no final dos anos 80 e, contraditoriamente, as mesmas causas da expulsão do camponês possibilitaram o surgimento das condições para a criação dos laços, da consciência política e de novas estratégias de enfrentamento ao latifúndio.

Em períodos recentes, a estratégia de visibilidade do camponês do Araguaia se insere na mesma lógica da estratégia dos sindicalistas rurais, mas vai além. Ao tornarem públicas as sevícias sofridas no período em que as Forças Armadas estiveram na região para reprimir a guerrilha do Araguaia, estes camponeses se colocam politicamente na cena pública e, através das informações sobre a repressão à guerrilha, chamam a atenção da sociedade e dos governos para o problema da terra e de sua sobrevivência, demonstrando que a origem das dificuldades atuais está no período da ditadura civil-militar. Tal associação, conforme veremos abaixo se explica na particularidade daquele homem do campo naquela conjuntura.

A ênfase dos meios de comunicação e dos estudiosos na análise das práticas repressivas do período centra-se nas organizações políticas, estudantis e sindicais. Pouco se fala sobre a repressão ao trabalhador que não se vinculou a nenhuma entidade política; menos ainda quando se trata do trabalhador rural ⁴¹. Os depoimentos dos moradores do Araguaia vão contra esta corrente e explicitam que também foram vítimas da repressão.

Suas narrativas trazem à tona seu modo de vida na época, suas origens territoriais, seus sonhos de migrantes. Revelam também como a ditadura se abateu sobre ele, como afetou seu dia a dia e a sua

⁴⁰ GALLO, Emílio. *Esse homem vai morrer – um fardoeste caboclo* [documentário], *op. cit.*

⁴¹ Recentemente foi divulgado um amplo estudo que visa preencher essa lacuna. CARNEIRO, Ana & CIOCCARI. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília, MDA, 2011. Disponível em <http://www.nead.gov.br/portal/nead/publicacoes>, acessado em 19 de abril de 2012.

subsistência. A guerrilha transformou-se – para além da vivência que nela tiveram ou para a qual foram impelidos – no veículo que permite a eles divulgar não apenas essa vivência, mas também abre ao pesquisador a possibilidade de recuperar uma parcela da experiência rural no período e a complexidade de suas existências, acima referida.

Tal visibilidade também os faz desenvolver a consciência da importância de tais lutas e de sua vivência nelas, assim como das lutas atuais. O vínculo entre as lutas passadas, a repressão e a resistência à ditadura acentuada pelos camponeses, vem acompanhada da politização de seu discurso, que vai ganhando contornos mais amplos e profundos à medida que vão sendo ouvidos: questionam a ausência da guerrilha do Araguaia nos livros didáticos e o silêncio a seu respeito nas escolas, reivindicam para si um papel ativo no combate à ditadura civil-militar, se posicionam criticamente em relação à morosidade em se fazer justiça e conceder a eles as indenizações a quem tem direito ⁴².

Aqueles que não se encaixam no perfil dos que podem pleitear a indenização, questionam a estreiteza da leitura que tem sido feita da lei 10.559 de 2002, que trata da indenização aos que tiveram sua atividade laboral impedida durante a ditadura ⁴³. Explicitam em suas falas como a atividade no campo é coletiva e que os que não foram diretamente afetados também sofreram perdas materiais e diminuição de sua atividade produtiva.

Colocam-se, assim, como agentes da história. Extrapolam o papel que a historiografia sobre as lutas e resistências à ditadura reservou a eles, apresentando-se como seres atuantes, com engajamento político, com estratégias de resistência.

⁴² A abordagem da guerrilha do Araguaia nos livros didáticos é uma demanda que foi apresentada pela Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia à Comissão Parlamentar de Memória, Justiça e Verdade, em abril de 2012. A referida comissão se comprometeu a encaminhar ao Conselho Nacional de Educação (CNE) uma proposta de inclusão da guerrilha nos livros didáticos de História. Cf: ASSOCIAÇÃO DOS TORTURADOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA “Guerrilha do Araguaia pode ser incluída nos livros didáticos”. Disponível em: <http://camponesesdoaraguaia.blogspot.com.br/2012/04/guerrilha-do-araguaia-podera-ser.html>. acessado em 20 de maio de 2012.

⁴³ Lei nº 10.559 de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www81.dataprevol.govol.br/sislex/paginas/42/2002/10559.htm> acessado em 18 de abril de 2012.

Além de chamar a atenção dos pesquisadores sobre o problema específico do camponês na guerrilha do Araguaia, a experiência camponesa revela um campo de estudos pouco explorado. Como a ditadura atingiu o mundo rural no Brasil? Como modificou a vida do camponês? Que sociabilidades se desenvolveram na época, internamente, neste grupo? Como as relações sociais no campo se apresentam no período?

Os camponeses que entrevistamos valorizam e enriquecem nas suas falas os detalhes da guerrilha, mas fazem também muitas referências à questão da dificuldade da subsistência. A questão da terra é central em seus depoimentos. O Sr. Sebastião, por exemplo, conta que saiu do Maranhão em direção à Goiás pelos problemas que começou a enfrentar para permanecer na terra: “Quando eu vindo do Maranhão, eu vim para o Tocantins, que naquele tempo era Goiás (...) começou a enfraquecer as terras para lá, começou a aparecer dono, aí eu me mudei para o Pará”⁴⁴.

Assim como o Sr. Sebastião, diversos camponeses saíam de suas terras e buscavam no Pará melhores condições de vida. Os depoimentos, quando se referem à chegada ao Araguaia, num momento em que ainda não havia nem militantes, nem militares, revelam uma vida dura, mas valorizada pela autonomia e liberdade que adquiriam na região. Ao falar sobre a vida no Pará, o Sr. Joaquim afirma que: “(...) era boa, porque de tudo eu tinha. Saía na rua vendia uma parte de legumes lá para a cidade. Comprava meus bagulhos, trazia farinha para casa. Andava despreocupado, não devia nada para ninguém”⁴⁵.

Com a deflagração da guerrilha e a repressão do exército, percebe-se a perda da liberdade e da autonomia, expressas no ataque das Forças Armadas aos seus meios de subsistência e nas dificuldades para manter a posse da terra. São falas que dão sustentação à luta contemporânea pela terra, na medida em que revelam suas origens. Os relatos demonstram que diversos camponeses tiveram suas roças queimadas e foram expulsos de suas posses. Muitos perderam as terras e não as recuperaram mais. Ao falar dessas perdas, apontam em duas direções: a legitimidade que possuem

⁴⁴ Depoimento do Sr. Sebastião Rodrigues da Silva, São Geraldo do Araguaia (Pará), 15 abril de 2012.

⁴⁵ Depoimento do Sr. Joaquim Rodrigues Araújo. São Geraldo do Araguaia (Pará), 15 abril de 2012.

para serem indenizados já que o Estado atentou contra sua sobrevivência e a legitimidade para resistir ao avanço do latifúndio sobre suas posses.

As representações ideológicas dos posseiros sobre a guerrilha cumprem a função de vincular o passado à questão dos conflitos de terra contemporâneos. Eles pleiteiam indenizações junto ao governo pelas terras perdidas, pelos meios de subsistência retirados pela repressão. Revelam, assim, uma das facetas da ditadura no meio rural: a permanência das condições de exclusão a que esteve submetido os habitantes das áreas rurais e a “repressão preventiva” às suas demandas. O problema da terra não apenas se manteve, mas se agravou profundamente na região. Ao chamar a atenção sobre a guerrilha, os camponeses também chamam a atenção para essas questões.

Algumas afirmações dos camponeses soavam incompreensíveis a princípio e suscitaram novas questões. Porque o camponês afirma que aquelas eram terras desabitadas? Porque se colocam como os primeiros habitantes do local? Estas indagações suscitaram outras, em torno das migrações rurais, nas quais os camponeses eram sujeitos e agentes. Levantava-se também a questão da falta de enraizamento. Estas não eram questões específicas do camponês do Araguaia nem do período da ditadura. Suas falas narrativas como, sob diferentes formas, a intensa mobilidade do camponês é parte da dinâmica do meio rural brasileiro.

Constatado que uma grande parte dos camponeses não era natural da região, foi necessário investigar quais foram as condições que resultaram no deslocamento grandes contingentes de camponeses para o Araguaia a partir dos anos cinquenta do século XX.

Estes camponeses que se veem como povoadores da região, finalmente permaneceram nela. Como se sabe, não houve avanços significativos na resolução da “questão agrária”, ao contrário, contemporaneamente novos dilemas surgem, como o agronegócio e velhos dilemas permaneceram, como o assassinato de posseiros, a grilagem de terras, a escravização do trabalhador rural. Sob essas condições a região da área onde se desenvolveu a guerrilha se tornou a mais violenta do país em torno da questão da luta pela terra.

Porque permaneceram em um lugar onde a vida é tão difícil? A pesquisa nos leva a afirmar que a violência contemporânea contra o trabalhador na

região decorre da mudança no padrão de intervenção social que o camponês da região foi construindo. O abandono das posses e a busca da sobrevivência em outras localidades deu lugar a um enfrentamento político do camponês contra o latifúndio. Ele foi se apropriando da complexidade das questões que envolvem o tema da terra no Brasil, foi resistindo à grilagem, à pistolagem, à violência policial. A permanência do camponês se dá, então, pelo desenvolvimento de uma concepção de que suas posses são legítimas, e que quem está na ilegalidade é o fazendeiro que grila as terras, e o Estado que se põe como força repressiva a serviço do latifúndio. Um Estado cuja violência extrapola os limites da legalidade conferida constitucionalmente, consubstanciado isso na expropriação ilegal dos camponeses, entre outras evidências ⁴⁶.

A guerrilha do Araguaia contribuiu para que se desenvolvessem formas de luta e resistência contra o latifúndio por meios que não se respaldam na espera de uma resolução pelo Estado, mas sim através do enfrentamento. Aos camponeses, a experiência consolidou a percepção de que o Estado atua em favor dos grandes grupos econômicos, favorecendo a aquisição de grandes extensões de terra por estes.

Menos do que o PC do B, foram as Forças Armadas do Estado ditatorial que demonstraram aos camponeses o lugar que a população rural e pobre do norte ocupava na estrutura capitalismo brasileiro. Nesse sentido, foi o acirramento da luta de classes que assentou o camponês na região.

A história do campesinato brasileiro e a história do desenvolvimento da estrutura fundiária do país estão intimamente entrelaçadas. É uma história complexa, heterogênea, de difícil compreensão em diversos de seus momentos. Trabalhar a história do campo no Brasil, a partir de seus agentes, implica em entender como o capitalismo se desenvolveu no campo, qual o papel e o peso da estrutura agrária no capitalismo brasileiro e quais as contradições internas dão forma e movem o desenvolvimento capitalista no

⁴⁶ Nesse sentido ver estudos vinculados à Pesquisa intitulada *Violência institucional e autocracia burguesa* no Brasil na segunda metade do século XX, coordenado pela Prof^a Dr^a Vera Lucia Vieira, vinculado o CEHAL-PUC, ao qual a presente pesquisa se integra e cujo relatório preliminar se encontra no site do referido centro. Ver também os estudos de Nilo Dias de Oliveira, Vanessa Mattos, Jussaramar da Silva, entre outros, integrantes do mesmo grupo de estudos.

país. Este capítulo, que tem a intenção de apresentar e compreender quem é o camponês do Araguaia, procura problematizar algumas destas questões.

1.2 - Caminhos para o Araguaia: ocupação do território e rotas dos camponeses

Pode-se inferir que um dos motivos que levou o camponês à região do Araguaia era a ideia que carregavam de que aquelas terras eram desabitadas. Esta crença surgiu por, pelo menos, dois motivos: primeiro, pela divulgação oficial de que se tratava de terras virgens a serem ocupadas, já que os governos militares pensavam em ao mesmo tempo, aliviar a pressão no nordeste brasileiro e povoar a Amazônia, incentivando a migração nordestina para a região⁴⁷; segundo, pela falta de vínculos que este campesinato apresentava com os antigos habitantes locais.

Os depoentes não fazem referência a moradores mais antigos e apresentam as matas em que estabeleceram suas posses como virgens. Esta é uma representação ideológica do espaço que cumpre diferentes funções e revela algumas características do grupo estudado.

As nações indígenas, não estão incorporadas ao discurso dos camponeses. O “imenso vazio” era, na realidade, ocupado por inúmeras de nações indígenas, com diferentes formas de sociabilidade, todas elas desconsideradas não apenas pelo camponês, mas pelos três segmentos sociais discutidos neste trabalho. Eram os Apinayés, Suruí (ou Akewere), Xambioá e os Karajá, entre outros.

Como os camponeses, os militares e o PC do B também sustentavam a ideia do “espaço vazio”. As autoridades governamentais justificavam a expansão do desenvolvimento capitalista para a região e a forma que ele assumia, pressupondo a ocupação de um território imenso e vazio⁴⁸.

⁴⁷ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky & OINTO, Jax Nildo Aragão. “A questão fundiária na Amazônia”, *Dossiê Amazônia Brasileira II*. São Paulo, Estudos Avançados/USP, vol. 19, nº54, 2005.

⁴⁸ Cf., por exemplo, SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1981.

Levar o desenvolvimento capitalista para um espaço que apresenta tais características, necessitaria de grandes recursos financeiros que o Estado não dispunha. As parcerias com a iniciativa privada e os privilégios concedidos aos projetos tocados pelas grandes empresas capitalistas encontram sua razão de ser na ideia do espaço vazio⁴⁹. Da mesma forma, alguns escritos do PC do B reproduzem a ideia de vazio demográfico, pronto a ser ocupado pela revolução camponesa⁵⁰.

Há, ainda, uma série de movimentos de ocupação que, se não tinham a região estudada como destino final, a tinham como um importante ponto de passagem para trabalhadores da borracha, do ouro, do diamante, etc. Formaram-se, ao longo dos séculos, comunidades tradicionais descendentes de quilombolas e populações ribeirinhas que não aparecem nos discursos de nenhum dos grupos envolvidos.

Trata-se, sem dúvida, de uma região de baixa densidade demográfica: mesmo entre os camponeses ouvidos, alguns deles chegaram muito antes à região. Pudemos entrevistar pessoas que chegaram lá nas décadas de 30 e 40 do século XX, outros que nasceram lá, assim como seus pais. Mas constituem minoria entre os entrevistados, e compõem uma população que não sabe precisar exatamente quando seus ancestrais chegaram ao Araguaia. Em geral descrevem a região como de floresta densa, com poucos moradores.

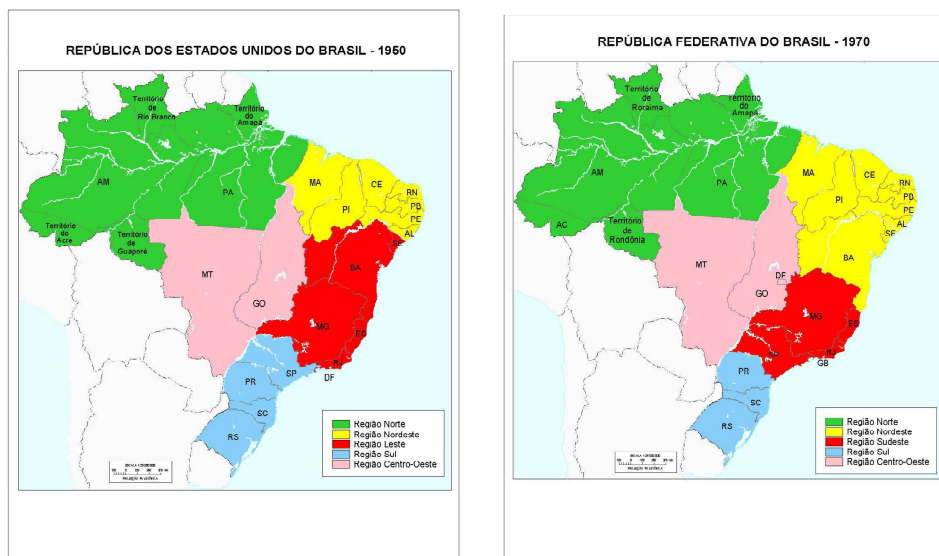
Frente à divulgação ostensiva entre os anos 50 e 70 de que se tratava de uma região despovoada e a permanência dessa imprecisão histórica nos meios governamental, acadêmico e na imprensa, remontaremos algumas características de ocupação desse território.

A região apresenta uma delimitação territorial complexa. É formada por fronteiras estaduais e também por fronteiras regionais instituídas pelo Instituto

⁴⁹ Segundo Loureiro & Ointo, “os incentivos fiscais (...) eram concedidos (via Sudam e Basa) aos empresários por longos períodos (dez a quinze anos). Por meio dos incentivos fiscais, as grandes empresas beneficiadas poderiam destinar uma parte ou até a totalidade do imposto de renda que deveriam pagar ao governo, para criar com aqueles recursos novas empresas na região. Além disso, o governo ainda disponibilizava recursos financeiros a juros muito baixos e até negativos e concedia um sem-número de outras facilidades. Dessa forma, o Governo Federal abriu mão do dinheiro com o qual poderia modernizar as atividades tradicionais dos pequenos e médios produtores da região ou para investimentos sociais, como escolas, hospitais etc.; preferiu transferir esses recursos para grandes empresas”. LOUREIRO, Violeta Refkalefsky & OINTO, Jax Nildo Aragão. “A questão fundiária na Amazônia”, *Dossiê Amazônia Brasileira II*. São Paulo, Estudos Avançados/USP, vol. 19, nº54, 2005, p. 78. A questão é melhor desenvolvida no capítulo 5 desta tese.

⁵⁰ Ver o capítulo 3 desta tese.

Brasileiro de Geografia e Estatística em 1942. Segundo esta divisão, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste se encontravam ali até 1988, quando o estado de Goiás perdeu parte de seu território para a constituição do estado do Tocantins, que passou a integrar então a região norte. Contudo, mesmo após esta data, duas regiões político-administrativas continuavam se encontrando naquele espaço: o Norte e o Nordeste.



Divisão regional do Brasil⁵¹

Ali, portanto, é uma região em que as políticas governamentais definidas tendo como critério espacial a divisão geográfica do IBGE se sobrepõem. Este dado é particularmente importante quando se estudam as políticas de expansão da frente pioneira do Centro-Oeste, na era Vargas e as migrações que se sucedem, como a dos nordestinos que se movem em direção Amazônia.

Antes dos anos 40, esta divisão ainda não existia. Mesmo assim, a leitura da bibliografia sugere que a região foi, inúmeras vezes, palco do entroncamento entre movimentos de ocupação vindos de outras regiões do país e que possuíam características distintas. Referimo-nos especificamente a

⁵¹INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Divisão territorial brasileira – 2002*. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf, acessado em 21 de junho de 2012.

migrantes que faziam duas rotas: Aqueles oriundos do Centro-Oeste e aqueles vindos do Nordeste.

1.2.1 - A rota do Centro-Oeste

Os movimentos populacionais com origem no Centro-Oeste teriam como uma de suas causas a expulsão de camponeses advinda da dinâmica da formação dos imensos latifúndios do estado de Goiás (consideramos a área que hoje integra os estados de Goiás e Tocantins), que se iniciou na ocupação territorial ocorrida no período colonial. A concentração fundiária na capitania de Goiás remonta ao final do século XVIII, ao final do ciclo do ouro que foi efêmero na região, mas que atraiu gente que vinha de diversos locais do país. Esses migrantes, ao chegarem às terras goianas, se deparavam com uma grande contradição, já que a população,

(...) era rodeada por um imenso espaço próprio para a agricultura, mas o seu uso e a sua posse eram restringidos por leis bem rígidas e cheia de formalidades, difíceis de serem cumpridas pelo mais comum dos camponeses, como, por exemplo, a lei das Sesmarias⁵².

A Lei de Sesmarias foi a base sobre a qual se ergueu o latifúndio brasileiro e é por isso o ponto de partida para o entendimento da questão fundiária no Brasil. A partir dela uma sucessão de leis de terras favoreceram a concentração de terras em detrimento do estímulo à agricultura em pequenas e médias propriedades.

Recuperando a origem portuguesa da Sesmaria, Teixeira Neto demonstra o caráter progressista que ela assumia em terras lusitanas e a forma conservadora que assumiu no Brasil colonial. Conforme o autor, na Metrópole, ela surgiu para resolver os problemas da pequena propriedade agrícola portuguesa, ainda dominada pelos senhores feudais. Em Portugal,

⁵² TEIXEIRA NETO, Antônio. "Goiás-Tocantins: questões agrárias", in: *Observatório Geográfico de Goiás*. Goiânia, s/d, s/l. disponível em https://portais.ufg.br/uploads/215/original_NETO_Teixeira_Antônio_goiás_tocantins.pdf, acessado em 19 de abril de 2012, p. 2.

faltava terra para atender a demanda camponesa, no Brasil, ao contrário, as terras eram abundantes e não existia no país, tal como em Portugal, a mesma tradição de trabalho rural entre os camponeses, em que estes fossem capazes de cultivar a terra com um nível maior de racionalidade e técnica: “se na metrópole a Lei de Sesmarias distribuiu a propriedade e evitou o latifúndio desperdiçado, no Brasil, ao contrário, ela o acentuou ao concentrar nas mãos de sesmeiro privilegiados enormes áreas de terra que nada produziam”⁵³.

Com um caráter marcadamente excludente, a concessão de sesmarias era direcionada àqueles que podiam atender as inúmeras formalidades jurídicas e materiais para confirmá-la: medições, demarcações e confirmações régias, além de cumprir uma, de duas obrigações: arrendar ou cultivar. Entre 1726 e 1770, 1052 pedidos de concessão de Sesmaria foram feitos na Capitania de Goiás, mas apenas nove (9) conseguiram obter o título definitivo.⁵⁴

Além de impraticável, a Lei das Sesmarias ela está na gênese dos conflitos entre posseiros, arrendatários, foreiros e sesmeiros, já que o latifúndio se estabelecia a partir da contradição entre a função social da terra e a terra transformada em propriedade rentista. A finalidade primordial da terra não seria o abastecimento da população:

(...) tudo indica que a produção de gêneros alimentícios – uma das finalidades da concessão das terras -, era uma obrigação secundária, uma vez que o objetivo mais importante das autoridades era o povoamento dos imensos vazios dos sertões brasileiros e goianotocantinenses⁵⁵.

Percorrendo o período colonial, o autor demonstra que não houve favorecimento da criação do que se poderia denominar uma “cultura camponesa”, ou seja, não se desenvolveram laços comuns reconhecidos por todos no interior de uma dada sociabilidade. Desde o pau-brasil, passando pela grande lavoura canavieira, as atividades não eram voltadas para a alimentação. Não havia uma produção que se baseasse numa estrutura de tipo familiar, mas sim grandes propriedades tipo *plantation*.

⁵³ Ibidem, p. 9.

⁵⁴ Ibidem, p. 7.

⁵⁵ Ibidem, p. 6.

Na região Goiás-Tocantins, a produção familiar destinava-se a uma subsistência muito pobre. As lavouras que se formaram nos arredores das áreas mineradoras poderiam sugerir uma tímida cultura camponesa, já que a estrutura familiar estava presente nas roças. A roça tradicional no entorno das áreas mineradoras produzia alimentos básicos para subsistência: arroz, feijão, mandioca, milho, cana, cachaça e carne. Entretanto, o camponês trabalhava em terras monopolizadas por outrem, tendo que se submeter ao domínio da oligarquia rural que se formou a partir da Lei de Sesmarias.

A roça, destinada à subsistência e ao atendimento das necessidades alimentares das áreas mineradoras entraram em colapso quando o ciclo aurífero chegou ao fim. Não havia mais necessidade de produzir e correr riscos por desobedecer a coroa portuguesa.

A legislação ferrenha contra o camponês e favorecedora da formação de grandes latifúndios, aliada à falta de tradição rural no Brasil colonial, a precariedade da cultura camponesa, o declínio do ciclo minerador e a imensa extensão do território, contribuíram para a pobreza do camponês do centro-oeste e para sua extrema mobilidade. Já no século XIX Visconde de Taunay, então presidente da Província de Goiás, relatava as dificuldades herdadas da colônia:

Goyaz não tem população para bem povoar uma zona sequer de seu imenso território; não tem hábitos de trabalho constante, pois não vê a retribuição imediata do labor; não sente em si a evolução do progresso; vive vida lânguida e desanimada e, prostrado sobre minas riquíssimas de ouro, não possui um real de seu ⁵⁶.

A permanência desta realidade se explica pela conjugação dos fatores apresentados acima que, se não impedem, dificultam o desenvolvimento de uma cultura camponesa. Palacin afirma que:

(...) a maior parte dos lavradores preferia não trabalhar a pagar imposto, a plantar, arriscar-se a não vender ou vender a crédito, e ter igualmente que pagar um imposto que não poderiam pagar (...). Todo excedente era evitado. Isto impunha

⁵⁶ TAUNAY, Visconde. Goyaz. Instituto Brasileiro de Cultura Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=19648 acessado em 10 de março de 2012.

a população a devastadores períodos de fome, quando o ano agrícola, por qualquer causa, não correspondia às expectativas

⁵⁷.

Na região de Goiás-Tocantins, também se desenvolveram representações em torno da atividade agrícola que a depreciavam. O fazendeiro era em geral, aquele que possuía cabeças de gado e não aquele que roçava e plantava. A pecuária ocupa um lugar de destaque em detrimento da agricultura e o pecuarista, “embora já tenha incorporado ao vocabulário corrente a expressão ‘produtor rural’ para minimizar a conotação pejorativa das palavras “camponês” e “agricultor” ⁵⁸, ainda hoje se mantém a representação do pecuarista como produtor rural, e esta expressão ainda não se estende aos lavradores, cuja atividade é vista como menor.

Pouco se transformou a roça tradicional na região. Teixeira Neto descreve a rusticidade do trabalho agrícola do qual chegou a participar:

Se nas regiões mais desenvolvidas do país o uso de instrumentos agrícolas, como o velho arado puxado por animais, só chegou com a vinda dos primeiros imigrantes europeu, imagine como se trabalhava a terra por estas bandas goiano-tocantinenses no início de uma agricultura regular? Com as mãos, segurando os mais primitivos instrumentos de trabalho (...). Tudo por aqui, no começo, foi feito a golpes de facão (o cutelo só aparece certamente mais tarde) e os feixes batidos no jirau com os grãos caindo sobre couros de boi estendidos no chão. Depois de recolhidos, iam para as tulhas e paióis, raramente eram ensacados. No comércio eles eram vendidos a granel, para onde eram transportados em bruacas penduradas em lombos de jumento e mulas ou em carros de boi servindo de graneleiros. O excedente era ensacado e comprado a preço aviltante pelo atravessador, pomposamente chamado de “atacadista” Sou ainda testemunha ocular desses tempos que não estão tão distantes assim do tempo atual (...) Presenciei e participei de tarefas dessa natureza e de outras tão duras e fatigantes, como capinar, semear e colher de maneira rudimentar, colher restos de mandioca espalhados no meio da palhada infestada de formigas e sob sol abrasador. Ralava-se em roda de ralar à mão, escorria-se a massa em tapitis, aparava-se a água em grandes bacia e gamelas para, depois de decantado o amido, retirar-se o polvilho. Torrava-se a farinha em tachos imensos de ferro, metia-se tudo nas bruacas e ia-se, com um grande sorriso nos lábios, para a cidade tocando os jegues

⁵⁷ PALACIN *apud* TEIXEIRA NETO, Antônio. “Goiás-Tocantins: questões agrárias”. *Observatório Geográfico de Goiás, op. cit.* p. 44.

⁵⁸ TEIXEIRA NETO, Antônio. “Goiás-Tocantins: questões agrárias”. *Observatório Geográfico de Goiás, op. cit.*, p. 34.

carregados de farinha nova e de um pouco de polvilho. A metade do que era produzido ficava para o dono das terras⁵⁹.

A roça tradicional, com pouca ou nenhuma modificação no modo de ser lavrada, contrasta com os grandes latifúndios dedicados à monocultura da soja, que utilizam os recursos tecnológicos mais avançados nas plantações. Os métodos mais arcaicos se conjugam, no campo brasileiro, com a tecnologia de ponta.

Grosso modo, o modo de vida do camponês goiano-tocantinense pobre sofreu poucas modificações ao longo dos séculos; ainda hoje é possível se deparar com a extrema pobreza e rusticidade descrita pelos autores que tratam do período colonial.

Ao tratar de outro tipo de camponês, o caipira paulista, Antônio Cândido fornece alguns elementos para refletir sobre o posseiro goianotocantinense a partir de algumas aproximações no modo de vida dos habitantes do interior de São Paulo descritas pelo estudioso.

Tendo como ponto de partida para sua análise a maneira como os homens produzem e reproduzem sua existência, de acordo com uma famosa proposição de Marx, Cândido desenvolveu seu estudo a partir atividade humana mais elementar, que é de garantir os meios para produzir e reproduzir suas condições de existência. Assim, a categoria trabalho adquire centralidade na obra do autor, cuja investigação parte da alimentação da população caipira. Ela é o fundamento primeiro da organização econômica e da qual deriva o ordenamento social e a necessidade (ou não) de formas mais complexas de organização social. A sociabilidade é determinada, em última instância, pela forma como as pessoas se organizam em torno da produção. Para o autor, o caipira paulista,

(...) assimilou e conservou os elementos condicionados pelas suas origens nômades. A combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, cuja estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos. Por isso, na habitação, na dieta, no

⁵⁹ Ibidem, p. 35.

caráter do caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura.⁶⁰

Se o povoamento do território paulista, com origens numa combinação de características do povoador português, do bandeirante, do indígena, expressa a intensa mobilidade dessa população, que se revela também em sua habitação, dieta, em suas práticas culturais, entre os goianos-tocantinenses as marcas da mobilidade também estão impressas nos mesmos elementos: na rusticidade de suas habitações, sua dieta e nos laços comunitários esporádicos que os posseiros mantinham entre si.

A origem da mobilidade na região estudada reside principalmente na estrutura fundiária formada no período colonial, que criou condições para a formação de um segmento social que monopoliza a terra, mas sem cultivá-la, sem uma tradição agrícola e que impede a formação de pequenas propriedades e de uma cultura camponesa baseada na agricultura familiar.

No território goianotocantinense se cultivaram gêneros agrícolas que estariam rapidamente prontos para a colheita e que não necessitassem de recursos tecnológicos avançados, tais como o milho, a mandioca e o feijão. A sombra da legislação imperial, da figura do emissário do rei reprimindo o cultivo ilegal favorecia o abandono de roças, a interiorização cada vez maior dos posseiros e a provisoriedade de seu modo de vida. Posteriormente, não mais o emissário do rei, mas o latifundiário, com o monopólio da terra, o desenvolvimento de um sistema de fraudes nos títulos, a violência do jagunço contra o posseiro, foram mecanismos que se desenvolveram e contribuíram para não permitir a fixação do posseiro à terra.

Após a abolição da escravidão a estrutura fundiária se manteve. Não é por acaso que a lei de terras de 1850 foi outorgada no mesmo ano da proibição do tráfico negreiro. Nos estertores do regime escravocrata, o Estado legislava em favor da concentração fundiária, impedindo o acesso à terra aos escravos libertos, que passaram a integrar o contingente de sem terra.

Muitos camponeses da região Goiás-Tocantins compuseram uma rota “espontânea”, que foi se dirigindo para a região norte do país, acompanhando o curso do rio Araguaia, desde o período colonial. Um movimento que conheceu

⁶⁰ CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*, São Paulo, Duas Cidades, 1970, p. 37.

maior intensidade em períodos como o ciclo da borracha ou do garimpo, mas que mesmo em períodos de menor deslocamento, foi incessante.

Também é possível sugerir que esta rota não tinha, a não ser em alguns períodos, um destino final: migrava-se para fugir do latifúndio e para ocupar terras mais férteis. Isto nos dá a ideia de uma região em que os posseiros circulavam de tempos em tempos, em busca da sobrevivência.

O quadro que descrevemos do povoamento da região se manteve até os anos 30 do século XX. Havia poucas cidades e vilarejos, não existiam rodovias e os deslocamentos se efetuavam por estradas vicinais, estradas tropeiras e trilheiros⁶¹, além do transporte fluvial feito pelos dois grandes rios que cortam a região: o Araguaia e o Tocantins, que comportavam apenas pequenas embarcações.

A dinâmica da ocupação territorial goiano-tocantinense se modificou com as políticas de povoamento do governo Vargas após 1930. Entre elas, destaca-se a “Marcha Para o Oeste”, implementada durante Estado Novo. Pretendia-se, além de povoar a região, abrir novas fronteiras agrícolas e integrar a região centro-oeste ao centro-sul, através de um amplo projeto rodoviário. Essa política também visava fornecer mão de obra barata para a região industrial do país, facilitando o afluxo de camponeses para essas regiões⁶².

Os deslocamentos populacionais promovidos pela “Marcha para o Oeste” tiveram dois objetivos: o primeiro, visando povoar a região, atraía camponeses cujas condições de sobrevivência em seus locais de origem eram dificultadas por fatores como a exploração do latifúndio ou o esgotamento da terra. A possibilidade da posse e, posteriormente, da propriedade, longe dos conflitos gerados pelo monopólio da terra era atrativo para essa população. Concomitantemente, contribuía para essa mobilidade um movimento contrário, ou seja, o da integração com o centro sul, que permitia o deslocamento dos excedentes rurais para a indústria⁶³.

⁶¹ Estradas tropeiras são aquelas destinadas ao transporte de tropas de animais, abertas séculos antes. Eram também por onde passavam os tropeiros que se dedicavam ao comércio. Os trilheiros eram trilhas mais destinadas às viagens de pessoas. Eram caminhos mais estreitos e mais difíceis de serem percorridos com grandes tropas de animais.

⁶² BORGES, Barsanufu Gomide. “A Expansão da fronteira agrícola em Goiás”. *História Revista* vol. 1, nº 2, Goiânia, jul/dez 1996.

⁶³ CASTILHO, Denis. “As transformações sócio-espaciais do território goiano nos períodos de 1930 e 1970”. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, vol. 4, nº 3, ago de 2010.

Assim, aparentemente há uma contradição na “Marcha Para o Oeste”. Ao mesmo tempo em que se procuravam criar frentes de expansão agrícola, atraindo o camponês para a região, foram desenvolvidas condições para que uma parcela desse campesinato se deslocasse para o centro-sul.

A aparente contradição revela que não se pretendia tocar na estrutura fundiária. Atraíam-se camponeses que se apossariam de uma parte do território, mas que rapidamente entraria em conflito com o latifúndio, que continuava avançando pelo centro-oeste em direção ao norte do país. O camponês era o responsável por desbravar a região e por todo o trabalho de preparação da terra, da qual seriam posteriormente expulsos. Parcelas do campesinato resistiam, mas outras migravam para áreas rurais ou para o centro-sul industrial. A migração camponesa nesta lógica pode ser confirmada ao se investigar a história da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), em 1941.

Principal iniciativa da “Marcha Para o Oeste”, a CANG foi implantada no vale de São Patrício, na década de 40 do século XX, comandada pelo engenheiro Bernardo Sayão. Criada por decreto do presidente da República em 14 de fevereiro de 1941, a CANG ficou sob os auspícios da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. Em seu decreto de fundação, constam as seguintes condições:

- a) A área dos lotes deveria ter entre 20 e 50 hectares;
- b) Os lotes só seria cedidos a pessoas reconhecidamente pobres;
- c) Seriam fornecidos aos colonos ferramentas, instrumentos agrícolas e moradias gratuitamente;
- d) Os colonos teriam acesso gratuito à terra, mas não seriam proprietários. A expedição definitiva dos títulos de propriedade da terra dependeriam de ato da Presidência da República;
- e) Antes da expedição definitiva do título de propriedade o ocupante da terra não poderia hipotecar, vender, alugar, transferir, etc. e, neste período em que não fosse ainda o proprietário, também estaria isento de impostos ⁶⁴.

A prosperidade da CANG atraiu muitos camponeses, mais do que a colônia suportava. A rota dos camponeses excedentes era o Centro-Sul, onde

⁶⁴ BORGES, Barsanufu Gomide. “A Expansão da fronteira agrícola em Goiás”. *História Revista, op. cit.*

a população camponesa serviria de mão de obra barata, mas nem todos seguiram este caminho. Outros preferiram tomar o rumo do norte. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a ocupação da região de Trombas e Formoso, que atraiu os camponeses que não conseguiram se estabelecer na CANG e onde posteriormente se desenvolveu um importante conflito em torno da questão da terra, que trataremos mais adiante.

A CANG tinha como objetivo principal expandir a fronteira agrícola e modernizar a produção no campo, substituindo métodos considerados arcaicos utilizados pelos lavradores da região. Para Gomes, a criação de colônia agrícolas nacionais durante a ditadura de Getúlio Vargas se devia pela inexistência de “uma classe social hegemônica que desse sustentação política ao Governo, Vargas foi forçado a fazer acordos com diversos segmentos da sociedade, inclusive com o setor agrário tradicional, derrotado politicamente em 1930”⁶⁵.

Em decorrência da ausência de hegemonia de uma classe social que sustentasse Vargas e pelos acordos com o setor agrário tradicional, conclui o autor que a natureza política e social do Estado varguista impedia que

[se] atacasse de frente a questão a questão agrária alterando a estrutura fundiária (...) [Vargas] ao invés de confrontar diretamente a questão do latifúndio eliminando-o, via na fronteira desocupada o lócus para o desenvolvimento da pequena propriedade⁶⁶.

O processo de ocupação e colonização do Centro-Oeste durante o Estado Novo foi planejado e coordenado pela Fundação Brasil Central⁶⁷. Sua função era a de apoiar os projetos de colonização da região, particularmente nas áreas cortadas pelos rios Araguaia e Xingu.

A Fundação projetou vias de transporte, e comunicação terrestre e fluviais, combateu endemias e estudou os recursos naturais da região. E ainda promoveu pesquisas de apoio à modernização agropecuária, referentes ao solo, ao clima e às técnicas agrícolas mais apropriadas para as áreas de ocupação. Ou seja, a Fundação Brasil Central foi mais um

⁶⁵ Ibidem, p. 49.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Criada pelo Decreto-lei 5.878, de 04 de outubro de 1943.

empreendimento criado pelo poder público para dinamizar a expansão da fronteira rumo ao oeste ⁶⁸.

Após 1945, com a queda de Vargas, houve uma mudança significativa no padrão de ocupação da região. Entre 1945 e 1950 os principais projetos de colonização eram de caráter privado, entre os quais se destacaram a Colônia dos Deslocados (de guerra) de Itaberaí, a Agro-Colonizadora Industrial Ltda e a Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores (CITAG) ⁶⁹.

Essas políticas de ocupação e colonização foram expressas na I Conferência de Imigração e Colonização realizada em Goiânia, em 1949. Os resultados da conferência apontavam que a colonização tinha que ter como foco a formação de um tipo de agricultor que reunisse as três funções básicas da empresa agrícola – capital, trabalho e administração.

As propostas apresentadas pelos conferencistas revelavam uma concepção burguesa de ocupação da terra, em consonância com os métodos e organização da produção capitalista. Segundo Gomes,

A ocupação e a colonização da terra deveriam ser implementadas preferencialmente com imigrantes estrangeiros de nível cultural superior ao dos agricultores nativos. Tal modalidade de colonização proposta deveria promover a instalação de núcleos modelares, capazes de agir no sentido de modificar práticas rotineiras já superadas. Os métodos de cultivos do sertanejo não interessavam às autoridades, preocupadas com a *modernização* da ocupação do solo. Na visão dos conferencistas, a ocupação da terra em Goiás só teria sentido na medida em que o colono tivesse condição de produzir excedentes agrícolas para o mercado ⁷⁰.

O sertanejo goiano-tocantinense não interessava à colonização promovida pelo Estado nos anos 50. Sua exclusão, em favor do camponês estrangeiro, acentuava as dificuldades de subsistência que enfrentava há muito tempo. Entretanto, apesar dessa exclusão, a expansão da fronteira agrícola provocou uma grande migração para o estado de Goiás, que recebeu

⁶⁸ BORGES, Barsanufu Gomide. “A Expansão da fronteira agrícola em Goiás” *História Revista, op. cit.* p. 50.

⁶⁹ Trata-se da colônia dos deslocados da Segunda Guerra Mundial, fundada em 1949 no município de Itaberaí. Lá eram encontrados imigrantes de onze nacionalidades, com predominância polonesa.

⁷⁰ BORGES, Barsanufu Gomide. “A Expansão da fronteira agrícola em Goiás” *História Revista, op. cit.*, p. 52.

contingentes populacionais de diversos outros estados da federação, formado por pessoas expulsas pela dinâmica de expansão das relações capitalistas de produção no campo.

As migrações foram inter-regionais e intrarregionais e ocorreram em diversas direções, não apenas no sentido rural-urbano, mas também no sentido rural-rural, como se pode depreender das condições de expulsão em diversas áreas agrícolas, seja no próprio Centro-Oeste ou em áreas saturadas do Sudeste e Nordeste brasileiro.

As mudanças demográficas no estado de Goiás foram divididas em dois períodos: o período iniciado em 1930, que se estenderia até 1970, cujas linhas gerais acabamos de apresentar e o segundo período que se iniciaria na década 1970. O primeiro período denominado por alguns autores como “antecipação da modernização conservadora” e o segundo de “limiar da modernização conservadora”⁷¹.

Castilho ressalva que apesar de serem dois períodos, reconhece-se que o primeiro foi suporte para o segundo, não existindo uma relação de ruptura entre eles. Do mesmo modo, não houve alterações nas relações de trabalho ou de produção, apenas o aprofundamento das que já estavam dadas. É legítimo afirmar a existência de um único processo, ainda que com especificidades próprias a cada um dos períodos⁷².

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, criou-se a infraestrutura (como as rodovias federais e as vias de comunicação) para o incremento da expansão da fronteira agrícola e conseqüentemente para “mover” os trabalhadores rurais. Castilho observa que no primeiro período buscavam-se zonas férteis da zona de mata, mas no segundo período a fronteira pôde se expandir por áreas consideradas improdutivas, já que estavam disponíveis técnicas de correção (como a adição de calcário e insumos agrícolas em áreas do cerrado, bioma que ocupa a maior parte do território do atual Tocantins, à época norte-goiano).

É por isso que até a década de 1960 o Centro-Oeste brasileiro tinha lavoura nos vales de rios, como foi o caso do “Vale do São Patrício”, já que naquele período havia uma dependência

⁷¹ Cf., por exemplo, CHAVEIRO, E. F; CALAÇA, M; REZENDE, M. C. da S. *A Dinâmica Demográfica de Goiás*. Goiânia, Ellos, 2009.

⁷² CASTILHO, Denis. “As transformações sócio-espaciais do território goiano nos períodos de 1930 e 1970”. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, vol. 4, n.3, ago de 2010.

maior dos fatores naturais. Mas nas décadas de 1960 e 1970, com a chegada do adubo químico, do trator, da colheitadeira, do silo forrageiro, de herbicidas e do calcário, novas áreas puderam ser representativas de altas produções agrícolas⁷³.

A dinâmica do campo brasileiro na região Centro-Oeste afetou o trabalhador rural, obrigando-o à intensa mobilidade, à busca de subsistência outras terras, longe do latifúndio ou longe de terras pobres e esgotadas pela má utilização do solo. Como se viu, a saída nem sempre foi o êxodo rural. Se grandes contingentes serviram de mão de obra para as indústrias nas cidades, uma parcela do campesinato continuou resistindo nos campos. Uma parte desses camponeses foi se dirigindo sempre mais ao norte do território goiano, até atingir o Araguaia.

1.2.2 - A rota do Nordeste

A região nordeste foi ocupada muito antes da região centro-oeste. Os primeiros comerciantes portugueses que se deslocaram para o Brasil, vinham em busca do pau-brasil, produto nativo que era extraído pelos indígenas em troca de bugigangas portuguesas, como miçangas, tecidos e vez por outra algumas ferramentas como machado ou canivetes. Não se povoou a região com a atividade extrativista, o que só passou a ocorrer com a introdução da cultura canavieira no Nordeste. O Brasil passou a ser o maior produtor de açúcar mundial, um produto caro e apreciado na Europa, chegando a ser vendido em gramas nas boticas. A posição hegemônica da produção brasileira de açúcar perdurou até meados do século XVII, quando apareceram outros concorrentes de peso: as colônias da América Central e as Antilhas.

Além do açúcar cultivava-se, em escala muito menor o tabaco, que se utilizava largamente no tráfico negreiro. O produto servia para o escambo, em que africanos eram adquiridos como escravos, a mão de obra que lavrou os imensos latifúndios canavieiros no Brasil. Bahia e Pernambuco foram os dois núcleos iniciais do cultivo da cana de açúcar no nordeste, que posteriormente

⁷³ Ibidem, p. 98.

se expandiu para o Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas e finalmente tomou todo o litoral nordestino.

Algumas atividades de subsistência se desenvolviam paralelamente à produção açucareira, voltadas para o atendimento tanto da alimentação escrava quanto da população que vivia nos pequenos centros urbanos. Esta foi uma produção deficitária durante toda a colônia, incapaz de prover adequadamente a dieta da população. Caio Prado Júnior afirma que

(...) a população colonial, com exceção apenas das classes mais abastadas, viverá sempre num estado crônico de subnutrição. A urbana sofrerá mais; mas a rural também não deixará de sentir os efeitos da ação absorvente e monopolizadora da cana de açúcar que reservava para si as melhores terras disponíveis⁷⁴.

Alguns autores apontam dois setores na produção agrícola brasileira colonial: aquele destinado à exportação, com o cultivo da cana-de-açúcar e em menor medida do tabaco, e o setor das atividades acessórias: a agricultura de subsistência.⁷⁵ Tal como vimos no povoamento do centro-oeste, a população também padecia por causa de uma dieta pobre, apontada por Caio Prado Junior como responsável pela subnutrição de imensa parcela da população. Este fenômeno não estava restrito ao centro-oeste ou ao nordeste e estendia-se às demais regiões do país.

Nas regiões estudadas, entretanto, a miserabilidade do lavrador ao longo dos séculos se manteve de forma mais persistente e aguda do que em outros locais no Brasil. A situação decorria da falta de incentivos à agricultura para o abastecimento do mercado interno, já que a primazia econômica do período colonial estava na atividade monocultora para a exportação. Algumas tentativas que visavam solucionar os problemas dos víveres foram tomadas pela coroa portuguesa, mas não obtiveram sucesso, já que contrariavam os interesses dos fazendeiros dos latifúndios canavieiros. Para ilustrar a resistência em cumprir a legislação de incentivo à produção para o abastecimento, Caio Prado Júnior cita um desafio lançado sobre as

⁷⁴ PRADO JUNIOR, Caio, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 43.

⁷⁵ Cf. por exemplo, PRADO JUNIOR, Caio, *História Econômica do Brasil*, *op. cit.* e FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1979.

autoridades régias de um grande fazendeiro: “não planto um só pé de mandioca, escreverá ele dirigindo-se às autoridades, para não cair no absurdo de renunciar á melhor cultura do país pela pior do que nele há”⁷⁶.

A carestia e o desabastecimento não atingiam os grandes produtores e suas famílias. Esses podiam importar muitos produtos de sua dieta e pagar altas somas pelos produtos que necessitavam. O mesmo não se aplicava aos homens livres que se empregavam tanto no trabalho urbano quanto rural e menos ainda à população escrava. Isso gerava o que Caio Prado Junior chamou de quadro característico da vida colonial: “de um lado abundância, prosperidade e grande atividade econômica; doutro, a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome”⁷⁷.

Da mesma maneira que a agricultura de subsistência praticada nas fazendas canavieiras e no entorno dos centros urbanos, a pecuária também figuraria no período colonial com atividade acessória. No nordeste, desenvolveu-se principalmente nas terras agrestes do interior; as fazendas de gado se alastraram pelo sertão nordestino, devido ao consumo crescente do litoral, onde se desenvolvia a atividade açucareira, e também pela facilidade com que se instalavam,

(...) levantada uma casa, coberta em geral de palha – são as folhas de uma espécie de palmeira, a carnaubeira, muito abundante, que se empregam –, feitos uns toscos currais e introduzido o gado (algumas centenas de cabeças) estão ocupadas três léguas (área média das fazendas) e formado um estabelecimento. Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário: recrutam-se entre índios e mestiços, bem como entre foragidos dos centros policiados do litoral; criminosos escapos da justiça, escravos em fuga, aventureiros de toda a ordem que logo abundam numa região onde o deserto lhes dá liberdade e desafogo⁷⁸.

Percebe-se que a população que se empregou nas fazendas de gado é formada por elementos que também têm a mobilidade como traço característico. São foragidos, escravos, desajustados em geral da sociedade canavieira – que não encontravam função, a não ser a de agregados, seja o homem livre, branco, mestiço ou negro pobre.

⁷⁶ PRADO JUNIOR, Caio, *História Econômica do Brasil*, op.cit., 1990, p. 43.

⁷⁷ Ibidem, p. 44.

⁷⁸ Ibidem, p. 45.

A atividade produtiva centrada na monocultura de açúcar para a exportação determinou a dinâmica da economia colonial na região e ensejou o desenvolvimento de um segmento social marginalizado, que não encontrava função na economia açucareira. O comportamento desta camada da população pode ser apontado como um traço que permaneceu na cultura nordestina, cuja mobilidade se intensificou em meados do século XIX, com a crise do escravismo, como mencionamos anteriormente.

As condições econômicas do Brasil colonial reservavam para o nordeste uma posição de destaque nos primeiros séculos da colonização. Esta posição só foi abalada com o advento da mineração em Minas Gerais e com a concorrência antilhana e da América Central. A atividade econômica não incorporava uma parcela da população, que se dirigia para áreas menos importantes para a metrópole portuguesa, tal como o interior nordestino. Lá se dedicavam à pecuária, uma atividade acessória no contexto econômico colonial. Alguns se tornaram fazendeiros, outros agregados das fazendas como vaqueiros, outros, camponeses sem terra, além dos trabalhadores que buscavam fugir da escravidão. É significativo que o maior quilombo que o Brasil já teve se localizasse no nordeste ⁷⁹. Estes dados permitem inferir que as condições de expulsão desenvolvidas na sociedade açucareira ensejaram um volume crescente de *desajustados da ordem*.

Alguns estudos recentes sobre migrações trazem à luz novos aspectos da mobilidade da população nordestina. Denominando o percurso feito por cearenses em direção ao Pará e ao Maranhão como “rotas de transgressão”, Barboza localiza na grande seca nordestina entre os anos de 1877 e 1880 o ponto de partida para o incentivo das migrações de grandes contingentes de cearenses para os “portais da Amazônia”. Falava-se em milhares de retirantes nas estradas, cidades e portos, desestabilizando o controle de embarque nos vapores⁸⁰. Além dos trabalhadores pobres e livres, muitos escravos fugidos

⁷⁹ Trata-se do Quilombo dos Palmares, ou “República dos Palmares”, que se localizava na Serra da Barriga, em Pernambuco, destruído pelo paulista Domingo Jorge Velho em 1694. FUNARI, Pedro Paulo Abreu. “A ‘República de Palmares’ e a Arqueologia da Serra da Barriga”, *Revista USP*, nº28, 1996. Disponível em: <http://www.ufjf.br/maea/files/2009/10/texto8.pdf>, acessado em 07 de julho de 2012.

⁸⁰ BARBOZA, Edson Lima. “Cabeça chata, testa de macaco: conexões entre migrantes e escravos fujões desde o Ceará aos portais da Amazônia (1877-1880)”. São Paulo, *Projeto História- revista do programa de Pós-graduação em História da PUC-SP*, n.º 42, julho de 2011, p. 375.

utilizaram-se da dificuldade de controle sobre os retirantes para integrarem as rotas migratórias rumo aos portais da Amazônia.

No Ceará, a principal atividade econômica no período colonial era a pecuária, com forte presença de trabalhadores pobres e livres; no século XIX, a ascensão da atividade algodoeira não modificou o quadro do mercado de trabalho.

Apesar do escravo não ser a principal fonte de mão de obra na região, Barboza aponta uma presença significativa de sua mão de obra na província. No estudo que realizou, afirma que milhares de trabalhadores afluíram para o Pará e o Maranhão, a partir do final do século XIX, a bordo dos vapores que tinham como destino o porto de Belém, ou por vias terrestres e, neste contingente, misturavam-se trabalhadores pobres e livres, com escravos fugidos, indo em direção aos diversos quilombos⁸¹ e comunidade de fugitivos, existentes na Amazônia desde o período colonial.

Como o interesse do pesquisador era acompanhar a trajetória desses escravos fugidos e as relações que se estabeleceram entre estes e os migrantes livres, denominou o caminho realizado por eles de “rotas de transgressão”, o que nos dá a ideia do sentido que adquiria adentrar no território amazônico: colocava-se a perspectiva de estar fora dos espaços de controle do Estado e dos latifundiários, num local onde seria possível produzir novas formas de sociabilidade.

A mobilidade do homem livre e pobre soma-se à mobilidade do escravo fugido, depois do negro liberto, incorporados como camponeses pobres a estas mesmas rotas. Os que não se fixavam nas comunidades negras rurais, ou nos quilombos, integravam o contingente de camponeses *sem terra*, sem posses.

Como vimos, as rotas da Amazônia vindas do nordeste apareceram de forma significativa a partir do último quartel do século XIX, mais especificamente a partir da grande seca de 1877-1880.

⁸¹ Merece menção a existência conhecida de 240 comunidades quilombolas no estado do Pará. O número ainda pode ser maior. Este fato aponta para a desmistificação da inexistência de uma escravidão expressiva na região. Os dados estão disponíveis em: http://www.cpis.org.br/comunidades/html/i_brasil_pa.html, acessado em 01 de novembro de 2011.

O afluxo de camponeses para a região não se restringiu a esse período. O nordeste passou a ser visto, cada vez mais, como uma região que poderia fornecer contingentes populacionais para povoar outras regiões do país.

Já no século XX, outra seca (1915-1919) assolou a região Para resolver o “problema do Nordeste”, uma das posições defendidas na Primeira República era o abandono daquele território, com a concentração de investimentos no centro dinâmico da economia nacional: o sul-sudeste, para onde seria incentivada a migração nordestina⁸². Da mesma forma, pensava-se em deslocar parcelas da população nordestina para as terras devolutas da União⁸³.

Após 1930, a centralização das ações do Estado brasileiro modificou a forma como as questões nordestinas eram abordadas. O combate à seca passou a ser uma obrigação da União segundo a Constituição de 1934⁸⁴ e em 1936, definiu-se a área que seria beneficiada com os empreendimentos estatais: o Polígono das Secas⁸⁵.

Essas políticas de Estado centravam-se nas “questões naturais” que afligiam a região, mas não tocavam no problema social e político da presença e da força do latifúndio. O combate às secas trazia benefícios às elites locais, mas não alterava a situação da maioria de sua população.

Durante o segundo governo de Vargas foi criado o Banco do Nordeste do Brasil, que pretendia induzir o desenvolvimento regional com a aplicação de técnicas agrícolas modernas, coordenadas pelo Estado, semelhante ao que se

⁸² BERNARDES, Denis de Mendonça. “Notas sobre a formação social do Nordeste”. *Lua Nova*, São Paulo, nº 71, 2007, p. 63.

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ Na constituição de 1934, ficou definido que “Compete privativamente à União (...) organizar defesa permanente contra os efeitos da seca nos Estados do Norte”; Apesar de aquela região já ter se popularizado como o “nordeste brasileiro”, em documentos oficiais ela ainda era designada como região norte. A divisão região em que o nordeste aparece só seria criada na década de 40 pelo IBGE, conforme o mapa na página 46 deste capítulo.

BRASIL. *Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil*, 16 de julho de 1934. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm, acessado em 20 de junho de 2012.

⁸⁵ O Polígono das Secas teve sua área definida pela Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, e pelo Decreto-lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946 desde então, diversas revisões foram feitas em sua área. A expressão “Polígono das Secas” foi abandonada e atualmente a denominação utilizada é “Semi-árido brasileiro”, cuja última delimitação, de 2005, passou a abranger 1348 municípios em nove estados. Apesar de a maior parte de sua área se concentrar no nordeste, o estado de Minas Gerais também faz parte da atual delimitação do Semi-árido. Cf.:

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL. *Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro*.

Brasília, s/ed., 2005. Disponível em:

http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0aa2b9b5-aa4d-4b55-a6e1-82faf0762763&groupId=24915, acessado em 20 de junho de 2012.

desenvolveu nos estados de Goiás e Mato Grosso com a “Marcha Para o Oeste”. Foi também esse o período em que as organizações de trabalhadores passaram a ter maior visibilidade, com destaque para as Ligas Camponesas.

Em 1955 em Pernambuco, ocorreu o “Congresso de Salvação do Nordeste”, com a presença de diversas forças sociais na defesa de outras políticas para a região⁸⁶, simultaneamente, a CNBB realizou um congresso em Campina Grande, na Paraíba, no qual também apontava a necessidade de mudanças no padrão de intervenção estatal no nordeste.

Esta também foi a época da criação da Sudene, cujo grupo de trabalho contou com a presença, entre outros, de Celso Furtado e Francisco de Oliveira. O grupo de trabalho produziu um documento que este último considera “um clássico” já que ele seria “a certidão de nascimento de um tempo inovador, verdadeira caixa de Pandora de um turbulento processo cujos tremores repercutem até hoje”⁸⁷.

Em essência o que o GTDN (Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste) propunha, era o rompimento com o padrão de intervenção do Estado, que beneficiava o latifúndio tradicional. Pretendia-se reordenar a propriedade fundiária na zona da Mata, além de incentivar o desenvolvimento de uma burguesia industrial e, conseqüentemente, promover a expansão do proletariado urbano.

Essa proposta, que em linhas gerais vigorou até o golpe, segundo Bernardes, parecia a muitos “uma ameaça aos antigos privilégios e a destruição de uma ordem que os garantia”⁸⁸.

O golpe civil-militar tinha na “questão agrária” uma de suas preocupações e no nordeste um de seus alvos. Era uma região vista como importante e perigosa e, por isso, a “repressão preventiva” se direcionou à sindicalistas rurais, membros das Ligas camponesas, militantes de partidos

⁸⁶ Segundo Bernardes, “O Congresso de Salvação do Nordeste teve uma forte influência de militantes do Partido Comunista, mas conseguiu mobilizar desde empresários até lideranças sindicais. Dele resultou uma *Carta*, que tratava de questões econômicas, sociais e culturais. O Congresso, juntamente com a reunião dos bispos em Campina Grande, foi um marco na nova fase da questão regional”. BERNARDES, Denis de Mendonça. “Notas sobre a formação social do Nordeste”. *Lua Nova*, São Paulo, nº 71, 2007, p.71.

⁸⁷ OLIVEIRA *apud* BERNARDES, Denis de Mendonça. “Notas sobre a formação social do Nordeste”, *op. cit.*, p.73.

⁸⁸ BERNARDES, Denis de Mendonça. “Notas sobre a formação social do Nordeste”, *op. cit.*, p.74.

políticos, além de ter atingido trabalhadores urbanos e rurais mas, de acordo com Ianni, o maior peso da repressão

(...) foi descarregado sobre os trabalhadores rurais. A burguesia agropecuária e agroindustrial nordestina havia conseguido que a ditadura pusesse todo o peso da repressão política contra o proletariado e o camponato, cujas organizações, atuações e lutas estavam modificando as condições de exploração às quais esta burguesia estava habituada. Além das demissões, cassações e prisões, muitos desapareceram. 'Há os que morreram. Há os que ficaram mutilados para sempre'. Muitos 'mortos sem sepultura'. A repressão 'trucidou líderes camponeses paraibanos em terras de Pernambuco, jogando seus cadáveres no mato'. Sumiram. Muitos eram sepultados como indigentes. 'Nunca se soube ao certo a identidade dos mortos. Foi assim que a ditadura jogou muito do seu peso, da sua brutalidade, sobre as forças democráticas do Nordeste'⁸⁹.

No Nordeste, a ditadura encontrou uma grande base de apoio entre políticos, quase todos os empresários e proprietários, entre setores do clero, da classe média e de intelectuais conservadores⁹⁰. A estrutura fundiária se manteve e pretendeu-se eliminar os "focos de subversão" também pelo incentivo à migração. A Amazônia foi um dos destinos para onde, cada vez mais, os nordestinos foram incentivados pelo Estado a se dirigir e o Araguaia, era sua "porta de entrada".

1.2.3 - Araguaia: um encontro de rotas

Ao longo do estudo, ficou evidente que a mobilidade é um traço do camponato brasileiro. Por diferentes vias e caminhos, o camponês sempre foi compelido a deixar suas terras, em busca de outras, procurando prover o mínimo de sua subsistência. Isto tem implicações importantes na constituição de uma identidade de classe entre os camponeses.

⁸⁹IANNI *apud* BERNARDES, Denis de Mendonça. "Notas sobre a formação social do Nordeste", *op. cit.*, p.75.

⁹⁰BERNARDES, Denis de Mendonça. "Notas sobre a formação social do Nordeste", *op. cit.*

O camponês brasileiro foi submetido desde seu surgimento a um baixo nível cultural, ou seja, a uma condição de mínima incorporação da tecnologia, tomada essa enquanto apropriação do conhecimento inerente à natureza para provimento de necessidades humanas. Acompanhava o baixo nível cultural geral da colônia, mas, diferente de outros segmentos sociais, como os trabalhadores urbanos – o acesso à escolarização e a informação no campo foi extremamente deficitária durante séculos – situação que ainda perdurava no século XIX em vastas áreas do território nacional (e que perdura até hoje).

Pode-se inferir que a dificuldade de educação escolar e do acesso à informação, além de serem reflexos de sucessivas políticas governamentais que tinham como fundamento o privilegiamento do latifundiário em detrimento do pequeno produtor, eram causadas pela condição de mobilidade não permitia sequer o desenvolvimento das formas tradicionais de transmissão de conhecimentos, só possíveis em grupos sociais com alguma estabilidade espacial, o que não foi o caso do camponês brasileiro. Esta característica é muito clara nos camponeses do Araguaia, tanto pelo tempo em que estavam na região à época da guerrilha, quanto nos relatos que fazem sobre seu passado e o passado da região.

O Araguaia é um dos locais do país onde rotas de camponeses se encontram. As condições de expulsão do nordeste e do centro-oeste brasileiro tem ali um ponto de intersecção; a região também é considerada porta de entrada para a Amazônia.

O norte era a região que estava menos integrada ao restante do país na segunda metade do século XX. Esta característica era uma permanência que resistia desde o período colonial, quando a província do Grão Pará estabelecia laços diretos com a metrópole portuguesa, separada da sede da administração colonial no Rio de Janeiro ⁹¹.

Nos anos 60 e 70, a dificuldade de comunicação com o restante do país ainda se mantinha. A região apresentava muitas áreas que não tinham sofrido

⁹¹ Machado afirma que a coroa portuguesa só tentou impor um controle territorial à região Amazônica a partir de 1616, como parte de “uma estratégia de defesa para proteger as zonas canavieiras de Pernambuco e da Bahia e a foz do Rio Amazonas, das incursões holandesas. A isto veio a acrescentar-se a criação de uma nova unidade administrativa, o estado do Grão Pará e do Maranhão, diretamente vinculado à metrópole portuguesa e separado do estado do Brasil”. Cf., MACHADO, Lia Osório. “O controle intermitente do território amazônico”, *Revista Território*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1997.

com o avanço da fronteira agrícola, e possuía uma grande quantidade de terras devolutas.

A particularidade do tipo de colonização que se verifica na região amazônica e seu desenvolvimento posterior revelavam, na segunda metade do século XX, um país em que condições criadas ao longo de cinco séculos provocaram uma grande disparidade regional em relação ao desenvolvimento industrial, infraestrutural, ao acesso aos bens econômicos e culturais, além do desenvolvimento de relações também díspares entre o estado e a sociedade.

O isolamento do restante do país verificado na região amazônica, da qual o Araguaia é parte integrante, dificultou a presença do Estado e de políticas públicas para a região, característica que era notória até os anos 60.

Se por um lado estas condições criavam uma série de dificuldades para a sobrevivência digna das populações da região que não tinham acesso às possibilidades de desenvolvimento humano típicos do século XX – tais como certo nível de segurança alimentar, (entendida como não apenas o acesso a alimentos, mas como uma alimentação balanceada para a manutenção da saúde), acesso aos avanços da medicina, ou mesmo energia elétrica, água tratada e encanada e saneamento básico – estas não foram suficientes para desencorajar a busca da região por trabalhadores rurais.

A relativa ausência de conflitos e a possibilidade de acesso à terra e às atividades extrativistas, eram vistos como meios de sobrevivência melhores do que os encontrados por estes trabalhadores em seus estados de origem. Quais eram, então, as condições que se encontrava na região?

Afora as cidades, até fins dos anos 60, a região era habitada por caboclos, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, colonos, extrativistas de vários produtos, índios, negros de quilombos e outros grupos sociais que constituem as chamadas comunidades tradicionais ou locais, que habitavam as matas e outros ambientes naturais. Os proprietários titulados eram raros e a terra era pública, em sua quase totalidade. Milhares de habitantes não possuíam títulos das terras que ocupavam, mas nunca haviam sido questionados quanto à legitimidade de suas ocupações, muitas delas seculares. As populações viviam tranquilas numa região ainda pouco integrada ao resto do Brasil e cujas terras, que legitimamente ocupavam, não estavam acobertadas por títulos de propriedade⁹².

⁹² LOUREIRO, Violeta & GUIMARÃES, Ed Carlos. “Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia”, *Revista de Direito*, Fundação Getúlio Vargas, vol. 3, nº 1, jan/jul, 2007, p. 222. Disponível em:

Esta descrição, que se refere genericamente a toda Amazônia, também representa a situação da região do Araguaia. Existem especificidades no Araguaia, mas ele estabelece conexões com a macro-região Amazônica e é importante evidenciar como a dinâmica da agricultura brasileira, impactou tanto a região Amazônica como um todo, quanto o Araguaia em particular. Além do impacto das políticas para a região amazônica afetarem o Araguaia, ela também sofreu os impactos da expansão da fronteira agrícola do centro-oeste, através do norte de Goiás (atual estado do Tocantins) e das políticas governamentais de colonização deste estado.

Da mesma forma, a dinâmica da posse de terras era na Amazônia, era, grosso modo, a mesma no Araguaia, ou seja, tratava-se de uma região em que a maioria absoluta das terras eram públicas, onde os trabalhadores rurais estabeleciam suas posses.

Como foi demonstrado, a região antes dos anos 50 era ocupada por diversos colonos que se dirigiram para lá em épocas diferentes. Loureiro & Olinto afirmam que a densidade demográfica da região era muito baixa em comparação com os centros urbanos superpopulosos, mas isso não significava que não havia ninguém na região. Eram milhares e milhares de colonos vivendo por uma área bastante extensa, algumas famílias desde a época da borracha e outras que não sabem precisar quando seus ancestrais chegaram lá, remontando a instalação da família na região a tempos imemoriais e, por isso, se tornavam os legítimos donos da terra⁹³, já que a legislação até 1964 permitia a posse por usucapião após uso prolongado⁹⁴ e após 1964, com a promulgação do Estatuto da Terra, bastava a posse por dez anos para adquirir o domínio e requerer a propriedade⁹⁵. A Amazônia apresentava um alto índice

http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/reflexoes_sobre_a_pistolagem_e%20a_violencia_na_amazonia.pdf, acessado em 10 de setembro de 2011.

⁹³ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky & OINTO, Jax Nildo Aragão. "A questão fundiária na Amazônia", *Dossiê Amazônia Brasileira II*. São Paulo, Estudos Avançados/USP, vol. 19, nº54, 2005.

⁹⁴ De acordo com o Código Civil de 1916, tem direito à propriedade por usucapião aqueles que possuem a posse do imóvel num prazo que se estendia de 10 a 30 anos, dependendo do caso. Cf. BRASIL, Código Civil, 1916 Seção IV "Do Usucapião", art. 550 a 552. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm, acessado em 16 de novembro de 2011.

⁹⁵ Segundo o Art. 98 do Estatuto da Terra: "Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando-o produtivo por seu trabalho, e tendo nele sua morada, trecho de terra com área caracterizada como suficiente para, por seu cultivo direto pelo lavrador e sua família,

de terras devolutas, em condições de tornarem-se posses para os camponeses que lá se estabeleciam:

(...) do total das terras registradas pelo IBGE, 87% constituíam-se de matas e terras incultas, que eram exploradas por milhares de caboclos e ribeirinhos que viviam do extrativismo vegetal e animal; 11% constituíam-se de pastos naturais onde antigos fazendeiros haviam assentado (...). A mata e os rios estavam preservados e eram aproveitados pelos habitantes como fonte de alimento, trabalho e vida. Somente 1,8% das terras estavam ocupadas com lavouras e só metade delas possuía título de propriedade privada. A quase totalidade das terras da Amazônia era, portanto, constituída por terras públicas e “livres” de titulação como propriedade privada⁹⁶.

A partir dos anos 50 do século XX, aos antigos moradores da região somavam-se os que afluíram para lá nos movimentos migratórios que se desenvolveram a partir de então. Se identifica uma migração mais intensa de trabalhadores rurais que viviam em estados como Maranhão, Bahia, Ceará, e demais estados do nordeste que, submetidos a crescentes dificuldades para garantir o seu sustento e o de sua família, abandonavam suas moradias em busca de melhores condições de vida.

1.3 - A chegada dos camponeses ao Araguaia a partir da segunda metade do século XX

Como demonstrou-se nos itens anteriores, a população do Araguaia se formou através de sucessivas migrações, que se tornaram mais intensas a partir dos anos 50. A motivação para o estabelecimento de uma posse surgia da intenção dos camponeses de encontrar melhores condições de vida e de trabalho. Em alguns casos, o Araguaia não foi o primeiro destino ao se deixar a terra natal: havia também o Mato Grosso, Goiás e regiões também no estado

garantir-lhes a subsistência, o progresso social e econômico, nas dimensões fixadas por esta Lei, para o módulo de propriedade, adquirir-lhe-á o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita”. Lei Federal 5504 de 30 de novembro de 1964. “Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências”. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm, acessado em 16 de novembro de 2011.

⁹⁶ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky & OINTO, Jax Nildo Aragão. “A questão fundiária na Amazônia”, *Dossiê Amazônia Brasileira II, op. cit.*

do Pará. A trajetória do Sr. João Moreira é representativa dos movimentos que fizeram os camponeses em busca de melhores condições de vida. Nascido em Pau D'arco, (atualmente município do estado do Tocantins), João Moreira se mudou ainda criança para o município de Itaipava, no Pará. A mudança ocorria porque o pai, em busca de trabalho, encontrou-o na extração da borracha. Com o declínio da atividade nos seringais, tornou-se castanheiro. Um dos raros casos de trabalhador especializado, o pai do Sr. João Moreira finalmente estabeleceu-se como carpinteiro naval, numa região em que a navegação de pequeno porte, juntamente com as tropas de animais, constituía o principal meio de escoamento da pequena produção agrícola⁹⁷.

Da mesma forma, o depoimento do Sr. Raimundo, saído ainda criança do Maranhão, revela que seu pai foi “se mudando” até chegar ao município de Xambioá, no Tocantins, em 1962, onde comprou uma posse de terra⁹⁸.

Entre os camponeses, há aqueles que possuíam posses em outros estados, mas que reclamam que a terra não era boa. Em geral apontam as terras da região do Araguaia como muito férteis, contrastando, por exemplo, com as terras maranhenses, piauienses, cearenses e goianas. Ao falar das terras do estado do Tocantins, outro entrevistado, o Sr. Joaquim afirma que “só dá alguma coisa quando coloca calcário, bota adubo, e planta e dá desse tamanho aqui [faz um sinal com as mãos indicando um tamanho diminuto]”⁹⁹. Outro depoente reclama que a terra no Maranhão foi se deteriorando, o que o levou a buscar uma posse no Pará¹⁰⁰.

Uma característica que se levantou anteriormente sobre a mobilidade do camponês foi o esgotamento da terra, que era abandonada quando sua fertilidade decaía. Resultado de uma agricultura muito rudimentar, percebida ao longo dos séculos no campo brasileiro, se mantinha entre os anos 50 e 70 do século XX. Os camponeses continuavam abandonando suas pequenas posses de terra que se esgotavam com facilidade.

⁹⁷ Depoimento do Sr João Crisóstemo Moreira. São Domingos do Araguaia (Pará), 14 de abril de 2012.

⁹⁸ Depoimento do Sr. Raimundo Torres dos Santos. São Domingos do Araguaia (Pará), 14 de abril de 2012.

⁹⁹ Depoimento do Sr. Joaquim Rodrigues de Araújo. São Domingos do Araguaia (Pará), 14 de abril de 2012.

¹⁰⁰ Depoimento do Sr. Davi Rodrigues. São Domingos do Araguaia (Pará), 15 de abril de 2012.

Além da baixa fertilidade da terra em alguns locais, a presença do latifúndio motivava o camponês a buscar terras no Araguaia. O Sr. Sebastião Rodrigues da Silva, afirmou que “quando eu vim do Maranhão, eu vim para o Tocantins, nesse tempo era Goiás (...) e aí começou a enfraquecer as terras para lá começou a aparecer dono, aí eu me mudei para o Pará”¹⁰¹. O Sr. Sebastião se mudou do então norte de Goiás quando o avanço da fronteira agrícola, aliado à baixa fertilidade de suas terras, o impeliram a se dirigir à região do Araguaia. Do nordeste, para o centro-oeste, para finalmente chegar a região norte, este camponês fez o trajeto de muito de seus companheiros, migrando de tempos em tempos em busca de melhores condições de existência. Não vinha só, ele informa que quando chegou ao Pará em 1968, muitos outros camponeses também estavam chegando e estabelecendo suas posses.

O Maranhão foi um dos estados de origem mais citados entre os entrevistados. Ao serem questionados sobre os motivos da saída do local de nascimento, Davi Rodrigues informa que, além da chuva começar a escassear, a presença do latifúndio os motivava a sair dali:

as terras nas mãos de grandes latifundiários, os pobres não tinham direito (...) não era nem posseiro lá, só era gente, que vivia na terra dos outros, trabalhava na fazenda dos outros aí a gente foi procurar terra para trabalho e aqui no Pará nós encontramos. Em 1965 eu cheguei em São Geraldo¹⁰².

Para chegar ao Araguaia nos idos dos anos 60 do século XX, era necessário seguir por estradas tropeiras, já que ainda não havia rodovias, nem transporte fluvial de passageiros de médio porte, capaz de fazer travessias longas pelos rios da região. O Sr Joaquim, morador de Araguaína (Tocantins) conta que sua travessia para a região de Caianos¹⁰³, por uma estrada tropeira, durou seis dias. Vinha com sua esposa e três filhos pequenos; uma mula ajudava a carregar a carga, composta principalmente de alimentos a serem consumidos durante a viagem. Andava-se o dia todo, numa mata densa. Ao

¹⁰¹ Depoimento do Sr. Sebastião Rodrigues da Silva. São Domingos do Araguaia (Pará), 15 de abril de 2012.

¹⁰² Depoimento do Sr. Davi Rodrigues. São Domingos do Araguaia (Pará), 15 de abril de 2012.

¹⁰³ A localização da região consta nos mapas contidos no anexo V.

comparar as matas daquela época com as atuais, o Sr. Joaquim afirma que “a mata era feia” e para ele, hoje, “a mata acabou”¹⁰⁴.

O Sr. Joaquim já conhecia o Pará, pois já havia atuado como castanheiro em suas matas antes dos anos 60. Antes de trazer a família, esteve duas vezes na região. Na primeira vez veio sozinho, para avaliar a qualidade das terras. “Cheguei, olhei e disse: aqui dá para mim. Eu vim pelo mês de março, estavam colhendo arroz. Voltei e disse para o meu padrinho: achei uns terrenos bons no Pará, as terras são boas”¹⁰⁵.

Da segunda vez veio acompanhado do “padrinho”, que era também seu irmão mais velho e seu pai de criação, que queria se certificar da qualidade das terras, como que para avaliar seu afilhado para a mudança. Ao chegarem nas novas terras, os posseiros dedicavam-se à juquirá. O Sr. Joaquim explica que “Juquirá é limpar terreno, brocar, derrubar, queimar (...) todo o trabalho de roça. Qualquer trabalho da roça se chama juquirá”¹⁰⁶.

Percebe-se que esses trabalhadores vinham de regiões em que suas condições de vida já tinham se degradado. Perdiam suas posses com o avanço do latifúndio, viam o aumento dos níveis de exploração daqueles que se empregavam em terras alheias e eram alvos da violência dos proprietários de terra quando procuravam garantir direitos mínimos, seja de acesso à terra, seja na luta por um pagamento mais justo pelo seu trabalho, ou ainda na luta por uma legislação que minimizasse sua condição de exclusão.

Ao se dirigirem ao sul do Pará e ao norte de Goiás (atual Tocantins) os camponeses ocupavam terras indígenas e devolutas, e estabeleciam suas posses, dando início a pequenas roças e criações. Encontraram outros migrantes, vindos do Rio Grande do Sul, de Goiás, e de diversos outros locais do Brasil.

Após a construção da rodovia Belém-Brasília entre 1956 e 1960, a ida dos camponeses para a região foi facilitada e muito deles se integraram em sua construção. Este movimento fez aumentar o número de migrantes ao sul do Pará, em municípios como Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá, que se

¹⁰⁴ Depoimento do Sr. Joaquim Rodrigues de Araújo. São Domingos do Araguaia (Pará), 15 de abril de 2012.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Ibidem.

formaram como núcleos de posseiros nasceram os se intensificaram a partir da segunda metade da década de 60 ¹⁰⁷. O morador conhecido como Pedro da Mata relata como chegou à região:

Eu vim pra cá em 1971. Eu morava em Imperatriz e saí de Imperatriz e vim aqui para São Domingos do Araguaia. (...) Eu vim através da transamazônica, abertura da transamazônica à busca de terras. Todos que viera para cá, vieram com essa atitude de explorar a terra e todos eram pessoas pobres¹⁰⁸.

Os recém-chegados abriam picadas pela mata e procuravam um bom lugar para se estabelecer. Limpavam o terreno, derrubando árvores, abrindo pequenas clareiras e iniciavam o trabalho na terra: plantavam milho, mandioca, feijão, arroz e banana. Com o tempo, iniciavam uma pequena criação de galinhas e adquiriam uma mula. De tempos em tempos carregavam a mula com os produtos da terra e se dirigiam ao povoado para vender ou trocar seus produtos e adquirir o que a terra não lhes dava: sal, óleo e açúcar. As trocas eram injustas já que uma grande quantidade de produtos *in natura* eram trocados por alguns poucos produtos industrializados.

O trabalho na roça não garantia o necessário para a sobrevivência das famílias e os homens iam trabalhar nos castanhais. A colheita da castanha acontece entre os meses de outubro a abril. As castanheiras chegam a 50 metros de altura e vivem até mil anos. Os castanheiros se muniam de feixes de madeira com uma abertura na ponta, com o tamanho ideal para coletar os ouriços, fruto da castanheira. Quando a castanheira é boa, são encontrados muitos ouriços ao seu redor, o que facilita a vida do castanheiro, que pode fazer a coleta toda em um só local. Quando não, são necessárias caminhadas de até cinco horas, em busca da castanha. Coletados os ouriços, o castanheiro os abre com uma machadinha e retira de seu interior as sementes: a castanha. Quando o dia é bom, eram até 80 quilos de castanha, transportados num grande cesto atado às costas do trabalhador. A coleta da castanha era uma

¹⁰⁷ IANNI, Octávio. *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979, p. 16.

¹⁰⁸ Depoimento do Sr. Pedro da Mata, in FERNANDES, Vandrê. *Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro*. [Documentário] Oka Produções/Instituto Maurício Grabois, Brasil, 2010, 73 min.

das principais atividades dos trabalhadores rurais na região do Araguaia, conforme explica o Sr. Joaquim:

A metade desse pessoal aqui na região, vivia era de castanha eram castanhais grandes aí eu conheço castanhais grandes (...) quando era na época da castanha o camarada entrava na pra dentro dali ele fazia a roça dele, tranquilo¹⁰⁹.

Havia também os que se dedicavam à atividade de tropeiro. Não se tratavam de trabalhadores que eram proprietários de uma grande tropa de mulas, mas apenas duas ou três, utilizadas tanto para carregar os produtos a serem trocados, quanto para fazer viagens em que eram contratados para entregar alguns produtos em povoados mais distantes.

Era comum o mesmo trabalhador ser agricultor, tropeiro, castanheiro, ou integrante das frentes de trabalho para a construção das obras de infraestrutura, dependendo da época do ano. Não há grande especialização e a necessidade de sobrevivência os levava a uma diversificação de atividades. O agricultor Eduardo Santos relata que nos anos de 1960, trabalhou com a extração da borracha, nos castanhais, em garimpos de diamante e de cristal¹¹⁰.

Todos estes trabalhadores acorriam para a região porque não viam mais saída para a situação em seu estado de origem, ou porque foram incentivados pelos projetos governamentais desenvolvidos nestas décadas. Os projetos nasciam das necessidades da expansão capitalista, tanto em seu aspecto de expulsão de excedentes de outras áreas agrícolas já saturadas, quanto da expansão do capitalismo para o campo.

Identifica-se, então, duas formas principais de ocupação da Amazônia: a “reforma agrária espontânea”, apontada por Ianni¹¹¹, em que os trabalhadores se dirigiam para a região sem estímulos governamentais e a ocupação capitalista da região, incentivada pelo governo. As consequências das duas formas simultâneas de ocupação foram choques entre posseiros e latifundiários, devastação ambiental, e o surgimento das bases para uma

¹⁰⁹ Depoimento do Sr. Joaquim Rodrigues de Araújo. São Domingos do Araguaia (Pará), 15 de abril de 2012.

¹¹⁰ Depoimento de Eduardo Lemos Porto. São Geraldo do Araguaia (Pará), 16 de julho de 2007.

¹¹¹ IANNI, Octávio. *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979, p. 16.

situação explosiva que perdura até hoje no sul do Pará, de longe a região onde os conflitos de terra são mais intensos, agudos e dramáticos.

Entre os trabalhadores que chegaram à região na década de 70, uma parcela significativa ia em busca de trabalho nos grandes projetos como a construção de rodovias, que se estendeu a toda a região amazônica. Estes trabalhadores integraram um movimento migratório incentivado pelos governos militares, visando a construção de infraestrutura na região, ao mesmo tempo em que aliviavam a tensão dos conflitos em algumas áreas do nordeste. Empregaram-se no trabalho de construção de rodovias como a Transamazônica, a Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, Manaus-Fronteira com a Venezuela, entre outras dezenas de rodovias construídas a partir dos anos 70.

Não foram apenas os posseiros que se deslocaram para a região entre os anos 50 e 70 do século XX. Também pode ser apontada a presença de pequenos comerciantes, mas também de jagunços, grileiros, pistoleiros e latifundiários; estes últimos, estimulados pelos recursos colocados à sua disposição com a criação do BASA e da SUDAM, em 1966, que se destinavam ao incremento das atividades agrícolas, do extrativismo e da mineração¹¹².

Em consonância com as políticas governamentais para a região, que visavam ocupar a Amazônia, por questões de segurança e econômicas, incentivou-se o desenvolvimento capitalista na região, em que, com os incentivos dados aos latifundiários, atraiu-se uma gama de profissionais, como técnicos de diversos ramos, empresários de diferentes setores, que visavam construir vias de acesso, fomentar a produção agrícola e atrair um exército de reserva de mão de obra para a região.

Ao tentar se livrar das condições difíceis em seus estados de origem, os trabalhadores rurais que foram chegando ao Araguaia desde os anos 50 integraram um movimento migratório de características contraditórias: o que garantia o acesso à posse da terra era justamente a falta de desenvolvimento na região e a ausência do Estado. Na medida em que, por razões econômicas e em nome da segurança nacional, os governos militares passaram a dirigir

¹¹² LOUREIRO, Violeta Refkalefsky & OINTO, Jax Nildo Aragão. "A questão fundiária na Amazônia", *Dossiê Amazônia Brasileira II, op. cit.*

esforços para a região, a situação do trabalhador foi se deteriorando, e este também passou a enfrentar conflitos em torno da questão agrária.

Por todas essas evidências, é possível afirmar que a maioria dos moradores da região do Araguaia à época da guerrilha eram camponeses vindos de outros estados que viram na região a possibilidade de se livrar do peso de latifúndio em todas as suas implicações.

Eram trabalhadores que já haviam sido afetados pela modernização excludente do campo, que já tinham vivido conflitos com os latifundiários e não viam numa intervenção do Estado uma saída positiva para sua situação. A intervenção estatal sempre era contra os trabalhadores rurais e a favor dos grandes proprietários de terra.

A Amazônia era a última fronteira, onde o Estado e os latifundiários não estavam presentes. Contudo, estes trabalhadores passaram a integrar, sem saber, a força de trabalho para que também a região amazônica integrasse o projeto de desenvolvimento dos governos militares. Foram utilizados para criar as condições para que se perpetuasse a sua própria exclusão.

1.4 – Os conflitos pela terra no Brasil contemporâneo: Porecatu, Trombas e Formoso, as Ligas Camponesas e o Araguaia

A história da lutas camponesas no Brasil remonta ao período colonial onde se vinculava à luta contra a escravidão. No período republicano, existiram diversos exemplos destas lutas, tais como Canudos e Contestado. Ao longo do século XX diversas formas de enfrentamento entre latifundiários e camponeses podem ser mencionadas. Entre elas destacamos as lutas de Porecatu, Trombas e Formoso e as Ligas Camponesas.

Estas lutas foram pouco estudadas pela historiografia (a exceção feita às Ligas Camponesas), apesar das grandes proporções que assumiram e dos impactos que provocaram no cenário rural. Retomaremos alguns aspectos destas lutas já que abordá-las é relevante por dois motivos: o primeiro deles é porque os trabalhadores rurais da região do Araguaia se dirigiram à região por

causa das condições de exclusão a que estava submetido o campesinato brasileiro, situação que em outros locais havia assumido formas de enfrentamento diretas com os latifundiários; o segundo motivo é que estas três lutas rurais (dentre outras) tiveram a participação dos comunistas e foram importantes nas reflexões dos comunistas sobre a “questão agrária”.

Existem inúmeros registros sobre a preocupação dos militantes do PCB e do PC do B com a situação enfrentada pelos trabalhadores rurais. Entre as reflexões que faziam, estava a natureza da grande propriedade de terra no Brasil, a situação do trabalhador rural e as possíveis formas de inserção destes trabalhadores na revolução brasileira.

A maior organização de esquerda que existia no Brasil até os anos 60, o PCB apresentou, desde a sua fundação, preocupações com as lutas camponesas e vinculou-se aos três movimentos que mencionamos. Da mesma forma, após a cisão do PCB e o surgimento do PC do B que levou a cabo a guerrilha do Araguaia, ambos os partidos se debruçaram sobre a questão agrária, assim como as diversas organizações armadas que surgiram após o golpe de 1964.

Neste item, procuramos apresentar sucintamente estas três lutas sociais no campo procurando, por um lado, indicar a participação dos comunistas nelas e, por outro, levantar elementos sobre as formas de resistência camponesa que nelas se desenvolveram.

1.4.1 - A Guerra de Porecatu: a resistência camponesa no norte do Paraná

Entre as décadas de 40 e 50 do século XX se desenvolveu no Paraná um conflito entre posseiros e latifundiários, que foi chamado pela imprensa da época de “Guerra de Porecatu”, mas que também ficou conhecida como a “Guerra do Quebra Milho” e a “Guerra da Coreia Paranaense”¹¹³.

¹¹³ O Sr. José Jimenez, em depoimento ao jornal *O Estado de São Paulo*, explica a origem do nome: “na roça, o quebrador dobra o pé de milho para arrancar a espiga, arranca, põe para secar e depois debulha. As espigas eram os rebeldes”. Segundo o jornal, este era o nome dado ao conflito pelos agricultores. NOSSA, Leonencio; JUNIOR, Celso. “Guerras desconhecidas do Brasil”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 de dezembro de 2010, p. 16-17; já a denominação “Guerra do Coreia Paranaense”, Segundo Leandro César Leocádio, foi dada pelos militares, por causa da simultaneidade com a Guerra da Coreia. LEOCÁDIO,



Município de Porecatu e região¹¹⁴

Durante os anos 40, sob a égide da já comentada “Marcha Para o Oeste” o interventor do Paraná, Manoel Ribas, disponibilizou 120 mil hectares de terra como o objetivo de incentivar a ocupação do norte do Paraná. Pretendia-se desenvolver pequenas e médias propriedades na região, a que os camponeses teriam acesso a preços baixos. A condição para ter a titulação futura da terra era produzir, pagar impostos e permanecer na posse por um prazo mínimo de seis anos. Assim como em outros locais que receberam projetos de colonização, muitos camponeses foram atraídos para a região:

A notícia da existência dos 120 mil hectares devolutos espalhou-se como um rastilho de pólvora por todo país e que acabou por provocar uma ocupação desenfreada e desordenada da região. Na ânsia por um lote, dezenas de

Leandro César. “A atuação do PCB na Guerra de Porecatu: Considerações acerca da delação empreendida por Celso Cabral de Mello, o ‘capitão Carlos’”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307915721_ARQUIVO_LeandroCesarLeocadiotxtrevido.pdf acessado em 23 de abril de 2012.

¹¹⁴ Município de Porecatu e Região. Disponível em: www.o-parana.com/diretorio/index.php?cat_id=917, acessado em 22 de novembro de 2011.

famílias chegaram a ocupar terras particulares – e com isso começaram a mexer com um vespeiro¹¹⁵.

A deposição de Getúlio Vargas e de seus interventores resultaram, no Paraná, na ascensão da oligarquia rural ao poder, representada pelo interventor Moisés Lupion, cuja administração foi marcada pela intensificação dos conflitos pela posse da terra. Segundo Leocádio,

As terras antes disponibilizadas aos posseiros eram agora questionadas por Lupion. Da noite para o dia, estes sitiados viam suas posses serem cercadas, demarcadas; jagunços, grileiros, capangas invadiam casas, aterrorizando aqueles preocupados somente com o que por direito acreditavam a eles pertencer¹¹⁶.

A primeira ação dos posseiros foi o recurso à justiça. Entretanto, as autoridades judiciais, juntamente com jagunços, policiais, soldados, grileiros e fazendeiros atuaram para expulsar os camponeses de suas posses.

Estes posseiros se organizaram inicialmente em ligas camponesas, a partir da atuação do PCB na região. O partido atuava através dos diretórios municipais de Jaquapitã e Londrina e, posteriormente, através de seu próprio Comitê Central.

Sem atingir os objetivos através dos meios legais, os posseiros resolveram pegar em armas. Contudo, os meios legais não foram abandonados, como ressalta Piori:

A resistência camponesa de Porecatu foi realizada em duas frentes: uma armada, com um grupo reduzido de pessoas, mas com uma disciplina rigorosa e um comando extremamente forte; e uma legal, composta por algumas centenas de camponeses, nas posses e nas fazendas, além de uma frente de solidariedade e ajuda mútua, nas cidades¹¹⁷.

¹¹⁵ FELISMINO *apud* LEOCÁDIO, Leandro César. A atuação do PCB na Guerra de Porecatu: Considerações acerca da delação empreendida por Celso Cabral de Mello, o 'capitão Carlos' "Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, *op. cit.*, p. 02.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 03.

¹¹⁷ PRIORI, Ângelo. "A Guerra de Porecatu". *Revista Diálogos*, Departamento de História/Programa de Pós-graduação em História/Universidade Estadual de Maringá, vol. 14, nº. 2, p. 367-379, 2010.

Entre 1948 e 1951 os conflitos armados perduraram e os posseiros só foram desmobilizados pela Polícia Militar do Paraná e pelos agentes do DEOPS de São Paulo e do Paraná.

A aproximação e a permanência do PCB junto aos posseiros nas duas fases da luta podem ser explicadas pela mudança na linha de ação do partido, explicitada nos “manifestos” de janeiro de 1948 e agosto de 1950. Neles o partido passava a defender a “violência revolucionária como forma de ação. Nesse contexto o partido propôs em seu programa, segundo Piori,

A formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, cujo objetivo maior consistia em fazer a “revolução agrária e anti-imperialista”. Em relação ao campo, defendia a imediata entrega das terras dos latifundiários para os camponeses que nelas trabalhavam. E para isso seria fundamental, na visão do PCB, a organização dos camponeses (pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros) e trabalhadores rurais (assalariados) como aliados naturais do proletariado na tarefa de fazer a revolução¹¹⁸.

Embora tivessem resistido e atuado em duas frentes, e apesar de contarem com uma extensa rede de solidariedade organizada pelo PCB, a violência e a vitória dos latifundiários desmobilizou o movimento.

Para nossos propósitos interessa observar que o movimento possibilitava ao PCB colocar em prática sua nova estratégia de ação. A “guerra de Porecatu” pode ser vista como um laboratório para a atuação dos comunistas no campo. O partido priorizou esta luta, enviando altos quadros dirigentes para a região e mantendo lá repórteres da *Voz Operária*, seu principal jornal à época, desde o final de 1950 até agosto de 1951, quando o conflito já estava chegando ao fim.

A conjugação de interesses entre o PCB e os posseiros – os primeiros precisavam testar suas novas estratégias políticas enquanto os outros precisavam da infraestrutura que o partido poderia oferecer, foi apontada por Piori como uma aproximação pragmática, momentânea e conjuntural, já que,

¹¹⁸ PRIORI, Ângelo. “A Revolta Camponesa de Porecatu”, in: *Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. Vol. II – *Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*. São Paulo/Brasília, Unesp/Ministério do Desenvolvimento Agrário – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 118.

(...) é bem provável que os posseiros não tivessem consciência do que significava aquela aproximação embora resolvesse parte dos seus problemas –, como é bem provável também que o PCB soubesse que aquela aproximação poderia se desfazer tão rapidamente como se fez ¹¹⁹.

De acordo com informações desse autor, sobre o PCB pairou um silêncio sobre o movimento de Porecatu. Mesmo tendo um papel fundamental na organização dos posseiros, deslocando elementos importantes da estrutura partidária, não há, que se tenha notícia, um relatório crítico sobre o movimento, nem mesmo referências a ele entre os militantes. Concordamos com o autor quando ele afirma que “o indicativo desse silêncio foram os acontecimentos que se seguiram ao XX Congresso do PCUS e a publicação da Declaração de março de 1958” ¹²⁰, em que o PCB abandonou a perspectiva da violência revolucionária, passando a defender a via pacífica para o socialismo, temas que serão desenvolvidos no terceiro capítulo desta tese.

1.4.2 – A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas



Fonte: A Nova Democracia. ¹²¹

¹¹⁹ Ibidem, p. 141.

¹²⁰ Ibidem, p. 142.

¹²¹ Jornal Eletrônico A Nova Democracia. “Trombas e Formoso: o triunfo camponês”. Ano IV, nº 29, 2006, disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/29/f171.jpg>, acessado em 22 de outubro de 2011.

No final dos anos 40, atraídos pela propaganda do Departamento de Imprensa e Propaganda de Vargas, diversos trabalhadores rurais se dirigiram à Colônia Agrícola de Goiás (CANG) que, entretanto, não teve condições de absorver o grande fluxo de colonos que lá chegava. Algumas dezenas de agricultores rumaram à região de Formoso, mais ao norte, e lá se estabeleceram.

Entre os posseiros estava José Porfírio, que despontaria como liderança camponesa na região. Seu primeiro contato com as autoridades se fez como delegado dos posseiros, que realizaram uma coleta de fundos para enviá-lo à Goiânia, a fim de tomar conhecimento da situação das terras em que o grupo de posseiros havia se instalado. Lá Porfírio obteve a confirmação dos órgãos oficiais de que se tratavam de terras devolutas, ou seja, ao permanecerem na terra, de acordo com a legislação vigente à época, se tornariam proprietários.

No início dos anos 50 uma série de conflitos entre posseiros e grileiros ocorreu no povoado, que pertencia ao município de Uruaçu, no estado de Goiás. A resistência camponesa ao avanço do latifúndio na região ficou conhecida como “Revolta Camponesa de Formoso e Trombas”, “Guerrilha de Formoso e Trombas” e ainda como “Revolta de Trombas e Formoso”.

Os conflitos tiveram início quando um grupo de fazendeiros goianos dos municípios de Uruaçu e Porangatu tentou se apropriar de centenas de posses na região. As terras, muito férteis, foram objeto de grande valorização quando começou a se divulgar e, posteriormente, quando teve início a construção da rodovia a Belém Brasília¹²².

Os grileiros, apoiados pelas autoridades do município de Uruaçu, montaram um hábil esquema para grilar as terras dos posseiros. Depois de uma extensa pesquisa, encontraram no Arquivo Público do Estado de Goiás um requerimento de concessão de sesmaria, de 1775, em nome de Caetano Cardoso de Moraes. O requerimento foi atendido, mas em poucos anos se tornou nulo, já que o Sr. Caetano não ocupou as terras. Como vimos, para a confirmação da Sesmaria, era necessária a ocupação efetiva da terra, seja por

¹²² ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Nas trincheiras: a luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas: uma resistência ampliada*. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História (Dissertação de Mestrado) Niterói, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Márcia Maria Menendes Motta, 2007.

cultivo ou por arrendo; não sendo confirmada nenhuma das duas situações, as terras passavam a ser devolutas, ou seja, eram “devolvidas” ao Estado¹²³.

Com o requerimento em mãos, mesmo não tendo validade legal, os grileiros percorreram os cartórios de registro civil da região em busca de alguém que tivesse o mesmo o mesmo sobrenome do Sr. Caetano. Encontraram no município de Pirenópolis um lavrador que se ajustava nesse perfil. O camponês foi convencido de que era herdeiro do Sr. Caetano e a preços muito baixos, vendeu os direitos de propriedade aos grileiros que, mesmo sabendo da existência de documentos municipais e estaduais que confirmava serem terras devolutas, iniciaram, através do poder judiciário de Uruaçu, o processo de grilagem de terras¹²⁴.

Foram enviados oficiais de justiça à região, que além de apresentarem o termo obrigando os posseiros a deixarem as terras, estabeleciam um prazo de apenas dez dias para que fosse feita a desocupação. Passou-se a disputa judicial para ver quem tinha direito a terra: se grileiros ou posseiros. Enquanto isso, os grileiros tentavam obrigar os posseiros a assinar um contrato de arrendamento, no qual o camponês se comprometia a entregar metade da sua produção ao grileiro¹²⁵.

Cientes de que, ao assinarem os contratos de arrendamento, perderiam os direitos sobre a terra e reconheceriam a legitimidade da demanda dos grileiros, alguns posseiros resistiram e sofreram com a violência dos jagunços e da polícia, com a queima de roças e de casas, confisco da produção e toda sorte de intimidações físicas e psicológicas¹²⁶.

O camponês Zé Porfírio, através de um trabalho de conscientização política dos camponeses em torno da necessidade de resistir ao arrendo e buscando os meios legais para resolver o conflito, percorreu várias instâncias do poder estadual e federal, chegando a ser atendido pelo presidente Getúlio Vargas. Ao retornar à Goiás, em audiência com o Procurador Geral da Justiça,

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ CUNHA, Paulo Ribeiro. *Aconteceu Longe Demais: a luta dos posseiros de Formoso e Trombas e a revolução brasileira*. São Paulo, Editora da Unesp, 2007.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ibidem.

ouviu dele, “se em Trombas não há grotas”, indicando que a resolução só poderia se dar através das armas¹²⁷.

Foi nesse momento que o PCB enviou Geraldo Tibúrcio para avaliar a situação na região. Posteriormente, 4 militantes camponeses foram enviados: Geraldo Marques, João Soares, José Ribeiro e Dirce Machado. Também se registra o surgimento, à época, da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Formoso, na qual José Porfírio foi eleito seu primeiro presidente¹²⁸.

Frente à disposição dos camponeses para resistir, os grileiros avançaram sobre a população, cobrando violentamente o arrendo e persistindo nas práticas de terror.

A deflagração do conflito teve como estopim a cobrança do arrendo do posseiro conhecido com “Negó Carreiro”, que se negou a assinar o contrato com os grileiros. Tentaram confiscar toda a sua colheita e frente à sua resistência, foi “marcado para morrer”. O executor seria o “Sargento Nelson” mas o episódio teve um desfecho diferente do esperado, já que o posseiro foi mais rápido e matou o sargento¹²⁹.

Os grileiros contrataram mais jagunços, além de soldados da Polícia Militar de Goiás que integravam uma força militar para atacar os camponeses. Estes, por sua vez, montaram piquetes à beira da estrada e passaram à resistência armada de fato.

Os confrontos duraram seis meses. Por pressão de vários segmentos sociais, tal como os estudantes de Goiânia que fizeram passeatas e manifestações a favor dos posseiros, dos Jornais *Jornal de Notícias*, o *Estado de Goiás* e a revista *O Cruzeiro*, deu-se uma grande visibilidade nacional às demandas dos posseiros. Havia ainda a pressão do governo federal para que se colocasse um fim pacífico ao conflito já que, naquele momento, sob a presidência de Juscelino Kubitschek, construía-se Brasília, que se localizaria a apenas 300km do palco dos conflitos e não era desejável que a capital do país se erguesse em meio a uma região conhecida pelos confrontos violentos no

¹²⁷ CUNHA, Paulo Ribeiro da. “Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas”. *Cadernos AEL* (Arquivo Edgard Leuenroth), IFCH/UNICAMP, Campinas, vol. 7, 1998, p. 86.

¹²⁸ ABREU, Sebastião de Barros. *De Zé Porfírio ao MST: A luta pela terra em Goiás*. André Quicé Editor, 2002.

¹²⁹ CUNHA, Paulo Ribeiro da. “Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas”, *op. cit.*

campo; pretendia-se apresentar o estado de Goiás, que abrigaria o centro de poder brasileiro, como uma região pacífica¹³⁰.

Não é possível avaliar nos limites deste trabalho, quais eram os interesses de grandes meios de comunicação locais e nacionais, tal como os jornais e a revista citados, em defender os posseiros. De qualquer forma, tal apoio veio e foi decisivo nas pressões que se faziam sobre o governador Juca Ludovico.

Após o ganho de causa e o reconhecimento legal de que a terra era dos camponeses que estavam nela, as autoridades locais de Formoso das Trombas se retiraram da região, deixando um “vácuo” de poder. Este espaço foi ocupado pela Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Formosos das Trombas. Foi nesse contexto que se desenvolveu a “República de Trombas e Formoso”, em que os camponeses “elegeram as autoridades da área (prefeitos, vereadores e juízes) e se negaram a pagar tributos a Goiás”¹³¹. A situação se manteve por vários anos, até que o governador do estado de Goiás, coronel Mauro Borges, quando o país já vivia sob a ditadura civil-militar, expropriou as terras e as redistribuiu em parcelas, liquidando assim o litígio e a organização armada camponesa¹³².

Da mesma forma que na Revolta Camponesa de Porecatu no Paraná, a participação dos comunistas na organização do território livre de Formoso era parte da estratégia do PCB definida já no manifesto de agosto 1950¹³³, voltado para a deflagração da luta armada a partir da criação de guerrilhas camponesas. A historiografia tem apontado que a partir da entrada do PCB no conflito o movimento deu um “salto qualitativo” no que se refere a sua organização e a explicitação de suas demandas¹³⁴.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ MORAIS, Clodomir Santos de. “História das Ligas Camponesas do Brasil”. *Cadernos AEL* (Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH/UNICAMP), Campinas, vol. 7, p. 83-103, 1998, p. 26-27.

¹³² Ibidem.

¹³³ CUNHA, Paulo Ribeiro da. “Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas”. *Cadernos AEL*, *op.cit.*

¹³⁴ MOTTA, Márcia. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 226.

1.4.3 – As Ligas Camponesas

O movimento que ficou conhecido com Ligas Camponesas iniciou-se em 1955, no engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). A designação de “Liga” para o movimento foi feita pela imprensa conservadora que o via como uma potencial reedição das ligas camponesas de 1945-1947¹³⁵. Esta seria uma forma de homogeneizar, sob os auspícios do PCB, um movimento que era heterogêneo.

Segundo Elíde Rugai, a base social inicial deste movimento, os foreiros, eram uma categoria ameaçada de extinção, já que o “‘galileu’ simbolizava o campesinato nordestino que vivia próximo aos empreendimentos capitalistas, representando um obstáculo à sua expansão”¹³⁶. Quando o movimento se ampliou, outras categorias de camponeses se incorporaram a ele. Eram, entre outros, os arrendatários, parceiros, posseiros, e minifundistas¹³⁷.

A *Liga da Galileia*, pioneira dentre as “ligas camponesas”, tinha como objetivo gerar recursos a serem utilizados na educação e em assistência médica, além da compra de adubo para melhorar a produção. Frente à organização dos trabalhadores rurais os proprietários aumentaram o preço dos foros, provocando o início da resistência. O advogado recifense Francisco Julião foi chamado para defender os trabalhadores da SAPPP e acabou por se tornar referência nacional na luta pela terra. Numerosas ligas surgiram no estado de Pernambuco e rapidamente se espalharam por outros estados do país, com destaque para a Liga de Sapé, na Paraíba, cuja mobilização atingira seu ponto alto após o assassinato de um de seus líderes, João Pedro Teixeira, a mando do proprietário das terras local¹³⁸.

¹³⁵ CAMARGO, Aspásia. “Ligas Camponesas” in: FUNDACAO GETULIO VARGAS. *Dicionário Histórico e Biográfico*. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1 acessado em 20 de setembro de 2008.

¹³⁶ BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 18.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ CAMARGO, Aspásia. “Ligas Camponesas” in: FUNDACAO GETULIO VARGAS. *Dicionário Histórico e Biográfico*, op. cit.

A organização de diversos núcleos de trabalhadores rurais sob a denominação de “ligas camponesas”, em diferentes regiões do nordeste, pode ser explicada pela generalização das demandas individuais ou locais na luta pela terra, em demandas que integravam um projeto de reforma agrária radical, estimulado pelas lideranças do movimento:

As Ligas falavam em nome de uma ampla e diversificada categoria de trabalhadores que incluía foreiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários, que produziam uma cultura de subsistência e comercializavam os excedentes produzidos em terra própria ou em terra alheia (...). Sendo as camadas representadas basicamente dependentes da produção direta em terra cedida, alugada ou própria (minifúndios), podemos compreender porque se aglutinaram em torno de reivindicações ligadas à posse e ao usufruto imediato da terra. O processo de politização global ocorrido nesse período, sobretudo a partir de 1960, facilmente converteu demandas individuais ou localizadas pela posse da terra, tais como o Código Civil o previa, em reivindicações mais abrangentes, estimuladas pelas lideranças, de reforma agrária radical¹³⁹.

A experiência das Ligas Camponesas foi interrompida, assim como toda a mobilização dos trabalhadores urbanos e rurais, com o golpe civil-militar de 1964. O não atendimento de suas demandas básicas e uma reversão das conquistas já efetuadas pode ser percebida na análise dos anos subsequentes¹⁴⁰. A esquerda, incluído o PCB, incorporou parte das reivindicações apresentadas pelos trabalhadores rurais na década de 60, amalgamando-as com as lutas urbanas, em condições extremamente adversas. No próximo capítulo, a questão será abordada mais detidamente.

As lutas sociais no campo, como se viu, são múltiplas, heterogêneas, e seu estudo evidencia que são diversas as maneiras pelas quais a exclusão do camponês se revela. As três lutas que selecionamos são algumas dentre inúmeras que se desenvolveram no século XX e nas quais os comunistas tiveram alguma participação.

Elas são importantes pois trazem elementos para compreender aspectos da formação que os comunistas tiveram em torno das questões agrárias, que

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ Essa discussão é feita por diversos estudiosos em uma coleção recentemente publicada pela editora Expressão Popular, organizada por João Pedro Stédile. Em cinco volumes os autores tratam da questão agrária no Brasil, enfatizando principalmente o período de 1950 à 1980. Cf.: STÉDILE, João Pedro (org). *A questão Agrária no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2005, volumes 1 à 5.

foram incorporadas nas experiências posteriores, entre elas, a guerrilha do Araguaia.

São importantes também porque trazem diversas formas de expressão do camponês brasileiro, na luta pela permanência na terra, nos seus posicionamentos acerca da reforma agrária, na sindicalização do trabalhador rural entre outras demandas apresentadas por este segmento social.

As discussões apresentadas neste capítulo nos subsidia para refletir sobre a particularidade do camponês da região do Araguaia, a partir da experiência com a guerrilha promovida pelo PC do B e com a repressão empreendida pelos militares. É o que apresentamos no capítulo seguinte.

Capítulo 2 – Camponeses do Araguaia: entre a experiência da guerrilha e as lutas pela posse da terra

As questões que foram abordadas no capítulo anterior permitem que se reflita sobre as especificidades do camponês do Araguaia e sobre o tipo de envolvimento que ele teve com a guerrilha. Viu-se que uma das características da população foi sua extrema mobilidade, decorrência das condições degradantes impostas pela dinâmica excludente da agricultura brasileira. Viu-se também, através de três exemplos, que o campesinato brasileiro, longe de se submeter à lógica do latifúndio, empreendeu profundas batalhas para garantir a posse da terra, os direitos de sindicalização e o pagamento “justo” pelo trabalho nas propriedades alheias, entre outras lutas. Como afirmamos, os três movimentos citados destacam-se pela participação que os comunistas tiveram neles, o que nos ajuda a compreender algumas questões em torno da guerrilha do Araguaia. Contudo, muitos outros conflitos de luta pela terra de grande envergadura se desenrolaram no Brasil. A maioria escassamente estudada, revelando as dificuldades que a historiografia brasileira tem de lidar com esses temas.

Uma das causas da escassez de estudos se refere à forma como se desenvolveu a historiografia a partir dos anos 80, que apresenta duas ordens de dificuldades: a centralidade do trabalhador urbano, por motivos fáceis de compreender, já que os movimentos desses trabalhadores ganhou visibilidade no final da ditadura e o impacto da historiografia europeia à época.

Outro tipo de dificuldade se refere às fontes de pesquisa, ao acesso aos locais onde se desenrolaram os conflitos e a carência de recursos para pesquisas desse porte. Alguns dos conflitos pela posse da terra que mencionamos, como é o caso de Trombas e Formoso, tiveram parte de sua documentação suprimida dos arquivos do DOPS. Quando estes arquivos foram disponibilizados no estado de Goiás, os arquivos de militantes do movimento tiveram páginas arrancadas, pouco se avançando em aspectos desse conflito que precisam ser elucidados.

A morosidade tem caracterizado a abertura dos arquivos referentes à repressão política no período da ditadura civil-militar. Trata-se de uma teia

complexa de arquivos públicos e privados de interesse social, vinculados aos mais diversos órgãos e instituições das esferas municipais, estaduais e federais, além de arquivos privados e aqueles produzidos e sob a guarda das instituições militares. Entretanto, diversas ações vem sendo realizadas no século XXI para dar respostas às demandas apresentadas pela sociedade em torno do esclarecimento dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura. Entre elas destacam-se a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, “os projetos *Direito à Memória e à Verdade*, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, *Memórias Reveladas*, da Casa Civil da Presidência da República, *Memorial da Resistência*, do Governo do Estado de São Paulo”¹⁴¹, além de algumas iniciativas da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e ações da Procuradoria da República de São Paulo, entre outros¹⁴².

Algumas ações desenvolvidas têm contribuído sobremaneira para avançar nos estudos tanto dos crimes cometidos pelo Estado, bem como para o aprofundamento de pesquisas em diversas temáticas vinculadas ao período. Entre as iniciativas, a transferência dos arquivos de órgãos como Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações – SNI para o Arquivo Nacional, em 2005 e a recente instalação, no mesmo local, da Comissão da Verdade, que têm um prazo de dois anos para apresentar seu relatório¹⁴³.

Outra dificuldade relacionadas às fontes que pode ser citada, ocorreu no caso do conflito de Porecatu. A intensa participação dos comunistas poderia ter ensejado uma extensa documentação produzida pelo partido, mas como informa o pesquisador do movimento, Ângelo Priori, quase não há referências

¹⁴¹ ABRÃO. Paulo; TORELLY, Marcelo, et. alli. “Justiça de Transição no Brasil: o papel da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Brasília, Ministério da Justiça, nº 1, jan. / jun. 2009, p. 13, disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={72590C4A-B0ED-4605-A9D8-5247054336A6}>, acessado em 13 de junho de 2012.

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ Registre-se também que no dia 18 de junho de 2012 o Arquivo Nacional abriu para a consulta a toda a documentação vinculada direta ou indiretamente, ao Sistema Nacional de Informações e Contrainformação – SISNI, com base na Lei do Acesso a Informações (Lei nº 12.527, de 2012). Após um prazo de 30 dias para que fosse requerido o sigilo e, não tendo recebido nenhuma solicitação nesse sentido, todo o acervo ficou disponível à consulta de qualquer cidadão.

sobre o conflito na documentação da agremiação política¹⁴⁴. A mobilidade do camponês, também contribui para as dificuldades de pesquisa, pois nem sempre é fácil localizar os personagens dos conflitos, que se mudam da região. Apesar disso, no caso do estudo que fizemos, pudemos realizar uma grande quantidade de entrevistas, já que os camponeses do Araguaia que não residem na região, possuem vínculos com a Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia¹⁴⁵ e, em algumas oportunidades, se reúnem no município de São Geraldo do Araguaia para discutir suas demandas em torno da questão da Anistia.

As regiões camponesas carecem de infraestrutura. Durante a realização desta pesquisa, foi difícil se hospedar, se alimentar e se deslocar pela cidade de São Geraldo, assim como é difícil chegar até ela. Os preços das passagens aéreas são impraticáveis para pesquisadores brasileiros e as viagens de ônibus são extensas e perigosas.

Estes aspectos explicam a escassez de estudos sobre os conflitos rurais no Brasil. Como se vê, o pesquisador também está submetido às condições perversas do capitalismo brasileiro, que dificulta o acesso à informação sobre aspectos que nossa classe dominante prefere encobrir.

Já o nosso estudo apresenta mais um elemento que dificulta a elucidação de muitas de suas dimensões: o esforço do Estado brasileiro para apagar a guerrilha da história. Por anos os militares negaram sua existência, ao mesmo tempo que pressionavam os camponeses para que se mantivessem calados. Apenas em tempos recentes o camponês passou a divulgar sua experiência, entendida como um ato político. A partir deles e de outras fontes, reconstituímos a experiência da guerrilha.

¹⁴⁴ Cf. PRIORI, Ângelo. "A Revolta Camponesa de Porecatu", in: *Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Vol. II – Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*. São Paulo/Brasília, Unesp/Ministério do Desenvolvimento Agrário – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

¹⁴⁵ A Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia foi fundada em 10 de dezembro de 2005 no município de São Domingos do Araguaia (Pará). Atualmente possui cerca de 300 membros e é responsável pelo apoio aos camponeses na solicitação dos pedidos de indenização junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. VIEL, Vanda. "Guerrilha do Araguaia deixou marcas profundas na região" Disponível em: http://www.vermelho.org.br/pi/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=180520, acessado em 27 de maio de 2012.

As dificuldades da pesquisa decorrem, ainda, por outros fatores. Sabe-se que por longos anos, as pesquisas giraram em torno dos trabalhadores urbanos, particularmente após a explosão das greves do ABC. Nos anos 80, os estudiosos precisavam conhecer e dar respostas à sociedade sobre aquele intenso movimento de massas que surgia nos estertores da ditadura civil-militar.

A fundação do Partido dos Trabalhadores e a aglutinação dos militantes antes dispersos em dezenas de organizações clandestinas era outro tema a se conhecer. Compreender o movimento dessa militância, que rompera com o PCB a partir do golpe e se reorganizou no PT nos anos 80 era importante no contexto do final da ditadura, já que a compreensão dessas experiências permitiria traçar novos rumos para os movimentos sindicais, para as organizações populares e delinear formas de pressionar Estado e patrões, que eram novidades da década de 80, após 21 anos do terror contra às demandas dos trabalhadores pela ditadura civil-militar.

Aliado a isso, havia novos aportes historiográficos para olhar a questão dos trabalhadores urbanos e rurais, com as aproximações da historiografia brasileira com a historiografia social inglesa e a historiografia francesa, genericamente denominada de “história nova”. A partir das leituras feitas pela *intelligentsia* da historiografia brasileira, novos temas e olhares começaram a despontar na academia: a historiografia social inglesa inspirava trabalhos que se centravam no trabalhador e recuperava-se sua experiência cotidiana, a pequena resistência, a cultura, os modos de vida e de trabalho.

A historiografia francesa, por sua vez, ensejava trabalhos que não tinham centralidade neste segmento social, abrindo perspectivas de estudos para uma infinidade de temas e objetos.

O mérito dessa historiografia foi o de chamar a atenção para um campo de pesquisa que se alarga, já que os problemas de pesquisa são potencialmente infinitos. Entretanto, esta historiografia, ao se concentrar no específico, em alguns casos deixou escapar que a experiência cotidiana dos trabalhadores se desenvolve em contextos mais amplos. Da experiência cotidiana do trabalhador, se depreende os limites impostos pelo seu salário, que por sua vez é definido pela correlação de forças entre patrões e empregados; as condições de acesso à escolarização e sua qualidade também

são estabelecidas pela correlação de forças entre trabalhadores e o Estado, se subordinando à capacidade que os trabalhadores têm de apresentar e lutar por suas demandas; sua cultura é aceita ou reprimida pelas forças repressivas, ou então incorporada e modificada.

A lista de aspectos que demonstram que a experiência cotidiana se desenvolve num contexto que é determinado pela forma como se desenvolvem os antagonismos sociais é infundável. Dito de outra forma, o conceito de luta de classes foi abandonado como explicativo da sociedade por muitos trabalhos das novas correntes historiográficas, que não se colocava como uma historiografia com a intencionalidade de subsidiar a transformação social e cujos objetivos dos estudos apontasse para a resolução dos conflitos em favor dos segmentos sociais marginalizados.

Não foi uma historiografia estéril, ela cumpria uma função social. Ao deslocar o conceito de luta de classes como explicativo da sociedade e abordar os trabalhadores sem referências às determinações conjunturais e estruturais, ocultava-se muitas das mazelas a que estavam submetidos. A historiografia passava a ter, no limite, um papel reacionário, “desestoricizando” a experiência dos trabalhadores, não registrando os processos explicativos das situações do cotidiano.

2.1 – Terror de Estado contra a sociabilidade camponesa na guerrilha do Araguaia

2.1.1 – Os camponeses revelam a ausência do Estado nos anos 60

Como vimos, os camponeses que se deslocaram para o Araguaia o fizeram em sucessivas ondas migratórias, procurando estabelecer uma posse de terra longe do latifúndio e dos conflitos no campo. A partir dos anos 50, aos moradores que já estavam na região desde épocas que não sabem precisar, puderam observar a chegada muitos maranhenses, goianos, cearenses, piauienses, entre outros migrantes, que ocuparam a região.

A partir dos anos 60, mais precisamente em 1966, começaram a chegar os primeiros militantes do PC do B. As relações entre os militantes e os camponeses recebem destes, descrições que indicam um bom relacionamento com os recém-chegados. O bom relacionamento era parte da estratégia do PC do B para ganhar a confiança da população no seu empreendimento de *Guerra Popular Prolongada*.

Algumas ações dos militantes se concentraram no atendimento de cunho social que o Estado não realizava na região. Era a oportunidade para mostrar ao camponês, através das ações, o papel que ele ocupava na estrutura social do país e o descaso do Estado com suas demandas. Não havia hospitais, escolas, postos de saúde, saneamento básico, ou mesmo agentes de saúde, agentes sanitários ou médicos que orientassem a população local, por exemplo, em noções de higiene, no combate à malária, ou à leishmaniose. Esse espaço foi ocupado pelo PC do B.

A bibliografia sobre a guerrilha do Araguaia corrobora a ideia que se desenvolveu um bom relacionamento entre os guerrilheiros e os moradores locais. De acordo com Campos Filho, “os depoimentos atestam que os militantes do PC do B estabeleceram uma relação de respeito e amizade com a população”¹⁴⁶. É preciso, entretanto, problematizar os depoimentos que indicam relações amistosas entre os grupos. De fato, nas falas dos camponeses, as referências positivas aos militantes são inúmeras e recorrentes. O Sr. Otacilio, por exemplo, informa que os guerrilheiros “tratavam a gente com delicadeza”¹⁴⁷, o Sr Joel afirma serem “um povo ordeiro, um povo trabalhador, responsável. Um povo que não media esforços e trabalhava noite e dia. Não tinha tempo ruim para eles”¹⁴⁸. Não há porque duvidar que relações amistosas de fato se desenvolveram, considerando a estratégia do partido de aproximação com a população e uma característica própria dos moradores da região: um sentido de coletividade, uma prática de acolhimento dos recém-chegados.

¹⁴⁶ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia, Editora da UFG, 1997, p. 87.

¹⁴⁷ Depoimento do Sr. Otacilo Rodrigues, Xambioá (Tocantins), 24 de abril de 2008.

¹⁴⁸ Joel *apud* CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*, *op. cit.* p. 88.

Estes camponeses, a maioria deles também “forasteiros”, desenvolveram formas de solidariedade que tornavam possível a existência em condições tão adversas. O individualismo não tinha condições de impor-se às relações sociais naquele contexto. Para dar início às atividades na roça, era necessário contar com os braços dos vizinhos. Para poder garantir a sua subsistência, o camponês necessitava do apoio da comunidade, em tarefas que sozinho não poderia realizar.

Outro ponto que indica o sentido de coletividade pode ser demonstrado no abrigo que se oferecia à vizinhança quando realizavam pequenas viagens. Numa região em que os principais meios de transporte eram as estradas tropeiras e trilheiros, além das pequenas embarcações, o pouso e a alimentação nas casas dos vizinhos era imprescindível. Mas o vizinho na roça, não é como na cidade, as distâncias são grandes, explica a Sra. Neuza Lins¹⁴⁹.

Para sobreviver esses laços precisavam ser cultivados. Num povoado formado em sua maioria pelos que vem de fora, é compreensível que os forasteiros fossem introduzidos ao convívio do grupo e partilhassem as experiências de vida coletiva dos camponeses. O “bom relacionamento” era uma prática de sobrevivência do grupo.

O que diferenciava o relacionamento dos guerrilheiros com os camponeses era o tipo de atividade que estes tinham a oferecer para a comunidade. Durante a preparação da guerrilha desenvolveram diversos trabalhos incomuns junto aos camponeses, tal como o oferecimento de assistência médica e odontológica como é relatado a seguir.

(...) vinham, encostavam [militantes] na casa da gente, a gente ia lá pegar remédio, porque eles eram um povo muito bom pra ajudar a gente, principalmente na doença. Eles socorriam até lá, eles davam o remédio e eles mesmos vinham na casa da gente, só dava o remédio certo. Tinha dentista, tinha doutor, tinha enfermeiro, tinha tudo, e era um pessoal muito bom¹⁵⁰.

Mas os camponeses também ofereciam seus conhecimentos aos guerrilheiros, que não entendiam nada de roça. O Sr. Lauro, que foi vizinho dos guerrilheiros do destacamento A, na região da Faveira, na qual moravam por

¹⁴⁹ Depoimento da Sr.^a Neuza Lins. São Domingos do Araguaia (Pará), 24 de abril de 2008.

¹⁵⁰ Depoimento do Sr. Agenor Moraes Silva. São Domingos do Araguaia (Pará), 25 de abril de 2008.

três anos os guerrilheiros, afirma que “foi meu pai que ensinou eles a pescar, caçar, minha mãe ensinou eles a fazer beijou, tapioca”¹⁵¹, os camponeses também assistiam os guerrilheiros naquelas que eram suas necessidades básicas: aprender as maneiras da sobreviver na região.

O casamento da necessidade do partido de “ganhar as massas” e a forma própria da sociabilidade do camponês do Araguaia geraram, de fato, um bom relacionamento entre eles. Não foi pela ação unilateral do PC do B que os laços amistosos se desenvolveram, mas sim pelo encontro das necessidades dos segmentos sociais em contato na área. Afirmar isso é importante, pois a documentação do PC do B sugere o “bom relacionamento” como resultado de exclusivo de uma estratégia que deu certo, construída pelo partido, sem levar em conta que as especificidades daquela população contribuíram para o desenvolvimento destes laços.

Outro aspecto a ser problematizado, se refere ao peso que o PC do B tem na região e a influência sobre os camponeses. Muitos deles se filiaram ao PC do B, alguns se tornaram lideranças locais do partido e ocupam atualmente cargos públicos. A influência do agrupamento político na região é grande. Pelo que se pode apurar nas fontes disponíveis, a maioria das entrevistas que os camponeses concederam foi para membros do PC do B. Um exemplo é a atuação do historiador Romualdo Pessoa Campos Filho, autor de uma das principais obras escritas sobre Guerrilha do Araguaia, que estabeleceu a base historiográfica sobre a qual a maioria dos demais trabalhos partiram, é militante do PCdoB e esteve na região para realizar sua pesquisa sobre o tema a serviço do partido.

Também é importante considerar que muitos camponeses começaram a falar movidos pela possibilidade de reconhecimento como anistiado político, num trabalho em que o PC do B desenvolve ativamente na região. Para os camponeses, evidencia-se um vínculo entre aqueles guerrilheiros e os militantes mais recentes, como Paulo Fonteles, assassinato pelo latifúndio na defesa das causas dos camponeses; muitos líderes locais que se filiaram ao PC do B estão vinculados à CPT, aos sindicatos rurais, aos movimentos de luta pela terra, ao movimento de mulheres, etc.

¹⁵¹ Depoimento do Sr. Lauro Rodrigues dos Santos. São Domingos do Araguaia (Pará), 15 de abril de 2012.

De forma que é bastante complexo tratar do relacionamento dos camponeses com os guerrilheiros, já que há diversas influências que pesam sobre estes depoimentos. Contudo, pode se depreender que mesmo que, por força das circunstâncias, as relações que se estabeleceram tenham sido supervalorizadas em sua intensidade e profundidade, elas de fato existiram, pela conjugação dos fatores que explicitamos acima: as intenções do partido e a sociabilidade própria do camponês.

Além desses fatores, é perceptível o aprofundamento da politização dos camponeses, expressas nas crescentes manifestações contra o latifúndio e contra os segmentos sociais dominantes na região do Araguaia. Entretanto, esta pesquisa revela que esta politização, ainda que tenha sido reforçada pela presença de militantes do PC do B, foi fruto da dinâmica da luta de classes que lá se desenvolveu.

Os depoimentos dos camponeses sobre as ações voltadas para a comunidade que os guerrilheiros realizavam, são reveladores de em que aspectos o Estado se mostrava deficitário na região e como afirmamos, o PC do B ocupou esse espaço. As narrativas, ao tratar da presença dos guerrilheiros, trazem à tona a ausência do Estado.

Entre os militantes mais lembrados estava o Dr. Juca, que instalou uma farmácia no município de São Geraldo. Outras eram as guerrilheiras que auxiliavam nos partos: “A Dina, por exemplo, trabalhou como parteira e enfermeira, aqui tem um mais de vinte pessoas que foram pegos pelas mãos da Dina, tanto no serviço de parto com no serviço de enfermeira (...)”¹⁵².

A ausência do Estado ou, o “Estado a serviço dos proprietários” também é rememorada nas ações dos pistoleiros que aterrorizavam a população. *Lobisomem* e *Davizão* eram dois pistoleiros conhecidos que atuavam a serviço dos latifundiários. Para obrigar os posseiros a deixarem suas terras, retiravam as moças das casas de seus pais e as entregavam a bandos de jagunços que aguardavam em local próximo, onde serviam-se sexualmente delas. Ambos os pistoleiros, segundo o depoimento do Sr. Eduardo Lemos Porto, foram

¹⁵² Depoimento do Sr. Eduardo Lemos Porto. São Geraldo do Araguaia (Pará), 16 de julho de 2007. No capítulo 4, aborda-se o mesmo episódio, contado a partir da perspectiva dos guerrilheiros.

justiçados pelos guerrilheiros¹⁵³. Aos olhos dos camponeses, os guerrilheiros cumpriam a função de prover segurança à comunidade, contra os desmandos dos latifundiários.

A Polícia Militar também se envolvia nas ações de intimidação, amando dos latifundiários. Outro episódio que foi bem recebido pela população foi o caso dos policiais de cuecas na Transamazônica, relatada pelo jornalista Fernando Portela:

O grupo guerrilheiro integrado por elementos locais, entrou no posto e, sem a menor reação, confiscou todas as armas dos policiais, inclusive metralhadoras. Depois exigiu que os trêmulos soldados tirassem a roupa. Recolheu também as fardas e ordenou: 'Agora todo mundo vai correr até Marabá!' Debaixo das gargalhadas dos guerrilheiros e tiros para cima, os policiais entraram em pique pela estrada¹⁵⁴.

Evidenciando as ações dos guerrilheiros contra a Polícia Militar e jagunços da região, os depoimentos deixam transparecer que o entendimento que a população local tinha da Polícia Militar é que ela não estava ali para garantir o cumprimento da lei, combater crimes e garantir a segurança da comunidade. Eles estavam ali para garantir a realização dos interesses dos poderosos da região, para a manutenção do *status quo* e para o enquadramento dos camponeses. Se a ausência do Estado se revelava em inúmeros aspectos relacionados ao atendimento das demandas sociais básicas, a este conjunto se somava não apenas a ausência de segurança, como a presença do Estado como instituição repressiva das demandas da população local.

Esta representação iria se desenvolver sobremaneira e se consolidar com a deflagração da guerrilha e a atuação de outras forças repressivas além da Polícia Militar. Aquela que era uma experiência restrita à região, que no entendimento dos camponeses era uma especificidade local, avançou para a compreensão de se tratar de uma forma de relacionamento de classe: não era específico da PM do Pará e dos municípios, povoados e vilarejos do Araguaia as relações entre camponeses e forças repressivas do Estado. As Forças Armadas também cumpriam a mesma função, representando não mais os

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ Cf. PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*, op. cit. p. 109.

poderes locais, mas os poderes nacionais. Esta perspectiva ficará melhor explicitada na seção seguinte, ao abordarmos à repressão aos camponeses durante a guerrilha do Araguaia.

2.1.2 – Os camponeses revelam a truculência do Estado nos anos 70

Sobre o morador da região do Araguaia pesou a repressão que se dirigiu à guerrilha, durante o massacre promovido pelo Estado brasileiro contra os militantes do PC do B. Todavia, a violência que recaiu sobre os moradores não se devia exclusivamente à existência da guerrilha na região e ao apoio que eventualmente os moradores forneceram a ela. Devia-se também ao fato de tratar-se de uma população pobre e, portanto potencialmente revolucionária, segundo a ideologia que embasava os militares¹⁵⁵, e que, na luta pela sua manutenção na terra, poderia dificultar os grandes projetos de desenvolvimento para a região, que tinham como principais beneficiários os latifundiários. Sobre a população recaiu assim duas formas de violência: a violência do combate à guerrilha e a violência contra o camponês.

É possível entender a partir da representação que o Estado construiu sobre os camponeses, porque centenas deles foram submetidos à violência física e psicológica, além de terem suas condições materiais de sobrevivência destruídas pelas Forças Armadas, num contexto em que apenas algumas dezenas deles tiveram envolvimento direto com a guerrilha.

Ao tomar conhecimento da existência de “subversivos” na área, uma das primeiras providências do Estado foi tomar contato com as condições sociais do lugar. Os primeiros agentes da repressão, além de buscarem informações sobre os militantes, fizeram o levantamento das condições de vida dos moradores. Em seus relatórios é possível vislumbrar as mesmas questões que os camponeses apontavam em seus depoimentos sobre a ausência do Estado. Neles constam informações sobre a dependência da população da exploração da madeira e da castanha; sobre as doenças que acometiam com frequência os moradores tal como a malária, a leishmaniose, e diversas verminoses; a

¹⁵⁵ As representações do militares sobre os camponeses será aprofundada nos capítulos 5 e 6 desta tese.

descrição das condições do único hospital do município na região, situado em Xambioá, que não contava com médicos e por fim o maior problema que os militares detectaram na região, as tensões entre grileiros e posseiros:

A população depende [da] exploração da madeira e do extrativismo da castanha. Como essas atividades não são contínuas, há determinados períodos em que as pessoas ficam ociosas, sem conseguirem trabalhar(...) a leishmaniose, a verminose e outras endemias grassam entre os habitantes locais. Há um hospital na cidade de Xambioá todavia a inexistência de médicos impede sua plena utilização (...) o grande problema social é referente à posse de terras. Há atritos e choques frequentes entre posseiros e grileiros, gerando tensões e descontentamentos¹⁵⁶.

O Estado brasileiro tinha um quadro detalhado das condições de vulnerabilidade a que estava submetida a população, agravadas pela existência de forças políticas e policiais corruptas. Os mesmos elementos que são evidenciados nas narrativas dos camponeses ao relatarem de que forma foram assistidos pelos guerrilheiros e que denotam a ausência do Estado como cumpridor das demandas sociais básicas, são também apontados nos relatórios das Forças Armadas:

É importante ressaltar as precárias condições em que o poder político se exercita na área, representado quase sempre por prefeitos corruptos, incapazes e primários, mancomunados, via de regra, com a autoridade policial, em princípio apática e irresponsável. Como também os órgãos federais da área, inoperantes e mesmo corruptos, a serviço dos grandes proprietários, como era o caso do INCRA (...) ¹⁵⁷.

O relatório citado foi escrito por Sebastião Rodrigues de Moura, na época Capitão Adjunto do Centro de Informações do Exército, conhecido na região do Araguaia como “Major Curió” e, durante a guerrilha, como Doutor Luchini. O registro da situação vivida no sudeste do Pará e o conhecimento da corrupção contra os posseiros não impediram o militar de permanecer na área

¹⁵⁶ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Gabinete do Ministro. CIE/DF. *Relatório Especial de Informações 2/72 – (Secreto)*, 9 de novembro de 1972, 26 p.

¹⁵⁷ Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, CIE/DF. *Relatório da Operação de Informações Realizada pelo CIE no Sudoeste do Pará – Operação Sucuri*. Brasília, 1974, 20 p.

a serviço da manutenção da mesma ordem das coisas. Voltaremos ao “Major Curió” mais adiante.

O conhecimento das condições de vida dos moradores e o levantamento dos aspectos que denotavam a ausência do Estado não se deviam a uma possível tentativa de encontrar soluções para esse problema. O foco era o combate à guerrilha e, para tanto, era fundamental esquadrihar o terreno social onde ela se desenvolvia.

O primeiro contato da população com as Forças Armadas ocorreu em abril de 1972, mesmo período do primeiro ataque à guerrilha. Segundo Campos Filho, as primeiras reações foram de antipatia e desconfiança:

Ao entrar nas roças dos paulistas, queimando suas casas, destruindo as plantações e acusando os seus moradores de terroristas e subversivos – expressões pouco entendidas por aquele povo –, assaltantes de bancos e criminosos, as Forças Armadas despertaram imediata antipatia da população¹⁵⁸.

Esta visão deve ser nuançada, por motivos que já explicitamos, entretanto, cabe acrescentar a referência à suposta ignorância dos camponeses em relação ao significado de “terrorista e subversivo”; mesmo numa região distante dos centros urbanos, é difícil crer na inocência daquela população que, se não sabia com precisão o significado dessas palavras, puderam trazer em seus depoimentos uma percepção de que os terroristas eram as Forças Armadas. Alguém que ignora por completo o significado dos termos dificilmente teria condições de perceber a inversão feita pelas forças repressivas do Estado brasileiro. Ao afirmarem que “terroristas eram eles”¹⁵⁹, quando falam dos militares, os camponeses construíram uma representação do Estado como agente do terror. O Sr. Joaquim, ao contar que foi expulso de suas terras em 1972, afirma que: “Quando foi em 72 esses satanás me tiraram de lá. Vieram matando o pessoal dizendo que eram terroristas, mas eu não conheço terrorista no Brasil, os únicos terroristas que eu conheci foi o pessoal do governo (...)”¹⁶⁰.

¹⁵⁸ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*, op. cit., p. 111.

¹⁵⁹ Depoimento do Sr. Joaquim Rodrigues Araújo. São Domingos do Araguaia (Pará), 16 de abril de 2012.

¹⁶⁰ Ibidem.

Duas condutas foram adotadas pelos militares em relação à população da região: a primeira, a tentativa de atendimento mínimo às demandas da população, através da Operação Aciso (Assistência Cívico-Social). Sobre as ações assistenciais, os militares afirmaram que:

As ACISO realizadas (...) constituíram um apoio expressivo às operações. As populações da área estavam muito influenciadas pela ação dos subversivos. A assistência prestada pelas equipes da ACISO, particularmente pela saúde, repercutiu profundamente em toda a região (...) foi incalculável o benefício deste trabalho para integrar aquela área ao processo desenvolvimentista do país e, conseqüentemente, para torná-lo menos vulnerável da atividade dos subversivos. Esta é positivamente, uma ação preventiva de grande alcance para assegurar a defesa interna do território nacional¹⁶¹.

Como se vê o atendimento social era um subproduto da operação, seu objetivo central era o de reduzir o impacto das ações dos militantes do PC do B junto aos moradores da região, assim como cooptar moradores para mapear as relações e a extensão do movimento guerrilheiro. A outra conduta junto à população foi o terror, que discutiremos a seguir.

2.1.3 – A destruição dos meios de subsistência e a repressão aos camponeses

Os depoimentos dos camponeses estão repletos de relatos da prática sistemática de torturas, da destruição dos seus meios de subsistência, além do fortalecimento do latifúndio na região¹⁶². Mesmo após exterminados os militantes do PC do B, o terror foi praticado naquele local como maneira de desencorajar quaisquer comentários sobre a guerrilha, além de intimidar o surgimento e a manutenção de movimentos de luta pela terra. Aliada à repressão, as Forças Armadas também buscaram angariar alguma simpatia junto à população, através de operações como ACISO, que objetivava levantar

¹⁶¹ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar Planalto. 11.ª Região Militar, Quartel General, EMG, 3.ª Seção. *Manobra Araguaia – Apoio Aéreo*. Brasília, novembro de 1972, 03 p.

¹⁶² Diversos moradores relataram ao Ministério Público Federal, em duas ocasiões (2004 e 2008), as torturas e violências sofridas durante a guerrilha do Araguaia.

informações sobre a guerrilha, ao mesmo tempo em que atendia aos moradores em suas necessidades mais urgentes. Foram oferecidas consultas médicas e odontológicas e distribuídos medicamentos e vacinas¹⁶³.

(...) mas ainda fui lá no aeroporto pra consulta, com os médicos de lá, pra mim, fui muito bem atendido por eles né, agora esse povo de lá do mato, eu não conheço, eu não vi eles. (...) fui atendido aqui no aeroporto pelo exército. (...) eles consultava o povo ai, e os que não tinha jeito aqui, então quantos deles que eles consultava aqui e não tinha jeito e levava pra Belém e lá de Belém vinha sadio, sarava. Eles eram bom pro povo ai viu, não cobrava nada e quando levava pra lá, pra Belém toda as despesas era por conta deles, do exército, era tudo por conta deles, ninguém pagava nada¹⁶⁴.

Além da assistência médica, a Operação ACISO realizou algumas ações contra os fazendeiros que praticavam o trabalho escravo, ou que não pagavam os devidamente de seus empregados:

(...) o fazendeiro naquele tempo podia ter o nome do jeito que tivesse, mas se não pagasse e o trabalhador fosse dar parte dele, eles [exército] mandavam buscar aquele dono da fazenda, mandava buscar no avião e ai buscar decretado. “porque fez isso, boto o fulano pra trabalhar e num pagou ele, enganou e num pagou ainda, você vai pagar”. Eu paguei. “não aqui não tem esse negocio de você dizer e ficar confirmado por aquilo não, eu quero ver pagar o homem aqui na minha vistas, vai pagar tantos”. Aí ele dizia não, não. “Não o dinheiro dele deve ser tanto e é pra pagar aqui pra mim ver”. Aquele povo lá da fazenda São José, aqueles foram buscar tudinho, só não foram buscar mais porque não sabia, quando eles chegaram com os homens, os Jandir, o povo lá que era chefe lá, aí tava chovendo pegaram e trouxeram no avião, aí chegaram e botaram o homem lá na chuva, o Jandir¹⁶⁵.

Entretanto, o assistencialismo das Forças Armadas e a defesa que fizeram de suas demandas frente aos poderosos não se manteve, já que o foco das atividades não era esse. O atendimento das demandas dos camponeses era episódica e se caracterizava como uma atividade de “cobertura”, para justificar a presença de militares na região sem levantar muitas suspeitas, e

¹⁶³ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*, op. cit. p. 122.

¹⁶⁴ Depoimento do Sr. Hermógenes Rodrigues Carvalho. Xambioá (Tocantins) dezembro de 2007. É possível que este camponês seja o mesmo a que se referem os militares que redigiram o “Dossiê Araguaia”, utilizado por Hugo Studart em seu estudo sobre os militares na guerrilha do Araguaia. Os militares relatam que torturaram este camponês, o que pode ter tido um impacto sobre a defesa que passou a fazer das ações das Forças Armadas. O relato das torturas de um camponês chamado Hermógenes consta do capítulo 6 desta tese.

¹⁶⁵ Depoimento do Sr. Celestino Ferreira da Silva. Xambioá (Tocantins), dezembro de 2007.

que permitia às Forças Armadas estabelecer um controle estrito junto aos moradores, já que todos os atendimentos, eram registrados. Não há, junto à documentação do exército, as listas dos camponeses que receberam atendimento. Mas fica claro, no registro posterior da Operação Aciso, o objetivo de mapear os camponeses que tinham contato com os guerrilheiros¹⁶⁶.

A operação também possibilitou ao exército deslocar tropas, um avião e helicópteros para o Araguaia, sem que se vinculasse estes meios de transporte à repressão a guerrilha.

As primeiras investidas do exército no Araguaia datam de abril de 1972, mas a presença mais ostensiva das tropas se registra a partir de março.. Nesta ocasião, foram mandadas tropas comuns, compostas na própria região. Nas ações destas primeiras forças, que atuou sem saber o vulto do inimigo que iriam enfrentar, a abordagem da população ocorreu de forma violenta, com inúmeras prisões e interrogatórios. O relato da Sr. Maria Madalena, sobre a prisão e a tortura de seu pai, explicitam a forma de relacionamento entre as primeiras tropas e os camponeses:

Eles chegaram na casa de meu pai, ai prenderam meu pai, ai saíram tocando meu pai igualmente se toca um porco né, ai minha mãe saiu atrás com nós chorando, ai eles mandou nós cala a boca né. Ai chegamos na Vila de Santa Cruz, ai eles colocaram meu pai intimado em cima de uma areia quente né, no sol quente, na areia quente o dia todo sem comer e sem beber. E nós chorando ao redor e eles mandando nós ir embora, sair de lá né, ai depois nós ficamos sem ter onde se ranchar né, no meio da rua, no meio da vila lá, ai uma comadre da minha mãe foi que pegou nós, levou pra casa dela e deu comida pra nós, entendeu? Ai ficamos sem direito de voltar na terra (...) ai eles tocaram fogo na nossa casa também (...) ficamos só com a roupa do corpo¹⁶⁷.

No relato da moradora, é evidenciada uma das formas de reprimir os camponeses: buscava-se o chefe da família, que era submetido as mais diversas formas de tortura, visando colher qualquer tipo de informação sobre a atividade guerrilheira. Em alguns casos, marido e mulher, ou mesmo a família toda era submetida a torturas.

¹⁶⁶ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar Planalto. 11.ª Região Militar, 3.º Brigada da Infantaria. *Operação Papagaio – Relatório das Operações (Secreto)*, Brasília, novembro de 1972, 56 p.

¹⁶⁷ Depoimento da Srª Maria Madalena Lopes da Silva. São Geraldo do Araguaia (Pará) 25 de abril de 2008.

Além da coleta das informações sob tortura, os moradores eram privados de seus meios de subsistência, ao terem suas roças e casas queimadas. Muitos moradores jamais puderam voltar às suas antigas terras, posteriormente incorporadas pelo latifúndio, que ganhou força na região com o fim da guerrilha.

As Forças Armadas construíram um discurso para justificar a guerra suja e a quebra dos princípios da Convenção de Genebra, partindo da ação terrorista dos guerrilheiros. Não se trataria, na visão das forças repressivas, de uma *guerra irregular*, e sim de uma *ação terrorista*. Entretanto, a ação que se abateu sobre os moradores, antes da descoberta de se tratava de uma tentativa de guerrilha rural, revela que as práticas violentas do exército prescindiam da presença da guerrilha. O relato da Sr.^a Maria Madalena demonstra que a tortura, a prisão arbitrária, as humilhações físicas e psicológicas e o ataque aos meios de subsistência não ocorreram num primeiro momento como ataque à guerrilha, que os militares nem sabiam existir.

Esta forma de relacionamento das forças repressivas com a população pode ser percebida em alguns movimentos de luta pela terra, como os que tratamos no primeiro capítulo. Em Trombas e Formoso, a repressão aos camponeses também se desenvolvia de forma semelhante. A prisão, um caixote de madeira que cheirava a sangue, os espancamentos e a queima de roças e de casas, além da presença do jagunço aterrorizando os camponeses foi constante nos conflitos em torno da posse de terra¹⁶⁸.

Como se vê, esta prática não deve ter sua origem ser creditada à ditadura civil-militar, já que ela é recorrente na repressão aos movimentos camponeses ao longo da história brasileira. Depreende-se daí que no campo, o Estado tem atuado constantemente de maneira terrorista. Durante o combate a guerrilha, estas práticas, que estavam presentes em outros movimentos camponeses, tornaram-se corriqueiras. Uma das especificidades da atuação das forças repressivas junto aos camponeses do Araguaia é que o ataque era indiscriminado, atingindo um número muito grande de camponeses, diferente de outros movimentos, nos quais se contam os ataques às roças e casas às dezenas, no Araguaia eram centenas.

¹⁶⁸ ABREU, S. de B. *De Zé Porfírio ao MST: A luta pela terra em Goiás*. Brasília, André Quicé Editor, 2002.

Em outras lutas camponesas, buscavam-se preferencialmente as lideranças do movimento, que eram as mais atingidas com a perda dos meios de subsistência. Em Trombas e Formoso, um dos que teve sua casa e sua roça queimada foi José Porfírio, um dos líderes do movimento.

É possível argumentar que a quantidade de ataques aos meios de subsistência dos camponeses do Araguaia foi muito maior do que em outros movimentos camponeses pelo volume das forças repressivas presentes na região. Isso denota que na lógica militar de combate à guerrilha, era necessária a destruição da *base social* na qual a guerrilha pretendia desenvolver-se. Não se tratava, como em outros movimentos camponeses, de ataques pontuais visando a destruição do movimento. O que se buscava era a destruição da forma de sociabilidade camponesa no Araguaia, o que se constitui em outra especificidade da repressão ao camponês da região.

Na visão dos militares, o grupo social presente na região escolhida pelos guerrilheiros, tinha uma potencial revolucionário pela sua pobreza extrema. Os camponeses eram, por isso, considerados instrumentalizáveis pela “subversão”, mas a formas de vida com um sentido de coletividade também ameaçavam o latifúndio, eram formas que já mostravam sinais de evolução para a resistência ao avanço das grilagens. Reprimia-se no Araguaia não apenas a guerrilha, mas pretendia-se extirpar as formas embrionárias de luta pela terra que despontavam ali. Como se sabe, mesmo com a repressão disseminada, extrema e constante, não foi possível sufocar as lutas sociais na região.

Não foram apenas os moradores que tiveram suas casas e roças queimadas, nem aqueles que perderam suas terras os únicos que tiveram seus meios de subsistência degradados, a ponto de perdê-los. Alguns moradores expulsos puderam retornar às suas terras, mas as condições de trabalho já não eram as mesmas, além dos prejuízos com os quais tiveram que arcar. O relato a seguir demonstra uma das formas de expulsão do camponês, pela falta de condições de se manter na terra:

Foi muito sofrimento, meu pai morava lá no Caiano, tinha uma terra, e a gente estava lá na época, nós perdeu um alqueire de arroz, todo maduro, porque eles não deixaram nós panhá, correram com nós, meu marido pegou uma canoa, a noite, para

poder fugir deles, para eles não pegar ele, a polícia, fugiu para Araguanã e lá tudo acabou. A gente não pode mais voltar lá. Meu pai abandonou e pegou uma doença de tanto sofrimento e acabou morrendo, e meu marido também (...) A gente voltou para lá, já doente, cheio de problema, como é que trabalha? Ficou difícil trabalhar, como meu pai mesmo, não voltou a trabalhar (...) meu pai vendeu baratinho para se tratar¹⁶⁹.

Diferente do relato anterior, algumas famílias não foram expulsas da terra, mas optaram por abandoná-la. Numa comunidade onde a presença do vizinho é fundamental, onde se contam com os braços da comunidade para as colheitas, o ataque à algumas posses afeta o conjunto da comunidade. Além disso, a repressão, a prisão, a tortura dos chefes de família os deixava incapacitados para o trabalho na roça.

O Sr. Lauro, que teve a mão esquerda e parte do antebraço arrancados por uma granada, num acidente onde seu irmão de criação, Sabino, perdeu a vida, relata como este episódio, aliado à prisão de seu pai e ao “clima” que se instalou na região, fizeram com que a família deixasse a posse:

Surgiu a guerrilha aqui na região, a gente não sabia do que se tratava, não sabia de nada, não tinha nenhum tipo de informação e com 15 anos eu sofri um acidente, com a explosão de uma granada, deixada no local do acidente pelo pessoal do exército brasileiro. Eles andavam a procura dos guerrilheiros, que na época eles chamavam de terroristas (...) morreu um quase irmão, que era filho de criação do meu pai e o corpo dele até hoje ninguém sabe, porque o exército tomou conta. (...) daí começou as dificuldades de vida. A gente teve que mudar da roça, a gente era dez irmãos, doze pessoas com meu pai e minha mãe, tirava o sustento da agricultura¹⁷⁰.

A família do Sr. Lauro, que não teve a casa e a roça queimadas, não teve condições de permanecer na terra. A prisão do pai, a perda do irmão, de quem até hoje não se tem notícia dos restos mortais, desencorajaram a família a permanecer no local. Eles acompanhavam a destruição dos meios de subsistência dos vizinhos, viam roças perdidas porque os camponeses não tinham autorização do exército para colher. Vivia-se também sob um clima de suspeição. O pai do Sr. Lauro, preso e torturado, sem capacidade de continuar

¹⁶⁹ Depoimento de camponesa que pediu para não ser identificada. São Geraldo do Araguaia (Pará), 15 abril de 2012.

¹⁷⁰ Depoimento do Sr. Lauro Rodrigues dos Santos. São Geraldo do Araguaia (Pará), 15 abril de 2012.

o trabalho na roça, esperava a qualquer momento por nova prisão, algo recorrente entre os camponeses. Não havia sentido para esta família a permanência num lugar de onde não poderiam tirar sua subsistência. Abandonaram a terra, que hoje é parte da fazenda Bacaba¹⁷¹.

As prisões recorrentes eram comuns. O Sr. João Moreira, relatou-nos ter sido preso cinco vezes, desde o início das operações do exército na região. Foi torturado, sofreu espancamentos e teve o pulso quebrado nas sessões de tortura. Foi mantido preso numa cela feita de arame farpado e coberta com palha, na base de Xambioá. O Sr. João era barqueiro, um dos poucos, portanto, que não era posseiro. Não perdeu terras porque não as tinha para perder. Mas como era uma pessoa que circulava bastante pela região, era visado pelas forças de repressão. Pelos menos em duas de suas prisões o Sr. João afirma que não sabe por que foi preso, não lhe perguntaram nada, apenas o mantiveram detido na base¹⁷².

Ainda que outras formas de expulsão dos camponeses de suas posses possam ser elencadas, a forma preferencial foi a queima das roças e das casas, que além servir de base para o avanço do latifúndio, tinha a finalidade de desencorajar os moradores a prestarem qualquer espécie de auxílio aos guerrilheiros e era também uma maneira de “matar a guerrilha de fome” já que diversas vezes, com o consentimento dos moradores, os guerrilheiros alimentavam-se servindo-se dos produtos de seus paióis e suas lavouras. Ter prestado este tipo de assistência aos guerrilheiros significou prisão e tortura para muito moradores. De acordo com Durbens Martins do Nascimento:

Poucas semanas antes dos combates da última campanha das Forças Armadas, pessoas que tinham tido algum contato com os guerrilheiros foram presas. Todas elas, principalmente aqueles que forneceram um prato de comida e/ou com suspeitas de colaborarem com a guerrilha, foram conduzidas às dependências do campo de concentração de Bacaba. Roças foram queimadas e casas derrubadas. Possivelmente muitos tenham sido mortos sob tortura¹⁷³.

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² Depoimento do Sr. João Crisóstemo Moreira. São Geraldo do Araguaia (Pará), 14 abril de 2012.

¹⁷³ NASCIMENTO, Durbens Martins. *Guerrilha do Araguaia: Paulistas e militares na Amazônia*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, 169 p., 2000. pp. 140-141.

Uma das formas de repressão à população mencionada por Nascimento, foi o campo de concentração de Bacaba. Era uma das bases que as Forças Armadas instalaram na região. Funcionando na fazenda de mesmo nome, Bacaba é sinônimo de terror entre os camponeses. Lá foram mantidos presos e foram torturados cerca de 300 deles, o Tenente-Coronel José Vargas Gimenez, que admitiu ter torturado prisioneiros, relata que:

As técnicas de interrogatório a que eram submetidos os guerrilheiros em Bacaba consistiam em choques com corrente elétrica gerada por baterias de telefones de campanha portáteis; telefone, que consistia em dar tapas com força, simultaneamente, nos ouvidos, com as mãos abertas; colocá-los em pé, descalços, em cima de duas latas de leite condensado, apoiando-se somente com um dedo na parede; dar-lhes socos em pontos vitais como fígado, rins, estômago, pescoço, rosto e cabeça; além de fazê-los passar fome e sede¹⁷⁴.

Aliava-se, assim, o combate à guerrilha com o combate ao potencial revolucionário que a população camponesa e pobre apresentava aos olhos dos militares. A “pobreza subversiva” foi combatida preventivamente, pela tentativa de destruição da base social dos camponeses. No campo de concentração de Bacaba, as forças repressivas da ditadura civil-militar utilizaram largamente métodos de tortura que ficariam conhecidos na região durante a repressão à guerrilha do Araguaia: o pau de arara, o afogamento, o choque elétrico. E, segundo informações recentes, as sessões de tortura também contavam com a presença de médicos¹⁷⁵. Assim a tortura *especializada* também chegou à região.

¹⁷⁴ JIMÉNEZ, José Vargas. *Bacaba – Memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia*. Campo Grande, Editora do Autor, 2007, p.56.

¹⁷⁵ Algumas reportagens na imprensa, realizadas a partir de entrevistas com ex “combatentes”, apontam para a presença de Walter da Silva Monteiro, o capitão Walter, que teria utilizado injeção letal para exterminar os guerrilheiros após as sessões de tortura momentos nos quais ele diria frases como "Vamos evitar uma bala, que custa mais", e " vamos fazer isso de forma mais suave". Dentre as reportagens, citamos como exemplo a de MAGALHÃES, José Carlos. “Médico falava sobre injeções no Araguaia, diz ex-combatente”. *Folha de São Paulo*, 20 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/962463-medico-falava-sobre-injecoes-no-araguaia-diz-ex-combatente.shtml>, acessado em 30 de janeiro de 2012.

2.1.4 – Brutalização do camponês: o trabalho sujo e os guias

Durante as investidas contra os guerrilheiros, o exército precisou recorrer a guias. Os guias eram moradores da região que conheciam a mata, recrutados para irem à frente das tropas na caçada aos guerrilheiros. Houve os que foram voluntariamente, mas a maioria o fez sob coação. Os camponeses que atuaram nesta tarefa hoje tem muitas dificuldades. Sobre eles pairam dúvidas se o fizeram voluntariamente ou se sob pressão do exército. Dentre as pessoas que conhecemos em São Domingos do Araguaia inúmeros afirmam terem sido guias do exército, mas apenas um afirmou ter ido voluntariamente, por achar que o exército estava certo. Os demais, afirmam que foram obrigados a exercer tal atividade.

Os guias, também eram conhecidos como mateiros¹⁷⁶, uma atividade laboral no Araguaia. São homens que, por conhecerem profundamente a mata, eram contratados para levar pessoas de uma região à outra ou para buscar pessoas que se perderam ao entrar na selva; também entravam na mata à procura de plantas medicinais, quando alguém da comunidade adoecia. Alguns mateiros eram levados ao campo de concentração de Bacaba, no Pará, sofriam diversas torturas e eram, assim, “convencidos” a guiar os militares pela selva.

Admitir ter sido guia voluntário torna o camponês um pária. Mas sobre alguns deles pairam desconfianças, quando ele não tem como comprovar que atuou obrigado pelo exército. Cabe ao camponês, através dos relatos dos vizinhos e do seu próprio depoimento, garantir que não foi guia voluntário e que, portanto, é um “cidadão de bem”; aquele que não tem como comprovar pelos relatos dos vizinhos, insiste na truculência do exército, nas ameaças de tortura e morte. O Sr. Raimundo é um exemplo do tipo de dificuldade enfrentada por aqueles que foram guias. Ao contrário de muitos camponeses, ele se ofereceu para conceder uma entrevista.

O Sr. Raimundo, desde a época da guerrilha é morador de Xambioá, afirmou que durante a guerrilha do Araguaia, muitos moradores da região

¹⁷⁶ Mateiro ou guia é uma atividade complementar exercida por muitas pessoas em diversas regiões do país. São os mateiros que guiam pesquisadores de áreas como a arqueologia, biologia, geologia, entre outras, em seus trabalhos de campo. São também guias de turistas em regiões de difícil acesso, tais como o Jalapão, no Tocantins.

foram recrutados como guias, e se oferecia a eles um lote de terras demarcada e titulada para realizarem a tarefa. Segundo sua narrativa, eram realizadas reuniões com cerca de 300 a 400 camponeses onde os “chefões” escolhiam aqueles que serviriam de guias do exército. Declinar do “convite” não era uma possibilidade. Ao ser perguntado sobre o que aconteceria se alguém se recusasse, sua resposta foi enfática “la, não tinha conversa não (...) eles obrigavam, prendia a gente, pendurava”¹⁷⁷. Ele trabalhou oito meses com os militares, presenciou inúmeras torturas, e afirma ter trabalhado para cinco comandantes: os “doutores”, Hélio, Aldo, Caruaru, Cunha e André¹⁷⁸. O seu trabalho era o de “caçar” os “terroristas”, os camponeses escolhidos recebiam armas quando não as possuíam e tinham autorização para matar. Segundo ele, recebiam uma quantia diária em dinheiro pelos serviços prestados (ele faz uma analogia com o valor atual, seriam hoje dez reais) e afirma que se trouxessem uma cabeça o valor poderia chegar até “15 mil reais”. Era proibido a todos os moradores andar pela mata, pois a ordem das Forças Armadas era para matar todos os que estivessem nela.

Um aspecto relatado pelo Sr. Raimundo aparece em outros depoimentos e na bibliografia sobre a guerrilha. Os militares se recusavam a realizar parte do chamado “trabalho sujo”, como decepar a cabeça e membros dos guerrilheiros, passando essa função aos *guias* e *bate-paus*¹⁷⁹.

Esta prática brutal também não foi novidade da guerrilha do Araguaia. Não há como não fazer uma analogia com a repressão ao cangaço por exemplo. Os integrantes do bando de lampião, incluindo ele próprio, tiveram suas cabeças cortadas e expostas no museu Nina Rodrigues até a década de sessenta.

A macabra tradição das forças repressivas era justificada no Araguaia pela necessidade de identificação dos guerrilheiros, sendo difícil para as tropas carregar os corpos dos guerrilheiros assassinados. Seria mais fácil decepar as cabeças e as mãos.

Mas nem sempre a justificativa valia. Alguns guerrilheiros, após presos, com vida, foram assassinados e mutilados. Estas informações eram divulgadas

¹⁷⁷ Depoimento do Sr. Raimundo. São Geraldo do Araguaia (Pará), 15 abril de 2012.

¹⁷⁸ Codinomes dos comandantes dos batalhões militares sediados na Base de Xambioá; as identidades reais não são conhecidas.

¹⁷⁹ Denominação utilizada durante a guerrilha para designar os Policiais Militares.

abertamente na região entre os camponeses. Infere-se daí que uma das explicações para a prática da mutilação dos corpos era cultivar o terror na população.

Da mesma forma outros episódios macabros são relatados. Afirma-se que o cadáver do guerrilheiro Osvaldão foi exibido de helicóptero no vilarejo de São Domingos das Latas (hoje São Domingos do Araguaia). A justificativa era para demonstrar para aquela “população ignorante” que Osvaldão não tinha o “corpo fechado” como acreditavam¹⁸⁰.

Sobre Osvaldão pairavam as mais diversas lendas, que se referiam à sua capacidade física, sua coragem e sobre sua imortalidade. Era necessário destruir o mito do guerrilheiro imortal. Osvaldão precisava ser visto morto¹⁸¹.

Os já citados mateiros foram essenciais para as Forças Armadas para combater os guerrilheiros. Durante as atividades de inteligência, os militares puderam levantar, junto à população, os nomes dos mais exímios mateiros da região. Existiram moradores que aderiram por convicção ao trabalho junto às forças de repressão, mas em número reduzidíssimo. Alguns, em troca de algum benefício material – dinheiro ou terras – também trabalharam no combate à guerrilha. Entretanto, o “convencimento” do grosso dos mateiros se fez mediante ameaças, torturas, prisões e elevados níveis de terror.

A degradação dos modos de vida, com as prisões, torturas, destruição das formas de subsistência, a brutalização do camponês – era ele quem tinha que fazer o trabalho sujo – somou-se à desagregação da solidariedade camponesa. A “deduração” passou a ser incentivada pelo exército, e as desavenças que antes se resolviam no âmbito da comunidade, passaram para a esfera do exército:

Ai um vizinho nosso, foi que fez ele padecer, meu marido padecer foi esse vizinho nosso, que eles comiam num prato, pra bem dizer num prato só, era muito amigo dele e esse povo, minha filha, ficava com ele lá direto, direto, ai ele com esse discurso de fugir pra não padecer como meu marido padeceu, ele mentiu que lá em casa nós tinha um rádio, que pegava a rádio da Dina e do Osvaldão e nem rádio nós não tinha minha filha. Ele não sofreu, como ele não sofreu mesmo, quem

¹⁸⁰ PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo, Terceiro Nome, 2002.

¹⁸¹ *Ibidem*.

padeceu foi meu marido. Ai quando foi à descoberta, ele foi pedir desculpas pra meu marido, ele morreu e nunca mais se uniram¹⁸².

Ao início deste capítulo, discutimos que esta comunidade, pela forma própria de sua sociabilidade, apresentava laços de solidariedade entre si e incorporava com facilidade os recém-chegados. Nesta forma de relacionamento ocorreu uma cisão estrutural. A partir da presença do exército, as formas de solidariedade foram reprimidas, e em alguns casos a desagregação social gerou disputas entre camponeses, que se resolviam com a interferência do exército.

Alguns moradores afirmam que vários de seus vizinhos e amigos atraídos por ganhos materiais ou por temor das Forças Armadas, buscaram colaborar com elas, revelando a localização de militantes, denunciando o morador que porventura tivesse algum contato com os guerrilheiros e em situações extremas, falseando informações a fim de receber a recompensa oferecida, ou como revelam alguns depoentes no intuito que seus vizinhos também “recebessem a visita” dos militares.

Estas práticas, fomentadas pelo exército, que explorava a miserabilidade e o temor da população, permitiu que se instalasse na região um clima de insegurança e desconfiança generalizadas. Os moradores passaram a temer não só as Forças Armadas, como também qualquer contato com os guerrilheiros, já a menor aproximação com eles poderia ser vista por um vizinho e delatada para o exército.

A maioria dos depoentes relata as Forças Armadas chegavam em suas posses de maneira inesperada e realizavam ali mesmo um rápido interrogatório. Em alguns casos nem interrogatório havia¹⁸³. Após essa investigação, era dada voz de prisão a essas pessoas, que eram levadas a uma das bases militares, em geral para a localizada em Xambioá¹⁸⁴. Na base esses moradores passavam por algumas sessões de torturas, algumas já bastante conhecidas e praticadas nas grandes cidades, tais como os afogamentos, choques elétricos, pau de arara. Contudo, os militares no

¹⁸² Depoimento da Sr^a Ercília Gomes Farias. Xambioá (Tocantins), dezembro de 2007.

¹⁸³ Depoimento do Sr. João Crisóstemo Moreira. São Geraldo do Araguaia (Pará), 14 abril de 2012.

¹⁸⁴ Depoimento do Sr. Raimundo Torres dos Santos. São Geraldo do Araguaia (Pará), 15 abril de 2012.

Araguaia desenvolveram uma forma de tortura específica, o chamado “buraco do Vietnã”¹⁸⁵. Esse buraco tinha uma grade de ferro por cima e foi vastamente utilizado. O preso depois de passar pelas torturas citadas acima, era colocado dentro dele, onde passava dias, recebendo diariamente sol, chuva e sereno e realizando ali mesmo suas necessidades fisiológicas, num local infestado de insetos e animais rasteiros.

Após o período na base, os militares obrigavam alguns desses homens, que eram exímios conhecedores da mata, a guiá-los por ela. Segundo os depoentes, eles tinham sua liberdade “confiscada”, sendo obrigados a abandonar suas roças e sua família¹⁸⁶. Essa situação, aliada à destruição das roças e demais meios de subsistência, agrava as dificuldades para sobrevivência dessas famílias, que não podiam contar com a força de trabalho desses homens nas roças. Há relatos de que muitas posses ficaram com plantações a serem colhidas e com outras a serem plantadas¹⁸⁷. Numa economia de subsistência qualquer problema no trabalho rotineiro da roça, podia acarretar consequências graves.

Um dos aspectos evidenciados pelos camponeses como importante para ter se deslocado para a região do Araguaia era a liberdade e autonomia. As dificuldades em outros locais do país, com as pressões do latifúndio, o trabalho com empregado em fazendas, estimulavam esses camponeses na busca de novas terras, numa região livre desses conflitos, num local onde eles pudessem ir e vir, agindo sem estar submetidos à outras pessoas¹⁸⁸.

Como ficou patente pelo que argumentou-se anteriormente, o direito de ir e vir livremente pela região desapareceu. Circular pelas localidades do Araguaia passou a ser perigoso ao camponês. As Forças Armadas decidiam quem podia ir e vir, e entregava à eles um “atestado de conduta”¹⁸⁹ dos quais um veio a público recentemente.

¹⁸⁵ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia, Editora da UFG, 1997.

¹⁸⁶ Depoimento do Sr. Joaquim Rodrigues Araújo. São Geraldo do Araguaia (Pará), 15 abril de 2012.

¹⁸⁷ Depoimento de camponesa que não quer ser identificada. São Geraldo do Araguaia (Pará), 15 abril de 2012.

¹⁸⁸ Depoimento do Sr. Davi Rodrigues. São Geraldo do Araguaia (Pará), 15 abril de 2012.

¹⁸⁹ Governo do Estado do Pará, Secretaria de Segurança Pública, Delegacia de Polícia de São João do Araguaia Atestado de Conduta de José Alves da Silva, 13 de dezembro de 1972.

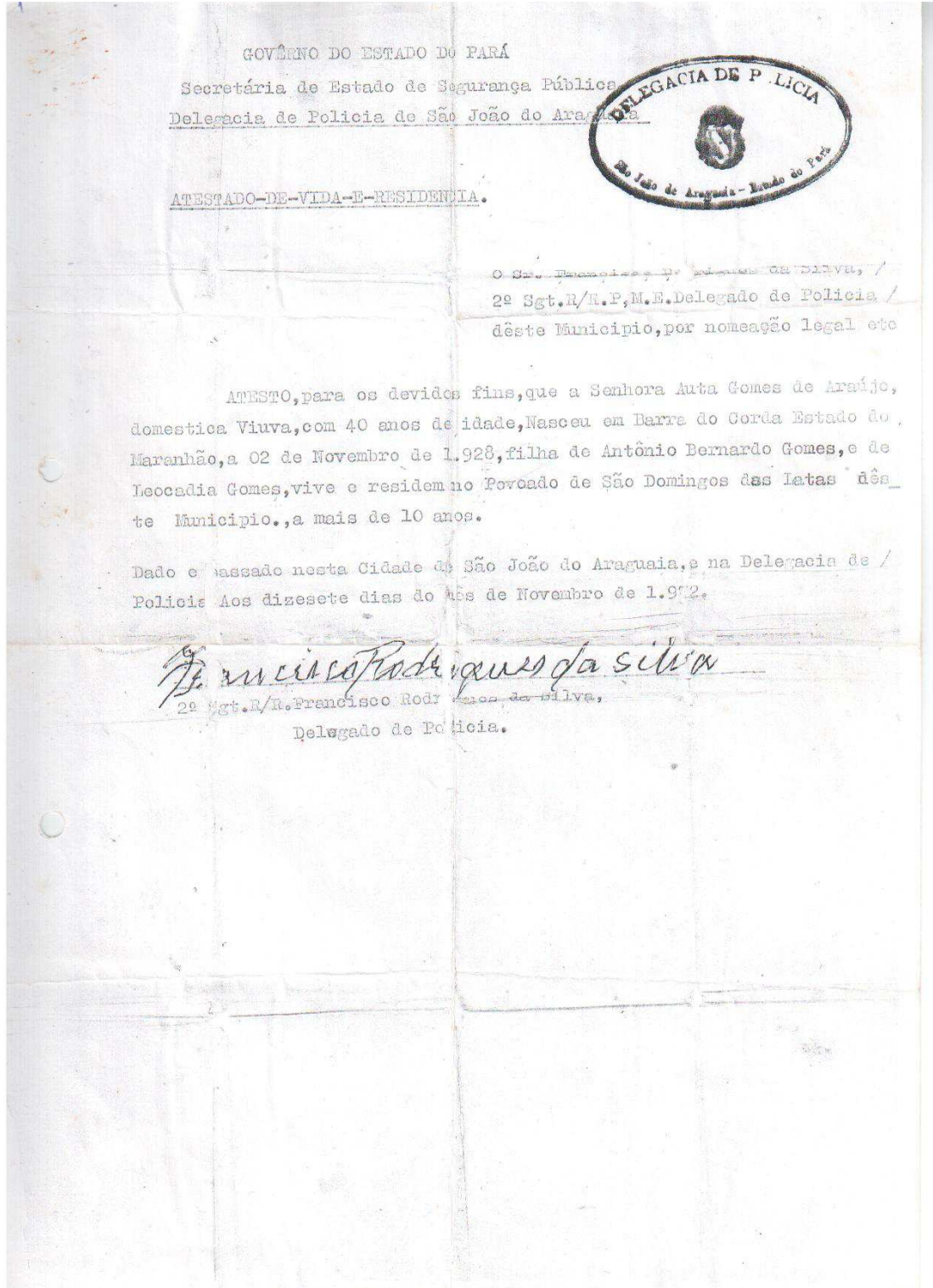
O documento estava em posse de um morador da região e foi entregue para Sezóstrys Alves, presidente da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia em abril de 2012. Era um dos mecanismos de controle das Forças Armadas sobre os camponeses da região. A cada 15 dias, centenas deles camponeses deveriam se deslocar às bases militares, e prestar informações sobre a movimentação dos guerrilheiros.

Segundo Sezóstrys, quando o camponês precisava se deslocar pela região deveria se dirigir até uma delegacia local e, após longos interrogatórios as forças de repressão emitiam um “Atestado de Conduta”, que deveria ser apresentado “em todas as unidades de revista militares para que daí tivesse a sua passagem autorizada seja pelos rios ou caminhos terrestres”¹⁹⁰.



¹⁹⁰ Depoimento de Zezóstys Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia (Pará), 14 abril de 2012.

Outro modelo de documento, desta vez um “Atestado de vida e residência”¹⁹¹, revela que não foram apenas os homens submetidos ao estrito controle dos militares:



¹⁹¹ Atestado de Vida e Residência. de Auta Gomes da Silva. Secretaria de Segurança Pública, Delegacia de Polícia de São João do Araguaia. 17 de novembro de 1972.

Uma reflexão necessária é a respeito das que forças sociais que se beneficiariam da repressão abatida sobre a região do Araguaia. Alguns apontamentos de ordem econômica são encontrados na documentação militar. Não se tratava simplesmente de eliminar uma ameaça ao regime político estabelecido, a ditadura. Tratava-se, também, de oferecer ao capital multinacional e associado a “tranquilidade social” que a ditadura instalada a partir de 1964 queria garantir. A eliminação do cenário político das forças de esquerda, comunistas ou nacionalistas, foi uma exigência que se impôs ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil na época.

Para tornar o Brasil uma potência, os militares instrumentalizaram o capital financeiro internacional para aprofundar no país a industrialização, com a intenção de criar no país uma indústria sólida, que fosse capaz de alçar o país a essa condição de potência.

Tornar o país uma potência econômica (e também militar), não significava que a prioridade do regime estivesse em proporcionar melhores condições de vida à população. Significava tornar o país seguro contra a ameaça comunista, de modo que, ainda que fosse necessário o “sacrifício de sucessivas gerações”¹⁹², a segurança nacional deveria ser a meta última do Brasil.

É nesse sentido, como uma ameaça à segurança e ao desenvolvimento que qualquer atitude de questionamento ao bonapartismo era tida como um ato de subversão. No Araguaia, os moradores eram tomados como uma ameaça à segurança nacional pela colaboração que tiveram com os guerrilheiros, pela desconfiança com que olharam as Forças Armadas e, no limite, por serem pobres. A documentação militar aponta que a pobreza da região era, por si só, um fator que poderia se tornar explosivo.

A repressão sobre os moradores tinha um duplo sentido. Já mencionamos que ao queimar roças, destruir seus meios de subsistência, forçar moradores a serem mateiros, estabelecer toque de recolher, invadir casas, espancar pessoas, enfim, disseminar o terror na região, os militares atingiam de forma profunda e irreversível a guerrilha, que sobrevivia graças ao relacionamento que mantinha com a população. Contudo, reprimir os

¹⁹² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 50.

moradores tinha também um conteúdo “pedagógico”, procurando desfazer o trabalho incipiente de politização que procuraram fazer os guerrilheiros, impedindo que ali florescessem formas de organização dos trabalhadores da região por direitos, por justiça ou por condições de vida mais dignas.

2.1.5 – Camponeses do Araguaia: entre a inocência e a subversão

O envolvimento dos trabalhadores rurais no conflito foi buscado tanto pelos guerrilheiros quanto pelas forças repressivas e ambos os grupos justificavam muitos aspectos de sua atuação em nome desses trabalhadores, considerados incapazes de conduzir seus próprios destinos. Entre os militares termos como “inocentes”, “incultos”, “hospitaleiros”, “desconfiados” vão compondo uma imagem do trabalhador rural do Araguaia que deveria ser protegido da ameaça comunista, ao mesmo tempo em que deveria ser reprimido. Dentre os guerrilheiros, “inocência”, “generosidade”, “simplicidade” eram características que fazia deles um público receptivo às ideias do partido e, através de um intenso trabalho de massas, poderia integrar as fileiras da guerrilha. Ao longo da tese buscamos explorar as diferenças que marcam ambos os discursos e os possíveis pontos de contato, de maneira a precisar a problematizar os discursos dos grupos em conflito.

Um traço cultural dessa população, ressaltado na bibliografia, nos relatos de guerrilheiros e militares, nos relatórios do Ministério Público e que também busca-se evidenciar neste trabalho, diz respeito à caracterização da população como “hospitaleira e acolhedora”, que tinha por hábito oferecer pousada e alimentação à viajantes, vizinhos e quaisquer pessoas que batiam às suas portas solicitando apoio. Esse comportamento, como já argumentamos, deve ser situado na própria sociabilidade dos moradores que, em sua maioria, são migrantes e que contavam com esse tipo de solidariedade no seu trajeto. Além disso, as posses e propriedades são distantes umas das outras. Sem condições materiais para realizar viagens curtas ou longas, é comum que o trabalhador rural brasileiro cultive o hábito de acolher e ser acolhido em suas residências, conforme já apontado.

O fato de dar abrigo a estranhos, situação corriqueira na vida dessa população, os tornou suspeitos de colaboração com a guerrilha. Os números de moradores presos varia muito nas fontes consultadas, de 80 à 90 segundo o Ministério Público, até 300 nos depoimentos de moradores e militares. Não é possível precisar o número exato pois não há, salvo em raros casos, registros oficiais sequer de que as prisões tenham ocorrido.

O Ministério Público e a Comissão de Anistia produziram uma definição para a violência do Estado contra a população camponesa do Araguaia, para fins de indenização, que se divide em duas ordens¹⁹³: A primeira delas são as “Violações à integridade dos moradores” e a segunda “Danos Patrimoniais”.

Com maior frequência nos relatos dos moradores ao Ministério Público, apareceram as prisões, realizadas pelas Forças Armadas devido aos seguintes motivos: 1 – suspeitos de colaboração com os guerrilheiros; 2 – suspeitos de serem portadores de informações relevantes para a captura de guerrilheiros; 3 – moradores com conhecimento profundo da mata; 4 – intimidação¹⁹⁴.

Na terceira campanha foram feitas prisões em larga escala, pelos motivos citados anteriormente, mas diversas vezes os moradores não tinham muita clareza dos motivos de sua prisão. Bastava um boato de que estabeleceram algum tipo de contato com os guerrilheiros para que passassem a ser considerados suspeitos¹⁹⁵.

Não havia entre as forças repressivas um critério bem definido para a escolha dos moradores que seriam presos. Dentre os motivos citados acima, a “intimidação” (que corresponde à “detenção para averiguação” na linguagem das forças repressivas) dava às Forças Armadas a possibilidade de prender qualquer um. Essas prisões realizadas para “intimidação”, segundo o Ministério Público, atingia toda a comunidade, que passou a viver num clima de terror, com a insegurança generalizada¹⁹⁶. Não é possível mensurar os danos psicológicos que a comunidade toda sofreu. Ainda estão por ser feitos estudos sobre os impactos na saúde mental da população pelas ações da ditadura.

¹⁹³ Esta identificação apareceu pela primeira vez quando da investigação conjunta realizada pelas procuradorias da República dos estados do Pará, São Paulo e Distrito Federal, em relatório finalizado em 2003.

¹⁹⁴ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradorias da República do Pará, São Paulo e Distrito Federal. *Relatório Parcial das Investigações sobre a guerrilha do Araguaia*. Brasília, janeiro de 2002.

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ Ibidem.

Nesse aspecto ressalte-se que caberiam ações do poder público no sentido de atender toda a comunidade pelos danos psicológicos causados, além do oferecimento de tratamento aos que foram presos e torturados, ou às famílias que tiveram seus familiares assassinados. De certa maneira há conquistas nesse campo quando se fala de familiares de militantes de esquerda desaparecidos, mas não há registro de nenhuma espécie de atendimento psicológico dessa população do Araguaia.

2.1.6 – Um agente do terror de Estado no Araguaia: Sebastião Rodrigues de Moura, o “Major Curió”

Entre os posseiros da região do Araguaia, uma das figuras mais lembradas é a do “Major Curió”. Para eles, o militar é a personificação do terror, a lembrança constante de que os episódios de violência ocorridos na região deveriam permanecer em segredo, e a explicitação de quais setores sociais seriam beneficiados pelos governos – sejam militares ou civis.

Entre as providências tomadas pelos militares ao fim da guerrilha, para garantir o silêncio dos moradores, estava a permanência do coronel Sebastião de Moura, conhecido como “Major Curió”, que depois ganharia notoriedade pelas suas ações truculentas no garimpo de Serra Pelada e por ser prefeito sucessivas vezes da cidade de *Curionópolis*, no Pará.¹⁹⁷ Ele permaneceu no Araguaia para desencorajar a formação de grupos de luta pela terra e de contestação do modelo agropecuário instituído, além de impedir a divulgação do que havia acontecido durante a guerrilha. Curió simboliza a continuidade da presença das Forças Armadas e do desencorajamento destas lutas e reivindicações dos trabalhadores.

Ex- agente do Serviço Nacional de Informações, Sebastião Rodrigues de Moura, foi responsável pela fase de extermínio da Guerrilha do Araguaia, onde ficou conhecido como Dr. Luchini. Segundo a imprensa contemporânea, ele foi

¹⁹⁷ Ibidem.

o “autor do mais completo dossiê de arapongagem sobre a guerrilha (...) o relatório 01 da Operação Sucuri”¹⁹⁸.

Após o final da guerrilha, Sebastião Rodrigues de Moura foi eleito deputado federal pelo PDS em 1982 e 1986, apoiado pelo general-presidente Figueiredo e pelo general Newton Cruz. Foi, ainda, presidente da Cooperativa de Mineração dos Garimpos de Serra Pelada e eleito prefeito, já no ano 2000, da cidade de “Curionópolis”, que ajudou a fundar em 1981 e batizada em homenagem a ele próprio.

É bastante significativo que um ex-comandante do extermínio da guerrilha do Araguaia tenha permanecido na região, sendo agraciado com uma cidade em sua homenagem e o comando do maior garimpo a céu aberto do mundo. Não é possível também descartar a relação de cumplicidade que se estabeleceu entre os latifundiários da região e o militar, até mesmo em episódios de escravidão. Em reportagem de 2004, o jornal *Folha de São Paulo* denunciava os municípios das áreas de maior incidência de trabalho escravo no país (Sorriso, Eduardo Magalhães, Redenção e Curionópolis) e Sebastião Rodrigues de Moura, então prefeito, afirmava que “Minha relação com os proprietários rurais é muito boa, nem podia ser diferente, porque há 300 mil cabeças de gado no município. O que existe são trabalhadores sem carteira de trabalho, mas todos são livres”¹⁹⁹.

Contra Sebastião Rodrigues de Moura foi apresentada denúncia do Ministério Público Federal, pelo sequestro de cinco militantes do PC do B durante sua atuação na guerrilha do Araguaia – Célia Corrêa, a Rosinha; Hélio Luiz Navarro Magalhães, o Edinho; Daniel Ribeiro Callado, o Doca; Antônio de Pádua Costa, o Piauí; e Telma Regina Cordeira Corrêa, a Lia –, junto à justiça do Pará. A denúncia que foi rejeitada pelo juiz João César Otoni de Matos, que alegou:

Pretender, depois de mais de três décadas, esquivar-se da Lei da Anistia para reabrir a discussão sobre crimes praticados no

¹⁹⁸ ISTO É, “Este homem sabe onde estão os cadáveres do Araguaia” *Revista Isto é*, nº 1999, 27 de fevereiro de 2008. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/1177_ESTO+HOMEM+SABE+ONDE+ESTAO+OS+CADAVERES+DO+ARAGUAIA, acessado em 13 de abril de 2010.

¹⁹⁹ LOBATO, Elvira. “Prefeituras contestam Ministério – Prefeitos dizem que não há trabalho escravo. *Folha de São Paulo*, 18 de julho de 2004, Caderno Brasil, A5. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/07/18/2/> acessado em 27 de maio de 2012.

período da ditadura militar é equívoco que, além de desprovido de suporte legal, desconsidera as circunstâncias históricas que, num grande esforço de reconciliação nacional, levaram à sua edição²⁰⁰.

O Ministério Público Federal, entretanto, afirma que a denúncia contra o “Major Curió” não coloca em questionamento a Lei da Anistia mas que obedeceria a decisão da Corte Interamericana, cujo Pacto Interamericano de Direitos Humanos do qual o Brasil é signatário, tem força de lei no País.

Se o Brasil não quer cumprir o pacto, o que seria uma decisão política absolutamente desastrosa em minha opinião, a adesão do Brasil tem que ser desfeita, isso tem que ser feito oficialmente. O país voluntariamente aderiu ao pacto e, a partir disso, precisa cumpri-lo, não pode se recusar toda vez que uma decisão lhe desagradar²⁰¹.

Ademais, como não há evidências materiais das mortes destes militantes, considerados “desaparecidos” é possível presumir um sequestro ainda em curso, o que ensejaria uma ação que não estaria amparada na lei da Anistia. Para além de apontar que a Lei da Anistia não respalda crimes de lesa-humanidade, o intenso debate que é travado no âmbito do direito, para sejam responsabilizados criminalmente os agentes ditadura que praticaram crimes lesa-humanidade, são importantes para questionar a validade da própria Lei da Anistia brasileira, feita ainda sob a batuta dos militares.

A condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) pelo desaparecimento de militantes na guerrilha do Araguaia, fatos que são enquadrados como imprescritíveis, passou a subsidiar o processo contra agentes do terror, como o “Major Curió” e colocou em xeque mesmo a validade da Lei. Num contexto de intrincadas batalhas judiciais e de muita pressão dos movimentos sociais organizados em torno da questão dos direitos humanos, os primeiros frutos dessa batalha começam a aparecer, tais como a tentativa de processar o major

²⁰⁰ PORTAL TERRA, “MPF vai recorrer pela condenação major da ditadura”. *Portal Terra*, 16 de março de 2012. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5669825-EI306,00-MPF+vai+recorrer+pela+condenacao+major+da+ditadura.html>, acessado em 21 de abril de 2012.

²⁰¹ PASSOS, Najila. “STF volta a discutir a Lei da Anistia”. *Carta Maior*, 19 de março de 2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19788, acessado em 21 de abril de 2012.

Curió, que foi reapresentada pelo Ministério Público Federal, assim como a condenação do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra²⁰².

A força que ainda representa este personagem da guerrilha, e as batalhas judiciais que se travam contra ele, são importantes também porque explicitam a permanência das condições criadas pela ditadura, inclusive no âmbito da repressão ao camponês, que perdurou para além da guerrilha, como temos demonstrado. Com a saída de cena dos militantes, assassinados pelas Forças Armadas, restaram os camponeses e parte do aparato militar que permaneceu na região, do qual Sebastião Rodrigues de Moura tem sido apontado como principal comandante.

O evoluir da guerrilha deixa claro que tanto para compor o “Exército Popular” que pretendia o PC do B para derrubar a ditadura, quanto a repressão dos militares sobre a guerrilha só teriam sucesso com o intenso envolvimento da população. No entanto, mesmo depois de assassinados os militantes e destroçada a luta que empreendiam, era necessário, na visão dos militares, riscá-la da história. Por muito tempo os moradores da região estiveram sob constante vigilância das Forças Armadas, sensação que carregam até hoje.

Num ato que foi entendido pelos camponeses como provocativo, o exército, para promover a segurança da Comissão de Anistia, que esteve em 2008 colhendo depoimentos dos moradores que foram vítimas das Forças Armadas durante a guerrilha do Araguaia, circulou fortemente armada entre os moradores, durante os dois dias em que se realizaram as oitivas.

Esses elementos que levantamos para discutir a violência na região nos remetem à segunda questão: o contexto em que ela ocorreu. Em geral a historiografia aponta o período em que se desenvolveu a guerrilha como de afrouxamento da repressão e de “abertura”²⁰³. Pensamos que o período seria melhor caracterizado, no que se refere à repressão, se levarmos em

²⁰² ARRUDA, Roldão. “Juíza que condenou Ustra põe em xeque Lei da Anistia e decisão do STF”. *Blogs do Estadão – Política, O Estado de São Paulo*, 26 de junho de 2012. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/roldao-arruda/juiza-que-condenou-ustra-poe-em-xeque-lei-da-anistia-e-decisao-do-stf/>, acessado em 28 de junho de 2012.

²⁰³ Ver, por exemplo: VILLA, Marco Antônio. *Sociedade e História do Brasil: da Abertura Democrática à Nova República*. Instituto Teotônio Vilela, Brasília, 2001.

consideração os extermínios provocados pela ditadura, seja na “guerrilha” do Araguaia, seja no “massacre da Lapa”²⁰⁴, por exemplo. Trata-se de um período em que a ditadura deu seus golpes finais nas organizações de esquerda e nas possibilidades de uma guinada na vida política e econômica do país.

Há inúmeras evidências de que se estabeleceu uma continuidade entre a violência perpetrada aos posseiros e trabalhadores rurais em geral, a partir do episódio da guerrilha do Araguaia. Considerando as condições de fortalecimento do latifúndio que estavam sendo gestadas e a presença de um movimento guerrilheiro que, na visão dos governos militares, por si só deveria ter sido exterminado, a extrema violência no Araguaia direcionada aos camponeses tinha causas que extrapolavam a guerrilha. A pretensa região de tranquilidade para o avanço do capitalismo no campo havia sido abalada pela atuação da esquerda e para evitar o desenvolvimento de movimentos sociais e as lutas subsequentes – estabelecendo ou não vínculos com a guerrilha, os trabalhadores da região deveriam ser “desestimulados”, através da estratégia terrorista do Estado brasileiro.

2.2 – Ecos da guerrilha: lutas camponesas na região do Araguaia

2.2.1 – A Segunda Guerrilha do Araguaia ou a “Guerra dos Perdidos”

Apesar da permanência das estratégias de terror utilizadas pelo exército e de sua personificação na presença na região do poderoso “Major Curió”, não deixaram de ocorrer conflitos na região. Os depoentes não falam das violências sofridas como algo extraordinário ou fora do comum. Isso porque a violência se tornou a marca do relacionamento entre estado-latifundiários e posseiros.

²⁰⁴ O “massacre da Lapa” ocorreu em 1976 contra grande parte da direção do Partido Comunista do Brasil que, na ocasião, promovia uma discussão que avaliava a experiência da Guerrilha do Araguaia.

Entre 1976 e 1980 ocorreu na cidade de Piçarra a “Guerra dos Perdidos”, “revolta dos Perdidos” ou, como se referem alguns moradores, a “Segunda Guerrilha do Araguaia”²⁰⁵. Tratou-se de um conflito em que os posseiros da região, antigos apoiadores dos guerrilheiros, resistiram armados às investidas do grileiro Luiz Erland, o Careca, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que pretendia deslocar os posseiros da área²⁰⁶.

A área em conflito, localizada na região dos Caianos, tinha servido de base guerrilheira. Lá havia existido o destacamento C, o mais frágil dos destacamentos, com um número menor de guerrilheiros, alguns deles recém-chegados quando explodiu a repressão²⁰⁷. Os registros sobre este conflito são praticamente inexistentes; pelo que pudemos apurar, existe apenas uma reportagem, realizada em dezembro de 2010, pelo jornal *O Estado de São Paulo*.²⁰⁸ Nela baseamos as informações que se seguem.

Alguns camponeses fazem referência a conflitos pela posse da terra posteriores ao fim da guerrilha do Araguaia. Ao se referir à guerra dos pedidos, afirmam que “a ditadura, no Brasil e no mundo foi a primeira vez que pobre pegou numa arma contra policial, polícia da polícia federal (...) morreu um bocado dos que escapou, como eu escapei”²⁰⁹.

O conflito teve início quando o INCRA executava um trabalho de remarcação de lotes, que atingiria a área tradicionalmente ocupada pelos posseiros. Frente à situação, o agricultor João de Deus, que havia trabalhado como peão no sítio de guerrilheiros e seus cunhados – Davi e Joel dos Perdidos assumiram a liderança do movimento de luta pela permanência em suas posses. Segundo o agricultor, mais de 170 homens participaram do encontro e decidiu-se interromper o trabalho de remarcação feito pelo

²⁰⁵ Alguns camponeses fazem referência ao ano de 1974 como o da segunda guerrilha do Araguaia, a que seria a “guerrilha dos camponeses”. Outros falam de “volta da guerrilha”, em localidades diferentes das mencionadas aqui. Possivelmente, tratam-se de outros conflitos pela posse da terra, diversos do que apresentamos.

²⁰⁶ NOSSA, Leonencio; JUNIOR, Celso. “Guerras desconhecidas do Brasil”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 de dezembro de 2010, p. 16-17.

²⁰⁷ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Di%C3%A1rio_de_Maur%C3%ADcio_Grabois.pdf. Acessado em 21 de dezembro de 2011.

²⁰⁸ NOSSA, Leonencio; JUNIOR, Celso. “Guerras desconhecidas do Brasil”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 de dezembro de 2010, p. 16-17.

²⁰⁹ *Ibidem*.

INCRA²¹⁰. Marcou-se um encontro no local onde se encontravam os funcionários do INCRA para o dia 26 de outubro de 1976 à meia-noite. Apenas 36 posseiros compareceram ao encontro. Com um número reduzido de homens, recuaram e adiaram o ataque, realizado pela manhã numa área mais afastada, no interior da mata²¹¹.

Pela manhã teve início o conflito, com alguns pistoleiros mortos e, segundo o Serviço Nacional de Informações, as mortes dos soldados Claudiomiro Rodrigues e Ezio Araújo²¹².

O que seguiu-se ao confronto foi a violência já conhecida dos trabalhadores da região do Araguaia. Segundo depoimento de um dos líderes, Davi:

Fiquei um mês trancado numa cela. Me deram choques na língua, botavam fio elétrico na orelha e no cotovelo, você cai morto, não vê nada. Meus dentes quebraram tudo", lembra. "Me perguntaram de coisas que eu não sabia que existia no mundo"²¹³.

O que fica evidente, na análise da repressão aos camponeses, era que se tratava de uma repressão que extrapolava a própria guerrilha. As formas violentas de expulsão e expropriação dos trabalhadores rurais que se seguiu em períodos posteriores são semelhantes às formas empregadas para desestimular a atuação do camponês na atividade guerrilheira. Não foi acaso ou amorismo a maneira como foi realizada a perseguição aos camponeses do Araguaia, pois tal perseguição se coadunava aos objetivos da modernização excludente da agricultura e ao privilegiamento do latifúndio, empreendidos pela ditadura após 1964.

A violência contra trabalhadores da região no período da guerrilha tinha, então, a finalidade de desencorajar a formação de grupos de luta pela terra e de contestação do modelo agropecuário instituído.

Como afirmamos, não há estudos sobre a *Guerra dos Perdidos*. Em alguns depoimentos há algumas pistas para desvelar este conflito, como falas que se referem à “segunda guerrilha do Araguaia” ou “guerrilha dos

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ Ibidem.

²¹² Ibidem.

²¹³ Ibidem.

camponeses”. Há também outros conflitos pela posse da terra mencionados pelos camponeses, mas são difíceis de se identificar.

Como já afirmamos, o foco das entrevistas que estes camponeses concederam foi a guerrilha do Araguaia e, quando solicitados a falarem sobre outros conflitos, muitos deles apresentam resistência.

Isso pode decorrer da falta de respaldo pressentida por eles para tocar em outros conflitos que não a guerrilha do Araguaia. Atualmente, ao contrário do que ocorria nos anos anteriores, muitos deles se sentem motivados para narrar a experiência da guerrilha, pois estão amparados pela Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia (ATG) pelo Ministério Público e pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

No que se refere a outros conflitos, não há o mesmo suporte. Contudo, recentemente as falas dos camponeses começaram a ser pontuadas por indicações de outros conflitos que poderão ser objeto de outras pesquisas.

2.2.2 – As mulheres vão à luta: as quebradeiras de coco

Com o desaparecimento ou a invalidez dos maridos e com a perda da posse durante a guerrilha do Araguaia, o destino de muitas mulheres foram os babaçuais, onde quebravam coco para sobreviver. A quebra do coco de babaçu já era uma atividade realizada pelas mulheres em regiões do Piauí, Maranhão, Pará e norte de Goiás (atual Tocantins), considerada complementar à atividade agrícola. Era do babaçu que as famílias se valiam nos momentos em que a roça não provia o suficiente. As amêndoas extraídas do coco eram vendidas, mas o restante do coco também era utilizado:

Da palha a gente cobre uma casa, da casca a gente faz o carvão pra nós cozinhar, do bago de coco a gente vende pra comprar os alimentos e também tira o azeite para fazer o sabão e lavar a roupa e temperar também com azeite, tira o leite também para botá num feijão, num peixe, numa fava, e

também comer com farinha (...), da coqueira a gente não destrói nada²¹⁴.

Com a destruição dos meios de sobrevivência na área em que se desenvolveu a repressão à guerrilha, a atividade de quebrar coco, que era uma atividade complementar, passou a ser a principal renda de algumas famílias e muitas mulheres se dirigiram às regiões onde era farta a existência de palmeiras de babaçu. As amêndoas eram repassadas aos quitandeiros e bodegueiros, que em geral pagavam em espécie. Este agente era o primeiro numa cadeia de intermediários, que culminava na venda para a indústria.

Desde os anos 50, a atividade extrativista em torno do Babaçu já era preocupação do governo federal. Em março de 1957 com decreto nº 41.150 foi criado o *Grupo de Estudos do Babaçu*, com a finalidade de racionalizar a extração e a coleta deste produto, em consonância com a política geral do governo Vargas visando uma atualização capitalista das atividades agrícolas, implementadas a partir da “Marcha Para o Oeste”. Os estudos apontavam para o potencial econômico do produto, indicando muitas de suas utilizações:

Realmente, o babaçu [...] é uma palmeira que representa uma riqueza digna da toda a atenção pelos poderes públicos, dadas as suas inúmeras utilidades. Dela são extraídos, hoje em dia, sobretudo o óleo empregado nas indústrias de comestível e de sabão, e a torta para a alimentação do gado. Poderão ser também obtidos por processo industriais diversos, a glicerina, um sucedâneo de chocolate, o pixe, o carvão ativado (para descorante), combustível (como lenha ou matéria-prima para coque ou gasogênio), plásticos, capachos e escôvas grosseiras (das fibras). A produção local utiliza as folhas e o caule do babaçu como material de construção das casas pobres, e o palmito para alimentação do gado, especialmente dos porcos, e também das pessoas²¹⁵.

Foi no bojo das políticas agrícolas da era Vargas que surgiram as indústrias de beneficiamento de óleo de babaçu, principalmente localizadas no estado do Maranhão. A produção de óleo se intensificou a partir do fim da Segunda Guerra Mundial; em 1960, o óleo de babaçu ocupava a terceira

²¹⁴ SILVA, Marcelo, *Raimunda, a quebradeira [Documentário]*. Brasil, Red-Sat Tocantins Doc-TV Palmas. 2007, 57 min.

²¹⁵ VALVERDE *apud* REGO, Josualdo L. & ANDRADE, Maristela de Paula. *História de Mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*, São Paulo, Editora Agrária, nº 3, 2006, p. 48.

posição na produção de óleos vegetais no Brasil²¹⁶. A partir dos anos 70, entretanto, a atividade entrou em declínio pela concorrência com o óleo de soja. Contudo, a atividade extrativista nunca cessou, mesmo com as dificuldades advindas da expansão de atividades como a pecuária, carvoarias, frigoríficos, guseiras e polos coureiros²¹⁷. Nos babaçuais, o avanço da fronteira agrícola a partir dos anos setenta do século XX limitou a atividade das quebradeiras. As mulheres, que andavam em grupos, adentrando a mata, em busca de babaçuais onde pudessem montar acampamento e realizar sua atividade, passaram a sofrer com o avanço da grilagem; os “novos fazendeiros” da região passaram a impedir a entrada das mulheres para a realização da atividade extrativista:

(...) Cheguei em 1971. Naquela época, o pessoal plantava roça e quebrava coco onde queria’, lembra. A partir de 1973, diz ela, as coisas começaram a mudar, por conta de ‘gente que apareceu do nada e se pôs a dizer que era dona da terra’. Relatos semelhantes são comuns por toda a região dos babaçuais; histórias de terrenos que foram cercados e de mulheres que se viram impedidas de coletar o coco do babaçu. Nesse contexto, surgiram formas de exploração do trabalho, como, por exemplo, a ‘quebra de meia’ (na qual quebradeiras de coco precisam ceder ao dono da terra metade das amêndoas) e o ‘barracão’ (em que elas são obrigadas a entregar tudo nas mãos do proprietário, de acordo com as condições financeiras impostas por ele)²¹⁸.

Um cordel entoado por Dona Raimunda, liderança das quebradeiras de coco da região do Bico do Papagaio, é preciso ao revelar o processo de expropriação dos camponeses, que perderam as terras:

Eu vou escrever um poema que vem na minha inspiração,
o sofrimento do povo da nossa região,

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ Ibidem, p. 20. Guseiros são locais onde se extrai o ferro-gusa, que é a matéria prima utilizada na fabricação do aço. SINDIEXTRA. “Ferro Gusa”. Disponível em: http://www.sindiextra.org.br/arquivos/2012_02_14_00_50_10_Ferro_Gusa.pdf ;

²¹⁸ <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=521> , acessado em 27 de maio de 2012. Já os Pólos Coureiros são compostos pela cadeia produtiva do couro de pele de gado, utilizados principalmente na indústria calçadista. Mais informações sobre o setor: PEREIRA, Mariana de Aragão; JACINTO, Manuel Antônio Chagas *et. alli*. “Avaliação técnica e operacional do sistema de classificação de pele bovina estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”. *Circular Técnica nº 35*, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Agosto, 2007. Disponível em: <http://www.cnpqc.embrapa.br/publicacoes/ct/ct35/CT35.pdf> , acessado em 27 de maio de 2012.

povo pobre e abatido mas resiste à opressão,
aqui até setenta e quatro tinha grande alegria,
pobre era dono das terras e trabalhava onde queria,
tirava a alimentação para sustentar sua família,
quando fizeram a estrada assim falam os companheiros,
que foram perdendo as terras por causa dos grileiros,
e os pobres estão sofrendo no maldito cativoiro²¹⁹.

Como afirmamos, a atividade extrativa do babaçu era acessória na região do Bico do Papagaio, pois os camponeses estabeleciam-se em terras devolutas e dedicavam-se à atividade agrícola. A coleta do coco de babaçu e a venda a amêndoa eram atividades complementares. Na área em que se desenvolveu a guerrilha do Araguaia, algumas famílias camponesas que perderam suas posses, pelas ações do exército em expulsá-los de suas terras, pela presença dos grileiros e pela proibição do cultivo ou colheita, que visava “matar a guerrilha de fome”, levou esta atividade a se tornar a principal da família.

Alguns camponeses, pela incapacidade de continuar no trabalho pesado da roça, após os espancamentos e torturas sofridos, optaram por vender suas posses a preços baixos. No entorno da área da guerrilha, o processo de expropriação do camponês foi semelhante e muitas mulheres atingidas pela repressão à guerrilha, passaram a exercer a atividade de quebradeira de coco.

Temos afirmado que os métodos de ataque aos camponeses é recorrente na história dos conflitos sociais no campo. A queima de roças e casas, a expulsão de suas moradias e o aparecimento do “dono da terra”, o grileiro, se intensificaram em toda a região sul e sudeste do Pará, norte do Tocantins, e sul do Maranhão nos anos setenta, com o avanço da fronteira agrícola. No Araguaia, o ataque ao camponês se justificava pelo combate à guerrilha e certamente os ataques foram mais intensos, concentrados e violentos. Mas há que se registrar que a maneira como as forças repressivas locais ou nacionais, seja o exército, as polícias militares ou os jagunços e pistoleiros, atuavam na mesma lógica de expulsão do camponês, em consonância com as políticas de desenvolvimento capitalista para a região, implementados ao final da ditadura civil-militar.

²¹⁹ SILVA, Marcelo, *Raimunda, a quebradeira [Documentário]*. Brasil, Red-Sat Tocantins Doc-TV Palmas. 2007, 57 min.

Ao procurar a atividade de coleta e extração do babaçu, as mulheres que viram os meios de subsistência de suas famílias destruídos, se depararam com aspectos da mesma realidade que vivenciaram na época da guerrilha. Tomaram contato com outros camponeses que perderam suas posses, mas que não foram expulsos pelo exército no combate ao terrorismo: foram expulsos pelo jagunço e pelo PM, amando dos grileiros.

Percebe-se que na lógica da repressão à guerrilha do Araguaia, fazia parte a repressão às demandas camponesas e uma busca de desmobilização em torno das lutas sociais contra o avanço do latifúndio. A repressão à guerrilha se estendeu à repressão do camponês e, como vimos, tal repressão era necessária para o estabelecimento de condições favoráveis à entrada do grande capital nos projetos de desenvolvimento capitalista para a região. Quem se beneficiava com a destruição da base social camponesa no Araguaia, com a expropriação de suas posses e com o impedimento da realização das atividades extrativas tradicionais? As grandes fazendas que se instalaram na região, de propriedade de empresas como a Supergasbrás, Volkswagen, Bradesco, Manah, e etc, como denunciava Paulo Fonteles nos anos 80. Segundo Leila Swets,

O norte do estado do Tocantins, entre os rios Araguaia e Tocantins, na época estado de Goiás, representou uma destas áreas de expansão de fronteira, onde se instalaram migrantes vindos do Maranhão e também do Piauí, fugindo do latifúndio e de ondas de grilagem. Na região, onde o babaçu também era abundante, o extrativismo era praticado tanto por posseiros quanto por indígenas (...) nas regiões onde os babaçuais eram de livre acesso, as ações de grilagem provocavam a expulsão dos ocupantes, que, por não terem garantias sobre a terra que ocupavam adquiriam comportamento nômade na busca constante por melhores condições de subsistência, com reflexo negativo na produção de babaçu²²⁰.

A resistência ao avanço do latifúndio e a luta por permanecerem em suas atividades tradicionais culminou com a emergência da organização das trabalhadoras rurais nos anos setenta, que passaram a se aglutinar em

²²⁰ SWETS, Leila Afonso. *Políticas de desenvolvimento, organização do território, e participação: as quebradeiras de coco babaçu na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, UNB, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Lucia Cony Faria Andrade, 2009 p. 62. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4799/1/2009_LeilaAffonsoSwerts.pdf, acessado em 30 de abril de 2012.

movimentos interestaduais nas décadas de oitenta e noventa. Declaram como objetivo da organização a luta pelo “acesso e uso de áreas de ocorrência de babaçu, cercadas e apropriadas injustamente por fazendeiros, pecuaristas e empresas agropecuárias a partir das políticas públicas federais e estaduais para as regiões Norte e Nordeste”²²¹. As quebradeiras visavam garantir o controle das áreas e da produção de coco. Em 1991, as mulheres que exerciam essa atividade em quatro estados (Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará), se organizaram na *Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu*, que passou a ser denominado *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu*, em 1995, entidade na qual as quebradeiras se organizam atualmente²²².

A organização foi uma das responsáveis pela implementação da “Lei do Coco Livre”. Uma das maiores lutas das quebradeiras de coco era o acesso livre ao coco mesmo em áreas privadas, além da proibição da derrubada da Palmeira. Contrapunham-se, assim à forma como o latifúndio expropriava seus meios de trabalho. A Lei, contudo, é uma faca de dois gumes: A palmeira de babaçu não tem serventia para o fazendeiro que não se utiliza dela ou de seus subprodutos. Não há nenhuma interferência econômica com a presença das quebradeiras na terra; contudo, a lei, não toca no essencial e amortece os conflitos: a origem da propriedade da terra. A “Lei do Babaçu Livre” se, por um lado, garante continuidade da atividade extrativista, por outro, não avança na questão do combate ao latifúndio; ao contrário, tira a centralidade da questão da posse da terra. Não por acaso, esta lei tem sido defendida por figuras com José Sarney Filho, quando foi ministro do Meio Ambiente.

Contemporaneamente, essas mulheres sofrem com os mesmos problemas verificados à época da guerrilha:

Há três dias correram atrás de uma amiga minha. É comum deixarem armadilhas com espingardas escondidas e armadas. Muitas das vezes, deixam as armas posicionadas na altura do peito, em outras, deixam no ponto de aleijar, na altura da perna, muita gente já morreu por causa disso. Não temos com

²²¹ MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu). “Quem Somos”. Disponível em: http://www.miqcb.org.br/quem_somos.html, acessado em 20 de março de 2012.

²²² Ibidem.

quem contar. O pessoal do IBAMA quando vem aqui ganha um bode, um carneiro e vai embora²²³.

A grilagem de terras é outro problema enfrentado pelas quebradeiras de coco. Muitas famílias, por não ter para onde ir, se submetem à exploração dos ditos “donos” da terra e sofrem constantes ameaças de despejos. Para garantir a exclusividade na compra do coco, os proprietários de terras mandam queimar as casas das famílias como forma de pressioná-las²²⁴.

A repressão aos trabalhadores rurais se mantém dramática na região do Araguaia. São grileiros, jagunços, pistoleiros, as forças policiais procurando reprimir as diversas lutas sociais na região. Como procurou-se demonstrar, a repressão ao camponês durante a guerrilha foi intensa, profunda e procurou destruir a base da sociabilidade camponesa. A resistência desse segmento social, entretanto, se manteve e se difundiu. Falar da guerrilha do Araguaia, para os camponeses, se transformou na possibilidade de amplificar a divulgação de suas demandas e da dramática questão camponesa no Brasil.

²²³ Antonia Célia Silva, quebradeira de coco do município de Governador Archer. Disponível em http://www.viasdefato.jor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=684:quebradeiras-querem-lei-do-babacu-livre&catid=4:noticias, acessado em 21 maio de 2012.

²²⁴ Ibidem.

Capítulo 3 – O Partido Comunista do Brasil – a Guerra Popular Prolongada

A forma reacionária que assumiu a estrutura fundiária brasileira e as relações sociais que ela engendrou fez parte das preocupações de muitos setores da esquerda brasileira ao longo do século XX. Entre os comunistas, desde a origem do PCB, o tema foi freqüentemente debatido e algumas ações importantes foram realizadas, como as intervenções nos movimentos camponeses que abordamos no primeiro capítulo. O envolvimento de camponeses numa revolução proposta pelos comunistas compõe um arsenal teórico mais amplo, que se refere o papel do partido, ao tipo de revolução e a forma de participação dos trabalhadores urbanos e rurais, o envolvimento de outros segmentos sociais, entre outros.

As concepções do PC do B sobre a questão foram se definindo ao longo da década de 60. Se construíram a partir das referências teóricas do PCB, do PCUS, mas também das referências chinesas e albanesas, que iriam crescer ao longo da década. A teoria revolucionária dessa agremiação política, sua estratégia e sua tática, também estavam intimamente vinculadas à necessidade de dar respostas às situações conjunturais e as modificações que viriam a acontecer na vida política do país. Lembrando que o partido foi fundado em 1962, num momento de grande mobilização de massas, em pleno governo de João Goulart tido como progressista por amplos segmentos sociais e logo deposto pelo golpe civil-militar de 1964. É neste período turbulento que o PC do B lançou as primeiras bases de sua teoria revolucionária.

Neste capítulo procuraremos apresentar as concepções teórico-políticas desenvolvidas pelo PC do B de modo a revelar a função que cumpre uma luta de caráter rural no interior desta concepção. Para compreender o que foi a guerrilha do Araguaia para o Partido Comunista do Brasil, percorreremos o caminho que o partido traçou até ela.

A bibliografia trata pouco do caminho que conduziu o Partido Comunista do Brasil à deflagração de uma guerrilha rural no Brasil, o que obscurece muito de seus aspectos. Curiosamente, os autores que discutem tanto a trajetória da agremiação política, quanto às questões teóricas do PC do B não aprofundam

no tema da guerrilha; já aqueles que tratam da guerrilha, quando abordam os aspectos teóricos do partido, o fazem muito superficialmente²²⁵.

Os temas que compõem a acepção do partido para a revolução brasileira serão abordados de forma sintética, já que cada uma delas poderia ser (e em alguns casos foi de fato) objeto de pesquisa. O que procuraremos fazer é apresentar estes temas, remetendo o leitor para os principais autores que trataram deles, entretanto, o fio condutor de nossa análise é a guerrilha do Araguaia, por isso priorizou-se os aspectos que conduzem à ela. Não se trata de fazer um estudo exaustivo do PC do B, mas de privilegiar os elementos que explicam o movimento teórico rumo à guerrilha rural.

O ponto de inflexão da presente análise é o ano de 1962, quando ocorreu a cisão no interior do PCB, que deu origem ao PC do B. Remeteremos, por vezes, a anos anteriores a cisão, de modo a apresentar um quadro que permita a compreensão das causas desse rompimento e do surgimento de um novo partido. A abordagem do momento do surgimento do PC do B e suas polêmicas com o PCB é importante para demarcar quais são os elementos distintivos entre os dois partidos, já que são os elementos que distinguem o PC do B que permitem o traçado de uma rota que os conduziu à guerrilha.

Os embates com o PCB se estenderam por toda a década de 1960 e 1970, mas o momento de maior efervescência se situa entre 1957, quando os grupos que compõem os dois partidos ainda estavam unidos no interior do PCB e 1964, com a deflagração do golpe civil-militar, que não permite mais que o debate público entre os comunistas continuasse.

Apresentaremos também a avaliação do PC do B sobre o golpe e as estratégias de luta que o partido adotou então. Apesar de uma retórica sobre a luta armada estar presente na documentação do partido e, de fato, o partido

²²⁵ Um exemplo do primeiro caso pode ser encontrado nas obras de Jean Rodrigues Sales, que vem apresentando uma profusão de estudos sobre o PC do B e tem se caracterizado como um dos principais estudiosos desta agremiação política. No segundo caso, citamos Romualdo Campos Filho, autor de um importante estudo sobre a guerrilha do Araguaia. Cf., por exemplo SALES, Jean Rodrigues. "O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política". *Cadernos AEL. Tempo de Ditadura*. Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH/ Unicamp, vol. 8, nº 14/15, 2001, ou ainda SALES, J. R. "O PC do B e o movimento comunista Internacional nos anos 60". *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora da UFPR, nº 35, 2001. e CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia, Editora da UFG, 1997.

apresentar esta perspectiva no governo de João Goulart, o PC do B só colocou em prática esta estratégia a partir de 1967, após o golpe, portanto.

Finalmente, as lutas pela democracia, a resposta ao governo e a luta armada, decorrentes da leitura do partido sobre o golpe que foram se desenvolvendo em meados dos anos 60, também serão abordadas neste capítulo. Assim como os documentos que explicitamente se referem à guerrilha rural. Também serão abordadas as influências chinesa e albanesa, além dos impactos da revolução cubana.

3.1 – O PC do B entre 1962 e 1964 - partido da classe operária?

O partido atualmente denominado Partido Comunista do Brasil, PC do B, tem uma origem controversa. Seus militantes procuram identificá-lo com o partido fundado em 1922, por Astrogildo Pereira, Abílio de Nequete, Manoel Cendón, e Joaquim Barbosa, entre outros. Esta busca de identificação com o partido fundado em 1922 sempre esteve entre as preocupações dos militantes do PC do B e perdura até os dias atuais²²⁶. Todavia, grande parte da bibliografia acadêmica e militante de outras legendas de esquerda localizam a origem do PC do B em 1962. Não há consenso entre pesquisadores e militantes sobre a data de surgimento do PC do B. Aos olhos de hoje, mesmo com a insistência do PC do B e os rechaços que o partido recebe em se identificar com o partido de 1922, pode parecer uma questão menor. Mas ela

²²⁶ No final de 2011, Anita Leocádia Prestes enviou uma carta à direção do PC do B para "(...) externar minha estranheza e minha indignação com a utilização indébita da imagem dos meus pais, Luiz Carlos Prestes e Olga Benário Prestes, em Programa Eleitoral desse partido. (...) Não posso aceitar que se pretenda comprometer a trajetória revolucionária dos meus pais com a política atual do PC do B, que, certamente, seria energeticamente por eles repudiada. Cabe lembrar que, após a anistia de 1979 e o regresso de Luiz Carlos Prestes ao Brasil, durante os últimos dez anos de sua vida, ele denunciou repetidamente o oportunismo tanto do PC do B quanto do PCB, caracterizando a política adotada por esses partidos como reformista e de traição da classe operária. (...) Por respeito à memória de Prestes e de Olga, o PC do B deveria deixar de utilizar-se do Inegável prestígio desses dois revolucionários comunistas junto a amplos setores do nosso povo, numa tentativa deplorável de impedir o desgaste, junto à opinião pública, de dirigentes desse partido acusados de possível envolvimento em atos de corrupção. PRESTES, Anita Leocádia. *Carta de Anita Prestes ao PC do B*. Disponível em: http://www.pcb.org.br/portal/Index.php?option=com_content&view=article&id=3164:carta-de-anita-prestes-ao-pcdob&catid=36:diversos , acessado em 20 de novembro de 2011.

revela o que parte da bibliografia acadêmica chama de “caráter pendular”²²⁷ da política do partido comunista.

O ano de 1962 demarcou uma profunda ruptura entre os comunistas brasileiros, que vinha crescendo ao menos desde 1956. Neste ano, concretizou-se uma cisão que deu origem a dois Partidos Comunistas no Brasil: o PCB – Partido Comunista Brasileiro e o PC do B – Partido Comunista do Brasil.

Duas explicações sobre a cisão dos comunistas ganharam maior força na bibliografia especializada. A primeira refere-se, grosso modo, a uma separação entre *estalinistas* (que teriam fundado o PC do B) e *não estalinistas*, que teriam permanecido no PCB; a outra indica que polêmica sobre o caminho para a revolução – se armado ou pela via pacífica – teria dado origem a cisão. Uma terceira interpretação, menos divulgada, é a de que a origem da cisão residiria na posição dos comunistas frente a burguesia, defendida por Valter Pomar. Procuraremos abordar as principais características destas interpretações.

3.1.1. A cisão dos comunistas

Até o início dos anos de 1960, existia no Brasil apenas um Partido Comunista, que se chamava Partido Comunista do Brasil e possuía a sigla PCB. Este partido, via no contexto do governo democrático de João Goulart a possibilidade de legalizar-se e promoveu algumas modificações em seus estatutos, retirando dele as referências ao marxismo-leninismo e alterando seu nome – passava a se chamar a partir de então Partido Comunista Brasileiro, mas mantinha a sigla PCB.

²²⁷ Valter Pomar afirma que: “Há um reconhecimento generalizado, na literatura consultada, especialmente a produzida nos anos 80 e 90, sobre o caráter pendular da política do Partido Comunista,” o caráter pendular do PC seria a oscilação entre posições de direita e esquerda ou ultraesquerdistas, tomadas de forma abrupta. Conforme Wladimir Pomar “Até 1956, o PC é prática e reconhecidamente a única organização política considerada como vanguarda da classe operária. Os pequenos grupos e dissidências surgidos no curso de sua história jamais conseguiram causar-lhe danos de monta. (...) As modificações de linha política entre 1946 e 1954, passando de posições de direita para posições ultraesquerdistas e vice-versa, além de dissidências esporádicas de elementos de certo prestígio, não chegaram a causar fraturas à estrutura aparentemente monolítica do Partido.” POMAR, W. *apud* POMAR, Valter. *Comunistas do Brasil: Interpretações sobre a cisão de 1962*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, FFCLH/USP, São Paulo, 2000, p. 40-41. O “pêndulo”, variando de posições ultraesquerdistas à direitistas teria provocado a cisão em 1962, fragmentando o partido.

Um grupo expressivo no interior do partido, incluindo alguns de seus dirigentes, divulgou documentos em que afirmavam que a retirada da referência ao marxismo-leninismo e a mudança no nome do partido era uma tentativa do grupo revisionista de liquidar o partido e, para preservá-lo, organizariam uma conferência extraordinária que o “reorganizaria”. Esta conferência marcou a cisão entre os comunistas, que passaram a se organizar nos dois referidos partidos: o Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista Brasileiro.

Em 18 de fevereiro de 1962, ex-dirigentes do PCB, que tinham sido expulsos do partido, realizaram uma Conferência Nacional Extraordinária, em que decidiram o “reorganizar”. Da conferência resultou a eleição de um Comitê Central de 25 membros, com um secretariado composto por cinco deles: João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli e Calil Chade²²⁸.

O grupo que organizou a Conferência Nacional Extraordinária havia sido expulso do PCB após terem divulgado a “Carta dos Cem”, em que dirigiam sérias críticas ao seu Comitê Central cuja análise centrava-se na violação dos princípios partidários, na indisciplina e no comprometimento da unidade do partido. Num extrato da “Carta”, lê-se:

O Suplemento de *Novos Rumos*, de 11-8-61, publica o Programa e os Estatutos de um chamado Partido Comunista Brasileiro. O camarada Prestes, em manifesto dirigido ao povo, estampado no mesmo jornal, diz que aqueles documentos serão encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral, visando o registro de tal partido. Estes documentos constituem, a nosso ver, violação frontal dos princípios partidários (...) ferem a disciplina e atingem a própria unidade do Partido. O artigo 32 dos Estatutos diz “As decisões do Congresso são obrigatórias para todo o Partido e não podem ser revogadas, no todo ou em parte, senão por outro Congresso”²²⁹.

No que se refere à violação às determinações do Congresso, mencionada pela “Carta” e ao fato do Comitê Central agir à revelia da base, o grupo dissidente tem razão, como ficou explicitado no trecho acima. Contudo, uma prática autoritária como esta, *estalinista*, não foi rechaçada em outro

²²⁸ GALDINO, Antônio. *O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos 60*. (Dissertação de Mestrado), Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCH/Unicamp, sob a orientação do Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo, 1994, p. 48.

²²⁹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Em defesa do Partido (carta dos cem)”. disponível em: www.vermelho.org.br. Acessado em 10/01/2007.

momento da história do partido, a saber, em 1945, quando o Comitê Central tomou a decisão em nome da base de se empenhar no processo de legalização. Naquela ocasião não houve questionamento das manobras da direção do partido, que buscou adequar seus estatutos e programa a fim de garantir a legalização.

As modificações nos documentos do partido foram, em ambos os momentos, estratégias para fins de registro eleitoral. Mas, na segunda ocasião, os dissidentes apresentaram essas ações como mudança ideológica. Pomar explica que utilizar “subterfúgios” não era novidade no PCB, pois em 1945, já havia o feito para tornar-se um partido legal,

(...) o que se fez em 1962 foi algo semelhante ao que já se fizera em 1945 - com o acréscimo da mudança de nome: uma série de "adaptações" no programa partidário, na esperança de assim driblar a vigilância da justiça eleitoral. (...) Os dissidentes estão formalmente certos quando reclamam que só um Congresso poderia alterar o nome do Partido, seus estatutos e programa. Mas as alterações feitas em 1945 prescindiram de um Congresso. Fato que o Comitê Central não podia invocar na sua resposta, uma vez que isso seria admitir que o pedido de registro baseava-se, novamente, em artimanhas jurídicas - inclusive a mudança de nome²³⁰.

Nos documentos em que o grupo dissidente criticava o grupo de Prestes e na resposta do grupo de Prestes expulsando os dissidentes, não havia qualquer referência a como se desenrolou o processo de legalização em 1945, isto porque elementos importantes de ambos os lados se envolveram no processo de legalização, que apresentou características semelhantes à tentativa de 1961.

Pomar recupera o processo de legalização e cassação do PCB para demonstrar que a mudança no nome do partido e a confecção de estatutos para fins legais foram utilizadas como pretexto pelos militantes divergentes. Alguns episódios curiosos são apontados pelo autor: o PCB, quando entrou com um pedido para legalização na justiça eleitoral, foi questionado em diversos pontos de seu estatuto e programa em temas como a desapropriação de terras, a união nacional e a socialização dos meios de produção. As

²³⁰ Ibidem, p. 159.

respostas criativas enviadas pelo partido a justiça eleitoral incluíam, por exemplo, a afirmação de que,

No programa do Partido Comunista do Brasil não se incluem os princípios filosóficos marxistas leninistas, nem quaisquer outros princípios filosóficos, mas apenas as proposições políticas consideradas pelo Partido fundamentais, dentro da realidade brasileira, para a Unidade, a Democracia e o Progresso de nossa Pátria²³¹.

Uma das alegações que trazia a “Carta dos Cem”, a retirada do “marxismo-leninismo” dos estatutos, já havia acontecido em 1945 e não havia significado, naquela ocasião, o abandono deste princípio pelo partido. Os documentos apresentados pelo PCB e as respostas que o partido apresentou aos questionamentos feitos pelo relator nos levam a inferir que eles foram recebidos como um engodo, contudo não haveria como proibir a existência legal do PCB naquele contexto. O relator não deixa de utilizar uma pitada de ironia em seu parecer que legaliza o PCB:

Será um partido comunista sui-generis; um comunismo de que se esvaziou toda substância ideológica; um comunismo do Brasil; um partido comunista, em suma, sem marxismo, sem leninismo, sem ditadura do proletariado, sem nada do que se compreende por comunismo no mundo inteiro. Mas, um partido do lado oposto, um partido liberal, um partido capitalista, um partido democrático, pelo compromisso escrito de respeito integral aos princípios democráticos, à brasileira, e respeito aos direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição, uma democracia, em suma à inglesa²³².

Guardadas as devidas distâncias, a leitura que o grupo que daria origem ao PC do B fez dos novos estatutos, indicava também para um partido comunista “sem marxismo, sem leninismo”²³³, ao afirmar que os novos estatutos liquidavam “tradicional partido de vanguarda da classe operária”²³⁴ e

²³¹ BICALHO, Luiz de Carvalho. *PCB: processo de cassação de registro (1947)*. Belo Horizonte, Aldeia Global, 1980, p. 99.

²³² “Diário da Justiça de 2/2/1946” *apud* BICALHO, Luiz de Carvalho. *PCB: processo de cassação de registro (1947)*. Belo Horizonte, Aldeia Global, 1980, p. 99.

²³³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Em defesa do Partido (carta dos cem)”. disponível em: www.vermelho.org.br. Acessado em 10/01/2007.

²³⁴ *Ibidem*.

o substituíam “por uma organização desprovida de características revolucionárias”²³⁵.

Esta referência, muito mais do que demarcar o problema da mudança do nome do partido à revelia das resoluções do Congresso, apontava para as críticas que o grupo dissidente vinha fazendo ao grupo de Prestes, que podem ser traduzidas de forma sintética como *crítica ao revisionismo*, que continha diversos elementos que veremos mais adiante. Por ora, para finalizar a questão da falsidade da polêmica em torno da legalização, citamos outro trecho do documento, onde lê-se que “A legalidade do Partido não pode ser obtida com manipulações jurídicas, nem através de concessões em matéria de princípios, e, muito menos tentando enganar com manobras a justiça das classes dominantes”²³⁶. Ou seja, para o grupo dissidente, no processo de legalização do partido em 1961 não valiam as mesmas regras que foram amplamente aceitas em 1945.

Quatro meses após a legalização do PCB em 1945, dois pedidos de cassação foram apresentados ao TSE, sob a alegação de que o partido era uma filial do partido da Rússia. Coube ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal investigar o partido e esta se concentrou em examinar a imprensa do PCB e a “na suposta existência de outro Estatuto e Programa, diferentes daqueles formalmente registrados no Tribunal”²³⁷.

Publicado abertamente na imprensa comunista como “Projeto de reforma do Estatuto”, o verdadeiro Estatuto do PCB foi “descoberto” pelo TRE do Distrito Federal que alegou que “este ‘projeto de reforma’ é o estatuto verdadeiro, lançando mão para isto do regulamento da comissão de finanças, que faz diversas referências ao projeto de reforma, demonstrando ser este o estatuto *de fato* do partido”²³⁸.

Um dos signatários da “Carta dos Cem” e que se tornaria nos anos 60 e 70 um dos principais dirigentes do PCdoB, João Amazonas, às vésperas da cassação do registro do PCB, foi responsável por tentar reverter a “descoberta” do verdadeiro estatuto do partido, afirmando que:

²³⁵ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Em defesa do Partido (carta dos cem)”. disponível em: www.vermelho.org.br. Acessado em 10/01/2007.

²³⁶ Ibidem.

²³⁷ BICALHO, Luiz de Carvalho. *PCB: processo de cassação de registro (1947)*. Belo Horizonte, Aldeia Global, 1980, p. 100-101.

²³⁸ Ibidem, p. 102.

trata-se de projeto de reforma, não dos Estatutos ora em vigor e devidamente registrados, mas dos antigos Estatutos, que também estavam regularmente registrados. Os Estatutos atuais, acrescentou, já exprimem aquele Projeto depois de debatido e votado pelos órgãos competentes do Partido. Quanto ao Regulamento da Comissão de Finanças, asseverou haver sido elaborado por Álvaro Soares Ventura, então Tesoureiro do partido, e a referência [ao "projeto de reforma"] resulta de um lapso de sua parte, tanto mais compreensível quando se sabe haver partido de um homem simples, de instrução primária, pouco afeto a assuntos desta natureza²³⁹.

Está claro que o PCB para obter seu registro legal em 1945 utilizou estratégias para que um parlamento majoritariamente burguês não tivesse outra saída, no contexto do pós-guerra, a não ser aceitar o registro do partido. É evidente também que não fosse pela manobra jurídica, de apresentar um “estatuto apenas para fins de registro”, o partido não teria sido legalizado. Nos detivemos nesta questão porque entre os envolvidos nas estratégias para a legalização em 1945, estava o já citado João Amazonas e também Maurício Grabois, outro importante dirigente do PCB e depois do PC do B que se tornaria comandante da guerrilha, além de Prestes. Estes três nomes foram os que tentaram, após a cassação do partido, fazer com que a agremiação continuasse funcionando como sociedade civil. Nunca é de mais lembrar que dos três nomes, dois constavam da Carta dos Cem que afirmava que:

A luta pela legalidade do Partido é uma luta política e não pode ser feita escondendo-se seus objetivos, sua doutrina e suas tradições (...) Assim pensando, não podemos concordar com a alteração do nome do nosso glorioso Partido²⁴⁰.

Reafirma-se, portanto, o debate em torno da tentativa de legalização de 1961 como estratégia para por em evidência outras divergências que já se expressavam no partido e culminariam na cisão.

Apoiados em alguns dos argumentos que foram aqui apresentados, Pomar afirma que “A mudança de nome constitui uma repetição farsesca da exclusão de qualquer referência à ‘seção da Internacional Comunista’, feita

²³⁹ Ibidem, 102-103.

²⁴⁰ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Em defesa do Partido (carta dos cem)”. disponível em: www.vermelho.org.br. Acessado em 10/01/2007.

antes com o mesmo propósito²⁴¹, já que não era a primeira vez que o partido lançara mão dessa estratégia para conseguir a legalidade. “Nesse sentido, a tentativa de 1961 não constituía uma novidade, nem para os que a praticavam, nem para os que opunham a ela”²⁴².

A “Carta dos Cem” teve como resposta um documento publicado no semanário *Novos Rumos*, que acusava os dissidentes de fracionistas (a fração era proibida no PCB) e expulsava uma série de dirigentes,

Em defesa da unidade do movimento comunista brasileiro, denunciaremos aos comunistas, aos amigos e simpatizantes, aos trabalhadores em geral, a atividade de um pequeno grupo fracionista encabeçado por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, que no passado exerceram funções dirigentes de âmbito nacional no movimento comunista. Do grupo fazem parte também José Duarte, Ângelo Arroyo, Walter Martins (Pepe), Calil Chade, Carlos Danielli e Lincoln Oeste. Este reduzido número de elementos lançou-se a um ataque sistemático contra a unidade e a disciplina do movimento comunista, violou as decisões adotadas e entregou-se a uma insidiosa atividade desagregadora, sendo, por isso, expulso de nossas fileiras." (...) "As origens do grupo remontam a fins de 1956, princípios de 1957, quando se travou em nossas fileiras intensa luta interna, a propósito de questões suscitadas em torno do XX Congresso do PCUS²⁴³.

A cisão, a expulsão de parte de seus dirigentes e o surgimento de dois PCs no Brasil refletem questões mais profundas. O grupo que deu origem ao PC do B vinha, desde 1956, travando uma batalha no interior do PCB, combatendo aquilo que identificavam como “surto revisionista”. A este respeito, Moisés Vinhas afirma que:

(...) a luta interna que vem sendo travada desde o XX Congresso do PCUS, em 1956, encontra o seu desfecho em fevereiro de 1962, com a ruptura à esquerda do grupo que considera inaceitável a virada política do PCB. O pretexto é a mudança do nome para Partido Comunista Brasileiro e a retirada, do programa, da palavra de ordem da “ditadura do proletariado”, medidas tomadas pelo Comitê Central

²⁴¹ POMAR, Valter. *Comunistas do Brasil: Interpretações sobre a cisão de 1962*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, FFCLH/USP, São Paulo, 2000, p.159.

²⁴² Ibidem, p. 158.

²⁴³ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. "Em defesa da Unidade do Movimento Comunista". *Novos Rumos*, nº 152 de 5 a 11 de janeiro de 1962.

fora de um Congresso do partido, visando facilitar a luta pela legalização²⁴⁴.

Quatro temas são apontados por Pomar como importantes para compreender a cisão do partido comunista: o estalinismo, o maoísmo, a via pacífica e a interpretação da realidade brasileira. Trataremos desses temas nas páginas seguintes.

3.1.2 A avaliação do PC do B sobre o rompimento e sobre os objetivos do V Congresso

A interrupção, por Prestes, do debate proposto pelo grupo composto por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, consolidou o caminho da cisão entre os comunistas e após ela, o PC do B retomou e aprofundou as críticas que fazia ao PCB. Estas críticas evidenciam quais são os elementos distintivos entre os dois partidos, além demonstrar que o PC do B procurou se firmar como o “verdadeiro” partido revolucionário, se contrapondo ao PCB que era apresentado como o “partido das reformas”.

A avaliação sobre o caráter reformista no PCB se remetia a 1957, quando teria começado a haver “penetração de ideias burguesas no Partido, que adquiriram força com o avanço do capitalismo no país e com a tática de engodo utilizada pela burguesia”²⁴⁵.

A aproximação dos comunistas com o governo era vista como perigosa e vinha acontecendo desde o segundo mandato de Vargas, estendendo-se ao governo de Juscelino Kubitschek. Entre críticas e apoios discretos, a afinidade do PCB com o governo teria aumentado, até que se converteria em apoio claro e efetivo durante o governo de João Goulart.

O PC do B responsabilizava diretamente alguns dirigentes por esta aproximação e eles passaram a ser considerados reformistas. Além do reformismo, o grupo liderado por Prestes também utilizaria “métodos

²⁴⁴ VINHAS, Moisés. *O partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo, Hucitec, 1982, p.187-188.

²⁴⁵ COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Resposta à Krushev”. *A Classe Operária*, 1º a 15 de agosto de 1963, p. 48-49.

condenáveis na condução da luta ideológica²⁴⁶, ou seja, se utilizariam de práticas mandonistas e métodos autoritários. As críticas às práticas estalinistas do grupo de Prestes²⁴⁷ e o acento no caráter reformista desse grupo permite inferir que a base do partido só teria se subordinado às mudanças de viés ideológico do PCB em decorrência da utilização de métodos estalinistas pela direção, que se sobreporia à militância, impedindo o desenvolvimento do debate democrático no agrupamento político. Em razão dessas avaliações o grupo concluía que principais causas da cisão foram de “ordem interna”²⁴⁸ ou seja, foi a luta ideológica no interior do partido e os métodos antidemocráticos da direção que teria provocado a cisão.

Percebe-se que não há um enfrentamento aberto às posições do PCUS, e o rompimento dos comunistas é explicado pela dinâmica própria da disputa da primazia ideológica entre grupos. As críticas ao PCUS foram pontuais e superficiais nos primeiros documentos do PC do B. O impacto dos PCUS, particularmente do Relatório Krushev tem sido apontado como a causa da crise de diversos partidos comunistas pelo mundo²⁴⁹, inclusive no PCB²⁵⁰. Entretanto, ao valorizar a crise interna, em detrimento dos elementos externos, o PC do B mantinha as portas abertas para o estreitamento dos laços com o maior partido do movimento comunista mundial. A direção do partido tentou, logo após sua fundação o reconhecimento oficial da URSS, mas não obteve sucesso.

A partir do não reconhecimento pela União Soviética do PC do B como o “verdadeiro” partido comunista no Brasil, o PC do B passou a aprofundar cada vez mais suas críticas aos “revisionistas”, liderados por Moscou. No movimento de aprofundamento das críticas o XX Congresso dos PCUS foi apresentado como o de maior repercussão nas fileiras do partido, teria aprovado “teses bastante discutíveis”²⁵¹, lançado a “confusão a respeito do culto à personalidade”²⁵² e teria estimulado os “oportunistas de todos os matizes”²⁵³. O

²⁴⁶ Ibidem.

²⁴⁷ A crítica às práticas estalinistas era corrente neste momento nos dois PCs, em que um acusava o outro de recorrer a estes métodos.

²⁴⁸ COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Resposta à Krushev”. *A Classe Operária*, 1º a 15 de agosto de 1963, p. 48-49.

²⁴⁹ Ibidem.

²⁵⁰ Ibidem.

²⁵¹ Ibidem.

²⁵² Ibidem.

“Congresso” teria também incentivado “aqueles que combatiam a existência de um partido independente da classe operária, autenticamente revolucionário”²⁵⁴. Nesta avaliação, o que afirmava o PC do B é que o XX Congresso teria apenas incentivado as tendências que já estavam presentes.

Se depreende da avaliação do PC do B sobre a cisão que já haveria, desde o segundo governo de Vargas, um grupo que ia se aproximando da burguesia e das estruturas de poder estatal e esta tendência teria sido impulsionada e legitimada pelo XX Congresso dos PCUS. Ou seja, o Congresso apresentava recomendações e diretrizes que vinham de encontro ao que o chamado “grupo revisionista” já vinha fazendo desde 1957. Aliados aos métodos autoritários da direção.

O caminho da cisão estava concretizado. Essa característica (os métodos autoritários) já foi apontada como motivo da cisão, numa interpretação que afirma se tratar de um rompimento entre estalinistas e não-estalinistas. Os estalinistas teriam perdido a hegemonia que possuíam na direção do partido até 1957, após terem iniciado um debate sobre o relatório Krushev. Pomar descreve assim o episódio:

A imprensa do PC do B começa, à revelia da direção, a discussão sobre o Relatório, que logo se torna um debate sobre os princípios, a estratégia, a tática e a concepção de partido vigentes no movimento comunista internacional, e principalmente brasileiro. Alguns meses depois, Prestes em pessoa toma a iniciativa de “por ordem” no debate. Os críticos mais veementes são afastados ou se afastam. Em 1957, os dirigentes supostamente identificados com práticas “mandonistas” são afastados do Politburo (comissão política central do Partido) e do secretariado do Partido Comunista. Forma-se um novo núcleo dirigente, este como o anterior ao redor de Prestes²⁵⁵.

Os grupos que assumem a direção do PCB se organizam sempre em torno de Prestes, que ordena o debate. Um dos aspectos do estalinismo, o “culto à personalidade”, se desenvolveu no interior do PCB em torno da figura de Prestes que se utilizava das práticas autoritárias e mandonistas de que foi acusada a dissidência. Este fato ilustra algo que já foi demonstrado por alguns

²⁵³ Ibidem.

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ POMAR, Valter. *Comunistas do Brasil: Interpretações sobre a cisão de 1962*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, FFCLH/USP, São Paulo, 2000, pp. 217-218.

autores, a saber, as práticas estalinistas são comuns ao PCB e ao PCdoB²⁵⁶. Não seria este, portanto, o motivo da cisão.

Na avaliação do PC do B, não era a conjuntura do governo de João Goulart que determinava a entre o PCB e o governo, mas sim o incentivo recebido pelo XX Congresso, que instaurou uma nova tendência no movimento comunista internacional, impactando partidos pelo mundo todo mas que no Brasil, apenas acentuou uma tendência que já existia no partido, qual seja, a aproximação com a burguesia²⁵⁷.

Para o PC do B o objetivo do V Congresso do PCB realizado em 1960, era isolar os militantes que combatiam o revisionismo o grupo de Prestes, já que este congresso teria sido “tendenciosamente preparado”²⁵⁸, com “interferências indébitas”²⁵⁹ nas Conferências e Assembleias partidárias visando à aprovação da linha política oportunista e à escolha de delegados que estivessem de acordo com tal linha²⁶⁰. No congresso, “insignificante era a representação dos elementos divergentes”²⁶¹ e “não refletiu a vontade do Partido”²⁶².

3.1.3 – A consolidação das divergências no V Congresso do PCB

O que o Congresso expressava era uma nova orientação política com implicações para a atuação dos comunistas a partir de então. Avaliou-se que o Brasil apresentava condições para a adoção de um caminho pacífico para a revolução brasileira e se identificava os principais inimigos a serem combatidos como o imperialismo, principalmente o imperialismo estadunidense e os

²⁵⁶ Por exemplo, MORAIS, João Quartim de. “O Programa Nacional-Democrático: Fundamentos e permanências”, in: MORAIS, João Quartim de & DEL ROIO, Marcos. *História do Marxismo no Brasil: visões do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

²⁵⁷ MECHI, Patricia Sposito. “O surgimento do Partido Comunista do Brasil: aspectos de sua conformação teórico-política e as polêmicas com o Partido Comunista Brasileiro”. *VII Colóquio Internacional Marx e Engels, op. cit.*

²⁵⁸ POMAR, Valter. *Comunistas do Brasil: Interpretações sobre a cisão de 1962, op. cit.*, pp. 217-218.

²⁵⁹ Ibidem.

²⁶⁰ Ibidem.

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² Ibidem.

latifundiários. Para combater estes inimigos, o PCB propunha a formação de uma Frente Única, que congregasse as “várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil”²⁶³, numa aproximação com setores burgueses.

A situação do Brasil era considerada favorável ao surgimento de um governo de coalizão que representasse as forças nacionalistas e democráticas e apontava-se para a necessidade do fortalecimento do partido na organização e direção das lutas populares, de caráter antimperalista, que permitiriam a entrada dos trabalhadores no governo²⁶⁴.

Nesta conjuntura, abandonou-se a concepção que via o partido como uma organização voltada para a agitação e propaganda, composta principalmente por militantes profissionais, um partido de quadros pouco numeroso e passou-se a defender a ideia de um partido partido de massas, “poderoso do ponto de vista numérico e organizativo, consciente e firme do ponto de vista político e ideológico”²⁶⁵.

Em suma, o PCB apresentou no V Congresso modificações profundas na linha política do partido, abandonando a perspectiva de uma tomada violenta do poder e propondo a participação dos comunistas no jogo eleitoral e no governo, como forma de promover a revolução antimperalista e antifeudal. A nova política foi veementemente combatida pelo grupo que daria origem ao PC do B, que se caracterizava pela defesa das posições anteriores, superadas pelo V Congresso. Estas divergências iriam se explicitar na medida em que o PC do B procurava se apresentar como o “verdadeiro partido revolucionário”, contraposto ao reformismo do PCB.

²⁶³ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *PCB: Vinte Anos de Política (1958-1979)*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980, p. 50.

²⁶⁴ MECHI, Patricia Sposito. “O surgimento do Partido Comunista do Brasil: aspectos de sua conformação teórico-política e as polêmicas com o Partido Comunista Brasileiro”. *VII Colóquio Internacional Marx e Engels, op. cit.*

²⁶⁵ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *PCB: Vinte Anos de Política (1958-1979)*, *op. cit.*, p. 69.

3. 2 – O “Partido da Revolução” e o “Partido das Reformas”

Entre as primeiras medidas do recém fundado PC do B, estava o esforço para constituir-se como um partido diferente do PCB e procurou se apresentar como a antítese do *partidão*. O documento intitulado “Partido da Revolução e Partido das Reformas”, sintetiza os aspectos em que o PC do B procura se distanciar de sua matriz.

Sobre o “regime vigente” (o governo João Goulart), o documento afirma que:

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL luta pela derrubada do atual regime de latifundiários e grandes capitalistas e pela instauração de um regime efetivamente popular, único capaz de realizar as transformações indispensáveis ao progresso do país, ao bem-estar do povo e à obtenção da completa independência nacional. O Partido Comunista Brasileiro não combate o regime vigente, mas apenas propugna transformações parciais na estrutura do país, nos marcos desse mesmo regime, sob o pretexto de que elas abrirão caminho para mudanças radicais²⁶⁶.

A primeira divergência demarcada pelo PC do B se refere à posição frente ao governo de João Goulart, apresentado como um regime de latifundiários e grandes capitalistas e propõe sua derrubada. Em oposição à posição defendida pelo agrupamento político, é destacada a passividade do PCB, que propugnava apenas transformações pontuais na estrutura do país. Se explicita o posicionamento divergente em relação ao governo João Goulart, cujas críticas o PC do B aprofundaria em documentos posteriores.

Sobre a forma de governo, procura-se demarcar diferenças que na prática são muito difíceis de serem percebidas:

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL luta por um governo popular revolucionário que represente as classes e camadas progressistas da sociedade brasileira e que substitua o poder dos latifundiários e grandes capitalistas. O Partido Comunista Brasileiro tem como objetivo a conquista de um chamado governo nacionalista e democrático que seria alcançado com o afastamento do governo dos

²⁶⁶ COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Resposta à Krushev”. *A Classe Operária*, 1º a 15 de agosto de 1963, p. 48-49.

ministros entreguistas e a designação de outros considerados nacionalistas e democratas²⁶⁷.

De um lado, um “governo popular e revolucionário” e de outro um governo “nacionalista e democrático”. Alguns autores afirmam que as divergências em relação ao tipo de governo que se pretendia instalar, de fato, não existiam. Moraes sustenta que,

(...) a despeito de sustentarem interpretações incompatíveis sobre a hierarquização e articulação de formas de luta e alianças de classe, os comunistas brasileiros e os comunistas do Brasil mantiveram a mesma concepção de fundo sobre as transformações que a sociedade brasileira exigia: eliminação do latifúndio e da dominação imperialista²⁶⁸.

Ambos partidos eram marcados pela teoria da revolução por etapas. E avaliava-se que aquela etapa era a de conquista de um governo democrático-burguês. Na crítica apresentada pelo PC do B o que se depreende é um entendimento diferente entre os dois partidos sobre quais seriam os segmentos sociais que estava no poder. Para o PC do B o governo era composto de “latifundiários e grandes capitalistas”, setores, portanto, reacionários; já para o PCB apesar da presença de alguns entreguistas, esses grupos seriam majoritariamente elementos da “burguesia nacional e democrática”. Esta visão será nuançada pelo PC do B após o golpe, que passou a apresentar uma visão menos crítica do governo João Goulart.

Da mesma forma, no tema da luta contra o governo, a agremiação política afirma que,

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL luta irreconciliavelmente contra o governo de latifundiários e grandes capitalistas, desmascara suas manobras, não inculca ilusões nas massas a respeito do caráter do governo de Goulart. O Partido Comunista Brasileiro estabelece como tarefa do povo lutar simplesmente contra a política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio realizada pelo atual governo a fim de conseguir que este se torne um governo nacionalista e democrático²⁶⁹.

²⁶⁷ Ibidem.

²⁶⁸ MORAIS, João Quartim de. “O Programa Nacional-Democrático: Fundamentos e Permanências”, in: MORAIS, João Quartim de & DEL ROIO, Marcos. *História do Marxismo no Brasil: visões do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007, p. 158.

²⁶⁹ COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Resposta à Krushev”. *A Classe Operária*, 1º a 15 de agosto de 1963, p. 48-49.

O documento apresenta o posicionamento frente ao governo de Goulart, em que ganha destaque a passividade do PCB e seu compromisso com ele. O PC do B apresenta-se como intransigente na luta contra o governo, enquanto seu rival empreenderia uma política conciliatória.

Um tema polêmico no interior do PC do B refere-se à formação de uma “frente única”. Segundo eles, a “frente” do PCB:

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, com o propósito de realizar a revolução nacional-libertadora, democrática e popular, empenha-se na formação de uma frente única de todas as forças revolucionárias da sociedade brasileira, tendo como núcleo fundamental os operários e os camponeses. O Partido Comunista Brasileiro, visando unicamente à conquista de reformas parciais, esforça-se para formar a denominada frente única nacionalista e democrática que inclui toda a burguesia e mesmo setores de latifundiários²⁷⁰.

Ambos partidos defendiam a tese da frente única. A crítica dirigida à frente única do PCB recaía sobre os segmentos sociais que estariam incluídos nela, já que além de toda a burguesia, setores latifundiários também poderia participar dela.

O tema da luta contra os “latifundiários e grandes capitalistas” e da revolução “nacional-libertadora” revela que a avaliação do papel da articulação com a burguesia e outras forças sociais tem diferenças grandes entre os dois partidos e se vincula novamente à derrubada do governo de João Goulart. O PC do B afirma lutar “irreconciliavelmente contra o governo de latifundiários e grandes capitalistas; enquanto o PCB apenas “luta contra a política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio”²⁷¹.

O PC do B afirmava que a “sua” seria composta pelas forças revolucionárias, com um núcleo central formado por operários e camponeses enquanto o PCB, “visando unicamente à conquista de reformas parciais” tentava formar uma frente única nacionalista e democrática, que incluiria “toda a burguesia e mesmo setores latifundiários”²⁷².

²⁷⁰ Ibidem.

²⁷¹ Ibidem.

²⁷² Ibidem.

Como se vê em diversos trechos o documento apresenta divergências no posicionamento dos partidos em relação aos segmentos sociais dominantes, em especial à burguesia. O PC do B atribui ao PCB uma leitura que incorporava toda a burguesia na luta contra o imperialismo, enquanto o PC do B incorporaria apenas setores considerados progressistas.

Fruto de uma leitura esquemática da realidade brasileira, a existência de uma “burguesia nacional” é perseguida por amplos setores da esquerda, incluídos os dois partidos a que estamos nos referindo.

No tocante ao caminho para a revolução, argumenta-se que:

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL julga que, na presente situação, as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução e, por isso, o povo, sem deixar de utilizar todas as formas de luta legais, deve se preparar para a solução não pacífica. O Partido Comunista Brasileiro, sem qualquer apoio na realidade nacional, engana o povo afirmando que a revolução anti-imperialista e antifeudal pode ser conduzida a seus objetivos por um caminho pacífico²⁷³.

Enquanto o PCB já havia explicitado o “caminho pacífico”, o PC do B afirmava que as classes dominantes inviabilizavam o caminho pacífico, e alertavam o povo para a preparação para um “caminho não pacífico”. Ainda não se usava explicitamente a expressão “luta armada” e ainda não havia definição quanto ao seu caráter. Contudo, a crítica ao caminho pacífico evidencia que o caminho das armas já estava sendo cogitado, mas que só seria efetivamente adotado após o golpe. Mesmo fazendo a defesa de “todas as formas de luta legais”, a perspectiva da via pacífica é considerada ineficaz para o desenvolvimento da revolução ant imperialista e antifeudal. Esta defesa da luta armada, aliada a outros elementos contidos na documentação do partido, tais como as discussões sobre a questão agrária e camponesa, permitem afirmar que, ao início dos anos 60 estava se consolidando o caminho que levaria os militantes do PC do B ao Araguaia.

Em relação aos programas do partido, o PC do B sintetiza as diferenças que identificava na sua proposta e na proposta do PCB:

²⁷³ Ibidem.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL apresenta um programa revolucionário, proclama seus fins socialistas, afirma abertamente sua adesão aos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, não esconde seu nome nem sua natureza de classe. O Partido Comunista Brasileiro renega o velho Partido, renuncia ao programa revolucionário, oculta seu nome, deixando, em realidade, de ser o Partido do proletariado²⁷⁴.

A autoridade do PC do B para se apresentar como o “verdadeiro” partido da revolução se sustentava na afirmação do marxismo-leninismo e no “internacionalismo proletário”. A referência à tentativa frustrada de legalização pelo PCB é explícita, já que o PCB teria renegado o seu programa, seus princípios e até mesmo seu nome. E, dessa forma, teria perdido seu conteúdo classista, deixando de ser o partido do proletariado, função que seria assumida pelo PC do B. ao desqualificar o PCB, o PC do B procurava legitimar-se para ocupar o lugar de “vanguarda da classe operária”.

Por fim, o PC do B afirma que enquanto lutava para assegurar a hegemonia do operariado na revolução, o PCB seria subsumido aos desmandos da burguesia:

Enfim, o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL é o Partido da revolução. O Partido Comunista Brasileiro é o partido das reformas. O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL luta para assegurar a hegemonia do proletariado na revolução. O Partido Comunista Brasileiro marcha a reboque das classes dominantes, ajudando a burguesia a enganar as massas trabalhadoras²⁷⁵.

Depois de apresentadas as divergências entre os dois partidos, o PC do B conclui ser o “partido da revolução”, contraposto ao PCB, o “partido das reformas”. O PC do B seria a vanguarda do operariado, visando garanti-lo como classe hegemônica no processo revolucionário; em contrapartida, o PCB estaria submetido às classes dominantes.

Por todo o documento o que sobressai como divergência de fundo são as concepções a respeito do caráter e do papel da burguesia. Valter Pomar indica que a causa da cisão dos comunistas residiria nesta questão. Sem desprezar o peso dos outros elementos, parece ser pertinente a interpretação

²⁷⁴ Ibidem.

²⁷⁵ Ibidem.

do autor. Certamente ela não foi a única causa da cisão, mas foi um de seus principais motivos.

3.3 – Luta armada contra João Goulart e contra a ditadura civil-militar

Em seus documentos iniciais, de 1962 e 1963, o PC do B apresentava suas posições sobre o governo João Goulart. São críticas duras, que vinculavam o governo ao imperialismo e ao latifúndio, ao roubo e, à corrupção e indicavam uma saída não pacífica:

Neste regime proliferam a corrupção administrativa, o contrabando e as negociatas de todos os tipos. Nunca, como hoje, foi maior o roubo dos dinheiros públicos (...) o regime atual, por maiores que sejam os disfarces para iludir as massas, é reacionário e se contrapõe às aspirações populares e à completa independência nacional. (...) O governo é apresentado como governo de todo o povo. Na realidade, porém, representa os grandes latifundiários e serve, igualmente, aos monopólios estrangeiros²⁷⁶.

A radicalidade do discurso do PCdoB na ocasião e a avaliação negativa do governo Goulart tinha como um de seus elementos a contraposição que o PC do B pretendia fazer em relação ao PCB. Contudo, isto não significa que o partido, deliberadamente, forjou análises que não correspondiam à realidade ou que, numa atitude leviana, tenha se contraposto a tudo o que pregava o PCB.

A influência ideológica da *ilusão estalinista*, impedia o PC do B de ver com bons olhos o governo de João Goulart e não permitia que este partido vislumbrasse a ascensão popular. Esta debilidade, de avaliar a conjuntura pelos fatores que ela de fato apresentava, não era exclusiva do PC do B; ela deu os contornos grande parte da esquerda no pré-64. O próprio PCB chegou tarde ao movimento de massas que se desenhava no pré 64²⁷⁷.

²⁷⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, “Manifesto Programa”, in: *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro: documento do PC do Brasil, 1960-2000*, São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, pp. 35 e 36.

²⁷⁷ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987.

Se o PC do B não foi capaz de ver possibilidades no governo Jango, por outro lado, foi a única organização que, nos mesmos documentos em que fazia uma crítica contundente do governo e pregava sua derrubada, apontava para o perigo das Forças Armadas, que “intervenha nos acontecimentos políticos para sufocar os movimentos populares e defender as classes abastadas”²⁷⁸ e que era utilizada frequentemente “em funções de polícia contra os movimentos populares”²⁷⁹, muito diferente do PCB, cujo seu maior expoente proclamava, em março de 1964, acreditar na “vocação democrática das forças armadas”²⁸⁰.

Com o golpe, o PC do B levantou questões diferentes sobre o governo Goulart, omitindo as críticas feitas anteriormente. Não se afirmou mais que Goulart era o “chefe de um governo entreguista”²⁸¹ e se concentrou em aspectos que até então não mencionava em seus documentos. Vejamos:

Os trabalhadores da cidade e do campo podiam legalmente organizar e levantar suas reivindica es. As massas populares, os estudantes, a intelectualidade travavam intensos debates em torno dos problemas nacionais e apresentavam suas solu es (...) Espreada-se no país um movimento em favor de mudanças radicais na sociedade brasileira. A reforma agrária era exigida vigorosamente. Erguiam-se protestos contra a desenfreada espolia o imperialista²⁸²

A movimentac o popular no pr -64 foi finalmente apontada pelo PC do B que, neste caso não podia culpar o PCB por não organizá-las e não dirigir o movimento, já que também não o fez. João Goulart, de chefe do governo entreguista, passou a ser visto como um político que não inspirava “confiança na rea o e no imperialismo”²⁸³. Ao comentar a inviabilidade do caminho pacífico, Goulart é apresentado como político nacionalista, que se apoiava no “movimento sindical e nos comandos militares mais importantes”²⁸⁴.

²⁷⁸ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, “O Golpe de 1964 e seus ensinamentos”, in: *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro: documento do PC do Brasil, 1960-2000*, São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p. 64.

²⁷⁹ Ibidem.

²⁸⁰ Ibidem.

²⁸¹ COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Resposta   Krushev”. *A Classe Operária*, 1  a 15 de agosto de 1963, p. 48-49.

²⁸² PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, “O Golpe de 1964 e seus ensinamentos”, in *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro: documento do PC do Brasil, 1960-2000*, São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p. 55.

²⁸³ Ibidem, p. 61.

²⁸⁴ Ibidem, p. 63.

O golpe, que pegou a esquerda despreparada, obrigou as organizações e partidos a reavaliarem suas posições e suas estratégias de ação, afinal, não se tratava mais de uma conjuntura em que os canais democráticos de participação popular estivessem, pela força da ação das massas, se abrindo. Pelo contrário, a tendência que se verificou depois foi de fechamento absoluto. O PC do B concluiu que os acontecimentos de abril demonstravam a inviabilidade do caminho pacífico, e confirmavam a leitura do partido que pôde desenvolver com mais profundidade a questão da luta armada. Apontaram a linha pacífica defendida pelo PCB como criminosa, já que ela teria sido responsável pelo desdobrar dos acontecimentos que culminaram no golpe; os defensores da linha pacífica são também apontados como “os responsáveis principais”²⁸⁵ pois se “tivesse prevalecido a linha revolucionária, outro teria sido o curso dos acontecimentos”²⁸⁶.

A questão da luta armada recebeu maior problematização. Além de reafirmar que as classes dominantes e o imperialismo norte-americano tornavam inviável a solução pacífica, o PC do B aprofundava a análise sobre o papel das Forças Armadas no país:

Em toda a história do Brasil, desde a independência, o Exército tem sido chamado para sufocar os anseios e lutas de caráter popular e para defender uma minoria exploradora que domina o país (...) é permanente a atividade antidemocrática dos altos escalões das Forças Armadas (...) agora a oficialidade retrógrada não somente depôs o governo como se apoderou da máquina governamental, inclusive da Presidência da República²⁸⁷.

Essa trajetória antidemocrática das Forças Armadas que culminou no golpe de abril, levava o partido a perguntar: como, em tais condições, admitir o caminho pacífico? A resposta que encontrou para afirmar a luta armada é que mesmo que o movimento popular avançasse na conquista de posições e que houvesse uma ascensão das lutas sociais, “se não contar com meios para enfrentar a violência das classes dominantes, acabará sendo batido”²⁸⁸. O partido recuperava assim a justificativa pela defesa da luta armada durante o governo de João Goulart, que deve ser nuançada, já que o que o PC do B

²⁸⁵ Ibidem.

²⁸⁶ Ibidem, p. 64.

²⁸⁷ Ibidem, pp. 64-65.

²⁸⁸ Ibidem.

evidencia no pré-64 é a capacidade de defesa frente à violência das camadas dominante que, efetivamente se apresentariam após o golpe. O que se depreende daí é que a luta armada era uma opção para o PC do B desde a sua fundação, mas que se desenvolveu de maneiras diferentes no pré e no pós-golpe.

(...) a ideia de que o povo brasileiro necessita responder à repressão armada dos reacionários internos e dos imperialistas ianques com a luta armada, de que precisa estar preparado para isso é hoje questão básica que deve nortear o pensamento e a ação de todos os verdadeiros revolucionários²⁸⁹.

3. 4 – As formas de luta para superação do atraso: lutas populares pela democracia, resistência ao governo e luta armada

Durante os anos 60 e 70, vislumbrava-se a possibilidade de ruína do capitalismo e uma transição para o socialismo estava na ordem do dia, afinal cerca de um terço da humanidade já vivia sob o signo da igualdade e justiça social e isso deveria espalhar-se pelo mundo, liberando todos os povos da opressão imperialista. Esta era a perspectiva que animava grande parte da esquerda brasileira e mundial.

A avaliação motivou grandes movimentos de massa, que reivindicavam o “impossível”. O ano de 1968 talvez seja a síntese do que almejaram diversos segmentos sociais no mundo todo durante estas décadas. Inúmeras explosões e revoltas, como lembram Antunes & Ridenti, selavam o “fim dos anos dourados”²⁹⁰ e operários, negros, homossexuais, estudantes ambientalistas e feministas, entre outros, se punham na cena pública e apresentavam suas demandas.

O Brasil também viveu, com especificidades, o movimento global de 1968. Mas as agitações populares começaram muitos anos antes, no início da

²⁸⁹ Ibidem, p. 66.

²⁹⁰ ANTUNES, Ricardo & RIDENTI, Marcelo. “Operários e Estudantes Contra a Ditadura: 1968 no Brasil”, in: *Dossiê 40 anos de maio de 68. Revista Mediações*, Londrina, Universidade Estadual de Londrina, vol. 12, nº. 2, p. 78. Jul/dez. 2007.

década de 1960. Vivia-se um processo de mobilização dos trabalhadores, que se colocavam como atores no cenário das lutas por um projeto social que os contemplasse e que possibilitasse o desenvolvimento de outras formas de sociabilidade, outras formas de inserção na produção, de participação política num cenário em que se questionavam as relações sociais vigentes.

Sob o governo do trabalhista João Goulart, apoiado pelo PCB, procuravam-se fazer reformas estruturais sem romper com o capitalismo, mas que apontavam para uma saída da tutela imperialista. Buscava-se um desenvolvimento capitalista autônomo e uma rota de desenvolvimento que promovesse uma *atualização capitalista* incorporando as massas aos benefícios do consumo e do mercado e acabasse com a condição de miserabilidade a que estavam submetidos os trabalhadores²⁹¹.

A opção pelo trabalhismo era vista por setores da classe dominante como a porta de entrada para a sovietação do país que sentiram seus interesses ameaçados pela onda crescente de mobilizações dos trabalhadores, pelos debates que publicamente se faziam em torno das mudanças estruturais que o país necessitava. Nesta conjuntura, estes setores se organizaram para atuar naquilo que René Dreifuss conceituou como “Conquista do Estado”²⁹² que, como lembra Quartim de Moraes, envolveu um amplo

espectro de interesses dominantes, todos empenhados em salvar, num só golpe, a propriedade, Deus, a família e a liberdade: latifundiários enfurecidos, testas de ferro de trustes, ruidosas “marchadeiras” (de ambos os sexos), militares adestrados para caçar comunistas, ao lado de conformistas assustados de todos os matizes²⁹³.

Desde os anos 50, começou-se a conspirar para impor ao país uma ditadura, que pudesse conter os avanços evidentes que poderiam empurrar o país para um outro modelo de desenvolvimento, conspiração que foi destrinchada já nos anos oitenta pela obra de Dreifuss, que demonstra a

²⁹¹ MECHI, Patricia Sposito. “Luta armada e revolução no Brasil: o PC do B e a guerrilha do Araguaia”. JUSTAMAND, Michel e MENDES, Lilian Grisólio (orgs). *História e Representações: cultura, política e gênero*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2012.

²⁹² DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

²⁹³ MORAES, João Quartim de. “O efeito desmistificador de A Conquista do Estado na análise das bases sociais da contrarrevolução”, in: *E-premissas: Revista de Estudos Estratégicos. Dossiê Dreifuss*. Campinas, Instituto de Estudos Estratégicos da Unicamp, nº 01, jun/ dez de 2006.

montagem feita pelas entidades patronais (o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD) na mobilização reacionária que conduziu ao golpe de 1964²⁹⁴.

A conspiração foi feita por militares e civis, os primeiros no papel de bonapartes, isto é, assumiriam em nome da burguesia a função de controle e repressão das demandas dos trabalhadores e abririam as possibilidades institucionais para o desenvolvimento da burguesia subordinada e para o capital estrangeiro. Esta ficaria fora da esfera do Estado, não se responsabilizaria diretamente pela sua condução e pela escalada do terror que seria imposta à população brasileira, nem sequer pelas medidas tomadas em favor de seu desenvolvimento.

Em 1964 veio o golpe, para por termo ao processo de ascensão dos movimentos de massa e impor à sociedade a solução desejada pela burguesia associada e pelo capital internacional: a permanência de um desenvolvimento atrofico, sem incorporar as demandas populares e fazendo recair sobre os trabalhadores o fardo do desenvolvimento acelerado, da superexploração da força de trabalho e da apropriação dual da mais valia²⁹⁵.

As organizações de esquerda, nesse compasso, perderam a possibilidade de expressarem seus posicionamentos de forma pública, pois o debate democrático havia sido silenciado pela força das armas. A única opção para a repressão crescente que se abatia sobre as organizações de esquerda era a luta clandestina.

A luta armada não se apresentou como uma opção prática antes de 1968 para a maioria das organizações de esquerda. Ela era objeto de debate, de teorização, mas não havia ainda se reduzido à única possibilidade no enfrentamento à ditadura militar. Com exceção do PC do B, como já afirmamos, que em seu manifesto-programa, de 1962, explicitava a inviabilidade do caminho pacífico.

A intenção de desenvolver a luta armada já no governo de João Goulart, como se viu, é o ponto que diferencia o PC do B das demais organizações de esquerda do período que, conforme foi dito, só viram a opção pelas armas

²⁹⁴ Ibidem.

²⁹⁵ A esse respeito vale a pena ler consultar a obra de MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis, Vozes, 2000.

como a única possível, a partir de 1968. No PC do B a luta armada tinha, ainda, uma relação íntima com a questão agrária.

O grupo que deu origem ao PC do B vinha teorizando sobre a questão camponesa no Brasil, mesmo quando ainda estavam no interior do PCB, além de participarem de lutas pela terra no Brasil desde os anos 40. A luta armada, para esse grupo, teria origem no campo, numa região estrategicamente escolhida para dar início à uma Guerra Popular Prolongada, de inspiração maoista, em que os campos cercariam as cidades. O camponês armado e dirigido pelo partido comporia o exército que faria a revolução no Brasil.

Em nome de que se faria a revolução no Brasil? Em nome de uma democracia burguesa, capaz de retirar os “entraves feudais” da nossa estrutura social e realizar os avanços revolucionários que a burguesia europeia havia realizado quase duzentos anos antes. Numa visão que era compartilhada por grande parte da esquerda, a revolução se faria por etapas e a etapa daquele momento seria a “democrático-burguesa”.

Ideias trazidas de fora e sem correspondência à realidade brasileira foram dogmaticamente aplicadas por amplos setores da esquerda. O PC do B manteve os aspectos fundamentais da avaliação que fazia o PCB sobre os problemas brasileiros e modificava apenas na estratégia para o caminho da revolução: um caminho armado desde a fundação do partido.

Era corrente a ideia de que o Brasil teria um passado marcado pelo feudalismo, e os historiadores explicavam nosso passado colonial a partir das premissas do passado feudal europeu. Comparava-se a economia colonial à economia feudal, o escravo ao servo, os proprietários rurais aos senhores feudais. Bastava a nós entender e identificar o que se passou por lá e saber captar em nosso atrasado país as correspondências corretas com os fenômenos europeus. Uma visão distorcida da própria realidade que não foi exclusividade da esquerda, mas que grassava em todos os segmentos sociais. A centralidade europeia era a pedra de toque de importantes intelectuais no mais amplo espectro político-ideológico. Mas havia exceções.

Caio Prado Júnior era uma delas e produziu algumas importantes reflexões sobre o país, demonstrando que a esquerda conduzia suas ações sobre uma realidade que de fato não existia. Foi um grande crítico da estreiteza das avaliações do PCB e eivou imensos esforços para dirimir os equívocos que

se sucediam na visão do partido. Sua obra, que elucidou diversos aspectos de nossa realidade, deixou claro a acento do passado colonial em nossas instituições, abriu o campo para aprofundamentos posteriores, mas não teve o impacto devido no interior do partido do qual era militante.

Na visão do PCB, compartilhada pelo PC do B e por outras organizações, os restos de nosso passado feudal deveriam ser varridos por uma revolução democrático-burguesa. Não fora assim na Europa? Procurava-se encontrar uma burguesia revolucionária, capaz de ir a fundo nas possibilidades dessa classe, agindo em toda a sua radicalidade. Procuravam-se jacobinos na burguesia brasileira.

Alguma percepção da inexistência de uma burguesia revolucionária foi captada pela esquerda, que resolveu pôr o operariado à frente da revolução burguesa. O raciocínio era simples: a nossa burguesia nacional é frágil e, portanto, necessitava de um impulso para realizar suas tarefas históricas. O impulso caberia à vanguarda do operariado, ao partido.

O PCB passou por uma profunda crise, que originou diversos rachas e dos rachas surgiram diversas “vanguardas” da classe operária. O problema com que se deparavam todas elas é que a doutrina dizia que haveria apenas uma vanguarda. Todos os partidos e grupos tinham uma crença real de que eram os verdadeiros representantes da vanguarda. Alguns deles com diferenças menores e episódicas, não conseguiram recuperar a unidade da esquerda desfeita com a crise do PCB e a fragmentação se tornou a tônica da esquerda brasileira.

Não apenas às debilidades próprias da esquerda se deveu a fragmentação das organizações. A partir de 1964 a ditadura começou a por em prática um projeto de extermínio dos opositores, que se intensificou a partir de 1968. A tortura foi racionalizada, aprendida na Escola das Américas pelos oficiais brasileiros e difundidas a outros países da América Latina. Aqui, a ditadura que já foi cinicamente chamada de “ditabranda”, produziu, além das vítimas, os professores da tortura.

A ferocidade com que foram reprimidas as organizações de esquerda gerou lembranças tristes e grotescas das sevícias a que foram submetidos diversos lutadores sociais, muitos deles muito jovens, outros já idosos. As cenas da prisão e tortura pública de Gregório Bezerra, antigo militante

comunista com mais de sessenta anos quando foi preso, demonstravam para a população até onde podia chegar a perversão do regime que apenas se iniciava.

A prática da ditadura era o extermínio físico e moral dos militantes, a morte do ideário que defendiam, não no plano do debate democrático e no exercício do convencimento, algo que teve curtíssima duração num país de longa trajetória de repúdio à democracia. A dominância das formas autocráticas de comando do Estado impuseram sempre soluções violentas, mas a violência sistemática, “científica” se tornou corrente e fez escola, disseminou seus frutos por outros países e fincou raízes sólidas que perdurariam após a institucionalização da autocracia burguesa.

Impedidos de terem uma vida legal, os militantes foram obrigados à clandestinidade. Nomes falsos, mudanças constantes de endereço e uma ameaça de tortura e morte constante fez parte do dia a dia de homens e mulheres marcados e perseguidos pelos órgãos da repressão.

Na clandestinidade, entre o silêncio e a ação, muito optaram por continuar lutando contra a ditadura. A luta armada era a única possibilidade de militantes que não viam outro canal de atuação. Os debates sobre a forma como deveria se empreender a luta se sucediam em pequenos aparelhos em condições bastante adversas. O campo era o local ideal para a imensa maioria das organizações.

Uma das possibilidades vistas pela esquerda era o desencadeamento de uma luta popular, que se iniciasse no campo, que contasse com o amplo contingente de camponeses, mas que tivesse seu comando assumido pelo operariado no momento certo. Outra das opções era inspirar-se no exemplo cubano, na teoria do foco guerrilheiro, em que, postas as condições objetivas, se criariam as condições subjetivas, através de grupos de pequenos guerrilheiros com um preparo físico e moral exemplares, capazes de se tornarem um “pequeno motor” que colocaria em funcionamento o “grande motor” que geraria a revolução²⁹⁶.

²⁹⁶ MECHI, Patricia Sposito. “Luta armada e revolução no Brasil: o PC do B e a guerrilha do Araguaia”. JUSTAMAND, Michel e MENDES, Lilian Grisólio (orgs). *História e Representações: cultura, política e gênero*, op. cit.

A revolução que se iniciasse com os camponeses dirigidos pela vanguarda da classe operária foi teorizada, discutida e algumas tentativas de implantação de campos de treinamento guerrilheiro foram realizadas. Nenhuma delas alcançou grande expressão e foram desmanteladas pela ditadura. A exceção coube ao PC do B e sua guerrilha do Araguaia. A maioria das organizações se concentrou em ações urbanas, de levantamento de fundos e propaganda, sem passar à preparação para a guerrilha rural.

No PC do B a guerrilha rural foi priorizada, e o partido não participou de ações urbanas. A revolução democrático burguesa que pretendia desencadear deveria começar no campo a partir de um longo trabalho de preparação.

Alguns militantes foram enviados a China, para aprender as técnicas de guerrilha utilizadas por Mao-Tsé-Tung. Uma intensa preparação militar e teórica fez parte dos planos do partido para desenvolver no Brasil uma *Guerra Popular Prolongada*. A inspiração chinesa foi assumida claramente pelo partido em 1969, quando produziu o documento “Guerra Popular Prolongada: caminho para a luta Armada no Brasil”, que será objeto de análise mais à frente.

3. 5 – A avaliação do Partido Comunista do Brasil sobre a ditadura civil-militar e o caminho para a revolução

Como afirmamos, o PC do B fez uma avaliação acertada sobre a iminência de um golpe no pré-64, mas também o avaliou como sinal de fraqueza das classes dominantes, que necessitaram das Forças Armadas para alçarem-se ao poder. Para a agremiação política, o golpe teria aguçado a consciência das massas abrindo caminho para as grandes lutas populares, entre as quais a luta armada, que seria sua forma superior. Em 1964, o Comitê Central do partido dizia que “a ditadura, com suas violências e injustiças, com seu entreguismo, com suas medidas antipopulares, veio robustecer na consciência do povo a necessidade da revolução”²⁹⁷. A partir da suposição da

²⁹⁷ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, “O Golpe de 1964 e seus ensinamentos”, in *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro: documento do PC do Brasil, 1960-2000*, São Paulo, Anita Garibaldi, 2000.

fraqueza das classes dominantes, o partido concluiu que se as classes dominantes seriam fracas, as massas populares seriam fortes, num esquemático cálculo matemático.

A avaliação das condições objetivas e subjetivas para a revolução não era unânime no partido e se expressava em alguns documentos e nas análises de alguns militantes. A defesa da luta armada não impedia a proposição de uma “união patriótica contra a ditadura” que seria a expressão da tentativa de conciliação entre os que viam a luta armada como tarefa imediata e os que apostavam na formação de uma frente ampla. Com a impossibilidade da conciliação, o embate entre as correntes resultou na primeira cisão do PC do B, com o surgimento da Ala Vermelha. A Ala Vermelha, segundo Pomar, representava os setores mais radicais na defesa das teses voluntaristas.

Acusando os dirigentes do partido de ‘velhos e superados’, além de reformistas-burgueses, essa corrente propugnava o início imediato de ações armadas para a obtenção de fundos e armas com as quais seria possível implantar-se mais rapidamente no campo e iniciar a luta armada²⁹⁸.

A tentativa de conciliação se expressava nos posicionamentos apresentados na “União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista” resolução da VI Conferência Nacional do Partido, realizada em julho de 1966. A ênfase maior da discussão apresentada no documento recaía sobre a luta armada, ainda que em alguns pontos se acentuasse a formação de uma “frente” tanto no plano internacional quanto nacional.

Nos deteremos em alguns pontos deste documento, que expressam as posições do partido em 1966, ano em que se iniciou o envio de militantes ao Araguaia. Nele, se vislumbra a análise que fez o PC do B dos dois primeiros anos da ditadura civil-militar, e se apresenta a posição do partido frente à luta contra a ditadura, que culmina num chamamento à organização da guerra popular.

A resolução apresentava um balanço da situação internacional e nacional, pontuando os desdobramentos da atuação do imperialismo estadunidense pelo mundo, ressaltando as lutas de resistência dos povos, com

²⁹⁸ Ibidem, p. 16.

destaque para a luta dos vietnamitas. Diante a um quadro de lutas mundiais, propõe-se a formação de uma frente única mundial para combater o imperialismo estadunidense, já que ele teria se transformado em inimigo de toda a humanidade e, dessa forma, “os monopolistas ianques devem ser combatidos conjuntamente por todos os povos”²⁹⁹.

A frente única mundial de combate ao imperialismo estadunidense seria liderada pela China Popular, apresentada como catalizadora do potencial revolucionário dos povos submetidos aos Estados Unidos. Esta se esforçaria para “unir todos os povos, a fim de desbaratar os planos de domínio mundial do imperialismo dos Estados Unidos”³⁰⁰.

A conjuntura internacional que levava o PC do B à proposição da frente mundial era avaliada como favorável aos povos e desfavorável ao imperialismo. Isso porque a crise geral do capitalismo estaria se aprofundando, e o imperialismo, ruindo. Nestas condições, as contradições imperialistas estariam aumentando “e as alianças militares dos Estados Unidos começam a se desintegrar”³⁰¹.

O historiador Eric Hobsbawm caracterizou esse período como a “era de ouro” do capitalismo, que conheceu um período de desenvolvimento excepcional, em que chegou até mesmo a se cogitar que “tudo na economia mundial iria para a frente e para o alto eternamente”³⁰². O crescimento econômico entre 1950 e 1973 nos países desenvolvidos não teve precedentes, com exceção dos Estados Unidos que cresceu a um ritmo menos acelerado do que os demais países e da Grã-Bretanha, que não bateu os índices do auge do seu desenvolvimento no século XIX. O desemprego na Europa durante a década de 1960 girava em torno de 1,5%, no Japão, 1,3%; produtos que eram reservados ao consumo das classes mais abastadas rapidamente foram postos a disposição dos trabalhadores dos países desenvolvidos³⁰³.

Ainda que a riqueza produzida nos anos dourados tenha ficado em grande medida restrita aos países desenvolvidos, não se pode caracterizá-lo

²⁹⁹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”, in: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p. 93.

³⁰⁰ Ibidem, p. 95.

³⁰¹ Ibidem, p. 94.

³⁰² HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos*. O breve século XX. São Paulo, Cia. das Letras, 2000, p. 254.

³⁰³ Ibidem, p. 259.

como de agonia do capitalismo. Os sinais percebidos pelo partido da ruína do sistema, de fato, não existiam. Pode-se inferir que uma análise “romântica” da situação mundial, olhada em sua superficialidade, com transposições mecânicas, levava o partido a avaliações do aniquilamento do capitalismo. Tomava-se o que era divulgado como propaganda pela China Popular e, em outra época, pela União Soviética, como realidade histórica. Não foram capazes, por insuficiência teórica, de quadros, de estrutura partidária, além das dificuldades impostas pela clandestinidade e pela ditadura, de avaliar o fôlego que o capitalismo possuía nos anos 60.

A análise culminava com a afirmação que “Os povos pugnam por elevados ideais, como os da libertação nacional, da democracia e do progresso social. A razão lhes pertence. Por isso, são invencíveis”³⁰⁴. Esta avaliação ensejava no plano internacional, entre outras ações, a solidariedade ao povo do Vietnã, o desmascaramento do imperialismo em sua política de expansão e agressão na Ásia; o apoio a China Popular contra os planos de domínio mundial dos Estados Unidos e defesa da Revolução Cubana³⁰⁵.

Já no plano nacional, desenhava-se para o PC do B um quadro de “aprofundamento de todas as contradições da sociedade brasileira”³⁰⁶ e uma nova disposição de forças políticas, sendo alçados ao poder “os elementos mais reacionários e pró-americanos”³⁰⁷.

Foram apontadas as medidas antidemocráticas tomadas nos dois primeiros anos do governo de Castello Branco, e a política econômico-financeira, tida como elaborada pelo Fundo Monetário Internacional. Apontava-se o combate à inflação como uma fraude, denunciava-se a restrição ao crédito às empresas nacionais e assegurava-se que

O governo afirma cinicamente que as medidas antipopulares e de restrição ao crédito são adotadas tendo em vista salvar a economia nacional do caos inflacionário. Na realidade, porém, trata-se de uma orientação para servir

³⁰⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”, in: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p. 94.

³⁰⁵ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista” in: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p. 95.

³⁰⁶ Ibidem.

³⁰⁷ Ibidem.

exclusivamente os monopólios norte-americanos e impedir o desenvolvimento do país³⁰⁸.

Vê-se que em sua análise dos dois primeiros anos da ditadura civil-militar o partido supervalorizou o papel dos Estados Unidos na condução da política nacional. Denúncias contra o imperialismo estadunidense não faltaram no seio da esquerda nos anos 60. As denúncias já eram anteriores, podendo ser localizadas ao menos a partir dos anos 40 com a penetração de uma ideologia pró-americana no Brasil, facilitada pelas políticas do governo Vargas.

A instauração da ditadura seria, para o PC do B, o mecanismo que possibilitaria ao imperialismo a “recolonização do Brasil”³⁰⁹. Os “ianques” teriam penetrado em todas as esferas da administração pública, tendo chegado mesmo a criar uma superadministração norte-americana no país, através da USAID. Controlariam as Forças Armadas e os meios de publicidade, incluindo emissoras de rádio e TV. Os “ianques” “auscultam o estado de espírito das massas, pesquisam as possibilidades de rebelião no campo e estudam as medidas de repressão a serem tomadas”³¹⁰.

Menciona-se, por fim, a criação de campos de treinamento para jovens no interior, no qual procuravam enquadrar “100 mil camponeses (...) em grupos de 5 mil, cada um deles comandado por um coronel do Exército”³¹¹. A intenção seria a de evitar explosões revolucionárias e “adestrar soldados para serem utilizados contra o povo ou enviados ao exterior como carne-de-canhão”³¹².

O quadro era de uma situação calamitosa, em que a política econômica do governo Castello Branco teria conduzido o país à crise e aumentado a dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos. Esta conjuntura levaria a situação das massas urbanas a condições insuportáveis, com um salário mínimo que não acompanhava a inflação, com a carestia de vida e o desemprego. Já no campo, a situação é descrita como mais dramática,

(...) as massas camponesas vivem em condições de miséria. No nordeste, 100 mil assalariados agrícolas perderam o emprego. Mesmo em São Paulo, onde a agricultura é mais desenvolvida, os

³⁰⁸ Ibidem, p. 96.

³⁰⁹ Ibidem.

³¹⁰ Ibidem, p.97.

³¹¹ Ibidem.

³¹² Ibidem.

trabalhadores do campo percebem, a seco, a insignificância de mil e quinhentos cruzeiros diários. Devido ao êxodo rural, o fenômeno das favelas começa a se alastrar também nas cidades do interior desse Estado³¹³.

Frente às condições insuportáveis, o povo reagiria. São mencionadas as passeatas feitas por estudantes, que protestavam contra a dissolução da UNE e contra a Lei Suplicy³¹⁴, os protestos de intelectuais contra o “terrorismo cultural” e a expressão da repulsa à restrição do clima de liberdade na literatura, no teatro, na música e no humorismo³¹⁵. Em relação ao proletariado urbano, referiam-se apenas os portuários de Santos que “utilizando formas adequadas de luta, reivindicam o retorno das vantagens de que foram esbulhados”³¹⁶. Curioso que um partido que se propõe a ser a vanguarda da classe operária, que a apresenta em sua teoria como o segmento social mais importante na revolução apenas mencione uma de suas categorias profissionais, de passagem, numa análise de conjuntura dos primeiros anos da ditadura civil-militar.

Em relação ao campesinato, afirmava-se que “em vários pontos do país, camponeses tem resistido à ação dos grileiros que tentam expulsá-los de suas posses”³¹⁷.

O que se pode inferir do tratamento dado aos diversos segmentos sociais, principalmente aos trabalhadores urbanos e rurais nesta análise do PCdoB? Percebe-se uma certa ênfase dada à atuação dos estudantes e um nivelamento dos demais segmentos: intelectuais, artistas, operários, camponeses, todos incluídos no conceito de “massa” ou “povo”, que apresenta na concepção do PC do B o mesmo significado. Trata-se de um grupamento de

³¹³ Ibidem, p. 99.

³¹⁴ “A Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, colocou as entidades estudantis, como União Nacional dos Estudantes (UNE), na ilegalidade e instituiu como forma legal o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA), restrito a cada curso, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), no âmbito da universidade, procurando eliminar a representação estudantil em nível nacional na sociedade, bem como qualquer tentativa de ação política Independente por parte dos estudantes”. Cf., LIRA, Alexandre Tavares. “Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985)”. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 36, 2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao36/materia01/texto01.pdf> acessado em 20 de maio de 2012.

³¹⁵ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”, in: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p. 99.

³¹⁶ Ibidem.

³¹⁷ Ibidem, p. 99-100.

diversos segmentos sociais, submetidos às duras condições impostas pela ditadura civil-militar, insatisfeitas que saem às ruas, mas sem uma coordenação e um direcionamento correto para a luta. Tratava-se de um “grande motor” esperando o acionamento do “pequeno motor” (o partido), para dar início à revolução brasileira.

Não se pode deixar de perceber a concepção autoritária que tem o PC do B em relação às massas populares. Ainda que deite diversos elogios ao “povo”, vinculados ao seu caráter, descrito em seus documentos como valoroso, forte e corajoso, apresenta-se aos olhos do partido como incapazes de apresentar e lutar por suas próprias demandas sem a direção do partido.

Estas massas, novamente, são apresentadas como protestando contra o entreguismo do governo. Afirma-se que “Nunca foi tão acentuado o sentimento antinorte-americano no Brasil”³¹⁸ e cresceriam as “manifestações de repúdio à desnacionalização da indústria brasileira e ao saque criminoso de nossas riquezas minerais perpetrado pelos trustes estadunidenses”³¹⁹

Para o partido, o Brasil marcharia para profundos conflitos políticos, viveria intensas convulsões e lutas sociais, de forma que as contradições fundamentais se agravariam e seriam irreconciliáveis, só podendo ser superadas pela revolução³²⁰.

A saída para o país residiria em soluções radicais, eliminando o latifúndio e a dominação imperialista através da revolução “único meio para resolver a profunda crise que avassala o país”³²¹. Apenas através da revolução seria possível dar ao país uma nova estrutura econômica, acabar com o monopólio da terra, com a ingerência estadunidense, e garantir o bem estar do povo e somente a revolução poderia impedir que o Brasil fosse transformado em instrumento dos imperialistas estadunidenses “em seus planos de domínio do mundo”³²². Somente ela permitiria o aparecimento de um “autêntico governo do povo, um regime democrático e progressista”³²³.

Tratava-se da revolução nacional, democrática, agrária e anti-imperialista que, na conjuntura de 1966, levava o partido a afirmar a

³¹⁸ Ibidem, p. 100.

³¹⁹ Ibidem.

³²⁰ Ibidem, p. 102.

³²¹ Ibidem, p.103.

³²² Ibidem, p. 104.

³²³ Ibidem.

necessidade da união e da luta de todos os brasileiros. Uma “união patriótica”, sob o lema da “independência, progresso e liberdade”³²⁴, que aglutinasse as forças populares e as correntes democráticas. A amplitude da união patriótica do PC do B revelava-se na aceitação da mais ampla participação de segmentos sociais em sua composição: “Qualquer que seja a filiação partidária, a tendência filosófica ou religiosa, a classe ou camada a que pertencamos verdadeiros patriotas tem o dever irrecusável de se unir para a ação comum contra os inimigos da democracia e da soberania nacional”³²⁵. Na ocasião de sua fundação o PC do B dirigia profundas críticas à “frente única” propugnada pelo PCB, por seu caráter “inclusivo”. Percebe-se que, poucos anos depois, já sob a ditadura, fez-se a proposição de uma frente tão agregadora de segmentos sociais antagônicos quanto a que foi intentada pelo PCB.

O balanço dos primeiros anos da ditadura civil-militar revelava ao PC do B que estariam “maduras as condições para forjar, na luta, uma ampla união patriótica”³²⁶. Entretanto a “frente” tinha um papel secundário: “O partido considera que a solução da crise brasileira está no triunfo total da revolução nacional e democrática. Não tem dúvida, porém, de apoiar um movimento de união patriótica com objetivos mais limitados”³²⁷. A ênfase do partido se dirigia à ação no campo:

(...) a ação das massas deve estender-se por todo o país e abarcar as mais diversas camadas da população. Nas cidades, os operários, os estudantes, a intelectualidade e as donas de casa podem organizar demonstrações contra a ditadura e a dominação ianque. É no campo, porém, onde existem as melhores condições para desenvolver as lutas do povo brasileiro³²⁸.

Depreende-se daí que o papel das massas urbanas era de agitação e propaganda, ou seja, às cidades caberiam as demonstrações de repúdio à ditadura civil-militar, à sua política econômica e aos vínculos com o imperialismo. O espaço da luta não era as cidades e sim o campo, numa aparente primazia do campesinato sobre o operariado urbano. Aparente

³²⁴ Ibidem.

³²⁵ Ibidem.

³²⁶ Ibidem, p. 106.

³²⁷ Ibidem, p.107.

³²⁸ Ibidem, p. 108.

porque, para além das classes ou segmentos sociais, na ideologia do PC do B, a primazia caberia ao partido. Ou seja, o papel reservado às massas urbanas não era lutar e sim demonstrar insatisfação. A luta só ocorria no campo e seria dirigida pela agremiação política:

(...) a massa camponesa é uma grande força a ser mobilizada para a conquista dos objetivos democráticos e nacionais. Possui tradição de luta e espírito de combatividade. Nos últimos anos, manifestou com veemência sua aspiração à posse da terra. Apesar de viver apartada dos centros mais adiantados, de ser secularmente oprimida, constitui inesgotável reserva de energias revolucionárias. Posta em movimento, sob uma direção conseqüente, mudará o rumo dos acontecimentos e transformará a fisionomia política, econômica e social do país³²⁹.

Entretanto, há que se relativizar o papel que de fato foi atribuído às massas camponesas. Houve um debate no PC do B sobre a escolha da região em que se desenvolveria a Guerra Popular Prolongada. Um setor indicava o nordeste como a região mais propícia, já que lá haveria milhares de camponeses que tinham tido uma atuação importante no pré-64, com a atuação das Ligas Camponesas. A crítica ao nordeste como palco da Guerra Popular vinha em função das dificuldades em relação ao terreno. O nordeste seria uma região em que as forças da repressão teriam mais condições de atuar.

O Araguaia foi escolhido não pela presença de uma camada de camponeses politizados, mas sim porque o terreno apresentaria dificuldades para as forças governamentais reprimirem o movimento. A centralidade do território em detrimento dos camponeses revelava a primazia dos aspectos militares na definição da luta armada para o PC do B. Alguns militantes que se dirigiam para lá haviam feito cursos de treinamento militar na China e não no Araguaia. Conheciam as estratégias e táticas da revolução chinesa; uma experiência de luta camponesa muito mais próxima, como a de Trombas e Formoso, em Goiás, não foi aproveitada.

A atuação do PC do B no Araguaia sugere que o foquismo, ainda que combatido na documentação do partido, foi a concepção utilizada na prática. A revolução seria feita por militantes e não pelas massas camponesas, que foram

³²⁹ Ibidem, p. 109.

se configurando para o partido como elemento de apoio e não como agente da revolução. A revolução seria feita para os camponeses, mas não por eles, que poderiam, no máximo, participar das ações armadas submetidos aos métodos estratégias e táticas do partido. Por isso, deveriam se dirigir ao Araguaia:

(...) operários e estudantes, assim como professores, médicos, agrônomos e técnicos agrícolas, que tenham condições de se deslocar para o interior, [estes] precisam dedicar-se à honrosa tarefa de vincular-se estreitamente aos camponeses, conhecer suas aspirações, prestar-lhe solidariedade, organizá-los e orientá-los³³⁰.

O partido justificava a luta armada procurando remontar um histórico das ações armadas dos comunistas e das correntes progressistas no Brasil desde 1935. Mencionou-se a insurreição de 1935, a defesa da via armada em 1950 e 1954 feita pelo partido (trata-se do PCB, partido que na época aglutinava os militantes que dariam origem ao PC do B), as Ligas Camponesas, e correntes como a de Leonel Brizola. O golpe foi apresentado nesta discussão como um freio ao “sentimento em favor da luta armada que se apoderava das massas”³³¹.

O partido estabelecia assim as origens populares e a necessidade do desenvolvimento da luta armada e indicava a sua forma: a guerra popular, cuja viabilidade teria sido constatada tanto pela “experiência internacional quanto pelo estudo da realidade brasileira”³³².

Com uma explícita influência chinesa, o partido descrevia a Guerra Popular Prolongada como:

(...) o caminho para a emancipação dos povos oprimidos nas novas condições do mundo. É a maneira atual de enfrentar e derrotar os opressores. Não é o caminho clássico da greve geral política e da insurreição nas cidades, tal como ocorreu na antiga Rússia, mas o da luta armada que vai paulatinamente vai se estendendo até abarcar a esmagadora maioria do povo. No curso da guerra popular, as greves gerais e o levante nos grandes centros poderão surgir. Não constituirão, no entanto, sua característica determinante. (...)a concepção de guerra popular (...) implica na necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de

³³⁰ Ibidem.

³³¹ Ibidem, p.111.

³³² Ibidem.

combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo. Envolve a compreensão de que camponeses pobres e os assalariados agrícolas constituem o grosso das forças armadas populares, que o cenário principal dos choques armados é o interior do país e que a luta será dura e prolongada³³³.

Delineava-se dessa forma a estratégia revolucionária do PC do B. Uma guerra Popular Prolongada, dirigida pelo partido, em que o campo seria o cenário principal da luta. O papel das cidades e dos movimentos sociais urbanos seriam secundários. O que indicaria o sucesso desta forma de luta seria a experiência internacional vitoriosa obtida pela China, o preparo de seus militantes, que não apenas buscaram inspiração na revolução chinesa, mas puderam ser treinados por eles durante os cursos de guerrilha que alguns militantes do PC do B realizaram neste país. Esta luta se desenvolveria num quadro de agonia do capitalismo no plano internacional e de isolamento dos “generais” no plano nacional.

3.6 – O PC do B e as experiências comunistas internacionais

3.6.1 – O PC do B e a revolução num só país: a crítica à revolução Cubana

Uma característica comum a alguns movimentos revolucionários importantes nos países periféricos do capitalismo foi a luta ter se desenvolvido na forma de “guerra de guerrilhas”, cujas táticas foram fortemente propagadas por militantes de esquerda, dentre os quais destacamos Mao Tsé-Tung, (após a cisão com a URSS) e, após 1959, por Fidel Castro e Che Guevara. O apelo que este tipo de combate tinha no interior dos movimentos revolucionários derivava diretamente do sucesso de revoluções como a chinesa e a cubana e

³³³ Ibidem, p. 112.

pelo fato de ter se desenvolvido com sucesso entre os vietnamitas contra a França e, posteriormente, contra a maior potência do globo: os EUA.

Neste item trataremos das posições adotadas pelo PC do B sobre a perspectiva de Revolução na América Latina, acompanhando suas respostas ao debate que se desenvolvia no continente, iniciado pela revolução cubana. Dois textos se destacam nesse debate: a *Declaração da Organização Latino-Americana de Solidariedade*, produzido em 1967 por ocasião de seu único congresso, que teve lugar em Havana, e do texto *Alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina*, produzido em 1968 pelo PC do B como resposta às teses apresentadas pela OLAS.

De maneira direta ou indireta, formal ou informalmente, as experiências revolucionárias estiveram no centro das preocupações dos comunistas brasileiros. Além do socialismo soviético e chinês, o socialismo cubano animou a militância em suas mais variadas organizações. Apesar de não terem sido uniformes as recepções à Cuba, cristalizou-se uma versão a respeito do processo revolucionário cubano que em muito contribuía para o voluntarismo das esquerdas brasileiras.

A versão mencionada trazia ao primeiro plano as questões subjetivas da revolução (organização, consciência, disposição para a luta), em detrimento das questões objetivas (armamento, superioridade técnica do inimigo). E trazia explicitamente a ideia de que, tendo compreendido o movimento da história e portadores de uma superioridade moral, os guerrilheiros da *Sierra Maestra* puderam realizar uma revolução numa pequena ilha, com um número reduzido de combatentes, enfrentando a maior potência bélica, militar e econômica do mundo. Daí o reforço na crença, já presente no seio da esquerda, na vanguarda revolucionária, na teoria do foco guerrilheiro e na inevitabilidade da revolução.

Esta leitura da revolução não se sustenta frente a análise mais profunda da experiência cubana. Apenas para mencionar o aspecto mais polêmico, a questão do foco guerrilheiro, alguns estudos apontam que o apoio massivo da população foi decisivo para o desenvolvimento da revolução. Sader, por exemplo, afirma que Guevara, analisando a experiência revolucionária de Cuba, debruça-se apenas sobre aquilo que conhece, que é a campanha militar na Sierra Maestra e que, portanto, “seria natural que a fusão entre o núcleo

guerrilheiro e as massas do país tenham aparecido desligada de toda a realidade histórica anterior que a preparou”³³⁴.

A versão que exaltava o papel da vanguarda, a figura mítica de Che Guevara, o sucesso do foquismo, a necessidade da exportação da revolução a outros países do mundo e a subjetividade revolucionária se sobrepondo às questões objetivas, foi a que nos chegou durante os anos 60 e 70 e a outros países da América Latina. A ideia da realização de uma revolução numa pequena ilha, próxima à maior potência capitalista mundial, por um punhado de militantes, era certamente animadora e abria horizontes para a militância de esquerda, obrigando partidos e organizações a refletir sobre essa experiência. É no interior desse contexto que o PC do B se posicionou frente à revolução cubana.

O partido a tratou inicialmente com simpatia. Nos documentos do partido do ano 1962 encontramos algumas passagens referentes à solidariedade e a defesa da revolução cubana, ou afirmações elogiosas por ser Cuba o único país na América Latina livre do imperialismo. Encontramos também aqueles que podem ser identificados como indícios de uma leitura do acerto da revolução cubana: “Cuba é um exemplo de como um povo oprimido, mas decidido a vencer, pode bater seus algozes e construir uma nova vida”³³⁵. Apesar de referências como essa não há aprofundamento nas discussões a respeito de seu caráter, suas táticas ou estratégias. Apenas em 1968 o partido apresenta um posicionamento mais claro sobre o tema, fruto da reflexão elaborada ao longo da década para se fazer frente ao impacto da divulgação do documento da OLAS.

Em 1968, já acumulando uma série de reflexões sobre a revolução brasileira, o partido pôde responder à teoria revolucionária corporificada no castro-guevarismo e difundida pela OLAS. A resposta se organizava em torno dos seguintes temas: o inimigo a se combater; o caráter da revolução; os métodos de luta; o papel do partido de vanguarda da classe operária; e o caráter nacional ou continental da revolução.

³³⁴ SADER, Eder (org) *Che Guevara – Política*. São Paulo, Expressão Popular, 2004, p. 23.

³³⁵ PARTIDO COMUNISTA do BRASIL. “Manifesto-programa”, in: *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p. 41.

O primeiro dos temas, diz respeito ao inimigo a se combater: o imperialismo, em sua aliança com a oligarquia, que aparece como elemento para discussão principal em ambos os documentos. O que difere são as análises a respeito das possibilidades de uma composição que incluísse setores da burguesia.

Enquanto o documento da OLAS não distingue nenhum setor que possa vir a ser revolucionário o PC do B aposta na existência de uma burguesia nacional que tivesse interesses antagônicos ao imperialismo e, para dar autoridade a essa argumentação, uma fala de Che Guevara é destacada:

(...) não acreditamos que possa se considerar excepcional o fato de que a burguesia, ou pelo menos uma boa parte dela, se tenha mostrado favorável à guerra revolucionária contra a tirania³³⁶.

Essa fala de Guevara é utilizada para argumentar que Cuba, naquele momento a liderança latino-americana a propor uma revolução socialista, tivera uma “etapa democrático-burguesa bem marcante”³³⁷.

A afirmação da existência desta etapa pode ser identificada em Cuba muito mais como um conteúdo teórico, que não subsiste à revolução, já que o movimento liderado por Fidel Castro se realiza para pôr em prática o programa de Moncada, enunciado em seu texto *A história me absolverá*, de orientação nacional, democrática e popular. Sader lembra que na constituição do novo poder, a unidade de diversos setores populares provocava, ao mesmo tempo, uma,

Diferenciação social cada vez mais aberta entre a revolução e a contra revolução. Nessa dinâmica, a burguesia cubana e também uma parte considerável da classe média foram se opondo ao processo revolucionário com o apoio ativo do governo norte-americano em cujo território operavam abertamente as organizações contrarrevolucionárias³³⁸.

³³⁶ PARTIDO COMUNISTA do BRASIL. “Alguns Problemas Ideológicos da Revolução na América Latina”, in: *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p. 125.

³³⁷ Ibidem.

³³⁷ SALES, Jean Rodrigues. “O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política”. *Cadernos AEL. Tempo de Ditadura*. Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth IFCH/ Unicamp, vol. 8, nº 14/15, 2001.

³³⁸ SADER, Eder (org) *Che Guevara – Política*. São Paulo, Expressão Popular, 2004, p. 25-26.

O autor enfatiza que a polarização revolução/contrarrevolução se apresentava como uma oposição entre nação/imperialismo e era a expressão da contradição entre burguesia e proletariado. Seguindo o curso dessa argumentação podemos afirmar que nas condições concretas em que se desenvolveu a revolução cubana, a inviabilidade de uma etapa democrático burguesa e a participação da burguesia se deviam ao curso dos acontecimentos e não que essa aliança não fosse desejada.

O que tornou a experiência cubana singular foram as saídas criativas, desprendendo-se da rigidez do marxismo-leninismo, para responder aos problemas e às demandas da revolução. Sader aponta, nesse sentido, dois elementos que iam sendo redescobertos e recriados pela prática revolucionária: “o caráter popular da luta democrática, que se choca com o Estado burguês, requerendo uma solução revolucionária, e o da aliança operário-camponesa como eixo das forças sociais democraticamente consequentes”³³⁹.

Uma diferente avaliação do papel das burguesias leva a concepções de inimigos a combater diferenciadas: para a OLAS não há um antagonismo entre os interesses imperialistas e as burguesias nacionais, por serem estas últimas portadoras de uma debilidade estrutural. Elas seriam tão incapazes, que sequer a contradição entre os interesses nacionais e imperialistas se desenvolveria. Avaliando que o capitalismo latino-americano teve o seu desenvolvimento entravado pelo surgimento dos Estados Unidos como potência imperialista e que as burguesias do continente padeciam de uma *fraqueza orgânica*, para a OLAS “seria absurdo supor que, em tais condições, a chamada burguesia latino americana pudesse desenvolver uma ação política independente da oligarquia e do imperialismo, em defesa dos interesses e aspirações da nação”³⁴⁰.

Já o PC do B postulava que tínhamos uma burguesia débil, incapaz de conduzir um processo revolucionário. Todavia, como a etapa nacional-democrática da revolução é uma etapa *historicamente necessária*, seria um

³³⁹ PARTIDO COMUNISTA do BRASIL. “Alguns Problemas Ideológicos da Revolução na América Latina”, in: *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p. 124-125.

³⁴⁰ LOWY, Michel. “A declaração da OLAS”, in: *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999, p. 306.

erro alijar a burguesia, posto que seus setores nacionais seriam os grandes beneficiários do processo revolucionário e, portanto, manifestariam interesse na aliança com o proletariado. Consolidada essa etapa seria possível a criação das condições objetivas e subjetivas para o socialismo.

A discussão a respeito da revolução cubana permite compreender a difusão pela OLAS, sobre a inexistência de um papel destinado à burguesia e a impossibilidade da realização de uma revolução de talhe democrático-burguês. A argumentação da organização a respeito da incapacidade das burguesias latino-americanas afirmava que esta classe social, não tendo condições de realizar aquelas que seriam as necessidades para o fortalecimento do capitalismo autônomo e considerando que a burguesia, em bloco, era aliada do imperialismo a OLAS propõe uma revolução socialista, sem passar pela etapa democrático-burguesa.

Na visão do PC do B, postular uma revolução socialista seria perigoso pois ter o socialismo como objetivo da revolução naquele momento “seria entrar o avanço do processo revolucionário, porque restringiria grandemente o campo de ação, e afirmavam que “(...) nas atuais circunstâncias o movimento é essencialmente democrático”³⁴¹. O tipo de revolução pensada pelo partido permite afinar mais ainda o papel e o *lugar* da burguesia em sua aliança com o operariado:

Ao apresentar as exigências democráticas e anti-imperialistas, que uma vez satisfeitas atingem de morte aqueles inimigos, o proletariado pode aliar-se temporariamente com uma parte da burguesia, mesmo que vacilante, neutralizar outra e golpear apenas os setores burgueses ligados ao imperialismo³⁴².

Há um ponto de contato entre a avaliação presente nos dois textos que é a presença de *restos feudais* na América Latina. No Brasil, Caio Prado Jr. combateu essa visão no interior do PCB, e pensava a partir do caráter capitalista das relações de classe apontando, contudo, para a incompletude desse capitalismo. Conforme ressalta Virgínia Fontes:

³⁴¹ PARTIDO COMUNISTA do BRASIL. “Alguns Problemas Ideológicos da Revolução na América Latina”, in: *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p. 125.

³⁴²Ibidem, p. 124.

Prado Jr. combateu a tese da transplantação do feudalismo para a colônia, ressaltando a importância da escravidão, considerada, porém, como uma modalidade de escravidão capitalista, (...)Consequentemente, ao longo do século XX, as dificuldades não residiriam na existência de restos feudais ou pré-capitalistas, posto que o caráter capitalista derivaria dos primórdios da colonização, mas adviriam de um capitalismo colonizado, incompleto³⁴³.

Apesar dos esforços de Caio Prado Jr. a tese do feudalismo permaneceu arraigada. Uma visão esquemática e etapista da história permitia ao partido pensar não ser possível a realização de uma revolução socialista porque não havia se processado na América Latina, em toda a sua inteireza, uma revolução burguesa. Subsistia a tese do transplante da experiência europeia que Prado Jr. combatera e que possibilitava a amplos setores da esquerda fazer a defesa da revolução democrático-burguesa, em nome da superação dos *restos feudais*.

Talvez o aspecto mais polêmico no curso do debate entre o PC do B e a revolução cubana seja a respeito do método de luta, porque as diferenças são sutis e há, em ambos os textos, um descompasso entre a teoria e a prática.

Para o castro-guevarismo o método de tomada do poder por excelência é uma guerra de guerrilhas iniciada no campo. Sua deflagração é conduzida pela vanguarda revolucionária, através da instalação de um foco guerrilheiro já que “(...) a guerrilha – como embrião dos exércitos de libertação – constitui o método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria dos países”³⁴⁴.

O PC do B, respondendo a isso, tem em comum o destaque dado ao campo na revolução e a utilização do método de guerrilha, mas criticava a teoria do foco. Na concepção do partido era necessário um intenso e prolongado trabalho de massas, de convencimento, de educação popular e, a partir daí se comporia um exército popular revolucionário, inspirado na experiência chinesa e que se estruturava a partir das concepções do maoísmo.

Elementos como esses permitiram ao partido pensar uma experiência de luta social, com origem no campo, caso da Guerrilha do Araguaia. Pensar a questão do método nessa experiência do PC do B é caminhar por um terreno

³⁴³ FONTES, Virgínia. “Autores clássicos e questões clássicas – o capitalismo no Brasil e Caio Prado Jr.” *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, fevereiro de 2007, n.º 70. disponível em: <www.espacoacademico.com.br> acessado em 22 de julho de 2008.

³⁴⁴ LOWY, Michel. “A declaração da OLAS”, in: *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999, p. 313.

pantanosos porque não existe uma produção extensa sobre tema da guerrilha, a não ser aquela vinculada organicamente ao partido.

O discurso do partido é claro em apontar para a implementação de uma Guerra Popular Prolongada, como já mencionamos mas, na prática, como alerta Gorender: “paradoxal era que a guerrilha, planejada para desfechar a guerra popular prolongada segundo o modelo maoista, reproduzisse, no essencial, a tática do foquismo castro-guevarista”³⁴⁵. O argumento de Gorender também é corroborado por Ridenti³⁴⁶. Estes autores postulam que, do ponto de vista da teoria, propunha-se uma guerra popular com ampla participação de massas mas na prática o que se desenvolveu no Araguaia era aquilo que o partido tanto criticara, um foco revolucionário.

Outro ponto importante é a questão da condução da revolução pelo partido. A proposta da OLAS era a de criação de um organismo internacional e suprapartidário, que coordenasse os movimentos revolucionários pela América Latina e seu papel seria o de viabilizar a construção desse organismo. O PC do B apresentava uma concepção que insistia no papel central do partido com base na ideia de que ele é a instituição que deve conduzir a revolução. Trata-se da ideia de que são os operários mais capazes e mais avançados, organizados no partido, que tomam a direção do processo. Inspirada no marxismo-leninismo, essa concepção de vanguarda revolucionária não era, como se sabe, exclusividade do PC do B sendo amplamente adotada pela esquerda brasileira.

Um princípio de fundo, inabalável na concepção do PC do B, como de diversos outros partidos e organizações latino-americanas, quando questionado, provocava uma violenta reação em que os detratores do partido eram acusados de revisionistas:

Também são nocivas “teorias” pretensamente marxistas do neotrotsquismo, ultraesquerdista em palavras e ultradireitistas na prática. Por sua vez, o fidelismo, tão em voga na América Latina, embora se proclame marxista-leninista, indica soluções que não se

³⁴⁵ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática, 1990, p.76.

³⁴⁶ RIDENTI, Marcelo, *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Editora da Unesp, 1993, p. 231.

coadunam com a realidade do Hemisfério e tenta rever os postulados básicos da doutrina fundada por Marx e Engels³⁴⁷.

Se está claramente posto que a OLAS prescindia da existência de um partido, é igualmente clara a necessidade da presença de uma vanguarda revolucionária na condução do processo. A recriação e reelaboração daqueles aspectos que eram considerados perniciosos no marxismo-leninismo não significavam o seu total abandono e a defesa da vanguarda como elemento fundamental na revolução denota essa característica.

Por fim, em relação ao do caráter nacional ou continental da revolução, como desdobramento do que se apresentou anteriormente, a OLAS propõe uma revolução de caráter continental, enquanto o PC do B propõe uma revolução nacional. Para o partido, os países da América Latina apresentavam muitas similaridades, mas as diferenças nacionais impediriam a proposta de uma revolução continental.

O PC do B argumentava que sendo uma revolução democrático-burguesa, seria imprescindível a presença de uma burguesia nacional. Ainda que a burguesia não tivesse forças para fazer a sua própria revolução, a revolução seria para realizar aquelas que eram as tarefas de uma burguesia democrática e anti-imperialista e neste caso, o anti-imperialismo, só poderia ser a defesa intransigente do nacionalismo e realizada em um só país, como convinha à tradição estalinista.

Outra chave de análise para pensar o caráter nacional da revolução para o PC do B, é verificar até que ponto a tradição revolucionária latinoamericana fazia algum sentido para o universo de referências do PC do B. A análise da documentação sugere que não há. O que parece fazer sentido para setores da esquerda latino-americana, que é a ascendência revolucionária exercida por Martí ou por Bolívar, para o PC do B não está além do discurso de superfície. O olhar do partido está na Ásia, na Europa, na Rússia, na China e na Albânia e não na América Latina.

A proposta da OLAS para o PC do B, de uma uma revolução latino-americana, de caráter continental, socialista, sem a condução da vanguarda do

³⁴⁷ PARTIDO COMUNISTA do BRASIL. "Alguns Problemas Ideológicos da Revolução na América Latina", in: *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p. 116.

partido da classe operária, seria um desserviço à revolução se configuraria num novo tipo de revisionismo, tão pernicioso quanto o revisionismo soviético, porque conteria erros fundamentais e desvirtuariam o marxismo-leninismo.

A revolução na América Latina, então, seria restrita ao espaço do Estado-nação, de caráter democrático-burguês, conduzida pelo partido de vanguarda da classe operária e iniciada no campo. Posicionar-se frente ao debate induzido pela OLAS permitiu ao partido sintetizar a essência de sua proposta revolucionária.

3.6.2 – As relações com URSS e com a China Comunista

As relações do PC do B com o movimento comunista internacional são bastante complexas. Mesmo tendo se alinhado oficialmente ao Partido Comunista Chinês e assumido o maoísmo como ideologia e se aproximado do Partido do Trabalho da Albânia, o agrupamento não podia se furtar de estabelecer relações, ainda que críticas, com outras experiências revolucionárias, tais como a russa e a cubana.

Além de ter que se posicionar frente à revolução cubana, ao castro-guevarismo, à Revolução Russa, ao Comintern e ao PCUS, o PC do B teve o seu núcleo dirigente constituído por militantes que se formaram na “escola” soviética. Até 1956, o PCUS era hegemônico na influência sobre os comunistas brasileiros, quadro que só se modificou a partir do XX Congresso do PCUS.

No momento da cisão no PCB, que deu origem ao PC do B, este partido se apresentava como o velho partido comunista, reorganizado. Teriam sido expulsos os revisionistas e, assim, recuperavam a tradição comunista antes de 1956, antes, portanto do XX Congresso do PCUS. Dessa forma, faziam a defesa do marxismo-leninismo de cunho estalinista. O impacto da influência soviética na formação do PC do B foi intensa e profunda.

Conforme Sales,

devemos considerar que, para agir com coerência em relação ao seu discurso, o partido deveria, após sua “reorganização”

em 1962, se portar exatamente como a continuidade do velho partido comunista fundado em 1922, conforme ele mesmo alegava. E foi nessa condição que o PC do B tentou estabelecer as primeiras relações com o PCUS, tentativa por sinal infrutífera, pois (...) os soviéticos não aceitaram a versão do partido a respeito da cisão e mantiveram relações privilegiadas com o PCB, representado então pela figura de Luís Carlos Prestes³⁴⁸.

A agremiação política manteve, ao mesmo tempo em que pleiteava o reconhecimento junto à União Soviética, conversações com a China e com Cuba. Pedro Pomar teria sido o responsável pela tentativa de reconhecimento junto ao PCUS; Lincoln West teria travado conversações em Cuba e João Amazonas teria feito o mesmo com o Partido Comunista Chinês. Segundo Vicente Roig, somente após a recusa do reconhecimento pela URSS é que o partido se colocou criticamente em relação ao movimento comunista naquele país:

(...) a partir daí é que o PC do B se torna, como eles passaram a dizer depois, o primeiro partido no ocidente a romper com o revisionismo e etc., e se torna pró-chinês, e é aí que ele começa a ficar mais claro, percebe? Que, até esse contato com a China, o perfil ainda era muito dúbio, tanto é que eles procuraram a União Soviética, procuraram Cuba, para depois procurarem a China³⁴⁹.

Em seu Manifesto-Programa o PC do B, se apresentou como o “verdadeiro” partido comunista, procurando contrapor-se ao PCB, identificado como “revisionista”, como já demonstrou-se neste capítulo. No manifesto abordaram-se com cuidado as polêmicas internacionais e apresentaram-se “referências elogiosas aos regimes russo, chinês e cubano sem optar por qualquer um deles”³⁵⁰, como observou Sales. O mesmo autor enfatiza que em 1974, por ocasião da publicação de uma coletânea de documentos do PC do B³⁵¹, a agremiação política, que se notabilizara pelas críticas ferrenhas ao “revisionismo soviético” tentou explicar porque naquela ocasião manteve uma

³⁴⁸ SALES, Jean Rodrigues. “O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, nº. 35, Editora da UFPR, 2001, p. 282.

³⁴⁹ “O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, nº. 35, Editora da UFPR, 2001.

³⁵⁰ Ibidem, p. 283.

³⁵¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974, p. 11-24.

posição de cautela frente à URSS, afirmando que não estava suficientemente clara a traição soviética ao socialismo³⁵².

Foi somente a partir de 1963, com a divulgação do artigo intitulado “Resposta a Krushev” que o PC do B apresentou uma posição crítica ao revisionismo soviético. A “resposta” se dirigia a um artigo publicado no *Pravda*, em que o jornal oficial do PCUS acusava os chineses de darem apoio a grupos antipartidários, dos quais constava o PC do B. Apresentados como inimigo da revolução, o PC do B em sua resposta afirmou não aceitar a conduta dos que “na direção do maior país socialista, renegam as gloriosas tradições do bolchevismo e apóiam abertamente os revisionistas em todas as partes do mundo(...)”³⁵³. Para Sales, este artigo marcou definitivamente a relação do agrupamento com a União Soviética e contra o revisionismo, visto a partir de então como o maior inimigo da revolução mundial³⁵⁴. Entretanto, as críticas sempre tomavam o cuidado de se dirigir à “atual” direção dos PCUS:

Confiamos que o heroico e experimentado Partido do grande Lenin saberá encontrar o melhor caminho para liquidar as posições errôneas de sua direção, que tantos danos vêm causando à luta revolucionária, estabelecer relações justas com os partidos irmãos e repudiar o revisionismo, desvio mais perigoso no movimento comunista mundial³⁵⁵.

A revolução russa continuou a ser reverenciada, mas pontuada pela crítica ao revisionismo:

Ao comemorar o 50º aniversário do grande Outubro, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil vê na grande Revolução de 1917 o mais destacado e glorioso marco da história da humanidade, o caminho a ser trilhado pelos trabalhadores de todas as raças e todos os continentes. Em que pesem a traição dos revisionistas contemporâneos e os revezes temporários da luta revolucionária, O PC do Brasil encara o futuro com plena confiança (...) ³⁵⁶.

³⁵² SALES, J. R. “O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora da UFPR, nº 35, 2001, p. 283.

³⁵³ COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Resposta à Krushev”. *A Classe Operária*, 1º a 15 de agosto de 1963, p. 48-49.

³⁵⁴ SALES, J. R. “O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60”. *História: Questões & Debates*, op. cit., p. 284.

³⁵⁵ Ibidem, p. 285.

³⁵⁶ A CLASSE OPERÁRIA, *apud* SALES, J. R. “O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60”. *História: Questões & Debates*, op. cit.

Nas relações com o maoísmo e com o comunismo chinês, pode-se afirmar que, com militantes formados na tradição soviética, a primazia do partido na revolução era atraente para o grupamento, já que esta concepção de partido assumiu centralidade na ideologia do PC do B. A rejeição ao comunismo cubano tinha uma de suas causas nas críticas que o fidelismo passou a divulgar a respeito da burocratização dos PCs e na defesa da tese que a revolução prescindiria de um partido que a comandasse, como demonstrou-se no item anterior. O PCCh, ao contrário, oferecia ao PC do B o privilegiamento da guerrilha rural e do camponês como elemento revolucionário. Do ponto de vista político, fazia a defesa da revolução por etapas e propugnava a aliança com a burguesia nacional. Como argumenta Gorender:

Em primeiro lugar, [o maoísmo] subordinou o fator militar ao fator político. O exército guerrilheiro devia estar sob direção absoluta do partido comunista. O partido precede a guerrilha e esta não surge e se desenvolve senão mediante o trabalho político entre os camponeses. A perspectiva devia ser, por isso, a da guerra popular prolongada. Em segundo lugar, a liderança chinesa não endossou o objetivo socialista imediato, salientado nos escritos de Guevara, porém continuou a defender a concepção da revolução em duas etapas. Bem como a tese da aliança com a burguesia nacional na etapa da revolução anti-imperialista e antifeuda³⁵⁷.

A *via chinesa*, conforme Reis Filho, não se gestou simultaneamente ao cisma sino-soviético em 1963, ela já era uma alternativa anterior ao rompimento entre esses dois países. Todavia, segundo o autor, o cisma contribui para potencializar o alcance da alternativa chinesa:

(...) é exatamente a partir desse conflito, e das dimensões que adquire, que o maoísmo surge na cena internacional com um perfil nítido enquanto alternativa para o conjunto do movimento comunista. Em outras palavras: o maoísmo não se gesta a partir do ou concomitante ao cisma sino-soviético, mas é inegável que o cisma contribui decisivamente para descobri-lo ou revelá-lo, atuando como um catalisador, precipitando contradições latentes e acelerando sua dramática eclosão³⁵⁸.

³⁵⁷ GORENDER, J. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998. p. 91.

³⁵⁸ REIS FILHO, D. A. "O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros", in: REIS FILHO et. al., *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 1, Campinas, Editora da Unicamp, 1991, p. 118.

O alinhamento do PC do B ao PCCh, se desenvolveu no complexo contexto dos rompimento nacional (entre o PCdoB e o PCB) e do rompimento internacional (entre o PCUS e o PCCh). Sales argumenta que

(...) entre os comunistas chineses e brasileiros havia interesses comuns que os levaram a se tornarem aliados políticos. O PCC disputava com o PCUS a hegemonia no movimento comunista internacional, o que tornava interessante uma aliança com um partido comunista no Brasil, o qual, ainda por cima, disputava espaço político com um grupo pró-Moscou³⁵⁹.

O maoísmo fornecia ao PC do B os argumentos para as críticas ao PCB e permitia aprofundar a temática da luta armada, principalmente após a deflagração do golpe civil-militar de 1964. A aproximação com maoísmo significava a adesão à luta armada sem o embate imediato com as forças repressivas da ditadura.

Além do PC do B, outros grupos revolucionários foram atraídos para a órbita do maoísmo. A ORM-POLOP, por exemplo, afirmava que o maoísmo se constituía numa referência para lutar contra o “revisionismo soviético”, destacando a crítica que o PCCh fazia ao processo de burocratização do socialismo; mas a organização criticava o “culto à personalidade” de Mao, assemelhada ao estalinismo³⁶⁰. Havia ainda outras organizações que foram impactadas pelo maoísmo e dialogavam com ele:

(...) certas organizações, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), que mantinham definições a longo prazo favoráveis à formação de amplas frentes populares, incluindo até mesmo estratos das burguesias locais, encontravam conforto nas teses maoístas que, sem abdicar da luta armada, conservaram esse tipo de perspectiva de revolução até a vitória da revolução em 1949. Estas mesmas definições, inversamente, eram rejeitadas pelas dissidências do PCB, que se inclinariam pela estratégia socialista³⁶¹.

³⁵⁹ SALES, J. R. “O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora da UFPR, nº 35, 2001, p. 291.

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 292.

³⁶¹ REIS FILHO, D. A. “O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros”, *in*: REIS FILHO et. al., *História do Marxismo no Brasil*, *op. cit.*, 1991, p. 128-129.

Um dos aspectos que pode ser atribuído à grande atração que o maoísmo exerceu sob diversas organizações se refere à dinamicidade deste corpo teórico, que não foi imutável durante os anos sessenta. Sales aponta pelo menos três momentos do desenvolvimento da teoria revolucionária maoista.

O primeiro momento se inicia com a vitória da revolução chinesa, onde Mao Tsé-Tung divulgou sua estratégia do *bloco de quatro classes*. A segunda fase seria marcada pela cisão sino-soviética e pela defesa da ortodoxia estalinista, com a elevação da figura de Stalin e pelo rechaço às modificações introduzidas no movimento comunista internacional após o XX Congresso do PCUS. Finalmente o terceiro momento seria caracterizado pela *revolução cultural*, período que se marcou pelo “rompimento com muitos dogmas da organização nos moldes dos partidos comunistas e por uma crítica às estruturas de funcionamento da sociedade comunista chinesa”³⁶².

3.7 – Do campo às cidades: Guerra Popular: Caminho para a Luta Armada no Brasil

A luta armada e a ênfase no campo como cenário ideal para deflagrar a revolução brasileira foi ganhando corpo na formulação política do PC do B ao longo dos anos 60 e recebeu no documento *Guerra Popular: Caminho para a Luta Armada no Brasil*, sua versão mais acabada. Este texto é considerado na bibliografia como o marco do amadurecimento do PC do B na proposição de uma guerrilha rural no Brasil³⁶³. Nele o partido assume a teoria maoista do cerco das cidades pelo campo e propõe a luta armada, através de uma guerra popular iniciada no campo, como o caminho da revolução brasileira.

A despeito de ter enviado seus militantes ao Araguaia a partir de 1966 e ter o documento-base da guerrilha publicado apenas em 1969, é possível

³⁶² Ibidem, 294-295.

³⁶³ FELIPE, Gilvane. *A Guerrilha do Araguaia (Brasil, 1966 – 1975)*. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), Institute des Hautes Études de L'Amérique Latine, 1993.

afirmar que ele é apenas a sistematização mais elaborada da teoria que o partido vinha desenvolvendo nos anos anteriores.

Ele retomava a perspectiva apresentada logo após o golpe, da crescente conscientização das massas, que exigiram a derrubada do governo pela luta armada:

A ideia da revolução amadurece na consciência das grandes massas. Cada vez mais É maior o número de brasileiros que sente, com exigência imperiosa, a necessidade de derrubar a ditadura através da luta armada (...) Aos brasileiros não resta outra alternativa: erguer-se de armas nas mãos contra os militares retrógrados e os imperialistas ianques ou viver submissos aos reacionários do país e aos espoliadores estrangeiros. Não há dúvida de que a grande maioria da nação optará pelo recurso às armas e não pela submissão. A história das massas populares no Brasil é marcada por rebeliões contra as tiranias e assinala movimentos armados contra o despotismo³⁶⁴.

Apresentavam uma perspectiva que era corrente no seio da esquerda, produzida pelo ISEB, a saber, a tese dos “dois brasis”

Apesar de ser uma nação única, o Brasil contém de fato dois brasis: o Brasil das grandes cidades, com relativo desenvolvimento econômico e cultural, e o Brasil do interior, quase totalmente abandonado (...) Há um imenso vazio na vastidão do território nacional”³⁶⁵.

É relevante destacar que setores da esquerda latino americana vislumbravam a oposições entre setores burgueses pró e anti-imperialistas, “setores modernos” e “setores tradicionais” e esta visão embasava as leituras que se faziam sobre a realidade latino-americana e pensava-se que forneceriam as soluções para os dilemas do continente. No Brasil esta visão amadureceu no ISEB, que teve nos anos cinquenta do século XX, o papel de consolidar o projeto ideológico do nacional desenvolvimentismo, e cristalizou algumas crenças sobre a composição e o papel das classes sociais, assim como divulgou uma versão acerca das contradições “principais” e “secundárias”

³⁶⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL “Guerra Popular – Caminho para a luta armada no Brasil”, in: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p. 192.

³⁶⁵ Ibidem.

que se verificariam no país, e que compuseram uma das bases do pensamento da esquerda brasileira³⁶⁶. Os “dois brasis” a que se faz referência, recebeu seu desenvolvimento teórico no ISEB.

Para o PC do B, a tese dos “dois brasis” se coadunava com a perspectiva de atuar numa área rural, tal como propunha o maoísmo. O Brasil “atrasado” corresponderia ao lugar ideal para o desenvolvimento da Guerra Popular Prolongada, onde dominariam “setores tradicionais”. A luta armada poderia explorar as contradições intrínsecas ao domínio do latifúndio, numa área em que era crescente a presença de setores imperialistas.

A Guerra Popular Prolongada seria favorecida pela existência de tais contradições. Contava-se ainda que a população apresentaria uma elevação em seu nível de consciência, à medida em que se avançava a ditadura e que as condições impostas pelo governo dos generais repercutiam no aumento do fosso que separava ricos e pobres.

Todavia, o documento identificava a falta de tradição de luta do campesinato brasileiro que, aliada ao poderio das Forças Armadas – a mais poderosa da América latina – seriam fatores adversos à luta armada. No que se refere ao movimento camponês, afirmava que “Não há tradição de grandes

³⁶⁶ O ISEB contou com intelectuais como Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Guerreiros Ramos, Vieira Pinto, entre outros que, apesar de possuírem divergências entre si, difundiram uma determinada visão da sociedade brasileira. Grosso modo, do ISEB saíram as teorias que dividiam a sociedade em setores “dinâmicos e produtivos” (ou setores modernos) e “setores estáticos e parasitários” (setores tradicionais). Os autores não convergiam na composição dos segmentos sociais que configurariam estes setores por isso, para alguns, como Hélio Jaguaribe, a burguesia seria um setor caracterizado pelo protecionismo e por um empresariado pouco produtivo, diferente de Cândido Mendes, que via a burguesia como um setor dinâmico. Para os estudiosos do ISEB, entretanto, a principal contradição do país residiria na luta entre os pólos “nação e antinação”. Também neste aspecto não havia convergência dos autores sobre quais segmentos sociais estariam em um ou outro pólo. O imperialismo seria o maior agente do pólo “antinação” e para autores como Roland Corbisier seria uma determinação puramente externa; o intelectual não concebia uma associação entre o capital estrangeiro e o empresariado industrial nacional. Já Nelson Werneck Sodré, por seu turno, identificava a existência de uma burguesia imperialista no Brasil, situada neste pólo. Fizemos esta breve menção ao ISEB para demarcar que amplos setores da esquerda, inclusive os comunistas, tiveram nas teses do nacional-desenvolvimentismo os elementos para refletir sobre a realidade brasileira. Apresentando o país a partir da dualidade entre setores modernos e tradicionais, pólos nação e antinação, o ISEB forneceu os elementos teóricos que se coadunaram às teses da III Internacional, da qual faziam parte o etapismo da revolução e da proeminência burguesa na revolução brasileira, que seria “nacional, democrática, anti-imperialista e antifeudal”. Muitos dos elementos divulgados pelo ISEB nortearam a teoria e a prática dos comunistas, entre eles o PC do B. Elementos para esta discussão encontram-se em TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo, Ática, 1982.

lutas no campo. O movimento revolucionário no interior desenvolve-se lentamente, está atrasado em relação ao que se processa nas cidades (...)" ³⁶⁷.

Tal como procurou-se demonstrar ao longo deste trabalho, as lutas no campo, apesar de pouco estudadas, são profundas, de grande amplitude, heterogêneas e expressam as contradições que gravitam em torno da questão agrária no país.

Pode-se inferir que o PC do B, apesar de conhecer estas lutas, não as considerava experiências válidas, dignas de serem levadas em consideração na teorização da agremiação política sobre a luta armada no país porque nelas o partido não exerceu a condução do movimento, fator que era essencial na concepção revolucionária do PC do B. Da mesma forma, o espontaneísmo que estaria contido nestas e em outras lutas sociais no Brasil, deveria ser combatido:

(...) o trabalho consciente da vanguarda desempenha um papel muito importante, tanto no que respeita à indicação do rumo acertado, como no referente à ação prática orientada no sentido da passagem de uma fase à outra. Nesta questão é sumamente falsa qualquer posição espontaneísta ³⁶⁸.

A duração da Guerra Popular – “Prolongada” e sua intensidade, seriam determinadas pela intensidade dos fatores adversos: o poderio militar e a ausência de tradição de luta entre o campesinato brasileiro. Estes, entretanto, seriam transitórios, a serem superados pelo desenvolvimento da luta. Já os fatores favoráveis seriam permanentes, pois não era interesse da classe dominante erradicá-los, o que só poderia ser feita por uma revolução que alijasse do poder os setores pró-imperialistas e latifundiários, e que pusesse abaixo a ditadura.

A “guerra revolucionária” teria um caráter popular profundo, devido ao monopólio da terra e a exclusão do campesinato brasileiro. Mas além do campesinato, diversas forças sociais poderiam ser mobilizadas, devido ao caráter dependente e submisso do Brasil ao imperialismo. Assim, forças nacionalistas e democráticas também atuariam em favor da luta armada.

³⁶⁷ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL “Guerra Popular – Caminho para a luta armada no Brasil”, in: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p. 121.

³⁶⁸ Ibidem, p. 141.

Contudo, a atuação dessas forças seria limitada pois eram forças urbanas e na guerra popular prolongada “As grandes cidades não podem ser o cenário principal”³⁶⁹, já que nelas “estão concentrados os contingentes mais numerosos e mais fortes(...) do inimigo”³⁷⁰.

Ao tratar da logística da luta armada, afirmava-se que “(...) o povo fará a sua guerra apoiado principalmente nas próprias forças”. Ao contrário do que divulgam alguns militares sobre uma suposta ajuda externa para a montagem da guerrilha, a teoria que embasou o PC do B valorizava a perspectiva de “garantir a sobrevivência da luta armada pelas próprias forças”³⁷¹. Como teremos a oportunidade de perceber, no Araguaia os militantes contavam com os recursos da floresta, dos moradores e com os conhecimentos adquiridos ao longo de alguns anos de experiência na região, onde de preparavam para a guerrilha.

A guerra de guerrilhas seria apenas o instrumento de luta inicial. Ela era o embrião do exército popular regular. Para desenvolver tanto a guerrilha quanto para prover o Exército Popular, era necessário construir Pontos de Apoio no interior de mata, que se localizassem em zonas propícias à atividade dos guerrilheiros que operariam em áreas determinadas e teriam “grande mobilidade, não se apegando à defesa de territórios, mas não serão jamais grupos errantes”³⁷².

Já no trato com os camponeses, busca-se defendê-los da violência de jagunços e soldados, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de sua consciência política e ganhá-los para a revolução. Na aproximação com os problemas do dia a dia do camponês é que seria possível “lançar raízes profundas entre os habitantes da área (...)”³⁷³, de modo a que pudessem vir a compor o exército popular revolucionário. Nesta concepção, era imprescindível vincular o programa político da luta armada à realidade e apresentar bandeiras políticas amplas.

O documento é explícito na indicação do maoísmo como fonte teórica para a preparação da Guerra Popular. O PC do B afirma que, após refletir

³⁶⁹ Ibidem.

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ Ibidem, pp. 123-32.

³⁷² Ibidem.

³⁷³ Ibidem.

sobre a complexa realidade brasileira o “estudo das obras de Mao Tsétung sobre a guerra revolucionária serviu de guia na elaboração deste caminho”³⁷⁴.

Por fim, como observou Filipe, o documento apresenta um chamamento que se assemelha a um edital de convocação militar:

Cada comunista é um soldado da revolução e pode ser convocado para quaisquer tarefas, inclusive a da luta armada. O militante(..) organiza a sua vida em função dos interesses do povo, livra-se de tudo que possa criar dificuldades insuperáveis ao seu trabalho revolucionário(...) Que os militares fascistas e os imperialistas ianques espumem de ódio! A guerra popular será uma realidade. E o povo vencerá!³⁷⁵.

Assim foram sintetizados alguns aspectos sobre o tipo, os métodos, as estratégias de concepção revolução do PC do B, que procuramos desenvolver ao longo de todo este capítulo, fundamentais para compreender revolução antifeudal, antiimperialista, nacional e democrática que teria início no Araguaia.

³⁷⁴ Ibidem.

³⁷⁵ Ibidem, pp. 158-60.

Capítulo 4 – O PC do B e a luta armada no campo: a guerrilha do Araguaia

O Araguaia era uma região de difícil acesso nos anos 60, formada por extensos trechos de selva e rios caudalosos, situado na divisa dos estados do Pará, Maranhão e Goiás. A falta de infraestrutura aliada à existência de governos, instituições e forças policiais violentas e corruptas, tornava difícil o dia a dia da população, composta principalmente por posseiros, sem nenhuma assistência do Estado. Para o PC do B este era o cenário ideal para desencadear o processo de libertação nacional. Aquela região oferecia as condições físicas para o tipo de resistência armada a ser desenvolvida: possuía selva fechada, onde pequenos grupos de guerrilheiros poderiam alcançar grande mobilidade, desenvolvendo uma guerra irregular, uma guerra de guerrilhas, tal como o partido vinha anunciando durante os anos anteriores através de seus manifestos, análises de conjuntura, resoluções dos congressos, reuniões e no periódico “A Classe Operária”.

O Brasil, país de dimensões continentais, possuía “(...) regiões montanhosas e grande parte do seu território esta[va] coberto por densas florestas. Tal circunstância possibilita[ria] às forças revolucionárias um imenso campo de manobra”³⁷⁶. O cenário da Guerra Popular era todo o país, mas sua estreia seria no Araguaia já que ali seria o “elo mais débil da dominação das forças reacionárias no país”³⁷⁷.

Encontrado o cenário ideal, passou-se à preparação da guerrilha. Ela se organizou em três destacamentos. O destacamento A, comandado por André Grabois (Zé Carlos), localizado na região da Faveira; o destacamento B, comandado por Osvaldo Orlando da Costa, o “Osvaldão” ou “Osvaldo Mineiro”, na região da Gameleira e o destacamento C, comandado por Paulo Mendes Rodrigues (Paulo), na região de Caiano³⁷⁸.

³⁷⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL “Guerra Popular – Caminho para a luta armada no Brasil”, in: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p. 92.

³⁷⁷ Ibidem, p. 96.

³⁷⁸ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Di%C3%A1rio_de_Maur%C3%ADcio_Grabois.pdf acessado em 15 de maio de 2012.

Os destacamentos possuíam um Comandante e um Vice-Comandante, e o número ideal de combatentes em cada um deles era de vinte e três. Além do comando, deveriam existir 3 grupos formados por sete combatentes cada³⁸⁰.

A intenção do PC do B era a de desenvolver outros destacamentos³⁸¹ mas a repressão se abateu sobre os guerrilheiros ainda na fase em que a guerrilha era preparada. Não existia um “cronograma” que previsse qual seria o tempo de preparação da luta armada no sul do Pará, mas certamente os seis anos que separam a chegada dos primeiros guerrilheiros à região da deflagração da guerrilha não foram suficientes. Ainda havia muito por se fazer quando os planos do PC do B foram descobertos pela Forças Armadas.

Maurício Grabois (Mário), antigo militante comunista, registrou o dia a dia da guerrilha num diário que teve início no dia 30 de abril de 1972, 18 dias após o primeiro ataque do Exército. O diário original foi confiscado pelo exército, mas uma cópia foi preservada nos arquivos militares, só vindo a público em abril de 2011, quando a revista Carta Capital o publicou na íntegra³⁸².

O valor do “Diário do velho Mário” como documento histórico é inestimável. É o documento mais extenso vindo de dentro da guerrilha, redigido por seu comandante, que tinha informações sobre todos os destacamentos. Maurício Grabois registrou o dia a dia da guerrilha por 605 dias; a cópia produzida pelos militares perfaz um total de 145 páginas digitadas. Nele, além da visão de Maurício Grabois sobre a guerrilha, constam suas impressões sobre questões políticas da época, seus comentários sobre líderes da esquerda como Fidel, Herver Hoxja, do Partido do Trabalho da Albânia (PTA), Luís Carlos Prestes, Che Guevara, Mao Tsé-Tung, comentários sobre a revolução chinesa, cubana, russa, albanesa, lembranças de sua militância na era Vargas, e diversos outros temas.

O recente aparecimento deste documento lançou novas luzes sobre o estudo da guerrilha do Araguaia e passou a constituir-se numa importante fonte

³⁸⁰ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia, Editora da UFG, 1997.

³⁸¹ ARROYO, Ângelo. “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B” in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*. São Paulo, editora Anita Garibaldi, 2005.

³⁸² GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Di%C3%A1rio_de_Maur%C3%ADcio_Grabois.pdf acessado em 15 de maio de 2012.

histórica. Além do diário, existem os relatórios produzidos por Ângelo Arroyo e uma documentação extensa apreendida pelo Exército durante a guerrilha, que foi disponibilizada em 2005. Todos estes documentos foram utilizados nesta pesquisa, mas enfatizamos o diário de Maurício Grabois pelos motivos que já foram explicitados e por se um documento que somente há pouco tempo foi incorporado às fontes de pesquisa sobre a guerrilha do Araguaia.

4. 1. Os militantes do PC do B no Araguaia

O primeiro militante enviado para a região em 1966 foi Osvaldão. Em 1967 outros militantes foram ao seu encontro e deram início a formação dos destacamentos guerrilheiros. A preparação inicial para a guerrilha consistia no aprendizado da sobrevivência nas condições que o local oferecia, em que os militantes deveriam dedicar-se ao trabalho rural e conviver com os moradores. Tinham a intenção de realizar uma discreta, mas pertinaz aproximação com a população local, de modo a iniciar um trabalho de conscientização política. Paralelamente, deveriam realizar treinamentos guerrilheiros na selva, escolher e preparar os pontos de guarda de suprimento e munição, além de ambientar-se com os perigos e possibilidades que a selva oferecia.

O PC do B enviou 69 militantes para a região. A rota de chegada ao palco da *Guerra Popular* passava pela Belém-Brasília e pelos rios Tocantins e Araguaia. No primeiro grupo de militantes, que chegou próximo ao Natal de 1967 estavam Ângelo Arroyo, Maurício Grabois, Elza Monnerat, João Carlos Hass Sobrinho, Paulo Rodrigues, Zé Carlos e José Humberto Bronca³⁸³.

³⁸³ Sobre os militantes, ver Anexo I.

4.1.1. Osvaldão, o primeiro militante no Araguaia

Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, foi o primeiro a chegar ao local. Antes disso, o militante já havia estado a serviço do partido na Chapada Diamantina em 1963 e Guiratinga (MT) em 1965 (onde também estiveram Gilberto e Paulo Rodrigues)³⁸⁴, pesquisando áreas para o desenvolvimento da guerra popular. Apesar das andanças de Osvaldão à procura do lugar ideal para a guerrilha, escolha do Araguaia foi feita por João Amazonas e Maurício Grabois. O primeiro passou pela região numa viagem de 41 dias de Belém para o Rio de Janeiro, quando, juntamente com Pedro Pomar, fugia dos cárceres do Estado Novo, nos anos 40³⁸⁵.

Em 1964, inclusive durante o golpe civil-militar, Osvaldão esteve na Academia Militar de Pequim onde passou cerca de sete meses, fazendo parte do grupo dos 18 militantes que o PC do B enviou para a China, a fim de receber treinamento para deflagrar a Guerra Popular no Brasil³⁸⁶.

O militante estabeleceu-se inicialmente em Araguatins, onde se dedicou ao comércio de tecidos, que comprava em Marabá e Xambioá e revendia na região. Pouco tempo depois já se dedicava à atividade no garimpo e no marisco (caça e venda de peles). Atuou nos garimpos de Pixuna, Cajueiro, Chiqueirão e Itamirim, todos na região do Araguaia. A Osvaldão atribui-se até mesmo a descoberta do garimpo de Serra Pelada, segundo o Sr. Antônio Veloso, mateiro do Exército³⁸⁷.

A escolha de Osvaldo Orlando da Costa como primeiro militante do PC do B a ser deslocado à região deveu-se provavelmente ao seu preparo físico, militar e intelectual, bastante incomuns, mesmo entre os militantes do PCdoB designados para o Araguaia. Mineiro de Passa-Quatro, Osvaldão era filho de José Orlando da Costa, nascido na senzala da fazenda do coronel Pereira, após a lei do Ventre-Livre. Apadrinhado pelo francês Jules Régnier, o pai de Osvaldão cursou culinária no Rio de Janeiro, o que lhe rendeu uma situação

³⁸⁴ JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a saga do Araguaia*, São Paulo, Expressão Popular, 2008.

³⁸⁵ Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*. São Paulo, editora Anita Garibaldi, 2005.

³⁸⁶ PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo, Terceiro Nome, 2002.

³⁸⁷ JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a saga do Araguaia*, *op. cit.*

financeira sem apertos na criação dos nove filhos³⁸⁸. Joffily o descreve como “autodidata, lido, politizado (...) entusiasta da educação e um polemista contra os que indagavam ‘para que preto vai querer estudar?’ Repassou o francês aprendido com Jules Régnier para filhos e netos”³⁸⁹.

Oswaldo concluiu o ginásio em Passa-Quatro e viajou para São Paulo, para cursar a escola técnica, onde se formou artífice em Cerâmica e iniciou sua militância estudantil junto aos secundaristas; morava com a irmã Irene, professora³⁹⁰.

Irene não conseguiu encontrar trabalho em São Paulo, o que atribuiu ao preconceito racial. Decidiu se mudar para o Rio de Janeiro em busca de emprego e foi acompanhada por Oswaldo, que ingressou na Escola Técnica Nacional e se formou em 1958, como técnico de máquinas e motores. Neste período também se dedicou a atividades esportivas, chegando a ser campeão de Boxe Amador pelo Botafogo. Continuou sua militância estudantil no Rio de Janeiro, onde foi eleito presidente da Associação dos Estudantes Técnicos Industriais. Era um dos “armários” da ETN que fazia a segurança nos congressos da UNE³⁹¹.

Neste mesmo período, cursou o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) durante um ano, onde graduou-se com segundo-tenente. Em 1961, contemplado com uma bolsa concedida a egressos da ETN, foi estudar Engenharia de Minas na Universidade de Praga, na então Tchecoslováquia. Retornou ao Brasil em 1963, junto com dois outros colegas: Eduardo Pomar, filho de Pedro Pomar, militante do PC do B morto em 1976 na chacina da Lapa, e Gilberto Olímpio Maria, também morto no Araguaia³⁹².

Deter-se na figura de Oswaldo Orlando da Costa, revela alguns aspectos da recepção dos moradores à guerrilha. Dono de um aspecto físico incomum para a região (negro, 1,98 cm de altura), sobre Osvaldão pairam as mais variadas histórias da guerrilha que misturam-se com as lendas locais:

O Osvaldão tinha um pacto com o demônio que (...) fechou o corpo do Osvaldão. Sempre Osvaldão andava acompanhado

³⁸⁸ Ibidem.

³⁸⁹ Ibidem, p. 18.

³⁹⁰ Ibidem.

³⁹¹ Ibidem.

³⁹² Ibidem.

espiritualmente e a bala realmente não entrava. Ocorreu varias vezes confrontos com Osvaldão e a patrulha de 30 homens só cercava o local em que Osvaldão estavam e disparavam muitos tiros mesmo, e eles tinham consciência de que o Osvaldão estava lá só o facho no chão e eles se aproximavam viam que não tinham ninguém respondendo tiro, a patrulha já havia cessado tiro, quando chegavam onde o Osvaldão estava eles viam que não havia ninguém e nem marcas de sangue, o que tinha no lugar era um cupim, ou uma tora de madeira, ou um tronco, ou qualquer outra coisa menos um corpo e menos sangue³⁹³

O Sr Eduardo afirma ainda que a morte de Osvaldão só foi possível porque foi realizada por um conhecido macumbeiro local, Arlindo Piauí, que foi o autor dos disparos³⁹⁴. No Araguaia, uma vertente do candomblé, originária do Maranhão, o Terecô, era praticada por inúmeros camponeses que afirmavam que nos rituais desta prática religiosa os espíritos informavam sobre a imortalidade de Osvaldão por isso atribui-se ao fato de seu assassino também ser iniciado nas mesmas práticas religiosas, de modo a “retirar” a proteção que o guerrilheiro possuía³⁹⁵.

A região da Gameleira foi onde Osvaldão se estabeleceu definitivamente. Localizada na cabeceira do rio de mesmo nome (ver mapa neste capítulo). Pouco depois chegaram a posse “Tio Cid”, (João Amazonas, principal dirigente do PCdoB na época), seguido de João Humberto Bronca, (Ruivo, Zeca ou Fogoió), Geraldo (José Genuíno) e Glênio de Sá (Glênio). Os dois primeiros ergueram uma casa com telhado de palha e um único quarto para dar abrigos aos que chegariam mais tarde³⁹⁶.

Os cinco primeiros militantes que se estabeleceram na região da Gameleira a transformaram na base do destacamento B, que seria liderado por Osvaldão; João Amazonas deixaria a posse e se integraria à Comissão Militar³⁹⁷.

As descrições mais pormenorizadas da fase de adaptação dos militantes à vida na selva e na guerrilha foram feitas por José Genoíno e Glênio de Sá. O primeiro, em entrevistas que concedeu a jornais e revistas a partir de 1978,

³⁹³ Depoimento do Sr. Eduardo Lemos Porto. São Geraldo do Araguaia (Pará), 16 de julho de 2007.

³⁹⁴ Ibidem.

³⁹⁵ Ibidem.

³⁹⁶ SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1990.

³⁹⁷ Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*. São Paulo, editora Anita Garibaldi, 2005.

como *O Movimento*, *Coojornal*, *O Estado de São Paulo*, e em diversas entrevistas que concedeu nos anos posteriores. Já Glênio de Sá deixou o registro de sua experiência na guerrilha no livro *Relato de um guerrilheiro*³⁹⁸.

4.1.2. A rota para o Araguaia e a adaptação inicial dos militantes

Supomos que não existem documentos do PC do B sobre o processo de escolha dos militantes a serem enviados para a região, já que não encontra-se nenhuma referência a esse aspecto na bibliografia. Na investigação documental para a realização deste trabalho, as únicas referências encontradas mencionam a solicitação do partido para que seus comitês regionais procedessem à escolha de militantes para “área prioritária” (por questões de segurança, não se mencionava tratar-se do Araguaia)³⁹⁹; afora isso, não há outras referências sobre o processo de escolha dos militantes. Entretanto, é possível inferir, pelo perfil dos que se dirigiram ao Araguaia, que ao menos três características eram valorizadas: ter conhecimentos técnicos que servissem à guerra popular; ter familiaridade com a vida no campo ou origem sertaneja, e principalmente ter tido destaque na atuação política anterior, o que comprovaria o compromisso do militante com o partido.

A origem sertaneja, embora desejada, não era impeditivo na seleção, pois havia descendentes de japoneses (Sueli e Rioko) e até mesmo um estrangeiro enviado para o Araguaia, como o italiano Líbero Giancarlo Castiglia (Joca); eram em sua maioria, estudantes⁴⁰⁰. Recrutados em diversos estados do país, eram submetidos às normas de segurança sob a clandestinidade para realizar o primeiro contato com a direção do partido, que avaliaria as condições do militante para a realização das tarefas do Araguaia. Segundo Glênio de Sá: “Fui levado, de olhos vendados, até um aparelho do

³⁹⁸ SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*, op. cit.

³⁹⁹ Cf. POMAR, Pedro “Sobre o Araguaia”. in: MAKLOUF, L., AMAZONAS et, J. MOURA, C. MENDEZ, A. POMAR, W & POMAR, P. *Pedro Pomar*. São Paulo, editora Brasil Debates, 1980.

⁴⁰⁰ 43,81% dos militantes eram ex-dirigentes estudantis, sendo 37,07% universitários e 6,74% secundaristas; 15, 73% eram profissionais liberais, 5,61% operários, 22, 47% camponeses (já incluídos os que se integraram à luta na região) e 12, 35% de comerciários, bancários e outros. CAMPOS FILHO, Romualdo. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em Armas*, op. cit., p. 86.

partido. Estavam lá alguns camaradas da direção nacional, que testaram minhas condições para a tarefa que tinham em mente(...)"⁴⁰¹.

O sigilo em relação ao aparelho do partido para onde eram levados os militantes escolhidos para rumar ao Araguaia se estendia também à rota que seguiriam e ao destino final de suas viagens. Ninguém sabia que estava se dirigindo ao sul do Pará. "Ninguém sabia (...) para onde ia. A gente se comunicava com algumas pessoas que conheciam a região, viviam lá, e a própria confiança nos levava para o Pará sem saber que estávamos indo para lá"⁴⁰².

Saindo de seus estados de origem, uma das rotas feita pelos militantes incluía uma viagem de ônibus até Anápolis, em Goiás, onde se encontrava outro militante. José Genuíno, por exemplo, encontrou José Humberto Bronca⁴⁰³, que já estava estabelecido na região e que o conduziria o restante do percurso. Deveriam manter-se como desconhecidos durante grande parte da viagem⁴⁰⁴.

De Anápolis, os militantes se dirigiam à Imperatriz no Maranhão, onde pernoitavam. José Genuíno relata que, viajando com José Humberto Bronca, se hospedaram em hotéis diferentes; mesmo procedimento adotavam em relação às compras que necessitavam fazer – facões, panelas, machados, remédios, roupas e alguns mantimentos⁴⁰⁵.

Em Imperatriz tomava-se um barco que descia o rio Tocantins e depois subia o rio Araguaia, num percurso que demorava uma semana. Neste ponto da viagem a regra de segurança se modificava: os militantes demonstravam que se conheciam e já podiam dizer para onde iam: "Dizia que tinha um tio no Sul do Pará, que eu ia morar um tempo lá"⁴⁰⁶.

⁴⁰¹ SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1990, p. 06.

⁴⁰² DÓRIA, P., BUARQUE, S. CARELLI, VOL. & SAUTCHUK, J. *A Guerrilha do Araguaia*.

História Imediata vol. 1. P. 28 Ed. Alfa-ômega, sd.

⁴⁰³ NETO, José Genoíno *apud* PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo, Terceiro Nome, 2002.

⁴⁰⁴ NETO, José Genoíno. "Queríamos a guerra popular" in: DÓRIA, P., BUARQUE, S. CARELLI, VOL. & SAUTCHUK, J. *A Guerrilha do Araguaia*. História Imediata vol. 1. P. 28 Ed. Alfa-ômega, sd.

⁴⁰⁵ *Ibidem*.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 28.

Após o percurso de barco, caminhava-se até o local da moradia. No caso dos militantes Glênio de Sá e José Genuíno, foram 14 quilômetros até a região da Gameleira, onde estava localizada a posse de Osvaldão⁴⁰⁷.

Ao chegarem, os militantes eram recebidos pelo chefe do destacamento, que iniciava com eles a discussão política: o comandante os esclarecia quanto à importância das atividades que exerceriam a partir de então, os colocava a par da situação no local e os instruía sobre a maneira de se relacionar com os camponeses, em sua maioria posseiros pobres, controlados violentamente pela polícia⁴⁰⁸. Também recebiam arma, facão e botina. O facão era um instrumento indispensável na região.

Domina o facão que serve para tudo. Substitui o arado, a plantadeira, a faca de picar fumo, a foice. Limpa-se o terreno com o facão, coça-se as costas, tira-se o bicho de pé, arranca-se o berne, briga-se. Sem facão não se constrói um casebre. O homem e o facão são inseparáveis. Até no arrasta pé o cavalheiro dança de facão à cinta⁴⁰⁹.

Em suas primeiras atividades, os militantes se dedicavam ao desbravamento da região e a criação das condições para o estabelecimento no Araguaia. Seguindo as práticas locais e utilizando os mesmos instrumentos de trabalho dos camponeses, desmatavam o terreno ao redor da casa, com o facão. Esta era uma atividade difícil para militantes pouco acostumados com o trabalho no campo⁴¹⁰.

(...) apareceram bolhas nas palmas de minhas mãos. Como havia muito mato pra ser cortado e o serviço não podia esperar, elas sangravam. Usei meias como luvas, para amenizar a dor e diminuir o atrito do cabo do facão com a pele fina. Nessa nova tarefa era preciso engrossar a pele das mãos⁴¹¹.

Estas atividades eram encaradas pelos militantes a partir de múltiplas perspectivas: era necessária para a sobrevivência, já que se propuseram a

⁴⁰⁷ SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*, op. cit.

⁴⁰⁸ NETO, José Genoíno. "Queríamos a guerra popular" in: DÓRIA, P., BUARQUE, S. CARELLI, VOL. & SAUTCHUK, J. *A Guerrilha do Araguaia*, op. cit.

⁴⁰⁹ JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a saga do Araguaia*, op. cit. p. 37.

⁴¹⁰ NETO, José Genoíno. "Queríamos a guerra popular" in: DÓRIA, P., BUARQUE, S. CARELLI, VOL. & SAUTCHUK, J. *A Guerrilha do Araguaia*, op. cit.

⁴¹¹ SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*, op. cit., p. 07.

viver de sua produção agrícola; era um fator de aproximação com os camponeses, na medida em que realizavam as mesmas tarefas que eles, e se informavam com eles sobre como manejar os instrumentos e como realizar o trabalho, além de realizarem alguns trabalhos na terra juntamente com os camponeses, integrando-se à prática local do trabalho coletivo na juquirá, nas colheitas, na construção de barracões, etc. José Genoíno argumenta que “O trabalho na roça também era um ponto de aproximação entre nós e a população. A gente estava lá como posseiro, vindo de outra região. Se a gente não trabalhasse, não produzisse, a população ia ver a gente como?”⁴¹²

O mesmo militante atesta que o trabalho na roça era um trabalho de preparação física para a guerrilha, já que sabia-se que para adquirir a consistência física requerida por um guerrilheiro, era necessário trabalhar como lavrador: viver lá já era um treinamento, andar na mata, trabalhar na roça, já era em si um treinamento⁴¹³

Uma das prioridades do trabalho dos militantes na região, aproximar-se dos camponeses e viver como eles, não era uma tarefa muito simples. Episódios contados com certo sabor, revelam a perspicácia dos moradores e a inépcia dos militantes em se parecerem com lavradores nos primeiros momentos de sua presença na região. Conforme Glênio de Sá:

Tínhamos um vizinho, o Sr. Joaquim, muito vivo e perspicaz. Osvaldão, quando nos apresentou, disse que eu era bom de juquirá, coisa que eu não tinha nenhuma experiência. Seu Joaquim logo percebeu isso ao apertar minha mão. Fez um ar de riso e retrucou:
- Ele deve ser bom mesmo é de caneta!⁴¹⁴

Mesmo com as dificuldades, o trabalho rural se manteve como parte essencial da adaptação e do treinamento guerrilheiro. Além da limpeza do terreno, era necessário construir a residência que abrigaria os militantes, dar início à preparação da roça e abrir picadas, que serviriam de saídas de

⁴¹² NETO, José Genoíno. “Queríamos a guerra popular”, in: DÓRIA, P., BUARQUE, S. CARELLI, VOL. & SAUTCHUK, J. *A Guerrilha do Araguaia*, op. cit., p. 29.

⁴¹³ Depoimento de José Genoíno Neto. Palmas (Tocantins), 07 de julho de 2008.

⁴¹⁴ SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*, op. cit., p. 07.

emergência para quando a luta armada tivesse se iniciado. Ainda cortava-se lenha e buscava-se palha de babaçu para cobrir a casa⁴¹⁵.

Em 1969 os militantes tinham em sua roça milho, banana, arroz, e várias árvores frutíferas. Criavam galinhas, cachorros para caçar e burros para o transporte de mantimentos. Estreitava-se também o relacionamento com a população. Saíam com a vizinhança para caçar, aprendendo os truques da caça no Araguaia:

Como achar jaboti nas clareiras após as neblinas, como pegar e retirar tatu do buraco; a inutilidade de perseguir cotia com cachorro; os cuidados com a aproximação com os bandos de porcos queixadas (...) como tapar com segurança as tocas de caititus e matá-los com a fumaça da palha seca (...) enfim, ia aprendendo tudo da floresta e testava os ensinamentos na prática⁴¹⁶.

Após se estabelecerem como moradores dedicados à atividade agrícola, os laços com a vizinhança iam se aprofundando. Realizavam caçadas com os camponeses, além de participarem de rezas e festas. Os contatos iniciais se estabeleceram com os moradores dos povoados de Santa Izabel e Santa Virgem⁴¹⁷. As conversas giravam em torno das práticas do cotidiano: “conversávamos sobre a pestes, a falta de feijão, os grileiros, o arroz que tá ruim, como não perder arroz”⁴¹⁸. Os militantes se estabeleceram como marreteiros (vendedores ambulantes), mariscadores, garimpeiros e donos de farmácia, por exemplo, mas atividade principal de todos era a de posseiro⁴¹⁹.

Um conjunto de regras rígidas norteava o dia a dia deles. Havia horário para acordar (6 horas) horário dos treinos de ginástica (entre 6 e meia e 7 e meia), num período em que em geral não passava nenhum morador da região da Gameleira, além de horário para o trabalho na roça e demais afazeres.

Da rotina diária dos militantes fazia parte também a audição de diversos programas de rádio, já que os jornais e revistas impressos raramente chegavam e quando isso acontecia era com meses de atraso. Ouvia-se a

⁴¹⁵ NETO, José Genoíno. “Queríamos a guerra popular” in: DÓRIA, P., BUARQUE, S. CARELLI, VOL. & SAUTCHUK, J. *A Guerrilha do Araguaia, op. cit.*

⁴¹⁶ SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro, op. cit.*, p. 08.

⁴¹⁷ NETO, José Genoíno. “Queríamos a guerra popular” in: DÓRIA, P., BUARQUE, S. CARELLI, VOL. & SAUTCHUK, J. *A Guerrilha do Araguaia, op. cit.*

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 29.

⁴¹⁹ Depoimento de José Genoíno Neto, 07 de julho de 2008, Palmas (Tocantins).

BBC de Londres, Tirana (Albânia), Voz da América Rádio Havana (Cuba), a rádio Bandeirantes de São Paulo e as rádios locais. Após os programas, havia um pequeno debate e troca de opiniões sobre os principais acontecimentos nacionais e internacionais⁴²⁰. Segundo José Genoíno Neto:

Entre os militantes do PC do B a gente tinha as orientações do comitê central, que a gente discutia, lia, a gente tinha uma preparação de livros, estudos, que a gente fazia também cursos, a gente ouvia bastante também as rádios Pequim, Tirana, Havana (...) durante o período da preparação, a gente tinha um programa da Tirana diretamente dirigida pelo PC do B, aí a gente se informava de muita coisa na cidade, ouvindo a rádio Tirana, também a de Pequim informava, era Tirana-Pequim (...)⁴²¹.

Os afazeres cotidianos eram realizados num esquema de revezamento de tarefas. A intenção era a de que todo o militante aprendesse a fazer tudo: lavar, cozinhar, costurar, manter a higiene da casa. Glênio de Sá relata a surpresa de um morador ao ver Chica (Suely Kanayama) sentada enquanto ele preparava o almoço uma prática pouco comum numa sociedade machista⁴²².

Os relatos de doenças entre os militantes são inúmeros e não restringiram-se apenas à fase de preparação da guerrilha; estenderam-se a todo o período que os militantes estiveram no Araguaia. A malária, por exemplo, parece ter atingido a todos. Além da malária, a leishmaniose, picadas de morcegos, diversas espécies de carrapatos e de insetos atormentaram os militantes principalmente nos períodos em que se internavam na floresta⁴²³.

Para combater as enfermidades dos militantes e também para dar assistência médica à população local, organizou-se um serviço de saúde na guerrilha. Os guerrilheiros designados para a tarefa eram chamados de "bulas", e cada destacamento contava com alguns deles. O médico João Carlos Haas Sobrinho (Joca) era o "Bula-chefe". Em algumas ocasiões os bulas se reuniam para organizar os serviços de saúde. Já durante a guerrilha, Grabois relata uma das reuniões dos bulas, que continha os seguintes temas:

⁴²⁰ SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*, op. cit.

⁴²¹ Depoimento de José Genoíno Neto, 07 de julho de 2008, Palmas (Tocantins).

⁴²² SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*, op. cit.

⁴²³ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Di%C3%A1rio_de_Maur%C3%ADcio_Grabois.pdf acessado em 15 de maio de 2012.

- a) Clínica: malária, leishmaniose, diarreia, corubas, micoses e outras doenças comuns na região;
- b) Profilaxia: tétano, verminose, etc;
- c) Medicamentos: uso, conservação, estoques e necessidades;
- d) Organização: estatística, ficha médica individual, material de saúde, equipamento de saúde de Grupo e de Destacamento;
- e) Papel do bula na guerrilha: cursos, assistência ao combatente e às massas;
- f) Odontologia;
- g) material de estudo⁴²⁴.

Existiam ainda cadernos nos destacamentos classificando as doenças e as receitas para a cura de diversas delas; quando nada resolvia ou quando não havia bulas nos destacamentos (quando estavam, por exemplo, em viagem para realização de outras tarefas), recorria-se aos conhecimentos da população.

4.1.3 - O treinamento militar na selva e a montagem logística da guerrilha

A fase de adaptação visava ambientar os militantes com o cotidiano do camponês do Araguaia, aproximá-los dele, a fim de dar início a um trabalho de politização das massas rurais. Razoavelmente atingido este ponto, passou-se aos exercícios de selva. Genoíno relata que:

(...) com essa base inicial, fomos vencendo os primeiros obstáculos. Até experimentar o que é dormir na selva, se afastar 200 metros e voltar para a casa. Ficávamos completamente perdidos. O Osvaldo ia com a gente 200 metros longe da casa e perguntava: - Como é que faz para voltar? A gente não sabia⁴²⁵.

Os treinamentos na selva incluíam aprender a atirar, a caçar, reconhecer os diversos tipos de animais que habitavam a mata, perceber a aproximação de onças, cobras, se desvencilhar de insetos, identificar rastros de animais e

⁴²⁴ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Graboís (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*, op. cit., p. 106-107.

⁴²⁵ NETO, José Genoíno. "Queríamos a guerra popular" in: DÓRIA, P., BUARQUE, S. CARELLI, VOL. & SAUTCHUK, J. *A Guerrilha do Araguaia*, op. cit., p.32.

de gente, aprender o que se podia comer ou não, onde encontrar água, entre outras atividades⁴²⁶.

Tratava-se de aprender a viver num ambiente de selva, a guiar-se nas matas e tirar proveito dela para a guerrilha. Durante o trabalho de ambientação nas matas, os militantes também faziam o levantamento topográfico da região. Possuíam mapas e croquis do terreno, onde indicavam a existência de olhos d'água, grotas e árvores; demarcavam os locais que serviriam para refúgio além de indicarem locais para onde os militantes deveriam se dirigir em caso de dispersão⁴²⁷.

Foi durante esta fase de ambientação nas matas que se criaram os Pontos de Apoio. Eram locais em que os militantes estocavam alimentos, remédios, tecidos para a confecção de roupas, lonas para a fabricação de mochilas, livros e munição, além dos demais materiais necessários à guerrilha; havia até mesmo um microscópio em um dos Pontos de Apoio⁴²⁸.

O aprendizado sobre como escolher os locais de acampamento era fundamental no dia a dia na floresta. Visava desenvolver no militante um conhecimento profundo da selva, capaz de permitir que ele sobrevivesse, em condições de combate, por longos períodos no interior da mata⁴²⁹.

Todavia, mesmo os melhores mateiros freqüentemente se perdiam na floresta. Havia entre os moradores uma máxima que rezava: “no mato ninguém é bom”⁴³⁰, referindo-se a dificuldade para guiar-se nas matas. O diário de Maurício Grabois contém inúmeros relatos de atrasos em “pontos” marcados entre os guerrilheiros pois estes se perdiam nas matas. Michéas Gomes de Almeida (Zezinho, ou Zezinho do Araguaia) considerado o melhor mateiro entre os guerrilheiros, entrou e saiu algumas dezenas de vezes da área da guerrilha, foi responsável pela retirada de alguns militantes da região, como a guerrilheira Criméia Schmidt Almeida (Alice) e Ângelo Arroyo (Joaquim). Era a pessoa que fazia a ligação da guerrilha com o partido, trazendo dinheiro, suprimentos e outros materiais para a área. Zezinho atrasava-se com frequência, as vezes por alguns dias, pois freqüentemente se perdia na mata ao tentar encontrar seu

⁴²⁶ SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro, op. cit.*

⁴²⁷ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973, op. cit.*

⁴²⁸ SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro, op. cit.*

⁴²⁹ Ibidem.

⁴³⁰ Ibidem.

acampamento. As dificuldades para orientação nas matas era tão grandes que algo impensável no contexto da guerrilha urbana era corriqueiro na região: havia uma tolerância para atraso aos “pontos” de até 48 horas⁴³¹.

Talvez o caso mais dramático de militante perdido na floresta seja o de Glênio de Sá. Em seu relato, o militante conta que passou mais de um mês perdido na selva. Afirma também que se destacava pelas suas qualidades de caçador, mas que era péssimo em orientação. Como aprendera a caçar com os moradores, durante a sua busca por algum contato com os companheiros, se alimentou de jabotis, macaco-prego, guariba e jacu⁴³², que caçou enquanto teve fósforos para cozinhá-los. Tentou comer um jaboti cru, mas não conseguiu. Afirmou que “a sua carne além de dura me parecia repugnante. Minha sorte é que o fígado é grande e comi-o inteiro”⁴³³.

Havia também frutas como cupuaçu, açaí e cacau, além de frutas silvestres que o militante só consumia após observar os animais comendo, para se certificar de que não eram venenosas. De sua dieta também fez parte ovos de azulão⁴³⁴, palmito, coco de babaçu. Teve acessos de malária, bernês nos braços e nas pernas e delírios⁴³⁵.

O relato sobre sua experiência na selva é extenso, emocionado e eivado da ideologia partidária. Um caráter de formação de “verdadeiros revolucionários”, forjados na luta pela sobrevivência na selva, é sempre exaltado. Cada vitória de um obstáculo natural é comemorada pelo militante com entusiasmo, e a cada deslize, o militante apresenta uma autocrítica severa. Ao comentar a sua prisão, por exemplo, Glênio afirmava que: “até hoje me pesa na consciência ter quebrado a nossa disciplina e caído nas mãos do Exército”⁴³⁶.

⁴³¹ Ibidem.

⁴³² Guariba é uma espécie de primata que consta da lista de animais ameaçados de extinção deste 1989 (Portaria nº 1.522, de 19 de dezembro de 1.989) e o Jacu é uma espécie de pássaro da região.

⁴³³ SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*, op. cit., p. 20.

⁴³⁴ Espécie de pássaro da região.

⁴³⁵ SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*, op. cit.

⁴³⁶ Ibidem, p.26.

4.2 O início da guerrilha: a estruturação das Forças Guerrilheiras do Araguaia e as primeiras avaliações do movimento

A primeira investida do Exército contra a guerrilha ocorreu no dia 12 de abril de 1972. Atacou-se o “Peazão”, maior ponto de Apoio construído pelos militantes nos anos anteriores⁴³⁷. Avisados pelos moradores, uma equipe de militantes do destacamento A que se encontrava no local teve condições de retirar armamentos e materiais antes de embrenhar-se na mata. Tratava-se de um grupo baseado em Faveiro, comandado por Zé Carlos (André Grabois). Três dias depois, os três grupos que compunham o destacamento estavam reunidos, sem baixas e tendo salvado parte substancial do material⁴³⁸, por isso, a avaliação dos resultados do primeiro ataque foi positiva entre os guerrilheiros.

Este resultado também foi creditado ao apoio que recebiam dos moradores, que se deslocaram para o “Peazão” para avisar os militantes da chegada do Exército⁴³⁹, apesar da contrapropaganda que as Forças Armadas realizavam entre os moradores – afirmavam que os tais “paulistas”⁴⁴⁰ eram, na verdade, assaltantes de bancos, terroristas, bandidos procurados em outros estados e que haviam fabricado muitas armas.

Ainda que afirmassem que a massa não acreditava nessas informações, avaliou-se que era necessário intensificar o trabalho junto aos moradores, afinal, a Guerra Popular começara⁴⁴¹. Não na melhor hora, já que o trabalho de preparação deveria durar mais alguns anos, e em condições adversas já que um dos destacamentos, (o destacamento C, comandado por Paulo) ainda encontrava-se em fase de implantação, com muitos militantes recém-chegados

⁴³⁷ ARROYO, Ângelo. “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B” in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*. São Paulo, editora Anita Garibaldi, 2005.

⁴³⁸ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973, op. cit.*

⁴³⁹ ARROYO, Ângelo. “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B” in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade, op. cit.*

⁴⁴⁰ “Paulistas” era uma das designações pelas quais os militantes eram conhecidos na região, denominação que se estendia às pessoas que eram do centro-sul do país, mesmo sem relação com a guerrilha. Os militantes também eram conhecidos como “guerrilheiros”, “terroristas” (a partir da chegada do exército) e “povo da mata”. Esta última forma de se referir aos guerrilheiros foi mais frequente no período em que eles abandonaram os destacamentos e passaram a viver em acampamentos na selva.

⁴⁴¹ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973 op. cit.*

e sem experiência na mata ou treinamento militar, diferente dos destacamentos A e B, mais antigos, nos quais os militantes já haviam tido tempo de conhecer a mata e realizar os treinamentos militares propostos pelo partido⁴⁴².

Osvaldão e Cilon da Cunha Brun (Comprido) são os protagonistas do primeiro choque com o Exército. O diário de Maurício Grabois registra que, ao se dirigir à casa de um camponês, Osvaldão e Comprido encontraram-se com uma tropa que supuseram ser da Polícia Federal. O grupo havia subido o rio Gameleira num barco à motor e apresentava-se à população como geólogos. Surpreendendo os inimigos, os guerrilheiros travaram com eles um tiroteio no qual dois policiais foram mortos e outro foi ferido. O grupo era acompanhado por um mateiro que saiu correndo do local⁴⁴³.

Iniciada a Guerra Popular, novas diretrizes deveriam ser adotadas pelos militantes. Os Pontos de Apoio descobertos ou vigiados não poderiam mais ser visitados; deveriam ter cuidado redobrado com a segurança, optando sempre em andar no meio da mata, em picadas de emergência já abertas, longe das vias principais. Deveriam também esclarecer a população sobre os motivos de sua luta no Araguaia, conclamando-os a unirem-se às forças revolucionárias, então batizadas de Forças Guerrilheiras do Araguaia (FOGUERA)⁴⁴⁴, alguns pequenos ataques às forças da repressão deveriam ser planejados. Grabois chama a atenção para uma das grandes dificuldades a serem superadas nesta fase da luta: “A inexperiência é geral. Mas acabaremos superando todos os obstáculos e os co [combatentes] acabarão por dominar os métodos da GP”⁴⁴⁵.

Um elemento importante na concepção dos guerrilheiros, era a divulgação do que acontecia no Araguaia. Avaliavam que uma ampla divulgação dos acontecimentos atrairia milhares de camponeses, estudantes e trabalhadores urbanos para a luta contra a ditadura. A importância da divulgação dos acontecimentos também se expressava nas queixas de Grabois em relação ao silêncio das rádios Pequim e Tirana. Em relação à Tirana, o militante afirma que: “A Rádio da Albânia comenta a situação das massas no Ceará, onde lavra a seca, faz comentários de toda ordem sobre o Brasil, mas

⁴⁴² ARROYO, Ângelo. “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B” in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade, op. cit.*

⁴⁴³ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973, op. cit.*

⁴⁴⁴ Ibidem.

⁴⁴⁵ Ibidem, p.33.

não diz uma palavra sobre o nosso Pará e a mata em que nos encontramos”⁴⁴⁶.

Romper o cerco da censura ditatorial e divulgar os acontecimentos no Araguaia era tido como vital para a sobrevivência do movimento⁴⁴⁷. Apenas após mais de um mês do início da guerrilha é que a Rádio Tirana divulgou informações mais precisas sobre a luta que se desenvolvia no Araguaia. Grabois supôs que as informações transmitidas foram elaboradas por João Amazonas, já que elas revelavam um conhecimento interno da guerrilha.

Aliada a divulgação e a propaganda da guerrilha para outras regiões do país e do mundo, era necessário cuidar da divulgação interna das informações e do recrutamento de novos combatentes. As FOGUERA avaliavam, dado o “espírito das massas”, que esta não era uma tarefa difícil: “Aqui, temos que intensificar a propaganda revolucionária, recrutar novos co para as Forças Guerrilheiras e amigos para a nossa causa. E isso não é difícil de realizar. As condições parecem favoráveis”⁴⁴⁸.

As “condições favoráveis” mencionadas por Maurício Grabois foram abordadas na primeira reunião da Comissão Militar, que ocorreu quase dois meses após a deflagração da guerrilha. A avaliação que se fazia da população era exultante, vista como fruto do trabalho de politização iniciado logo após o primeiro ataque do exército:

Altamente positiva é a informação sobre a massa. Uma equipe chefiada por Piauí e composta de Be, Land e Su visitaram cinco casas e conversaram com diferentes pessoas. A recepção foi a melhor possível. Acima de qualquer expectativa⁴⁴⁹.

Alguns contatos com os camponeses foram feitos no período que antecedeu a reunião da Comissão Militar. Além da equipe de Piauí, Osvaldão também visitou algumas casas, onde explicava os motivos da resistência na área. Este trabalho de politização das massas, visava implantar bases do MLP (Movimento de Libertação Popular) que mais tarde se transformariam nos

⁴⁴⁶ Ibidem, p. 04.

⁴⁴⁷ ARROYO, Ângelo. “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B” in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade, op. cit.*

⁴⁴⁸ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973, op. cit., p. 07.*

⁴⁴⁹ Ibidem.

núcleos da União pela Liberdade e os Direitos do Povo (ULDP), que serviriam de apoio aos combatentes das FOGUERA. A boa recepção dos camponeses e a promessa de apoio eram vistas como aspectos que comprovariam a “justeza da linha militar” adotada pelo partido. A outra característica que atestaria o acerto do partido era a escolha do local:

Todos nos apoiaram, prestaram valiosas informações e se dispuseram a nos ajudar de diferentes formas. Isso mostra que os nossos co são bastante queridos pelos camponeses e que estes são receptíveis à nossa orientação. Confirma-se a justeza da nossa linha militar. A mata nos abriga e o povo nos ajuda. Tivéssemos começado a luta em região sem mata, com terreno desfavorável, já teríamos sido liquidados, mesmo contando com a simpatia das massas. Agora, para nós fica patente a diferença radical entre a nossa teoria de GP e a concepção “foquista”⁴⁵⁰.

Da mesma forma que a mata era vista como favorável ao guerrilheiro, apontava-se que ela seria “hostil” às forças repressivas. O resultado das primeiras investidas do exército, foram claramente favoráveis aos guerrilheiros, onde as baixas de militantes foram poucas (apenas três prisões) e a perda dos Pontos de Apoio foram de menor importância, mesmo tendo sido atacado o “Peazão”⁴⁵¹. As Forças Armadas logo se retiraram da área, mas suspeitava-se, corretamente, que era uma retirada estratégica, visando utilizar tropas mais capacitadas para as operações de contraguerrilha. Contudo, a visão que se fazia a respeito das forças guerrilheiras, era a de que “qualquer tática dos soldados da ditadura fracassará”⁴⁵², bastando para isso que os combatentes do Araguaia soubessem empregar corretamente os métodos da Guerra Popular⁴⁵³.

Uma visão positiva sobre os camponeses era acompanhada de uma crença no apoio da pequena burguesia local e mesmo de “elementos mais abastados” (latifundiários) que simpatizariam com a causa do PC do B.

Acreditamos também que a pequena burguesia das cidades próximas e das corrutelas simpatizam conosco. Mesmo alguns

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 8-10.

⁴⁵¹ ARROYO, Ângelo. “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B” in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade, op. cit.*

⁴⁵² GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Graboís (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973, op. cit.*

⁴⁵³ Ibidem.

elementos abastados, descontentes com a ditadura, darão seu apoio à luta. Tudo isso é um fator bastante promissor e da maior importância para a sobrevivência das Forças Guerrilheiras⁴⁵⁴.

Esta é uma das raras ocasiões em que o PC do B faz menção a elementos da burguesia, a classe para a qual o partido realizava a revolução, já que tratava-se de sua etapa “democrático-burguesa”. Esperavam contar com o apoio de uma “pequena burguesia” da região, além de, possivelmente, explorar os antagonismos entre os grandes latifundiários (as classes mais abastadas) com o regime ditatorial. Contudo, salvo em algumas questões pontuais, não havia contradição de interesses entre o Estado ditatorial e estas “classes”. O projeto de desenvolvimento para a região, implementado pelos governos militares a partir dos anos 70 visavam fortalecer esta camada social e não o contrário⁴⁵⁵.

Entretanto, a inclusão de setores latifundiários no processo revolucionário denota alguns aspectos da avaliação do PC do B sobre a realidade brasileira. Em termos *isebianos*, a inclusão de setores da burguesia revela que a “contradição principal⁴⁵⁶” do país residiria no embate entre os pólos “nação” e “antinação”⁴⁵⁷. Na prática, contudo, pouco se fez para promover uma aproximação com outros segmentos sociais além dos camponeses.

A reunião da Comissão militar apresentava um balanço do primeiro período de luta e definia como tarefas:

- 1) realizar intensa propaganda revolucionária armada;
- 2) garantir o autoabastecimento;
- 3) levar a cabo ações armadas contra o inimigo, de maior ou menor envergadura. Este tipo de ação ou a ocupação de pequena cidade ou lugarejo será sempre um meio de propaganda e uma forma de crescer (conseguir armas, equipamentos, recrutar elementos da massa, etc). Precisamos aproveitar o recuo temporário do inimigo para enviar nossos

⁴⁵⁴ Ibidem, p. 09.

⁴⁵⁵ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para Não Entregar: políticas públicas e Amazônia*. 2ª ed., Campinas, Papirus, 1991.

⁴⁵⁶ Cf. TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

⁴⁵⁷ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973, op. cit. p.10.*

propagandistas armados a todos os recantos da região, a todas as casas de camponeses⁴⁵⁸.

Nos meses seguintes, as Forças Guerrilheiras do Araguaia concentram-se prioritariamente nos contatos com as massas e nas tarefas de autoabastecimento. Os destacamentos A e B formavam equipes que percorriam o “Beiradão do Araguaia”⁴⁵⁹, visitando famílias, e realizando um trabalho de politização e assistencialismo aos camponeses. Nas visitas, levavam consigo o Comunicado nº 01⁴⁶⁰, que era lido e debatido com os camponeses e realizavam-se consultas médicas. Procurava-se que nas equipes de guerrilheiros que buscavam a ligação com as massas, que estivesse sempre presente um “bula” (médico), para o atendimento dos camponeses.

4.2.1 - O trabalho de massas: dos camponeses servindo a guerrilha à guerrilha servindo aos camponeses

As Forças Guerrilheiras do Araguaia, para intensificar o trabalho de massas, redigiram o Comunicado nº 01, publicado em 25 de maio de 1972, pouco mais de um mês após o primeiro ataque das forças armadas. O documento denunciava a repressão das tropas do governo e incluía no rol de violências da ditadura contra os mais diversos segmentos sociais:

No passado mês de abril, tropas do Exército, em operações conjuntas com a Aeronáutica, Marinha e Polícia Militar do Pará, atacaram de surpresa antigos moradores das margens do Rio Araguaia e de diversos locais situados entre SÃO DOMINGOS DAS LATAS e SÃO GERALDO, prendendo e espancando diversas pessoas, queimando casas, destruindo depósitos de arroz e outros cereais e danificando plantações. Este traiçoeiro ato de violência praticado contra honestos trabalhadores do campo é mais um dos inúmeros crimes que a ditadura militar vem cometendo em todo o país contra camponeses, operários, estudantes, democratas e patriotas. O governo dos generais procura difamar as vítimas de suas arbitrariedades, espalhando

⁴⁵⁸ Ibidem.

⁴⁵⁹ Ibidem.

⁴⁶⁰ A íntegra do Comunicado nº 01 encontra-se no anexo II.

que se trata de ação realizada contra bandidos contrabandista marginais e assaltantes de bancos. Mas a população da região não acredita em tais mentiras. Conhece, há muitos anos, os perseguidos, todos pessoas corretas, dedicadas ao trabalho e amigas da pobreza, sempre prestativas e solidárias com o povo, em particular, com os espoliados pelos grileiros e alvo das injustiças da polícia⁴⁶¹.

Os guerrilheiros mantinham no documento a condição de posseiro, recorrendo à sua antiguidade na região, ao trabalho honesto e ao assistencialismo prestado aos camponeses como refutação das informações que o exército passou a divulgar na área, a saber, que se tratava de contrabandistas e criminosos procurados pela justiça. Denunciavam aquelas que seriam práticas cada vez mais frequentes contra os camponeses da região, de destruição das moradias e dos meios de subsistência. A violência das forças repressivas teria ensejado a resistência na área,

Diante do criminoso ataque das forças armadas governamentais, muitos habitantes das zonas de SÃO DOMINGOS DAS LATAS, BREJO GRANDE, ARAGUATINS, PALESTINA, ITAMERIM, SANTA IZABEL, SANTA CRUZ e SÃO GERALDO resolveram não se entregar, armar-se com o que puderam e enfrentar corajosamente o arbítrio e a prepotência do Exército e da Polícia. Com tal objetivo, internaram-se nas matas do PARÁ, GOIÁS e MARANHÃO para resistir com êxito ao inimigo muito mais numeroso e melhor armado. A fim de desbaratar as operações militares da ditadura, defender suas vidas e desenvolver sua luta pela posse da terra, a liberdade e uma existência melhor para toda a população, decidiram formar destacamentos armados, criaram as FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA. Tomaram, também, a iniciativa de fundar ampla frente popular para mobilizar o organizar os que almejam o progresso e o bem-estar, os que não se conformam com a fome e a miséria, com o abandono e a opressão⁴⁶².

O primeiro comunicado da guerrilha a apresentava como um movimento de iniciativa dos posseiros. Os guerrilheiros, que se julgavam transformados pela experiência de alguns anos em camponeses, se colocavam como membros daquela comunidade e informavam aos moradores da região que, frente às arbitrariedades, muitos habitantes resolveram não se entregar. Mas o

⁴⁶¹ FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA. "Comunicado nº 1 da Forças Guerrilheiras do Araguaia", in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*. São Paulo, editora Anita Garibaldi, 2005, p. 139.

⁴⁶² Ibidem.

contingente de resistentes se restringia apenas aos militantes do PC do B, com alguns poucos moradores que se envolveram no movimento. O documento tem muito mais um cunho de agitação e propaganda do que a dimensão correta do alcance da resistência guerrilheira e do envolvimento da população. Era uma tentativa de ganhar as massas, supervalorizando o contingente de combatentes que efetivamente se dispunha.

Da mesma forma, propõe-se a criação do MLP, que posteriormente se transformaria nos núcleos da ULDP. A que se observar, entretanto, que mesmo os núcleos populares não foram criados por iniciativa dos camponeses e sim dos militantes.

(...) surgiu o MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DO POVO (MLP), onde podem ingressar os moradores da região e de outros estados, muitos dos quais vem tendo suas terras roubadas por gananciosos grileiros e são perseguidos, presos e espancados pelos agentes da ditadura. Nele há lugar não só para os pobres como também para todo patriota, seja qual fôr sua condição social, que deseja pôr abaixo a ditadura e instaurar no Brasil um regime verdadeiramente democrático⁴⁶³.

Já argumentamos que a proposta de enfrentamento desenvolvida pelo PC do B não teve como base a experiência concreta das lutas sociais no campo brasileiro, mesmo em seus movimentos mais próximos, como é o caso da experiência das Ligas Camponesas do nordeste, nos anos 60 e a luta dos posseiros de Trombas e Formoso, nos anos 50. Da mesma forma, não se desenvolveram núcleos resistentes e/ou combatentes por iniciativa popular no período que perdurou a guerrilha. As ULDP foram criadas de forma autoritária, sem a intenção de desenvolver efetivamente uma luta a partir dos camponeses; a primazia era do partido. Aos camponeses cabia se submeter às orientações e a organização traçadas pelo PC do B. Como veremos adiante, a lógica da luta de classes no Araguaia subverteu a função inicial dos núcleos da ULDP. O movimento camponês soube utilizá-la à seu favor, da mesma forma que submeteu às forças guerrilheiras às necessidades de seu movimento.

Entretanto, mesmo considerando a primazia do partido sobre o movimento, sua forma autoritária de organizar os camponeses, ao longo da

⁴⁶³ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*, op. cit. p. 13.

existência da guerrilha fica evidente alguns êxitos no trabalho de politização dos moradores da região e percebe-se uma afinação maior com as demandas camponesas e o movimento guerrilheiro.

Nos primeiros meses da guerrilha, as referências aos problemas agrários, a presença de grileiros e a atuação do INCRA junto aos camponeses eram genéricas. A preocupação em “ganhar as massas para a guerrilha”⁴⁶⁴ centrava-se num trabalho de conscientização política que buscava despertar o camponês para as grandes questões do país, segundo a visão do partido. Aos cinco meses da deflagração da guerrilha, um balanço da luta armada na região enfatizava a vinculação entre a luta guerrilheira no sul do Pará no quadro geral de combate à ditadura e ao imperialismo e pretendia ser um catalizador de outras lutas que se espalhariam pelo Brasil, mas abordava genericamente as questões sociais que afetavam diretamente os camponeses.

As massas camponesas das diferentes áreas foram despertadas para a vida política com o desencadeamento da guerrilha: avançaram dezenas de anos no que diz respeito à sua consciência política. No seio das massas dá-se uma polarização. Os contingentes que se manifestam a favor das FF GG constituem a imensa maioria da população local. Com o surgimento da luta armada, crescem as contradições sociais (camponeses dispõem-se a enfrentar os grileiros, a não pagar ao INCRA, etc). A luta guerrilheira está no centro de todas as discussões dos camponeses. Nas cidades, vilas e lugarejos da periferia da região rebelada também reflete-se favoravelmente a luta armada⁴⁶⁵.

Percebe-se uma visão que coloca o movimento guerrilheiro acima das demandas concretas dos camponeses. A abordagem genérica destas demandas não permitia identificar a extensão do problema da grilagem de terras, e a forma como efetivamente os camponeses se posicionavam. Estas não foram preocupações das forças guerrilheiras no seu início.

Já abordamos que é próprio da sociabilidade do camponês o apoio à comunidade no que se refere ao abastecimento, a solidariedade no trabalho e o oferecimento de abrigo e alimentação durante os deslocamentos. Os

⁴⁶⁴ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Graboís (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973, op. cit.*

⁴⁶⁵ *Ibidem*, p.35.

guerrilheiros em nenhum momento refletem sobre este traço cultural; todo apoio recebido foi entendido como apoio à causa da guerrilha.

Este apoio à causa guerrilheira de fato ocorreu, mas não foi imediato e irrestrito como imaginavam os guerrilheiros. Ocorreu a medida em que a guerrilha se desenvolveu e que os problemas da população local passou a ser objeto de reflexão e ação dos guerrilheiros. As informações sobre as demandas locais, com o correr da luta, deixaram de ser genéricas:

No DA, com sempre, as coisas vão avançando. ZC, à frente de um grupo, visitou, na área 2, 15 famílias, sendo 4 novas. Esteve novamente em Bom Jesus. Entre a massa há grande revolta contra o INCRA. Para discutir a luta contra essa repartição do governo, o D promoveu uma reunião de massas em que participaram 29 adultos. Os co fizeram a segurança. O debate foi muito bom. Há possibilidade de se criar mais um núcleo da ULDP e organizar nova reunião de massas contra o INCRA, mais numerosa ainda⁴⁶⁶.

Como resultado dessas ações, a Comissão Militar da guerrilha se reuniu e resolveu lançar um Manifesto contra o INCRA⁴⁶⁷:

Lavrador! Defende tua terra contra a espoliação dos grileiros e do governo. A todo momento você ouve falar no INCRA (Instituto Nacional de Colonização Agrária). Seus funcionários aparecem nas roças e corrutelas para dizer que essa repartição surgiu para apoiar o homem do campo. Muita gente fica confusa, sem saber o que é o INCRA. O que é mesmo o INCRA?

Esse órgão do governo foi criado para beneficiar os grileiros, os grandes fazendeiros e poderosas companhias que exploram a agricultura e a pecuária, como a CODEARA, a CODESPER, a SUIÁ MISSÚ e muitas outras. (...) Quando aparece o grileiro, com títulos de propriedade forjados, o posseiro é expulso de sua gleba pela polícia, mesmo tendo dado sua contribuição ao INCRA. Veja o exemplo do capitão Olinto, chefe dos grileiros da Capingo. Ele, com a conivência das autoridades de Belém e do INCRA, apoderou-se de quase 50 mil hectares de terra (9.600 alqueires) na área do rio Gameleira, abrangendo inclusive o lugar onde se situa a corrutela de Santa Isabel. (...) O INCRA apoiou o capitão Olinto e deixou os posseiros ao desamparo. (...)O lavrador não precisa do INCRA para coisa nenhuma. (...) Não se deixe enganar pelo INCRA. Não

⁴⁶⁶ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Graboís (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*, op. cit. p.118.

⁴⁶⁷ O “Manifesto contra o INCRA” encontra-se reproduzido na íntegra no anexo III. desta tese.

entregue um só tostão a essa verdadeira arapuca. Você deve combater o INCRA. Não se deixe cadastrar pelos seus agentes. Não lhe dê qualquer informação. Ingresse na UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO (ULDP), que defende os interesses da população pobre e pugna pelo progresso do interior. Você precisa apoiar, por todos os meios, as Forças Guerrilheiras do Araguaia que, de armas na mão, enfrenta a odiosa ditadura militar e se empenham em conquistar um governo popular. Esse governo acabará com as perseguições, a fome, a miséria e a exploração; assegurará, a todos, liberdade e bem estar; fará do Brasil um país respeitado, livre e independente.

Abaixo o INCRA!

Morra a ditadura sanguinária dos generais!

O povo unido e armado vencerá!

Marabá, 10 de agosto de 1973

A União pela Liberdade e pelos Direitos dos Povos⁴⁶⁸

O trecho do manifesto revela a mudança na forma de relacionamento da guerrilha com as demandas locais. São pontuados os locais onde se desenvolviam os conflitos de terra, o INCRA é denunciado como entidade a serviço do latifúndio e são nomeadas as empresas, fazendas e projetos, assim como seus líderes. O caso do capitão Olinto, rendeu uma operação militar contra um de seus capangas, Pedro Mineiro. Uma unidade do destacamento B, dirigiu-se à casa do Capitão, a fim de capturar, julgar e executar a sentença contra o chefe dos pistoleiros do fazendeiro, Pedro Mineiro⁴⁶⁹. Dois grupos, um chefiado por Osvaldo e outro por Comprido, cercou a residência onde se encontrava o jagunço. Junto com Pedro Mineiro, encontraram um jovem piauiense, que foi poupado. Pedro Mineiro “tinha sobre as costas a responsabilidade de vários crimes de morte perpetrados contra peões e camponeses. Submetido a julgamento pelo Tribunal Revolucionário, foi condenado à morte e imediatamente fuzilado”⁴⁷⁰.

No local os guerrilheiros confiscaram alguns armamentos, suprimentos e dinheiro, considerados despojos de guerra. E também “apoderaram-se de valiosos documentos que comprovam a grilagem e a ligação do capitão Olinto com as Polícias Militares de Goiás e do Pará”⁴⁷¹. Segundo Grabois, um dos documentos apreendidos era um mapa detalhado de uma imensa área, com

⁴⁶⁸ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*, op. cit. p.123-124.

⁴⁶⁹ Ibidem.

⁴⁷⁰ Ibidem.

⁴⁷¹ Ibidem.

9.500 alqueires (47 mil hectares), subdividida em lotes de 3 mil hectares cada um, os quais o capitão Olinto vendeu a alguns testa de ferro. De acordo com o militante, também foram apreendidos documentos que comprovavam o apoio da PM de Goiás e do Pará ao grileiro⁴⁷². No local foi deixado um comunicado das Forças Guerrilheiras do Araguaia e outra cópia foi entregue ao jovem piauiense, que foi liberado. O teor do comunicado era o seguinte:

AO POVO

Julgado pelo Tribunal Revolucionário do 2º destacamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia, foi condenado à morte e fuzilado, a 12 de março de 1973, o pistoleiro conhecido pelo apelido de Pedro Mineiro, assalariado do facínora capitão Olinto, chefe do grupo de grileiros do Capingo. Pedro Mineiro, responsável pelo assassinato de vários lavradores e peões, paga com a vida pelos seus crimes.

Abaixo a grilagem!

Fora com os bate-paus e grileiros!

Morte aos Generais Fascistas!

Abaixo a Ditadura Militar!

Viva a Terra Livre para o Povo Viver e Trabalhar!

Viva as Forças Guerrilheiras do Araguaia!

Viva o Brasil Livre e Independente!

Oswaldo Mineiro

Comandante do 2º Destacamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia⁴⁷³.

A medida que a guerrilha se desenvolvia, aquilo que os guerrilheiros esperavam da população, um “amadurecimento político”, também pode ser atribuído aos guerrilheiros. Foi nas ações contra os opressores mais próximos da população camponesa que os guerrilheiros se notabilizaram e estreitaram os laços com as questões locais que afligiam a população camponesa. Foi nas ações concretas contra policiais, jagunços, grileiros e pistoleiros que surgiu o maior número de ULDP's. Criadas para serem entidades de apoio à guerrilha,

⁴⁷² Estes documentos possivelmente estão retidos em poder do Exército brasileiro, já que não eles não constam do material a que tivemos acesso, tampouco se localizou alguma reprodução na bibliografia referênciada a eles. Levando em consideração que o próprio diário de Maurício Grabois esteve desaparecido por quase 40 anos, é possível que o material apreendido pelos guerrilheiros esteja sob poder do Exército.

⁴⁷³ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*, op. cit. p.87. O destacamento foi batizado com o nome de Helenizar Rezende, em homenagem à guerrilheira morta no dia 25 de setembro de 1972 numa emboscada dos Fuzileiros Navais. Sobre a morte da militante obtida em diversas fontes, consta que ela foi atingida por uma saraivada de balas nas pernas e, mesmo ferida, atirou em um dos militares, ferindo-o de morte. Negou-se a entregar a localização de seus companheiros, foi torturada e morta à golpes de baioneta. Segundo os camponeses, seu corpo foi enterrado na região de Oito Barracas. Era conhecida na região como Fátima ou Preta.

transformaram-se em núcleos de organização dos posseiros, onde ocorreu uma inversão nas prioridades propostas pelas Forças Guerrilheiras do Araguaia: não eram mais os camponeses que estavam a serviço da guerrilha, subsumindo a ela e ao partido as suas demandas; foram as forças guerrilheiras que atuaram, ainda que em breves momentos, como braço armado do movimento camponês. Punha-se a nu a intensidade e a dramaticidade da luta de classes na região.

Além do justicamento de jagunços como Pedro Mineiro, uma atividade contra a PM do Pará ganhou grande notoriedade. Em reunião com os camponeses, Zé Carlos, comandante do destacamento A soube da cobrança efetuada por policiais de um posto situado na transamazônica para fornecer “salvo-conduto” aos passageiros dos ônibus que transitavam por lá. A extorsão da PM causou grande indignação entre os moradores, o que resultou numa ação dos guerrilheiros contra o referido posto. O episódio é relatado por Maurício Grabois.

Na madrugada do dia 24, o grupo guerrilheiro, sob o comando do ZC, cercou o alojamento dos policiais militares. Nunes foçou a porta com o fuzil, mas ela não cedeu, pois estava trancada. Então, ZC ordenou que se abrisse fogo e, em seguida, mandou atear fogo no telhado, que era de palha de babaçu. Desta vez, os praças se entregaram, foram presos e a casa invadida. O fogo ia alto. Na estrada apareceu um Volks, que foi detido. Os guerrilheiros apreenderam 6 fuzis com 36 balas, 1 sabre, 14 calças, 15 camisas, 4 cinturões, 1 revólver 32 com coldre, 4 redes, 2 lanternas, 4 botinas, 1 relógio e 180 cruzeiros. Depois de realizada a operação militar, os soldados, em número de 3, foram aconselhados a abandonarem a Polícia Militar e, em seguida, postos em liberdade, vestidos apenas de calção. Grande foi a repercussão da ação no meio da massa camponesa e entre os moradores das corrutelas próximas. Em Marabá não se falava em outro assunto⁴⁷⁴.

Após a ação, o comandante do destacamento A emitiu um comunicado⁴⁷⁵ explicando os motivos da ação aos moradores da região:

Ao povo de Marabá, S. Domingos. S. João do Araguaia,
Apinagés e
Brejo Grande:

⁴⁷⁴ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973, op. cit. p.131.*

⁴⁷⁵ O comunicado encontra-se reproduzido na íntegra nos anexos desta tese.

A todos os lavradores!

O 1º Destacamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia – Destacamento Helenira –, no dia 24 de setembro realizou com pleno êxito uma operação militar contra o posto policial da rodovia Transamazônica, localizado no entroncamento da estrada que liga a S. Domingos e Apinagés. Os militares que guarneciam aquele posto, sob o pretexto de identificar os viajantes, extorquiam dinheiro dos lavradores, apreendiam qualquer arma de uso pessoal, e até mesmo facas, facões e canivetes; humilhavam pais de famílias, desrespeitavam moças e mulheres, cometiam toda espécie de abusos e arbitrariedades contra os moradores da região. Diante disso, o 1º Destacamento decidiu punir os soldados da ditadura que cometiam tais crimes contra o povo. (...) Os prisioneiros tiveram um tratamento humano. Não sofreram maus tratos e nem humilhações. Foram libertados depois de aconselhados a abandonar a Polícia Militar do Pará, a não servir de instrumentos de um governo de bandidos, inimigo da liberdade, que prende, tortura e assassina patriotas, oprime trabalhadores, protege os tubarões e os poderosos. Realizada a operação militar, os guerrilheiros retiraram-se em ordem, levando, como presas de guerra, fuzis, revólveres, fardas e outros objetos de utilidade. Assim, o 1º Destacamento aumentou seu poderio de fogo à custa do inimigo. Com a operação contra o posto policial da Transamazônica, o povo foi vingado.

O Destacamento Helenira concita a todos os lavradores e moradores da região a apoiar as Forças Guerrilheiras do Araguaia e a ajudá-las a levar adiante a luta pelos direitos do povo, contra o Exército e a Polícia, contra o INCRA e os grileiros, pela derrubada da ditadura militar e por um governo efetivamente democrático e popular.

O povo unido e armado vencerá!

Terra para o povo viver e trabalhar!

Abaixo a odiosa ditadura militar!

Viva o Brasil livre e independente!

Viva as Forças Guerrilheiras do Araguaia!

Em um ponto qualquer das matas do Araguaia, 25 de setembro de

1973.

José Carlos, comandante do 1º Destacamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia – Destacamento Helenira

Lino Piauí – Vice-Comandante⁴⁷⁶

Ao longo da guerrilha percebe-se a intensificação do trabalho de massas realizado pelos militantes e o aprofundamento das questões que cercavam os camponeses. Mesmo nos momentos em que a presença do exército era conhecida na área, os guerrilheiros continuaram as visitas às famílias camponesas, as reuniões com posseiros, além de incentivar a formação das

⁴⁷⁶ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Graboís (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*, op. cit. p.133.

ULDPS. durante os períodos de maior dificuldade de abastecimento, muitos guerrilheiros sobreviveram exclusivamente do apoio e solidariedade da população local⁴⁷⁷.

Este fator de estreitamento dos laços, aliado ao afrouxamento de algumas normas de segurança pode ter ocasionado a queda de alguns guerrilheiros. Grabois registra sobre o destacamento B,

Há mais de um mês que seus co [combatentes] só dormem em casa de elementos da massa. Muitos camponeses sabem onde o D [destacamento] se encontra. Os guerrilheiros andam normalmente pelas estradas e caminhos. Pode acontecer surpresa desagradável⁴⁷⁸.

Em que pese o acerto do apontamento de Maurício Grabois sobre o relaxamento das normas de segurança, a aproximação dos militantes com os camponeses e, principalmente, com suas demandas, revelam que no processo de desenvolvimento da luta armada, o movimento guerrilheiro se transformou, como já mencionamos, dando um salto qualitativo na compreensão dos problemas que envolviam a questão agrária na região. Contudo, a documentação sugere que o limite do aprofundamento desta compreensão esbarrava na doutrina partidária. Mesmo com o avanço do movimento camponês e com o aprofundamento do PC do B nas questões agrárias locais, a agremiação política nunca abandonou a perspectiva da primazia do partido sobre o movimento. Mesmo nos momentos em que a guerrilha serviu como braço armado do movimento camponês a perspectiva revolucionária do PC do B não se alterou.

4.2.2 – As dificuldades nos acampamentos: questões de abastecimento, saúde e segurança

Desde o primeiro ataque do exército, as dificuldades de alimentação foram enfrentadas pelos guerrilheiros foram inúmeras. Mesmo tendo estocado

⁴⁷⁷ ARROYO, Ângelo. "Grande acontecimento na vida do país e do PC do B" in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade, op. cit*

⁴⁷⁸ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973, op. cit.* p.98.

muitos mantimentos nos Pontos de Apoio distribuídos pela mata e tendo bons caçadores entre eles, abasteciam-se também contando com a solidariedade dos moradores. A farinha, alimento essencial, era sempre conseguida junto à população local que, nas ocasiões em que a fornecia, também lhes oferecia outros alimentos.

A proposta era sobreviver com o mínimo que fosse de fora da região, restrito a poucos armamentos e remédios. Os demais materiais de que precisavam, incluindo a alimentação, deveria ser obtida nas roças próprias, no período em que o Exército ainda não sabia da presença dos militantes na região e, posteriormente, nas matas e junto aos moradores.

Na maioria das vezes que visitavam a população, os guerrilheiros voltavam com – além dos produtos necessários ao abastecimento na mata – doces feitos de mel e castanha ou cupuaçu e diversos cozidos oferecidos pela população. O diário de Maurício Grabois é repleto de exemplos da alimentação fornecida pelos camponeses, além de apontamentos sobre as carnes de caça consumidas na selva, sobre as frutas e outros vegetais, que faziam parte da dieta guerrilheira. Grabois revela-se um gourmet das especialidades culinárias da selva,

A jabota, quando ovada, merece um poema. Quase todas as noites faz-se substanciosa sopa com os ovos, a madre e o fígado, a qual se acrescenta um palmito de babaçu, castanha de sapucaia e inhame que se consegue nas capoeiras. Leva também um pouco de farinha. É um prato suculento. O Ju não se cansa de entoar loas à jabota ovada. Salve a jabota! Merece um monumento. E certamente o terá⁴⁷⁹.

A caça foi a principal maneira de alimentação dos guerrilheiros quando estavam na selva. Nos anos anteriores, durante a preparação para a luta armada, foram sendo estocados muitos mantimentos não perecíveis, acondicionados em latas, para serem consumidos depois da deflagração do conflito armado. Contudo, nem todos os pontos de apoio puderam ser visitados, alguns foram descobertos e outros desabaram⁴⁸⁰. Além disso, os PAs não eram conhecidos de todos os guerrilheiros. Havia casos em que apenas o

⁴⁷⁹ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*, op. cit. p.11.

⁴⁸⁰ ARROYO, Ângelo. “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B” in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*, op. cit.

guerrilheiro que construiu o PA sabia sua localização. Preso ou assassinado pela repressão, perdia-se para sempre esta informação⁴⁸¹.

A provisoriedade dos acampamentos também estimulava o abastecimento pela caça. Após descoberta a localização inicial dos destacamentos, os guerrilheiros passaram a viver em acampamentos. Em alguns, passavam-se meses, e outros, apenas alguns dias⁴⁸². A escolha dos locais de acampamento obedecia normas rígidas de segurança. Não era possível, por exemplo, acampar à beira dos grandes igarapés, onde o abastecimento de água estaria garantido. Eram áreas visadas pelo exército e de fácil localização. Para escolher os locais de acampamento, os guerrilheiros contavam com croquis da região, realizados nos anos anteriores à deflagração da guerrilha⁴⁸³. Neles, os militantes buscavam ser o mais preciso possíveis no levantamento das condições de sobrevivência no lugar: assinalavam a existência de grotas, que serviriam de esconderijo e PAs, a existência de olhos d'água, de árvores frutíferas, de Pau-Preto (para fazer lenha).

Os locais escolhidos ofereciam as condições mínimas para a sobrevivência e se caracterizavam pelo aspecto militar. “Mudamos novamente de acampamento. É um local que apresenta um certo conforto e menos exposto que o anterior. A vida nos acampamentos vem se tornando rotina”⁴⁸⁴.

Mesmo contando com os croquis, a viabilidade do acampamento muitas vezes só era confirmada com a prática. Após terem encontrado um local que parecia oferecer boas condições de abastecimento e cobertura para os guerrilheiros, constatou-se que a qualidade da água não era potável, já que todos do destacamento foram acometidos de diarreia. Logo, abandonou-se o lugar em busca de “água boa”⁴⁸⁵.

A permanência nos acampamentos às vezes era determinada pela incapacidade do grupo guerrilheiro seguir em frente, porque alguns de seus membros estava acometido por doenças. Grabois relata em diversas ocasiões o atraso em deslocamentos para outro acampamento ou para o atendimento de

⁴⁸¹ Depoimento de Michéas Gomes de Almeida. São Domingo do Araguaia (Pará), 24 de abril de 2008.

⁴⁸² GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973* op. cit.

⁴⁸³ Ibidem.

⁴⁸⁴ Ibidem.

⁴⁸⁵ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*, op. cit. p. 15.

um “ponto” em função da malária. O tempo todo o comandante da guerrilha relata que alguém “está de rede”, sob o efeito de uma “terça maligna”⁴⁸⁶.

Mesmo com a presença dos “bulas”, as condições de saúde dos guerrilheiros eram difíceis. A malária era a principal das doenças, mas outras enfermidades tropicais e parasitas típicos da região atrapalhavam o dia a dia da guerrilha:

Aqui, no acampamento, como em toda a mata, temos como inimigos três figuras bastante incômodas: o carrapato, o pium e a mosca varejeira. Com a chega[da] da estação seca os carrapatos proliferam de maneira quase infinita. São de vários tipos, mas há os que infernizam com maior frequência a vida de todos. Quando não é o mucuim (ou micuim) é o carrapato de fogo. No que diz respeito ao pium, trata-se pequeno monstro (...) Quando ferroa é para valer. Chupa o sangue, o local da mordida arde e fica marca acentuada. Dizem que é o transmissor do lecho (leishmaniose). (...) Já a mosca varejeira, a maior “chata” deste planeta, (...) A “vareja” surge como que por encanto logo que se expõe carne ou roupa suja e quando estamos molhados de suor. Começa imediatamente a zunir e a pôr ovos. É necessário ter o máximo cuidado com a caça, senão a mosca estraga tudo. A “vareja” é insistente e nunca perdoa. Penetra em toda a parte. Às vezes resolve por seus ovos nos ouvidos ou no nariz da pessoa. Enfim, temos, igualmente, de aturá-la. Nosso consolo é que os soldados da reação também são obrigados a enfrentar tais perigos. E eles são menos resistentes a eles que nossos guerrilheiros⁴⁸⁷.

Mesmo tendo o consolo de serem “mais resistentes” que os soldados da reação, a questão sanitária se constituiu num problema sério para os guerrilheiros e não é demais afirmar que este foi um fator que contribuiu para a derrota do movimento. A diarreia atacava frequentemente os combatentes, impedidos de se deslocarem por estarem acometidos por ela. O próprio Grabois relata que foi vítima de uma diarreia persistente por meses, para a qual tentou trata-se com diversos medicamentos. Enquanto padecia de sua diarreia, seu companheiro de acampamento sofria com a malária:

Já tomei entero-biofórmio, ultracarbon, antibiótico e, agora, um ambicida (Intetopan), mas anda não estou curado. Intensificou-se minha lavagem de calções. Ivo apanhou violenta malária.

⁴⁸⁶ Ibidem.

⁴⁸⁷ Ibidem.

Passou o dia de ontem com 39º e 40º de febre. Hoje, já está melhor depois de ingerir vasta dose de quinino⁴⁸⁸.

A infestação de carrapatos, que o comandante da guerrilha afirmava acometer comumente os combatentes, em alguns momentos tornava-se dramática, passando das dezenas de carrapatos extraídos por dia, às centenas:

Nos últimos dias temos sido alvo de furiosa ofensiva de carrapatos. Nunca os vi em tanta profusão. Eu mesmo devo ter catado algumas centenas desses infames bichinhos. Ainda continuo a realizar esta tarefa pouco gloriosa. É bastante comum os guerrilheiros pararem suas atividades para retirar, através de difíceis operações, dos lugares mais complicados, representantes destacados desta sinistra fauna. A atual praga “carrapatífera” bateu todos os recordes. Todos nós estamos infestados⁴⁸⁹.

Os relatos insistentes sobre os problemas de saúde nos acampamentos guerrilheiros nos dão uma ideia do quanto estes problemas foram difíceis de serem enfrentados pelos guerrilheiros. A provisão de remédios nem sempre era suficiente para tratar dos doentes. Alguns remédios se perderam com a descoberta dos pontos de apoio e com a falta de informações sobre os PAs conhecidos apenas por aqueles guerrilheiros assassinados ou presos. As vezes era necessário o retorno do principal mensageiro da guerrilha, Zezinho, para receber ou solicitar medicamentos já que ele era o responsável por entrar e sair da área trazendo algum abastecimento. Mas as esperas eram longas, e nestas ocasiões os guerrilheiros deveriam contar com paciência e com alguns paliativos aprendidos junto à população⁴⁹⁰.

Zezinho era considerado um bom “mateiro”. De origem rural, foi um dos poucos que se guiava com desenvoltura pela mata. Uma de suas maneiras de se guiar pela selva, mostra o quanto se trata de uma tarefa para a qual os sentidos devem estar apurados: uma forma de saber se havia passado alguém em determinada área era observar a quantidade de orvalho acumulada nas folhas. A avaliação da quantidade revelava ao guerrilheiro a quantidade

⁴⁸⁸ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Graboís (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973, op. cit. p. 51.*

⁴⁸⁹ *Ibidem.*

⁴⁹⁰ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Graboís (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973, op. cit.*

aproximada de pessoas, além do tempo que fazia que por ali tinha passado alguém⁴⁹¹.

A doença não esperava as “condições ideais” para atacar. As vezes, guerrilheiros em viagem ficavam enfermos. O relato de Glênio de Sá, que mencionamos no início deste capítulo, perdido na floresta e vitimado pela malária, revela um pouco das dificuldades pelas quais inúmeros guerrilheiros passaram⁴⁹².

Outro motivo que levava ao abandono dos acampamentos era a proximidade das atividades das forças armadas dos locais escolhidos pelos guerrilheiros⁴⁹³. A medida que as forças armadas tomavam conhecimento do vulto do movimento e que conseguiam precisar ao menos as “grandes áreas” de localização dos destacamentos, o cerco ia se fechando. Algumas picadas e estradas tropeiras foram sendo transformadas em estradas de rodagem, estadas operacionais foram abertas. A presença de atividade incessante de traidores foi registrada por Grabois, e logo se constatou que as tropas abriam caminhos para penetrar na mata e realizavam um trabalho de ligação entre cidades como Marabá, São Domingos, São Geraldo, Xambioá e Araguatins através de estradas de rodagem, para que fosse feito o transporte das novas tropas que combateriam a guerrilha⁴⁹⁴.

O diário de Maurício Grabois foi encerrado abruptamente no dia 25 de dezembro de 1973. Nesta data o comandante da guerrilha foi assassinado pelas tropas do governo. Entre os militares, o evento é lembrado como “chafurdo do Natal”⁴⁹⁵. Chafurdar significa enlamear-se, sujar-se, atolar-se. É uma palavra comumente usada para referir-se a porcos que “chafurdam na lama”. A expressão com que se designou o extermínio dos últimos guerrilheiros traduz a visão do tipo de atividade que o exército realizava na área.

⁴⁹¹ Depoimento de Micheas Duarte de Almeida (Zezinho), São Domingos do Araguaia (Pará), 15 de abril de 2008.

⁴⁹² SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1990.

⁴⁹³ ARROYO, Ângelo. “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B” in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade, op. cit.*

⁴⁹⁴ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973, op. cit.*

⁴⁹⁵ MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. Rio de Janeiro, Editora Corifeu, 2008, p. 64.

Conforme já referimos, a Guerrilha do Araguaia é apresentada pela historiografia em três fases, denominada de campanhas, definidas tendo como critério a atuação das forças armadas no seu combate.

Estas campanhas serão abordadas no capítulo 6, quando discutiremos as ações do exército na repressão à guerrilha. Todavia, é importante mencionar que as duas primeiras campanhas foram radicalmente diferentes da terceira e última das campanhas militares. Nas duas primeiras as tropas do governo não tinham todas as informações sobre o movimento guerrilheiro, seja no que se refere à sua localização, seus efetivos, nem mesmo sabiam quais eram os militantes que estavam na área.

Na terceira campanha as forças repressivas atuaram munidas de informações precisas, levantadas pelo pessoal de informações nos anos anteriores. Após o fracasso inicial, as Forças Armadas reformularam as formas de combate à guerrilha. Foram implementadas ações de atendimento às demandas médicas, sanitárias, odontológicas, dos moradores, através da Ação Cívico-Social – ACISO. Paralelamente às atividades assistencialistas, os militares realizavam uma ampla atividade de inteligência, procurando descobrir quantos eram os guerrilheiros, os destacamentos, como sobreviviam e se movimentavam na mata, como se relacionavam com moradores⁴⁹⁶.

Os militares que participaram dessas operações atuavam à paisana, disfarçados de engenheiros, técnicos agrícolas, compradores de arroz ou madeira, de funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e realizaram um minucioso mapeamento e reconhecimento da região, além de dar continuidade à tarefa de reconhecimento da guerrilha e dos guerrilheiros⁴⁹⁷.

O que se pode depreender da documentação referente à guerrilha produzida pelo PC do B no calor dos acontecimentos, é que os guerrilheiros não perceberam a mudança da tática empregada pelas Forças Armadas. Grabois, em seu diário, não faz referências à percepção da modificação da atuação do Exército, mesmo com as seguidas baixas que a guerrilha sofreu em fins de 1973. Tais baixas eram atribuídas, como se viu, ao descumprimento de

⁴⁹⁶ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia, Editora da UFG, 1997

⁴⁹⁷ MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

algumas normas de segurança; a mesma avaliação está contida no relatório de Ângelo Arroyo.

A leitura desse material sugere que a visão enrijecida do partido, as certezas emanadas da “doutrina marxista-leninista” impediram a Comissão Militar da guerrilha e, posteriormente, o próprio partido, de buscar compreender as causas das vitórias e derrotas nos embates com as Forças Armadas na correlação de forças que se estabeleceu em diferentes momentos dos enfrentamentos. O movimento guerrilheiro buscava, em si mesmo, compreender o que dera certo e o que dera errado, esquecendo-se de que do outro lado havia as tropas militares.

Esta especificidade da leitura que está presente nos relatos dos guerrilheiros pode ser estendida à leitura que se fazia da realidade nacional e internacional. Ao situar os problemas brasileiros e os problemas dos países da periferia do capitalismo, afirmava-se a ideia de que centrava-se na atuação do partido, da “vanguarda da classe operária”, a resolução dos problemas das classes dominadas. Contra qualquer inimigo, a “justeza dos ideais” seria a garantia da vitória.

A rigor, o PC do B jamais admitiu a derrota da guerrilha. Mesmo com a divulgação de todos os revezes sofridos, com a comprovação da morte de quase todos os militantes, o partido não admitiu a derrota. Contudo, um intenso debate se instalou em sua direção a partir de 1974, que perdurou até 1976. Neste período, a versão oficial do partido, a despeito de um intrincado debate que se desenvolvia entre seus dirigentes, era a da vitória da guerrilha. Tal visão se perpetuou na organização, conforme discutiremos no item seguinte.

4.3 – O fim da guerrilha e a avaliação do PC do B sobre a luta no Araguaia

Apesar de o PC do B ter se preservado dos primeiros ataques à guerrilha urbana, pois trabalhava para a implantação da guerrilha rural e não se envolveu nas ações realizadas por outras organizações nas cidades, seus militantes também foram alvo das ações repressivas. Durante o tempo que durou a guerrilha, foram assassinados Carlos Danielli em São Paulo, Luiz

Ghilardini Lincoln Oest e Lincoln Bicalho Roque, no Rio de Janeiro, além dos dirigentes assassinados na Chacina da Lapa (São Paulo) em 1976: Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Drummond⁴⁹⁸.

O contexto em que se deu o fim da guerrilha não permitiu ao partido saber, de fato, o que ocorrera no Araguaia em meados da década de setenta. Um quadro do que aconteceu no Araguaia só veio ao conhecimento do partido em 1974, quando Ângelo Arroyo conseguiu furar o cerco imposto pelas Forças Armadas e sair do Araguaia, retomando o contato com o partido em São Paulo.

Segundo Pomar, Arroyo informou ao partido que:

No dia 19 de janeiro de 1974 tentou refazer contato com a Comissão Militar. Quando se aproximou do mesmo local 'onde houve os tiroteios de 25 de dezembro' e nos quais supõe ter sido destroçada a CM, notou fortes rastros do inimigo, não só antigos como recentes. E os helicópteros sobrevoavam o local. Juntamente com o companheiro que o acompanhava (Zezim), decidiu "voltar, porque não havia condições para prosseguir. A mata estava esquadrihada pelo inimigo"⁴⁹⁹.

O retorno de Ângelo Arroyo permitiu que o PC do B iniciasse um debate sobre a guerrilha, já que ele podia fornecer um quadro detalhado da luta que se desenvolvera no sul do Pará. As informações trazidas por ele serviriam de base para a avaliação sobre a experiência de luta armada que se impôs ao partido a partir do retorno do militante, e que se estendeu até 1976. Até então, o partido carecia de informações, pois havia perdido o contato com a guerrilha havia quase dois anos. O quadro que trazia Arroyo, apontava para uma derrota temporária da guerrilha. Ainda assim, eram divulgadas informações contraditórias a respeito da luta no Araguaia. Wladimir Pomar elencou uma série de referências que demonstravam a desinformação que grassava no partido entre 1974 e 1976:

O informativo "Brasil Notícia", de fevereiro de 1974 (nº 08), transmite ações ofensivas dos guerrilheiros no período de setembro-outubro de 1973, enquanto o de julho de 1974 (nº 15) informa sobre 'luta intensa' na região de Xambioá. O jornal O Araguaia, cuja circulação teve início a 1º de julho de 1974 (...)

⁴⁹⁸ COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *O Direito à Memória e à Verdade*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, São Paulo, 2009.

⁴⁹⁹ POMAR, W. *O partido e a guerrilha*, op. cit., p. 45-46.

afirma no editorial (...) que as forças guerrilheiras, 'no decorrer de dois anos e dois meses, conseguiram sobreviver a 3 campanhas de cerco e aniquilamento, a última iniciada em agosto de 1973 e terminada em dezembro do mesmo ano. O quinto número do mesmo jornal, de novembro-dezembro de 1974, afirma que ' passados 2 anos e 8 meses do início da resistência, a guerrilha conseguiu se implantar firmemente na região, devido ao apoio prestado aos guerrilheiros pelas populações locais⁵⁰⁰.

Em 1974, falava-se de reforçar os contingentes no Araguaia, quando os guerrilheiros já estavam mortos e a guerrilha exterminada. Isso decorria de falta de informações sobre o paradeiro dos guerrilheiros, e das ações sistemáticas dos agentes da repressão no destroçamento do partido. Em 1975, o PC do B divulgava através de seu periódico, *A Classe Operária*, "A gloriosa resistência armada dos camponeses e patriotas completa três anos"⁵⁰¹ em setembro do mesmo ano, o periódico publicava que:

(...) o movimento de apoio e solidariedade à resistência armada no sul do Pará, apesar da monstruosa repressão da ditadura, continua se desenvolvendo. Toma as mais diferentes formas, desde a denúncia das violências cometidas pelo Exército na região e a mobilização da opinião pública em favor dos guerrilheiros até a ajuda direta aos que empunham armas em defesa da liberdade e dos direitos do povo⁵⁰².

Por um lado, o "relatório Arroyo" trazia informações que revelavam a intensa repressão que sofreram os guerrilheiros no Araguaia e tinha-se como quase certo o assassinato de todos os membros da Comissão Militar, entre eles Maurício Grabois, o "comandante da guerrilha". Mas, a despeito de todos os revezes que descrevera, insistia no acerto da concepção de luta armada do PC do B e propunha a continuidade da guerrilha, que sofrera, segundo sua concepção, apenas um refluxo temporário. Aliado a isso, a divulgação de informações que não eram verdadeiras, com as mencionadas acima, fazia alguns dirigentes crerem ser possível retomar a luta armada nos moldes em que ela se desenvolvera.

⁵⁰⁰ POMAR, W. *O partido e a guerrilha*, op. cit., p. 45-46.

⁵⁰¹ COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. "Três anos de luta guerrilheira". *A Classe Operária*, nº 96, abril de 1975.

⁵⁰² COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. "Tarefa Primordial". *A Classe Operária*, nº 100, setembro de 1975.

Por outro lado, uma posição divergente desta começou a vigorar no interior do partido. Tratava-se de um grupo que via a experiência do Araguaia como fracassada, devendo ser abandonada. O principal divulgador das posições desse grupo foi Pedro Pomar.

Travou-se uma batalha intrincada na direção do PC do B entre as duas posições. Wladimir Pomar argumenta que uma minoria, que ele classifica como “blanquista-militarista”⁵⁰³, resistia a reconhecer a derrota e insistia na posição de defesa da concepção de luta armada empregada no Araguaia. Este grupo teria começado a perder posições, se tornando minoria na reunião realizada em dezembro de 1976, quando ocorreu a Chacina da Lapa. Com o assassinato e prisão de dirigentes, o debate cessou, sendo tomada como oficial a posição defendida por Ângelo Arroyo⁵⁰⁴. A já mencionada Chacina da Lapa teve além dos três dirigentes mortos, a prisão de Aldo Arantes, Wladimir Pomar e Elza Monnerat⁵⁰⁵.

A seguir apresentamos as duas posições sobre o Araguaia: a defendida por Ângelo Arroyo, que fazia críticas pontuais à luta armada no Araguaia, afirmando que a guerrilha sofrera um revés temporário, mas que, em linha gerais, apontava para o acerto e a continuidade do movimento e a defendida por Pedro Pomar que, a despeito do heroísmo, do valor histórico e dos ensinamentos para o partido, apontava para o fracasso da guerrilha e sua derrota completa.

4.3.1 – A avaliação de Ângelo Arroyo

A avaliação de Ângelo Arroyo tinha como temas centrais os aspectos políticos e militares da guerrilha do Araguaia. Nos aspectos políticos, o militante ressaltava a experiência da luta como a comprovação do acerto da linha revolucionária do partido, qual seja, a de que a luta armada começaria no interior “sob forma de guerra de guerrilha e com ampla participação de massas.

⁵⁰³ POMAR, W. *Araguaia: O partido e a guerrilha*. São Paulo, Brasil Debates, 1980.

⁵⁰⁴ ARROYO, Ângelo. “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B” in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade, op. cit.*

⁵⁰⁵ POMAR, W. *Araguaia: O partido e a guerrilha*. São Paulo, Brasil Debates, 1980

Se [transformaria] pouco a pouco, em guerra popular, que será dura e prolongada”⁵⁰⁶.

Da mesma forma, Arroyo enfatizava o acerto na escolha do local, afirmando que para manter-se e ampliar-se, a luta armada deveria “localizar-se em regiões muito favoráveis, onde a reação encontre sérias dificuldades para enfrentá-la”⁵⁰⁷. E continuava fazendo referência ao acerto da escolha da região:

O Araguaia oferece condições propícias. É zona de mata, e na mata o inimigo não pode usar tanques, artilharia, bombardeiro aéreo de precisão, etc. tem de estar em pé como o guerrilheiro. É uma zona de massa pobre e explorada (...) circundada por povoados e cidades pequenas e medias e também de grande pobreza (...)”⁵⁰⁸.

Como se vê, para Arroyo o peso das condições físicas da região assumia centralidade na determinação do local adequado ao início da Guerra Popular Prolongada. Já argumentamos que se impôs no PC do B uma linha militarista, que priorizava o terreno em detrimento das condições políticas, um dos motivos para ter sido descartada a região nordeste, que contava com um campesinato que já havia atuado nas Ligas Camponesas.

Na avaliação do militante, o partido acertara na escolha do local, elemento fundamental, segundo sua concepção, para o sucesso do movimento. Para ele, a “a luta do Araguaia se constituiu num verdadeiro teste sobre a justeza da linha do Partido”⁵⁰⁹.

Além da ênfase no aspecto da escolha do local, pelos motivos explicitados acima, Arroyo destacava o papel internacional da luta, concebida como uma “luta dos povos contra a reação e o imperialismo”⁵¹⁰. O militante procurava, assim, situar a guerrilha num contexto mais amplo, estabelecendo vínculos entre a guerrilha do Araguaia e outras lutas que se desenvolveram no mesmo período.

⁵⁰⁶ ARROYO, Ângelo. “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B” in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade, op. cit.*, p. 61.

⁵⁰⁷ Ibidem.

⁵⁰⁸ Ibidem.

⁵⁰⁹ ARROYO, Ângelo. “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B” in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade, op. cit.*, p. 62.

⁵¹⁰ Ibidem.

No que se refere ao contato com a população, a avaliação dos resultados políticos faz apenas uma pequena menção, subordinada à “justeza da linha do partido”:

Sensibilizou importantes zonas do Norte do país. Obteve, na área conflagrada, o apoio de mais de 90% da população. Conquistou aliados como comerciantes, elementos de prestígio local. (...) Essa resistência ajudou a massa a ver quem são seus verdadeiros inimigos e como lutar contra eles⁵¹¹.

Como se pode inferir das análises que desenvolvemos em alguns pontos desta tese, a avaliação de Arroyo é semelhante a de Maurício Grabois, assim como se assemelha as análises presentes nos documentos do partido na época, e mesmo nos textos que o PC do B divulgou posteriormente. A tônica é a superestimação do apoio popular, vendo naquilo que é próprio da sociabilidade camponesa, elementos que foram interpretados como aproximação política e apoio dos objetivos da luta armada proposta pelo PC do B.

Também é ressaltada a guerrilha como um acontecimento importante na vida do partido:

Com sua reorganização em 1962, o partido deu um salto qualitativo não só no que respeita ao rompimento com o oportunismo. Avançou também na compreensão do emprego da violência revolucionária. Embora pequeno, nosso partido foi capaz, sob uma ditadura fascista, de organizar e dirigir uma resistência armada, de formular na teoria e levar à prática o caminho da luta armada, ainda que tivessem pouca experiência (...) isso constitui um grande acontecimento⁵¹².

O acento geral da avaliação política da luta no Araguaia é positiva, tanto para a continuação da guerra popular prolongada, quanto para o fortalecimento do partido. A visão que o militante expressa neste aspecto, em linhas gerais, é assim sintetizada: “O balanço político, do ponto de vista da luta do nosso povo e do papel do Partido, no que respeita aos sucessos no Araguaia, é altamente positivo⁵¹³”.

⁵¹¹ Ibidem.

⁵¹² Ibidem, p. 63.

⁵¹³ Ibidem.

Com base nesta avaliação de aspectos políticos mais gerais da guerrilha, Arroyo apresenta um balanço dos aspectos militares, que ele julga ser o ponto em que o partido deve concentrar suas atenções:

Na questão militar, em que se deve concentrar boa parte de nossa atenção, observam-se êxitos, deficiências e acertos. Êxitos de certa importância e de grande valia; deficiências ainda mais sérias; e erros graves e, mesmo, muito graves⁵¹⁴.

Dentre os êxitos, Arroyo aponta a organização da força de combate, com três destacamentos e um comando geral, mesmo sob a vigilância do exército, com carências materiais e com pessoas despreparadas militarmente e pouco afeitas à vida rural; elaboração de um curso de preparação militar, que apesar de se ter organizado somente às vésperas das do início da guerrilha, foi avaliado como um salto na preparação dos combatentes; a preparação física e moral dos militantes; o conhecimento militar do terreno; a sobrevivência na mata; a combinação entre o trabalho militar e o trabalho de massa; as ações militares desenvolvidas pela guerrilha; e a resistência a duas campanhas militares⁵¹⁵.

Como deficiências, foram apontadas a “ausência de canais de comunicação e apoio na periferia; precariedade do armamento; débil rede de comunicação; lentidão nos sistemas de comunicação internos”⁵¹⁶. Além destas deficiências, a falta de armamentos também foi indicada.

Por fim, os aspectos que deveriam merecer a maior atenção do partido: os erros cometidos durante a preparação e o transcurso da guerrilha. Estes receberam de Arroyo de “erros de certa importância”, “erros graves” e “erros muito graves”⁵¹⁷.

Entre os erros de certa importância, o militante elenca cinco deles: “a) não ter justificado determinados inimigos(...); b) não ter utilizado melhor e com mais audácia os elementos de massa (...) c) não preparar refúgio seguro para

⁵¹⁴ Ibidem.

⁵¹⁵ Ibidem, p. 63-64.

⁵¹⁶ Ibidem, p. 65.

⁵¹⁷ Ibidem.

graves emergência (...); d) o tipo de direção militar (...); e) a falta de um plano mais amplo da comissão militar”⁵¹⁸.

Já os erros graves, teriam sido: “a) não armar a guerrilha à custa do inimigo; a excessiva centralização do comando militar; c) o pequeno número de ações militares⁵¹⁹. Os erros muito graves, por sua vez, teriam sido “constituídos pela orientação tática do inimigo”⁵²⁰.

Em relação aos erros muito graves, o foco principal dos escritos de Arroyo recai sobre a subestimação das forças repressivas. Baseados na experiência vitoriosa da primeira e da segunda campanha, nas quais os guerrilheiros preservaram boa parte dos seus recursos materiais e humanos, a Comissão Militar da guerrilha não teria percebido que na terceira campanha o inimigo havia mudado de tática. Pairava uma crença entre os guerrilheiros que o exército, na terceira campanha, repetiria a mesma estratégia das duas campanhas anteriores: não entraria na mata, não contaria com pessoal especializado em táticas antiguerrilhas e, dessa forma, a guerrilha seria, mais uma vez, preservada. Nas palavras de Arroyo: “houve uma falsa apreciação do inimigo e errônea avaliação da situação militar”⁵²¹.

Ao contrário do que pensava a CM, a ofensiva era grande, não pequena: a tropa penetrava na mata e com pessoal especializado; vinha na época da chuva e se dispunha a permanecer vários meses; e fez o cerco geral da área. Esta falsa avaliação da CM levou a um beco sem saída(...) O esquema defensivo ruiu. Os combatentes ficaram à mercê do inimigo⁵²².

Sem informações sobre o real destino dos combatentes, o militante trazia a ideia de que a guerrilha havia sofrido uma derrota parcial. Concentrava sua avaliação crítica no desempenho da Comissão Militar na terceira campanha, que não teria percebido a mudança no tipo de enfrentamento que faziam as forças armadas contra a guerrilha. Dessa forma, basta reorientar a Comissão Militar, corrigindo os erros que foram elencados pelo guerrilheiro, e dar continuidade à luta no Araguaia. A compreensão desses erros, aliados a

⁵¹⁸ Ibidem.

⁵¹⁹ Ibidem.

⁵²⁰ Ibidem, p.66.

⁵²¹ Ibidem.

⁵²² Ibidem, p.67.

avaliação mais global, de deficiências e êxitos apresentadas por Arroyo, poderia, em sua visão “contribuir para um grande avanço do movimento guerrilheiro no Araguaia e em outras regiões”⁵²³.

4.3.2 – A avaliação de Pedro Pomar

Bastante diferente foi a análise feita por Pedro Pomar. O militante fez circular no comitê central do PC do B, em julho de 1976, um estudo sobre o Araguaia, que seria a base de sua intervenção meses depois, na reunião do bairro paulistano da Lapa, que visava fazer um balanço da guerrilha e que teve, como se sabe, um desfecho trágico.

Na sua intervenção no debate, Pomar também ressalta os êxitos da guerrilha, se concentrando no devotamento e heroísmo dos militantes que foram para a região; também pontua o acerto na escolha da área, enfatizando que, do ponto de vista da defesa, ela oferecia excelente posição; aponta ainda, como mais significativo, a criação dos núcleos da ULDP, cujo programa traduziria as reivindicações da população da região e se configuraria como um esforço para empreender o trabalho de massa⁵²⁴.

Em sua avaliação dos aspectos positivos, Pomar afirma que

(...) a experiência do Araguaia representou, inegavelmente, uma tentativa heroica para criar uma base política e dar continuidade ao processo revolucionário, sob a direção do nosso Partido. Tinha em vista formar uma sólida base de apoio no campo e desenvolver o núcleo de um futuro exército popular, poderoso, capaz de vencer as forças armadas a serviço das classes dominantes e do imperialismo ianque⁵²⁵

Entretanto, o militante, apesar do sentido heroico que atribuiu a experiência do Araguaia e do destaque, em sua visão, da justeza dos ideais que defendia, seu balanço efetivo da experiência do Araguaia aponta para a derrota completa da guerrilha.

⁵²³ Ibidem, p.68.

⁵²⁴ POMAR, Pedro “ Sobre o Araguaia”, in: MAKLOUF, L., AMAZONAS et, J. MOURA, C. MENDEZ, A. POMAR, W & POMAR, P. *Pedro Pomar, op. cit.*, p. 195.

⁵²⁵ Ibidem, p. 196.

Ressalta, assim como Arroyo, os êxitos na primeira e segunda campanhas, mas afirmava que, com os ataques das forças armadas na terceira campanha, em menos três meses a repressão conseguiu dispersar os destacamentos guerrilheiros. A guerrilha, segundo ele, “deixou praticamente de existir como tal a partir desse período”⁵²⁶. Indica também a perda do contato do partido com a guerrilha, que há dois anos se achava em “compasso de espera”⁵²⁷.

Frente a esses dados iniciais, o militante aponta quais seriam os três objetivos da guerrilha, nenhum dos quais teria logrado êxito: “primeiro, conflagrar a área, segundo, liberá-la, terceiro, convertê-la, com o tempo, em uma sólida base de apoio”⁵²⁸. Nenhum destes objetivos teriam sido atingidos e, em sua visão, não podia se falar, tal como argumentava Arroyo, numa derrota temporária da guerrilha e sim numa derrota completa.

Dentre os aspectos da derrota da guerrilha, Pomar indicava a subestimação do inimigo, os erros da Comissão Militar, mas também enfatizava a não observação do contexto desfavorável de 1972 e a situação do Partido⁵²⁹.

Nesse aspecto, Pomar aponta para o aumento da repressão nas cidades e o isolamento que provocou na guerrilha, com diversas organizações sendo desmanteladas nas cidades e com o cerco das tropas da ditadura ao Araguaia. Avaliou-se que o partido não soube perceber o momento desfavorável para a preparação militar de uma guerra popular, e insistiu que o momento seria o de preparação política, de realizar o trabalho de massas⁵³⁰.

Esse era o aspecto em que o militante afirmava residir “o maior erro, o mais negativo da experiência do Araguaia”⁵³¹, Para ele, foi insignificante a participação dos camponeses: “tudo leva a crer que a guerrilha se iniciou como um corpo a corpo dos comunistas com as tropas da ditadura militar . E assim continuou quase todo o tempo”⁵³².

Nesse ponto, Pomar dirige as críticas à concepção que vigorou no partido de que, dadas as condições políticas, todo o desenvolvimento e início

⁵²⁶ Ibidem.

⁵²⁷ Ibidem, p. 197.

⁵²⁸ Ibidem.

⁵²⁹ Ibidem, p.198.

⁵³⁰ Ibidem.

⁵³¹ Ibidem.

⁵³² Ibidem, p. 203.

da guerrilha deveria ser feito sem a participação das massas, que só tomariam conhecimento dos reais objetivos da guerrilha após sua deflagração. Isto foi o que de fato aconteceu no Araguaia. O militante argumentava que esta concepção contribuiu para a derrota da guerrilha, já que se os guerrilheiros “estiverem isolados das massas, sem seu apoio ativo, serão batidos; e por mais eficiente que seja a direção militar, com tal concepção será derrotada”⁵³³.

Para Pomar, um amplo trabalho de massas deveria preceder a preparação da guerrilha e os militantes deveriam se concentrar num “mínimo de organização de P[artido]”⁵³⁴. Sua proposta era a de que se reorientasse a política da organização, buscando realizar um efetivo trabalho de massas e o estabelecimento da presença da agremiação política nos locais onde ocorreria a deflagração posterior da Guerra Popular Prolongada.

Para as áreas escolhidas pelo partido, valeriam os mesmos critérios a partir dos quais se fez a escolha do Araguaia, contudo deveriam ser deslocados para a região militantes com grande capacidade política. O desempenho militar passava, na concepção de Pomar, para segundo plano:

(...) a implantação de camaradas em determinadas áreas deve obedecer, em primeiro lugar, a critérios políticos; ou melhor, os mesmos precisam preocupar-se prioritariamente com os problemas políticos, possuir certa capacidade política. É evidente que se esses camaradas a isto combinarem aptidões militares será excelente”⁵³⁵.

Por fim, Pomar avalia que o inimigo continuava forte e, para transformar a situação que era considerada desfavorável em favorável, o partido deveria insistir na “política de frente única, concentrar mais esforços para ganhar as grandes massas operárias e camponesas, revolucionar mais nossas fileiras, defender com firmeza nossa organização e acelerar a preparação militar”⁵³⁶.

Como se sabe, ambos os militantes foram assassinados em 1976 e o PC do B recebeu mais um duro golpe da repressão: além do extermínio da

⁵³³ Ibidem, p. 203-204.

⁵³⁴ Ibidem.

⁵³⁵ Ibidem, p. 205-206.

⁵³⁶ Ibidem, p. 207.

guerrilha, com a morte de dezenas de militantes, do assassinato de militantes nas cidades, parte da direção foi presa e assassinada na chacina da Lapa.

Este evento teve um impacto significativo sobre os desdobramentos posteriores das políticas do partido, assim como da avaliação que apresentou sobre o Araguaia. Prevaleceu a versão vitoriosa da guerrilha, base da avaliação atual que o partido divulga. Mesmo tendo abandonado a concepção de luta armada a partir de 1979 e ter se integrado às lutas pela “nova democracia” e pelo fim da ditadura civil-militar, o PC do B jamais fez a autocrítica da guerrilha do Araguaia.

Atualmente, o partido afirma que a experiência da guerrilha foi vitoriosa, apesar do saldo trágico, sem refletir em profundidade sobre seus desdobramentos, sobre o peso que teve nas mudanças sofridas pelo partido, sequer sobre as imensas distâncias que guardam o PC do B dos anos 60 e 70 do PC do B a partir dos anos 80. Traçou-se uma linha de continuidade entre essas épocas, como se não apresentasse importantes rupturas. O Araguaia passou a representar, contemporaneamente, uma expressão distorcida da história do partido, reduzida a seus aspectos espetaculares e incomuns, tal como o heroísmo e a abnegação dos guerrilheiros, a luta “pela democracia, pelas liberdades”, sem referenciar corretamente todos os aspectos que envolvem o Araguaia.

4.3.3 – O PC do B e a violência revolucionária

A historiografia tem questionado o caráter de resistência das lutas ocorridas durante o período da ditadura. No caso do PC do B, a questão da violência revolucionária aparecia no partido antes mesmo do golpe civil-militar, propunha-se uma derrubada violenta do governo ainda sob a presidência de João Goulart.

A análise da documentação nos leva a pensar que, mesmo sob o governo Jango, o PC do B não via os canais democráticos abertos. Para o PC do B tudo parecia uma grande conspiração dos imperialistas e latifundiários, de

quem o presidente João Goulart colaboraria ativamente⁵³⁷. Foi forçoso para o partido mudar de posição e reconhecer que João Goulart não seria um aliado dos imperialistas, mas difundiu-se nos textos do PC do B a ideia de um político incapaz de conduzir a proposta progressiva que encampava. A prova teria vindo com o golpe de 1964⁵³⁸.

Na avaliação do PC do B, portanto, a luta armada começou a aparecer como alternativa simultaneamente à avaliação da colaboração e depois, da incapacidade de Goulart frente às “forças reacionárias”. Quando veio o golpe, para o partido apenas se confirmou o acerto da avaliação política⁵³⁹.

Assim, quando se coloca que tratava-se de uma luta de resistência, este era, sem dúvida, um aspecto dela. Mas sem dúvida a finalidade principal era a mudança do regime político, o que atualmente o PC do B não divulga.

Não é possível saber qual teria sido o rumo tomado pelos militantes presentes no Araguaia não fosse a precipitação da violência que se abateu sobre eles e sobre os moradores da região, que estavam ainda em fase de preparativos para aquela que seria uma guerra que duraria décadas. Não se pode afirmar, contudo, que não havia a intenção de desenvolver a luta armada na região, já que esta era a razão da presença deles no Araguaia. Mas, fosse outra a conjuntura vivida pelo país os partido se empenharia na preparação de uma guerrilha rural?

Esta é uma resposta difícil quando se trata do PC do B. Se as outras organizações partiram efetivamente para a luta armada quando os canais democráticos estavam definitivamente fechados, o PC do B antes disso já havia posto em prática o projeto de guerra camponesa. Mas uma sinalização sobre a percepção que a geração de militantes dos anos 60 é dada pelo ex-guerrilheiro José Genuíno, Geraldo no Araguaia:

(...) acho que nós não tínhamos outro caminho naquela época, porque aquela geração foi emparedada por um caminho de enfrentamento com a ditadura militar, não tinha outro caminho, ou

⁵³⁷ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, “Manifesto Programa” in *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro: documento do PC do Brasil, 1960-2000*, São Paulo, Anita Garibaldi, 2000.

⁵³⁸ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, “O Golpe de 1964 e seus ensinamentos” in *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro: documento do PC do Brasil, 1960-2000*, op.

cit.

⁵³⁹ *Ibidem.*

era resistência armada, o exílio ou a morte. Então nós decidimos lutar, morrer lutando⁵⁴⁰.

Em que pese considerar que José Genuíno é hoje um político experiente e possui um discurso já preparado sobre a guerrilha, não se deve desconsiderar a percepção trazida pelo ex-guerrilheiro, que é corrente também em diversos depoimentos de outros militantes ou em livros de memórias e romances sobre o período.

A violência da ditadura não poupou mesmo aqueles que não se vincularam às organizações armadas e toda uma geração vivia sob o signo da suspeição. Não poupou as camadas médias de onde saíram a maioria dos militantes, mas também não poupou os trabalhadores sem vinculação política⁵⁴¹. Todos foram transformados em “inimigos internos”⁵⁴² pois era “potencialmente revolucionários”⁵⁴³. A pobreza é revolucionária, pensavam nossos generais, e como a pobreza era uma condição necessária à acumulação dual do capital (pela nossa burguesia e pela burguesia imperialista) a superexploração do trabalho era necessária à manutenção do sistema⁵⁴⁴. A pobreza, condição gerada pelo projeto de desenvolvimento empreendido durante os anos da ditadura, era inevitável. Mas o potencial revolucionário que carregaria deveria ser preventivamente combatido.

Dessa forma, ainda que o PC do B tivesse intenção de “pegar em armas” fosse outro o contexto que se vivia no Brasil, o que importa ao historiador é entender essa opção no contexto em que ela se desenvolveu.

Temos reafirmado que o PC do B tinha a intenção de pegar em armas já no governo de João Goulart porque não vislumbrava saída para o capitalismo brasileiro. Baseado nas concepções herdadas do PCB, o partido mantinha e aprofundava uma leitura esquemática da realidade, sendo incapaz de enxergar a possibilidade de avanços no pré-64⁵⁴⁵. Não soube, como o restante da

⁵⁴⁰ Depoimento de José Genoíno Neto. Palmas (Tocantins), 07 de julho de 2008.

⁵⁴¹ COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *O Direito à Memória e à Verdade*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, São Paulo, 2009.

⁵⁴² ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA “Fundamentos da Doutrina”, Estado Maior das Forças Armadas, Rio de Janeiro, 1981.

⁵⁴³ Ibidem.

⁵⁴⁴ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis, Vozes, 2000.

⁵⁴⁵ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, “Manifesto Programa”, in *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro: documento do PC do Brasil, 1960-2000, op.cit.*

esquerda, perceber como atuar de forma decisiva junto ao ascendente movimento de massas no período⁵⁴⁶.

Com o golpe, a violenta repressão, as cassações, as perseguições, prisões e assassinatos (que se exacerbaram após 1968) coube a toda a militância a opção entre o silêncio e a luta. O PC do B optou pela luta, uma forma de luta diferente de outras organizações, ao escolher o campo como área de atuação inicial. Mas a luta de fato, não ocorreu. A agressão veio dos militares, que “precipitaram” a guerrilha. Os militantes, que se preparavam física, moral, emocionalmente e desenvolviam paralelamente o trabalho de massas foram empurrados para a guerrilha pela agressão primeira dos militares. O diferencial é que no Araguaia eles estavam mais preparados para resistir do que as organizações que atuavam nos centros urbanos. E conseguiram fazer isso por três anos, obrigando o exército a dispor de um número de soldados que as estatísticas mais otimistas apontam em cerca de dez mil homens⁵⁴⁷.

O que ocorreu no Araguaia talvez seja o episódio mais violento da ditadura militar, considerando tanto as violências contra os militantes quanto contra a população da região. Há relatos de inúmeras torturas, assassinatos, queima de casas e roças, expulsão de moradores de suas residências, prisões arbitrárias, existência de um campo de concentração, utilização de Napalm⁵⁴⁸ e mais recentemente, de injeção letal contra militantes⁵⁴⁹. A luta armada era, de

⁵⁴⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3. ed. São Paulo, Ática, 1987.

⁵⁴⁷ MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

⁵⁴⁸ Um artigo publicado na Folha de São Paulo em 1998, trata do uso de Napalm durante a guerrilha do Araguaia. Segundo o jornal, o coronel do Exército Álvaro de Souza Pinheiro, em artigo escrito para a revista "Airpower Journal", da Força Aérea dos EUA, "afirmou que a Força Aérea Brasileira (FAB) bombardeou com Napalm a serra das Andorinhas (PA) durante o combate à guerrilha do Araguaia (72 a 75)". CARVALHO, L. M. "FAB usou Napalm no Araguaia, diz coronel". *Folha de São Paulo*, 20 de agosto de 1998. Disponível em: <http://prof.reporter.sites.uol.com.br/fab.htm> acessado em 13 de maio de 2012.

⁵⁴⁹ Segundo artigo da Folha de São Paulo publicado em 2011, "soldados da Guerrilha do Araguaia (1972-74) reconheceram um coronel aposentado de Belém como sendo o médico de bases militares onde ocorreram torturas e levantam a suspeita de seu envolvimento na morte de guerrilheiras com injeções letais Quatro ex-soldados localizados pela Folha identificaram, por foto, Walter da Silva Monteiro, 74, como o médico militar conhecido à época como "capitão Walter" (...) Segundo o ex-soldado Manuel Guido Ribeiro, "A gente ouviu circular no quartel que duas guerrilheiras tinham sido mortas com injeção. O pessoal dizia que tinha sido o capitão Walter, o médico". LUCHETE, Felipe. "Injeção Letal teria sido usada na Guerrilha do Araguaia". *Folha de São Paulo*, 14 de agosto de 2011. Disponível em:

fato, parte do arsenal teórico e prático da esquerda e o PC do B procurou realizá-la. Mas no Araguaia, a luta armada se resumiu à luta de resistência, provocada pela agressão da ditadura.

Resistência é a chave para o entendimento da dinâmica da luta armada no Brasil, seja a realizada pelo PC do B ou por outras organizações. Com muitos equívocos e desencontros, a luta da esquerda, tinha subjacente em seu ideário a perspectiva da emancipação social, mas na prática foi muito mais uma luta de resistência à ditadura, em favor da preservação da vida, contra a tortura e a morte.

Capítulo 5 – O Caminho das Forças Armadas para o Araguaia

Neste capítulo, procuraremos indicar as raízes históricas da forma de dominação autocrática que se desenvolveu no país, apontando para a forma específica de ser da burguesia brasileira. São os elementos que compõem esta especificidade que possibilitaram o surgimento de uma ditadura civil-militar de caráter bonapartista em 1964.

Indicaremos, em linhas gerais, a conformação ditatorial em seus aspectos políticos e econômicos, evidenciando a natureza de classe da ditadura e aprofundaremos a discussão em temas que verticalizam a compreensão das relações que se estabeleceram entre o Estado, as forças armadas e a guerrilha do Araguaia, como a questão agrária e o sistema repressivo. Também indicaremos as representações ideológicas sobre o “povo” no pensamento conservador, de forma a refletir como esta concepção influenciou na maneira como as Forças Armadas viram e combateram a população camponesa do Araguaia.

O caminho das Forças Armadas para o Araguaia se inseriu numa lógica em que a participação desta instituição na vida do país após 1964, procurava escudar os setores proprietários, atuando para que se realizasse um tipo de desenvolvimento capitalista baseado na supereexploração do trabalho de amplos setores sociais, ao mesmo tempo em que se processava a exclusão de outros.

Incapaz de exercer o domínio de classe direto, estes setores proprietários contaram com as Forças Armadas, que tomaram o poder e instalaram no país uma forma bonapartista de governo. Puderam contar com o braço armado dos militares para retirar aqueles que consideravam ser os entraves para a expansão capitalista. A esquerda era um deles entraves, nos quais a guerrilha do Araguaia se insere.

Os autores do golpe, intitulando seu movimento de “Revolução Redentora”⁵⁵⁰, instalavam no país uma forma bonapartista de dominação da autocracia burguesa. Caio Prado Jr., ao conceituar “revolução”, fornece

⁵⁵⁰ Termo utilizado correntemente entre os militares de 1964, que atribui um sentido salvacionista ao movimento golpista.

elementos para pontuar a distância entre o sentido deste conceito e o que se instalou no país em 1964:

“Revolução”, em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. O ritmo da História não é uniforme. Nele se alternam períodos ou fases de relativa estabilidade e aparente imobilidade, com momentos de ativação da vida político-social e bruscas mudanças em que se alteram profunda e aceleradamente as relações sociais. Ou, mais precisamente, em que as instituições políticas, econômicas e sociais se remodelam a fim de melhor se ajustarem e melhor atenderem às necessidades generalizadas que antes não encontravam devida satisfação. São esses momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente há de entender por “revolução”⁵⁵¹.

Nos termos de Caio Prado Junior, o movimento de 1964 não teve nada de revolucionário. Seu sentido era conservador, orientado para a preservação “das estruturas essenciais do capitalismo, da preservação dos valores da ordem, da família, da propriedade e do pensamento cristão”⁵⁵². Prado Junior chamava a atenção para a o conteúdo do termo “revolução”, em que a transformação de toda a sociedade, nas suas instituições políticas, sociais e, sobretudo, em suas estruturas econômicas, se orienta para a passagem de uma situação para outra, processando-se de uma forma brusca e acelerada, modificando as relações sociais.

Certamente não era no sentido da transformação econômica profunda que se orientou o movimento de 1964. Pelo contrário seu sentido repetia uma continuidade na história das nossas transformações políticas e sociais: as modificações se processavam para conservar intocadas as estruturas capitalistas, preservando o domínio econômico da burguesia. O que de fato se instalou não foi uma revolução, e sim uma ditadura.

Segundo Rago, para o pensamento de extração marxista,

⁵⁵¹ PRADO JR. Caio. *A Revolução Brasileira São Paulo*, Brasiliense, 1966, p. 2.

⁵⁵² RAGO FILHO, Antônio. *A Ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. (Tese de Doutorado). São Paulo, PUC-SP, 1998, 12.

o termo revolução não contém as ambiguidades apresentadas no ideário 64, construído no sentido de conservação das estruturas essenciais do capitalismo, de preservação dos valores da ordem, da família, da propriedade e do pensamento cristão. Trata-se, aqui, de impulsionar e promover a consolidação do capitalismo, como a melhor forma de combater o comunismo⁵⁵³.

Não se tratou, contudo, de uma ditadura de classe direta. A burguesia brasileira, constituída pela via colonial⁵⁵⁴, se objetivou de forma subordinada no sistema do capital mundial, e essa forma específica de inserção no capitalismo, determinou seu modo de ser, expressa nas suas ações ao longo da história brasileira, uma história repleta de conciliações com o atraso, de “revoluções” pelo alto. Em 1964, incapaz de tomar o poder, o que se desenvolveu foi uma forma bonapartista de ditadura de classe⁵⁵⁵. Sob a espada dos militares, a burguesia se viu alijada da política, mas seus interesses econômicos foram preservados⁵⁵⁶. Rago ao discutir a natureza bonapartista da dominação burguesa no Brasil explica que “Esta forma da dominação autocrático-burguesa constituiu-se num domínio exercido de modo indireto pelo conjunto da burguesia, pelas armas, subjugando, castrando ou atrelando os poderes legislativo e judiciário”⁵⁵⁷.

Um golpe civil-militar, que instalou no país uma dominação autocrática de natureza bonapartista foi, em essência, o que se processou no Brasil a partir de 1964. Esta forma de dominação vinha para colocar termo aos movimentos de conquista e ampliação da cidadania, desenvolvidos nos anos anteriores, durante o governo de João Goulart.

⁵⁵³ Ibidem.

⁵⁵⁴ No item seguinte desta tese, o conceito de via colonial será discutido.

⁵⁵⁵ O conceito de bonapartismo foi formulado por Marx, quando se debruçou sobre o golpe de estado desferido por Luis Bonaparte, em 1852, alijando um a um os segmentos dominantes da sociedade francesa das instituições políticas do Estado. Marx demonstra como a luta de classes na França possibilitou, “as circunstâncias e as condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco representar o papel de herói”. Cf.: MARX, K. “Prefácio à segunda edição”, in: *Os Pensadores*. São Paulo, Nova Cultural, 1987, p. 4. Esta forma da dominação, exercida de forma indireta era, para Marx, a mais prostituída e derradeira das formas de poder de Estado exercido pela burguesia.

⁵⁵⁶ RAGO FILHO, Antônio. *A Ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. (tese de doutorado), *op. cit.*

⁵⁵⁷ Ibidem.

5.1 – Uma república de golpes: a dominação autocrático-burguesa no Brasil

O golpe civil-militar de 1964 não foi novidade na história do Brasil. Ao analisar seus traços essenciais, é possível vislumbrar que a história do país é pródiga em golpes. Em todo o período republicano, por exemplo, as classes dominantes primaram, com raras exceções, pela resolução dos conflitos na esfera econômica e política de forma autoritária, que excluía a classe trabalhadora; em seus momentos de inflexão, as soluções reacionárias se impuseram na história do Brasil. Assim foi desde a origem do regime republicano, com a proclamação da República feita pelas mãos dos generais positivistas, que julgavam deter, pelas luzes do conhecimento científico, o controle da sociabilidade do capital. Se viam como representantes da elite intelectual, inspirados por Auguste Comte e cuidaram para que a transição da monarquia para a república ocorresse sem alterações no domínio de classes. Mesmo antes, em momentos como o da independência, já era possível entrever a ausência de participação popular nos rumos políticos do país⁵⁵⁸. Da mesma forma o rearranjo entre os segmentos das classes dominantes no poder em 1930 e 1937 se realizou por movimentos que excluía a grande maioria da população da participação no jogo político-institucional.

A fragilidade da burguesia industrial, dada a insipiente industrialização no país, garante o predomínio dos segmentos burgueses agrários na nova ordem política. Essa determinação fundamental indica a incapacidade de nossas camadas dominantes se porem como revolucionárias e operarem rupturas superadoras ao longo desse período da história do Brasil. Da mesma forma, a modernização do capitalismo, ocorrida na década de 1950 se processa de forma conservadora, mantendo-se a dependência e subordinação ao capital internacional e a abertura política nos limites de uma Constitucionalidade restringida. Mesmo assim, o crescimento das classes médias e do operariado em meio á crescente urbanização coloca em cheque a autocracia burguesa. Por isso o recurso à ditadura é novamente arrogado.

⁵⁵⁸ COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, Editora da Unesp, 1999.

Chasin ao comentar o chamado “milagre econômico” do período 1968-1973 demonstra que “milagres” e “ditaduras” não são novidades no país:

Sem contar o período monárquico, que fala por si mesmo, montado que esteve sobre a mão de obra escrava, o período republicano, em sua primeira fase de pouco mais de 40 anos, fez vigorar a ‘política dos governadores’ - estrutura de poder autocrático, de fachada liberal-democrática, real ditadura das oligarquias rurais. A segunda metade da década de 30, depois de irrelevantes e pouquíssimos anos constitucionais, vê surgir a ditadura do Estado Novo, que só findará com o término do segundo conflito mundial em meados da década seguinte. Os anos 40 terminaram com o governo constitucional de Dutra, sob o patrocínio da Constituição de 46 e da política imperialista da guerra fria, redundando em repressão geral, particularmente aos comunistas que são postos na ilegalidade, com a cassação de todos os parlamentares, após curta existência legal. Do retorno de Vargas ao poder, por via eleitoral até o golpe de 1964 transcorrem os anos ‘mais democráticos e liberais’ da vida nacional. Menos, portanto, de década e meia, através da qual a democracia vigente, com todas as suas limitações, foi várias vezes duramente atacada, e ao cabo da qual não conseguiu se firmar⁵⁵⁹.

Uma história repleta de ditaduras e na qual se desenvolveu uma estrutura de poder autocrática entre as camadas dominantes é a marca mais evidente de uma burguesia atrofada, que se formou sob o peso da herança colonial⁵⁶⁰.

⁵⁵⁹ CHASIN, J. *A Miséria Brasileira – 1964 – 1984: do golpe militar à crise social*. Ad Hominem, Santo André, 2000, p. 60.

⁵⁶⁰ O primeiro pensador a indicar o peso da estrutura colonial na formação de nossas instituições foi Caio Prado Júnior. Sua análise clarifica o sentido de nossa colonização e apresenta os desdobramentos advindos dessa origem, que podem ser captados ao se observar a função e a gênese das estruturas sociais que se ergueram no Brasil. O ponto de partida da análise caiopradiana é a origem do país, que surgiu como colônia europeia. O Brasil adentrou ao capitalismo mundial na condição de empresa mercantil colonial, participando daquilo que Marx chamou de acumulação primitiva ou originária, num momento em que emergiam como potências Portugal e Espanha. A base econômica se construiu orientada no desenvolvimento da metrópole e tratava-se de uma economia agrária, inserida no capitalismo na condição de empresa mercantil colonial, que teve no latifúndio a base de seu desenvolvimento. Esses são os elementos iniciais que balizaram e deram o sentido do ulterior desenvolvimento capitalista no país, ou seja foi a condição de colônia, que deu origem ao país e que o inseriu econômica e politicamente no nascente capitalismo comercial. A gênese colonial foi determinante nas características que o país assumiria a partir de então, portanto, só se pode dimensionar corretamente a história do Brasil ao se tomar como ponto de partida esse dado essencial, fundamento do desenvolvimento capitalista no país. Cf. PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1994, pp. 31-32.

Primeiro a apreender a particularidade histórica da determinação colonial na vida do país, Caio Prado Júnior se debruçou sobre o problema da revolução brasileira, e suas análises evidenciavam que o Brasil não passou por aqueles que seriam os passos clássicos do surgimento do capitalismo, tal como ocorreu em alguns países europeus, de industrialização antiga. Rebatendo o que se divulgava no período, fruto de uma leitura que esquematizava a produção marxiana, generalizando as particularidades europeias tornando-as modelo, o autor demonstrava que não haveria no Brasil relações pré-capitalistas ou feudais, dado que o país surgiu no cenário mundial já sob domínio do capital, na condição de colônia do império português, cujo sentido inicial era o da espoliação direta, pura e simples. Nas palavras do autor: “Se vamos à essência de nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto”⁵⁶¹.

O autor pontuava o sentido o originário de nosso desenvolvimento, constituinte dos traços essenciais da estrutura colonial que foram, por pelo menos três séculos, a direção de nossa formação histórica. A sociedade brasileira, em suas instituições, seu modo de organização da produção, sua constituição das classes sociais, em suma, a totalidade das relações sociais tinham aí seu fundamento primeiro.

Caio Prado Junior descortinava um viés de análise que permitiria a alguns estudiosos tomá-la como ponto de partida para revelar as estruturas que reduziam o país a uma condição de subsunção aos países centrais do capitalismo, debelando ilusões que apontavam a condição de dependência do país como uma situação transitória, um estágio a ser superado com o desenvolvimento natural do capitalismo⁵⁶².

Os apontamentos anteriores sugerem que no Brasil estavam ausentes as alternativas que poderiam operar uma modernização do capitalismo no sentido de sua autonomia e competitividade frente aos núcleos centrais. O capitalismo brasileiro, como lembra Chasin, é sempre *retardado e*

⁵⁶¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., pp. 31-32.

⁵⁶² Ibidem.

*retardatário*⁵⁶³. Da mesma forma, a burguesia brasileira germina fragmentada e débil e, neste sentido, tem sido indicada por estudiosos como incapaz de propor soluções avançadas nos momentos de crise, transformação ou modernização capitalista, como veremos a seguir.

A questão da burguesia brasileira e suas debilidades estruturais foi discutida por Florestan Fernandes em *A revolução Burguesa no Brasil*⁵⁶⁴. O autor argumentava que a burguesia brasileira apresentava-se como contrarrevolucionária, cuja opção era sempre a aliança com o atraso.

O autor constata a prevalência, entre os estudiosos do tema de duas presunções acerca da burguesia brasileira, que corroboram para as análises enviesadas da função e da potencialidade desta classe social. A primeira presunção residiria na ideia de que a “dependência e o subdesenvolvimento seriam estádios passageiros, destinados a desaparecer graças ao caráter fatal da autonomização progressiva do desenvolvimento capitalista”⁵⁶⁵. O autor atribui essa presunção a uma concepção europocêntrica de revolução burguesa, que só seria válida para os chamados casos “clássicos” de transformação capitalista.

A segunda presunção seria a desconsideração de que um desenvolvimento capitalista autônomo exigiria como pré-requisito “a ruptura da dominação externa (colonial, neocolonial ou imperialista)”⁵⁶⁶.

Contra a ideia de que dependência e subdesenvolvimento seriam estágios superados naturalmente pelo desenvolvimento do capitalismo, Fernandes lembrava que a expansão capitalista na periferia estava “fadada a ser permanentemente remodelada por dinamismos das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial”⁵⁶⁷.

Tratava-se de uma burguesia associada, (como sócia menor) ao imperialismo, impedida por isso de levar a cabo um projeto de revolução democrático-burguesa. Em países dependentes e subordinados, ocorreria

⁵⁶³ CHASIN, J. *A Miséria Brasileira – 1964 – 1984: do golpe militar à crise social*. Ad Hominem, Santo André, 2000.

⁵⁶⁴ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo, Globo, 2006.

⁵⁶⁵ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*, op. cit., p. 338.

⁵⁶⁶ Ibidem, p. 339.

⁵⁶⁷ Ibidem, p.339.

ainda a apropriação dual do excedente econômico, internamente pela burguesia nacional⁵⁶⁸ e externamente, pela burguesia imperialista.

O autor apontava para uma hipertrofia dos fatores sociais e políticos da dominação burguesa, como a concentração social da riqueza em níveis extremos, o envio de grande parte do excedente econômico para o exterior, o rebaixamento salarial e a sobrevivência de forma pré ou subcapitalistas de trabalho. Sob uma forma imperializada de capitalismo, não seria possível o desenvolvimento da democracia, mesmo dentro dos estreitos limites da “democracia burguesa”. Fernandes enfatizava que “o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil”⁵⁶⁹.

Neste quadro, a burguesia brasileira encontrou no exercício do poder autocrático sua forma de domínio. Distanciando-se dos casos “clássicos”, onde se pode falar em uma revolução democrático-burguesa, em países dependentes e subdesenvolvidos, há, segundo Fernandes, uma “forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia”⁵⁷⁰.

A história do país é marcada pela ausência de processos revolucionários e transições que conciliam o historicamente novo com formas de ser arcaicas, através do exercício autocrático do poder. No Brasil o capitalismo se objetivou de forma dependente, subsumido à condição de colônia, que impedia qualquer ímpeto industrializador; posteriormente, o país esteve sob a dependência do imperialismo inglês e estadunidense. Essa particularidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi denominada por José Chasin, de via colonial⁵⁷¹.

Como vimos, a modernização capitalista brasileira tem como característica a conciliação entre o novo e o velho. Nos momentos em que se

⁵⁶⁸ Neste caso o termo nacional é utilizado apenas para referir-se à burguesia interna de um país, diferenciando-a da burguesia internacional. Como se trata de um aspecto que não é apenas brasileiro, incidindo sobre outros países de extração colonial, optamos por isso pelo termo, em detrimento de burguesia brasileira. Cabe ressaltar, contudo, que há uma extensa polêmica acerca da existência de uma burguesia nacional (com consciência e prática nacionalista, de certa forma progressista frente ao imperialismo) e não utilizamos o termo nesse sentido.

⁵⁶⁹ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*, op. cit., p 341.

⁵⁷⁰ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*, op. cit., p 340.

⁵⁷¹ CHASIN, J. *A Miséria Brasileira – 1964 – 1984: do golpe militar à crise social*. Ad Hominem, Santo André, 2000.

pôs uma ruptura ou uma *atualização capitalista*, os novos segmentos emergentes da burguesia brasileira, vinculados ao capital industrial foram obrigados, dada a sua debilidade, a fazer concessões aos antigos grupos dominantes, os agraristas, de onde, inclusive muitos dos novos empresários advieram. Por sua aparente semelhança com o que ocorrera na Alemanha em fins do século XIX, tal processualidade brasileira foi, inicialmente, designada por alguns autores como “via prussiana”. Posteriormente, Chasin, após analisar a particularidade da dialética no Brasil, demonstra como o passado colonial é determinante na correlação de forças que compõem os nexos constitutivos de nosso desenvolvimento ulterior e, neste sentido, propõe o conceito de “via colonial”⁵⁷².

Daí a subsunção de nossa burguesia, entendida por Chasin como mais uma particularidade da “via colonial”, que engendra,

(...) uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de modo demasiado débil, conformando-se, assim em permanecer nas condições de “independência neocolonial” ou de “subordinação estrutural” ao imperialismo⁵⁷³.

Aprofundando a análise, Chasin afirma que “as burguesias que se objetivaram pela via colonial não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia ‘prussiana’, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas”⁵⁷⁴.

A via colonial de objetivação do capitalismo, proposta pelo autor como expressão de nossa formação societária tem, enfim, como um de seus

⁵⁷² Para ilustrar e demarcar as entre a via prussiana e a via colonial de objetivação do capitalismo, Chasin toma a questão da propriedade rural. Em ambos os casos ela é presença decisiva, mas se objetiva de maneira diferente em cada uma das realidades analisadas. O latifúndio alemão é de origem feudal e se tornou paulatinamente uma fazenda burguesa, no Brasil, por outro lado, a origem da grande propriedade rural é de origem colonial, vinculada à economia mercantil. Outro dado que demarca diferenças, e fundamental para situar concretamente o caminho brasileiro, é que, enquanto a Alemanha se industrializa tardiamente, no final do século XIX, a industrialização brasileira é hiper tardia, e se realiza na época das guerras imperialistas. Enquanto a primeira se faz de forma autônoma, a brasileira se faz de forma subordinada aos países centrais do capitalismo, característica que jamais conseguiu superar. O autor designa, então, o caminho brasileiro para o capitalismo, como “via colonial”. CHASIN, J. “A via colonial de entificação do capitalismo”, in: *A Miséria Brasileira – 1964 – 1984: do golpe militar à crise social*. Ad Hominem, Santo André, 2000.

⁵⁷³ CHASIN *apud* RAGO FILHO, Antônio. “Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia bonapartista”, in: *Tempo de Ditadura*, op. cit., p. 162-163.

⁵⁷⁴ CHASIN, José. “A via colonial de entificação do capitalismo” in: *A Miséria Brasileira – 1964 – 1984: do golpe militar à crise social*, op. cit., p.57.

corolários essenciais a dominação autocrática dos proprietários no país e o golpe, nesse sentido, é a forma bonapartista dessa dominação, única solução possível nos limites estreitos em que se objetivou a burguesia brasileira.

A saída pelo alto, a solução pelo golpe, se efetivou pela forma bonapartista⁵⁷⁵ do assalto ao Estado. Saída imposta pelas necessidades da expansão do capital de uma burguesia incapaz exercer sua hegemonia compondo com os segmentos mais progressistas da sociedade e de garantir os corolários da democracia, mesmo nos limites burgueses. Articuladas com os segmentos agraristas mais conservadores e constantemente subordinadas ao capital internacional, conforme aponta Rago,

(...) estavam todas as frações do capital atrofico e segmentos médios que temiam a ameaça comunista, a explosão popular, o movimento operário-sindical, a quebra da disciplina, a hierarquia militar, a falta de comando do presidente João Goulart⁵⁷⁶.

Acompanhando a análise do autor, os militares, gestores da política que emerge dessa dinâmica atrofica do capital, supunham poder instrumentalizar os capitais externos para efetivar o projeto de Brasil - potência; utilizando o capital financeiro internacional como um meio para a autonomização nacional. “Ilusão socialmente necessária”, como afirma o autor, propiciou as condições para a “auto-expansão do capital sem resolver as mazelas sociais da modernização excludente”⁵⁷⁷.

⁵⁷⁵ Pensamos no bonapartismo brasileiro, tal como apontou Rago, como fenômeno engendrado pela forma particular de dominação autocrático-burguesa identificada com ao regime militar que se transforma numa espécie de “gestor do capital atrofico subordinado ao imperialismo”. Cf. RAGO FILHO, Antônio. “Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia bonapartista”, *in: Tempo de Ditadura*. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, Cadernos Ael, vol. 8 nº 14/15, p.167.

⁵⁷⁶ RAGO FILHO, Antônio. “O Ardil do Policitismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa”, *in: Cultura e Poder: o golpe de 1964 40 anos depois*. Projeto História, São Paulo (29), tomo I, dezembro de 2004, p. 144.

⁵⁷⁷ *Ibidem*.

5.1.1 – 1964: o golpe na ascensão popular e a instituição da dominação autocrático-burguesa bonapartista

O ano de 1964 marcou um tiro de morte na plataforma econômica de cunho popular e democrático, empalmada por João Goulart, colocando fim à possibilidade de um desenvolvimento capitalista que incorporasse a população ao mercado e em seu lugar, se reorganizou a estrutura econômica de modo a manter o atendimento aos interesses do grande capital e seus associados nacionais.

De um lado, estavam, grosso modo, os setores que defendiam a proposta progressista de Goulart e de outro os que propugnavam o desenvolvimento a partir do privilegiamento da associação ao capital internacional; a disputa já vinha de pelo menos uma década. Em 1954 uma escalada golpista foi interrompida por Vargas, através de seu suicídio. Este passou a representar uma ameaça ao grande capital e seus parceiros locais quando encampou reformas estatizantes de cunho progressista:

O golpe de 1954 também foi para deter qualquer avanço no processo político das reformas econômicas. Desde que Getúlio Vargas esposou a tese do monopólio estatal do petróleo, mobilizando a opinião pública para forjar a Eletrobrás, e tomou providências no sentido de prover o Estado brasileiro de órgãos capazes de intervir na estrutura econômica de forma progressista, foi condenado pelas estruturas reacionárias, deposto e levado ao suicídio em agosto de 1954⁵⁷⁸.

Para Caio Navarro de Toledo o golpe civil-militar de abril de 1964 foi um golpe contra as reformas sociais, reivindicadas por amplos segmentos sociais da sociedade brasileira; tratou-se de um “golpe contra a incipiente democracia política burguesa nascida em 1945, com a derrubada da ditadura do Estado Novo”⁵⁷⁹. Conforme o autor para serem vitoriosos, os golpistas de 1964 fizeram um movimento,

⁵⁷⁸ SODRÉ *apud* TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe – democracia e reformas do populismo*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997, p. 107.

⁵⁷⁹ TOLEDO, Caio Navarro. “O golpe contra as reformas e a democracia”, *in*: Reis, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru, Edusc, 2004.

(...) contra Goulart, contra a corrupção, contra a subversão. (...) O movimento liderado pelas Forças Armadas não era a favor da construção de algo novo no país. (...) As classes dominantes e seus aparelhos ideológicos e políticos apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças, etc. Por vezes expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em sua substância, reivindicavam o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro⁵⁸⁰.

Já Rago afirma que o golpe de Estado,

Veio como contrapartida do que poderia vir a ser uma nova ordem societária que sob forma de uma república democrática colocaria as massas na vida pública, incorporadas ao mercado interno por meio de um conjunto de reformas estruturais, a começar pela reforma agrária, assim como o processo de nacionalização dos setores estratégicos de nossa economia e o controle da remessa de lucros que ameaçava as empresas estrangeiras⁵⁸¹.

Como se vê, o golpe teria sido marcado por movimentos contrários à ascensão da democratização social do país, contra as reformas sociais e políticas e se espraiou para as ações repressivas contra a politização das organizações dos trabalhadores do campo e das cidades. Foi também um movimento contra o amplo debate ideológico e cultural que se processava no país nos anos anteriores a 1964. Seu sentido imediato foi o de destruir as organizações políticas dos trabalhadores, reprimir os movimentos sociais de esquerda e progressistas⁵⁸² e seu sentido profundo, conservar a dominação autocrático burguesa.

Os beneficiários do golpe e da dominação bonapartista que se seguiu conspiraram nos anos 60 através do complexo IPES/IBAD que articulava uma rede de empresários em todo o país e que culminou na elaboração de um projeto de poder efetivado após o golpe. A participação do empresariado foi estudada por Dreifuss, em seu livro intitulado *1964: A conquista do Estado*,

⁵⁸⁰ Ibidem.

⁵⁸¹ RAGO FILHO, Antônio. "O Ardil do Policritismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa", in: *Cultura e Poder: o golpe de 1964 – 40 anos depois*, op. cit., p. 140.

⁵⁸² TOLEDO, Caio Navarro. "O golpe contra as reformas e a democracia", op. cit.

*ação política, poder e golpe de estado*⁵⁸³ e, para o autor, o complexo IPES/IBAD constituiu-se no “Estado Maior da burguesia nacional e associada” O autor destaca o papel dos empresários na “definição de diretrizes políticas e táticas, empregadas para enfrentar a crise de insubordinação das classes dominadas contra o regime imposto, e o desejo de controlar o Estado por parte dos industriais e banqueiros do bloco de poder multinacional e associado⁵⁸⁴.

A pesquisa de Dreifuss evidenciou a efetiva participação dos empresários nos postos do Estado e a subsunção do empresariado à política; analisando a emergência do capital multinacional e associado no Brasil após a segunda guerra mundial e especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek. Pontuando as diferenças entre o período 1948-1961 o autor demonstrou como o empresariado fez valer seus interesses durante o primeiro período pelo artifício de uma “administração paralela”⁵⁸⁵ e como, no segundo, sua participação se deu através do complexo IPES/IBAD, através do qual se organizaram para garantir a hegemonia econômica e também a política⁵⁸⁶.

O empresariado brasileiro que apoiou o golpe e os setores militares que o efetivaram, viam o trabalhismo de João Goulart como a porta de entrada para a prevalência da doutrina marxista-leninista e para a comunização do Brasil. Mas o temor mais imediato era ter os seus interesses junto ao capital estrangeiro afetados, num processo que inibisse a única potencialidade da burguesia brasileira, a saber, desenvolver-se de forma subordinada e associada ao imperialismo.

A única forma que a burguesia brasileira encontrou para exercer internamente a hegemonia foi manter sua subordinação, no plano internacional, ao capital estrangeiro. Era incapaz de enxergar a possibilidade de se desenvolver sem ser tutelada e de se integrar a um projeto de desenvolvimento autônomo. Uma burguesia que não pôde, por suas debilidades intrínsecas, se colocar como progressista em nenhum momento na história do país e que, por

⁵⁸³ DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado, ação política, poder e golpe de estado*. Petrópolis, Vozes, 1984.

⁵⁸⁴ Ibidem, p. 482.

⁵⁸⁵ Sobre a administração paralela no governo de JK, ver a obra de IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da URFJ, 1971.

⁵⁸⁶ DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado, ação política, poder e golpe de estado*. op. cit.

tais condições, só poderia processar as transformações necessárias ao próprio capitalismo, pelo alto⁵⁸⁷.

5.1.2 – O evoluir da ditadura: aspectos do binômio “Segurança e Desenvolvimento”

O golpe-civil militar de 1964 colocou termo num amplo movimento de massas e impôs ao país um projeto de desenvolvimento que visava, em última análise, transformar o Brasil numa potência, ideia que foi profundamente defendida, por exemplo, pelo general Golbery do Couto e Silva, um dos ideólogos preceitos que buscavam justificar o golpe⁵⁸⁸.

Desde a modernização conservadora promovida no período de JK se punha a necessidade do processamento de reformas infra-estruturais urgentes para atender as demandas no novo estágio de desenvolvimento do capitalismo.⁵⁸⁹ No entanto, tais reformas demandariam alterações nas relações de trabalho fincadas desde o período Getulista e também profundas mudanças no campo, de forma a subordinar sua produção às demandas da industrialização. Este segundo tópico também dividia opiniões. De um lado, os adeptos de uma reforma agrária que desconcentrasse a propriedade, criando-se condições para uma diversificação da produção, capaz de atender a uma demanda interna que, se desconcentrado o capital, emergiria com força. De outro, os reacionários a qualquer reforma agrária, pois isto afrontaria seus interesses monopolistas. Neste sentido, apóiam, juntamente com os segmentos

⁵⁸⁷ Sobre as modernizações conservadoras que se processam “pelo alto”, conceito extraído de Karl Marx, ver tese de doutorado de RAGO, Maria Aparecida de Paula *A práxis política de José Ermínio de Moraes: Nacionalismo sem nacionalistas*. (Tese de Doutorado). Campinas, Programa de Pós-graduação em História da Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Micelli, 2004. No entanto, para o que mais no interessa, o artigo citado a seguir, que também resgata tal dinâmica é mais pertinente. RAGO, Maria Aparecida de Paula. “Considerações sobre a questão agrária. Formação Histórica Brasileira.” *Projeto História* – revista do programa de pós-graduação em História da PUCSP, São Paulo, vol. 3, p. 33-41, 1982.

⁵⁸⁸ SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1981.

⁵⁸⁹ Ver livro de Marcelo Squinca da Silva. *Energia Elétrica: estatização desenvolvimento, 1956-1967*, São Paulo, Ed. Alameda, 2011.

industriais, a manutenção da associação subordinada ao capital internacional⁵⁹⁰.

Na visão dos gestores da caserna tratava-se de tornar o Brasil uma potência e, assumindo o comando da política para atender os interesses dos segmentos da burguesia industrial que demandava as reformas sem a participação dos trabalhadores e a dos segmentos agrários reacionários a qualquer alteração no campo, os militares instrumentalizaram o capital financeiro internacional para aprofundar no país a industrialização. A proposta foi a de processar a reorganização do parque industrial e, em sua visão, criar a indústria sólida, que fosse capaz de alçar o país à condição de potência. Essa não era a única alternativa entre os militares, já que havia setores nacionalistas contrários a tal associação ao capital internacional. Mas desde a segunda metade da década de 1950, os setores nacionalistas já haviam sido neutralizados,⁵⁹¹ dados os expurgos ocorridos naquela época, justificados por acusações de subversão. Nesta condição, embora ainda esbravejassem, não conseguiram se impor ao setor que buscou a associação com o capital internacional⁵⁹².

Com a prevalência do projeto de associação com o capital multinacional, cabia ao Estado, na perspectiva dos militares, planejar e gerir o desenvolvimento capitalista, investindo nos setores considerados estratégicos. Esses eram basicamente aqueles da indústria pesada, de bens de capital e da grande indústria, como a automobilística, já instalada desde a década de 50⁵⁹³.

No primeiro governo militar, o do general Humberto de Alencar Castello Branco, foi baixado o “Ato Institucional”, inaugurando a legislação repressiva do bonapartismo, que atingiu 4454 pessoas, suspendendo as imunidades

⁵⁹⁰ Sobre tal debate encetado através da revista *Brasiliense* ver tese de SOUZA, Ângela Maria *O Brasil descortinado por Caio Prado Jr.: gênese e reiteração do "círculo vicioso"* (Tese de Doutorado), Programa de Pós-graduação em Economia da PUC-SP, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Rago Filho, 2009. Também a dissertação de mestrado de PORTELLA JÚNIOR, Onofre Alves, *Desenvolvimento Brasileiro: O olhar de Caio Prado Junior na Revista Brasiliense (1955 - 1964)*, Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof^a Dr^a Vera Lucia Vieira, 2012.

⁵⁹¹ Ver dissertação de OLIVEIRA, Nilo Dias. *A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil - década de 1950) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. (Dissertação de mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof^a Dr^a Vera Lucia Vieira, 2008.

⁵⁹² OLIVEIRA, Francisco. “Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária”. in: Reis, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru, Edusc, 2004.

⁵⁹³ *Ibidem*.

parlamentares, promovendo a cassação dos direitos políticos de inúmeras pessoas, aposentando compulsoriamente diversos funcionários públicos. O “ato” também criou os Inquéritos Policiais Militares e promoveu o fortalecimento do poder executivo. Em suma, criava mecanismos de repressão contra aqueles considerados pelos militares responsáveis pela *baderna* no pré-64: estudantes organizados na UNE, membros das Ligas Camponesas, dirigentes sindicais e de partidos políticos⁵⁹⁴.

O Ato Institucional era necessário, na visão dos militares e conforme os interesses dos segmentos interessados nesta nova fase da modernização conservadora, para restabelecer a estabilidade política, que permitiria o aumento do aporte de investimentos no país. Este diagnóstico também foi apresentado pelo Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG, elaborado pelos ministros Otávio Gouveia de Bulhões (Fazenda) e Roberto Campos (Planejamento), no governo do primeiro general-presidente, Humberto de Alencar Castello Branco.

O Ato Institucional, posteriormente designado como AI-1, foi o primeiro de uma série de mecanismos repressivos que possibilitavam ao Estado a levar à cabo aquilo que ficou intitulado como “Operação Limpeza”. De duração limitada, o AI-1 não satisfaz a sanha dos “Coronéis dos IPM’s”⁵⁹⁵, que pressionaram Castello Branco pela instituição de novos mecanismos repressivos. Veio o Ato Institucional nº 02, cuja duração coincidia com a duração do governo de Castelo Branco⁵⁹⁶. A pressão dos “coronéis dos IPM’s” e as disputas no interior do Estado deram origem aos grupos que ficaram conhecidos na historiografia como castelistas e linha dura⁵⁹⁷.

⁵⁹⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984, pp. 52-71.

⁵⁹⁵ FICO, Carlos. *Como Eles Agiram: os subterrâneos da ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 39.

⁵⁹⁶ *Ibidem*.

⁵⁹⁷ De acordo com Chirio, “A expressão ‘linha dura’ não tem inicialmente o sentido de um grupo ou de uma facção para os oficiais que a reivindicam, mas de uma linha política de contornos incertos, de um ‘estado de espírito’ e de uma determinada interpretação da ‘Revolução’ de 31 de março de 1964.(...) Foram jornalistas e analistas políticos que, na mesma época, transformaram em grupo – dotado de líderes, de representantes e, portanto, de certa coesão interna – o que era então apenas uma expressão de identificação. Em agosto de 1964, no *Jornal do Brasil*, o jornalista Carlos Castello Branco cinde assim o mundo militar em dois campos: os moderados, de um lado, e a linha dura, do outro (...) Foi só depois que essa categoria foi apropriada pelos militares. Primeiro, pelo poder vigente, que designa assim um de seus adversários políticos. Em setembro de 1964, um relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) fez da ‘*chamada linha dura*’ um dos três grupos de ‘opponentes

Castelo Branco, cujo mandato durou de 1964 à 1967, teve como responsáveis pela política econômica de seu governo o economista Roberto Campos, ministro do Planejamento e Octávio de Gouveia Bulhões, ministro da Fazenda. Os autores do PAEG apontavam como saída para crise no Brasil a redução do déficit no setor público, a contração do crédito privado e o arrocho salarial. O PAEG Incentivava a exportação de produtos de bens primários e a vinda de capitais estrangeiros, que encontraram nos países condições altamente satisfatórias para sua reprodução, na medida em que, ainda em 1964, a lei de remessa de lucro aprovada no governo Goulart, foi revogada⁵⁹⁸.

Essa política teve um resultado satisfatório do ponto de vista das classes dominantes, já que houve, de fato, uma redução do déficit público, a diminuição da inflação e aumento do Produto Interno Bruto. Entretanto, sob a perspectiva dos trabalhadores, os reajustes salariais se deram sempre abaixo da inflação. Houve também mecanismos de aumento na rotatividade da mão de obra, com o fim da estabilidade no emprego, a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, e a Lei de Greve⁵⁹⁹.

Do ponto de vista político, em outubro de 1965, realizaram-se as eleições para 11 governos estaduais e nelas as oposições foram vitoriosas em cinco estados, entre eles Minas Gerais e Guanabara. Frente à derrota eleitoral, baixou-se o já mencionado Ato Institucional n.º 2, em que foi decretada a eleição indireta do presidente da República, além de novas cassações, suspensão dos direitos políticos, limitações à imprensa, e a extinção do pluripartidarismo. No bojo do AI-2, criaram-se a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Ainda no governo Castelo Branco, o Ato Institucional n.º 3 estendeu as eleições indiretas aos governadores de estado e prefeitos, eleitos através de

revolucionários' ao governo. Num segundo momento, pelos próprios oficiais contestadores, à direita, do governo Castelo Branco, em um manifesto distribuído para a Câmara em abril de 1965, segundo o qual 'a linha dura, guardião da Revolução, transmite a todos os seus membros, civis e militares, a diretiva que deve orientar a ação comum, no sentido de salvaguardar os ideais revolucionários' CHIRIO, Mauad. "A 'primeira linha dura' do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70". *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 2. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299002212_ARQUIVO_MChirio-LinhaDura.pdf, acessado em 20 de junho de 2012.

⁵⁹⁸ Ibidem, pp. 74-79.

⁵⁹⁹ OLIVEIRA, Francisco. "Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária", in: Reis, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru, Edusc, 2004.

um colégio eleitoral. A oposição ficou enfraquecida, e alguns de seus setores debatiam “sobre a conveniência de se apoiar o partido ‘oficial’ se oposição”⁶⁰⁰. O congresso foi fechado em outubro de 1966, depois de escolher Costa e Silva como presidente da República, e reaberto em janeiro de 1967 para que aprovasse a Carta Constitucional elaborada pelos juristas da ditadura.

O governo do general Costa e Silva durou de março de 1967 a outubro de 1969, eleito por imposição do grupo *duro*. O grupo moderado, de Castelo Branco, os *sourbonistas*, não conseguiram fazer seu sucessor⁶⁰¹. O grupo de Castelo Branco deixa de ter representação no primeiro escalão ministerial e houve um aumento do número de militares na burocracia estatal. Entretanto, os ministérios da Fazenda e do Planejamento foram ocupados por civis: Delfim Neto e Hélio Beltrão respectivamente⁶⁰².

No discurso, o governo Costa e Silva acenava com a liberalização política, e setores do MDB admitiam a possibilidade de um diálogo com o novo governo. Constituiu-se também a Frente Ampla, de curta duração, organizada por três políticos importantes do país: Carlos Lacerda, Juscelino Kubistchek e João Goulart.

1968: um novo quadro político emerge no país

O assassinato de Edson Luís pela polícia militar desencadeou manifestações em diversas cidades do país. Uma das mais importantes aconteceu no Rio de Janeiro, conhecida como passeata dos *Cem Mil*. Nela tomaram parte setores da Igreja Católica, artistas, intelectuais e estudantes. A passeata expressava o descontentamento de diversos setores sociais com o governo.

Importante salientar que nesse momento duas greves operárias ocorreram apesar da Lei de Greve: uma na cidade de Contagem, em Minas Gerais, em que 15 mil metalúrgicos da Belgo Mineira paralisaram o trabalho e

⁶⁰⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*, op. cit. p. 104.

⁶⁰¹ FICO, Carlos. *Como Eles Agiam: os subterrâneos da ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

⁶⁰² EARP, Fabio Sá e PRADO, Luiz Carlos. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda” in: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N.(orgs), *O Brasil Republicano*, volume 4, *O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 219.

obtiveram um pequeno aumento salarial; outra em Osasco, em que os operários da COBRASMA também paralisam as atividades, mas o governo agiu de forma violenta e prendeu lideranças sindicais importantes. Esse é também o momento em que setores da esquerda optaram pela primeira vez de forma aberta pela luta armada⁶⁰³.

No final do ano um discurso de Márcio Moreira Alves, deputado do MDB, conclamava a população a boicotar as paradas militares do sete de setembro, e foi considerado subversivo pelos militares. O discurso precipitou a crise institucional que culminaria no AI-5; ante aquilo que consideraram um ato de subversão, os militares solicitaram que o Congresso Nacional autorizasse uma ação processual, porque a imunidade parlamentar era inviolável, sendo necessária a autorização do Congresso para que se pudesse processar criminalmente o deputado. Surpreendentemente, o Congresso não concedeu autorização para o processo.

Mandando às favas os escrúpulos de consciência, conforme a famosa frase do coronel Jarbas Passarinho, o primeiro escalão ministerial e o presidente da República decidiram pela decretação do Ato Institucional n.º 5, em 13 de dezembro de 1968. O Congresso voltava a ser fechado, o presidente retomava os poderes excepcionais previstos nos atos anteriores, que lhe permitia a cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos, expurgos de servidores públicos, além do retorno do acirramento da censura e da tortura mas, diferente dos atos anteriores, o AI – 5 não tinha prazo para acabar.

Em consequência do aumento da repressão política, ampliou-se também a luta armada. A oposição político-institucional refluiu, setores da guerrilha urbana promoveram o sequestro de diplomatas estrangeiros, como os do embaixador norte-americano, o da Suíça e o da Alemanha. Era a resposta que os setores armados davam à ditadura, ante o fechamento do sistema político legal que praticamente não existia. Foi o período de maior exacerbação da repressão e tortura; instituiu-se a pena de banimento do território nacional, e a pena de morte para os casos de guerra externa, psicológica adversa e revolucionária⁶⁰⁴.

⁶⁰³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil, op. cit.*, pp. 119-126.

⁶⁰⁴ *Ibidem* pp. 156-176.

Na economia o país voltaria a crescer com o controle da inflação, a recuperação industrial de setores como química, setor elétrico, automobilística e construção civil. Entre 1968 e 1969 o país cresceu cerca de 10 por cento ao ano e com Médici ocorreu o desenvolvimento do chamado “milagre econômico”⁶⁰⁵.

O governo do presidente Médici, ex-diretor do SNI, durou de outubro de 1969 a março de 1974 e durante esse período a oposição política esteve ainda mais debilitada, sejam pelas ameaças permanentes do AI-5 ou pelos efeitos ideológicos do milagre econômico.

A oposição armada urbana foi duramente combatida através de prisões, delações, tortura; foi enfraquecida e finalmente dizimada. Marighella e Lamarca, dois dos mais importantes nomes da guerrilha urbana, foram mortos respectivamente em 1969 e 1971 pelas forças de segurança financiadas pelos empresários nacionais e estrangeiros.

Nesse período a guerrilha do Araguaia ainda estava em fase inicial e seu combate “brando”, já que os militares ainda não a haviam identificado como uma das expressões da luta armada⁶⁰⁶.

Sob o comando de Delfim Neto a economia do país se beneficiou amplamente da disponibilidade de recursos externos, obtida através de empréstimos. Cresceu no período o investimento estrangeiro em particular na indústria automobilística⁶⁰⁷. O crédito facilitado aos setores da classe média permitiu o aumento do consumo de vários itens, que antes lhes eram proibitivos, dado seu exíguo orçamento.

Mas tal avanço no plano econômico não beneficiou a todos os segmentos sociais. Certamente as classes médias e altas aumentaram seus níveis de consumo e, como já referimos, passaram a ter acesso a itens que antes eram proibidos. Os trabalhadores qualificados, de alguma maneira, também foram beneficiados na medida em que aumentaram os postos de trabalho. Entretanto, os trabalhadores menos qualificados tiveram comprimidos

⁶⁰⁵ EARP, Fabio Sá e PRADO, Luiz Carlos. “O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda”, *op. cit.*

⁶⁰⁶ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia, Editora da UFG, 1997.

⁶⁰⁷ EARP, Fabio Sá e PRADO, Luiz Carlos. “O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda”, *op. cit.*

os seus salários. Houve, assim, uma concentração da renda, seguindo a fórmula de Delfim que pretendia deixar o bolo crescer, para depois dividir.

O penúltimo dos governos militares, o do general Ernesto Geisel, perdurou de março de 1974 a março de 1979. Conhecido pela historiografia como período da “abertura política” foi este o governo que deu os primeiros passos na transformação da forma bonapartista para a institucionalização da autocracia burguesa. Concordamos com Rago quando afirma que

No concernente ao processo de autorreforma, na passagem do bonapartismo para a institucionalização da autocracia burguesa, atribui-se a “conquista da democracia” exclusivamente às iniciativas políticas de Geisel e Golbery, elidindo-se por completo o papel das classes sociais, as contradições imanentes da produção e reprodução da vida material, da crise e colapso do “milagre econômico” e o esfacelamento das bases sociais da ditadura militar, a principiar pelas dissensões burguesas. Nada se diz sobre a atuação e resistência das classes subalternas, em especial ao ressurgimento das greves operárias em fins da década de 70, com as multidões ocupando espaços públicos⁶⁰⁸.

Sem dúvida, é inegável que a transição *lenta segura e gradual* tinha a intenção de conter os ímpetos dos radicais no interior das forças armadas, que deram mostras, durante todo o período da autorreforma, de até onde chegariam para manter a ditadura, com assassinatos, tortura, morte e atentados à bomba, como aponta a historiografia⁶⁰⁹. Mas a autorreforma, em seu cerne, é uma necessidade histórica posta aos proprietários na manutenção e preservação de seus interesses e que se desenvolveu não sem contradições, oriundas do evoluir histórico em que a resistência das classes subalternas, expressas, por exemplo, nas greves operárias do ABC, que apresentavam outra possibilidade, que não a institucionalização da autocracia burguesa; apontavam para a perspectiva do trabalho, conforme alertava Chasin: “de maio de 1978 a março de 1979, neste curso espaço de menos de um ano, o país

⁶⁰⁸ RAGO FILHO, Antônio. “O Ardil do Policítismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa”, in: *Cultura e Poder: o golpe de 1964 40 anos depois. Projeto História*, São Paulo (29), tomo I, dezembro de 2004, p. 144.

⁶⁰⁹ Cf., por exemplo, GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

*reencontrou o fluir de sua história - na dinâmica de seu principal e decisivo fundamento para a democracia: a massa trabalhadora*⁶¹⁰ (grifos do autor).

Ganha relevância no entendimento da institucionalização da autocracia burguesa o fenômeno do *politicismo*. Desvinculando esferas *desvinculáveis* – a política e a economia, os proprietários acenavam para a transformação do regime engrossando o coro da liberalização política sem, evidentemente, que a propositura econômica se alterasse em favor das classes subalternas.

Enredados no politicismo das classes dominantes setores de esquerda acabaram por defender o aperfeiçoamento das instituições burguesas – e da democracia burguesa – como saída para as mazelas econômicas do país. A ética na política, durante longos anos foi o carro-chefe do mais expressivo partido de esquerda do país - o Partido dos Trabalhadores. O descolamento do político da base material da sociedade e seu encampamento pela oposição partidária foi o mecanismo que garantiu a concretização do processo de institucionalização da autocracia burguesa. Segundo Rago:

O *ardil do politicismo* surge, nesta situação, como arma vital para a reprodução do autocratismo-burguês, forma recorrente do seu ser social limitado e atrofiado. Mecanismo que lhe permite cortar os horizontes e perspectivas de vasto contingente da classe trabalhadora da cidade e do campo, manipulando as consciências oposicionistas, atrai para o seu próprio campo o desenlace da transição pelo alto, ganhando a chancela para a vitória de sua propositura, deixando intocável a forma particular da acumulação subordinada e desarmando uma alternativa da perspectiva do trabalho⁶¹¹.

Por fim, sintetizando a perspectiva da autorreforma, Rago afirma que:

Do golpe de 1964 até a instauração da “Nova República” – com o referendo do nome de Tancredo Neves, pela via indireta, num Colégio Eleitoral, e a consagração de um aventureiro no poder, em 1989 –, transitou-se de uma *forma bonapartista* para uma *autocracia burguesa institucionalizada*. Reafirmava-se o velho *ardil do politicismo burguês*, no desarme da oposição para o enfrentamento da questão nacional, marginando a sua ação na esfera do político, no “aprimoramento das instituições”. Tudo consoante o estratagema do capital atrofico, que impõe limites que não poderiam ser ultrapassados, numa rígida linha divisória: a ruptura com a estrutura

⁶¹⁰ CHASIN, José. “As máquinas param, germina a democracia!”, in: *A Miséria Brasileira – 1964 – 1984: do golpe militar à crise social*, op. cit., p. 81.

⁶¹¹ RAGO FILHO, Antônio. “O Ardil do Politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa”, op. cit., p. 156.

econômica subordinada aos capitais financeiros internacionais e o trânsito para uma forma de metabolismo social da perspectiva do trabalho⁶¹².

Acompanhamos ponto a ponto, aquelas que, a nosso ver, foram as principais características, do ponto de vista do evoluir dos setores dominantes nos aspectos repressivos e econômicos do período que, como se viu, são duas dimensões do mesmo fenômeno: na ideologia dos generais de 1964 mais segurança significaria mais desenvolvimento; conseqüentemente, a repressão se justificava, segundo esta ideologia, como um fator que contribuiria para tornar o Brasil uma potência econômica.

Sob o binômio “Segurança e Desenvolvimento”, as Forças Armadas instalaram uma ditadura que durou 21 anos, o tempo que julgaram necessário para empreender o duplo combate contra a “subversão e contra a corrupção”. O movimento dos militares pretendia ser uma “Revolução Redentora”, que colocaria o país definitivamente na rota do capitalismo desenvolvido, livre dos perigos do comunismo. O binômio revelava a essência do ideário dos golpistas de 1964, e seus termos determinavam-se reciprocamente: quanto mais seguro o país, mais desenvolvido ele seria e, da mesma forma, mais desenvolvimento geraria mais segurança. Dessa fórmula, expressa em termos muito simples, extraem-se os atos comandados pelos generais-presidentes, ao longo de mais de duas décadas.

As intenções declaradas pelos golpistas eram impedir a comunização do país, promover um desenvolvimento capitalista acelerado e, após cumpridas estas tarefas, restaurar a democracia. Para além das intenções declaradas, as práticas revelavam que havia outros alvos: não apenas o comunismo deveria ser extirpado, mas também as suas “portas de entrada”: a plataforma nacional e popular exigida por amplos seguimentos sociais, a miséria e o subdesenvolvimento. Revelavam também que nem tudo estava explícito nas declarações públicas da ditadura sobre o desenvolvimento capitalista acelerado: não se mencionava que ele se realizaria sob a mais brutal exploração da força de trabalho, conceituada por Rui Mauro Marini como superexploração, necessária para que se realizasse a apropriação dual da

⁶¹² Ibidem, p. 161.

mais-valia pelo imperialismo e pela nossa burguesia⁶¹³, esta última, a sócia menor, em sua posição de subordinação, se apropriaria de uma parcela também menor da pilhagem sobre os trabalhadores.

5.1.3 – A questão do campo na ditadura

Assim como se pôs conservadora para a dinâmica da industrialização nas cidades, no campo as reformas propostas demonstraram seu caráter *hiper conservador*, conforme veremos a seguir.

Em outros capítulos deste trabalho, demonstramos que a questão da luta pela terra é uma das decorrências do processo de desenvolvimento do capitalismo no país. Neste processo a terra assume um caráter rentista⁶¹⁴ segundo Oliveira, e funde numa só pessoa o capitalista e o latifundiário. Esta característica do capitalismo brasileiro intensificou-se a partir da segunda metade do século XX, em que a modernização da agricultura não transformou os latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, capitalistas industriais e urbanos passaram a ser também grandes proprietários de terra. Segundo o autor, “os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade”⁶¹⁵. Na região amazônica, grandes empresas capitalistas estrangeiras se estabeleceram tais como o grupo Bradesco e a Volkswagen.

Dentre as providências iniciais do bonapartismo para a resolução da “questão agrária” estava o *Estatuto da Terra*. Promulgado em novembro de 1964, pretendia fazer a reforma agrária no país, que era considerada como “o

⁶¹³MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis, Vozes, 2000.

⁶¹⁴ O autor traz um exemplo elucidativo em seu texto, sobre o projeto Jari: “(...) Implantado pelo multimilionário Daniel K. Ludwig, foi ‘nacionalizado’ no final do governo Figueiredo, quando passou para um grupo de cerca de 25 empresas, lideradas pelo grupo Azevedo Antunes. A área ocupada (...) tinha superfície superior a quatro milhões de hectares. Em decorrência desse processo, tornou-se possível identificar dois aspectos contraditórios destes capitalistas modernos: a mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo no Centro-Sul, na Amazônia, ao contrário, praticava em suas propriedades agropecuárias a “peonagem”, relação de trabalho também chamada de ‘escravidão branca’. Em outras palavras, a mesma empresa atuava de forma diferenciada em regiões distintas deste país”. OLIVEIRA, Ariolvaldo U. “A Longa Marcha do Camponato Brasileiro: movimentos sociais, conflito e reforma agrária”. *Revista Estudos Avançados*. vol.15, nº43, São Paulo, Set/dez. 2001, p.186.

⁶¹⁵ *Ibidem*.

conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade⁶¹⁶. Falava-se em função social da terra, conservação de recursos naturais, assegurava o direito a posse da terra, mas nascia como letra morta: o *Estatuto da Terra* não gerou um plano nacional de Reforma Agrária. De acordo com Oliveira,

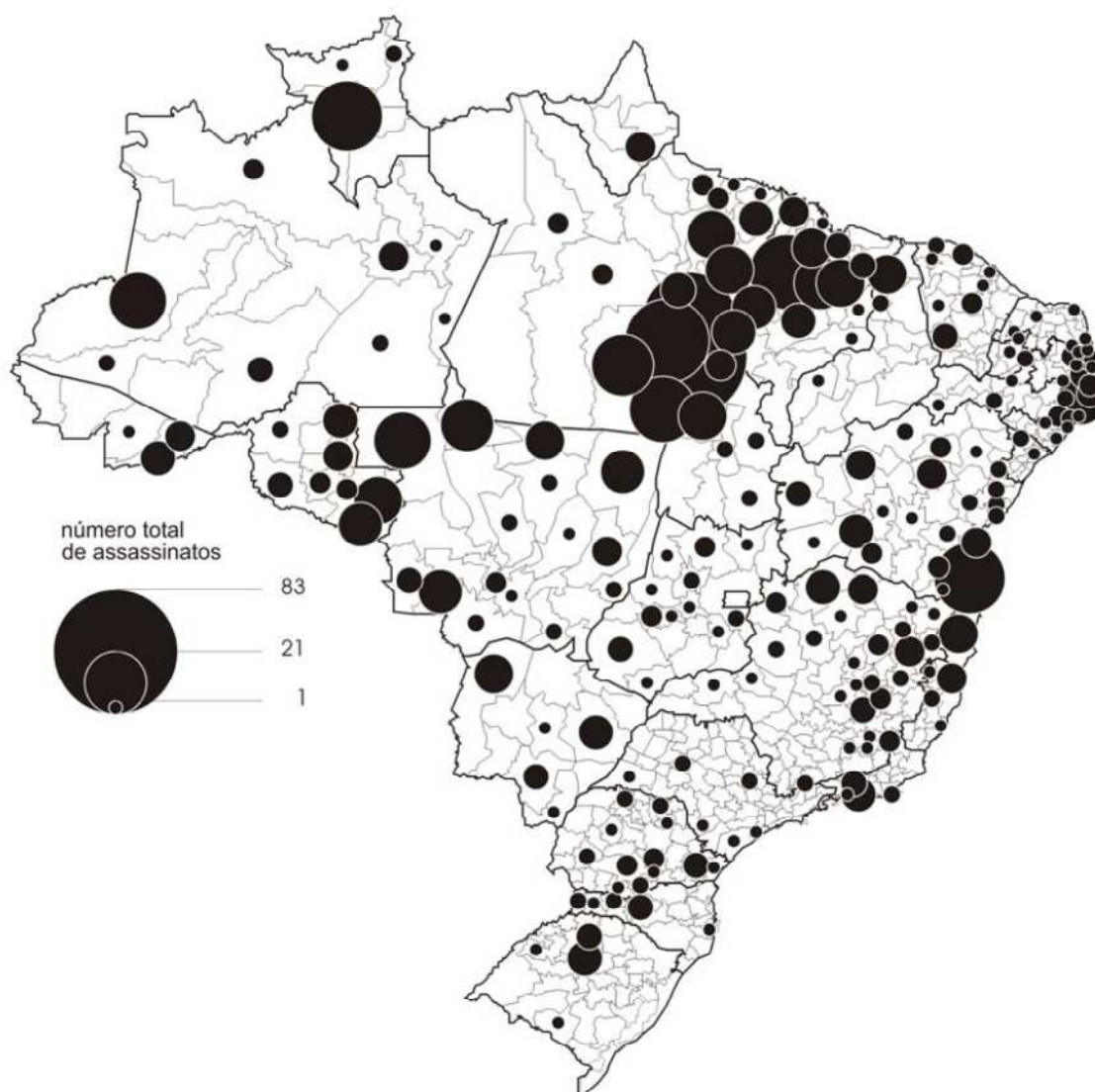
Roberto Campos informou previamente os deputados de que iriam aprovar o Estatuto da Terra, de que ele seria aprovado, porém não implantado. Passado o período do governo militar, pode-se verificar que, de fato, ele não foi implantado. Coube a José Sarney elaborar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto no Estatuto da Terra aprovado pelos militares⁶¹⁷.

Já para a Amazônia especificamente, ao longo de toda a ditadura civil-militar, diversos programas orientavam políticas para a região, tais como: o PIN, PROTERRA e II PDA (que foi especialmente direcionado à Amazônia), além de planos nacionais, como o “Metas e Bases” e o I PND, entre outros, que como veremos, não foram capazes de solucionar os problemas no campo e aprofundaram as tensões sociais que envolvem o camponês brasileiro, em particular o camponês da região.

As contradições e conflitos decorrentes da modernização da agricultura após os anos 50 na região em que se desenvolveu a guerrilha do Araguaia e seu entorno a tornaram o maior pólo de conflitos pela terra e de maior violência contra trabalhadores rurais e o local no país onde contemporaneamente o número de assassinatos é muito superior aos registrados em outras regiões, conforme se verifica no mapa a seguir:

⁶¹⁶ Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm acessado em 13 de junho de 2012.

⁶¹⁷ OLIVEIRA, Ariolvaldo U. “A Longa Marcha do Camponato Brasileiro: movimentos sociais, conflito e reforma agrária”, *op. cit.*, p. 199-200.



Brasil - Vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo 1985-1996⁶¹⁸

A situação explosiva verificada no mapa, que trata do período 1985-1996, teve suas bases gestadas nas décadas anteriores. Durante a ditadura militar, pensou-se a região como um problema a ser enfrentado pelos generais-presidentes, pois tratar-se-ia de um imenso vazio demográfico, de difícil acesso, com pouca infra-estrutura e que, a continuar nessa situação, poderia servir de avanço ao comunismo. A região deveria funcionar como “área tampão” ou seja, deveria servir de barreira ao avanço das “ideologias exóticas”, contribuir para o avanço do capitalismo no Brasil, com a modernização da

⁶¹⁸ DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque, WANIEZ, Philippe e BRUSTLEIN, Violette. “Atlas dos beneficiários da reforma agrária”. *Revista Estudos Avançados*, vol. 11, nº 31, 1997, p. 62.

agricultura, além de possibilitar a diminuição das tensões sociais verificadas no nordeste, com incentivos migratórios.

No projeto de desenvolvimento encampado pela ditadura civil-militar, orientavam-se duas ordens de incentivos para a região: por um lado, os governos militares incentivaram grandes projetos de colonização na área, visando tanto diminuir os conflitos explosivos do nordeste (área em que nos anos anteriores atuaram as Ligas Camponesas), ao mesmo tempo em que povoariam uma região estratégica, visando conter o avanço do comunismo.

O deslocamento populacional para a região cumpriria, portanto, a função de aliviar as tensões sociais no nordeste, uma região que nos anos anteriores ao golpe se notabilizaria pelas lutas dos trabalhadores rurais, organizados nas ligas camponesas, retirando esta população de áreas conflituosas e a enviando para o norte brasileiro. A população da região se formou através da migração de trabalhadores que se deslocaram, expulsos pelo avanço do latifúndio, pelas modificações introduzidas pelo capitalismo no campo e que buscavam novas terras para continuar a exercer as formas tradicionais de agricultura com as quais estão habituados.

Entretanto, apesar da existência de terras devolutas, não fazia parte do projeto de modernização da agricultura a transformação desses camponeses em proprietários. Como vimos, estes serviriam de mão de obra nos projetos de infraestrutura e atuariam como empregados nas grandes fazendas da região, que começaram a surgir simultaneamente ao aumento do fluxo migratório. Punha-se, assim, também no campo, a modernização excludente que foi a tônica do desenvolvimento brasileiro após 1964.

Os militares pensavam ser possível acabar com os conflitos de terra no nordeste mudando os camponeses de região, mas mantendo intocada a estrutura fundiária que avançava para o norte na década de 1970, atendendo assim aos preceitos dos segmentos da burguesia agrária que os mantinha no poder.

A lógica da resolução dos conflitos pelo deslocamento dos camponeses como se viu não era nova. Durante a era Vargas a “Marcha Para o Oeste” procurava “aliviar” as tensões sociais em áreas como o interior paulista, deslocando os camponeses para o Centro-Oeste ou para o Sul.

Durante a ditadura civil-militar, não havia, efetivamente, “áreas disponíveis”, pois deslocava-se a população para áreas que seriam dominadas pelo latifúndio. Pode se inferir que o incentivo à migração feito pelo governo criava a ilusão no camponês que se tornaria proprietário da terra, já que por alguns anos ele estabelecia uma posse “livre”. Entretanto, em pouco tempo ele sofreria os efeitos da grilagem e das alianças dos latifundiários com as autoridades governamentais. Ao mesmo tempo em que o camponês “preparava o terreno” do qual seria expulso, aliviavam-se as tensões nas áreas conflituosas, desmobilizando as lutas desse segmento social.

O outro objetivo da ocupação da região vinha de encontro aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, que dava sustentação ideológica ao bonapartismo. Propunha-se ocupar a Amazônia que, segundo Golbery do Couto e Silva era a “vasta hinterlândia (...) quase deserta ainda, à espera de vitalização, [possuidora de] riquezas desconhecidas, que, com razão ou sem ela, a alma popular instintivamente sempre imaginou portentosa”⁶¹⁹.

Para o ideólogo da ditadura, era necessário, no interior de sua perspectiva de integração nacional, ocupar e desenvolver a Amazônia para, em primeiro lugar, protegê-la das ambições exteriores (resguardando os espaços fronteiriços), e depois para integrá-la definitivamente à unidade brasileira, fortalecendo ainda mais o potencial do país⁶²⁰.

A ocupação da Amazônia deveria ser feita a partir de uma base desenvolvimentista vinda do Centro-Oeste, seguindo o eixo da bacia Araguaia-Tocantins⁶²¹, cujo “portal de entrada” seria a área em que se desenvolveu a guerrilha do Araguaia.

A ocupação da região para a ditadura civil-militar se revestia, portanto, de diversos aspectos: era um elemento de integração nacional – considerada do ponto de vista econômico e da segurança, tanto no que se refere às ameaças internas quanto externas; era um fator que possibilitava a diminuição das tensões em outras áreas camponesas, possibilitaria a modernização do campo, a expansão do capital para as áreas agrícolas e modernização da agricultura.

⁶¹⁹ SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil. in: Conjuntura Política do Brasil: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981, p. 61.

⁶²⁰ Ibidem p.92.

⁶²¹ Ibidem.

Para atingir esses objetivos, a camada social que se beneficiou dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo foram os grandes capitalistas que, conforme afirmou Oliveira, se tornaram proprietários de latifúndios na região⁶²².

No início do governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, lançou-se a “Operação Amazônia”. Seu ministro do Planejamento, Roberto Campos, explicita o os motivos dos incentivos migratórios para a região:

Os problemas com que se defronta o Nordeste emanam de fatores próprios, tais como as pressões sociais geradas em uma região de solo e clima adversos, onde se agita uma população de cerca de 25 milhões de habitantes. Já na Amazônia, os traços dominantes do seu meio físico estão contidos na exuberante cobertura florestal e no emaranhado de grandes rios que a cortam (...) a Amazônia ainda apresenta os seguintes aspectos que a tornam inconfundível no quadro geral do país:

- um imenso vazio demográfico que se oferece à atenção mundial como possível área de reserva , à medida que aumentam as justas preocupações com o fenômeno da explosão populacional;
- uma extensa área de fronteira, virtualmente desabitada, confinando com cinco países estrangeiros e dois territórios coloniais;
- o extrativismo vegetal, como forma ainda predominante de atividade econômicas⁶²³.

Como vimos no capítulo 1, estabeleceram-se correntes migratórias em direção à região Amazônica, de trabalhadores vindos principalmente dos estados de Maranhão, Piauí, Ceará, além de estados de outras regiões do país como Mato Grosso e Goiás. Essas migrações ocorreram pelas difíceis condições de vida e trabalho nas regiões de origem dos migrantes e, em última análise, pelo projeto de expulsão dos camponeses. Estes integraram o contingente populacional das ações de colonização do governo militar que atendia aos grandes proprietários, cujos interesses se sobrepuseram à necessidades camponesas. Para Martins, foi através dos incentivos do governo federal que os grandes proprietários se apropriaram das terras na região amazônica⁶²⁴.

⁶²² OLIVEIRA, Ariolvaldo U. “A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflito e reforma agrária”, *op. cit.*, 191.

⁶²³ Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966 *apud* OLIVEIRA, Ariolvaldo Umbelino de. *Integrar para Não Entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas, Papirus, 1991, p. 30.

⁶²⁴ MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis, Vozes, 1984.

A execução da “Operação Amazônia” dependia de órgãos como a Superintendência Para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) criada em substituição à Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) e do Banco da Amazônia (BASA), criado em substituição ao Banco de Crédito da Amazônia, com características de um banco de desenvolvimento. Sob uma roupagem nacionalista, os projetos para a Amazônia no período da ditadura militar permitiam o ingresso, em condições bastante favoráveis, do capital externo. Foi no bojo da “Operação Amazônia” que grandes projetos de infraestrutura foram postos em execução, que abrangiam desde a criação de Usinas Hidroelétricas, da abertura de rodovias como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, além dos corredores viários que dariam acesso a elas. Também se realizaram estudos (pela Agência norte-americana de Desenvolvimento Internacional – USAID) sobre os potenciais minerais, hidráulicos e florestais da região, com destaque para as reservas de ferro e diamante na região de Carajás.

Em virtude do potencial econômico que apresentava no projeto de modernização excludente que estava sendo implantado no país, criaram-se diversas políticas governamentais para a ocupação de extensas áreas por empresários capitalistas nacionais e internacionais, transformados em latifundiários, e rotas de migração populacional que se estabeleceram em direção à região.

Os projetos de desenvolvimento para a Amazônia apesar de terem início logo após o golpe se intensificaram na década de 70. No dia 9 de outubro de 1970, foi oficialmente iniciada a construção da rodovia transamazônica. Símbolo da “arrancada” do bonapartismo rumo à Amazônia, o evento foi marcado pela derrubada de uma árvore de 50 metros e pela colocação de uma placa numa castanheira, com os seguintes dizeres: “Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde”⁶²⁵. O início da construção da rodovia fazia

⁶²⁵ FOLHA DE SÃO PAULO. “Arrancada para conquistar o gigantesco mundo verde”. São Paulo, Folha de São Paulo, Banco de dados da Folha, 10 de outubro de 1970. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_10out1970.htm, acessado em 10 de julho de 2012.

parte do Plano de Integração Nacional (PIN), lançado no mesmo ano, que visava:

- 1) Deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas [...];
- 2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste [...];
- 3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado [...] de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência [...];
- 4) Estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semiárida do Nordeste;
- 5) Reorientar as emigrações de mão de obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola;
- 6) Assegurar o apoio do Governo Federal ao Nordeste, para garantir um processo de industrialização tendente à autossustentação [...]⁶²⁶.

No bojo do Plano de Integração Nacional, três projetos foram elencados como prioritários:

- a) a construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém [...];
- b) o plano de colonização associado às citadas rodovias;
- c) a primeira etapa do Plano de Irrigação do Nordeste; programas de colonização de vales úmidos do Nordeste⁶²⁷.

Como se vê, para além dos evidentes objetivos de integração e desenvolvimento, a política de expansão da fronteira agrícola para a Amazônia, se vinculava aos objetivos de diminuir as tensões sociais no nordeste. A Amazônia era vista como um dos espaços que em poderiam ser realizadas tentativas de resolução da questão agrária no Brasil sem tocar na estrutura do latifúndio, como já havia sido intentado na era Vargas. Buscava-se contraditoriamente, pelo incremento do latifúndio, aliviar as tensões em áreas em que sua presença já havia provocado importantes conflitos sociais entre camponeses e fazendeiros.

⁶²⁶ Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de Junho de 1970. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei1106-16-junho1970-375379-norma-pe.html>, acessado em 22 de maio de 2012.

⁶²⁷ Ibidem.

Abordamos alguns pontos sobre a “questão agrária” na Amazônia para explicitar ela não estava relegada ao abandono; ao contrário, integrava o projeto de desenvolvimento imposto pelos militares à sociedade em que, no caso dessa região, o segmento social que se viu fortalecido são os proprietários de terras.

Ainda que fosse, de fato, uma área com baixa demografia, notória ausência do Estado nas demandas mais básicas da população, tais como saúde e educação, não se tratava de uma área esquecida pelos governos militares e, conforme já mencionamos, os grandes proprietários de terra foram os beneficiários das políticas governamentais. Isso significa dizer que nas tensões sociais geradas por esse tipo específico de forma de ocupação da terra, os latifundiários poderiam contar com um esquema de apoio das diversas esferas do poder – municipal, estadual e federal – que incluía, não apenas as já mencionadas obras de infraestrutura, mas também o apoio do aparato repressivo oficial, o poder judiciário, além de um aparato ilegal de repressão que se desenvolveu sobremaneira na região, com a conivência dos governos – a pistolagem⁶²⁸.

Como vimos no capítulo 3, o Partido Comunista do Brasil via a região do ponto de vista estratégico, como uma área de abandono pelas forças governamentais e uma oportunidade de dar início à uma virada em direção a uma revolução democrático-burguesa no Brasil. Pelos apontamentos anteriores, fica claro, entretanto, que nem de longe a região estava “esquecida” pelos governos que se sucederam após 1964.

A repressão que se abateu sobre os militantes do PC do B e sobre os moradores tem como uma de suas origens o papel fundamental que a Amazônia ocupou nos planos de desenvolvimento e nas concepções geopolíticas que os orientaram, que discutiremos a seguir.

⁶²⁸ LOUREIRO, Violeta & GUIMARÃES, Ed Carlos. “Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia”, *Revista de Direito*, Fundação Getúlio Vargas, vol. 3, nº 1, jan/jul, 2007, p. 222. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/reflexoes_sobre_a_pistolagem_e%20a_violencia_na_amazonia.pdf, acessado em 10 de setembro de 2011.

5.2 – Desenvolvimento e Segurança: a Escola Superior de Guerra propõe a guerra para manter a paz

Após a segunda guerra mundial é possível perceber um crescente anticomunismo na política estadunidense. Este anticomunismo se expressa em diversas ações empreendidas por este país a partir de fins da década de 40 do século XX⁶²⁹, que visavam salvaguardar o mundo capitalista da ameaça comunista. Entretanto, até os anos 50, as ações dos Estados Unidos contra o comunismo estavam vinculadas às noções militares tradicionais, qual seja, a de que haveria uma declaração formal de guerra entre as duas superpotências ou, que os conflitos entre países capitalistas e comunistas transcorreriam de forma regular, declarada, com inimigos, espaços, objetivos e alvos claramente delimitados.

Esta concepção foi sendo abandonada a partir de 1950, com a Guerra da Coreia, com a Revolução Chinesa e com a expansão de conflitos pela Ásia e mais fortemente a partir de 1959, com a revolução Cubana.

A América Latina, ao final dos anos 40, passou a aparecer com mais frequência nas preocupações dos Estados Unidos. Nesta época, a administração Truman, por exemplo, conseguiu “persuadir legisladores a incluírem a América Latina num programa global de ajuda militar patrocinado pelos Estados Unidos”⁶³⁰, programa que teve continuidade durante o governo de Dwight Eisenhower (1953-1961).

Este plano de ajuda contemplava as formas tradicionais de combate mas que foram sendo substituídas, a partir do final do segundo governo de Eisenhower, por programas que desenvolvessem “forças menores, com maior mobilidade, que fossem capazes de manter a segurança interna contra distúrbios civis e insurreições”⁶³¹.

⁶²⁹ Sobre o anticomunismo dos Estados Unidos, especialmente aquele expresso nas políticas deste país para a América Latina, Cf., PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. *Criar ilhas de sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)*. (Tese de Doutorado) São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Pedro Tota, 2008.

⁶³⁰ PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. *Criar ilhas de sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)*. (Tese de Doutorado), *op. cit.*, p.150.

⁶³¹ *Ibidem*, p.153.

A ingerência estadunidense foi crescendo na América Latina. Ao longo da década de 50 foram realizadas missões militares em 18 países da região, nos quais foram vendidos armamentos, à vista ou à crédito, além do treinamento oferecido à diversos oficiais nos Estados Unidos ou no Panamá⁶³², entre outras providências.

Ocorria então uma mudança de padrão na intervenção militar estadunidense para América Latina, com o desenvolvimento da guerra fria e do desenvolvimento de “guerras irregulares”, como a revolução cubana e a vietnamita. Buscando outras formas de combater essas “novas ameaças”, os Estados Unidos procurou abandonar as antigas noções de guerra, herdadas da Segunda Guerra Mundial. Ainda que traços significativos dessa mudança de orientação possam ser percebidas a partir do final dos anos 40, foi durante o governo de John Fitzgerald Kennedy (1961-1963) que se avançou no rompimento,

(...) com a noção segundo a qual as forças armadas latino-americanas teriam apenas a responsabilidade de defender seus respectivos países de um ataque externo. Ao invés disso, o governo estadunidense procurou usar sua ajuda militar como um incentivo para convencer e conduzir os oficiais militares a concentrar-se na segurança interna e no desenvolvimento nacional⁶³³.

A modificação nas concepções estadunidenses em torno dos conceitos de guerra, defesa e segurança, se materializavam na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Esta doutrina teria sua divulgação aos países da América Latina facilitada pelo estreitamento dos laços entre os militares estadunidenses e as forças armadas dos demais países.

O embrião da DSN na América Latina pode ser referenciada à “Declaração de Caracas de 1954”, por ocasião da realização, naquela cidade, da X Conferência Interamericana, na qual os Estados Unidos conseguiram que

⁶³² MARTINS FILHO, João Roberto. “Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contrainsurreição”. *Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, UFPR, n. 12, 1999, p.69.

⁶³³ PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. *Criar ilhas de sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)*. (Tese de Doutorado), *op. cit.*, p. 149.

a Organização dos Estados Americanos (OEA) condenasse à intervenção do “comunismo internacional na América Latina”⁶³⁴.

Paralelamente à modificação das concepções militares, também se desenvolvia a ideia de que as Forças Armadas poderiam intervir no desenvolvimento socioeconômico, da mesma forma que a proposta da Aliança para o Progresso⁶³⁵. Esta ideia era defendida por alguns estudiosos e estava em consonância com o que pensavam algumas autoridades, tal como o chefe de segurança nacional da Casa Branca, Walt Rostow. Segundo Pereira,

A ideia de que o desenvolvimento e a segurança poderiam ser alcançados através de uma “modernização militar” tornou-se um fundamento básico da abordagem que o governo dos Estados Unidos, especialmente durante a gestão John Kennedy, fez da América Latina⁶³⁶.

Em 1962, o departamento de Defesa e de Estado expressavam sua preocupação quanto aos resultados de curto prazo da Aliança Para o Progresso, que estaria “debilitando, ao invés de fortalecer, o tecido social da maioria dos países latino-americanos”⁶³⁷. Esta situação poderia ser explorada tanto pelos comunistas, quanto por outros setores de esquerda. Avaliavam, então, que

(...) os Estados Unidos poderiam precisar que os militares latino-americanos preservassem a segurança interna até que as parcelas mais desfavorecidas da população latina desfrutassem dos “benefícios do processo de modernização através da Aliança para o Progresso”⁶³⁸.

Procuraram, então, medidas para assegurar a lealdade dos “oficiais da modernização”, além de oferecer treinamentos para que eles pudessem enfrentar “insurreições ou ações de guerrilhas nas áreas rurais”⁶³⁹.

⁶³⁴ FERNANDES, Ananda Simões. “Reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva”. Londrina, *Antíteses*, Universidade Estadual de Londrina, vol. 2, n. 4, jul/dez. de 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>, acessado em 10 de setembro de 2010.

⁶³⁵ Sobre a “Aliança para o Progresso” ver a tese de: PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. *Criar ilhas de sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)*. (Tese de Doutorado), *op. cit.*

⁶³⁶ *Ibidem*, p. 159.

⁶³⁷ *Ibidem*.

⁶³⁸ *Ibidem*, p.160.

⁶³⁹ *Ibidem*.

Durante o governo JFK diversas missões foram enviadas aos países latinos americanos para avaliar o “potencial subversivo” e a capacidade de combate das forças armadas e teriam encontrado “graves deficiências”. Sugeriram diversas ações que visavam, essencialmente, reorientar a defesa do continente, atentando para a questão da segurança interna e oferecendo assistência aos países para conter as “revoltas, violência e ações de contrainsurgência”⁶⁴⁰.

A reposta de análises como esta foi o incremento da ajuda financeira para fins militares na América Latina e o treinamento de militares latino americanos em instituições estadunidenses. Entre as escolas militares que recebeu militares latino americanos destaca-se a U.S. Army Caribbean School in the Canal Zone, ou “Escola das Américas”. De acordo com Pereira,

Nessa “Escola”, ensinavam-se, entre outros, cursos tais como: operações clandestinas; comunismo e democracia; uso de informantes; interrogatório de prisioneiros e suspeitos; usos de rádio, fotografia e vídeo no trabalho de inteligência; manipulação de encontros e reuniões de massa; infiltração em guerrilhas e movimentos armados de esquerda⁶⁴¹.

Como se vê, havia uma preocupação crescente dos Estados Unidos com a “ameaça comunista”, a ponto de colocar a América Latina em alerta. Sugeria-se que existiria uma guerra em curso, uma guerra não convencional, para a qual os meios de combate não poderiam mais ser os tradicionais, e sim as novas formas, aprendidas, entre outras instituições, na “Escola da Américas”. No Brasil, além do treinamento militar de diversos oficiais na Escola das Américas, foi criada em 1949 a Escola Superior de Guerra, que cumpriu um papel importante na formação de militares e civis a partir dos novos preceitos de segurança para o continente.

Inicialmente a ESG tinha a finalidade de ministrar aos oficiais de todas as armas, o Curso de Alto Comando. Todavia, sob o Comando do General Cordeiro de Farias, em menos de um ano de funcionamento a ESG se abriu também para a formação de civis do setor público e privado, com vistas a

⁶⁴⁰ “Recommendations for U.S. Action. *apud* PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. *Criar ilhas de sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)*. (Tese de Doutorado), *op. cit.*, p. 164.

⁶⁴¹ *Ibidem*, p. 167.

instrumentalizar uma elite civil na formulação, planejamento e direção das diretrizes de Segurança Nacional. Segundo Cordeiro de Farias:

Qual seria o objetivo principal da ESG? Criar lideranças, civis e militares, para enfrentar a eventualidade de um novo estilo de guerra, não mais circunscrita à frente de batalha e ao palco das lutas, mas transformada em fato total, que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma nação. Dentro dessa orientação, os civis das mais diversas profissões precisarão estar prontos para exercer papéis talvez até mais decisivos do que o dos militares na guerra⁶⁴².

A Escola Superior de Guerra surgiu não apenas para formar o alto comando militar, mas também segmentos civis da classe dominante. Tratava-se de preparar estes segmentos para enfrentar um “novo tipo de guerra”, que se traduziu no combate a toda demanda social que contrariasse os planejamentos governamentais de desenvolvimento brasileiro, como veremos a mais à frente.

Alguns conceitos desenvolvidos pela Escola Superior de Guerra, no bojo da Doutrina de Segurança Nacional, nos auxiliam a compreender quais foram as bases ideológicas que moveram os militares e a justificativa para a escalada repressiva que se instalou no país, inclusive as concepções que orientaram a repressão à guerrilha do Araguaia. Segundo a doutrina da ESG, o mundo se encontrava dividido em dois campos bipolares: “os regimes políticos, no mundo contemporâneo, se acham ligados, com maior ou menor intensidade, a duas concepções ou tendências básicas: autocrática e democrática (..)”⁶⁴³.

Nesta divisão, o Brasil estaria ligado à “tendência democrática”, cujo princípio seria o alinhamento aos países capitalistas, sob a liderança dos Estados Unidos. A identificação entre democracia e capitalismo *versus* autocracia e comunismo, foi uma constante nos materiais da ESG. O Brasil, entretanto, não teria uma democracia plena, mas estaria no caminho de

⁶⁴² FARIAS, Osvaldo Cordeiro de *apud* MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. *Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e reorganização do estado brasileiro (1930-1960)*. (dissertação de mestrado) Goiânia, Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. José Augusto Costa Avancini, 2007.

⁶⁴³ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, ESG, 1975, p. 121.

alcançá-la. Para atingi-la, seria necessário eliminar os focos de “antagonismo social”⁶⁴⁴.

Ao observar o que se entendia por antagonismo social, percebe-se que o conceito é impreciso, e poderia se apresentar como “violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania”⁶⁴⁵. Esta fluidez do conceito permitia que as mais diversas ações fossem interpretadas como “antagonismo social”, uma ameaça à segurança interna do país.

Esta flexibilidade do que seria “antagonismo social” pode ser atribuída à ideia presente na ESG que, com o surgimento do comunismo, quaisquer manifestações sociais poderiam ser aproveitadas por estes, para fomentar a desordem social e incitar a população contra a ordem estabelecida. Dessa maneira, como ação preventiva, se reprimiriam as demandas populares, de forma a impedir o avanço do comunismo. Para a ESG, o comunismo,

(...) em sua ânsia de expansão e domínio do mundo, evitando engajar-se em um confronto direto, põem em curso os princípios de uma estratégia – em que a arma psicológica é utilizada, explorando as vulnerabilidades das sociedades democráticas, subreptícia e clandestinamente, através da qual procuram enfraquecê-las e induzi-las a submeter-se a seu regime sociopolítico. A guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento da população do país-alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando à conquista das mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país-alvo é utilizado como combatente⁶⁴⁶.

A diversidade de formas como os comunistas poderiam atuar na sua “guerra revolucionária” obrigaria as autoridades governamentais a operar num amplo espectro de ações visando neutralizar essa influência. Esta percepção dava carta branca para as interferências nas mais diversas esferas da vida social e municiava o governo para agir contra a população⁶⁴⁷.

⁶⁴⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984.

⁶⁴⁵ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1976, p. 431-432.

⁶⁴⁶ *Ibidem*, p. 79.

⁶⁴⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil, op. cit.*

As formas de guerra a partir das quais os comunistas poderiam atuar seriam a guerra insurrecional e a guerra revolucionária:

A Guerra Insurrecional – conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo, e A Guerra Revolucionária – conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação⁶⁴⁸.

A dificuldade para os governos em atuar contra essas formas de guerra residia no fato de ser uma “guerra não declarada” portanto, o inimigo poderia se utilizar de estratégias de infiltração nas mais variadas esferas da sociedade. Assim, potencialmente, todo o cidadão transformava-se, segundo esta concepção, em “inimigo interno”. Comblin observa que:

A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o estado está presente e faz intervir a segurança nacional. [...] à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional⁶⁴⁹.

Como já observamos, o conceito de “antagonismo social” é fluído, característica que se estende também ao “inimigo interno”. A elasticidade do conceito, como argumentou Comblin, é o que determina sua eficiência. Ao manter-se “elástico”, novos grupos sociais podem ser enquadrados sob Este conceito e combatidos.

Um exemplo do alcance do conceito de inimigo interno foi a argumentação de Breno Borges Forte, durante a X Conferência de Comandantes em Chefe de Exército americanos em Caracas, ocorrida em 1973. Na ocasião ele afirmou que:

O inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou professor,

⁶⁴⁸ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico, op. cit.*, p. 78.

⁶⁴⁹ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 55.

de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado”⁶⁵⁰.

A partir de 1967, nos Estados Unidos, Robert Macnamara divulgou a incorporação do conceito de desenvolvimento à Doutrina de Segurança Nacional. No Brasil, a incorporação do “desenvolvimento” ao ideário da ESG foi anterior à “oficialização” de sua incorporação à doutrina nos Estados Unidos, sendo percebido desde o governo Castelo Branco:

(...) inter-relação entre o desenvolvimento e a segurança faz com que, por um lado, o nível de segurança seja condicionado pela taxa e o potencial de crescimento econômico e, por outro lado, o desenvolvimento econômico não possa se efetuar sem um mínimo de segurança”⁶⁵¹.

A prevalência da “Segurança”, ou do “desenvolvimento” dependeria “das circunstâncias, dos objetivos a atingir dos óbices a vencer, das ações a realizar e dos recursos de que se dispõe”⁶⁵². O conceito de segurança desdobrava-se, ainda, em “Segurança externa” e “segurança interna”. A segurança interna era definida como dizendo respeito aos “antagonismos ou pressões, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeitos no âmbito interno do país”⁶⁵³.

Como já mencionamos, os antagonismos sociais se referiam a uma ampla gama de manifestações sociais. Ao tratar do conceito de segurança interna, a ESG reforçava a ideia de que qualquer manifestação de oposição à ordem vigente deveria ser colocada na ilegalidade, já que atentaria à segurança nacional. Este conceito se complementava com o de Defesa Interna:

(...) conjunto de medidas levadas a efeito, para superar os antagonismos e pressões que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno, atuando sobre seus agentes e seus efeitos, de forma a evitar, impedir ou eliminar o processo subversivo. Tais medidas, embora implicando a aplicação de todas as expressões do Poder

⁶⁵⁰ FORTE *apud* COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*, *op. cit.*, p. 48.

⁶⁵¹ CASTELO BRANCO *apud* COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*, *op. cit.*, p. 66.

⁶⁵² *Ibidem*.

⁶⁵³ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1975, p. 429.

Nacional, são particularmente da competência das expressões política e militar⁶⁵⁴.

Como era de se esperar, a partir de definições flexíveis de “inimigo interno”, “antagonismo social” e das dificuldades advindas das formas de guerra não declaradas que os comunistas desenvolveriam, a defesa da nação se faria também por formas diversas e flexíveis mas, preferencialmente, pelas expressões política e militar do “Poder Nacional”.

Justificava-se assim a repressão, ou seja, o conjunto de ações que os militares brasileiros levariam a cabo ao longo do período ditatorial, visando eliminar toda a ação social que fosse considerada antagonismo, pressão, subversão ou outras expressões do “inimigo interno”. Como observou a pesquisadora Paula Beiguelman, ocorreu, a partir da ditadura pós 64, uma reformulação violenta da Doutrina de Segurança Nacional, que identificava como inimigo os próprios brasileiros, já que com a atualização da doutrina, deslocou-se o inimigo do plano externo para o interno⁶⁵⁵.

Para combater o “avanço do comunismo, a ESG propunha as seguintes medidas:

- Estimular o desenvolvimento para combater as injustiças sociais e as desigualdades entre os homens;
- Realizar eficiente ação psicológica associada ao correto emprego da comunicação social, objetivando a afirmação democrática e o fortalecimento moral da sociedade;
- Aprimorar, continuamente, a eficiência administrativa;
- Elaborar e aplicar a legislação adequada a prevenção no combate à subversão;
- Realizar o Planejamento global com vistas à Guerra Revolucionária e, dentro dele, o Plano de Segurança Interna;
- Por em execução esses planos, de forma agressiva e contínua⁶⁵⁶.

O plano de ação de combate ao comunismo, articulava-se em várias frentes. A passagem de uma forma subdesenvolvida de capitalismo para um capitalismo avançado aparecia como meta prioritária. Simultaneamente, deveriam ser feitas “ações psicológicas” com vistas a afirmar a democracia.

⁶⁵⁴ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico, op. cit.*, p. 432.

⁶⁵⁵ BEIGUELMAN, Paula. *O pingo de azeite: a instauração da ditadura*. São Paulo, Perspectiva, 1994.

⁶⁵⁶ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico, op. cit.*, p.99.

Como vimos, a democracia era um conceito que se formulava a partir do alinhamento brasileiro ao mundo capitalista e, portanto, ela só era concebida dentro dos limites deste sistema econômico. Era também uma democracia que se afirmaria a partir da eliminação dos “antagonismos”, uma democracia sem oposição, cujo sentido era o de minar o campo de atuação das massas populares e buscar a legitimação do bonapartismo.

A construção de uma democracia sem oposição e sem contestação, pautou-se pela construção de instrumentos legais de combate à subversão. Na prática, significava edificar uma legislação repressiva, atingindo prioritariamente os movimentos sindicais e populares, garantindo o exercício do poder autocrático. A estrutura repressiva legal que se desenvolveu a partir de 1964, teve diversas ramificações ilegais, conexões internacionais e esteve em sintonia com o substrato ideológico que sustentou a autocracia bonapartista. Foi esta estrutura que orientou a lógica da repressão à guerrilha do Araguaia.

5.3 – Representações ideológicas sobre os trabalhadores: o “povo” no pensamento conservador

A escalada violenta e o barbarismo a que foram submetidos militantes e camponeses no Araguaia não foi algo excepcional na história do Brasil. A violência contra os trabalhadores em alguns casos travestida em lei e exercida pelo Estado, é um traço que perpassa toda nossa história.

Já discutimos neste trabalho a via colonial, designação para nossa forma específica de objetivação capitalista subordinada e hipertardia que está na base de todas as relações sociais que se desenvolvem no país. A via colonial engendra, para a classe dominante, soluções conservadoras para os problemas que detectam no Brasil e para seus próprios dilemas. São incapazes, dada a natureza de sua objetivação, de propor soluções democráticas, saídas que permitam uma efetiva ampliação das possibilidades de realização humana para amplos segmentos dos trabalhadores, nos mais diversos campos de sua existência. Não podem permitir o menor

compartilhamento das estruturas de poder, a elevação das condições materiais de existência, dos níveis educacionais das massas populares, ou a apropriação do que de melhor a humanidade foi capaz de produzir pela “turba”, que tem seus direitos continuamente cerceados, suas conquistas ameaçadas e sua existência ininterruptamente aviltada.

Consideradas ignorantes, débeis, despreparadas, inocentes e ingênuas, as massas populares deveriam ser permanentemente tuteladas e, quando expressassem suas demandas, seriam barbaramente reprimidas. Mas a repressão não se abateu apenas sobre os que se expressavam; se abatia sobre os que se calavam, mas existiam, em sua condição de miserabilidade, vista como potencialmente revolucionária, lembrando aos “donos do poder” que a “turba miserável” lhe rodeava e era a esmagadora maioria da sociedade brasileira, lhe ameaçando em seus privilégios.

As soluções conservadoras, como é evidente, apontavam para a manutenção dos privilégios mesquinhos e menores, único ganho de uma burguesia estruturalmente subordinada às burguesias hegemônicas. Como sustentar tais privilégios em meio à um mundo de miséria? O recurso à violência, largamente utilizado, foi uma das poucas possibilidades que podia entrever a burguesia brasileira.

Os ideólogos conservadores necessitavam justificar as exclusões política, social e econômica da massa trabalhadora e a violência que era empregada contra ela nos momentos em que se levantava. Movimentos como o de Canudos eram identificados como manifestações de um “incompreensível e bárbaro inimigo” e seu líder, Antônio Conselheiro, como

espécie bizarra de grande homem pelo avesso, tem o grande valor de sintetizar admiravelmente todos os elementos negativos, todos os agentes de redução do nosso povo. (...) é um notável exemplo de retroatividade atávica (...) Arrasta a multidão, contrita e dominada, não porque a domine, mas porque é o seu produto natural mais complexo⁶⁵⁷.

Apesar de ter modificado sua visão em *Os Sertões*, a visão do militar Euclides da Cunha revela elementos que indicam as representações

⁶⁵⁷ CUNHA, Euclides. *apud* CASTRO, Maurício de Almeida Sianes. *Canudos: Visões Militares*. Mestrado em Sociologia e Antropologia (dissertação). Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 2004, p. 26-27.

ideológicas que os setores dominantes faziam das massas populares. Os camponeses eram tomados como “incompreensíveis” e “bizarros” e seu líder como portador dos “elementos negativos” do povo, síntese do atavismo que seria característica intrínseca do brasileiro. Teriam, portanto de ser destruídos, já que o exército, identificado por ele como portador dos elevados ideais republicanos deveria primeiro “destruir para construir”. Significava que a missão civilizatória da República deveria extirpar “no organismo social o tóxico lentamente infiltrado”. Mas como remover a “doença” do “organismo social”? Pela aplicação de “antídotos violentos”⁶⁵⁸ .

Euclides da Cunha apresentava, naquele momento, a visão dominante sobre o “povo” e sobre os “métodos” a serem adotados para a manutenção da ordem (no caso, a “nova” ordem republicana). A República se instaurava sob o signo da violência contra as demandas populares e pela deturpação dos reais objetivos que carregava. Apresentados como miseráveis, incultos, ingênuos e influenciados por uma liderança perversa, a repressão se justificava em nome do progresso, dos avanços sociais e das conquistas advindas com o estabelecimento de uma nova ordem. Contestação e luta a favor de sua existência e contra condições materiais aviltantes eram transformadas, numa engenhosa operação ideológica, em sinônimo de atraso, reacionarismo e fanatismo religioso. Contra isto, a arma dos setores dominantes era o extermínio.

Outros movimentos populares de origem camponesa produziram junto aos setores dominantes representações que mais uma vez justificavam a violência extremada que se dirigia contra seus integrantes. É o caso do Contestado, primeiro movimento pela posse da terra do período republicano, ocorrido em meio à onda das teorias raciais no Brasil que, grosso modo, hierarquizava as raças, procurando justificar “cientificamente” a superioridade branca. Aos “mestiços”, cabiam as responsabilidades pela deturpação da nação, já que “uma nação mestiça era (considerada) uma nação invadida por criminosos”⁶⁵⁹ .

⁶⁵⁸ Ibidem, p. 21.

⁶⁵⁹ LEÃO, Laurindo *apud* GUIMARÃES, Aissa Afonso. “A estética implausível da modernização no Brasil”. *Revista Humanas*, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, n. 1, s/d.

Os termos da autora não deixam margens para dúvidas. Num país que escravizou e negros e indígenas, que fez deles a força de trabalho que sustentava os setores dominantes de origem europeia, as teorias raciais explicavam a dominação em termos científicos e, portanto, em termos que seriam irrefutáveis. A supremacia branca era considerada científica, natural, desejada e procurada.

Ao contrário do que apontam os estudos de viés étnico, as teorias raciais não se explicam pela cultura tomada em si mesma, nem por preconceitos sem uma base social que os sustente. A supremacia branca pretendida pelas teorias raciais reflete no plano abstrato a dominação social concreta dos setores de origem europeia, determinadas pela especificidade de nossa formação histórica pela via colonial. A inferioridade atribuída aos não-brancos tem sua origem, em última instância, nas relações de produção. Que fique claro que não se pensa aqui num determinismo econômico vulgar, mas sim que as formas que a humanidade encontrou para produzir e reproduzir sua existência, fundadas no trabalho, são as formas originárias da constituição do ser social que são, no entanto, repleta de mediações, na maioria das vezes impossíveis de serem detectadas à “olho nu”, dados os diversos revestimentos ideológicos que as encobrem.

As teorias raciais são alguns destes encobrimentos. Justificam a dominação social e econômica pelo discurso científico, alçam a preconceito burguês ao patamar de ciência e justificam a estrutura social por aspectos que são estranhos a ela.

Esta operação ideológica que armava com a ciência os setores dominantes serviu para que se construíssem representações sobre os camponeses que lutavam pela terra na Guerra do Contestado como “ ‘esfaimados carnívoros’ (17/06/1915), ‘bandidos temíveis’ (12/02/1915), ‘bandoleiros assassinos’ (09/02/1915) e ‘hordas bárbaras de desertores da lei’ (29/10/1912) (...) ‘famigerados bandoleiros’ (09/06/1915), ‘sanguinários inimigos’ (10/10/1914), ‘criminosos fanáticos’ (03/06/1912) e ‘feras indignas de piedade’ (02/05/1914)”⁶⁶⁰.

⁶⁶⁰ WOITOWICZ, Karina Janz. “Imagens dos Sertanejos da Guerra do Contestado nas páginas da imprensa: nuances da produção de sentido nos discursos jornalísticos do Diário da Tarde (Curitiba/PR, 1912-1916)” *XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação*, Belo

A criminalização do movimento é evidente e o apelo à violência extremada ao seu combate também. O resultado, conhecido da historiografia, 20 mil mortos. Seriam 20 mil bandidos que, por uma infeliz coincidência do destino, nasceram todos no mesmo lugar? Certamente que sim, para os ideólogos raciais, já que o nosso povo, carregando a marca da mestiçagem, tinha a bandidagem como potencialidade intrínseca. A reivindicação e a luta pela posse da terra, caracterizadas como crime, tinham também como punição a morte.

Esquadrinhou-se uma perspectiva que atribuía às massas trabalhadoras elementos que seriam justificações à violência contra elas impetradas, que variavam no tempo e na temática: ora a raça, ora a ignorância, ora a própria miséria, mas todas que tinham como fundo a incapacidade dos setores dominantes de permitir a expressão e a realização das demandas postas pelos trabalhadores.

Escolhemos os episódios de Canudos e do Contestado por algumas similaridades que apresentam com o nosso objeto de estudo.

Tal como ocorreu na guerrilha do Araguaia, Canudos e Contestado foram reprimidos por tropas federais, em que o número de combatentes estimados surpreende: em Canudos cerca de 10 a 12 mil soldados, no Contestado, entre 6 e 8 mil soldados além de entre mil e dois mil civis, e na guerrilha do Araguaia, cerca de dez mil soldados. Também é coincidente o fato de serem movimentos que se realizaram no campo. Os dois primeiros essencialmente dirigidos e orientados pelas demandas próprias dos camponeses, enquanto a guerrilha, apesar de se realizar no campo, tinha a intenção de envolver os camponeses, mas a direção cabia aos militantes do PC do B, que pretendiam ser a vanguarda revolucionária dos trabalhadores da cidade e do campo.

São também movimentos que amargaram um longo tempo de abandono pelos historiadores brasileiros, seja pela ausência de documentação disponível ou pela falta de interesse na temática.

Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003, disponível em:
<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/4428/1/NP2WOITOWICZ.pdf>
acessado em 02 de agosto de 2011.

A falta de estudos sobre os temas refletia-se nos manuais escolares brasileiros e não era raro, nos anos 80 do século XX, encontrar meia página dedicada aos dois primeiros movimentos, cujos textos reproduziam alguns dos preconceitos históricos sobre esses movimentos camponeses. Esse era o limite que se colocava aos estudantes, que jamais tornariam a ouvir falar sobre eles. Já sobre a guerrilha, nenhuma linha.

Esta breve discussão demonstra que o pensamento conservador brasileiro pretendeu forjar mecanismos que lhe garantissem a manutenção do *status quo*, mantendo intactas as estruturas de produção e modernizando “pelo alto” o capitalismo em nosso país, conservando sempre elementos da estrutura econômico social anterior, permitindo a sobrevivência no poder de grupos sociais arcaicos. Para alcançar seu objetivo, era necessário promover um combate às camadas sociais que punham em xeque a dominação burguesa, por mais tímida que fosse a expressão desses grupos. Esse traço de nossos setores dominantes ganhou novos contornos e novas justificativas a partir dos anos 50, também através das formulações da escola Superior de Guerra e em consonância com o novo contexto mundial, sob a guerra fria.

A ESG divulgou a concepção de que as elites sempre foram responsáveis pelos “grandes movimentos da história brasileira”, citando como exemplos “A Campanha Abolicionista, a Independência, a República”⁶⁶¹.

O “povo”, nestes movimentos, teria um papel secundário ou irrelevante: “A adesão do povo às atividades precursoras e de apoio a esses movimentos tem sido tão discreta que não chega a configurar uma participação marcante”⁶⁶². (...) Desta forma, pelo papel pioneiro das “elites” e pela apatia popular, caberia às primeiras a condução da vida do país.⁶⁶³

A partir da ideia de que a história se move pelo alto, e que a história do país é fruto do gênio e das práticas das “elites”, as massas populares estariam marginalizadas do processo histórico social. A marginalização do “povo” se daria, também, por suas debilidades intrínsecas, já que os elementos que constituiriam seu caráter não contribuiriam para sua participação na condução

⁶⁶¹ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, *Fundamentos da Doutrina*, Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1981, p.31.

⁶⁶² Ibidem.

⁶⁶³ Ibidem, p.31.

do país. Estes elementos seriam o individualismo, a adaptabilidade, a improvisação, a vocação pacifista, a cordialidade e a emotividade⁶⁶⁴.

Segundo a concepção esguiana, faltava ao povo brasileiro iniciativa própria e este seria sempre manipulável. Por isso as massas poderiam ser cooptadas pelo “bem ou pelo mal” – pela esquerda ou pela direita⁶⁶⁵. Esta compreensão justificava a subsunção da população aos desígnios das classes dominantes, as “elites”, que, julgando traduzir os reais anseios populares, em nome do “povo” deveriam dirigir a vida nacional.

Esta formulação do papel das elites, juntamente com a ideia de que o comunismo promovia um ataque expansionista ao mundo ocidental, compunham a justificativa para as ações da ditadura civil-militar. O quadro vislumbrado pelos militares era de que num momento de agitação da vida nacional, com o povo aviltado pela miséria crescente e “sem iniciativa”, poderia ser instrumentalizado pelo comunismo. Eram necessárias as medidas para conter o comunismo e conter as demandas populares, já que os primeiros, como se viu, se utilizariam delas para impor o comunismo ao “mundo livre” e estas últimas, ingênuas e manipuláveis, poderiam ser cooptadas pelos comunistas.

Não se revelava que esta ideologia subsidiava a necessidade de expansão capitalista, inerente ao próprio sistema, e que os mecanismos de contenção dos comunistas, que se estendiam aos trabalhadores eram os instrumentos necessários para levar a cabo tal expansão.

A natureza expansionista do capital já havia sido detectada por Marx em 1848, e o desenvolvimento ulterior do capitalismo demonstra o acerto do autor. Contudo, o combate ao comunismo soviético, chinês ou cubano não era apresentado como uma necessidade histórica da expansão do capital, mas sim pela oposição entre totalitarismo x democracia, pela preservação dos valores cristãos x ateísmo, e por uma pretensa superioridade tecnológica que estaria contida no capitalismo, contra a “estagnação socialista”.

Os recursos utilizados para propagandear as benesses do capitalismo e a agruras do socialismo foram vários, entre eles o cinema, a literatura e os esportes, além das propagandas oficiais.

⁶⁶⁴Ibidem, p. 35.

⁶⁶⁵Ibidem.

Mas a propaganda não era suficiente, a desigualdade social gerada pelo capital levava os trabalhadores a se levantarem contra a exploração do capital sobre o trabalho. Se colocava, então, como necessidade para a burguesia brasileira, conter os movimentos dos trabalhadores por toda a parte. A Doutrina de Segurança Nacional fornecia os elementos para o combate não apenas aos comunistas, mas também aos trabalhadores, se constituindo como a base ideológica que justificou a repressão generalizada às demandas populares.

Como vimos, a justificção para a repressão contra a população já havia se dado pela raça, pela ignorância genética mas, no contexto de guerra fria, a repressão se justifica pelo alinhamento político com o mundo capitalista. A repressão aos comunistas e socialistas declarados era evidente. Contudo, a permanência da repressão contra a população em geral foi justificada pela potencialidade revolucionária latente da qual era portadora.

Como se sabe, o exército massacrou os militantes do PC do B e os moradores da região, tendo eles colaborado com os guerrilheiros ou não. O terror imperou na região, após tentativas frustradas de cooptação dos moradores, como a operação de Assistência Cívico Social (ACISO).

Já tivemos a oportunidade de demonstrar que se estabeleceu uma continuidade entre a violência perpetrada aos camponeses durante a guerrilha do Araguaia e no período subsequente. Considerando as condições de fortalecimento do latifúndio que estavam sendo gestadas e a presença de um movimento guerrilheiro que, na visão dos governos militares, por si só deveria ter sido exterminado, a extrema violência no Araguaia, direcionada aos camponeses tinha causas que extrapolavam a guerrilha. A pretensa região de tranquilidade para o avanço do capitalismo no campo havia sido abalada pela atuação da esquerda e, para evitar o desenvolvimento de movimentos sociais e as lutas subsequentes, os trabalhadores da região deveriam ser “desestimulados”, a lutar também por suas demandas. Este “desestímulo” se deu através da estratégia terrorista do Estado brasileiro, que veremos como se desenvolveu, a partir da atuação dos militares, no capítulo subsequente.

Capítulo 6: Os militares no Araguaia: extermínio da guerrilha e barbárie contra os camponeses

A atuação militar na região do Araguaia pode ser dividida em duas fases: a primeira iniciada em 1964, antes da instalação de militantes do PC do B na região, se estendendo até 1972, quando estes foram descobertos e se iniciaram as operações de repressão à guerrilha. Essa fase dura até 1974, quando foram assassinados os últimos guerrilheiros. Contudo como se sabe, os assassinatos de militantes vinculados à guerrilha só terminariam em 1976, no episódio conhecido como “chacina da Lapa”⁶⁶⁶.

Desde 1964 já se realizavam operações na região, visando investigar a presença de militantes e a existência de campos de treinamento, além de remanescentes do movimento de Trombas e Formoso⁶⁶⁷.

A movimentação militar na área a partir de 1964 não tinha os militantes do PC do B como alvo, mas se inscreveu na mesma lógica que orientou a repressão à guerrilha. Como discutimos no capítulo anterior, a região era vista como problemática para os ideólogos de 1964, e possuiria atributos que facilitariam a subversão. Assim, deveria ser monitorada pelas forças repressivas e os focos de antagonismo ou resistência deveriam ser extirpados. Além dessas medidas que se referem à repressão, vimos também que havia medidas para integrar o norte ao desenvolvimento pretendido para todo o país.

Neste capítulo, abordam-se as operações do exército anteriores à guerrilha. Elas serviram como os primeiros parâmetros para um tipo de repressão que os militares não estavam acostumados: combater militantes de esquerda em áreas rurais. Já havia uma longa tradição no exército de repressão a movimentos populares no campo, tais como Canudos e Contestado, dos quais os militares se orgulham⁶⁶⁸. Entretanto, não possuíam a mesma experiência na repressão aos militantes de esquerda armados no campo. Apesar da existência de outras tentativas de implantação de guerrilha

⁶⁶⁶ POMAR, Pedro. *Massacre na Lapa: Como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B (São Paulo, 1976)*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2006.

⁶⁶⁷ Sobre a luta dos posseiros de Trombas e Formoso, ver o capítulo 1.

⁶⁶⁸ MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. Rio de Janeiro, Corifeu, 2008, p. 18, 19 e segs.

no campo realizadas pela esquerda no Brasil, nenhuma delas teve um desenvolvimento tão grande quanto a do Araguaia⁶⁶⁹. Foi a repressão a este movimento que possibilitou às Forças Armadas formar os especialistas em antiguerrilha rural, e colocar em prática os ensinamentos da Doutrina de Segurança Nacional, sobre a “guerra revolucionária comunista” em sua versão de “guerra de guerrilhas”, para as quais algumas diretrizes foram estabelecidas nos anos anteriores, nas atividades de repressão na região.

Apresentamos as três campanhas militares desenvolvidas para coibir a guerrilha. Cada campanha tem características próprias e revelam tanto o grau de conhecimento dos militares sobre o “inimigo” que estavam enfrentando, quanto o tipo de repressão que praticavam. Como veremos, se desenvolveu, entre a segunda e a terceira campanhas, uma mudança de orientação na repressão militar à guerrilha.

A primeira campanha se caracterizou pelo desconhecimento dos militares do movimento que procuravam exterminar. Foram enviadas tropas que eles avaliaram logo após as operações como despreparadas⁶⁷⁰ e que foram rapidamente descobertas. Para os militares, foi um fiasco. Para a guerrilha, a prova de que estavam no caminho certo.

A segunda campanha se desenvolveu com a mesma orientação da primeira, mas revelou os choques entre as tropas regulares e a “comunidade de Informações”. Estes últimos se impuseram no comando da repressão a guerrilha a partir do final da segunda campanha.

Um período que os militantes acreditavam ser de trégua, de aproximadamente um ano entre o final de 1972 e o final de 1973 foi, na verdade, o período em que o Exército realizou uma ampla atividade de inteligência na área. Ao cabo desse período, estavam municiados de todas as informações que necessitavam para colocar fim aos guerrilheiros.

A terceira campanha, organizada com as informações do período de trégua, é o período de maior terror na região. Não que antes ele já não tivesse se instalado: os relatos de assassinatos, torturas e destruição dos meios de subsistência tanto de guerrilheiros quanto de camponeses se deu durante toda

⁶⁶⁹ São os casos da “guerrilha de Caparaó” e do campo de treinamento da VPR em Registro.

⁶⁷⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar do Planalto, 11.ª Região Militar, 3.º Brigada da Infantaria. *Operação Papagaio – Relatório das Operações (Secreto)*, Brasília, novembro de 1972.

a repressão a guerrilha. Entretanto, a terceira campanha, foi marcada pela sistematização da tortura contra camponeses, a prática de execução dos guerrilheiros, mesmo sob custódia do Estado, e pela imposição do terror às comunidades da região do Araguaia.

Abordamos a atuação do exército contra a “rede de apoio” dos guerrilheiros, e mencionamos alguns casos de tortura, inclusive admitida por militares que a praticaram. Há que se ressaltar que fazemos referências a apenas alguns exemplos, já que a lista de camponeses atingidos pela tortura ou pela destruição de seus meios de subsistência, é de mais de 300 pessoas⁶⁷¹. Da mesma forma, tratamos de algumas mortes de guerrilheiros entre as quais morte em combate, execuções na selva e execuções sob custódia do Estado.

6.1 – As primeiras operações do Exército na região

A atuação do Exército na área para reprimir a “guerra revolucionária” teve início em 1964, poucos meses após o golpe civil-militar. Procuravam verificar a existência de armamentos e grupos armados na região “a serviço do comunismo”⁶⁷². Esta preocupação se devia pela ocorrência do movimento de luta pela terra ocorrido em Trombas e Formoso entre 1950 e 1957, como vimos no capítulo 1, uma luta de grandes proporções e com avanços significativos na explicitação das demandas camponesas. Além disso, pretendia-se verificar a presença na região de José Porfírio⁶⁷³,

Na ocasião, foram levantados diversos dados sobre a região, tais como as condições de transporte, a existência e a condições das pistas de pouso no local, as condições sociais da população, desde as atividades econômicas das

⁶⁷¹ Depoimento de José Vargas Jimenez para a Comissão Especial de Aplicação de Leis de Anistia da Câmara dos Deputados, disponível em: <http://www2.camara.gov.br> acessado em março de 2009 e MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

⁶⁷² MINISTÉRIO DA GUERRA, Comando Militar de Brasília, 11.ª Região Militar, 2.ª Seção. *Relatório Especial – Operação Trombas e Formoso (reservado)*. Brasília, 28 de dezembro de 1964, 10 p.

⁶⁷³ Sobre José Porfírio, ver as informações acerca de sua atuação política e seu desaparecimento em 1973 no capítulo 2.

quais sobreviviam, passando pela quantidade de moradores nos municípios e vilarejos, até as condições sanitárias e, de acesso à saúde e educação. Também foram mapeadas as dificuldades oferecidas pela vegetação na eventual necessidade de captura de “subversivos”⁶⁷⁴.

Os dados levantados sobre as condições de vida da população assustaram os militares. Descreveram a ausência na região das condições mínimas de sobrevivência, apontando a inexistência de assistência médica, saneamento e educação. O relatório das operações descrevia um caos, uma terra de ninguém, em que tais condições foram apresentadas como muito graves, indicando a necessidade de uma intervenção. Apesar dos problemas materiais, uma nota de indignação pode ser percebida quando se constatou que os “símbolos pátrios” eram desconhecidos da população: “não é possível que, dentro do País, uma comunidade inteira desconheça, pelo menos, a Bandeira e o Hino Nacional”⁶⁷⁵.

Já as autoridades locais, foram descritas como corruptas e despreparadas. Em Formoso o prefeito, que era também o proprietário da maior casa de comércio da região e maior plantador e criador de gado da área, seria de “cultura reduzida e dado ao alcoolismo”⁶⁷⁶. O Juiz Municipal, nomeado pelo prefeito, seria “pessoa ignorante”⁶⁷⁷, demonstrando pouca vivacidade e pouca inteligência e parecia ser “dominado pelo titular do cartório”⁶⁷⁸. Este, por sua vez, seria “absolutamente sem cultura” “cuja maior preocupação” seria “juntar dinheiro para poder dar educação ao único filho”⁶⁷⁹.

O relato dos militares sobre estas autoridades municipais revela, por um lado, os preconceitos contra as pessoas do campo, cujos perfis seriam de pessoas ignorantes. Por outro, conforme a discussão que fizemos no capítulo anterior sobre o papel das “elites” na condução da vida nacional, se percebe que este não era o perfil esperado para aqueles que deveriam governar o país. Este tipo de governante seria nocivo aos propósitos da autocracia.

⁶⁷⁴ MINISTÉRIO DA GUERRA, Comando Militar de Brasília, 11.ª Região Militar, 2.ª Seção. *Relatório Especial – Operação Trombas e Formoso (reservado)*. Brasília, 28 de dezembro de 1964, 10 p.

⁶⁷⁵ *Ibidem*.

⁶⁷⁶ *Ibidem*.

⁶⁷⁷ *Ibidem*.

⁶⁷⁸ *Ibidem*.

⁶⁷⁹ *Ibidem*.

A falta de instrução acometeria a todas as autoridades da região. A falta de iniciativa do prefeito, seus vícios e sua submissão ao titular do cartório, um homem corrupto, revelariam seu despreparo para atuar como líder político daquela comunidade.

Frente a uma população que apresentava inúmeras carências e a autoridades incapazes, restava aos militares proporem uma intervenção, já que a situação era muito perigosa. Vivendo em meio à extrema pobreza, e governada por autoridades incapazes, aquela população era potencialmente subversiva. Governantes, inaptos e incapazes, não teriam condições de promover a justiça social e a paz e integrar o projeto nacional de desenvolvimento. Cabia, portanto, às Forças Armadas o papel de “salvar” a sociedade dela mesma.

A avaliação da incapacidade de governar também se estendeu às forças repressivas estaduais e municipais, que seriam despreparadas para combater a subversão. Novamente, serão os militares que se colocarão como os únicos capazes desta empreitada, como veremos mais à frente.

Estas características tornariam a região favorável ao desenvolvimento das ações da esquerda, particularmente na implantação de uma guerrilha rural. A constatação do abandono da região e da incapacidade das autoridades ensejaria o desenvolvimento de antagonismos sociais que poderiam ser explorados pelo comunismo, numa relação entre miserabilidade, abandono da região pelo Estado e a doutrinação da população pelos subversivos. Este tipo de avaliação foi constante nas regiões em que se suspeitou da existência de atuação de guerrilhas rurais.

Os militares acreditavam que em condições de extrema pobreza e de ausência da promoção daqueles que seriam dos valores “democráticos e cristãos”, as populações ficariam à mercê dos subversivos. O combate ao comunismo deveria se dar, então, em duas frentes: ao mesmo tempo em que se reprimiam e destroçavam as organizações de esquerda, deveria ser feito um trabalho junto à população, visando tirar-lhe das condições de miséria em que se encontrava.

Entretanto, como ficará demonstrado mais adiante, entre as duas necessidades identificadas, a prioridade foram as atividades repressivas.. A melhoria das condições de vida da população esbarrava em outros entraves,

tais como a necessidade de acumulação e o poder do latifúndio e não foi de fato intentado naquela região pela ditadura militar pós-64.

O mais próximo que se chegou de uma ação de melhoria das condições de vida da população, resumiu-se a alguns apontamentos deixados no relatório da operação. Contudo, tal como previa a ideologia que embasa os militares, a sugestão de atender as necessidades básicas da população era uma estratégia de combate ao comunismo e não uma estratégia de promoção dos direitos sociais.

Sugeria-se dotar a região de autoridades governamentais que tivessem condições de combater a pobreza, a subversão, a falta de civismo e promover a educação primária, assistência médica e sanitária e que resolvesse o problema da posse e propriedade da terra. Sugeria-se também o afastamento do atual efetivo policial, deslocando para a região “elementos policiais capacitados à realização do efetivo policiamento”⁶⁸⁰.

Alguns anos depois, em 1971, os militares voltaram à região, buscando “capturar elementos subversivos nas regiões Sw do Maranhão e N de Goiás”⁶⁸¹. Possivelmente já haviam sido realizadas operações de inteligência na área, já que quando o Exército se deslocou para lá, possuía uma listagem com os nomes e localização das pessoas a serem capturadas, além de, em alguns casos, descrições físicas detalhadas. Contudo, na documentação a que tivemos acesso, não é possível esclarecer de que maneira foram levantadas as informações mas é possível inferir que entre a primeira operação na área, em 1964 e esta, realizada em 1971, os militares estiveram lá outras vezes com a finalidade de investigar as “ações subversivas”.

Os militantes a serem capturados estariam em atividade em duas áreas: nas fronteiras entre os estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás, principalmente nas cidades de Porto Franco, Imperatriz e Tocantinópolis. Após a prisão de alguns militantes⁶⁸², constatou-se, nos “interrogatórios”, a presença

⁶⁸⁰ MINISTÉRIO DA GUERRA, Comando Militar de Brasília, 11.ª Região Militar, 2.ª Seção. *Relatório Especial – Operação Trombas e Formoso (reservado)*. Brasília, 28 de dezembro de 1964, 10 p.

⁶⁸¹ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar do Planalto e 11.ª Região Militar. *Operação Mesopotâmia – Ordem de Operações Nº 01-SPC/71 – (secreto)*. Brasília, julho e agosto de 1971, 23 p.

⁶⁸² *Ibidem*.

da VAR-Palmares e do PRT⁶⁸³. O exército acreditava que esses grupos estavam se organizando desde a época da construção da Belém-Brasília, sob influência da luta dos posseiros em Trombas e Formoso.

Entre os procurados pela repressão, estava o líder camponês José Porfírio e o padre Alípio de Freitas. De origem portuguesa, Freitas veio para o Brasil em 1957, atuando numa paróquia de São Luís, no Maranhão, onde passou a atuar junto aos camponeses, depois se vinculou às Ligas Camponesas, à Ação Popular e ao PRT⁶⁸⁴.

Os objetivos tanto da Var-Palmares e do PRT seriam, segundo os militares, refugiar militantes perseguidos em outros locais do país e doutrinar a população local e, posteriormente, desencadear a guerrilha rural.

Quem eram os “subversivos” que deveriam ser capturados na operação? Apenas quatro, dentre os 52 nomes da lista que dispunha o Exército⁶⁸⁵, era composta de militantes supostamente vinculados à ALN e à VAR-Palmares. Aos demais recaía uma série de suspeitas de “atividades subversivas” ou de “apoio aos subversivos”. Eram pessoas que participaram de grupos operários ou sindicais, que possuíam munição, que compraram posses na região, que receberam em suas casas supostos militantes e parentes dos “subversivos”⁶⁸⁶.

Um dos integrantes da lista Gregório Francisco da Silva, manteria contatos com um militante chamado João Ferreira. Seu crime: colher arroz durante dois dias com o militante perseguido. Outra pessoa procurada era um garoto de 13 anos, filho de João Ferreira, que seria “doutrinado e sabe das atividades do pai”⁶⁸⁷.

⁶⁸³ Sobre as organizações de esquerda ver, entre outros: GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática, 1990; RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Editora da UNESP, 1993; RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Volume V São Paulo, editora da Unicamp, 2002; REIS FILHO, Daniel A. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

⁶⁸⁴ Ridenti, Marcelo S. “Ação Popular: cristianismo e marxismo”, in: Reis Filho, Daniel Aarão e Ridenti, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil, vol. 5, Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, Editora da Unicamp, 2002, p.213-282.

⁶⁸⁵ Foram procuradas pessoas em Araguatins (1), em Gurupi (1), em Imperatriz (mais de 34), em Porto Franco (6); em Tocantinópolis (10). Dos procurados, 13 foram capturados.

⁶⁸⁶ MINISTÉRIO DA GUERRA. Comando Militar de Brasília, 11.ª Região Militar, 2.ª Seção. *Relatório Especial – Operação Trombas e Formoso (reservado)*. Brasília, 28 de dezembro de 1964, 10 p.

⁶⁸⁷ MINISTÉRIO DA GUERRA. Comando Militar de Brasília, 11.ª Região Militar, 2.ª Seção. *Relatório Especial – Operação Trombas e Formoso (reservado)*. Brasília, 28 de dezembro de 1964, 10 p.

Como se vê, manter contatos mesmo que superficiais com militantes, possuir um passado de participação nas lutas sociais ou até comprar posses na região eram motivos para suspeição. Como temos argumentado, o elemento que tornava o camponês suspeito era sua condição de miséria. Estavam todos, portanto, sob suspeição. No capítulo 2, quando discutimos a repressão das Forças Armadas sobre os camponeses durante a guerrilha do Araguaia, pudemos perceber que toda a população da região, de uma forma ou de outra, foi atacada pelas Forças Armadas e sobre ela recaiu, após a guerrilha, medidas coercitivas que visavam impedir o desenvolvimento das lutas camponesas, isso porque, na concepção das Forças Armadas, o camponês, em sua miséria, era revolucionário.

Além do objetivo imediato de capturar suspeitos, a operação serviu para as Forças Armadas estabelecerem algumas diretrizes para atuação em áreas similares, apresentando sugestões como a realização de ações pelos grupos de “Operação de Informações”, com a utilização de elementos em trajes civis, pessoas infiltradas, menor efetivo militar possível, além de rapidez na execução das operações.

Um procedimento que foi adotado era a não perseguição daqueles que conseguissem escapar de sua área de moradia, pois a mobilidade da população rural era muito grande. Recomendava-se que a operação fosse interrompida e se montasse nova operação de levantamento de informações nesses casos. Essa forma de lidar com os perseguidos também foi utilizada na guerrilha do Araguaia e perdurou enquanto as forças armadas não sabiam do potencial da guerrilha que queriam dizimar.

6.2 – A descoberta da guerrilha do Araguaia

Informações mais concretas sobre a atuação de militantes do PC do B na região só foram obtidas a partir de 1972, com origem em dois lugares: numa ação realizada pela 8ª Região Militar, descobriu-se indícios de atividade guerrilheira na “Região Sul da Transamazônica, no trecho compreendido entre

Marabá e Araguatins”⁶⁸⁸ e pelo Centro de Informações do Exército (CIE), que apurou possibilidade da existência de grupos em atividade nas regiões “N, NO e NE de Xambioá”⁶⁸⁹.

Segundo Studart, para os militares a guerrilha teria sido descoberta através de dois militantes que deserdaram: Pedro Albuquerque e Lúcia Regina.

Lúcia Regina concedeu uma entrevista em 2002, explicando que deixou a área porque os comandantes a obrigaram a fazer um aborto, já que a gravidez não era permitida pelas regras da guerrilha. Sem assistência médica adequada, após a realização do aborto a militante teria contraído uma infecção e foi levada a um hospital em Anápolis (Goiás) por Elza Monerat (Dona Maria) e, assim que pôde, fugiu para a casa dos pais⁶⁹⁰.

Neste ponto há uma divergência entre as informações prestadas por Lúcia em 2003 e os depoimentos dos militares. Segundo ela, seu interrogatório só ocorreu em 1975, quando a guerrilha já havia sido exterminada e então, contou tudo o que sabia. Segundo os militares, de acordo com a pesquisa de Hugo Studart:

Ao voltar para São Paulo, emocionalmente fragilizada, revoltada, sentindo-se culpada pelo aborto, conforme revelou depois, ela acabou desabafando com os pais. Falou tudo o que sabia. Foi seu pai quem procurou os militares para relatar o que Lucia lhe havia contado, de acordo com a narrativa de um militar que na época serviu no exército. O informe, repassado da agência do CIE em São Paulo para a sede do Rio, teria sido colocado na gaveta⁶⁹¹.

Foi somente com a prisão de Pedro Albuquerque é que o assunto teria voltado à tona. Entre os militares, prevaleceu a ideia de que foi ele quem revelou a existência da guerrilha:

Em março de 1972, em Fortaleza, um estudante procurando o Serviço de Identificação para tirar a Carteira de Identidade chamou a atenção dos Órgãos de Informações por ser

⁶⁸⁸ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar da Amazônia – CMA – 12ª. RM – 2ª. Seção *Informação Nº 288/E2/72-CMA* (Confidencial) Manaus, 25 de maio de 1972, 4 p.

⁶⁸⁹ *Ibidem*.

⁶⁹⁰ Em 2002, Lucia Regina concedeu uma entrevista a quatro estudantes de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, que resultou no trabalho de Conclusão de Curso “Vestígios do Araguaia”, in CARVALHO, Luís Maklouf. *O Coronel Rompe o Silêncio*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2004.

⁶⁹¹ STUDART, Hugo. *A Lei da Selva*. São Paulo, Geração Editorial, 2006.

elemento procurado há dois anos por ter comparecido ao Congresso de Ibiúna. Preso e interrogado, declarou ter sido levado com sua companheira 2 anos antes, de São Paulo para a região de Marabá, acrescentando que, naquela área, havia um campo de preparação de Guerrilha Rural. Abandonou o campo, diante da impossibilidade de conciliar assistência à sua esposa grávida com suas obrigações “revolucionárias” – conforme o pensamento dos dirigentes do Partido local⁶⁹²

Tanto Lucia Regina quanto Pedro Albuquerque foram acusados de traição pelo PC do B. Elza Monerat divulgou a versão de que a descoberta da guerrilha se deveu à denúncia de Lúcia⁶⁹³ e Ângelo Arroyo foi responsável pela divulgação da versão de que a descoberta da guerrilha teria se dado através das informações prestadas por Pedro Albuquerque⁶⁹⁴. Lucia Regina, como se sabe, negou que tenha prestado quaisquer informações antes de 1975, quando elas já eram irrelevantes. Já Pedro Albuquerque, sob tortura, revelou pouco do que sabia e procurou confundir seus interrogadores.

De acordo com o coronel Lício Maciel, que comandou um pequeno grupo de operações de informações e combate – o único que operou durante todo o período da repressão à guerrilha do Araguaia – o depoimento de Pedro Albuquerque foi remetido para o Centro de Informações do Exército em Brasília, caso contrário teria sido engavetado no Rio de Janeiro onde, segundo ele, “o assunto guerrilha rural era motivo de chacota”⁶⁹⁵. Apesar de haver, entre os militares, suspeitas de “ações subversivas” no campo, a ênfase na repressão à guerrilha urbana fazia com que os agentes que atuavam nela, chegassem a ridicularizar a prioridade dada à guerrilha rural em alguns

⁶⁹² Conferência proferida pelo brigadeiro Newton Vassalo da Silva, chefe do Serviço de Informações da Aeronáutica, - CISA – em 11 de agosto de 1972, para o Alto Comando da Aeronáutica, no auditório do gabinete do ministro da Aeronáutica *apud* STUART, Hugo. *A Lei da Selva*, *op. cit.*

⁶⁹³ ALMEIDA, Criméia Schimidt. “A chegada dos primeiros agentes. O início da guerrilha”. Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=37&m=15> acessado em 01 de julho de 2012.

⁶⁹⁴ Pedro Albuquerque Neto foi o primeiro preso da guerrilha do Araguaia. Foi pego quando tentava tirar a segunda via da carteira de identidade no DOPS, em Fortaleza. Militante conhecido dos órgãos de repressão no Ceará, foi preso pela primeira vez quando ainda era menor de idade e era membro da diretoria do UETIC. Posteriormente vinculou-se ao PC do B, foi vice-presidente do Diretório Estadual dos Estudantes, preso em Ibiúna e atingido pelo dec 477. Disponível em: <http://ditaduraverdadesomitidas.blogspot.com/2011/05/comissao-anistia-ceara-informa.html>, acessado em 30 de junho de 2012.

⁶⁹⁵ MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. Rio de Janeiro, Corifeu, 2008, p. 37.

segmentos militares. Ao se referir à guerrilha rural, muitos diziam ser a “guerrilha do Bandeira”⁶⁹⁶

Estes segmentos militares acreditavam que a região do “Bico do Papagaio”⁶⁹⁷ havia sido elegida pelas organizações de esquerda como local ideal para o desencadeamento de uma guerrilha rural, em virtude da dificuldade de acesso, pois se tratava de uma área com extensos trechos de floresta amazônica, o que dificultaria a atuação regular das forças armadas, além da ausência do Estado, de políticas públicas, visando diminuir a miséria da população. Vistos como ignorantes e “inocentes”, os moradores locais seriam “presas fáceis” para os agentes do comunismo internacional.

6.2.1 – Recuos e avanços das forças repressivas nas primeiras operações

Entre março e outubro de 1972, algumas operações militares foram realizadas na região.⁶⁹⁸ A primeira delas teria o objetivo de levantar informações sobre “atividades subversivas” e a capturar e destruir o inimigo e foi chamada de “Peixe I”⁶⁹⁹. Estas operações foram marcadas por uma série de dificuldades e as ações militares acabaram restritas ao levantamento de informações, a prisão de alguns militantes e a descoberta de esconderijos já abandonados pelos guerrilheiros⁷⁰⁰.

As primeiras patrulhas contavam com cerca de 30 agentes de inteligência e 20 do Exército, além de 12 membros da Aeronáutica e 05 da Marinha⁷⁰¹. Com uma das equipes, comandada por Carlos Sérgio Torres, chefe de Operações do CIE, estava Pedro Albuquerque, que serviu de guia para os militares⁷⁰².

⁶⁹⁶ STUART, Hugo. *A Lei da Selva*, op. cit.

⁶⁹⁷ Extremo norte do atual estado do Tocantins, que faz divisa com os estados do Pará e Maranhão.

⁶⁹⁸ Ao todo, foram cinco (5) “Operações Peixe”.

⁶⁹⁹ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Comando Militar da Amazônia. 8.ª Região Militar, Quartel General, 2.ª Seção. *Operação Peixe (I, II, III, IV e V) (Secreto)*. Brasília, de 27 de março de 1972 a maio de 1972, 45 p.

⁷⁰⁰ Ibidem.

⁷⁰¹ STUART, Hugo. *A Lei da Selva*, op. cit., p. 101.

⁷⁰² Ibidem.

Este grupo de militares contou com agentes disfarçados de funcionários da SUCAM, e da Embratel; os primeiros entravam nas casas, sítios e fazendas com a desculpa de pulverizar veneno para combater o barbeiro, inseto transmissor da doença de Chagas; os outros, alegavam verificar a viabilidade da passagem de redes telefônicas pela localidade⁷⁰³. Na verdade, procuravam indícios da presença de guerrilheiros no local.

O primeiro militante descoberto foi João Carlos Ferreira, o Joca⁷⁰⁴, que dois anos antes havia comprado uma propriedade na região de Faveiro e regularmente, segundo o que o Exército apurou junto aos moradores, chegavam parentes dele na região.

O exército não acreditou que se tratasse de parentes, mas sim de subversivos. Contudo, também foram cogitadas as hipóteses que fossem hippies ou contrabandistas⁷⁰⁵. Outra hipótese aventada era que poderiam ser militantes que estavam escondidos na área devido à intensificação da repressão nas cidades que buscaram refúgio num lugar afastado dos grandes centros.

Após Joca, os militares descobriram a presença de outros militantes. Entre eles, Dona Maria, Alice, Beto, Regina, Mario, Cid, Luiz, Alandrine, Zezinho e José Carlos, mas ainda não sabiam suas verdadeiras identidades e nem que pertenciam ao mesmo partido⁷⁰⁶, o que descobriram no decorrer das missões.

Entretanto, perceberam que não estavam encontrando militantes isolados, que havia uma certa organização entre eles e frente a isso, necessitariam recuar e conhecer melhor o “inimigo”. A primeira operação foi suspensa, pois não conseguiram capturar ninguém e deflagraram outra operação, a “Peixe II”, para realizar um levantamento maior de informações.

⁷⁰³ Ibidem.

⁷⁰⁴ Tratava-se na verdade de Libero Giancarlo Castiglia, italiano, que chegou ao Brasil com 11 anos de idade e, influenciado por seu pai, se tornou militante do PC do B em 1962, junto com seu irmão Walter. Chegou ao Araguaia no Natal de 1967 e estabeleceu o um pequeno comércio. Foi Comandante do Destacamento A e, posteriormente, membro da Comissão Militar. Está desaparecido desde o natal 1973, provavelmente assassinado na operação grotescamente apelidada de “chafurdo do Natal” o governo italiano tem se manifestado formalmente interessado na localização de seus restos mortais.

⁷⁰⁵ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Comando Militar Planalto. 11.ª Região Militar, Quartel General, EMG, 5.ª Seção. *Manobra Araguaia/Operação Papagaio (Secreto)*. Brasília, novembro de 1972, 08 p.

⁷⁰⁶ Ibidem.

Para isso, também visavam efetuar prisões de quatro pessoas: Raimundo Preto, Joca, Eduardo Brito e Irene⁷⁰⁷.

Acreditavam que com essas prisões poderiam realizar uma operação de informações de maior envergadura, e cercar um possível campo de treinamento e prender os demais militantes. Eduardo, Irene e Januário foram presos e verificou-se não terem relação com os militantes. Já Raimundo Preto contou aos militares que abrigava os “paulistas” em algumas ocasiões. Este camponês, sem saber do que se tratava, deu aos militares algumas informações que serviriam de base para a confecção de um esboço da região e para precisar melhor as informações sobre os militantes⁷⁰⁸.

Após estas atividades, os militares foram descobertos na área. Os agentes de informações que circulavam na área estavam sempre à paisana, fazendo perguntas à população. Entretanto, tropas regulares também participaram dessas operações, fardadas, fazendo perguntas e agindo de maneira truculenta. Uma das condições para o seu sucesso da operação era o sigilo, que foi quebrado e não havia condições, por falta de pessoal qualificado, de “repor” os agentes descobertos⁷⁰⁹.

6.2.2 – A descoberta da “Grande Área do Marighella”

Ao fim das duas primeiras operações, o exército concluiu que os guerrilheiros já estavam presentes na área há pelo menos dois anos⁷¹⁰. Eram conhecidos como “paulistas” pelos moradores locais, com quem procuraram desenvolver relações amistosas, prestando serviços médicos e sanitários e com quem conviveram “ostensivamente”. Praticavam “tiro ao alvo”, eram “bons atiradores” e recebiam “parentes” que chegavam pelo rio Araguaia.

⁷⁰⁷ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar da Amazônia – 8ª. RM –Quartel General – 2ª. Seção “Sumário da segunda fase de coletas de informe da Operação Peixe”, *in: Operação Peixe* (I, II, III, IV e V) (Secreto), Brasília, de 27 de março de 1972 a maio de 1972, 45 p.

⁷⁰⁸ *Ibidem*.

⁷⁰⁹ *Ibidem*.

⁷¹⁰ O relatório militar fala em pelo menos dois anos, mas sabe-se que os primeiros militantes começaram a chegarem a região em 1966.

Não possuíam atividade agrícola que justificasse a presença na região e “nem entendiam muito do assunto”, todos andavam armados e recebiam constantemente materiais para o fabrico de armas. Interiorizaram-se por conta da construção da Transamazônica. A hipótese inicial de se tratarem de “contrabandistas ou ‘hyppies’” foi abandonada e passaram a suspeitar que procuravam as mesmas pessoas a que se referia Pedro Albuquerque⁷¹¹.

A partir das informações levantadas durante a segunda operação, o exército deflagrou uma nova operação, a “Peixe III”, cujo objetivo seria “realizar uma incursão com tropa sobre o ‘ALVO’ a fim de capturar, neutralizar e/ou destruir o inimigo”⁷¹². Ou seja, tratava-se de uma nova ofensiva.

O “Alvo”, era o principal Ponto de Apoio da guerrilha, apelidado de “Peazão” pelos guerrilheiros. Ao chegarem nele, as tropas se depararam com evidências de que o local teria sido recentemente abandonado, já que havia até mesmo alimentação quente no local. Não conseguiram capturar ninguém mas encontraram “farta quantidade de material e literatura subversiva” o que comprovava a atividade de “guerrilha rural em fase de implantação”. Outros pontos de apoio também foram atacados nesta operação nas regiões de Cigana, Pau Preto I, Cachimbeiro e Sobra de Terra⁷¹³.

Apesar de terem descoberto pelo menos nove pontos de atividade guerrilheira, nenhum militante foi encontrado e se constatou que no “Alvo”, os militantes deixaram o local pouco tempo antes da chegada da tropa. Como os militantes ficavam sabendo da aproximação do Exército? Descobriu-se que havia, antes das três casas que compunham o “Alvo”, um posto de vigilância camuflado, situado fora da trilha utilizada tanto pelos mateiros e pelo Exército, quanto pelos militantes.

No posto se encontrava “um homem colocado numa rede, com capa plástica de cor verde [que] tinha amarrado em si um cipó que cruzava a trilha,

⁷¹¹ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar da Amazônia – 8ª. RM –Quartel General – 2ª. Seção “Sumário da segunda fase de coletas de informe da Operação Peixe” *in: Operação Peixe* (I, II, III, IV e V) (Secreto), Brasília, de 27 de março de 1972 a maio de 1972, 45 p.

⁷¹² MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar da Amazônia – 8ª. RM –Quartel General – 2ª. Seção “Operação Peixe III: info e combate” *in: Operação Peixe* (I, II, III, IV e V) (Secreto), Brasília, de 27 de março de 1972 a maio de 1972, 45 p.

⁷¹³ Ver mapas militares no anexo V.

ao ser tracionado o cipó o vigia podia seguir por outra trilha, mais curta e chegar na casa à frente”⁷¹⁴.

O coronel Lício Maciel, cujo codinome no Araguaia era Dr. Asdrúbal, participou desta operação e lembra que foi encontrado, além de grandes quantidades de alimentos e criação de animais,

uma grande quantidade de documentos e manuais de treinamento, militar, livros de doutrinação comunista, grande quantidade de mochilas de lona reforçadas e costuradas com linha grossa, máquina de costura grande, industrial, oficina de rádio bem aparelhada, com instrumentos básicos para recepção e transmissão (...) ferros de soldar, grande quantidade de instrumentos cirúrgicos de alta qualidade, grande quantidade de estoque de remédios, os mais diversos, grande quantidade de bússolas portáteis ainda nas caixas, facões e facas⁷¹⁵.

Segundo o militar, haviam encontrado a grande área a que se referia Marighella. Seu companheiro de tropa, Cid, teria declarado:

Estávamos eufóricos. Comprovamos a existência da famosa Grande Área anunciada por Marighella, que estaria sendo preparada desde 1962. A adrenalina e a euforia nos impediam de pegarmos no sono. Todos nós estávamos conscientes de que o que tínhamos descoberto era algo muito grande e muito organizado. Mas a grande caçada mesmo, só começaria meses depois⁷¹⁶.

Os primeiros militares a chegarem ao Araguaia, não esperavam encontrar uma “guerrilha”. Pensavam em capturar militantes que não teriam intimidade com a floresta e talvez desativar um campo de treinamento, como já ocorrera outras vezes. No entanto, ao depararem-se com o material deixado pelos guerrilheiros em um dos Pontos de Apoio, perceberam se tratar de um “inimigo” muito maior do imaginaram. As tropas deslocadas para a região não tinham preparo para enfrentá-las mas, alguns oficiais, como o coronel Lício e Cid, se empolgaram ao saber que se tratava de um inimigo organizado.

⁷¹⁴ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar da Amazônia – 8ª. RM –Quartel General – 2ª. Seção “Operação Peixe III” in: *Operação Peixe* (I, II, III, IV e V) (Secreto), Brasília, de 27 de março de 1972 a maio de 1972, 45 p. As operações foram realizadas por equipes que estavam com Pedro Albuquerque.

⁷¹⁵ MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. Rio de Janeiro, Corifeu, 2008, p. 38.

⁷¹⁶ CID *apud* MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente, op. cit.* p. 38. O mesmo depoimento também consta em STUDART, Hugo. *A Lei da Selva, op. cit.*, p. 105.

Julgavam ter encontrado a “Grande Área” de Marighella, versão que o Coronel Lício sustenta até hoje⁷¹⁷.

A guerrilha do Araguaia nada tinha a ver com a “grande área” do Marighella mas, para os militares, era a comprovação da existência de formas desenvolvidas – a luta armada no campo - da “Guerra Revolucionária Comunista”, para a qual vinham se preparando teórica e praticamente – nos cursos da ESG, na Escola das Américas, nas instruções à tropa, nas palestras, conferências, treinamentos e outras atividades das Forças Armadas.

As forças repressivas já haviam adquirido vasta experiência na repressão à guerrilha urbana que, a época, já tinha sido dizimada. Dessa forma, todas as atenções do sistema repressivo puderam se voltar para o Araguaia e para a guerrilha rural:

(...) tendo o PC do B passado a ser um dos alvos dos órgãos de Inteligência, face ao desmantelamento da guerrilha urbana, suas atividades passaram a ser melhor acompanhadas, objetivando uma possível futura ação policial contra sua estrutura clandestina, na época constituída por cinco Comitês Regionais, além do Comitê Central⁷¹⁸.

Com a descoberta do que eles acreditavam ser a “grande área” do Marighella e de uma forma desenvolvida de “guerra revolucionária comunista”, o exército cogitou que haveria outros pontos de atividade guerrilheira que ainda não haviam sido identificados e para os quais os militantes teriam possivelmente se deslocado.

Afirmavam que os guerrilheiros haviam se “diluído na selva” para dificultar sua localização ou estariam tentando deixar a área⁷¹⁹ e seria preciso uma nova e maior atividade de informações. A cada nova operação, o exército descobria que a guerrilha era mais extensa e organizada do que havia pensado anteriormente.

Nova operação teve início, a “Peixe IV”, que tinha o objetivo de realizar uma operação de informações na região de Marabá-Xambioá, a partir das

⁷¹⁷ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar da Amazônia – 8ª. RM –Quartel General – 2ª. Seção “Sumário da segunda fase de coletas de informe da Operação Peixe” *in*: *Operação Peixe* (I, II, III, IV e V) (Secreto), Brasília, de 27 de março de 1972 a maio de 1972, 45 p.

⁷¹⁸ STUART, Hugo. *A Lei da Selva*, *op. cit.*

⁷¹⁹ *Ibidem.*

informações levantadas nas operações anteriores, cujo objetivo era “aprofundar os dados quanto à localização, valor e identificação do inimigo”⁷²⁰.

Foram previstas três fases, a primeira delas com atividade de informação propriamente dita, em que várias equipes se distribuíam pela área para a realização da tarefa: três grupos semifixos atuando na área de Marabá, Xambioá e Araguatins; grupos móveis atuando na transamazônica, no Rio Araguaia, Rio Vermelho, Rio Soró e Rio Tatuzinho; e dois grupos atuando nos sentidos de São Geraldo-Gameleira e Cocalino, Couro D’ Antas, respectivamente⁷²¹. Já as duas fases seguintes pretendiam realizar o “envolvimento e cerco do inimigo” e “investimento neutralização e/ou destruição do inimigo”⁷²².

Como se tratava de uma operação de informações, os agentes precisavam andar descaracterizados e precisavam ter uma justificativa para circularem pela área sem levantar suspeitas, como já havia acontecido em operações anteriores. Foram confeccionadas carteiras de identidade falsas e desenvolveu-se um “trabalho de cobertura”, ou seja, foram inventadas histórias falsas sobre a vida e a atividade dos militares, o “Coronel Douglas”, por exemplo, tinha como trabalho falso de cobertura a profissão de geólogo junto ao INCRA⁷²³

Nestas operações houve uma participação mais efetiva de elementos mais experientes “oficiais e graduados (...) que já haviam participado de operações da mesma natureza na área” mas ainda assim há queixas quanto ao valor dos homens empregados “com grau de qualificação (...) insatisfatório, ainda”⁷²⁴ para o enfrentamento com um inimigo que estava “alertado e diluído”⁷²⁵ numa área extensa. O autor do relatório afirma que a “busca de informes deve ser feita com maior agressividade”⁷²⁶.

Uma das atividades mais relatadas na pouca historiografia existente sobre a guerrilha do Araguaia é a Operação Aciso. Ela foi um elemento

⁷²⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar da Amazônia – 8ª. RM –Quartel General – 2ª. Seção, “Operação Peixe IV: info” in: *Operação Peixe* (I, II, III, IV e V) (Secreto), Brasília, de 27 de março de 1972 a maio de 1972, 45 p.

⁷²¹ Ibidem.

⁷²² Ibidem.

⁷²³ Ibidem.

⁷²⁴ Ibidem.

⁷²⁵ Ibidem.

⁷²⁶ Ibidem.

importante no levantamento de informações e foi também uma extensa atividade de “cobertura”, pois era necessário transportar os agentes de informação para a região e era preciso também garantir a presença de um avião, dada a envergadura das missões que pretendiam realizar as forças armadas. O relatório da Operação Peixe IV menciona que “para mascarar a chegada do avião em Xambioá, será desenvolvida uma ACISO”⁷²⁷

A última das operações “Peixe”, a quinta, repetia o objetivo de diversas das operações anteriores “neutralizar e/ou destruir o inimigo”⁷²⁸. Nela foram presos diversos militantes, alguns dos quais nem sequer haviam chegado na área, como é o caso de Rioko Kaiano. Foi preso também o guerrilheiro Nilo, que havia pedido para deixar a área e havia sido autorizado pelos comandantes da guerrilha, além de José Genuíno Neto, pertencente à base guerrilheira da região da Gameleira. Foram presos ainda alguns moradores que colaboravam como os guerrilheiros em toda a área⁷²⁹.

Ao final destas missões, as Forças Armadas puderam redimensionar o tamanho do “inimigo”. Souberam que a guerrilha se estruturava em destacamentos, dois quais sabiam existir dois (na verdade eram três) que estariam subordinados à uma Comissão Militar que, por sua vez, se subordinava ao “Bureau Político”. Estimavam que havia mais de 50 guerrilheiros na região mas ainda não sabiam que eram apenas do PC do B, falavam em “subversivos” do “PC, o PC do B e a AP”⁷³⁰.

Alguns guerrilheiros foram identificados corretamente, mas em alguns casos, os militares trocavam os nomes e codinome. Joca, por exemplo, foi identificado como João Amazonas. ou Aarão Reis. O verdadeiro nome de Joca era Libero Giancarlo Castiglia, o único estrangeiro da guerrilha. João Amazonas estava na área, mas seu codinome era Cid. Já Aarão Reis, era militante do MR-8 e jamais esteve na guerrilha do Araguaia. Também foi preso

⁷²⁷ Ibidem.

⁷²⁸ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar da Amazônia – 8ª. RM –Quartel General – 2ª. Seção, “Plano de operações Peixe V” in: *Operação Peixe* (I, II, III, IV e V) (Secreto), Brasília, de 27 de março de 1972 a maio de 1972, 45 p.

⁷²⁹ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar da Amazônia – CMA – 12ª. RM – 2ª. Seção *Informação Nº 288/E2/72-CMA (Confidencial)*, Manaus, 25 de maio de 1972, 4 p.

⁷³⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Gabinete do Ministro – CIE e 11ª. Região Militar. *Informação Especial Nº 01/S/102-CIE (Secreto)*, Rio de Janeiro, 26-5-1972, 6 p.

o barqueiro Lourival Moura Paulino, que teria se suicidado⁷³¹. Entretanto, sabe-se hoje que Lourival foi torturado e morto na base de Xambioá⁷³².

Após o fim das operações “Peixe”, os militares retornaram à área em setembro em nova missão que buscava “reconhecer, procurar contato, emboscar ou destruir o inimigo”⁷³³. Esta era uma operação maior do que as anteriores, mais extensa espacialmente e com a participação de diversos grupos de agentes de informação, do Exército, Marinha e Aeronáutica⁷³⁴.

A estratégia de ataque à guerrilha sofreu algumas modificações, já que as tropas não deveriam manter os procedimentos de busca anteriormente adotados, ou seja, não deveriam tentar atacar os pontos de apoio e sim impedir que os guerrilheiros chegassem neles ou emboscá-los, caso estes conseguissem penetrar na área ocupada pelas tropas⁷³⁵.

Uma das prioridades era procurar de “Paulo Rodrigues”, um dos chefes da guerrilha e seu grupo, dos quais se sabiam os alguns codinomes: Áurea, Dina, Antônio e Ary.

A operação, como as anteriores, não teve sucesso. Os militares concluíram que a forma como vinham se desenvolvendo as atividades de repressão não eram capazes de por fim ao “inimigo”. Descreviam a guerrilha como bem preparada:

Adaptado perfeitamente à área, quanto ao aspecto climático, conhecedores profundos do terreno com trilhas perfeitamente

⁷³¹ Ibidem.

⁷³² De acordo com o livro produzido pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, “Direito à memória e a verdade, “Lourival Paulino, “(...) com mais de 50 anos, foi preso pelos militares, acusado de colaborar com a guerrilha. Levado para a delegacia de Xambioá foi torturado e morto no terceiro dia de cárcere. Outro camponês, Juarez Rodrigues Coelho, não chegou a ser levado para a delegacia, mas também teria cometido suicídio, em 14 de agosto”. Lourival Paulino foi anistiado em 1995. Cf., COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *O Direito à Memória e à Verdade*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, São Paulo, 2009.

⁷³³ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar Planalto. 11.^a Região Militar, 3.^o Brigada da Infantaria. *Ordem de Operação nº 6*, Brasília, s/d.

⁷³⁴ Nesta Operação os militares deveriam atuar prioritariamente na Serra das Andorinhas, nas localidades: Castanhal do Alexandre, vasculhar as Grotas da serra, além de atuar em Pedro Almoço, Xambioá, Artur Carvalho, Mutum, Centrinho, Abóbora, Esperancinha, Pau Ferrado, Castanhal do Noleto, Sobra de Terra, Duas Passagens, Franco, Gameleira, Santa Cruz, São Geraldo, Couro D’antas, Cocalina, Castanhal da Viúva, Sítio da Viúva, Cachimbeiro, Albertino, Paciência, Boa Vista, Araguatins, Palestina, Consolação, Alvo, São José, Bom Jesus Metade Cigana. Cf. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar Planalto. 11.^a Região Militar, 3.^o Brigada da Infantaria. *Ordem de Operação nº 6*, Brasília, s/d.; ver mapas militares no anexo V.

⁷³⁵ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO Gabinete do Ministro – CIE e 11.^a Região Militar. *Informação Especial Nº 01/S/102-CIE (Secreto)*. Rio de Janeiro, 26-5-1972, 6 p.

demarcadas na mata. Equipamento e calçados de fabricação própria, em perfeita consonância com a região. Um sistema logístico de apoio estabelecido no mais rígido cumprimento dos princípios da guerrilha. Dotado esses pontos de suprimento de víveres, remédios e localizados a uma jornada de distância. Tais pontos localizados em terreno com predominância de vista e de campo de tiro, com caminho perfeitamente delineados, com uma dificuldade de acesso aos elementos estranhos ao grupo e ativados com cães que acompanham o grupo⁷³⁶

Os pontos positivos que viam na organização da guerrilha, eram apontados como negativos para as forças de repressão, que não teria equipamentos adaptados à operação, mochilas e roupas volumosas, calçados inadequados. Perceberam que desconheciam o terreno e careciam de agentes especializados⁷³⁷.

É possível inferir que a insistência na carência de “pessoal especializado”, que seriam os agentes da área de informações, era uma estratégia dos oficiais vinculados às “Segundas Seções” de impor ao combate à guerrilha do Araguaia a predominância deste grupo de militares.

6.3 – A reclassificação da guerrilha segundo os militares e o potencial subversivo da região e de seus habitantes

Em setembro de 1972, teve início na área na “Operação Papagaio”⁷³⁸, também chamada de “Manobra 72”. A operação foi a primeira de cunho explicitamente “psicológico”, de acordo com os preceitos da “guerra psicológica” da Doutrina de Segurança Nacional e visava:

- 1 –Realizar, por intermédio da manobra, uma operação psicológica visando a:
 - alijar da área elementos subversivos que lá vem atuando;

⁷³⁶ MENEZES, Capitão Hamilton Ribeiro Saldanha. *Relatório da Missão Xambioá*. s/l, 11 de abril de 1972.

⁷³⁷ Ibidem.

⁷³⁸ Possivelmente a “Manobra” recebeu esse nome por situar-se na região fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e norte de Goiás (atualmente a região pertence ao estado do Tocantins) conhecida como “Bico do Papagaio”, já que as fronteiras dos estados, composta pelos rios se assemelham à forma da cabeça da ave vista de perfil.

- capacitar a população de que poderá contar com o auxílio do Exército, conquistando-lhe, também, a simpatia pelas ACISOs empreendidas;

2 – Testar:

- a doutrina da Guerra Revolucionária;
- o grau de instrução da tropa (...)

3 – Exercitar:

- os comandos subordinados no planejamento e execução de operações especiais;
- a tropa na realização de: - reconhecimentos; - marchas motorizadas; estacionamentos; - operações contraguerrilha e vivência na selva; - operação de informações e busca de informes de interesse para a Segurança Interna; - o sistema de operações ar-terra; o apoio administrativo a grandes distâncias da base no interior da selva;

4 – realizar Ações Cívico-Sociais⁷³⁹.

Além de ser uma operação de “guerra psicológica”, a operação teve outros fins. Serviu também para treinar as Forças Armadas para a guerrilha rural e apresentaria condições superiores a outras atividades de treinamento já realizadas pelos militares, pois foi montada sobre uma situação “realmente existente”⁷⁴⁰ e, por isso, segundo o General Olavo Vianna Moog, “consistiu uma operação de fato”⁷⁴¹. Para os militares, era importante realizar um treinamento a partir de uma “situação real”, já que em algumas das manobras anteriores, não se contava nem com o guerrilheiro, nem com a população:

É evidente que por mais que se tentasse chegar o mais próximo possível da realidade, sempre eram observadas lacunas. Embora o papel de guerrilheiros fosse desempenhado por militares bastante treinados, não existia uma população cujas tendências político ideológicas pudessem ser avaliadas e ser “ganhas” para as posições contrarrebeldes. Dessa forma, a descoberta do trabalho de campo do Partido Comunista do Brasil, em 1972, ofereceu uma oportunidade única de realização de uma manobra dentro de um quadro real. Havia, então, o guerrilheiro, e uma população a ser considerada⁷⁴².

Alguns pontos da análise que o Exército fez nesta Operação, particularmente nos relatos de Vianna Moog, revelam que a guerrilha foi “reclassificada” sob o prisma da Doutrina de Segurança Nacional, passando a

⁷³⁹

⁷⁴⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar Planalto. 11.ª Região Militar, Quartel General, EMG, 5.ª Seção. *Manobra Araguaia/Operação Papagaio (Secreto)*. Brasília, novembro de 1972, 08 p.

⁷⁴¹ Ibidem.

⁷⁴² STUART, Hugo. *A Lei da Selva, op. cit.*, p.129-130.

ser considerada uma atividade de maior envergadura. Ao descrever a área, por exemplo, falavam da extensão da área, e de suas características de selva, do seu afastamento dos grandes centros urbanos e das dificuldades de acesso, da “população rarefeita, de baixo índice cultural e precária situação econômica”⁷⁴³.

Estas características tornariam a região mais favorável à atividades de guerrilha rural do que regiões como Caparaó e Registro, que também haviam sido escolhidas por organizações “subversivas” para o mesmo fim⁷⁴⁴.

Nas primeiras operações do exército, a região era descrita de maneira idílica e a população como cordial e ingênua. Afirmavam que os camponeses colaboravam com o exército, “muitas vezes voluntariamente”⁷⁴⁵, e ressaltavam as características que viam como positivas nos moradores do Araguaia.

Não havia intenção em conhecer a fundo as atividades e a vida do camponês, todos eram “homens do campo”. Entretanto, a partir dos indícios que a guerrilha era maior do que supunham, passaram a ter maiores preocupações com o camponês da região. Foi quando o Exército passou a apresentar os camponeses de forma mais “racionalizada”, classificando-os a partir do critério de sua posição social:

- 1) o posseiro – de origem humilde, vindo dos estados vizinho. É pacífico, quer se estabelecer e trabalhar; ocupa áreas devolutas e anseia por receber o título de posse da terra;
- 2) o invasor – elemento com as mesmas características do anterior porém quer se estabelecer em terras já ocupadas; é um elemento perturbador;
- 3) o grileiro – elemento normalmente a serviço ou mais raramente de “motu” próprio, expulsa os posseiros de suas terras e as vezes os mata;
- 4) o empresário agrícola – madeireiro, castanheiro ou fazendeiro – pelos benefícios que traz, é um fator de progresso para a área. Muitas vezes, porém, utiliza processos de grilagem para aumentar suas propriedades”⁷⁴⁶.

Percebe-se na descrição feita que são poucas as nuances que diferenciavam o posseiro do invasor. Esta classificação servia ao Exército para

⁷⁴³ Ibidem.

⁷⁴⁴ Ibidem.

⁷⁴⁵ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar da Amazônia – 8ª. RM –Quartel General – 2ª. Seção “Operação Peixe IV: info” in: *Operação Peixe* (I, II, III, IV e V) (Secreto), Brasília, de 27 de março de 1972 a maio de 1972, 45 p. A maneira como colaborava nas vezes “não voluntárias” parece evidente.

⁷⁴⁶ Ibidem.

classificar os camponeses entre “pacíficos” e “perturbadores”. Como se sabe, muitos camponeses foram expulsos de suas terras, como vimos no capítulo 2, e jamais puderam retornar a elas. É possível inferir que estes passaram a ser vistos como elementos perturbadores, pela sua proximidade com a guerrilha ou pelo potencial de suporte que suas terras ofereceriam a ela.

Sabe-se também que as terras no Araguaia eram, à época da chegada dos posseiros, quase todas devolutas⁷⁴⁷. O critério para designar quem era posseiro e quem era invasor se dava pela atividade política do camponês. Muitos dos que colaboraram com o Exército, receberam a titulação de suas posses⁷⁴⁸ o exército promovia uma reforma agrária na área, beneficiando aqueles que colaboravam em detrimento dos demais.

Eram os camponeses que não colaboravam com o exército que passaram a apresentar, na visão desta instituição, um potencial subversivo. Deixavam de ser ingênuos e cordiais para serem uma ameaça a segurança nacional. Ao falar do “empresário agrícola”, entretanto, mencionava-se que ele trazia benefícios e progresso à região, ainda que utilizasse a grilagem como meio de expandir suas propriedades. Estes, que agia na ilegalidade, não era visto da mesma forma que o camponês “invasor”, considerado um elemento “perturbador”.

A subversão dos camponeses, na visão dos militares, andava *pari passu* com o “potencial subversivo” da região. Como se viu, as descrições idílicas da floresta deram lugar à descrição de um potencial subversivo na área, pelas suas características de isolamento e dificuldade de acesso.

O Estado brasileiro também tinha responsabilidade nas condições de miserabilidade que eram verificadas. É recorrente o argumento, entre os militares, da ausência de políticas públicas em todas as esferas do poder (municipal, estadual e federal), e são feitas várias sugestões para desenvolver a área.

Entretanto, o projeto de “Brasil Potência”, necessário ao desenvolvimento do país, não incorporou a região do Araguaia (o mesmo se

⁷⁴⁷ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky & OINTO, Jax Nildo Aragão. “A questão fundiária na Amazônia”, *Dossiê Amazônia Brasileira II*. São Paulo, Estudos Avançados/USP, vol. 19, nº 54, 2005.

⁷⁴⁸ MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

pode dizer de diversas outras regiões do país) naqueles que seriam os benefícios sociais prometidos pelos ditadores do pós 64, dada a lógica da exclusão que o projeto comportava. O mesmo não pode ser dito no que se refere aos aspectos da segurança. Já afirmamos que a região já vinha sendo observada pelas Forças Armadas e que o próprio Golbery do Couto e Silva, maior teórico da ESG, dedicava muita importância às áreas como a do Araguaia, considerada uma “zona de tamponamento”.

Na ideologia que sustentava as ações dos militares durante o bonapartismo, a relação entre desenvolvimento e segurança era inversamente proporcional. Quanto menor o *desenvolvimento*, maior a necessidade de *segurança*, ou seja, quanto mais miserável fosse a população, maior a necessidade de reprimi-la.

Pode-se inferir que as descrições de miséria na área serviam também para alertar os comandantes sediados em Brasília, da urgência na repressão não apenas à guerrilha, mas também à aquela população potencialmente subversiva, já que ela não era e não foi, atendida nos aspectos do desenvolvimento.

A isto se somavam críticas aos aspectos políticos, que explicariam o estado de abandono da região, “a ação do governo municipal não se faz sentir (...) tampouco o governo do estado se faz presente”⁷⁴⁹, na região “inexiste uma infraestrutura capaz de tornar a vida da população mais confortável e não é sentida a ação do governo para minorar este estado das coisas”⁷⁵⁰. Os governantes locais eram sempre descritos como incapazes e corruptos, e as Forças Armadas apontavam para a necessidade de intervenção, a cidade de Marabá, por exemplo, já havia sido transformada em área de Segurança Nacional em 1970⁷⁵¹.

⁷⁴⁹ Ministério do Exército, Comando Militar Planalto. 11.ª Região Militar, Quartel General, EMG, 5.ª Seção. *Manobra Araguaia/Operação Papagaio (Secreto)*. Brasília, novembro de 1972, 08 p.

⁷⁵⁰ Ibidem.

⁷⁵¹ Em uma reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN) o secretário-geral do conselho, João Figueiredo, solicitou que a cidade de Marabá fosse incluída na lista de prioridades da ditadura civil-militar, já que a cidade seria caracterizada por “graves tumultos eleitorais”, possuiria “atividades de maior interesse da segurança nacional”, e apresentaria “condições sociais de fácil exploração pelos elementos subversivos, tendo em vista a perturbação da ordem” e teria “condições estratégicas e táticas de interesse”. Os argumentos de Figueiredo convenceram Médici que decretou a cidade área de segurança. Na mesma época, também a pedido de Figueiredo, foi cassado o deputado estadual do Pará, Osvaldo dos Reis Mutran que, mesmo sendo da ARENA. Foi acusado de atividades “criminosas”, tais como “tentativa de

Já o governo federal havia tomado medidas que, segundo os militares no Araguaia, começavam a ser sentidas. Era a construção da Transamazônica e o asfaltamento da Belém-Brasília, além de projetos do INCRA com o objetivo de distribuir terras e colonizá-las, e abertura de estradas pioneiras, tais como as “estadas operacionais”, as OPs, abertas para combater a guerrilha⁷⁵².

Estas ações serviam pouco a população pobre da região e atendiam aos interesses dos grandes latifundiários que lá se instalavam e empresas como as madeireiras, além de facilitar a logística de combate à guerrilha do Araguaia.

Frente a uma situação de “guerra revolucionária comunista”, com uma população que poderia colaborar com os guerrilheiros e uma região que facilitaria a movimentação dos “subversivos”, os militares passam a preparar-se para uma grande operação de guerra.

A “guerra” se desenvolveria porque, para os militares as Forças Guerrilheiras do Araguaia (FOGUERA)⁷⁵³ tinha como objetivos: formação e treinamento de guerrilheiros rurais, estudo da viabilidade de uma guerrilha rural no Brasil, estabelecimento de um foco e, posteriormente de uma coluna guerrilheira, obtenção de apoio externo e repercussão internacional para o movimento, adesão de outras organizações guerrilheiras, exploração dos antagonismos existentes na área e criação de uma rede de apoio para a guerrilha⁷⁵⁴.

Identificava-se também a guerrilha em três fases: a primeira fase seria de estabelecimento de contatos com a população local sem que ela estivesse a par da “doutrinação marxista ou subversiva” que sofreria; a segunda fase seria a da formação de um Exército Popular, com a arregimentação dos habitantes locais pela exploração do problema da posse da terra e, por fim, na terceira

morte, roubo, acoitamento de bandidos e expedições de jagunços armados” para grilar as terras da região. O futuro presidente pedia também o fechamento da Câmara Municipal de Marabá, que seria controlada por Mutran. MORAES, M. e NOSSA, Leonêncio. “Ata secreta revela início da reação militar no Araguaia”. *O Estado de São Paulo*, 26 de março de 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,ata-secreta-revela-inicio-da-reacao-militar-no-araguaia,344961,0.htm>, acessado em 21 de agosto de 2010.

⁷⁵² MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar Planalto. 11.ª Região Militar, Quartel General, EMG, 5.ª Seção. *Manobra Araguaia/Operação Papagaio (Secreto)*. Brasília, novembro de 1972, 08 p.

⁷⁵³ *Ibidem*.

⁷⁵⁴ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Gabinete do Ministro. CIE/DF. *Exposição para o Chefe do CIE*. Brasília, outubro de 1972[?], 5 p.

fase, se daria a tomada violenta das propriedades rurais e o desencadeamento da guerrilha rural.

Caso os guerrilheiros atingissem os objetivos que os militares pensavam ser os objetivos da guerrilha, as consequências seriam: controle da Transamazônica e da Belém/Brasília; ocupação de pequenas localidades, por pouco tempo, para criar a ideia de “área liberada”; promover o desgaste e o descrédito do governo e provocar o descrédito político do país no exterior, com repercussões negativas no campo econômico.

O Exército acreditava num potencial de crescimento da guerrilha, temendo o recrutamento de novos membros entre a população local e no Norte de Goiás e oeste do Maranhão e o apoio externo, que de fato não ocorreu. A imprensa de países europeus divulgava os acontecimentos da guerrilha e isso levava a crer sobre ligações com o exterior.

6.4 – Os conflitos entre as tropas regulares e os agentes de informações

Na primeira campanha começou a ficar visível um conflito de comando entre as tropas regulares e as de informações. Segundo Studart, “ilustrativa desse conflito (...) foi a reunião entre três oficiais do Exército, chefes de operação – coronel Pitta, tenente-coronel Borges e capitão Rangel – com o comandante da marinha Lima Barros. Pitta e Lima Barros não concordavam com os métodos de ação”⁷⁵⁵. De acordo com o depoimento do Dr. George

Quando surgiram os indícios da guerrilha, o território estava na área sob a responsabilidade da 8ª Região Militar. O coronel Pitta foi designado por seu comandante, o general Darcy, para cumprir aquela missão. É preciso lembrar que o coronel Pitta, assim como a grande maioria dos oficiais do Exército, foi treinada para combater na guerra regular. Aquela ação era novidade para ele, assim como para a maioria dos oficiais superiores que serviam na região. É preciso lembrar também que naquela época não havia subversão armada na região Norte e o Exército, a marinha e a Aeronáutica tinham pouca ou nenhuma experiência na matéria. (...) o conflito se deu

⁷⁵⁵ STUDART, Hugo. *A Lei da Selva, op. cit.*, p. 112.

naqueles dias porque o pessoal da repressão não pôde comandar as coisas como queria⁷⁵⁶.

Uma dinâmica de avanço e recuo foi a tônica da atuação militar na primeira campanha. Ao chegar à área, o exército não tinha a dimensão real do “inimigo” que estava enfrentando. Cada vez que percebia que a guerrilha era maior do que supunham, recuavam e organizavam uma nova operação de informações de maior envergadura para, novamente, tentar reprimir o movimento.

Na primeira campanha, os militares agiram mesclando elementos da “guerra convencional”, como o emprego de tropas regulares e “táticas antiguerrilha”, com o emprego dos agentes da comunidade de informações que procuraram se impor ao comando da repressão à guerrilha, desde as primeiras ações. Alguns episódios explicitam as dificuldades que os militares enfrentaram e o conflito que se estabeleceu.

Um deles, foi o encontro de uma equipe composta por três agentes de Informações, dois cabos e um delegado da Polícia Federal com um grupo de 17 guerrilheiros, na “Marcenaria Marcelinense”, no Pará. O grupo pediu reforços, pois eram numericamente inferiores e receberam a notícia que nenhum helicóptero poderia se deslocar para a área, pois encontravam-se em outras missões: um estava a serviço do pessoal disfarçado de agentes da SUCAM e o outro, transportava coca-cola para um churrasco de confraternização da tropa. Os agentes teriam ficado furiosos com a oportunidade perdida⁷⁵⁷.

Em outra ocasião, um grupo da 8ª Região Militar partiu de Marabá, após terem recebido ordens de Brasília de disfarçarem-se de civis e apresentar alguma história de cobertura. No meio do caminho, encontraram um grupo de soldados, todos fardados, a maioria recrutas. Estes teriam intimidado camponeses, queimaram roças e casas e saíram perguntando sobre os terroristas aos moradores⁷⁵⁸. Estava quebrado o sigilo operacional que desejavam os membros da “Comunidade de Informações”.

⁷⁵⁶ Ibidem.

⁷⁵⁷ Ibidem, p. 107-108.

⁷⁵⁸ Ibidem, p. 108.

Esses conflitos, como o “caso da coca-cola” é explicado por Silva e Moraes a partir de outro argumento: tratava-se de uma sobreposição de comandos, porque a área de atuação era limítrofe entre três deles: O da Amazônia, com sede em Manaus, o IV Exército no Recife e o do Planalto, com sede em Brasília⁷⁵⁹.

Ao que parece, tanto a sobreposição de comandos do ponto de vista territorial quanto a presença de tropas regulares e de informações ocasionou dificuldades nas ações repressivas. Entretanto, a análise das fontes sugere que a disputa entre as tropas regulares teve mais peso nestas dificuldades.

A disputa entre os militares também se fazia pelos “informes” remetidos aos centros de comando, o que coloca sob suspeita a ênfase no despreparo e nas trapalhadas que são relatadas pelos agentes de informação nos relatórios.

Episódios como os encontros das tropas fardadas com os agentes de informação, o caso da “coca-cola” e outros como o medo que os soldados sentiam dos guerrilheiros Dina e Osvaldão, ou o medo de assombração e fantasmas, são elementos que tem servido para ridicularizar a atuação do exército no Araguaia, contados até com uma certa dose de humor⁷⁶⁰.

Entretanto, as informações sobre as trapalhadas do exército sempre se referem às tropas regulares. Na documentação produzida pelos agentes de informação, estão presentes estes episódios, o que sugere que a intenção era ridicularizar as tropas fardadas, para que os agentes assumissem o controle da repressão à guerrilha, o que de fato conseguiram, após o final da segunda campanha.

6.5 – A linha-dura no comando da repressão à guerrilha

O general linha-dura Antônio Bandeira, segundo Hugo Studart, é um dos personagens mais lembrados entre os militares que estiveram no Araguaia, apesar de não ter permanecido todo o tempo na área. Não participou, por

⁷⁵⁹ MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial, 2005, p. 130.

⁷⁶⁰ Cf: PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo, Terceiro Nome, 2002.

exemplo, da terceira campanha militar, a que exterminou a guerrilha. Entretanto, para o autor, Bandeira representou a transição de entre “dois tempos, duas táticas e dois grupos militares – as tropas regulares e a Comunidade de Informações”⁷⁶¹ Ele era um homem de tropa, comandava tropas fardadas quando os combates começaram, mas era também um dos membros da linha dura, e pregava como prioridade das Forças Armadas a manutenção da segurança interna e o combate sistemático à subversão, Bandeira também era parte da Comunidade de Informações⁷⁶².

O general teria, após o fracasso da primeira campanha, assumido a repressão à guerrilha. Ficou no controle da área de Xambioá, com dois pelotares, em trajes civis, cujo objetivo era caçar guerrilheiros. Também mandou instalar uma barraca que serviria para os interrogatórios das equipes de inteligência, que receberia o apelido de KGB pela tropa⁷⁶³.

Oficialmente, as operações estavam sob o comando do general Vianna Moog, mas Bandeira era o comandante de operações de fato. Se retirou da área após o término da Operação Presença, quando teria início a terceira campanha. A esta altura o chefe do CIE era o general Milton Tavares. Sob seu comando foi preparada a terceira campanha, mas o comando logo seria entregue ao general Confúcio de Paula Torres Avelino⁷⁶⁴.

Por decisão do general Vianna Moog, alguns efetivos permaneceram na área. A Polícia Militar de Goiás passou a controlar a área de Xambioá e a PM do Pará, a área de São Geraldo. Do exército, ficaria o 36º Batalhão da Infantaria de Uberlândia, sob o comando do General Bandeira, realizando a “Operação Presença”, que visava realizar operações de cunho social, uma ACISO⁷⁶⁵.

Ao comentar essas operações, os militares que redigiram o Dossiê Araguaia argumentavam que:

Esse trabalho foi altamente positivo, uma vez que angariou a simpatia e a confiança da população. Todavia, não foi conseguido o grau de lealdade desejado, em consequência da visão oportunista daquela gente, pois enquanto estava sendo

⁷⁶¹ STUART, Hugo. *A Lei da Selva, op. cit.*, 149.

⁷⁶² *Ibidem*, p. 149-150.

⁷⁶³ *Ibidem*, p. 151.

⁷⁶⁴ *Ibidem*, p. 152.

⁷⁶⁵ *Ibidem*, p. 143.

beneficiada, mostrava-se grata às Forças Armadas. Mas cessado o apoio, bandeava-se para o lado de quem promettesse mais⁷⁶⁶

È clara a desconfiança e o preconceito com que os militares passaram a ver a população a partir de então. Poucos meses antes, eram descritos como cordiais, agora a tônica é a falta de lealdade, pois se trata de uma população que se “bandeava” para o lado de quem oferecesse mais. Os militares esqueceram de comentar que a truculência das forças de repressão contra a população existiu durante todo o período da presença das tropas e agentes para exterminar a guerrilha e que, naquele momento, camponeses já tinham sido torturados e mortos por eles.

6.5.1 – A “trégua” das Forças Armadas e a atividade de informação

Os guerrilheiros avaliaram o período que se estendeu entre 8 de outubro de 1972 e 07 de outubro de 1973 como um período de trégua. Imaginavam que haviam vencido as Forças Armadas nas duas primeiras campanhas e sabiam que retornariam, mas não tinham ideia de quando. O que os guerrilheiros não sabiam é que os militares desencadearam uma grande operação de espionagem e inteligência no período de “trégua”: a Operação Sucuri.

Enquanto o comandante da guerrilha e a Comissão Militar analisavam erroneamente que a área fora deixada em completo abandono pelo contrarrebelle, o Centro de Inteligência do Exército – CIE, planejava e colocava em execução uma operação de inteligência que serviu de base a todo o trabalho realizado na terceira fase de combate à guerrilha⁷⁶⁷

Este período demarca a mudança de orientação militar da guerrilha e a vitória da Comunidade de Informações sobre as tropas regulares. Esse grupo assumiria o controle absoluto da repressão à guerrilha.

⁷⁶⁶ STUDART, Hugo. *A Lei da Selva, op. cit.*, p. 143.

⁷⁶⁷ *Ibidem*, p. 163.

A operação espalhou diversos militares e civis, que atuaram em vilarejos e cidades, além da zona rural, com nome e profissões de cobertura, como já havia acontecido outras vezes. Novamente apareceram como funcionários do INCRA, mas na operação Sucuri também apareceram como funcionários da Campanha de Erradicação da Malária e do DNER. Tanto o INCRA quanto o DNER, além de fornecer a cobertura para os agentes, ofereceu também as instalações e o suporte logístico.

Eram, ao todo, 32 militares. A área de atuação das equipes foi dividida em duas: uma em Xambioá e a outra à margem da Transamazônica⁷⁶⁸, cada uma tinha um subcomandante. O comando geral coube ao tenente-coronel Carlos Sérgio Torres, do CIE. Não eram permitidas ações ofensivas contra os guerrilheiros, já que qualquer ataque colocaria em risco o sigilo da operação; a única exceção era Osvaldão.

Alguns militares foram instalados em pequenos comércios e o exército comprou glebas de terra para instalar outros como posseiros. Se instalavam em duplas: “Em Couro D’antas, ficariam Juscelino e Basil. Em Gameleira, Waldir e Pinto. A dupla Silvério e Gersi se deslocaria para Pau Preto e Mutum. Oliveira e Rodrigues atuariam na Abóbora⁷⁶⁹”.

Dentre os militares, apenas os comandantes tinham identificação e falsas. Os demais andavam sem documentos. Vestiam-se como os moradores da região e procuravam misturar-se entre eles⁷⁷⁰.

O princípio da operação, o levantamento de informações, respeitava uma estrutura rígida de funcionamento. O agente deveria repassar a informação obtida aos subcoordenadores, que as processavam e passavam ao coordenador adjunto e ao coordenador geral. As ordens dadas pelo comandante geral, também seguiam este caminho, de forma inversa.

A coleta de informações nas bodegas ocorreriam às segundas ou terças-feiras, dependendo da situação. Na Transamazônica, o contato deveria ser feito pelo adjunto ou coordenador. Sob o disfarce de engenheiro do INCRA,

⁷⁶⁸ Organograma da operação no Anexo VI.

⁷⁶⁹ MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial, 2005, p. 105.

105.

⁷⁷⁰ STUART, Hugo. *A Lei da Selva, op. cit.*

percorreria os povoados receberia os dados obtidos e orientaria futuros contatos⁷⁷¹

Após o levantamento das informações, os militares confeccionaram uma lista de moradores que eles indicaram como sendo componentes da rede de apoio da Guerrilha⁷⁷². Com as informações coletadas durante a Operação Sucuri, os militares montaram a estrutura repressiva para o extermínio da guerrilha do Araguaia, que seria denominada Operação Marajoara.

6.5.2 – A terceira campanha militar e o ataque aos camponeses

De acordo com Studart, o comando da operação foi entregue pelo ministro do Exército, Orlando Geisel, ao General Milton Tavares e, posteriormente, ao general Confúcio de Paula Avelino. A Operação Sucuri foi conduzida exclusivamente pelo Exército e a Operação Marajoara, contou com a colaboração da Aeronáutica e do CISA. A Marinha teria ficado de fora pois sua participação na segunda campanha teria sido considerada desastrosa pelo Alto Comando⁷⁷³ já que na ocasião em que os agentes mataram a guerrilheira Helenira,

um capitão fuzileiro teria passado mal e entrado em pânico e pediu para sair da mata (...) o capitão teria anunciado por rádio que toda a equipe estava “sem condições psicológica” de prosseguir na campanha. A partir daquele momento, todas as tropas da Marinha teriam ficado desmoralizadas diante do Exército e da Aeronáutica⁷⁷⁴.

Como já argumentamos a disputa que se colocava entre os militares que reprimiam a guerrilha do Araguaia era a que se dava entre as tropas regulares e a Comunidade de Informações, estes, vinculados à linha-dura. Foi este último grupo que se impôs a partir a partir da segunda campanha e que coordenou a

⁷⁷¹ MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial, 2005, p. 107.

⁷⁷² MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Centro de Informações do Exército/DF. *Operação Sucuri (Secreto)*. Brasília, abril de 1973, 83 p.

⁷⁷³ STUDART, Hugo. *A Lei da Selva, op. cit.*, p. 225.

⁷⁷⁴ *Ibidem*.

terceira. A ridicularização de um capitão da tropa regular poderia ser parte da estratégia de conquista do controle da repressão à guerrilha.

Dentre os militares da Aeronáutica, foi enviada a Brigada de Paraquedistas comandada pelo general Hugo Abreu. Mesmo sendo um comandante de tropas regulares, as tropas comandadas por Hugo Abreu seriam as melhores preparadas dentre as tropas especiais⁷⁷⁵; já tinha experiência no Araguaia, pois já haviam estado lá em duas ocasiões anteriores de combate à guerrilha.

A operação teve início em 7 de outubro de 1973 e teria duas fases: na primeira, os militares neutralizariam a rede de apoio dos guerrilheiros, ou seja, atacariam e prenderiam camponeses e na segunda, iriam vasculhar a área em busca de depósitos e dos próprios guerrilheiros⁷⁷⁶.

O dia do início da operação foi batizado de “Dia D”; a letra seria utilizada como referência para os preparativos anteriores a esta data e para as ações posteriores a ela.

As tropas chegaram de madrugada, de forma a chamar o mínimo de atenção da população; imediatamente, foram transportados para seus postos de combate em aproximadamente 30 caminhões cedidos pelos governos de Goiás e do Pará⁷⁷⁷.

Com menos de 300 militares em trajes civis, diferente das operações anteriores, esta não tinha prazo para terminar. Seu fim seria com extermínio dos guerrilheiros. Ao início da operação, havia 56 militantes do PC do B na área: 22 combatentes no destacamento A, 12 no B e 14 no C, além de 8 membros na Comissão Militar. Ao todo, foram empregados aproximadamente 750 homens, que se revezavam em grupos de 250 homens⁷⁷⁸.

Para o extermínio, foram montadas pequenas equipes de cinco homens, denominadas “Grupos de Combate” (GCs), todos à paisana, os mateiros, recrutados entre os moradores, iam à frente com os agentes do CIE; três outros agentes ficavam nos vilarejos escondidos e comunicados por um rádio, observando a movimentação e informando os demais agentes de seu grupo.

⁷⁷⁵ Ibidem.

⁷⁷⁶ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Centro de Informações do Exército/DF. *Operação Sucuri* (Secreto). Brasília, abril de 1973, 83 p.

⁷⁷⁷ STUART, Hugo. *A Lei da Selva*, op. cit., p., 216.

⁷⁷⁸ Ibidem, p. 226.

Em ações rápidas, nos três primeiros dias os militares praticamente concluíram a primeira fase da operação, qual seja, a de “neutralizar a rede de apoio”⁷⁷⁹. É dessa operação a maior quantidade de queima de roças e casas e a prisão de quase todos os homens da área⁷⁸⁰.

No dia 7 de outubro de 1973 foi efetivamente iniciada a 3ª Fase de combate à guerrilha, que teve características totalmente diferentes das duas anteriores. A tropa penetrou na selva descaracterizada, passando a usar trajes civis; cada combatente adotou um codinome, tornando difícil e quase impossível uma identificação posterior através do nome, posto ou graduação. Com exceção do armamento que era padronizado – e cada grupo possuía um grande poder de fogo – os equipamentos tais como mochilas, etc., foram utilizados a critério de cada um, considerando que deveriam ser o mais confortável possível, de forma a enfrentar longas caminhadas através da selva⁷⁸¹.

O Exército promoveu um “arrastão” e prendeu aproximadamente 300 pessoas. Alguns foram colocados em valas de três metros nas bases de Bacaba e Xambioá, que foram fechadas com grades de ferro. O coronel Aloízio Madruga de Moura e Souza, afirma que os objetivos desta prisão em massa era negar à guerrilha a rede de apoio (informações e alimentos) além de “tentar, até mesmo, proteger estas pessoas, já que muitas, sob suspeita de estarem apoiando as forças legais estavam sendo ameaçadas”⁷⁸². Já os militares autores do Dossiê afirmam que, além de retirar o apoio da guerrilha, a operação visava “deixar claro a essas pessoas quem estava do lado da Lei e da Ordem”.⁷⁸³ Afirma, ainda, que “essas pessoas” precisavam passar por um processo de reeducação:

Na reeducação dessas pessoas, teve que ser empregado algum rigor, uma vez que o caboclo daquela região só conhecia uma lei: a lei do mais forte. Mesmo porque não havia tempo para usar a psicologia o exército queria fazer entender quem, a partir daquele momento, estava mandando. Após,

⁷⁷⁹ Ibidem.

⁷⁸⁰ MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial, 2005, p. 452.

⁷⁸¹ STUART, Hugo. *A Lei da Selva*, op. cit., p. 217.

⁷⁸² SOUZA, Aloízio Madruga de Moura. *Documentário: desfazendo mitos da luta armada*. Brasília, Editora BSB, 2006, pp. 161-162.

⁷⁸³ STUART, Hugo. *A Lei da Selva*, op. cit., p. 217.

todos os detidos foram liberados e passaram a temer mais o exército do que os guerrilheiros⁷⁸⁴.

Os camponeses permaneceram cerca três semanas presos. Muitos foram vítimas de tortura, conforme os relatos dos próprios camponeses no capítulo 2 deste trabalho. Entretanto, os algozes também relatam e confirmam as torturas sofridas pelos camponeses:

O Hermógenes foi o único que ficou muito tempo no buraco; o resto é invenção. Ele foi castigado porque em 1972 denunciou uma equipe que quase morreu emboscada por Amauri. Eu estava nessa equipe, poderia ter morrido. Por isso o Hermógenes levou umas porradas, teve o castigozinho, foi pendurado no pau de arara. Três em cima e um embaixo⁷⁸⁵.

Ao narrar a tortura de Hermógenes, o “Louro”⁷⁸⁶ explica a técnica empregada:

Para você interrogar um cara, ele tem que estar pelado, você tem que desmoralizar o sujeito. Só que você não bate nos culhões porque você pode matar o cara sem querer, dá uma porrada, infecciona e dá uma infecção generalizada. Ele pode até desmaiar. Outra coisa, você dá três minutos em cima e um embaixo, pra voltar a circulação, senão daqui a pouco fica tudo dormente e ele não sente mais nada e vai estar gozando da sua cara daqui a pouco. Eu mesmo fiz questão de dar um pau no Hermógenes⁷⁸⁷.

Outros militares também narram sessões de tortura que conduziram na “casa Azul”, tal como o coronel José Vargas Jimenez, que afirmou que se aplicavam aos presos choques elétricos, “telefones” (tapas simultâneos nos ouvidos com as duas mãos, socos em pontos vitais do corpo, entre outras sevícias⁷⁸⁸. O militar, ao ser questionado se havia presenciado tortura, afirma que:

Sim, sim, eu presenciei algumas, mas não sei por quem foram praticadas. Eu posso falar do Piauí, porque, no desenrolar da missão, quando se prendia um guerrilheiro – no caso, eu posso

⁷⁸⁴ Ibidem, p. 218.

⁷⁸⁵ Ibidem.

⁷⁸⁶ Nome fictício in: STUDART, Hugo. *A Lei da Selva*, op. cit., p. 220.

⁷⁸⁷ Ibidem, narrativa oral de “Louro”, à Hugo Studart.

⁷⁸⁸ JIMÉNEZ, José Vargas. *Bacaba – Memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia*. Campo Grande, Editora do Autor, 2007, p. 56.

falar muito do Piauí, que eu peguei vivo e há documentos de outras pessoas atestando isso, confirmando a minha versão –, ele estava abalado e não queria falar. Então, tínhamos que aplicar algumas técnicas citadas aí para ele poder delatar. Porque, depois que ele voltasse à calma, não falaria nada⁷⁸⁹.

Citamos textualmente estes relatos para que demonstrar que a tortura foi uma prática sistematizada durante a repressão à guerrilha do Araguaia. Dela não escaparam nem militantes do PC do B, nem moradores, que foram encarcerados às centenas, sob condições degradantes, já que as “cadeias” da região eram à céu aberto, sob um sol escaldante. Para a tortura, foram solicitados instrumentos como “gerador de corrente alternada”⁷⁹⁰, que possibilitava aplicar choques elétricos nas vítimas. Outras formas de torturas, como o pau de arara, as surras, a privação da alimentação, do sono, além das torturas psicológicas, são comuns nos relatos dos camponeses além, do “buraco do Vietnã”, descrito no capítulo 2.

No Araguaia não havia a preocupação entre as forças de repressão de não deixar marcas nos corpos de suas vítimas antes de liberá-las novamente ao convívio social. Senhores absolutos da situação, na região a certeza da impunidade grassava entre os militares.

Como afirmou o militar no depoimento citado anteriormente, aquela população precisava ser tratada com um “certo rigor” para que aprendesse de que lado estaria a lei e a ordem. A “pedagogia da tortura” era o que se aplicava para as lições de civismo que pretendiam ensinar.

Militares que aturam no Araguaia não temem, até hoje, serem punidos pelas atrocidades que cometeram, pois estão resguardados pela Lei da Anistia. Casos como o do “Major Curió”, que admitiu ter assassinado guerrilheiros, que admite torturas e que é odiado pela população da região, revelam que estes ainda se sentem protegidos pela instituição militar e pelo Estado⁷⁹¹.

⁷⁸⁹ Depoimento de José Vargas Jimenez para a Comissão Especial de Aplicação de Leis de Anistia da Câmara dos Deputados, disponível em: <http://www2.camara.gov.br> acessado em março de 2009.

⁷⁹⁰ O gerador de corrente alternada é um dispositivo que converte a energia mecânica em energia elétrica. Disponível em: <http://www.fisica.ufs.br/egsantana/elecmagnet/induccion/generador/generador.htm>, acessado em 20 de junho de 2012.

⁷⁹¹ Esta situação, criada pela lei da Anistia, pode mudar nos próximos anos. O Brasil foi condenado pela OEA pelos desaparecimentos ocorridos durante a guerrilha do Araguaia, recentemente instalou-se a “Comissão da Verdade” e há um movimento entre Juízes, advogados e sociedade civil pela modificação da lei da anistia.

6.5.3 – O extermínio dos guerrilheiros

Na terceira campanha, os primeiros guerrilheiros mortos foram Zé Carlos, Zebão, Alfredo e Nunes, que morreu na casa Azul. O grupo havia se dirigido a um ponto, em que encontrariam os membros do destacamento A. Gastaram 12 dias para ir e voltar e, no retorno, deveriam se dirigir a um ponto de apoio para buscar farinha. Nas proximidades, havia 3 porcos abandonados, que os guerrilheiros mataram⁷⁹². A equipe comandada pelo coronel Lício Maciel ouviu o tiro às 6:00 da manhã e caminhou na mata em direção aos tiros. Os guerrilheiros permaneceram por horas no local, tratando a carne dos porcos quando foram surpreendidos pela equipe do coronel Lício. Zé Carlos teria disparado na perna de um soldado e a tropa abriu fogo⁷⁹³. Morreram Zé Carlos, Zebão e Alfredo; Nunes foi preso. João Araguaia foi o único a escapar dos tiros e levou a notícia à Joaquim⁷⁹⁴.

Uma das mortes sobre a qual os militares disputam a autoria é a guerrilheira Sônia. Ela estaria com um grupo de guerrilheiros, sendo perseguida por uma equipe da qual faziam parte o Coronel Lício, “Cid” e Curió. Ela se afastou do grupo por alguns momentos e se encontrou com os agentes. O coronel Lício teria dito para ela levar as mãos à cabeça, mas ela teria levantado apenas uma mão, enquanto com a outra sacava sua arma. O coronel teria então atirado em sua perna. Caída, a guerrilheira teria atirado nele, ferindo sua mão e seu rosto e em Curió, ferindo seu braço. Neste ponto são três versões para a morte de Sônia: Segundo Curió, ele teria atirado nela⁷⁹⁵; segundo Lício, praticamente o grupo todo a teria metralhado⁷⁹⁶, e segundo Cid,

⁷⁹² GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Graboís (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Di%C3%A1rio_de_Maur%C3%ADcio_Graboís.pdf acessado em 15 de maio de 2012.

⁷⁹³ MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. Rio de Janeiro, Corifeu, 2008, p. 54.

⁷⁹⁴ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Graboís (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*, *op. cit.*, p. 135. José Carlos, assassinado nessa ocasião, era André Graboís, filho de Maurício Graboís.

⁷⁹⁵ NOSSA, Leonêncio. *Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p. 172.

⁷⁹⁶ MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*, *op. cit.*, p. 59.

ele e o agente João Pedro a teriam metralhado⁷⁹⁷. Em todas as versões, a guerrilheira teria dito, após ter perguntado o seu nome “Guerrilheira não tem nome”.

Studart aponta a morte de Ari como a “terceirização da luta”⁷⁹⁸, em que foi oferecido dez mil por cabeça de militante. A partir desse momento há uma aliança mais explícita entre os militares e os jagunços e bate-paus da região:

A ideia nasceu dentro de uma equipe de informações que atuava em Xambioá. Os militares espalhavam que pagariam por cabeça de guerrilheiro. A princípio, cada guerrilheiro vivo valeria 5 mil cruzeiros e cada morto, 10 mil – com um pouco mais dava para comprar um Fusca zero quilômetro⁷⁹⁹.

Um guia do Exército teria se dirigido a um acampamento militar, em Xambioá, perguntando quanto pagavam pela cabeça do “povo da mata”. O mateiro, então, retirou da sacola a cabeça de Arildo Valadão⁸⁰⁰. Outros guerrilheiros teriam a cabeça decepada; um deles foi Chico, amando do Dr. Silva, que, após executá-lo, ordenou ao mateiro que guiava a tropa que o decepasse⁸⁰¹, outro foi Jaime Petit da Silva, o Jaime⁸⁰².

As lembranças das cabeças cortadas são recorrentes na bibliografia que trata da guerrilha do Araguaia e em depoimentos de militares e moradores⁸⁰³, como o da Dona Domingas:

O compadre Arlindo, que matou Osvaldão, eles mataram um grupo e cortaram as cabeças. Seis ou mais cabeças. Passaram na minha casa com um major, com o saco de cabeças. O compadre Arlindo disse: - Repara o que eu tenho aí dentro. Eram as cabeças. Pegaram o helicóptero e foram para Xambioá com as cabeças⁸⁰⁴.

⁷⁹⁷ CID *apud* MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*, *op. cit.*, p. 60.

⁷⁹⁸ STUDART, Hugo. *A Lei da Selva*, *op. cit.*, p. 246.

⁷⁹⁹ *Ibidem*.

⁸⁰⁰ *Ibidem* e MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial, 2005, p. 463.

⁸⁰¹ *Ibidem*, p. 465.

⁸⁰² STUDART, Hugo. *A Lei da Selva*, *op. cit.*, p. 248.

⁸⁰³ O caso de Arildo Valadão, por exemplo, é contado em MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*, *op. cit.*, STUDART, Hugo. *A Lei da Selva*, *op. cit.*

⁸⁰³ MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*, *op. cit.*, além de diversas reportagens na mídia.

⁸⁰⁴ Entrevista de Dona Domingas *apud* PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. “Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, vol. 6, nº 3, p. 479-499, set/dez. 2011, p. 489.

A barbárie das cabeças cortadas teria o objetivo de facilitar a identificação dos guerrilheiros, já que seria difícil carregar corpos na selva e transportá-los até a base, cortavam-se também as mãos dos guerrilheiros. A prática ajudava a disseminar o terror pela região, a uma população que já atemorizada com os abusos que sofria. Outras demonstrações de terror ainda seriam feitas para conhecimento da população.

Um golpe de morte na guerrilha ocorreu no natal de 1973, conhecido entre os militares como “Chafurdo do Natal”. Nesta operação, em que foram empregadas duas patrulhas, teriam sido mortos: Maurício Grabois, Paulo Mendes Rodrigues, José Humberto bronca, Orlando Momento, Gilberto Olimpio Maria, Guilherme Gomes Lund, Marcos José de Lima e Luiz Vieira de Almeida⁸⁰⁵ e sete guerrilheiros teriam fugido.

Para os militares, este foi o “combate” decisivo da guerrilha. Lício Maciel afirma que: “Este combate, do dia 25/12/1974 foi, sem a menor sombra de dúvida, o ponto alto da luta antiguerrilheira no Araguaia”⁸⁰⁶.

O “Chafurdo do Natal” foi uma execução. Não houve reação dos guerrilheiros, que foram pegos desprevenidos. Neste caso, mais uma vez não se sustenta a versão do Exército de que as mortes ocorridas teriam sido em combate. Havia condições para a prisão dos guerrilheiros mas as tropas cumpriram a risca a ordem de que ninguém deveria sair vivo da área e não haveria prisioneiros⁸⁰⁷. A partir do “Chafurdo do Natal” os militares concluíram que a guerrilha estava desarticulada:

As perdas infringidas a “FOGUERA” até o momento foram grandes em número; mas muito mais significativas levando-se em conta a posição e a graduação dos mesmos (...) Perderam o Comandante Geral, Maurício Grabois, um elemento da Comissão Militar, o Armeiro, 2 (dois) Comandantes de Destacamento, 5 (cinco) Comandantes de Grupo e uma Enfermeira. (...) em termos de organização o “inimigo” está desarticulado⁸⁰⁸.

⁸⁰⁵ MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*, op. cit., p. 64.

⁸⁰⁶ Ibidem, p. 65.

⁸⁰⁷ MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*, op. cit., 2005.

⁸⁰⁸ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Gabinete do Ministro, CIE/DF. *Relatório Especial de Informações n.º 01/74*. Brasília, 1974, 18 p.

Ainda faltava destruir o mito guerrilheiro: Osvaldão. Segundo Lício Maciel, “após a destruição da última base do grupamento A, ele ficou vagando na selva, sozinho”⁸⁰⁹.

Osvaldão foi pego de surpresa, quando descansava, sentado num barranco. Os agentes que o encontraram foram guiados por Arlindo Piauí, o mesmo que mostrou o saco de cabeças cortadas para Dona Domingas. O guia havia estado um dia antes com Osvaldão e informou aos militares da base de Xambioá sua localização. Foi o próprio guia que executou o guerrilheiro, com tiros de espingarda⁸¹⁰.

A equipe mandou vir um helicóptero, no qual o corpo do guerrilheiro foi amarrado. Caiu uma vez e foi novamente amarrado. O que se seguiu foi uma bárbara demonstração de terror: o helicóptero sobrevoou as ruas de Xambioá, exibindo aos camponeses o corpo do guerrilheiro morto⁸¹¹.

Osvaldão foi executado em 1974. Pouco antes, o general-presidente Ernesto Geisel, queria saber como andava o conflito no Araguaia:

(...) – e como é que está aquela operação lá em Altamira?
- Lá em Xambioá? Tenho a impressão de que se prosseguir como tem sido executada, mais uns dois ou três meses liquidasse aquilo lá.
- mas já conseguiram alguma coisa?
- atualmente já pegaram uns trinta.
- trinta?
- Trinta. É o efetivo mais ou menos estimado para lá é da ordem de 180, 200.
- E esses trinta, o que fizeram, liquidaram? Também?
Também.
Hein?
- Alguns na própria ação. E outros presos, depois. Não tem jeito não⁸¹².

O general-presidente sabia que alguns guerrilheiros foram executados depois de estarem sob custódia do Estado. Alguns moradores relatam em diversos depoimentos terem visto guerrilheiros presos nas bases de Xambioá e

⁸⁰⁹ MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*, op. cit., p. 64.

⁸¹⁰ Ibidem.

⁸¹¹ MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*, op. cit.

⁸¹² Conversa entre Ernesto Geisel e Germano Arnoldi Pedrozo em janeiro de 1974, in: GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 404.

Bacaba⁸¹³. É o caso da guerrilheira Rosinha, entregue pelo delegado de São Domingos Geraldo da Colo ao exército e conduzida à base de Bacaba⁸¹⁴. Seu nome real era Maria Célia e ela teria sido vista presa por moradores: "(...) em São Domingos do Araguaia, amarrada e, depois, dentro de um carro preto. Também foi vista na base militar da Bacaba, em janeiro de 1974. Teria sido presa pela equipe guiada por Manoel Leal Lima (Vanu)"⁸¹⁵.

Há ainda suspeitas que, junto com Rosinha, tenham sido presos com vida e depois executados outros guerrilheiros. Segundo Manuel Leal Lima:

(...) um helicóptero aterrissou trazendo três prisioneiros – Antônio de Pádua, o Piauí, Luís René da Silva, o Duda e Maria Célia Corrêa, a Rosinha. Um oficial ordenou que os presos, todos com os olhos vendados, saíssem do avião e andassem cinco passos em direção ao rio, com as mãos na cabeça. Em seguida, centenas de tiros foram disparados contra eles"⁸¹⁶.

Outra guerrilheira que possivelmente morreu após estar sob custódia do estado foi Jana. Segundo o depoimento de um camponês, que foi guia do Exército:

Nós chegamos no 'sapão' (helicóptero) na cabeceira do Caiano. Nós estávamos acampados de tardezinha, todo mundo na folha, quando vimos aquela mulher vim tomando chegada. Aí os soldados alvoroçaram para atirar e o sargento falou com os soldados: 'Não atira não, deixa ver quem é primeiro'. Todo mundo ficou em ponto de tiro. Agora, eu não, eu não ficava em ponto de tiro. Ficava com a FAL de um jeito para não desconfiarem. Aí, ela chegou a uma distância como daqui aquele pauzinho ali. Aí pegaram e irradiaram para o Comando de Pontão na mesma hora. Aí o 'sapão' veio e pegou ela. Botaram dentro de um saco e botaram o saco dentro de uma caixa, de uma jaula, não sei o que era, e trouxeram para Xambioá (...) Eu só vi ela essa vez"⁸¹⁷.

⁸¹³ Cf. COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *O Direito à Memória e à Verdade*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, São Paulo, 2009. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradoria da República do Pará. *Inquérito Civil Público. Assunto: Direitos Humanos. Guerrilha do Araguaia. Investigação visando localizar os restos mortais de vítimas da repressão política*. Pará, junho de 2001; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradorias da República do Pará, São Paulo e Distrito Federal. *Relatório Parcial das Investigações sobre a guerrilha do Araguaia*. Brasília, janeiro de 2002.

⁸¹⁴ MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*, *op. cit.*

⁸¹⁵ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradorias da República do Pará, São Paulo e Distrito Federal. *Relatório Parcial das Investigações sobre a guerrilha do Araguaia*. Brasília, janeiro de 2002.

⁸¹⁶ COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *O Direito à Memória e à Verdade*, *op. cit.*, p. 240.

⁸¹⁷ *Ibidem*.

Já outro camponês, informa que “A Cristina e o Nelito foram presos e levados pra Bacaba”.⁸¹⁸ Ambos também constam da lista de desaparecidos da Comissão de Direitos Humanos⁸¹⁹.

Após o “Chafurdo do Natal”, os guerrilheiros que sobraram estavam desarticulados, maltrapilhos, doentes e vagavam pela mata. O exército estimava que após fevereiro de 1974, havia cerca de vinte⁸²⁰.

As tropas especiais foram retiradas do Araguaia e ficaram equipes “Zebras”, compostas por apenas dois mateiros. Estes capturavam os guerrilheiros remanescentes ao preço de 3 mil cruzeiros cada. A caçada a estes guerrilheiros durou mais oito meses e a última guerrilheira morta teria sido Walkíria, também sob custódia do Estado. O mateiro Sinésio a teria visto na base de Xambioá e perguntado depois para um soldado que lhe respondeu: “já era”⁸²¹.

Após o extermínio dos guerrilheiros, tropas militares ficaram na região, que passou a ser considerada área de segurança nacional a partir de 1970. Entre eles, permaneceu o Major Curió, responsável por impedir a divulgação do que havia acontecido lá entre 1972 e 1974.

Durante muito tempo os militares negaram que a guerrilha houvesse existido, atribuindo ela a uma invenção da esquerda. Quando os primeiros documentos vieram à tona, passaram a negar a existência de registros oficiais sobre a guerrilha, que teriam sido queimados.

Em 2003, com a morte do general Antônio Bandeira, sua filha disponibilizou à jornalista Taís de Moraes uma grande quantidade de documentos que o general havia guardado consigo, mais de mil páginas sobre o Araguaia. Entretanto, nestas páginas faltavam os registros das responsabilidades pelas torturas e pelas mortes.

Muitos militares que atuaram no Araguaia começaram a falar apenas há pouco tempo, talvez cumprindo o pacto de silêncio que supostamente fizeram na região, de não mencionar a guerrilha⁸²². O pacto talvez tenha expirado, e

⁸¹⁸ Ibidem, p.238.

⁸¹⁹ Ibidem.

⁸²⁰ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 458.

⁸²¹ Ibidem, p.460.

⁸²² NOSSA, Leonêncio. *Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

eles vem se sentindo a vontade para relatar orgulhosamente a participação que tiveram.

São anticomunistas ferrenhos, que agora veem uma nova forma de ameaça comunista, o “gramscismo”⁸²³. Aparentemente, resolveram contar a própria versão para combater a “versão comunista” que tem sido divulgada por diversos meios de comunicação, inclusive jornais de grande circulação como o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, a Veja ou Isto É, que não são, nem de longe, adeptos do comunismo.

Estes militares mais exaltados na defesa da versão militar da guerrilha do Araguaia estão na linha de frente de um grupo maior que ainda defende o legado da ditadura civil-militar: negam o acesso a documentos, comemoram o 31 de março, reclamam contra a instalação da Comissão da Verdade e se respaldam na Lei de Anistia para continuar impunes.

A recente abertura dos arquivos da ditadura pelo Arquivo Nacional e a Lei de Acesso à informação podem ser o caminho para lançar mais luzes sobre a guerrilha do Araguaia, que ainda permanece com lacunas e pontos obscuros, pela falta de acesso que até então os historiadores, assim como a sociedade em geral, foram submetidos.

⁸²³ SOUZA, Aloízio Madruga de Moura. *Documentário: desfazendo mitos da luta armada*. Brasília, Editora BSB, 2006.

Considerações Finais

Após quarenta anos de sua deflagração, a guerrilha do Araguaia é um episódio que movimenta a sociedade civil na luta pela pelo esclarecimento e responsabilização do Estado pelos crimes cometidos pela ditadura, mobiliza diversos atores sociais que, em diferentes aspectos, participam desta luta.

São parentes das vítimas, militantes de direitos humanos, estudiosos do tema, jornalistas, advogados e juízes que travam uma batalha cotidiana contra as políticas de Estado que negavam ou restringiam o acesso da sociedade brasileira a um período importante de sua história.

Pela guerrilha do Araguaia, o Estado brasileiro foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos, por não ter punido os responsáveis pela morte e desaparecimento de 62 pessoas. Em sua sentença, a OEA determina que o Estado brasileiro realize todos os esforços para determinar o paradeiro das vítimas e identificar e entregar os restos mortais aos seus familiares, além de prestar atendimento médico, psicológico e psiquiátrico às vítimas.

Hoje, grupos de trabalho visitam a região em busca dos restos mortais dos militantes assassinados, em expedições compostas a partir da sentença da OEA. Entre as dificuldades para a realização do trabalho, está encontrar pessoas vivas que se lembrem como era a mata há 40 anos, e que possam indicar os locais de sepultamento dos guerrilheiros.

Sobre a localização e o destino dos restos mortais, há muita desinformação. Fala-se que os corpos foram abandonados na selva, ou que recolhidos após o fim da guerrilha e queimados na Serra das Andorinhas, ou então que transportados para outros locais do país, ou que estariam enterrados no cemitério de Xambioá. Alguns militares, como o “Major Curió” indica locais onde supostamente se encontrariam restos mortais de guerrilheiros, mas nunca se encontrou nada a partir das informações de um militar.

As informações prestadas pelos militares têm sido marcadas pela tentativa de encobrir a atuação desta instituição na repressão à guerrilha do Araguaia. No final dos anos 70, afirmavam que nunca existira a guerrilha e que isso era invenção da esquerda. Quando não tinham mais como negar sua

existência, devido à quantidade de evidências que apareciam, passaram a dizer que não existiam documentos sobre a atuação militar. Argumentavam que os documentos haviam sido incinerados, mas não apresentavam os termos que registravam o procedimento, obrigatórios para a destruição de quaisquer documentos oficiais nas Forças Armadas.

A divulgação dos documentos que estavam guardados pelo general Antônio Bandeira, desmentia novamente a versão militar. Por eles, ficou claro que informações sobre a guerrilha circularam em diversas instâncias e existem relatórios que foram distribuídos para 21 órgãos – entre governo e as Forças Armadas –, incluindo o Gabinete do Ministro, Estado-Maior do Exército, SNI, o CISA, o Cenimar e o Cie, além de departamentos como o de Ensino e Pesquisa e Engenharia e Comunicações⁸²⁴.

A documentação que estava disponível durante a realização desta pesquisa revela que a repressão coordenada pelo Exército, contou com a colaboração de diversos órgãos e agentes do Estado. Este é um campo de pesquisa pouco explorado, que pode se beneficiar sobremaneira da abertura dos arquivos da ditadura, em poder do Arquivo Nacional.

Ao que parece, entramos numa nova fase dos estudos sobre a ditadura civil-militar brasileira. As lutas – incessantes desde o período anterior da promulgação de lei de Anistia – de entidades como o Grupo Tortura Nunca Mais e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, os estudos realizados por historiadores, cientistas sociais e políticos entre outros, contribuíram para forçar os sucessivos governos após o final da ditadura, a avançarem, ainda que timidamente, na disponibilização dos documentos.

Este processo culminou em 2012 com a Lei de Acesso a Informação, a abertura dos arquivos e a instalação da Comissão da Verdade. A partir de junho deste ano, diversas reportagens de jornais começaram a divulgar imagens que comprovam que militantes desaparecidos foram fotografados vivos nos órgãos de repressão⁸²⁵, apresentam alguns dos personagens controlados pelos agentes da ditadura, revelam a tortura, a censura em suma,

⁸²⁴ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Gabinete do Ministro, Centro de Informações do Exército. *Relatório Especial de Informações 1/1974* (Secreto). Brasília, 1974.

⁸²⁵ VALENTE, Rubens & LEITÃO, Matheus. “Foto do SNI mostra preso bem de saúde 11 dias antes da morte” *Folha de São Paulo*, 18 de julho de 2012. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1121793-foto-do-sni-mostra-presos-bem-de-saude-11-dias-antes-da-morte.shtml>, acessado em 18 de julho de 2012.

trazem a tona uma infinidade de possibilidades de aprofundamento nos estudos da ditadura civil-militar.

Esta pesquisa se beneficiou deste movimento de luta pelo esclarecimento dos crimes da ditadura e pela abertura de arquivos. Há dez anos, quase todo o material que utilizamos não estava disponível. Durante a realização da tese, fontes importantes se tornaram públicas e puderam ser incorporadas. A divulgação de novas fontes, novos fatos e personagens tem sido constante e incessante.

A pesquisa revelou que a extensão da guerrilha é maior do que grande parte da bibliografia precedente tem apontado. Seus desdobramentos extrapolam a guerrilha em si e nos levou a refletir sobre as especificidades da ditadura civil-militar no campo, que inclui a questão camponesa, a violência contra o trabalhador rural, o problema fundiário, a “segurança e o desenvolvimento” na zona rural, e também sobre qual era o lugar que o campo ocupava nas lutas de uma parcela da esquerda armada.

Para compreender a guerrilha, buscou-se reconstituir a trajetória dos segmentos sociais que a protagonizaram, o que nos levou a percorrer as trajetórias desses grupos. Essas traziam as permanências da dinâmica de exclusão no Brasil rural, que afeta o trabalhador, enseja lutas, e expressa como se desenvolveu, nos anos 70, a luta de classes no campo. Traziam também elementos que já tinham sido discutidos na historiografia, que contribuem para compreender a base ideológica que dava sustentação à ditadura, seja na “segurança” ou no “desenvolvimento”.

Estudar o camponês do Araguaia permitiu refletir que foi a sua participação na guerrilha que deu visibilidade a este grupo, que pode denunciar a truculência do Estado brasileiro para além da guerrilha. Apresentam-se como protagonistas de outras lutas, posteriores a guerrilha, e explicitam o domínio dos latifundiários na região, a grilagem e a ausência de políticas públicas de um Estado que entendem como atuando contra seus interesses.

As narrativas de suas vidas, os motivos das constantes migrações, a maneira como produzem e reproduzem sua existência demonstram que os problemas em torno da posse da terra que viveram durante a guerrilha já vinha de longa data e permaneceram após exterminados os militantes do PC do B na região e finda a ditadura, com a institucionalização da autocracia burguesa.

Algumas das justificativas ideológicas para a repressão ao camponês – seu potencial subversivo, advindo da sua pobreza, sua ingenuidade, que os tornava manipuláveis pelo comunismo – deu ao Estado brasileiro condições para reprimir estes trabalhadores e garantir a “paz social” desejada pelos latifundiários. Permaneciam os preconceitos do pensamento conservador brasileiro, que via nas “elites” a única camada social capaz de decidir os rumos do país, frente a um “povo” apático, ignorante e, nos anos 70, potencialmente subversivo.

Ao fim da ditadura, sem a justificativa do combate ao comunismo, a repressão permaneceu. Ainda se cultivam os preconceitos ao trabalhador rural, sobre sua ignorância e incapacidade, e a criminalização dos movimentos de luta pela terra enveredou pela identificação dos lutadores sociais com criminosos comuns. O Estado tenta criminalizar ou cooptar os movimentos, desmobilizando estas lutas e mantendo intocada a estrutura fundiária brasileira.

A pesquisa revelou também que o partido que organizou a guerrilha, o PC do B, começou seu traçado para o Araguaia desde sua origem, e mesmo antes, já que alguns de seus militantes, quando ainda estavam vinculados ao PCB, já apresentavam importantes divergências com a linha política defendida pela sua direção.

Os choques entre o PC do B e o PCB, em que o primeiro acusava o outro de “reformista” e se colocava como o verdadeiro partido da revolução, é representativo de uma parcela dos embates em que se consumia grande parte da esquerda durante a ditadura e demonstrava a incapacidade do PCB de permanecer sendo o pólo aglutinador das esquerdas. O que marcou os projetos socialistas, comunistas ou mesmo reformistas desse período, foi a fragmentação. Por um lado, fruto da debilidade da própria esquerda que, como argumentava Caio Prado Júnior, procurava entender o Brasil a partir de pressupostos que não tinham correspondência com a realidade do país, transplantando experiências e modelos europeus e, por outro, pela ferocidade da repressão que se abateu sobre esses grupos, vítimas da ira dos agentes da repressão, torturados e assassinados nos porões da ditadura e também nas matas do Araguaia.

Apesar de hoje o PC do B cultivar a guerrilha do Araguaia como parte importante de sua história, exaltando o heroísmo e a abnegação de seus

militantes, a opção armada foi abandonada ainda nos anos 70, no contexto da emergência das greves operárias, da fundação do Partido dos Trabalhadores e da reorganização de setores da esquerda com o retorno de seus militantes ao país e à legalidade. Entretanto, a ideia de uma revolução “democrático burguesa” ainda permaneceu em seu substrato ideológico.

O PC do B, que é base de apoio desde o primeiro governo do PT acredita que, finalmente, atingiu o objetivo que tinha ao ir para o Araguaia: realizar a revolução democrático-burguesa. Hoje o partido afirma viver uma das fases mais ricas de sua história⁸²⁶, e sua participação no governo se dá porque “(...) os comunistas acreditam que é por meio deste governo que será possível realizar uma mudança democrática, soberana e popular no país”. E porque “atualmente não existe alternativa mais avançada e viável para se atingir, ainda que parcialmente, os objetivos maiores”⁸²⁷.

Não é pelo fortalecimento das lutas e movimentos sociais, pela atuação sindical, mas pela atuação parlamentar, em conjunto com as “forças progressistas”, que o país atingiria as condições para o socialismo. Entre as “forças progressistas”, velhos inimigos se tornam aliados. Hoje o partido faz parte de umas mais tristes aliança eleitorais que já existiu na história do Brasil: a do PT com o PP de Paulo Maluf, na disputa pela prefeitura de São Paulo.

Parte importante do partido foi dizimada no Araguaia e na Chacina da Lapa, outros abandonaram o partido e, quarenta anos depois, o partido procura forjar uma continuidade entre o PCB fundado em 1922, os guerrilheiros do Araguaia e a sua atual composição política. Em 2012, o partido comemorou, além dos 40 anos do início da guerrilha do Araguaia, os “90 anos” de sua fundação.

Durante a rememoração, procurou incorporar Luis Carlos Prestes à sua história, omitindo décadas de críticas ferrenhas ao já falecido militante do PCB. Entre os que rechaçaram esta pretensa identificação entre Prestes e o PCB, esteve Anita Leocádia Prestes, professora da UFRJ e filha do militante e de Olga Benário, morta pelos nazistas nos anos 40, que pede que o PC do B deixe de utilizar o prestígio de seus pais “numa tentativa deplorável de impedir

⁸²⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL “Quem é e o que quer o Partido Comunista do Brasil” Disponível em: http://www.pcdob.org.br/texto.php?id_texto_fixo=4&id_secao=145, acessado em: 18 de julho de 2012.

⁸²⁷ Ibidem.

o desgaste, junto a opinião pública, de dirigentes desse partido acusados de possível envolvimento em atos de corrupção”⁸²⁸, afirmando, ainda que esta atitude seria certamente por eles repudiada⁸²⁹.

Em que pese o envolvimento pessoal de Anita Leocádia Prestes com a utilização da memória de Olga e Prestes, ela expressa a crítica que hoje se faz à política desta agremiação política. Hoje, o partido é responsável pela pasta do Ministério dos Esportes, e está organizando a Copa do mundo no Brasil que se realizará em 2014. Obras faraônicas estão sendo realizadas em diversos estados da federação, com a construção ou reforma de estádios em capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Goiânia, Brasília, entre outras. Nestas capitais, para abrigar estas obras e a infraestrutura hoteleira e de transportes, diversas famílias estão sendo expulsas de suas moradias e são feitas diversas denúncias das péssimas condições de trabalho a que estão submetidos os funcionários da construção civil empregados nestas obras.

Movimentos como o dos Sem-Teto realiza manifestações em várias capitais do país contra as obras da Copa, cujos beneficiários são as grandes empreiteiras, as redes hoteleiras e os grandes investidores. A população tem demonstrado estar mais preocupada com as conquistas de direitos de bem estar básicos, como saúde, educação e moradia, mas o governo tem acenado, como já é tradição no Brasil que, privilegiar, neste momento, o grande capital trará, no futuro, benefícios para a população; São os novos termos da velha fórmula do Delfim, de deixar o bolo crescer para depois dividir.

Já sobre os militares, procurou-se evidenciar neste trabalho que a trajetória para o Araguaia também teve origens anteriores a atividade de repressão desenvolvida entre 1972 e 1974. Ela é fruto do golpe civil-militar de 1964, e da natureza autocrática da burguesia brasileira, que se objetivou pela via colonial.

O que se golpeou em 1964, em primeiro lugar, foi a democracia e as reformas requeridas pela sociedade brasileira durante o governo de João Goulart. O bonapartismo foi a forma que a burguesia brasileira encontrou para se impor sobre a sociedade, embasados na ideologia divulgada pela Escola

⁸²⁸ PRESTES, Anita Leocádia. “Carta de Anita Prestes ao PC do B”. Disponível em: http://www.pcb.org.br/portal/Index.php?option=com_content&view=article&id=3164:carta-de-anita-prestes-ao-pcdob&catid=36:diversos , acessado em 20 de novembro de 2011.

⁸²⁹ Ibidem.

Superior de Guerra. Ao atacar camponeses e militantes no Araguaia, se abria caminho para efetivação, também naquela região, do projeto de modernização excludente da ditadura.

Reprimida a guerrilha, o terror imperou na região. Os militares permaneceram lá e os camponeses se sentem ainda hoje vigiados; as lutas que se desenvolveram depois de exterminada a guerrilha e após o fim da ditadura deixam claros os limites da “abertura democrática”, em que setores da população do país foi cerceada no seu direito de se expressar e continuou sendo alvo da truculência do Estado, dos pistoleiros e jagunços, num local em que a impunidade dos latifundiários é a regra. Há poucas rupturas e muitas continuidades na estrutura fundiária e no lugar que ocupa o camponês nela.

O estudo que ora se encerra ensejou diversos questionamentos e procurou suprir algumas das lacunas que verificamos sobre do tema. Ao abordar a atuação dos três segmentos que protagonizaram a guerrilha, buscou-se evidenciar os momentos de interação entre eles, o que permitiu recuperar a dinamicidade de muitos aspectos da guerrilha. Ao longo do trabalho, cada vez mais ficava claro que esta tese é apenas um primeiro passo nos estudos de um tema complexo, extenso, que oferece inúmeras possibilidades para compreender e recuperar uma parcela da história da ditadura civil militar de sua lógica no mundo rural, das lutas da esquerda e das lutas camponesas brasileiras.

LISTA DE SIGLAS

ACISO - Ação Cívico Social

AI – Ato Institucional

AP – Ação Popular

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ATG – Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia

BASA – Banco da Amazônia

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CGI – Comissão Geral de Investigações

CIE/CIEX – Centro de Informações do Exército

CISA – Centro de Informações de Segurança Aeronáutica

CITAG – Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores

COBRASMA – Companhia Brasileira de Materiais ferroviários

CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CSN – Conselho de Segurança Nacional

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

ESG – Escola Superior de Guerra

ETN – Escola Técnica Nacional

EUA - Estados Unidos da América

FGTS – Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

FOGUERA – Forças Guerrilheiras do Araguaia

GETAT – Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins

GP – Guerra Popular

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBAMA – Instituto Brasileiro de meio Ambiente

IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policia Militar

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu

MLP – Movimento de Libertação do Povo

OEA – Organização do Estados Americanos

OLAS – Organização Latino-americana de Solidariedade

PA – Ponto de Apoio

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCCh – Partido Comunista Chinês

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PDS – Partido Democrático Social

PIN – Plano de Integração Nacional

PND – Plano Nacional de desenvolvimento

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e do Nordeste

PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PT – Partido dos Trabalhadores

PTA – Partido do Trabalho da Albânia

RM – Região Militar

SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco

SNI - Serviço Nacional de Informação

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia

SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDR – União Democrática Ruralista

ULDP – União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – United States Agency for International Development

VAR-PALMARES – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Fontes

1 – Fontes militares e da Secretaria de Segurança Pública do Pará

1A - Livros de memórias de militares

CABRAL, Pedro Corrêa. *Xambioá, Guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro, Record, 1993.

JIMÉNEZ, José Vargas. *Bacaba – Memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia*. Campo Grande, Editora do Autor, 2007.

MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. Rio de Janeiro, Editora Corifeu, 2008.

SOUZA, Aloízio Madruga de Moura. *Documentário: desfazendo mitos da luta armada*. Brasília, Editora BSB, 2006.

1B – Depoimento à Comissão de Anistia

JIMENEZ, José Vargas. *Depoimento à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça*. Brasília, dezembro de 2008.

1C – Secretaria de Segurança Pública do Pará

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, Secretaria de Segurança Pública, Delegacia de Polícia de São João do Araguaia. *Atestado de Vida e Residência. Auta Gomes da Silva*. 17 de novembro de 1972.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, Secretaria de Segurança Pública, Delegacia de Polícia de São João do Araguaia. *Atestado de Conduta de José Alves da Silva*, 13 de dezembro de 1972.

1D – Forças Armadas

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. *Gabinete do Ministro. CISA. Informação Nº 0008/CISA-ESC RCD - Confidencial*. Brasília, 27 de fevereiro de 1973. 6 p.

MINISTÉRIO DA GUERRA, Comando Militar de Brasília, 11.^a Região Militar, 2.^a Seção. *Relatório Especial – Operação Trombas e Formoso (reservado)*. Brasília, 28 de dezembro de 1964, 10 p.

_____. *Manual de Campanha C 31-20: operações especiais: operações contra guerrilheiros*. 3. reimp. Rio de Janeiro, Ministério da Guerra, 1964.

MINISTÉRIO DA MARINHA, Comando Militar de Esquadra, Força dos Fuzileiros de Esquadra. *Carta de Instrução nº 01-72 (Secreto)*. Brasília, setembro de 1972, 110 p.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Centro de Informações do Exército/DF. *Operação Sucuri (Secreto)*. Brasília, abril de 1973, 83 p.

_____, Comando Militar do Planalto e 11.^a Região Militar. *Operação Mesopotâmia – Ordem de Operações Nº 01-SPC/71 – (secreto)*. Brasília, julho e agosto de 1971, 23 p.

_____, Comando Militar do Planalto, 11.^a Região Militar, 3.^a Brigada da Infantaria. *Relatório da Operação Mesopotâmia (Secreto)*. Brasília, 17 de agosto de 1971, 31 p.

_____, Comando Militar Planalto. 11.^a Região Militar, 3.^o Brigada da Infantaria. *Operação Cigana (Secreto)*, Brasília, 11 de abril de 1972. 02 p.

_____, Comando Militar Planalto. 11.^a Região Militar, 3.^o Brigada da Infantaria. *Operação Papagaio – Relatório das Operações (Secreto)*, Brasília, novembro de 1972, 56 p.

_____, Comando Militar Planalto. 11.^a Região Militar, Quartel General, EMG, 3.^a Seção. *Manobra Araguaia – Apoio Aéreo*. Brasília, novembro de 1972, 03 p.

_____, Gabinete do Ministro, CIE/DF. *de Informações n.º 02/74-Operação Marajoara (Secreto)* Brasília, 1974, 18 p.

_____, Gabinete do Ministro, CIE/DF. *Relatório da Operação de Informações Realizada pelo CIE no Sudoeste do Pará – Operação Sucuri*. Brasília, 1974, 20 p.

_____, Gabinete do Ministro, CIE/DF. *Relatório Especial de Informações n.º 01/74*. Brasília, 1974, 18 p.

_____, Comando Militar da Amazônia. 8.^a Região Militar, Quartel General, 2.^a Seção. *Operação Peixe (I, II, III, IV e V) (Secreto)*. Brasília, de 27 de março de 1972 a maio de 1972, 45 p.

_____, CIE-S/1004. *Operação Sucuri – Relatório das atividades*. Brasília, 24 de maio de 1974, 20 p.

_____, Comando Militar da Amazônia. 12.^a Região Militar, 2.^a Seção. Informação Nº 288/E2/72-CMA(Confidencial). Manaus, 25 de maio de 1972. 04 p.

_____, Comando Militar do Planalto, 11.^a Região Militar. *Relatório de Situação nº 1*. Brasília, 25 de setembro de 1972, 3 p.

_____, Comando Militar do Planalto, 11.^a Região Militar, 8.^o Grupo de Artilharia Antiaérea. *Relatório (Secreto)*. [S.l.], [1972?]. 2 p.

_____, Gabinete do Ministro. CIE/DF e 11.^a Região Militar. Informação Especial Nº 01/S/102-CIE (Secreto). Rio de Janeiro, 26 de maio de 1972, 06 p.

_____, Gabinete do Ministro. CIE/DF. *Exposição para o Chefe do CIE*. Brasília, [outubro de 1972?], 5 p.

_____, Gabinete do Ministro. CIE/DF. *Operação Cigana (Confidencial)*. Brasília, [S. d], 10 p.

_____, Gabinete do Ministro. CIE/DF. *Relatório Especial de Informações 2/72 – (Secreto)*. 9 de novembro de 1972, 26 p.

2 – Fontes do Partido Comunista do Brasil

2A – Fontes apreendidas pelo Exército⁸³⁰

Relatório do CC/PC do B sobre contatos mantidos na China e Albânia (1972-1973). 06 p.

Relatório de 10 de julho de 1975 (Ângelo Arroyo), 03 p.

Viagem de 27 a 10 de outubro de 1976 (Ângelo Arroyo), 03 p.

Críticas manuscritas dos membros do Comitê Central do PC do B sobre a guerrilha do Araguaia, 23 p.

Manuscrito: Idéias para o ano de 1977, 05 p.

Análise do PC do B sobre a guerrilha do Araguaia. Novembro de 1976, 04 p.

Manuscrito: Registro de discussão dos membros do Comitê Central do PC do B sobre a guerrilha do Araguaia, 08 p.

Manuscrito: Ensinamentos sobre a guerrilha do Araguaia, 07 p.

Transcrição de manuscrito com registros de discussão sobre a guerrilha, 04 p.

Transcrição de manuscrito com registros de discussão sobre estruturação do partido, 02 p.

Transcrição de manuscrito com registros de discussão sobre a estruturação do partido, 02 p.

Transcrição de manuscrito com registros de discussão sobre a situação política no Brasil. 02p.

Comunicado nº 1 da Guerrilha do Araguaia de 25 de maio de 1972, 03 p.

Em defesa do povo pobre e pelo progresso do interior , [S d.], 09 p.

⁸³⁰ Identificamos os documentos pelos nomes atribuídos a eles pelos militares, quando for o caso. A maioria deles não possui indicação de data, local, ou responsável pela transcrição/cópia. Muitos deles foram, posteriormente ou à época, divulgados pelo PCdoB.

Carta a um amigo, assinada por “Oswaldo”, 15 de julho de 1972, 02 páginas.

Regulamento Militar e Regulamento da Justiça Revolucionária. – 07 páginas.

Esquema do plano militar, 04 p.

Aos amigos de Porto Franco, Tocantinópolis e Estreito, carta do médico e guerrilheiro João Carlos Haas Sobrinho, 04 p.

Normas de segurança no trabalho de massas, assinado por “Oswaldo”, 15 de julho de 1972. 03 p.

Documento da Justiça Militar Revolucionária, 03 p.

Carta a meus pais, Carta do guerrilheiro “Flávio” aos pais, comunicando o início da guerrilha, 06 p.

Documento do PCdoB sobre a guerrilha do Araguaia (folheto mimeografado), 30 p.

2 B – Documentos do PC do B

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Resposta à Krushev”. *A Classe Operária*, 1º a 15 de agosto de 1963, p. 48-49.

_____. “Tarefa Primordial”. *A Classe Operária*, nº 100, setembro de 1975.

_____. “Três anos de luta guerrilheira”. *A Classe Operária*, nº 96, abril de 1975.

FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA. “Comunicado nº 1 da Forças Guerrilheiras do Araguaia”, in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*. São Paulo, editora Anita Garibaldi, 2005.

GRABOIS, MAURÍCIO. “Diário de Maurício Grabois”. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Di%C3%A1rio_de_Maur%C3%ADcio_Grabois.pdf acessado em 15 de maio de 2012.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *PCB: Vinte Anos de Política (1958-1979)*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000.

_____. “Alguns Problemas Ideológicos da Revolução na América Latina” www.vermelho.org.br.

_____. “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista” www.vermelho.org.br.

_____. “A questão camponesa é o problema-chave da revolução”. *Documentos do Partido Comunista do Brasil (1962-1974)*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

_____. “Guerra Popular – o caminho para a luta armada no Brasil”. *Documentos do Partido Comunista do Brasil (1962-1974)*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

_____. “O golpe de 1964 e seus ensinamentos”. *Documentos do Partido Comunista do Brasil (1962-1974)*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

_____. “Responder ao Banditismo da Ditadura com a Intensificação das Lutas do Povo”, *Documentos do Partido Comunista do Brasil (1962-1974)*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

_____. “Em defesa do Partido (carta dos cem)”. disponível em: www.vermelho.org.br. Acessado em 10/01/2007.

_____. “Manifesto Programa” disponível em: www.vermelho.org.br. Acessado em 10/01/2007.

2C – Entrevistas concedidas à autora

José Genoíno Neto, Palmas (Tocantins), 07 de julho de 2008.

Michéas Gomes de Almeida. São Domingo do Araguaia (Pará), 24 de abril de 2008.

3 – Depoimentos de Camponeses

3A- Depoimentos ao Ministério Público Federal

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradoria da República do Pará. *Inquérito Civil Público. Assunto: Direitos Humanos. Guerrilha do Araguaia. Investigação visando localizar os restos mortais de vítimas da repressão política.* Pará, junho de 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradorias da República do Pará, São Paulo e Distrito Federal. *Relatório Parcial das Investigações sobre a guerrilha do Araguaia.* Brasília, janeiro de 2002.

3B – Depoimentos à autora e aos pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins

Agenor Moraes Silva. São Domingos do Araguaia (Pará), 25 de abril de 2008.

Celestino Ferreira da Silva. Xambioá (Tocantins), dezembro de 2007.

Davi Rodrigues. São Domingos do Araguaia (Pará), 15 de abril de 2012.

Eduardo Lemos Porto. São Geraldo do Araguaia (Pará), 16 de julho de 2007.

Ercília Gomes Farias. Xambioá (Tocantins), dezembro de 2007.

Hermógenes Rodrigues Carvalho. Xambioá (Tocantins) dezembro de 2007.

João Crisóstemo Moreira. São Domingos do Araguaia (Pará), 14 de abril de 2012.

Joaquim Rodrigues Araújo. São Geraldo do Araguaia (Pará), 15 abril de 2012.

Lauro Rodrigues dos Santos. São Domingos do Araguaia (Pará), 15 de abril de 2012.

Maria Madalena Lopes da Silva. São Geraldo do Araguaia (Pará) 25 de abril de 2008.

Neuza Lins. São Domingos do Araguaia (Pará), 24 de abril de 2008.

Otacílo Rodrigues, Xambioá (Tocantins), 24 de abril de 2008.

Raimundo Torres dos Santos. São Domingos do Araguaia (Pará), 14 de abril de 2012.

Sebastião Rodrigues da Silva. São Domingos do Araguaia (Pará), 15 de abril de 2012.

Zezóstys Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia (Pará), 14 abril de 2012.

Bibliografia

Artigos

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo, et. alli. “Justiça de Transição no Brasil: o papel da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Brasília, Ministério da Justiça, n.º 1, Jan/jun. 2009, 2009.

ANTUNES, Ricardo & RIDENTI, Marcelo. “Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil”, *in: Dossiê 40 anos de maio de 68. Revista Mediações*, Londrina, Universidade Estadual de Londrina, v. 12, n. 2, Jul/dez. 2007.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli F. “A opção do Brasil pelo ocidente e a opção do ocidente pelo Brasil: o general Golbery encontra o Barão de Münchhausen”. *Revista Projeto História* n.º 29. São Paulo, Educ, dezembro de 2004.

BARBOZA, Edson Lima. “Cabeça chata, testa de macaco: conexões entre migrantes e escravos fujões desde o Ceará aos portais da Amazônia (1877-1880)”. São Paulo, *Projeto História*, PUC-SP, n.º 42, julho de 2011.

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. *Lua Nova*, São Paulo, n.º 71, 2007.

BORGES, Barsanufu Gomide. “A Expansão da fronteira agrícola em Goiás”. *História Revista* 1(2), Goiânia, jul/dez de 1996.

CASTILHO, Denis. “As transformações sócio-espaciais do território goiano nos períodos de 1930 e 1970”. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, vol. 4, n.º 3, ago de 2010.

CHIRIO, Mauad. “A ‘primeira linha dura’ do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. “Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas”. *Cadernos AEL* (Arquivo Edgard Leuenroth), IFCH/UNICAMP, Campinas, v. 7, 1998.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque, WANIEZ, Philippe e BRUSTLEIN, Violette. “Atlas dos beneficiários da reforma agrária”. *Revista Estudos Avançados*, vol. 11, nº 31, 1997

EARP, Fabio Sá e PRADO, Luiz Carlos. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda” *in*: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N.(orgs), *O Brasil Republicano*, volume 4, *O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FERNANDES, Ananda Simões. “Reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva” Londrina, *Antíteses*, Universidade Estadual de Londrina, vol. 2, n. 4, Jul/dez. de 2009.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.. 24, nº. 47, 2004, p. 29-60.

FONTES, Virgínia. “Autores clássicos e questões clássicas – o capitalismo no Brasil e Caio Prado Jr.”. *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, fevereiro de 2007, n.º 70 Disponível em: <www.espacoacademico.com.br> acessado em 22 de julho de 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. “A ‘República de Palmares’ e a Arqueologia da Serra da Barriga”, *Revista USP*, nº28, 1996.

GUIMARÃES, Aissa Afonso. “A estética implausível da modernização no Brasil”. *Revista Humanas*, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, n. 1, s/d.

LEOCÁDIO, Leandro César. “A atuação do PCB na Guerra de Porecatu: Considerações acerca da delação empreendida por Celso Cabral de Mello, o ‘capitão Carlos’”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

LIRA, Alexandre Tavares. “Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985)”. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 36, 2009.

LOUREIRO, Violeta & GUIMARÃES, Ed Carlos. “Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia”, *Revista de Direito*, Fundação Getúlio Vargas, vol. 3, nº 1, Jan/jul, 2007.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky & OINTO, Jax Nildo Aragão. “A questão fundiária na Amazônia”. *Dossiê Amazônia brasileira II*. Revista Estudos Avançados, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados/USP, vol.19, n.º 54 (54), 2005.

MACHADO, Lia Osório. “O Controle Intermitente do Território Amazônico”. Universidade Federal do Rio de Janeiro, *Revista Território*, vol.1, nº 2, 1997.

MARTINS FILHO, João Roberto. “Os Estados Unidos, a revolução cubana e a contrainsurreição”. *Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, UFPR, n. 12, 1999.

MECHI, Patricia Sposito. “Luta armada e revolução no Brasil: o PC do B e a guerrilha do Araguaia”. JUSTAMAND, Michel e MENDES, Lilian Grisólio (orgs). *História e Representações: cultura, política e gênero*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2012.

_____. “O surgimento do Partido Comunista do Brasil: aspectos de sua conformação teórico-política e as polêmicas com o Partido Comunista Brasileiro”. *VII Colóquio Internacional Marx e Engels*, Campinas, Unicamp/Cemarx, 2012.

MELO, Demian. “A miséria da historiografia”. *Revista Outubro*, nº 14, 2006.

MORAIS, João Quartim de. “O efeito desmistificador de A Conquista do Estado na análise das bases sociais da contrarrevolução”, *in: E-premissas: Revista de Estudos Estratégicos. Dossiê Dreifuss*. Campinas, Instituto de Estudos Estratégicos da Unicamp, nº 01, Jun/dez de 2006.

MORAIS, João Quartim de. “O Programa Nacional-Democrático: Fundamentos e Permanência”, *in: MORAIS, João Quartim de & DEL ROIO, Marcos. História do Marxismo no Brasil: visões do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

MORAIS, Clodomir Santos de. “História das Ligas Camponesas do Brasil”. *Cadernos AEL* (Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH/UNICAMP), Campinas, vol. 7, 1998.

OLIVEIRA, Ariolvaldo U. “A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflito e reforma agrária”. *Revista Estudos Avançados*. vol.15, nº43, São Paulo, Set/dez. 2001.

OLIVEIRA, Francisco. “Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária”. *in: Reis, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru, Edusc, 2004.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. “Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, vol. 6, nº 3, p. 479-499, Set/dez. 2011.

PRIORI, Ângelo. "A Guerra de Porecatu". *Revista Diálogos*, Londrina, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 2, 2010.

PRIORI, Ângelo. "A Revolta Camponesa de Porecatu", *in: Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Vol. II – Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*. São Paulo/Brasília, Unesp/Ministério do Desenvolvimento Agrário – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

RAGO, Maria Aparecida de Paula. "Considerações sobre a questão agrária. Formação Histórica Brasileira." *Projeto História* – revista do programa de pós-graduação em História da PUCSP, São Paulo, vol. 3, p. 33-41, 1982.

RAGO FILHO, Antônio. "O Ardil do Policitismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa". *Projeto História*, São Paulo, nº 29, tomo I, dezembro de 2004.

_____. "Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia bonapartista", *Cadernos AEL. Tempo de Ditadura*. Campinas, Arquivo Edgard LeuenrothIFCH/ Unicamp, vol. 8, nº. 14/15, 2001.

REIS FILHO, D. A. "O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros", *in: REIS FILHO et. al., História do Marxismo no Brasil. Vol. 1*, Campinas, Editora da Unicamp, 1991.

RIDENTI, Marcelo. "Intelectuais e Romantismo Revolucionário". São Paulo, *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, nº 2, 2001.

SALES, Jean Rodrigues. "O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política". *Cadernos AEL. Tempo de Ditadura*. Campinas, Arquivo Edgard LeuenrothIFCH/ Unicamp, vol. 8, nº. 14/15, 2001.

_____. “O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 35, p. 275-303, 2001. Editora da UFPR.

TEIXEIRA NETO, Antônio. “Goiás-Tocantins: questões agrárias”. S/d, s/l. Observatório Geográfico de Goiás. disponível em https://portais.ufg.br/uploads/215/original_NETO_Teixeira_Ant_nio_goi_s_toca_ntins.pdf . (original mimeo, 2006).

TOLEDO, Caio Navarro. “O golpe contra as reformas e a democracia”. *in*: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru, Edusc, 2004.

VALVERDE *apud* REGO, Josualdo L. & ANDRADE, Maristela de Paula. *História de Mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*, São Paulo, Editora Agrária, nº 3, 2006.

WOITOWICZ, Karina Janz. “Imagens dos Sertanejos da Guerra do Contestado nas páginas da imprensa: nuances da produção de sentido nos discursos jornalísticos do Diário da Tarde (Curitiba/PR, 1912-1916)” *XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação*, Belo Horizonte/MG, 2003.

Teses e dissertações

CASTRO, Maurício de Almeida Sianes. *Canudos: Visões Militares*. Mestrado em Sociologia e Antropologia (dissertação). Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 2004.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Nas trincheiras: a luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas: uma resistência ampliada*. Universidade

Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História (Tese de Doutorado) Niterói, 2007.

FELIPE, Gilvane. *A Guerrilha do Araguaia (Brasil, 1966 – 1975)*. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), Institute des Hautes Études de L'Amérique Latine, 1993.

GALDINO, Antônio. *O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos 60*. (Dissertação de Mestrado). Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCH/Unicamp, 1994.

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. *Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e reorganização do estado brasileiro (1930-1960)*. (dissertação de mestrado) Goiânia, Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2007.

NASCIMENTO, Durbens Martins. *Guerrilha do Araguaia: Paulistas e militares na Amazônia*. (Dissertação de Mestrado). Belém, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, 2000.

OLIVEIRA, Nilo Dias. *A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil - década de 1950) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. *Criar ilhas de sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)*. (Tese de Doutorado) São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

POMAR, Valter. *Comunistas do Brasil: Interpretações sobre a cisão de 1962*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, FFCLH/USP, São Paulo, 2000.

PORTELLA JÚNIOR, Onofre Alves, *Desenvolvimento Brasileiro: O olhar de Caio Prado Junior na Revista Brasiliense (1955 - 1964)*, Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

RAGO, Maria Aparecida de Paula *A práxis política de José Ermínio de Moraes: Nacionalismo sem nacionalistas*. (Tese de Doutorado). Campinas, Programa de Pós-graduação em História da Unicamp, 2004.

RAGO FILHO, Antônio. *A Ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. (Tese de Doutorado) São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

ROCHA, Maria Selma. *A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*. Dissertação (Mestrado) FFLCH da USP, São Paulo, 1996.

SWETS, Leila Affonso. *Políticas de desenvolvimento, organização do território, e participação: as quebradeiras de coco babaçu na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins*. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, UNB, 2009.

SOUZA, Ângela Maria *O Brasil descortinado por Caio Prado Jr.: gênese e reiteração do "círculo vicioso"*. (Tese de Doutorado), Programa de Pós-graduação em Economia da PUC-SP, 2009.

Livros

ABREU, S. de B. *De Zé Porfírio ao MST. A luta pela terra em Goiás*. Brasília, André Quicé Editor, 2002.

ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e Torturados*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Empresa Jornalística, s/d.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru, EDUSC, 1999.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, Vozes, 1985.

BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina*. São Paulo, Ensaio, 1995.

_____. *O governo João Goulart as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro; Brasília, Revan/UnB, 2001.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984.

BEIGUELMAN, Paula. *O pingo de azeite: a instauração da ditadura*. São Paulo, Perspectiva, 1994.

BERCHT, Verônica. *Coração Vermelho: a vida de Elsa Monnerat*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2002.

BICALHO, Luiz de Carvalho. *PCB: processo de cassação de registro (1947)*. Belo Horizonte, Aldeia Global, 1980.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia, Editora da UFG, 1997.

CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*, São Paulo, Duas Cidades, 1970.

CARNEIRO, Ana & CIOCCARI *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos /– Brasília MDA, 2011.*

CARONE, E. *O PCB – 1922-1972*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1973.

_____. *O PCB (1964-1982)*. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *Movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo, Difel, 1984. (Série Corpo e alma do Brasil).

CARVALHO, Luís Maklouf. *Contido a bala: a vida e a morte de Paulo Fonteles: advogado de posseiros do Sul do Pará*. Belém, Cejup, 1994.

_____. *O Coronel Rompe o Silêncio*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2004.

_____. Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. Rio de Janeiro. Editora Globo, 1998.

CASTRO, Celso D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Cpdoc, 1995.

CHASIN, José. *A Miséria Brasileira – 1964 – 1984: do golpe militar à crise social*. Ad Hominem, Santo André, 2000.

CHAVEIRO, E. F; CALAÇA, M; REZENDE, M. C. da S. *A Dinâmica Demográfica de Goiás*. Goiânia, Ellos, 2009.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1997.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1996.

COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *O Direito à Memória e à Verdade*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, São Paulo, 2009.

_____. *Memória viva do regime militar: Brasil (1964-1985)*. Rio de Janeiro, Record, 1998.

COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, Editora da Unesp, 1999.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático, 1964-1981*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CUNHA, M. de Fátima. *Eles ousaram lutar: a esquerda e a guerrilha nos anos 60/70*. Londrina, Ed. da UEL, 1998. (Coleção Histórias da República: leituras a contrapelo, 5).

CUNHA, Paulo Ribeiro. *Aconteceu Longe Demais: a luta dos posseiros de Formoso e Trombas e a revolução brasileira*. São Paulo, Editora da Unesp, 2007.

D'ARAÚJO, M. Celina (Org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

_____. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DIRCEU, José, PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a Ditadura: O Movimento de 68 contato por seus líderes*. Rio de Janeiro. Garamond, 1998.

DÓRIA, P., BUARQUE, S. CARELLI, V. & SAUTCHUK, J. *A Guerrilha do Araguaia*. História Imediata, vol. 1, Ed. Alfa-ômega, 1978.

DREIFUSS, R. A (1981) *1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. *As Ocupações de Terra e a Produção do Direito*. Três Lagoas (Mato Grosso do Sul), 2001. s/Ed. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/daterra.html> .

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA *Fundamentos da Doutrina*, Estado Maior das Forças Armadas, Rio de Janeiro, 1981.

_____. *Manual Básico*, Rio de Janeiro, ESG, 1975.

_____. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1976.

FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & PAULILO, Maria Ignez (orgs). *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas – o campensinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo, Editora da Unesp, 2009.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo, Globo, 2006.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs) *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro 3.

_____ & REIS FILHO, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1979.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966 (Nossa América, ensaios, v.2).

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

_____, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos. O breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

IANNI, Octávio. *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979.

_____. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da URFJ, 1971.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a Saga do Araguaia*. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

LIMA, Haroldo, ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: Da JUC ao PC do B*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1984.

LÖWY, M. e SAYRE, R. *Revolta e melancolia – o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1995.

LÖWY, M. *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

MAKLOUF, L., AMAZONAS et, J. MOURA, C. MENDEZ, A. POMAR, W & POMAR, P. *Pedro Pomar*. São Paulo, Brasil Debates, 1980.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1969)*. São Carlos, Ed. da UFSCar, 1996.

_____. *A guerra da memória: a ditadura nos depoimentos de militantes e militares*. São Paulo, Editora da Ufscar, 2002.

MARTINS, Edilson. *Nós, do Araguaia*. 3. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis, Vozes, 1984.

_____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. *A Chegada do Estranho*. São Paulo, Hucitec, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e Repressão Policial ao Sindicalismo Carioca*. Rio de Janeiro, Aperj/Faperj, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo, Boitempo/Perseu Abramo, 1999.

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

MOTTA, Carlos Guilherme. *Ideologia e Cultura Brasileira: 1933-1974*. São Paulo, Ática, 1974.

MOTTA, Márcia. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

NOSSA, Leonêncio. *Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Integrar para Não Entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas, Papirus, 1991.

POMAR, Pedro. *Massacre na Lapa: Como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B (São Paulo, 1976)*. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2006.

POMAR, W. *Araguaia: O partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo, Terceiro Nome, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1978.

REGO, Josualdo L. & ANDRADE, Maristela de Paula. *História de Mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*, São Paulo, Editora Agrária, nº 3, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. et al. *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

_____; SÁ, Jair Ferreira de (Org.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

_____. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo, *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Editora da Unesp, 1993.

_____. & REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Volume V São Paulo, editora da Unicamp, 2002.

ROLLEMBERG, Denise. *A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1995.

_____. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.

ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1982.

SADER, Eder (org) *Che Guevara – Política*. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

SALTCHUCK, Jaime. *Luta armada no Brasil dos anos 60-70*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2001.

SILVA, Antonio Ozaí da . *História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. São Paulo, Proposta, 1987.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1981.

SILVA, Marcelo Squinca. *Energia Elétrica: estatização desenvolvimento, 1956-1967*, São Paulo, Alameda, 2011.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

STÉDILE, J. P. (org) *História e Natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

_____. (org). *A questão Agrária no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2005, volumes 1 à 5.

STUDART, Hugo. *A Lei da Selva*. São Paulo, Geração Editorial, 2006.

TAUNAY, Visconde. *Goyaz*. Instituto Brasileiro de Cultura Disponível em >
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&co_obra=19648.

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe – democracia e reformas do populismo*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1997.

_____. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

VILLA, Marco Antônio. *Sociedade e História do Brasil: da Abertura Democrática à Nova República*. Instituto Teotônio Vilela, Brasília, 2001.

VINHAS, M. *Problemas Agrário-Camponeses do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____. *O partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo, Hucitec, 1982.

Jornais e revistas

ARRUDA, Roldão. “Juíza que condenou Ustra põe em xeque Lei da Anistia e decisão do STF”. *Blogs do Estadão – Política, O Estado de São Paulo*, 26 de junho de 2012. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/roldao-arruda/juiza-que-condenou-ustra-poe-em-xeque-lei-da-anistia-e-decisao-do-stf/>, acessado em 28 de junho de 2012.

CARVALHO, L. M. “FAB usou Napalm no Araguaia, diz coronel”. *Folha de São Paulo*, 20 de agosto de 1998. Disponível em: <http://prof.reporter.sites.uol.com.br/fab.htm>, acessado em 13 de maio de 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Arrancada para conquistar o gigantesco mundo verde”. São Paulo, Folha de São Paulo, Banco de dados da Folha, 10 de outubro de 1970. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_10out1970.htm, acessado em 10 de julho de 2012.

ISTO É, “Este homem sabe onde estão os cadáveres do Araguaia” *Revista Isto é*, nº 1999, 27 de fevereiro de 2008. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/1177_ESTHE+HOMEM+SABE+ONDE+ESTAO+OS+CADAVERES+DO+ARAGUAIA, acessado em 13 de abril de 2010.

Jornal Eletrônico A Nova Democracia. “Trombas e Formoso: o triunfo camponês”. Ano IV, n. 29, 2006, disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/29/f17l.jpg>, acessado em: 22 de outubro de 2011.

LOBATO, Elvira. “Prefeituras contestam Ministério – Prefeitos dizem que não há trabalho escravo. *Folha de São Paulo*, 18 de julho de 2004, Caderno Brasil, A5. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/07/18/2/> acessado em 27 de maio de 2012.

LUCHETE, Felipe. “Injeção Letal teria sido usada na Guerrilha do Araguaia”. *Folha de São Paulo*, 14 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/959373-injecao-letal-teria-sido-usada-na-guerrilha-do-araguaia.shtml> acessado em 14 de agosto de 2011.

MAGALHÃES, José Carlos. “Médico falava sobre injeções no Araguaia, diz ex-combatente”. *Folha de São Paulo*, 20 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/962463-medico-falava-sobre-injecoes-no-araguaia-diz-ex-combatente.shtml>, acessado em 30 de janeiro de 2012.

MORAES, M. e NOSSA, Leonêncio. “Ata secreta revela início da reação militar no Araguaia”. *O Estado de São Paulo*, 26 de março de 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,ata-secreta-revela-inicio-da-reacao-militar-no-araguaia,344961,0.htm> , acessado em 21 de agosto de 2010.

NOSSA, Leonencio; JUNIOR, Celso. “Guerras desconhecidas do Brasil”. *O Estado de São Paulo. Especial: Guerras desconhecidas do Brasil*. São Paulo, 19 de dezembro de 2010.

PASSOS, Najila. “STF volta a discutir a Lei da Anistia”. *Carta Maior*, 19 de março de 2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19788, acessado em 21 de abril de 2012.

Documentários

FERNANDES, Vandr . *Camponeses do Araguaia: a Guerrilha vista por dentro*. [Documentário]. Oka Produções/Instituto Maurício Grabois. Brasil, 2010, 73 min.

SILVA, Marcelo. *Raimunda, a quebradeira* [Documentário]. Brasil, Red-Sat Tocantins Doc-TV Palmas. 2007, 57 min.

GALLO, Emílio. *Esse homem vai morrer – um feroeste caboclo* [documentário]. Brasil, 2011, 75 min.

ANEXOS

Anexo I – Guerrilheiros mortos e desaparecidos (nomes oficiais e codinomes)⁸³¹

- MAURÍCIO GRABOIS - Mário - Participou da Aliança Nacional Libertadora. Ex-deputado federal Constituinte de 1946. Nasceu em Salvador, em 2 de novembro de 1912. Era membro do secretariado do comitê central do PC do B.
- ÂNGELO ARROYO - Joaquim - Operário metalúrgico, nascido em São Paulo, em 6 de novembro de 1928. Era membro do secretariado do comitê central do PC do B. Foi morto em São Paulo, no episódio conhecido como “Queda da Lapa”, em dezembro de 1976.
- PAULO MENDES RODRIGUES - Paulo - Economista, natural do Rio Grande do Sul. Era membro efetivo do comitê central do PC do B.
- JOSÉ HUMBERTO BRONCA - Zeca e Fogoio - Mecânico de manutenção de aeronaves. Nascido em Porto Alegre (RS). Tinha 33 anos quando começou a guerrilha. Era membro efetivo do comitê central do PC do B.
- ADRIANO FONSECA F. FILHO - Chico - Formado em Filosofia pela UFRJ. Trabalhava no TST-RJ. Tinha 32 anos quando se incorporou à guerrilha.
- ANDRÉ GRABOIS - Zé / José Carlos - Comandante do Destacamento A. Estudante. Nascido no Rio de Janeiro.
- ANTÔNIO CARLOS M. TEIXEIRA - Antônio - Formado em Geologia pela UFBA. Nasceu em Ilhéus - BA, era casado com Dina.
- ANTÔNIO FERREIRA PINTO - Antônio Alfaiate - Era alfaiate em Caxias do Sul.
- ANTÔNIO GUILHERME R. RIBAS - Ferreira - Estudante secundarista, ex-presidente da União Estadual dos Estudantes Secundaristas de São Paulo. Nascido em São Paulo, em 20 de setembro de 1946.
- ANTÔNIO DE PÁDUA COSTA - Piauí e Lino - Estudante de Meteorologia do Instituto de Física da UFRJ. Era vice-comandante do Destacamento A.
- ANTÔNIO TEODORO DE CASTRO - Raul - Estudante de Farmácia da UFCE, até 1969. Foi diretor da Casa do Estudante Universitário, em 1970, no Rio de Janeiro. Foi para o Araguaia em julho de 1971.
- ARILDO VALADÃO - Ari - Estudante do Instituto de Física da UFRJ, onde foi presidente do Diretório Acadêmico. Casado com Áurea Elisa Valadão. Natural do Espírito Santo.
- ÁUREA ELISA PEREIRA VALADÃO - Elisa e Áurea - Estudante do Instituto de Física da UFRJ, onde conheceu Arildo, com quem se casou. Nascida em 6 de abril de 1950, em Minas Gerais, foi para o Araguaia em 1970.
- BERGSON GURJÃO FARIAS - Jorge - Estudante de Química da UFCE e vice-presidente do DCE, em 1967.
- CILON DA CUNHA BRUN - Comprido e Simão - Estudante de economia na PUC - SP, onde era membro do DCE. Nascido em São Sepé - RS, em 3 de fevereiro de 1946.
- CIRO FLÁVIO SALAZER OLIVEIRA - Flávio - Estudante de Arquitetura na UFRJ. Nascido em 26 de dezembro de 1943.
- CUSTÓDIO SARAIVA NETO - Lauro - Estudante secundarista, nascido no Ceará.
- DANIEL RIBIERO CALADO - Doca e Daniel - Chegou a 3.º Sargento do Exército, quando pediu baixa. Nasceu em São Gonçalo - RJ, em 16 de outubro de 1940.
- DERMEVAL DA S. PEREIRA - João e João Araguaia - Advogado, natural da Bahia.
- DINAELZA S. COQUEIRO - Mariadina e Diná - Cursou Geografia na Universidade Católica de Salvador - BA. Nascida em Vitória da Conquista, em 22 de março de 1949.

⁸³¹ Extraído de GUERRA, Fabiana de Paula. *Araguaia: desvelando silêncios a atuação das mulheres na guerrilha (monografia, bacharelado em História)*. Uberlândia (MG), Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

- DINALVA OLIVEIRA TEIXEIRA - Dina - Formada em Geologia pela UFBA, foi militante estudantil nos anos de 1967 e 1968. Era casada com Antônio Carlos M. Teixeira. Nasceu em Argoin, município de Castro Alves - BA.
- DIVINO FERREIRA DE SOUZA - Nunes e Goiano - De origem camponesa, era comerciante, natural de Goiânia - GO. Era vice-comandante do Destacamento A.
- ELMO CORRÊA - Lourival - Estudante da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.
- FRANCISCO M. CHAVES - Chico e Zé Francisco - Operário naval, participou da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Tinha aproximadamente 60 anos quando ingressou na guerrilha.
- GILBERTO O. MARIA - Pedro Gil e Gilberto - Iniciou o curso de Engenharia em Praga, Tchecoslováquia. Nasceu em Mirassol - SP, em 11 de março de 1942.
- GUILHERME GOMES LUND - Luís - Estudava na Faculdade Nacional de Arquitetura, no Rio de Janeiro, onde nasceu em 11 de julho de 1947.
- HELENIRA RESENDE DE SOUSA NAZARETH - Fátima e Nega - Estudante da Faculdade de Filosofia e Letras da USP, foi presidente do C.A. e dirigente da UNE em 69-70.
- HÉLIO LUÍS N. DE MAGALHÃES - Edinho - Estudante de Química na UFRJ.
- IDALÍSIO S. ARANHA FILHO - Aparício - cursou Psicologia na UFMG, sendo presidente do Centro de estudos daquela escola. Nascido em Rubim - MG, em 21 de agosto de 1947. Era casado com Walquíria Afonso da Costa, com quem foi para o Araguaia. Foi julgado pela Justiça Militar e condenado a dois anos de prisão.
- JAIME PETIT DA SILVA - Aparício - Estudava no Instituto Eletrotécnico de Engenharia, em Itajubá, Minas Gerais, onde foi presidente do D.A. Nascido em Iacanga - SP, em 18 de junho de 1945.
- JANA MORONI BARROSO - Cristina - cursava o último ano de Biologia na UFRJ. Nascida em 1.º de junho de 1948, em Fortaleza - CE.
- JOÃO CARLOS HAAS SOBRINHO - Juca - Médico, gaúcho, foi presidente do D.A. da Escola de Medicina de Porto Alegre e da UEE - RS.
- JOÃO GUALBERTO CALATRONI - Zebão - Estudante secundarista no Espírito Santo.
- JOSÉ LIMA PIAUHY DOURADO - Ivo e José - Estudante de Engenharia Eletrônica na Bahia. Era fotógrafo.
- JOSÉ MAURÍLIO PATRÍCIO - Mané e Manoel do "B" - Estudante de Agronomia da Universidade Rural do Rio de Janeiro. Era natural do Espírito Santo.
- JOSÉ TOLEDO DE OLIVEIRA - Vítor - Bancário e advogado, vivia no Rio de Janeiro antes de ir para o Araguaia.
- KLEBER LEMOS DA SILVA - Quelé e Carlito - Economista, vivia no Rio de Janeiro antes de ir para o Araguaia.
- LÍBERO GIANCARLO CASTIGLIA - Joca - Operário metalúrgico de origem italiana.
- LÚCIA MARIA DE SOUZA - Sônia - Estudante da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.
- LÚCIO PETIT DA SILVA - Beto - Engenheiro formado pelo Instituto Eletrotécnico de Engenharia em Itajubá - MG. Nascido em Piratininga - SP, em 1.º de dezembro de 1943.
- LUÍS RENÊ SILVEIRA E SILVA - Duda - Estudava na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Nascido no Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1951.
- LUZIA AUGUSTA GARLIPPE - Tuca - Enfermeira, nascida em Araraquara - SP, em 16 de outubro de 1941. Até 1969 trabalhou no Hospital das Clínicas de São Paulo.
- MANOEL JOSÉ NURCHIS - Gil - Operário em São Paulo.
- MARCOS JOSÉ DE LIMA - Zezinho e Ari do "A" - Operário do Espírito Santo. Era ferreiro.
- MARIA CÉLIA CORRÊA - Rosa - Estudante de Ciências Sociais da UFRJ.
- MARIA LÚCIA PETIT - Maria - Professora primária em São Paulo. Nascida em Amparo - SP, em 20 de março de 1950.

- MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS - Cazusa - Bancário, passou a viver na clandestinidade a partir de 1965. Nascido em Recife em 12 de julho de 1943.
- NELSON L. PIAUHY DOURADO - Nelito e Alexandre - Funcionário da Petrobrás, foi demitido em 1964 por perseguição política. Natural da Bahia.
- ORLANDO MOMENTE - Landim e Landinho - Operário, natural de Rio Claro - SP, trabalhava na Brahma.
- OSVALDO ORLANDO DA COSTA - Osvaldão e Mineirão - Nascido em 27 de abril de 1938, em Passa Quatro - MG. Foi atleta de boxe no Botafogo, em 1957. Formou-se no CPOR - Curso Preparatório de Oficiais de Reserva - no Rio de Janeiro. Formou-se em Engenharia na Tchecoslováquia.
- PAULO ROBERTO MARQUES - Amauri - Bancário, passou à clandestinidade em 1969 devido à perseguição da polícia política. Nasceu em Pains - MG, em 14 de maio de 1949.
- PEDRO ALEXANDRINO FILHO - Peri - Bancário e estudante universitário em Minas Gerais.
- RODOLFO DE CARVALHO TROIANO - Manoel do "A" - Estudante secundarista de Minas Gerais.
- ROSALINDO DE SOUZA - Mundico - Advogado, formado pela Faculdade Cândido Mendes, foi julgado à revelia pela Justiça Militar, sendo condenado a dois anos e dois meses de prisão. Nasceu em Caldeirão Grande - BA, em 2 de janeiro de 1940.
- SUELI YOMIKO KANAYAMA - Sueli e Chica - cursava licenciatura em Línguas Portuguesa e Germânica, na USP. Nascida em Coronel Macedo - SP, em 25 de maio de 1948.
- TELMA REGINA CORDEIRO - Lia - Estudante de Geografia da UFRJ, expulsa pelo Decreto-Lei 477.
- TOBIAS PEREIRA JÚNIOR - Josias - Estudante de Medicina da Universidade Federal Fluminense. Nascido no Estado da Guanabara, em 26 de novembro de 1949.
- VALQUÍRIA AFONSO COSTA - Valk - Nascida em Uberaba, em 9 de agosto de 1945. Em 1971 casou-se com Idalísio.
- VANDICK REIDNER P. COQUEIRO - João do "B" - Estudou até o 3.º ano de Economia na UFBA, onde foi diretor do DCE. Nasceu em Boa Nova - BA, em 9 de novembro de 1949.
- UIRASSU DE ASSIS BATISTA - Valdir - Estudante secundarista na Bahia.
- ANTÔNIO ALFREDO CAMPOS - Alfredo - Camponês.
- LUÍS VIEIRA DE ALMEIDA - Luisinho - Camponês.
- LOURIVAL MOURA PAULINO - Lourival Paulino - Barqueiro/lavrador.
- PEDRO CARRETEL - Pedro Carretel - Camponês.

Anexo II: Comunicado nº 01 da Guerrilha⁸³²

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DO POVO (MLP)

⁸³² GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Di%C3%A1rio_de_Maur%C3%ADcio_Grabois.pdf acessado em 15 de maio de 2012, pp. 12-14.

FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA COMUNICADO Nº 1

Aos posseiros, trabalhadores do campo e a todas as pessoas progressistas do Sul do Pará, Oeste do Maranhão e Norte de Goiás.

Aos moradores dos municípios de Marabá, S. João do Araguaia, Conceição do Araguaia, Araguatins, Xambioá, Tocantinópolis, Porto Franco e Araguaína.

Ao Povo Brasileiro

No passado mês de abril tropas do Exército, em operações conjuntas com a Aeronáutica, Marinha e Polícia Militar do Pará, atacaram de surpresa antigos moradores das margens do rio Araguaia e de diversos locais situados entre S. Domingos das Latas e S. Geraldo, prendendo e espancando diversas pessoas, queimando casas, destruindo depósitos de arroz e outros cereais e danificando plantações. Este traiçoeiro ato de violência, praticado contra honestos trabalhadores do campo é mais um dos inúmeros crimes que a ditadura militar vem cometendo em todo o país contra os camponeses, operários, estudantes, democratas e patriotas.

O governo dos generais procura difamar as vítimas de suas arbitrariedades, espalhando que se trata de ação realizada contra marginais, contrabandistas e assaltantes de banco. Mas a população da região não acredita em tais mentiras. Conhece, há muitos anos, os perseguidos, todas pessoas corretas, dedicadas ao trabalho e amigos da pobreza, sempre prestativos e solidários com o povo, em particular com os que são espoliados pelos grileiros e alvo das injustiças da polícia. Os soldados os agrediram porque elas não querem viver como escravos sob o chicote dos militares que, acabando por completo com as liberdades, oprimem impiedosamente os brasileiros e enxovalham a Nação.

Diante do criminoso ataque das forças armadas governamentais, muitos habitantes da zona de S., Domingos das Latas, Brejo grande, Araguatins, Palestina, Itamirim, Santa Isabel, Santa Cruz e S. Geraldo resolveram não se entregar, armar-se com o que puderam e enfrentar corajosamente o arbítrio e a prepotência do Exército e da polícia. Com tal objetivo, internaram-se nas matas do Pará, Goiás e Maranhão, para resistir com êxito ao inimigo, muito mais numeroso e melhor armado. A fim de desbaratar as operações militares da ditadura, defender suas vidas e desenvolver sua luta pela posse da terra, a liberdade e uma existência melhor para toda a população, decidiram formar destacamentos armados, criaram as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Tomara, também, a iniciativa de fundar uma ampla frente popular para mobilizar e organizar os que almejam o progresso e o bem-estar, os que não se conformam com a fome e a miséria, com o abandono e a opressão. Deste modo surgiu o Movimento de Libertação do Povo (MLP), onde podem ingressar os moradores da região e de outros Estados, muitos dos quais vêm tendo suas terras roubadas por gananciosos grileiros e são perseguidos, presos e espancados pelos agentes da ditadura. Nele há lugar não só para os pobres como também para todo patriota, seja qual for a sua condição social, que deseja por abaixo a ditadura e instaurar no Brasil um regime verdadeiramente democrático.

Este movimento lançou manifesto em defesa do povo pobre e pelo progresso do interior, refletindo as mais profundas aspirações populares por uma vida digna, livre e feliz. No documento estão incluídas as reivindicações mais

sentidas da população local, que constituem o programa do MLP, a bandeira de luta da pobreza e de todos os elementos sensíveis ao desenvolvimento efetivo das regiões atacadas. Por sua vez, as Forças Guerrilheiras do Araguaia, mostraram-se firmemente dispostas a combater os soldados da ditadura. Na zona próxima a Santa Cruz, alguns combatentes dessas forças defrontaram-se com inimigo superior em número, matando um, ferindo outro e dispersando os demais. As tropas do Exército, depois de cometer inúmeras arbitrariedades contra os moradores da região, sem revelar até agora disposição de luta nas matas, retiraram-se, temporariamente, das zonas onde atuam os destacamentos do povo e concentram-se em cidades, povoados e corrutelas. Não valeram os grandes e aparatosos efetivos militares, os helicópteros e aviões, os lutadores do povo, de armas nas mãos, usando a tática de guerrilha, realizam a propaganda das idéias e do programa do MLP entre os moradores, que os apoiam com entusiasmo e repelem as calúnias difundidas pela ditadura contra os revolucionários.

A luta armada que se desenvolve no Sul do Pará e em outros lugares vem contando com a simpatia de amplos setores da população, não só do campo como também de importantes cidades situadas em torno da região rebelada. Isto porque a luta ora iniciada é de todos os oprimidos, de todos os que não aceitam o cativo e anseiam derrubar o regime político tirânico imposto pelos militares. Não por acaso os generais escondem os motivos de suas criminosas investidas. Teme que o exemplo dos habitantes do Araguaia seja seguido por todo o povo brasileiro.

O Movimento de Libertação do Povo (MLP) e as Forças Guerrilheiras do Araguaia apelam para os moradores da região a fim de que engrossem a resistência à odiosa ditadura militar, aos grandes magnatas, aos grileiros e aos gringos norte-americanos que, no Norte e Nordeste do país, já se apoderaram de imensas extensões de terra e das ricas minas de ferro da Serra Norte, perto de Marabá. A todos conclamam a se estruturar nos comitês do MLP ou em outras formas de organização. Não há outro caminho para o povo senão combater valentemente os opressores. Cada lavrador, cada posseiro, cada trabalhador de fazenda ou castanhal, cada injustiçado, cada patriota, deve ajudar, de todos os meios, os que enfrentam sem temor as tropas do governo de traição nacional.

O povo unido e armado derrotará os inimigos.

Abaixo a grilagem!

Viva a liberdade!

Morra a ditadura militar!

Por um Brasil livre e independente!

Em algum lugar da Amazônia, 25 de maio de 1972

O Movimento de Libertação do Povo (MLP)

O comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Anexo III: Manifesto contra o INCRA⁸³³

Lavrador!

Defende tua terra contra a espoliação dos grileiros e do governo. A todo momento você ouve falar no INCRA (Instituto Nacional de Colonização Agrária). Seus funcionários aparecem nas roças e corrutelas para dizer que

⁸³³ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*, op. cit., pp. 123-124.

essa repartição surgiu para apoiar o homem do campo. Muita gente fica confusa, sem saber o que é o INCRA.

O que é mesmo o INCRA?

Esse órgão do governo foi criado para beneficiar os grileiros, os grandes fazendeiros e poderosas companhias que exploram a agricultura e a pecuária, como a CODEARA, a CODESPER, a SUIÁ MISSÚ e muitas outras. O INCRA não traz vantagem alguma para o povo. Que ajuda deu ao homem do campo? Qual o posseiro ou lavrador pobre que dele obteve créditos, ferramentas, sementes, veneno, transporte, remédios, etc, mesmo pagando? Ninguém conhece. O INCRA só faz cobrar e embolsar dinheiro. Ultimamente, prometeu abrir “piques” para demarcar a terra. Mas exige elevadas somas por quilômetro demarcado. Quem pode pagar quantias tão altas? Somente os ricos.

O INCRA zomba, assim, da miséria dos pobres. E nunca se satisfaz. O lavrador é sempre por ele prejudicado. Vê-se obrigado a pagar anualmente pesadas taxas, arrancadas de seus magros recursos. Esse pagamento anual não dá qualquer garantia de posse da terra.

Quando aparece o grileiro, com títulos de propriedade forjados, o posseiro é expulso de sua gleba pela polícia, mesmo tendo dado suas contribuições ao INCRA. Veja o exemplo do capitão Olinto, chefe dos grileiros da Capingo. Ele, com a conivência das autoridades de Belém e do INCRA, apoderou-se de quase 50 mil hectares de terra (9.600 alqueires) na área do rio Gameleira, abrangendo inclusive o lugar onde se situa a corrutela de Santa Isabel. Para burlar a lei que não permite a venda pelo governo estadual de mais de 3 mil hectares, o conhecido ladrão de terras formou o loteamento Saranzal, usando nomes de parentes e paus-mandados. Desse modo, e com a ajuda de soldados e capangas, expulsou de seus locais muitos moradores e não deixa ninguém botar roça na área grilada. O INCRA apoiou o capitão Olinto e deixou os posseiros ao desamparo.

Também o INCRA pretende colonizar as terras ao longo das estradas Transamazônica, S. Felix, S. Geraldo e As. Domingos e outras rodovias. Que significa a colonização? Significa que o INCRA visa enquadrar o lavrador, controlar sua vida e sua produção, obrigando-o a se registrar na polícia e a produzir de acordo com os planos que só favorecem os grandes fazendeiros e as grandes companhias. Esse sistema foi instaurado em Dourados, no Mato Grosso, e em Ceres, em Goiás, e fracassou completamente, trazendo as maiores dificuldades aos colonos. É uma espécie de cativo que o homem do campo não pode tolerar.

O lavrador não precisa do INCRA para coisa nenhuma. Ele procura se libertar da opressão, viver e trabalhar em paz. Para isso almeja terra para lavrar e o respectivo título de propriedade; exige que se acabe com a grilagem; reivindica preços mínimos compensadores para seus produtos; desejam que lhe sejam vendidos, a preço baixo e a longo prazo, ferramentas, adubos, sementes, aviamentos para fazer farinha, lonas para a colheita do arroz, moinhos, etc; quer facilidade para o escoamento de sua produção e financiamento para a compra de animais. Ele tem muitas outras reivindicações.

Mas você só conseguirá isso lutando. Não se deixe enganar pelo INCRA. Não entregue um só tostão a essa verdadeira arapuca. Você deve combater o INCRA. Não se deixe cadastrar pelos seus agentes. Não lhe dê qualquer informação. Ingresse na UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO (ULDP), que defende os interesses da população pobre e pugna pelo

progresso do interior. Você precisa apoiar, por todos os meios, as Forças Guerrilheiras do Araguaia que, de armas na mão, enfrenta a odiosa ditadura militar e se empenham em conquistar um governo popular. Esse governo acabará com as perseguições, a fome, a miséria e a exploração; assegurará, a todos, liberdade e bem estar; fará do Brasil um país respeitado, livre e independente.

Abaixo o INCRA!
Morra a ditadura sanguinária dos generais!
O povo unido e armado vencerá!
Marabá, 10 de agosto de 1973

A União pela Liberdade e pelos Direitos dos Povos

Anexo IV: Comunicado nº 02 das Forças Guerrilheiras do Araguaia⁸³⁴

Ao povo de Marabá, S. Domingos. S. João do Araguaia, Apinagés e Brejo Grande:
A todos os lavradores!

O 1º Destacamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia – Destacamento Helenira –, no dia 24 de setembro realizou com pleno êxito uma operação militar contra o posto policial da rodovia Transamazônica, localizado no entroncamento da estrada que liga a S. Domingos e Apinagés. Os militares que guarneciam aquele posto, sob o pretexto de identificar os viajantes, extorquiam dinheiro dos lavradores, apreendiam qualquer arma de uso pessoal, e até mesmo facas, facões e canivetes; humilhavam pais de famílias, desrespeitavam moças e mulheres, cometiam toda espécie de abusos e arbitrariedades contra os moradores da região. Diante disso, o 1º Destacamento decidiu punir os soldados da ditadura que cometiam tais crimes contra o povo.

Um grupo de combate do Destacamento, no amanhecer daquele dia, cercou o posto policial e intimou os ocupantes a se renderem. Não obtendo resposta,

⁸³⁴ GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Graboís (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*, op. cit. pp. 132-133.

abriu fogo e incendiou a casa. Então, os soldados se entregaram sem oferecer resistência. Os prisioneiros tiveram um tratamento humano. Não sofreram maus tratos e nem humilhações. Foram libertados depois de aconselhados a abandonar a Polícia Militar do Pará, a não servir de instrumentos de um governo de bandidos, inimigo da liberdade, que prende, tortura e assassina patriotas, oprime trabalhadores, protege os tubarões e os poderosos.

Realizada a operação militar, os guerrilheiros retiraram-se em ordem, levando, como presas de guerra, fuzis, revólveres, fardas e outros objetos de utilidade. Assim, o 1º Destacamento aumentou seu poderio de fogo à custa do inimigo. Com a operação contra o posto policial da Transamazônica, o povo foi vingado. O Destacamento Helenira concita a todos os lavradores e moradores da região a apoiar as Forças Guerrilheiras do Araguaia e a ajudá-las a levar adiante a luta pelos direitos do povo, contra o Exército e a Polícia, contra o INCRA e os grileiros, pela derrubada da ditadura militar e por um governo efetivamente democrático e popular.

O povo unido e armado vencerá!

Terra para o povo viver e trabalhar!

Abaixo a odiosa ditadura militar!

Viva o Brasil livre e independente!

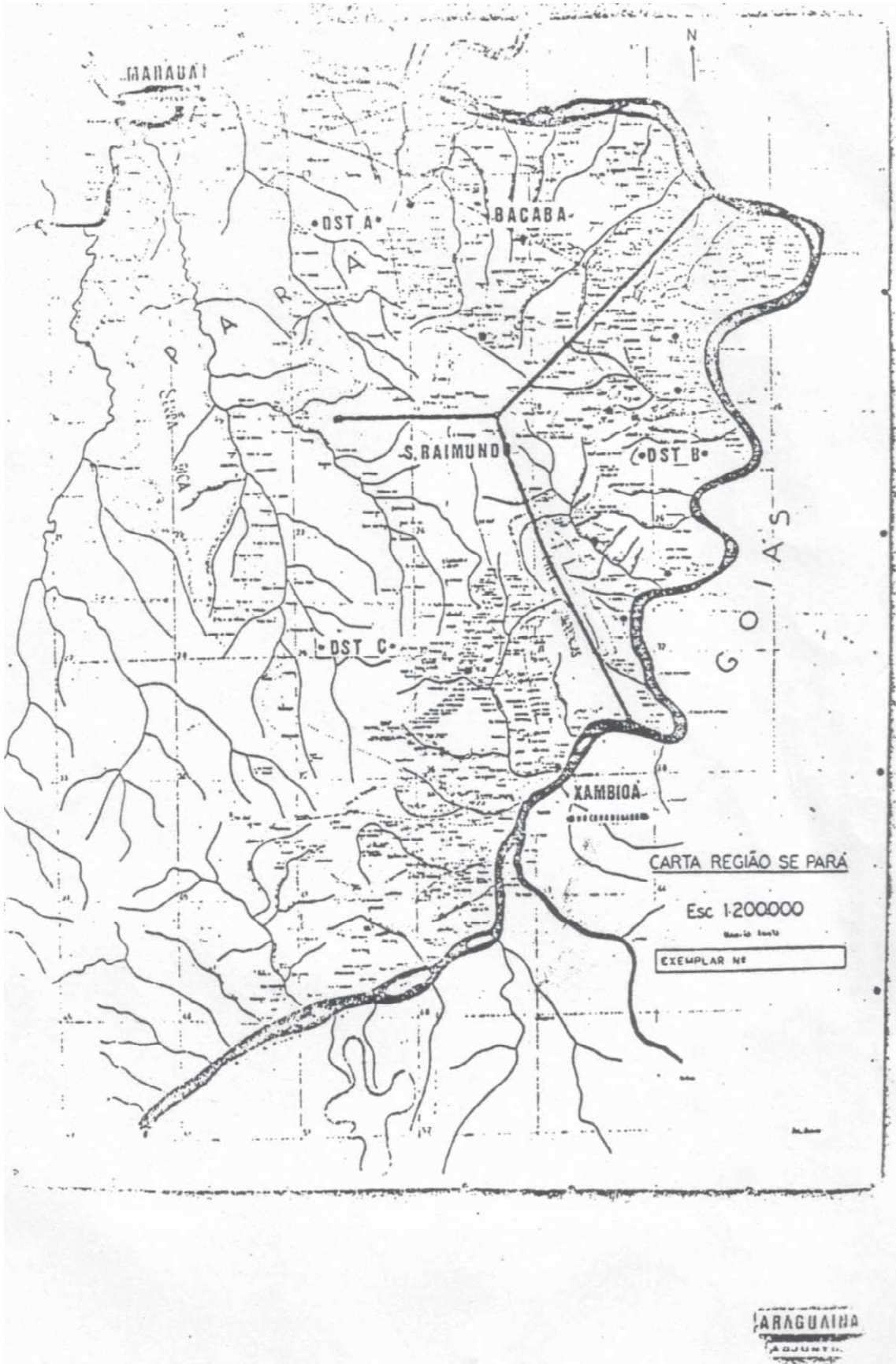
Viva as Forças Guerrilheiras do Araguaia!

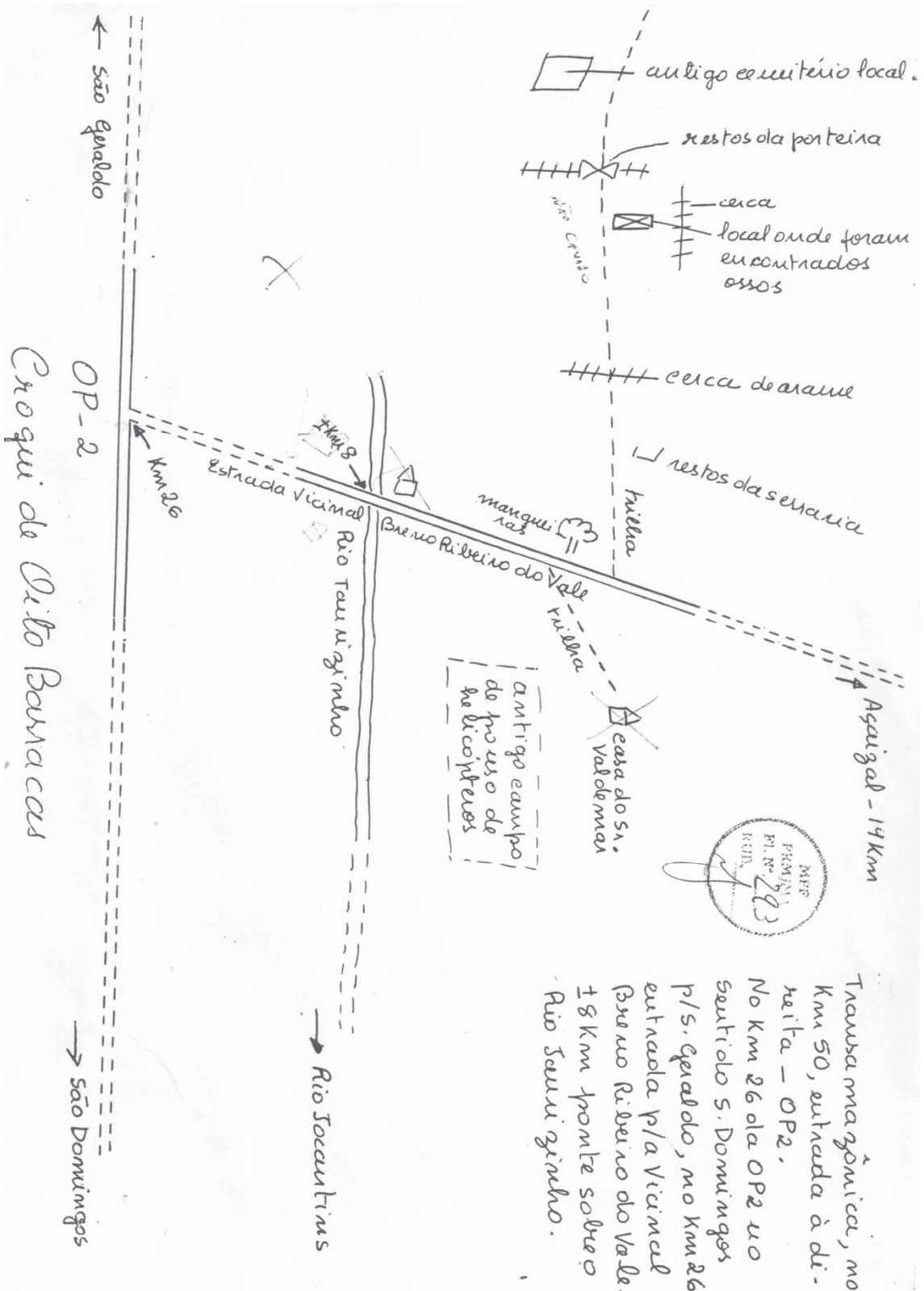
Em um ponto qualquer das matas do Araguaia, 25 de setembro de 1973.

José Carlos, comandante do 1º Destacamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia – Destacamento Helenira

Lino Piauí – Vice-Comandante

Anexo V – Mapas Militares

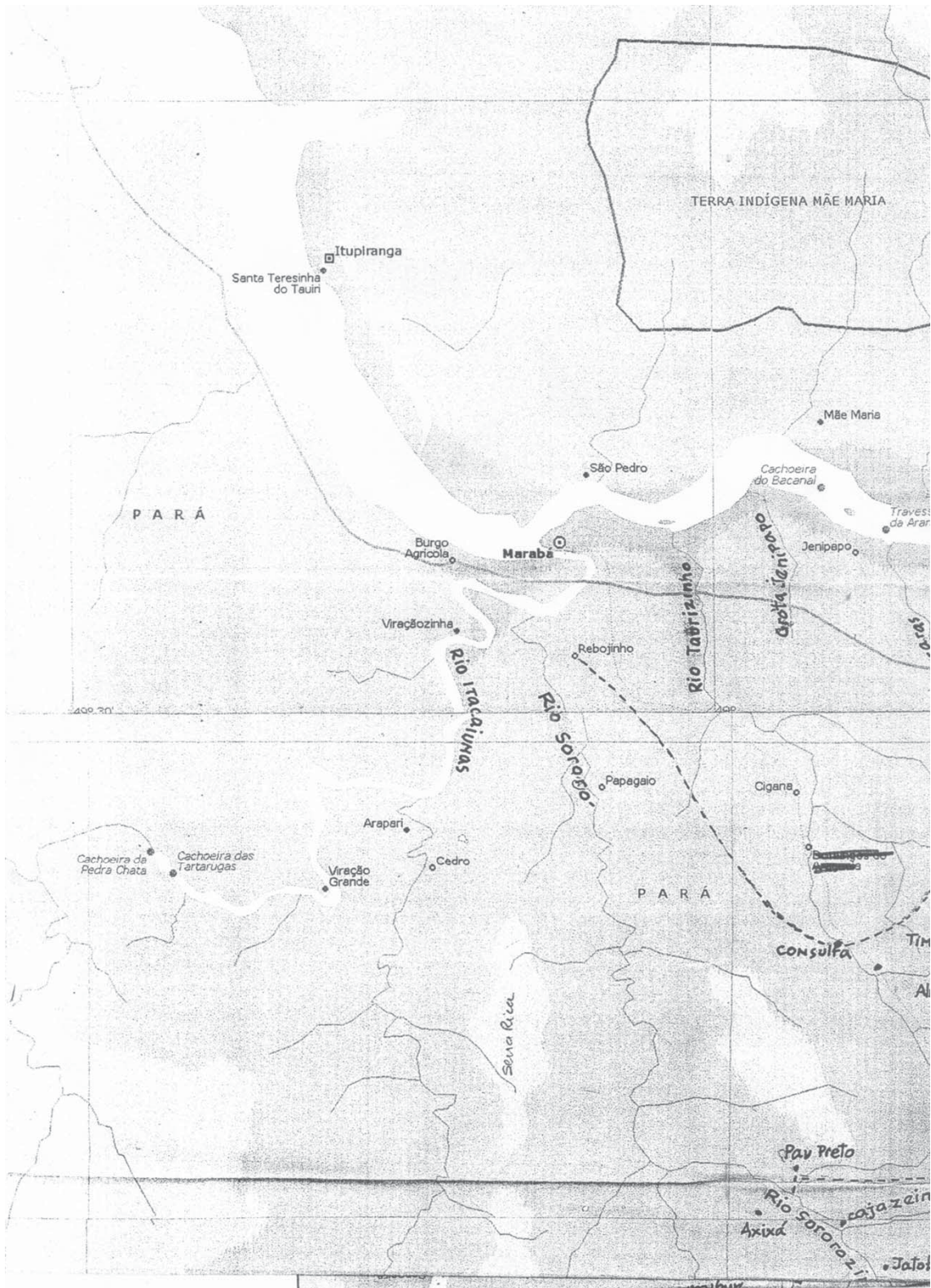


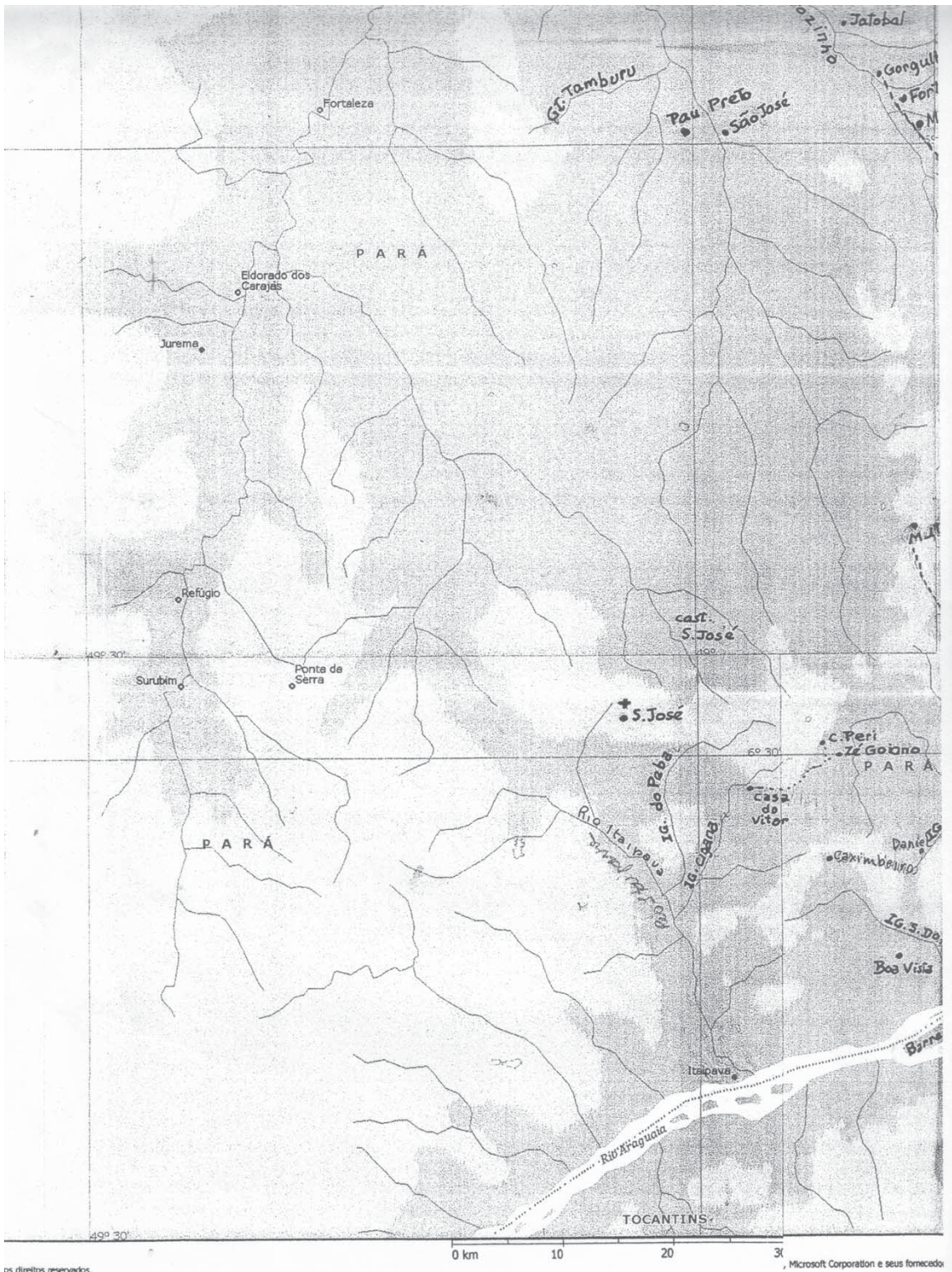


Trouxe maçoônica, no Km 50, estrada à direita - OP2, No Km 26 da OP2 no sentido S. Domingos p/s. geraldo, no Km 26 estrada p/a vicinal Barragem do Vale. ± 8 Km ponte sobre o Rio Tauuigimho.









os direitos reservados.

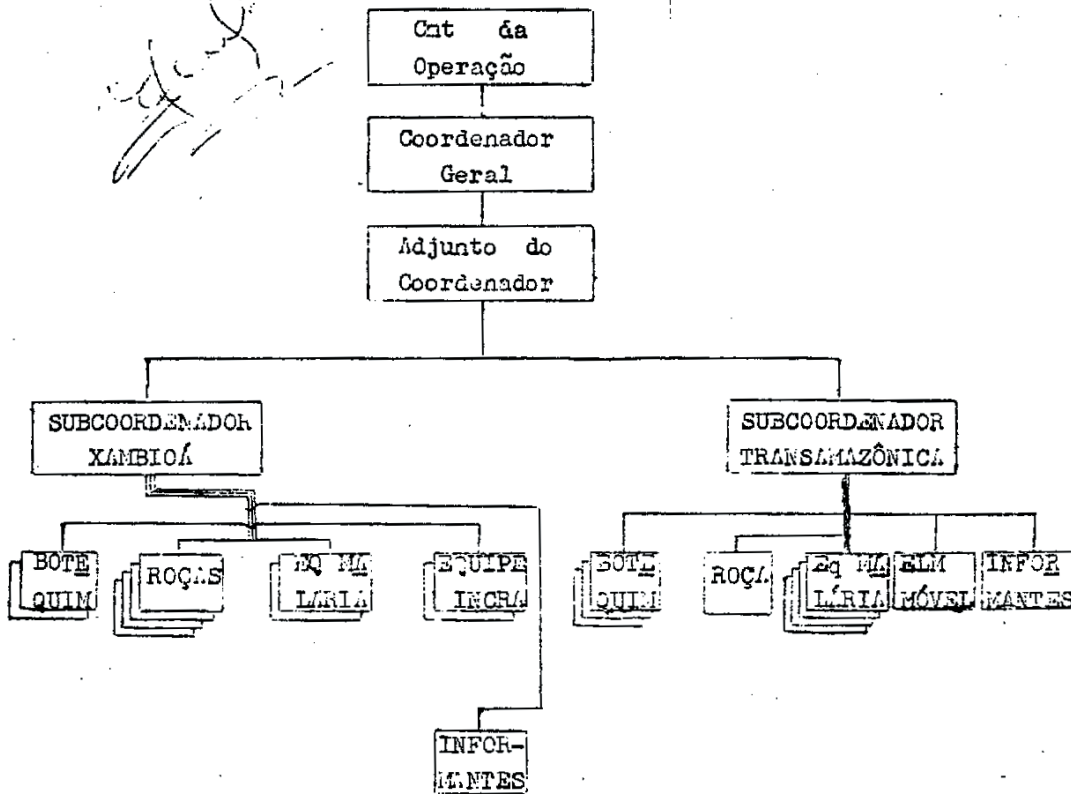
Microsoft Corporation e seus fornecedores

PLN 285
RUBEN



(Continuação do PLANO DE INFORMAÇÕES - Op SUCURI - Fls. 7)

A Cadeia de Informações será esquematizada da seguinte forma:



2.º PROCEDIMENTO DOS DIVERSOS ELEMENTOS

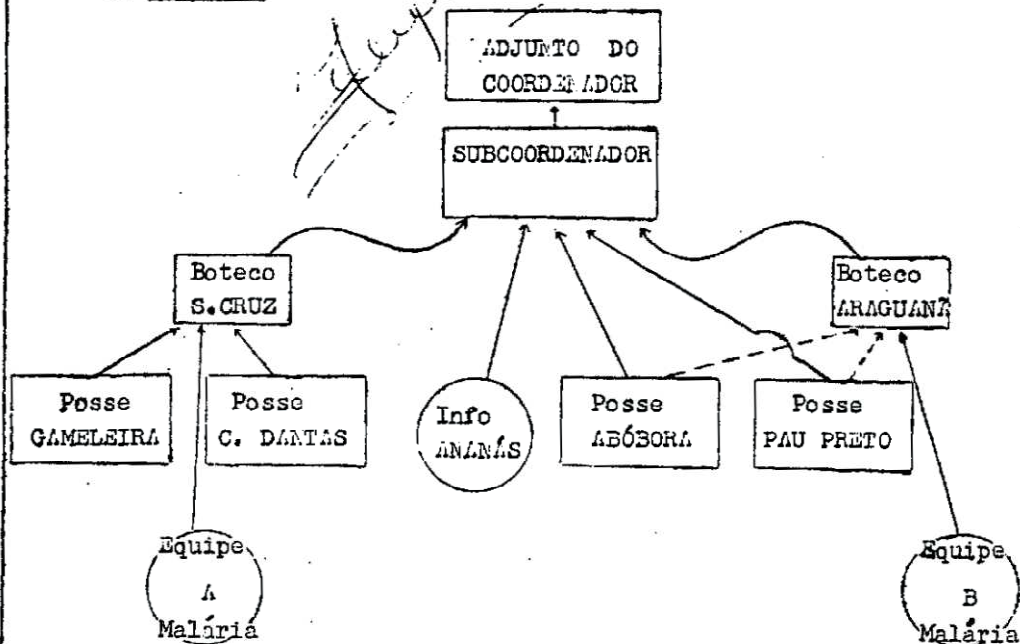
Todos os elementos empregados na Operação, exercerão atividades que disfarce sua situação de informante, devendo cada um procurar adaptar-se o melhor possível em sua atividade.

Todos deverão ter em mente que atuarão contra um grupo clandestino, que possui sua própria rede de informantes e que, dada a nossa missão de informações e conseqüente dispersão, a clandestinidade e o ocultamento de nossos informantes é importante e essencial.

Conseqüentemente, nossa Rede de Informações, será montada de modo a mantermos contactos que canalizem os informes, em fluxo contínuo, para determinados pontos de onde serão encaminhados aos sub-coordenadores que os processarão e reletterão ao Adjunto do Coord

(Continuação do PLANO DE INFORMAÇÕES - Op SUCURI - Fls. 9)

b. Área Sul



4. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

As medidas administrativas necessárias ao apoio das operações / serão executadas pelo Adjunto do Coordenador Geral.

5. INFORMANTES

Na utilização de informantes da área (mateiros), em complemento a Rede de Informações já montada, toda cautela será necessária, / não podendo estes informantes tomarem conhecimento nem da Rede de Informações, nem de nenhum de seus componentes e nem da execução / da Operação, agindo o contratante como se fosse um elemento isolado e devendo determinar pontos para encontros, de 15 em 15 dias.

6. PROCESSO DE ENCAMINHAMENTO DE INFORMES

a. As equipes de posseiros passarão os seus informes nos fins de semana, quando forem aos povoados fazer compras nos botecos. / Os componentes deverão ser alertados para não irem direto ao Boteco da Rede de Informações, isso na hipótese de haver outros, oportunidade em que farão uma comparação dos preços das mercadorias que vão adquirir.

S E C R E T O

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO



=RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES Nº 1/74=

D I S T R I B U I Ç Ã O

QUANT DE EXEMPLARES

-GABINETE DO MINISTRO.....	1
-ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO.....	1
-DEPARTAMENTO GERAL DO PESSOAL.....	1
-DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS.....	1
-DEPARTAMENTO DE MATERIAL BÉLICO.....	1
-DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E COMUNICAÇÕES.....	1
-DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.....	1
-DIRETORIA GERAL DE ECONOMIA E FINANÇAS.....	1
-I EXÉRCITO.....	1
-II EXÉRCITO.....	1
-III EXÉRCITO.....	1
-IV EXÉRCITO.....	1
-CMP/11a. RM.....	1
-CMA/12a. RM.....	1
-CIE/RIO.....	1
-CIE.....	3
-SNI.....	1
-CISA.....	1
-CENIMAR.....	<u>1</u>
T O T A L.....	21

De acordo com o Art 44 do Regulamento para Salvaguarda de Assun-
tos Sigilosos (Decreto nº 60.417, de 11 Mar 67), ficam os destina-
tários deste Relatório autorizados a difundir às Agências que lhes
forem subordinadas, os itens que julgarem convenientes.

S E C R E T O

Anexo VII: Bônus da guerrilha do Araguaia⁸³⁵

**FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA
BONUS DA REVOLUÇÃO**

**O portador deste receberá, após a vitória,
com juros e correção monetária, a quantia de**

VINTE CRUZEIROS

Cmte Joaquim

Cmte Paulo

**ABAIXO A DITADURA MILITAR!
POR UM GOVERNO POPULAR REVOLUCIONÁRIO!**

⁸³⁵ Publicado no Blog do jornalista Lucas Figueiredo. Disponível em:
<http://lfigueiredo.wordpress.com/2011/03/10/exclusivo-guerrilha-do-araguaia3-a-poupanca-da-revolucao/>, acessado em 23 de março de 2012.